

Departamento de História

**O Comando Holístico da Guerra
Wellington, Spínola e Petraeus**

Nuno Correia Barrento de Lemos Pires

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais

Orientador:

Professor Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues,
Professor Associado, com Agregação,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Maio, 2013

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Doutor Luís Nuno Rodrigues, pelo inextinguível apoio, cuidado, saber e dedicação.

Aos Professores Doutores António Telo, José Fontes, António Barrento, Tenente-coronel Mendes Dias, pelo debate de ideias, pela revisão de conceitos, pelo estímulo e pelo rigor.

Aos meus pais, minha mulher e meus filhos, pelo apoio direto e indireto, pelo incentivo que me deram e o tempo que lhes tirei. Por sempre.

RESUMO

Entender uma determinada situação de guerra implica uma visão completa e abrangente sobre todos os fatores presentes. Quem recebe a responsabilidade de comandar o esforço de guerra de uma nação, coligação ou aliança, deve ter uma visão holística que lhe possibilite usar todos os meios possíveis na implementação de uma política abrangente, global e completa.

O comando holístico da guerra desenvolve-se em quatro dimensões principais. A primeira dimensão advém da natureza das estruturas de forças existentes. Deve haver um efetivo comando sobre todas as diferentes forças presentes, armadas e de segurança, militares e paramilitares. A segunda dimensão abrange a coordenação efetiva entre organizações civis e militares, governamentais, não-governamentais e privadas, entre as organizações internacionais e os vários Estados, coligações e alianças. A terceira dimensão trata da coerência entre a política, a estratégia, as operações e a tática, num todo abrangente e interpenetrável onde, por um lado, se separa claramente quem pode decidir o quê e a que nível (patamar de decisão) e, por outro, se tenta incrementar a participação e partilha, de aconselhamento e acompanhamento, que permita as melhores decisões e conseqüentes alterações estratégicas. Na última e quarta dimensão, do tempo, as políticas decididas e as estratégias daí decorrentes, têm de ser pensadas concorrentemente para o antes, o durante e o pós-guerra (ante, in et post bellum), sem faseamentos ou períodos estanques.

Wellington, Spínola e Petraeus foram os principais responsáveis pelo trabalho de vastas equipas de civis e militares que, em determinados períodos da história e distintos palcos geográficos, ou seja, em situações de guerra bastantes diferenciáveis, tiveram a oportunidade de exercer um comando holístico fazendo uso, ou não, destas quatro dimensões. O que conseguiram e obtiveram, ou não, das experiências efetuadas e das doutrinas utilizadas, do que a realidade no terreno lhes impôs e do que as decisões políticas lhes determinaram (de que enfermavam continuamente) e que condicionaram na ação estratégica de cada um, constituíram uma importante parte deste estudo.

Das reflexões sobre a temática e da aplicabilidade nas situações referidas em Wellington, Spínola e Petraeus pudemos então construir uma teoria geral sobre o comando holístico da guerra que agora se apresenta e propõe.

Palavras-chave: Guerra; Comando holístico; Coordenação; Coerência; Unidade de esforços; Unidade de comando.

ABSTRACT

Understanding a specific war situation requires an overall and complete vision of all relevant factors. Whoever is awarded the responsibility of commanding the war effort of a nation, a coalition or an alliance needs to develop a holistic vision which can allow for the use of all the available means in order to implement an encompassing, global and complete policy.

A holistic command of war runs through four main dimensions. The first dimension derives from the nature of the forces that come into play. An effective command over all the existing different forces, including both armed and security forces and military and paramilitary forces, is required. The second dimension consists of the effective coordination between civilian and military organizations, between governmental, non-governmental and private entities, and between international organizations and the various states, coalitions and alliances. The third dimension deals with the coherence between politics, strategy, operations and tactics, all of which are to be looked at from an overall perspective and keeping in mind the existence of links between them. In this respect, a sharp distinction is made between different levels of authority (with some necessary degree of autonomy), which determine who can decide what and to what extent while, on the other, an attempt is made to increase levels of sharing, partnering, counseling and advice that can allow for better political decisions and consequent strategic changes. The fourth and last dimension is time. Politics and ensuing strategies need to be planned and thought by taking into consideration the prior, during and subsequent to the war (*ante, in et post bellum*), all of which must be viewed simultaneously and not as artificial phases or isolated periods of time.

Wellington, Spínola and Petraeus led the effort of vast civilian and military teams that, at different periods of history and in distinct geographical settings, i.e. in very different war situations, had the opportunity to apply a holistic command using, or not, these four dimensions. What they achieved and obtained or not from the experiences they led and the doctrines they used, from what the reality on the ground showed to them and from the concurrent political decisions that were imposed on them limiting their own political and strategic action is all an important part of this comprehensive study.

By studying the applicability in the situations of Wellington, Spínola and Petraeus and relating it with overall related concepts, it was possible to elaborate a general theory about the holistic command of war that is hereby presented for discussion.

Key-words: War; Holistic Command; Coordination; Coherence; Unity of command; Unity of effort.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	v
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO COMANDO HOLÍSTICO DA GUERRA E CORPO DE CONCEITOS	13
1. Crise, Conflito, Confronto e Guerra: tipologias, evolução e patamares de decisão	14
1.1 Crise, Conflito, Confronto e Guerra	14
1.2 Tipologias e Doutrinas	21
1.3 Patamares de decisão Política, Estratégica, Operacional e Tática	30
2. Relação entre civis e militares, Governos e Forças Armadas. Comando, Direção, Controlo e Coordenação. Holismo e Holístico	35
2.1. Comando, Direção, Controlo e Coordenação	45
2.2 Holismo e Holístico	51
3. Teoria Geral sobre o Comando Holístico da Guerra	55
3.1 Das relações institucionais à separação entre civis e militares	56
3.2 Dos patamares de autoridade	62
3.3 Da continuidade temporal	78
4. Síntese e antevisão dos capítulos seguintes	85
CAPÍTULO II - WELLINGTON E A GUERRA PENINSULAR (1807-1814)	87
1. O percurso de Wellington	88
1.1 A preparação internacional de Wellington	93
1.2 A experiência abrangente na Índia	97
1.3 O político e o comandante militar	102
2. Wellington e os governos: britânico, português e espanhol	104

2.1 A entrada britânica na Guerra Peninsular.....	106
2.2 Das dimensões do comando holístico de Wellington.....	115
2.3 Da coerência holística entre as várias políticas e consequentes estratégias	124
3. O comando abrangente sobre as forças existentes na Península: Exército Britânico, Português, Espanhol, forças regulares e irregulares, milícias, ordenanças e guerrilhas	130
4. Do lado francês e espanhol: comando, controlo e coordenação	141
4.1 Do lado francês: comando, controlo e coordenação.....	142
4.2 Do lado espanhol: comando, controlo e coordenação	146
5. Síntese conclusiva.....	150
CAPÍTULO III - SPÍNOLA E A GUINÉ-BISSAU (1968-1973).....	157
1. Contexto nacional e internacional	162
1.1 Os principais acontecimentos que precederam o início da Guerra de África em 1961	163
1.2 Da <i>Abrilada</i> (1961) à nomeação de Spínola como Governador e Comandante-Chefe da Guiné-Bissau (1968).....	176
2. “Lições aprendidas” sobre a Argélia, a Indochina / Vietname, a Malásia e o Quênia. A doutrina “O Exército na Guerra Subversiva”	181
3. O percurso de Spínola	190
4. O esforço para com as populações locais.....	195
4.1 A importância da ação psicossocial.....	197
4.2 Apoio às autoridades civis.....	207
5. A <i>africanização</i> , política e militar, da guerra.....	214
5.1 A <i>africanização</i> da componente militar	216
5.2 A <i>africanização</i> da componente administrativa e política.....	219
6. Governador e Comandante-Chefe: a unidade de esforços	222
6.1 Entre as componentes civis e militares na Guiné-Bissau.....	225
6.2 Entre Lisboa e Bissau	229
7. Síntese conclusiva.....	236
CAPTÍTULO IV - PETRAEUS, IRAQUE (2007-2008) E AFEGANISTÃO (2010-2011)	241
1. Contexto internacional e a guerra no Iraque e Afeganistão.....	244
1.1 A Guerra no Afeganistão.....	245

1.2 A Guerra no Iraque.....	255
2. O percurso de David Petraeus.....	268
3. A doutrina de Counterinsurgency.....	273
4. Petraeus e o Iraque (2007/2008)	280
4.1 Da Política à Estratégia.....	281
4.2 Cooperação entre civis e militares, “Nation-Building”, desenvolvimento, segurança e financiamento	288
4.3 Milícias, Exército e Polícia.....	299
5. Petraeus como Comandante do US Central Command (2008-2010).....	300
6. Petraeus e o Afeganistão (2010/2011).....	307
6.1 Da Política à Estratégia.....	309
6.2 Coligações e alianças	316
6.3 Cooperação entre civis e militares, “Nation-Building”, desenvolvimento, segurança e financiamento	321
6.4 Milícias, Exército e Polícia.....	326
7. Síntese conclusiva.....	329
CONCLUSÃO	335
Das conclusões parciais	335
Da Teoria Geral sobre o Comando Holístico da Guerra e da Questão Central .	342
Indicações para futuras investigações	346
BIBLIOGRAFIA E FONTES.....	349
Geral e Capítulo I - Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra e Corpo de Conceitos.....	349
Capítulo II – Wellington e a Guerra Peninsular (1807-1814).....	355
Capítulo III – Spínola e a Guiné-Bissau (1968-1973).....	359
Capítulo IV – Petraeus, Iraque (2007-2008) e Afeganistão (2010-2011).....	365
Anexo A - Síntese Biográfica de Wellington	I
Anexo B - Síntese Biográfica de Spínola.....	IX
Anexo C - Síntese Biográfica de Petraeus	XIII
Anexo D – Entrevistas.....	XVII
Entrevista 1: General David Petraeus	XVIII
Entrevista 2: General Nick Parker.....	XXII

Entrevista 3: Vice-almirante John Stufflebeem.....	XXVI
Entrevista 4: Diplomata Gabriel Escobar	XXIX
Entrevista 5: Coronel Frederico Almendra	XXXIV
CURRICULUM-VITAE.....	XLV

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AD/ MAE(P) – Archives Diplomatiques/

Ministère des Affaires Étrangères Paris.

AEI – American Enterprise Institute.

AHM – Arquivo Histórico Militar.

ALP – Afghan Local Police.

AM – Academia Militar.

ANA – Afghan National Army.

ANP – Afghan National Police.

ANSF – Afghan National Security Forces.

AU / UA – African Union / União Africana.

BCT – Brigade Combat Team.

CAAT – Counterinsurgency Advisory and Assistance Team.

CAOP – Comando de Agrupamento Operacional.

CV – Curriculum Vitae.

CECA – Comissão para o Estudo das Campanhas de África.

CEMA – Chefe de Estado Maior da Armada.

CEME – Chefe de Estado Maior do Exército.

CEMFA – Chefe de Estado Maior da Força Aérea.

CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas.

CERP – Commander's Emergency Response Program.

CIA – Central Intelligence Agency.

CINAMIL – Centro de Investigação e Desenvolvimento da Academia Militar.

CIS – Command and Information System.

CEE – Comunidade Económica Europeia.

CIOE – Centro de Instrução de Operações Especiais.

CJTF – Combined Joint Task Force.

COIN – Counterinsurgency.

COMCHEFE – Comando Chefe.

COMISAF – Commander International Security Assistance Force.

COP – Comando Operacional.

CORDS – Civil Operations and Rural Development Support.

CPA – Coalition Provisional Authority.

DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

DSB – Defense Science Board.

EPI – Escola Prática de Infantaria.

EU / UE – European Union / União Europeia.

FA – Forças Armadas.

FATA – Federally Administered Tribal Area.

FCO – Foreign and Commonwealth Office.

FLN – Front de Libération Nationale.

FM – Field Manual.

FNLG – Front National de Libération Guinée-Conakry.

FO – Foreign Office.

FOB – Forward Operating Bases.

FORGEN – Force Generation.

GB – Great-Britain/ Grã-Bretanha.

GE – Grupos Especiais.

GIRoA – Government of the Islamic Republic of Afghanistan.

GNR – Guarda Nacional Republicana.

GOT – Global War on Terror.

HQ / QG – Head Quarters / Quartel General.

IAEM – Instituto de Altos Estudos Militares.

IAO – Instrução de Aperfeiçoamento Operacional.

ICS – Instituto de Ciências Sociais.

IN – Inimigo.

INFOPS – Information Operations.

IMS – International Military Staff (da NATO).

IS – International Staff (da NATO).

IO / OI – International Organization / Organização Internacional.

ISAF – International Security Assistance Force.

JP – Joint Publications.

JSAT – Joint Strategic Assessment Team.

Km – Kilometer / Quilómetro.

MEDIAOPS – Media Operations.

MLG – Movimento de Libertação da Guiné.

MNF-I – Multi-National Forces-Iraq.

MNSTC-I – Multi-National Security Transition Command-Iraq.

MOOTW – Military Operations Other Than War.

NATO / OTAN – North Atlantic Treaty Organization / Organização do Tratado do Atlântico Norte.

NAC / CAN – North Atlantic Council / Conselho do Atlântico Norte.

NA(L) – National Archives (London).

NA(W) – National Archives (Washington).

NGO / ONG – Non Governmental Agency / Organização Não Governamental.

NIC – National Intelligence Cells.

NSC – National Security Council.

NTM-A – NATO Training Mission Afghanistan.

NTM-I – NATO Training Mission Iraq.

OCC-K – Operations Coordination Centre – Kabul.

OHRA – Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance.

OUA – Organização da Unidade Africana.

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

PSC – Private Security Companies.

PDT – Provincial Diplomatic Teams.

PIB – Produto Interno Bruto.

PIDE / DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado / Direção Geral de Segurança.

PIFAS – Programa de Informação das Forças Armadas.

PREM – Prime Minister's Office.

PRO – Public Record Office.

PRT / ePRT – Provincial Reconstruction Teams / embedded PRT.

PSYOPS – Psychological Operations.

PSP – Polícia de Segurança Pública.

PST – Provincial Support Teams.

QRF – Quick Response Funds.

RFA – República Federal da Alemanha.

SA – Surface Air.

SACEUR – Supreme Allied Commander, Europe.

SCCI – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações.

SNRs – Senior National Representative(s).

Sosh - Department of Social Sciences.

TO – Teatro de Operações.

UK / RU – United Kingdom / Reino Unido.

UAV – Unmanned Aerial Vehicles.

UNAMA – United Nations Assistance Mission in Afghanistan.

UNO / ONU – United Nations Organization / Organização das Nações Unidas.

UPA – União das Populações de Angola.

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

USA / EUA – United States of America / Estados Unidos da América.

USAID – United States Agency for International Development.

US CENTCOM – United States Central Command (ou Commander).

US\$ – United States Dollar.

USF – Unites States Forces.

INTRODUÇÃO

Da relevância do tema até à forma como este trabalho foi desenvolvido apresenta-se esta introdução de forma sequencial. Começando pela abordagem da questão e objetivo central, do domínio científico e do quadro analítico escolhido, do ponto de partida e procura de respostas, terminando na forma como se desenvolveu o corpo da tese.

Da questão central

De uma forma muito simplificada destacam-se, entre outras, seis grandes constatações, sobre os principais problemas encontrados na atuação das várias entidades presentes em conflitos recentes:

- a difícil articulação e coordenação entre forças de segurança (tipo policiais), as forças de defesa (Forças Armadas – Marinha, Exército, Força Aérea) e forças paramilitares (milícias, empresas privadas de segurança);

- a não convergência de objetivos, interesses e limitações, por vezes bastante diferentes, entre os vários países e organizações internacionais, entre os próprios países, entre as organizações internacionais (NATO, UE ou ONU e os próprios Estados);

- a falta de unidade de esforços para implementar uma “*comprehensive approach*”¹, entre os Estados, as Organizações Internacionais e as Organizações Governamentais e Não-Governamentais;

- a difícil articulação entre políticas de desenvolvimento e as estratégias de imposição de segurança, de apoio ao levantamento de forças e estruturas, entre componentes civis e militares;

- a ausência de coerência entre a política decidida pelos governos, organizações internacionais ou alianças e a estratégia executada pelos decisores operacionais nos teatros de guerra;

- a falta de planeamento coerente e integrado para o que é necessário fazer antes, durante e depois de uma determinada situação de guerra.

Embora existam e estejam previstos mecanismos de coordenação não estão estabelecidos sistemas de comando e controlo que garantam a efetiva unidade de esforços entre todas as diferentes entidades presentes numa determinada situação de

¹ Os conceitos expressos na introdução serão explicados e aprofundados nos capítulos do trabalho, em especial, no primeiro capítulo, dedicado à elaboração da teoria geral e ao corpo de conceitos.

guerra, ou seja, não existe um sistema desenhado que garanta um efetivo comando holístico para a guerra.

Pretende-se por isso desenvolver uma teoria geral que possibilite a existência de um comando holístico na guerra. Para além de se apresentar a teoria vamos socorrer-nos do “laboratório” da história para comprovar da validade da mesma.

Vão-se assim estudar alguns exemplos no passado, que embora acautelando as grandes diferenças históricas, geográficas, políticas, possibilitam ajudar na procura de soluções para poder comprovar uma adequada forma de desenvolver um comando holístico para a guerra. Para o ilustrar e entender foram escolhidas três épocas diferentes dentro da história contemporânea.

O critério que presidiu à escolha destas épocas, e dos comandantes em particular, partiu do pressuposto de que, nos três casos analisados, existiram de alguma forma, algumas das condições necessárias para um efetivo exercício de comando holístico. Poderiam ter sido escolhidos outros estudos de caso que, de uma forma semelhante, ajudassem a comprovar a teoria geral, mas é importante reconhecer, para além dos motivos que adiante se explicam, que o autor deste trabalho tem dedicado parte do seu estudo académico a estes três períodos em concreto (ver no final CV com os principais trabalhos publicados e o percurso pessoal). De seguida, aprofundam-se as principais razões que levaram a escolher cada um destes três comandantes e a(s) respetiva(s) campanha(s) em análise.

Wellington tentou desde o início da Guerra Peninsular (1807 – 1814) exercer o comando e controlo sobre todas as forças que combatiam em Portugal. Em 1809 já era o comandante operacional aliado e tinha sob o seu comando forças portuguesas e britânicas, forças regulares e irregulares, e uma grande influência sobre as componentes civis. Tinha-o conseguido através de um general inglês no comando do Exército Português, Beresford, e de uma excelente ligação com o representante do governo português em Lisboa, Miguel Pereira Forjaz. O desenvolvimento e a performance do Exército Anglo-Português, das forças regulares e irregulares, da população civil, da contínua coordenação / articulação com os vários governos de quem dependia, o britânico em Londres e o português em Lisboa e no Rio de Janeiro, foram uma das chaves para entender o sucesso aliado na expulsão das forças francesas da Península Ibérica.

Mas Wellington teve muitas dificuldades em obter o comando das forças espanholas, que apenas lhe foi dado em 1812, e praticamente nunca conseguiu controlar as forças irregulares, ou seja, as guerrilhas. A sua relação com o governo estabelecido em Cádiz foi atribulada e, por seu lado, os governantes espanhóis

também tiveram grande dificuldade em conseguir a unidade de esforços entre as várias forças espanholas que combatiam em Espanha.

Por último e analisando do ponto de vista do oponente, da França de Napoleão Bonaparte, Wellington pôde contar com um adversário que, face a um ambiente de generalizada *subversão* (como se disse anteriormente todos estes conceitos serão devidamente detalhados no corpo do trabalho), tanto em Portugal como em Espanha, nunca encontrou uma forma eficaz de coordenação de esforços entre os vários marechais e generais franceses. Napoleão apenas esteve na Península Ibérica durante 2 dos 70 meses que durou a Guerra Peninsular e, no restante período, nunca decidiu nomear ou delegar, num único comandante, a coordenação operacional do Exército Francês na Península Ibérica. Mesmo o representante de Napoleão em Madrid, o seu irmão José, nunca assumiu verdadeiramente este papel ou, quando o tentou, nunca o fez de forma respeitada pelos marechais e generais franceses. Assim, se houve comando coordenado e abrangente foi do lado anglo-português, por parte de Wellington, o que se irá estudar e aprofundar no capítulo II deste trabalho.

O General Spínola, como Governador e Comandante-Chefe da Guiné-Bissau (de 1968 a 1973) contou com um abrangente “Estado-Maior” representando variadas áreas da governação e da chefia militar propriamente dita, que lhe permitiu exercer um comando convergente sobre todas as ações das forças armadas, de segurança, das componentes civis e militares do seu governo. Conseguiu a centralização do comando mas também conseguiu delegar e atribuir responsabilidades ao nível regional e local dentro da Guiné, conseguindo assim, é de salientar, uma aproximação efetiva junto das populações. O grupo de oficiais que colaboravam com Spínola aplicaram conceitos, previstos numa nova doutrina militar portuguesa, no respeitante ao relacionamento com as populações (o “*coração*” da denominada guerra contrassubversiva conforme doutrina em vigor no Exército Português - *O Exército na Guerra Subversiva*). Também foi relevante o desenvolvimento de forças e elites africanas na Guiné que, nos últimos anos da guerra, já representavam uma parte significativa do esforço geral. Tal como com Wellington, a sua ação de comando era mais que uma ação exclusivamente militar. Para ambos estes generais havia uma componente política forte, sem a qual, nunca poderia ter sido obtido um comando holístico e abrangente com a necessária unidade de esforços entre as várias componentes civis e militares. No entanto, como se verá, a coerência entre a política decidida em Lisboa e a que por si foi aplicada na Guiné foi-se, paulatinamente, afastando e desarticulando, atingindo mesmo o ponto de rutura em 1973.

O General Petraeus retomou antigos conceitos de contrassubversão, muitos usados nas guerras Peninsular, da Indochina e Vietname, da Argélia, da Malásia, do

Quênia ou em vários territórios da África em geral, que o ajudaram a elaborar uma nova doutrina de *counterinsurgency* que depois viria a aplicar, quer como comandante no Iraque (Commanding General, Multi-National Force – Iraq 2007/2008), como Comandante do US Central Command (US CENTCOM 2008/2010) e como comandante da ISAF (International Security Assistance Force 2010/2011) e das US Forces no Afeganistão. Foi patente a sua busca pela unidade de esforços, numa visão holística sobre a condução da guerra, na agora denominada “*comprehensive approach*” e numa forte aposta não só na coordenação entre as várias componentes civis e militares no terreno mas, também, na harmonização de estratégias (nomeadamente na denominada estratégia da “Anaconda”) entre as várias organizações, países e alianças envolvidas e, finalmente, no desenvolvimento das forças armadas e de segurança, dos países atingidos, Iraque e Afeganistão, que foram também parte fundamental na solução preconizada.

Ver-se-á ao longo deste trabalho, do qual esta breve súpula das ações desenvolvidas apenas mostra uma parte muito pequena do que se pretende estudar e analisar, que há inúmeros desafios que têm de ser vencidos em ambientes muito complexos mas, embora com contextos muitos diferentes, a História ajudou efetivamente na procura de elementos que apoiam a elaboração de uma teoria geral que se pretende apresentar.

Este trabalho necessitou por isso da História, mas também das áreas da Defesa e das Relações Internacionais. Necessitou de uma abordagem transdisciplinar que permitisse assegurar a suficiente abrangência para responder a uma questão inicial e central:

Que condições de comando é necessário garantir para assegurar a eficaz coordenação e controlo, entre uma adequada política geral e a consequente estratégia operacional, dentro e entre as várias componentes civis e militares e entre os vários momentos do antes, durante e após uma guerra?

Objetivo geral

Pretende-se elaborar uma teoria geral sobre o comando holístico da guerra que permita não só dar resposta à questão central levantada como ainda abrir novos caminhos para investigações futuras neste âmbito. Para a elaborar e, de alguma forma a testar, recorreu-se à análise dos três casos históricos que se apresentam.

Cientes da diversidade das conjunturas históricas, bem como dos palcos geográficos, julga-se ser possível desenvolver um inquérito sobre as linhas de ação dos generais Wellington, Spínola e Petraeus. Desde o âmbito mais geral da política e das estratégias adotadas pretende-se, com vista a possibilitar identificar as iniciativas

tomadas, estudar de que forma se conseguiu obter a necessária *unidade de esforços* entre todas as componentes civis e militares, de segurança e defesa, de cooperação e desenvolvimento, nacionais e internacionais, governamentais, não-governamentais e privadas, que se traduzissem em resultados convergentes na resolução de determinadas situações de guerra.

Para se conseguir um comando holístico e, por consequência, a necessária unidade de esforços, é forçoso garantir a articulação, a coordenação e, desejavelmente a convergência, de todos os interventores num determinado cenário de guerra. Para lá chegar, poderá ser necessário alterar a forma como se estruturam e pensam as diversas ações, se pensam políticas e estratégias no antes, durante e pós-guerra, se organizam e interagem as variadíssimas organizações presentes, e finalmente, se garantem uma permanente coerência e abrangência desde os mais elevados níveis e patamares da política até à ação estratégica, operacional e tática no terreno.

Domínio científico

O domínio científico da tese insere-se no âmbito da História, da Defesa e das Relações Internacionais. É uma tese inter e transdisciplinar destes três campos e que recorre a metodologias cruzadas entre as várias áreas.

No campo da História, mediante uma análise dedutiva e comparativa dos factos ocorridos, centra-se o estudo na estrutura superior do comando das forças de defesa e segurança, das suas relações com os outros agentes de poder civil e as várias organizações (governamentais e não governamentais) que estiveram presentes nos casos a analisar.

A compreensão da conjuntura internacional, nomeadamente para as novas formas de materialização do fenómeno da guerra e das disciplinas delas decorrentes, será efetuada através das Relações Internacionais. Parte dos conceitos estudados e aprofundados sê-lo-á com base nas Relações Internacionais mas também nos Estudos de Segurança e Defesa.

No domínio da defesa, no seu sentido amplo, ou seja, nos Estudos de Segurança e Defesa, tenta-se entender as formas de articulação entre os vários atores que devem convergir para a resolução dos conflitos.

A teoria geral para o comando holístico da guerra que se apresenta é assim o resultante de uma abordagem inter e transdisciplinar entre História, Defesa e Relações Internacionais.

Quadro analítico

A escolha de três momentos na história e da ação personalizada através dos três gerais tem em vista analisar e identificar o que de comum se pode encontrar e de diferente foi possível obter nos resultados, nas estratégias escolhidas dentro do contexto específico da época, tipo de conflito e realidade política das distintas épocas.

Uma das questões que se pretendeu evitar ao analisar três épocas distintas da história foi a queda no “anacronismo”, ou seja, a utilização de conceitos atuais para analisar acontecimentos ou factos de outras épocas. Daí que, em vez de simplesmente se compararem ações e épocas diferentes, que não é o objeto deste trabalho, se tenha centrado o estudo para cada época procurando atividades distintas e complementares que ajudassem a elaborar e a confirmar a teoria geral. Em comum nos três casos está o carácter holístico, abrangente, que todos os gerais procuraram atingir na condução das operações, nomeadamente, através do uso das ferramentas de que dispunham, dos sistemas de coordenação que encontraram e/ou criaram e na forma como o souberam aplicar. Especificamente, em cada um dos três casos, procuraram-se os seguintes elementos que de seguida se identificam.

Com Wellington, procurou-se encontrar / deduzir uma estratégia global britânica que não era idêntica à dos seus aliados, portugueses ou espanhóis. Foi possível assim inferir a estratégia total definida pelo seu Estado e a forma holística como se procurou desenvolvê-la e aplicá-la no terreno, com um grande controlo das várias estratégias económica, diplomática e militar. No âmbito restrito da estratégia militar tentou-se compreender como se fez a inclusão abrangente do combate das forças regulares e irregulares e os efeitos / colaboração sobre e com as populações.

Com Spínola tentou-se compreender a dificuldade em coordenar a política e as estratégias totais do Estado Português com as por si defendidas para a Guiné. Dentro dum contexto de uma guerra *contrassubversiva* num contexto mais alargado da *Guerra Fria*, sendo governador e comandante-chefe, tinha as ferramentas para a coordenação civil e militar mas encontrou grandes dificuldades em compatibilizar as suas opções com as do poder político que representava e de quem dependia. Mas houve também este fio condutor de tentar uma visão holística na condução da guerra, encontrando formas de fazer convergir as várias estratégias parciais nas vertentes militar, política, económica e diplomática.

Por fim, com Petraeus, que personificou a aplicação de uma nova estratégia para o Iraque e depois, de forma mais alargada, para o Afeganistão, procurou-se identificar as mesmas preocupações referidas para os anteriores. Na tentativa de convergência entre as várias componentes civis e militares, na coordenação das várias estratégias parciais e na busca de uma harmonia entre uma estratégia global definida por várias entidades políticas distintas, a do seu governo e das nações que formavam as

alianças, coligações e organizações internacionais representadas no terreno. Em Petraeus puderam ser ainda observadas, com mais intensidade, as preocupações em resolver situações criadas por falta de políticas de longo prazo que não tiveram em conta considerações de antes, durante e pós-conflito.

Assim, e por forma a ter uma base de análise comum para cada um dos três casos estudados, pretende-se responder a três perguntas principais:

1. Quais as condições de comando e controlo que foram dadas ao comandante responsável pela condução da guerra?
2. Que condições foram exigidas / pedidas pelo comandante nomeado, ao poder político de que dependia, para a execução da sua missão?
3. Durante a execução da campanha, que novas condições foram obtidas ou retiradas para permitir um comando holístico na condução da guerra?

Para permitir retirar o maior número de indicações sobre os três estudos de caso aprofundaram-se também diferentes áreas em cada. Ou seja, a metodologia seguida não se baseou numa simples comparação e busca das mesmas questões, mas sim numa complementaridade entre as várias áreas observadas e estudadas. Por exemplo, em Wellington, deu-se visibilidade às diferentes funções que ocupou como político, diplomata e militar e à forma como coordenou a ação entre as várias forças militares presentes, regulares e irregulares, das várias nações. Em Spínola preferiu-se dar um destaque maior à coerência que devia existir entre a política nacional e a estratégia seguida, desde o ambiente político que se vivia em Portugal antes da guerra até à procura de soluções políticas e militares para o caso específico da Guiné-Bissau. Com Petraeus deu-se destaque ao complexo ambiente multinacional em que as operações se desenvolveram e à difícil coordenação entre a enorme profusão de entidades presentes nas guerras do século XXI.

Como limitação no desenvolvimento da tese pretendeu-se evitar que o estudo recaísse sobre a personalidade das personagens descritas. Os três comandantes representaram um sistema de comando e controlo, foram a face visível de uma equipa mais vasta responsável pela condução da guerra e, embora a dimensão humana não pudesse ser descurada, porque as questões da liderança ou do carisma representam sempre um papel relevante no estudo, tentou-se evitar fazer a análise dos momentos e ações em causa como consequência, apenas, dos comandantes responsáveis. Não descurando a dimensão humana que cada um dos líderes transmitiu mas, não sendo esse o objetivo do trabalho, apenas se fizeram ocasionais abordagens neste campo para melhor entender ou contextualizar as decisões e opções tomadas.

Pontos de partida e a procura de respostas

Existem estudos sobre as possíveis classificações dos tipos de guerras do século XXI, bem como diferentes análises sobre os problemas na implementação da “*comprehensive approach*”, nomeadamente na ausência de uma unidade de esforços para a consecução dos objetivos, os problemas e falta de articulação entre forças de segurança e defesa, e entre estas e outras agências não militares ou de segurança. Sobre a “ação holística” encontram-se várias referências, mais na aproximação entre as várias organizações internacionais e com os Estados (ver detalhe no capítulo I sobre os vários usos do termo), mas não encontramos nenhum estudo sobre o comando ou a direção holística da guerra.

Embora existam estudos e obras que analisam a problemática das relações civis e militares ou da coerência entre estas ações em áreas de conflitos, não foi encontrado nenhum estudo que abordasse o caráter holístico da guerra nas quatro dimensões que se pretendeu fazer, ou seja, simultaneamente, entre as forças militares e paramilitares, entre as componentes militares e civis, desde a política até às ações no terreno e no temporal, desde o antes, passando pelo durante, até ao pós-guerra.

Não se encontrou nenhum estudo comparativo entre as ações conduzidas pelos generais Wellington, Spínola e Petraeus. Mesmo nos variadíssimos estudos que existem sobre cada uma destas personalidades pensa-se que este estudo utiliza uma abordagem inovadora que, embora presente em muitas obras de diferentes formas e apresentações, não os discute e apresenta pela perspetiva holística nas quatro dimensões anunciadas. Pensamos assim que este é o primeiro estudo que aborda o comando holístico na Guerra Peninsular de Wellington, na guerra da Guiné por Spínola e no Iraque e Afeganistão por Petraeus. Numa abordagem, que se tentou comparativa e complementar, ao dar diferentes pesos e prioridades às áreas analisadas em cada estudo de caso, este é um estudo apresentado numa perspetiva diferente e que, neste campo inter e transdisciplinar da História, Defesa e Relações Internacionais, não foi feito anteriormente. Partimos por isso de algumas reflexões iniciais que nos permitiram levantar algumas questões que, de seguida, referimos brevemente.

Longe vão as épocas em que, nalgumas situações, os soberanos comandavam diretamente a política dos seus Estados e a guerra, marchando muitas vezes na frente dos seus exércitos. O comando holístico da guerra estava então, assim, assegurado. Mas a História ajuda a entender que mesmo quando já não são os soberanos a comandar diretamente a guerra também se podem encontrar exemplos em que a coordenação entre as várias estratégias parciais pode ser atingida com uma eficaz articulação no terreno. Como se verá nos três estudos de caso, este poderá ter sido o caso de Wellington, não foi o caso de Spínola e muitas foram as dificuldades com que

se deparou Petraeus e que levaram a obter resultados diferentes no Iraque e no Afeganistão.

Wellington coordenava a sua estratégia com Portugal através de Miguel Pereira Forjaz em Lisboa e com o Príncipe Regente D. João no Rio de Janeiro (futuro D. João VI), com Espanha através do seu irmão na corte de Cádiz e, com o seu governo britânico, direta e indiretamente, sempre em estreita ligação através de familiares (os seus irmãos) e de políticos com quem mantinha uma relação pessoal. Pode-se assim concluir que as relações pessoais foram parte da solução?

Poder-se-á antes determinar que uma boa execução da estratégia total no terreno deriva de uma estratégia bem definida pelo poder político e que Wellington, ao influenciar essa política, facilitou a aplicação da mesma no terreno? Que a ausência de uma estratégia total bem definida (ou mal deduzida) pelo governo levava a uma execução *errante* no terreno, como teria sido o caso de Spínola? Pode-se afirmar que a falta de coerência na definição de estratégias claras para o Iraque e Afeganistão impossibilitaria uma clara tradução abrangente no terreno?

Por outro lado, a delegação de competências para executar essa autoridade no terreno poderia estar deliberadamente diminuída para assim se garantir um efetivo controlo da autoridade política e um balanceamento mais equilibrado entre o comandante militar e os objetivos gerais da política? Estariam casos como o da excessiva autonomia do General MacArthur na Guerra da Coreia na base das formas mais *controladas* de dirigir a guerra²?

A dificuldade de identificar claramente situações de guerra dentro de um carácter mais geral da conflitualidade estará a limitar a escolha dos corretos interlocutores no terreno? Estar-se-á também a limitar a leitura a determinados momentos sem olhar para toda uma política que deve antecipar a eclosão de uma guerra, tratá-la de forma ampla durante a execução da mesma e prever os efeitos e consequências para além da guerra terminada?

Procuramos dar respostas a algumas destas questões através da investigação levada a cabo, tentando comprovar a aplicabilidade das quatro dimensões do comando holístico aos três estudos de caso escolhidos para analisar.

Descrição do corpo da tese

² É brevemente de referir que o General MacArthur, enquanto comandante dos exércitos na Coreia, foi demitido em 1951 pelo Presidente dos EUA, Truman, por entre outros motivos, tomar e propor iniciativas que seriam exclusivamente da responsabilidade do governo dos EUA, Edwards, 2010: 13 e 24.

Para elaborar a tese, dividiu-se a mesma em quatro capítulos principais. Ela inicia-se com a elaboração de uma teoria geral do comando holístico da guerra e corpo de conceitos. Para elaborar a teoria geral foi necessário fazer uma breve descrição de um corpo teórico que traduzisse os conceitos e termos mais utilizado ao longo da tese, como por exemplo: guerra, conflito, crise, guerrilha, subversão e contrassubversão, insurgência e contrainsurgência, política, estratégia, tática, holismo e holístico, comando, coordenação e controlo, segurança e defesa, unidade de esforços e unidade de comando, relações civis-militares, entre outros.

Neste primeiro capítulo tentou-se explicitar o que se entende concretamente sobre o comando holístico da guerra e porque se usaram os exemplos históricos de três épocas distintas. A decisão de apresentar a teoria geral no primeiro capítulo, como enquadrador da análise dos capítulos seguintes, em vez de o fazer no final, como resultante dessa pesquisa, prendeu-se com três conjuntos de razões. Primeiro porque se desejou uma teoria geral que assentasse em conceitos (corpo de conceitos) que são em si parte de uma base da análise comum aos três estudos de caso. Em segundo lugar porque, dentro do domínio científico da História, Defesa e Relações Internacionais, a única forma de se comprovar a teoria, uma vez que não se pode fazer através de experimentação prática, é aplicá-la em contextos históricos diferenciados, situações distintas e com enquadramentos muito diferentes. Os exemplos escolhidos permitem entender melhor os desafios da atualidade. O objetivo não foi, como anteriormente referido, o de comparar épocas e situações históricas distintas, mas antes, o de procurar e identificar procedimentos usados que pudessem ter, com as necessárias adaptações e ajustamentos, aplicabilidade em desafios futuros. Em terceiro e último lugar, clarifica-se que o primeiro capítulo não foi cronologicamente o primeiro a ser escrito. Foi escrito concorrentemente com os restantes três capítulos, de forma holística e com interação entre os vários capítulos pelo que, como se poderá constatar, as relações entre todos será permanente e complementar.

No segundo capítulo estuda-se a ação do General Wellington, fundamentalmente durante a Guerra Peninsular (1807/1814) mas também é dado um significativo destaque aos períodos e experiências anteriores, nomeadamente, na Índia e na Flandres, quando Wellington ocupou funções como diplomata e militar, ou nos momentos em que desempenhou funções essencialmente políticas, como na Irlanda ou no parlamento em Londres. Para escrever este capítulo usaram-se os estudos elaborados por especialistas nestas áreas, incluindo obras publicadas em Portugal e no estrangeiro e também fontes primárias, essencialmente recorrendo à pesquisa de documentos no Arquivo Histórico Militar em Lisboa. Neste capítulo, como nos

seguintes, privilegiou-se o que o próprio comandante em análise escreveu, neste caso, os “dispatches” de Wellington, o seu correio e as reflexões que estão publicados e são do domínio público.

No terceiro capítulo, dedicado à ação do General Spínola na Guiné-Bissau (1968/1973) também se recorreu a estudos e obras publicadas por especialistas nesta área e a fontes primárias. A finalidade foi identificar as questões associadas na articulação entre a segurança e a defesa, na dificuldade da definição entre os objetivos nacionais e internacionais de Portugal; no desenvolvimento e africanização da guerra, na busca pela unidade de esforços com outras áreas importantes na governabilidade. Também se recuou na vida de Spínola para entender a influência, para um governo e comando abrangente na Guiné, do seu percurso, fundamentalmente da sua experiência na Guarda Nacional Republicana, no meio empresarial e, finalmente, da sua primeira campanha militar em Angola. Para melhor contextualizar esta ação fez-se uma breve comparação com outras situações internacionais, nomeadamente, a guerra na Argélia e na Indochina (posteriormente no Vietname) ou os casos da Malásia e do Quênia entre outras. Privilegiou-se, sempre que possível, o pensamento próprio de Spínola, publicado em mais de 10 livros e inúmeras entrevistas e também se recorreu ao testemunho direto de muitos dos seus colaboradores que deixaram obras e relatos pormenorizados sobre o período em análise. Completou-se a investigação recorrendo a fontes primárias, nomeadamente através de documentos consultados nos arquivos nacionais de Lisboa, Londres, Paris e Washington (ver bibliografia e fontes).

No quarto capítulo aborda-se a ação do General David Petraeus, fundamentalmente no Iraque e no Afeganistão, mas também se recua no tempo para estudar as suas experiências nos Balcãs, no Haiti ou, ainda, no meio académico. Como o estudo neste capítulo recaiu sobre temas recentes e ainda em desenvolvimento, decidiu-se recorrer a testemunhos através da elaboração de entrevistas diretas, incluindo ao próprio Petraeus (Anexo D – Entrevistas). Assim, além das obras e estudos publicados, deu-se o necessário destaque ao pensamento de Petraeus que está disponível em variadas entrevistas, em artigos publicados e, fundamentalmente, nos relatórios das audiências do Congresso dos EUA.

Reitera-se que não se limitou este estudo a analisar os mesmos fatores em cada uma das três situações. Analisou-se e deu-se destaque a fatores diferentes e, de alguma forma, cronologicamente, foi-se aumentando o âmbito da análise desde Wellington até Petraeus.

Para além do que já se explicou sobre o Capítulo I, embora os capítulos tenham uma determinada ordem de apresentação, os mesmos foram escritos concorrentemente porque surgiu a necessidade de definir conceitos que não tinham

tido pensados inicialmente e resultantes da pesquisa entretanto avançada; porque surgiu a possibilidade de melhorar a teoria geral à medida que se analisavam as várias situações de guerra estudadas; porque não só alguns dos elementos da teoria apenas surgiram da investigação levantada como também apenas se aprofundaram algumas áreas de estudo das quais entretanto se elaborou a teoria.

A abordagem foi assim, em si mesma, holística porque só assim, concorrente e complementarmente, se tornou possível a coerência que se pretende demonstrar.

CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO COMANDO HOLÍSTICO DA GUERRA E CORPO DE CONCEITOS

Neste capítulo pretende-se construir uma teoria geral sobre o comando holístico da guerra. Para o fazer teremos de, inicialmente, abordar um conjunto de conceitos que, pela sua importância e relevância, estejam diretamente associados ao tema deste estudo e ajudem ao desenvolvimento da teoria geral.

Os conceitos serão apresentados de forma sucinta mas devidamente problematizados e, para melhor os entender, decidimos apresentá-los em duas áreas fundamentais.

Primeiro enunciar os principais conceitos associados a crise, confronto, conflito e guerra. Com mais detalhe analisaremos as diferentes tipologias sobre a guerra e a evolução do fenómeno e daremos um natural destaque aos conflitos e guerras mais recentes. Estender-se-á esta análise aos vários patamares de decisão em que a mesma se desenrola: da política, da estratégia, da operacional e da tática.

Um segundo subcapítulo abordará e explicitará conceitos sobre a relação entre civis e militares, entre os governos e as forças armadas, entre a política e a ação militar. Faremos uma breve descrição das formas de usar os variados instrumentos do poder, militares e outros, e discutiremos o que se entende por comando, direção, controlo e coordenação. Termina-se este subcapítulo explicitando o que se entende por holismo e holístico.

Para os conceitos estudados e abordados recorreremos a um amplo leque de autores que incluiu académicos e não académicos (militares e civis), quer nacionais quer internacionais, e que, por serem muitos e variados, embora claramente identificados, optámos por não descrever (por exemplo, através da inclusão de uma breve referência a “Professor”, “Militar” “Jornalista” ou de outro termo) no corpo do texto. Alerta-se para este ponto porque a metodologia seguida nos outros capítulos seguintes foi diferente mas, neste caso, devido à grande dispersão dos conceitos abordados, a identificação pormenorizada de cada autor tornar-se-ia impraticável.

No terceiro subcapítulo, decorrente dos conceitos abordados e correlacionando com os exemplos que serão estudados nos capítulos seguintes de Wellington, Spínola e Petraeus, iremos elaborar sobre o que é, ou deveria ser, o comando holístico da guerra. Estudaremos abordagens próximas deste conceito e apresentaremos uma teoria geral sobre o mesmo.

Termina-se com uma breve síntese e antevisão dos subcapítulos seguintes.

1. Crise, Conflito, Confronto e Guerra: tipologias, evolução e patamares de decisão

Este trabalho versa sobre o comando holístico na guerra. Importa como tal clarificar o que se entende por guerra, bem como as principais diferenças com as situações de crise, confronto ou conflito. Sobre a conflitualidade e a guerra existem inúmeros estudos, alguns datando mais de dois mil anos³, pelo que tentaremos abordar esta temática sempre na perspetiva a que nos propusemos: a interação entre civis e militares e ao nível dos patamares políticos, estratégicos e operacionais.

1.1 Crise, Conflito, Confronto e Guerra

Entrando diretamente nos conceitos sobre a guerra e em algumas das variadas tipologias, ir-se-á de seguida fazer a distinção entre crise, conflito, confronto e guerra.

Uma crise pode ter origem, entre outras possíveis, numa situação de conflito e resultar, ou não, em guerra. Uma crise pode representar tanto um perigo como uma oportunidade, ou seja, dependendo da sua natureza⁴, da forma como se desenvolve ou da duração da mesma, poderá ter uma saída “positiva ou negativa”. Se falarmos em crises internacionais (que definiremos mais adiante), teremos de considerar que estas podem resolver-se (saída positiva) ou resultar numa guerra (saída negativa)⁵.

Fazendo uma possível distinção entre os diversos tipos de crise, encontram-se as denominadas crises internas e as crises internacionais. No caso de se estar a falar de crises internacionais, dentro do que Cabral Couto (mais tarde também Loureiro dos Santos) denomina de espectro da guerra, a crise surge como um conceito que se pode situar “entre a paz e a guerra”⁶. Depreende-se assim que o conceito de “crise” deva ser entendido dentro de um determinado quadro de hostilidade, o que levou Loureiro dos Santos a definir “crise” como “uma perturbação do fluir normal das relações entre

³ Por exemplo ver o pensamento dos gregos sobre a guerra: Aristóteles (1998: 49 e 75), Tucídides, Heródoto e Políbio (em Connell, 1995: 44 e Aparício, 1989: 21-24), Aristófanes e Platão (Pompeu, 2011: 111-123); de um romano como Vegécio (Monteiro, 2009: 362 a 381), e mais recentemente no século XVI, de um florentino como Maquiavel (Maquiavel, 1991).

⁴ “Não faltam termos, na linguagem corrente, para designar os diversos afrontamentos entre os homens, desde a concorrência ou a competição até à guerra, passando pelo diferendo, litígio, luta e combate ou simplesmente pelo debate, desacordo, disputa ou rivalidade”, Couto, 1988, Vol. I: 100.

⁵ Pinto, 1987: 8 e Ribeiro, 2008: 66.

⁶ Couto, 1988, Vol I: 151-152 e Barrento, 2010: 265; em vigor no Exército Português encontra-se o conceito de “espetro do conflito”, que sendo necessariamente mais abrangente, é definido como: “O espetro do conflito abrange o nível de violência desde a paz estável até à guerra total. Inclui, nos seus níveis intermédios, a paz instável e a subversão”, EME, 2012: 2-1.

dois ou mais atores da cena internacional com elevada probabilidade do emprego da força”⁷. Valença Pinto relacionou o conceito de conflito com os de crise e de guerra e deu uma perspectiva mais abrangente entendendo a crise como uma “sequência de interações entre dois ou mais Estados em conflito intenso perto da iminência da guerra porém com a percepção do perigo que representa uma elevada probabilidade de guerra”⁸.

A crise internacional situa-se assim, nos conceitos defendidos primeiro por Cabral Couto e depois por Loureiro dos Santos, entre uma situação de paz e a possível ocorrência de uma guerra. No essencial e, se se verificar uma rotura no equilíbrio, com o aumento da tensão e com a permanente ameaça de guerra (conflito armado), poderemos entrar efetivamente numa situação de guerra, embora nos termos do direito existam diferentes perspectivas para o que se pode considerar situação de guerra ou não⁹. Abaixo do nível (ou patamar) da crise ficam as denominadas “disputas”, comuns durante o período da guerra fria (que detalharemos adiante) e que se podem revestir de diferentes formas: litígios, diferendos, dissensões, dissidências e divergências. São situações em que se pode recorrer, em maior ou menor grau, a variadas formas de pressão, recorrendo-se ou não ao emprego da força militar¹⁰. Mas ainda estão longe de entrar no que acabámos de caracterizar como situações de crise. Acima do nível (patamar) da crise deparamo-nos então com uma possibilidade efetiva de um conflito armado ou guerra em que haverá, como consequência, um uso menor ou maior, de determinados graus de violência.

Podem-se encontrar situações de crise entre Estados, ou entre Estados e outros atores internacionais mas também dentro do próprio Estado, as que serão denominadas de crises internas, ou seja, no quadro interno de um país. Mas são as crises internacionais que nos levarão à estratégia, pois ocorrem entre atores do sistema político internacional¹¹ (o conceito de estratégia será detalhado mais à frente) e, como tal, sendo estas as mais necessárias para este trabalho, não

⁷ Santos, 1983: 101.

⁸ Pinto, 1987: 2.

⁹ Ver a relação entre os conceitos de “agressão”, “agressão armada”, “guerra” e “defesa” em Miranda, 2000: 39-48 e também os conceitos de “direito de intervenção”, “direito de ingerência”, “guerra” e “guerra justa” em Fontes, 2008: 127 e 130-131.

¹⁰ Tanto Loureiro dos Santos como Valença Pinto falam de “conflito intenso”, isto é, a “intensidade aumentou e, neste contexto, aumenta grandemente a probabilidade do emprego da força militar; aliás, pontualmente, ela até já vai existindo”, Pinto, 1987: 2 e Santos, 2000:56-71.

¹¹ Pinto, 1987: 1 e 7.

desenvolveremos o conceito de crise interna. Passemos então aos conceitos de confronto, conflito e guerra.

Como afirma Loureiro dos Santos, o conceito de confronto associa-se geralmente ao de conflito mas, da pesquisa efetuada, a maioria dos autores elabora as várias teorias sobre “conflito” e não sobre “confronto”, pelo que privilegiaremos e desenvolveremos mais profundamente o conceito de “conflito”. Quando se está em presença de uma situação em que dois ou mais atores internacionais se confrontam, “defendendo os respetivos interesses e procurando cada um obrigar o outro a atuar de acordo com aquilo que lhe é conveniente, estamos em presença de uma situação de conflito”. Ou seja, não se fala de uma “situação de confronto” mas sim de “situação de conflito”. Entendendo também “conflito” como uma situação bastante diversa do que, nas relações internacionais, se designam de “oposição” ou de “competição”¹². Quando a situação de conflito “envolver a utilização da violência organizada, encontramos-nos perante uma guerra”, sendo que nesta situação deve ser considerado que a mesma “envolve o emprego de todos os meios, militares e não militares, que o Estado pode mobilizar”¹³. No entanto, embora possam existir outros meios não militares, é o uso dos meios militares que, de facto, caracteriza a situação de guerra. Se os meios, ou o uso da violência, fossem exclusivamente económicos, continuava-se no domínio do conflito e não haveria tipificação de guerra ¹⁴. Ou seja, um conflito implica necessariamente uma ação de confronto, isto é, a ação de confronto é inerente a um quadro mais abrangente dum situação de conflito. Por sua vez, a situação de conflito, poderá evoluir ou não, para uma situação de guerra.

Segundo Rupert Smith, os conceitos de confronto e conflito podem ser diferenciados, tanto pela via da definição do objetivo como pela via dos responsáveis pela liderança do processo. Em situações de confronto, Smith define que o objetivo é o oponente. Reside na vontade de se tentar alterar ou direcionar as intenções de um determinado oponente, na possibilidade de se estabelecer condições e, acima de tudo, na procura de “vencer o choque de vontades”. Em situações de conflito, o autor considera que o objetivo será o de “destruir, tomar, manter; atingir um resultado decisivo através da aplicação direta da força militar”. Assim, pela via do objetivo, defende Smith, é possível diferenciar confronto de conflito. Mas acrescenta, também

¹² Ver quadro comparativo entre conflito, oposição e competição de Silva Ribeiro, 2011: 211.

¹³ Santos, 2009: 121.

¹⁴ Só quando envolve militares, se está em guerra e com todos os meios ao mesmo tempo, também se está em guerra. Se forem todos os meios de determinado Estado, está-se em «guerra total» e, ao nível estratégico de tal organização, o coeficiente de mobilização tende para a unidade.

se pode fazer esta distinção analisando a perspectiva dos principais responsáveis na liderança dos processos. Rupert Smith escreve que “um confronto inclui, além dos militares, os corpos político e diplomático – na verdade, liderando frequentemente os militares” e que “cada conflito está enquadrado num confronto, do qual deriva”. Apenas e quando um confronto passar para uma situação de conflito, é que poderão ser os militares a assumir “a liderança”. Ou seja, distingue assim, pela via dos principais responsáveis na liderança do processo, entre confronto e conflito. Durante a situação de confronto são os políticos e diplomatas a liderar o processo e quando se passa para a situação de conflito a responsabilidade primária fica nas mãos dos militares. Afirma ainda Rupert Smith que os confrontos são “essencialmente da esfera política e os conflitos do militar”. Por último, e relacionando estes dois conceitos com o de guerra, Rupert Smith afirma que “nem o confronto, nem o conflito nem a transformação do primeiro no segundo resultam necessariamente em guerra”¹⁵.

Como se pode constatar, para este autor o conceito de conflito é indissociável do uso e da aplicação direta dos meios militares, pelo que reduz a sua análise / diferenciação ao uso dos mesmos. Preferimos pensar, como descrevemos anteriormente, que confronto é uma ação e conflito uma situação. Uma situação de conflito envolve o uso de vários meios onde o militar poderá ser uma das possibilidades e que, conforme o desenvolvimento da mesma, tenderá ou não, para a guerra.

Cabral Couto e Lages Ribeiro separam os dois conceitos de confronto e conflito recorrendo à quantificação da forma de pressão ou de coação usada. Não obstante, defendem, de uma forma distinta de Rupert Smith, que um conflito pode “desencadear-se noutra esfera para além da militar, quer seja no campo laboral, político ou diplomático, quando se produz um choque de interesses”¹⁶. Confronto é assim, para estes autores, uma ação integrante num conflito “quando todas as formas de resolução não tiverem êxito e o uso da força [militar, acrescenta-se] é reconhecido pelas partes como a única modalidade de ação existente”¹⁷.

Max Manwaring também se afasta da noção de Rupert Smith sobre “conflito gerido pelos militares” quando afirma que um conflito não pode ser confundido com uma guerra de atrito entre forças militares. “Modernamente”, escreve Manwaring, os conflitos envolvem a totalidade das populações, organizações civis, militares, internacionais, governamentais e não-governamentais e uma plêiade de riscos e

¹⁵ Smith, 2008: 224-225 e 230.

¹⁶ Couto, 1988: Vol. I-101.

¹⁷ Ribeiro, 2008: 54.

ameaças globais, regionais e locais que tornam os conflitos não só multidimensionais mas também multiorganizacionais¹⁸. No entanto, esta noção não é “moderna” como veremos nos capítulos seguintes quando abordarmos “Wellington” e “Spínola”. Assim, por via da identificação dos principais responsáveis, militares, políticos ou diplomatas na gestão de um conflito, não será possível separar e diferenciar confronto de conflito.

Referindo-se apenas ao conceito de conflito, António Barrento defende que “um conflito é um afrontamento entre seres ou grupos de seres, por variadas causas e que se apresenta sob diversas formas, mas que pode chegar à violência física e, no limite, pode ir até ao aniquilamento do adversário”. Alerta que há diferentes tipos de conflito, que podem ir de uma “simples disputa judicial a um debate mais ou menos aceso e prolongado; de uma intriga a um insulto ou ameaça; da violência verbal à física e até à própria guerra”¹⁹. Barrento não separa confronto de conflito e dá importância apenas ao último conceito.

Pode-se assim afirmar que confronto e conflito são conceitos comparáveis e que, embora alguns autores os confundam, de acordo com os critérios anteriores elencados, poderemos concluir que o confronto, como ação, poderá estar incluído no conceito, mais amplo, de conflito. Deve-se assim centrar a nossa abordagem sobre o conflito e sobre a sua distinção relativamente ao conceito de guerra. Para o âmbito do trabalho pretendem-se ainda relevar os aspetos ligados à multitude de responsáveis e de organizações que têm de se envolver nas situações de conflito. Por fim, destaque-se que, para os autores consultados, é no limite “superior” (mas ainda dentro) ou para além de, situações de conflito, que se encontra a situação de guerra. Dito de outra forma, a guerra é sempre um conflito. Não está acima da situação de conflito. O conflito tem assim mais interações, para além da guerra, mas integra-a. Seguidamente ir-se-á aprofundar este conceito.

Sobre o conceito de guerra existem muitas definições e diversas abordagens. Duas delas são a perspectiva sociológica (polemológica) de Gaston Bouthoul de que “é uma luta armada e sangrenta entre grupos organizados”²⁰ e a de Lacerda Álvares como “fenómeno social que resulta da aplicação violenta do poder”²¹. Existe também uma perspectiva jurídica salientada por Joaquim Cupertino, na qual “a guerra é um facto humano e social de carácter jurídico”²², ou por José Fontes para quem “a guerra e a intervenção justa não podem ocorrer apenas em situações de agressão, mas também

¹⁸ Manwaring, 2004: 42.

¹⁹ Barrento, 2010: 68.

²⁰ Bouthoul, 1966: 46 e 51.

²¹ Álvares, 1973: 23.

²² Cupertino, 1985: VI-5.

em situações preventivas”²³. Entre vários autores militares temos a perspectiva de Cabral Couto de que a guerra é “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares”²⁴.

A discussão académica, tem-se centrado sobre se se deve considerar ou não como guerra uma situação onde ainda apenas existe uma “possibilidade potencial do uso da força militar / armada”. O conceito que aceita a possibilidade para o uso da força como dentro do conceito de guerra dará origem a termos como de “guerra fria” e “guerra quente”. Este conceito é apoiado, entre outros, por Henry Kissinger, Zbigniew Brzezinski, Chris Gray, Lacerda Álvares, Mendes Dias e Horta Fernandes²⁵. Em pólo oposto surgem os conceitos que implicam, não a possibilidade, mas o de se apenas considerar como situação de guerra, quando existe a efetiva utilização da força armada.

Por exemplo, sobre o termo “guerra fria”, escreveu Rupert Smith que esta denominação era um “erro grosseiro” porque “nunca se tratou de uma guerra, mas sim de um confronto prolongado”²⁶. Chris Gray compara a guerra fria à ciberguerra para dizer que esta foi um conflito internacional em que todos os meios, exceto os militares, foram usados²⁷. Considerando efetivamente o uso da força nas definições de guerra temos o conceito de Proença Garcia em que a guerra é entendida como “violência armada e sangrenta, entre grupos organizados, que cria e se desenvolve num ambiente hostil, inerentemente incerto, evolutivo, tendo como finalidade mais evidente o acesso ao, ou a manutenção do, poder”²⁸. No mesmo plano, do efetivo uso da força armada, além da já referida de Gaston Bouthoul, temos a definição de guerra elaborada por António Barrento e que se julga ser a mais adequada: “A guerra é o estado de confronto entre grupos políticos, em que se emprega a força armada e se usa a violência de uma forma organizada, para a obtenção de fins determinados pela política”²⁹.

Como vimos, na definição de Proença Garcia é levantada a questão do poder. Este é um dos argumentos mais fortes para Donald Kagan no seu livro sobre as origens da

²³ Fontes, 2008: 141.

²⁴ Couto, 1988: I-148.

²⁵ Brzezinski, 2004; Kissinger, 2003; Gray, 1997; Álvares, 1973; Dias, 2010 e Fernandes, 2011.

²⁶ Smith, 2008: 223.

²⁷ Gray, 1997: 22.

²⁸ Garcia, 2011: 62.

²⁹ Bouthoul, 1966: 46 e Barrento, 2010: 85.

guerra onde afirma que o “elemento fundamental que produz a guerra é a competição pelo poder”. Muitas vezes, reconhece Kagan, os diversos atores apenas entram nas mesmas pelas antigas razões anunciadas por Tucídides de “honra, medo e interesse”³⁰. Em síntese, não abordando as causas e as motivações para a guerra, quer-se apenas destacar que para este trabalho se consideram como guerra apenas as situações em que efetivamente se faz uso da força armada e tendo como base que os “fins” foram, ou deveriam ser conforme a definição de Barrento, “determinados pela política”.

Iremos por isso incidir o nosso estudo sobre situações de guerra, com efetivo uso da força militar. Mesmo que a guerra não tenha sido formalmente declarada, como tem acontecido na maioria dos conflitos depois da II Guerra Mundial³¹. Não se vão incluir portanto conceitos relativos a operações “outras que não guerra” na sua sigla americana (OOTW - *Operations Other Than War*), embora nestas situações também se possam incluir a ameaça, e mesmo por vezes, o uso da força. Podem ser “ataques cirúrgicos, ações rápidas, demonstrações de força, antiterrorismo, evacuação de não combatentes, manutenção da paz, imposição da paz, operações de salvamento, embargos e sanções, apoio a autoridades civis”. Mas como afirma claramente Mendes Dias, as “operações de apoio à paz (...) contra o narcotráfico, antiterroristas (...) não são guerra”³².

Um denominador comum aos conceitos abordados neste subcapítulo prende-se com o conceito de “ação” pelo que, antecipadamente, se gostaria de clarificar. Associados à palavra ação surgem geralmente muitos outros termos como, por exemplo, ação direta, indireta, estratégica, humanitária, política, psicossocial.

Salienta-se, por estarem diretamente conectados ao estudo da guerra, os seguintes conceitos associados à palavra ação: a ação direta, realizada diretamente sobre pessoas, grupos, Estados ou coligações, e a ação indireta que procura chegar aos mesmos alvos mas tentando evitar o confronto direto. Durante o período da denominada Guerra Fria, desde o final da II Guerra Mundial até à queda do muro de Berlim em 1989, os “grandes poderes” – Estados Unidos e União Soviética – apoiaram

³⁰ Kagan, 1995: 8 e 10 e Aparício, 1989.

³¹ “Atualmente, muitas guerras não são declaradas (unicamente são desencadeadas)”, Martins, 2003: 423.

³² Dias, 2010: 102-103; as *Operações de Apoio à Paz* podem ser entendidas como “um termo de utilização comum que engloba as operações de âmbito multinacional, com o apoio ou participação de outras agências, como resposta a crises com o objetivo de conter conflitos, restabelecer e manter a paz, visando a moldagem do ambiente operacional em proveito da reconciliação, reconstrução e a transição para um governo legítimo”, EME, 2012: 2-7.

a insurreição de variados movimentos e grupos em inúmeras regiões (pontos de fricção), sendo por isso classificadas como “guerras por procuração”³³. As grandes potências, adotando assim uma clara estratégia de ação “indireta”, apoiaram, treinaram, financiaram e por vezes combateram ao lado de uma das fações em confronto³⁴. Por exemplo para o caso do Afeganistão, os EUA em apoio aos *mujahiddin*, e as forças soviéticas em apoio ao governo do Afeganistão – pormenorizado no capítulo “Petraeus”.

Situando-se então este conceito de “ação direta e indireta” no campo da estratégia, verifica-se que Lidell Hart, Beaufre, Silva Ribeiro e Cabral Couto diferenciam entre a estratégia direta e indireta. A primeira consegue-se fazendo uso, ou ameaçando com o seu emprego, por parte de forças militares. No segundo caso, da estratégia indireta, o sucesso obtém-se sobretudo através da coação psicológica, económica, subversiva e outros, em que os meios militares desempenham “um papel não ativo ou subalterno”³⁵. A utilização da estratégia militar, na sua vertente direta, assume preponderância na busca da consecução do objetivo. Pode não ser a única estratégia em utilização e, em geral, não é. Importa ainda enunciar que também se associam ao conceito de “ação” os de “ação psicológica, psicossocial e social” e que, pela sua importância, serão desenvolvidos no capítulo “Spínola”. A ação estratégica, em síntese, visa obter uma decisão de escolha dos meios e processos capazes para atingir cada objetivo estratégico elegido³⁶.

De seguida iremos particularizar algumas tipologias de conflito e de guerra por serem as mais comuns no desenvolvimento do nosso trabalho.

1.2 Tipologias e Doutrinas

As denominadas tipologias de guerra resultam dos fatores escolhidos para as diferenciar. Como vimos no subcapítulo anterior, de acordo com a intensidade do uso

³³ O enquadramento histórico deste conceito de “proxy-war”, explanando as suas origens ao período da Guerra Fria, pode ser encontrado em Hironaka, 2005: 104-108; no âmbito da informática também é recorrente o uso do termo “proxy” que não é mais do que um computador (servidor) que funciona como intermediário entre o computador do utilizador e o serviço de Internet.

³⁴ Ribeiro, 2008: 2.

³⁵ Hart, 2011: 30; Ribeiro, 2009: 86; Cabral Couto em Beaufre, 2004.

³⁶ Ribeiro, 2008: 2; o termo «ação», ao aparecer conectado ou associado a outros termos, também poderia estar relacionado com outros possíveis critérios de classificação que não usámos, nos diferentes domínios em que se utiliza, em áreas tão variadas, que se estendem desde a literatura até à atividade desportiva, por exemplo: ação feminista; ação israelita; ação da comunidade; ação negativa; ação inócua; ação militar; ação civil; ação judicial.

efetivo da força, para alguns autores, encontra-se a denominação de guerra “fria” ou “quente”. Se se analisar sobre a perspectiva dos meios usados pelos contendores poderemos encontrar “guerra convencional” e “não convencional”³⁷. Na escolha da tática podem as guerras ser divididas em “regular” ou “irregular”. Depois, como veremos adiante, encontram-se muitas outras designações: de “quarto tipo”, “preemptivas”, “assimétricas e dissimétricas”, “nucleares”, “urbanas”, entre outras. Tendo em atenção o trabalho a que nos propomos, iniciamos dando algum destaque à comumente designada “guerra subversiva”³⁸.

A “guerra subversiva”, tal como em determinadas guerras internas e civis, é geralmente entendida numa dimensão em que se identificam diferentes grupos em confronto, uma autoridade central contestada, apoios internacionais diversos, santuários em áreas contíguas e fronteiras permeáveis. Pelo que se tem assistido nos recentes conflitos da primeira década de 2000, aparentemente, também estes nos apresentam os “ingredientes” típicos de uma guerra de natureza subversiva ou, na doutrina americana, *insurgency*, com os guerrilheiros a tentarem o controlo das zonas rurais e a operarem no meio da população, com o recurso à ação psicológica³⁹. Mas, simultaneamente, também se podem enunciar outros fatores. Por exemplo, nos diversos modos de operar pelos governos instituídos e apoiados pela comunidade internacional, que ao tentarem aplicar uma doutrina de “contrassubversão ou *counter-insurgency*”, esta será assim conduzida por uma coligação de países. Assim, ao contrário das guerras coloniais e de libertação da pós-II Guerra Mundial em que normalmente se opunha um país contra um ou mais grupos de libertação, ou seja, quando se realizavam campanhas de contrassubversão conduzidas exclusivamente por um país, há agora campanhas de contrainsurgência conduzidas por alargadas coligações de países, como aquela a que se assiste no Afeganistão (ver diferença das duas situações entre os capítulos “Spínola” e “Petraeus”).

Por outro lado, tornou-se mais difícil identificar opositores e grupos de guerrilheiros, áreas / zonas de atuação, países apoiantes e santuários. Estes elementos permitem assim assinalar algumas diferenças entre o que se entende por uma guerra subversiva

³⁷ Cabral Couto denomina “Guerra Clássica ou Convencional”, Couto, 1988, Vol. I: 155; também em Alves, 1988: 153.

³⁸ “Durante muito tempo confundiu-se guerra subversiva com guerra de guerrilhas, isto é, confundiu-se o todo com uma das suas manifestações táticas”, Couto, 1988: II-294; também capítulo sobre a diferença entre guerrilha e insurgência em “Insurgency or Guerrilla Warfare?”, Beckett, 2005: 2-6.

³⁹ “O fenómeno subversivo é imemorial (...) designações como «guerra subversiva» são muitas vezes «coladas» a outras como guerras de guerrilha ou guerras psicológicas”, Dias, 2010: 108.

/ “insurgent” ou pelas tipologias de guerra irregular ou simplesmente não convencional⁴⁰.

As guerras do Iraque e do Afeganistão nas primeiras décadas deste século têm semelhanças com outra que iremos analisar, a da Guiné-Bissau nas décadas de 1960 e 1970 (ver capítulos “Spínola” e “Petraeus”). Aplicando diretamente as definições de Cabral Couto e as da doutrina do Exército Português na década de 1960⁴¹, poder-se-ia assim dizer que, para os casos do Iraque e do Afeganistão, se está perante, combinando ambas as definições, de uma luta no interior de um território, apoiada e com participação ativa por parte da população, ajudada e reforçada pelo exterior, contra a autoridade de facto existente. Neste caso e fazendo a adaptação aos governos iraquiano e afegão, com os governos apoiados pela comunidade internacional.

Poderemos também apoiar-nos nos “antigos” conceitos de guerra regular ou irregular, convencional ou não convencional⁴². Sem aprofundar as várias definições que aparecem sobre cada um destes exemplos concertos, poderíamos afirmar que os grupos que se opõem à autoridade estabelecida, no Iraque, no Afeganistão ou em outros conflitos recentes como o da Líbia, da Síria ou do Norte do Mali, atuam de uma forma irregular ou não convencional⁴³. Por outro lado, as forças aliadas que apoiam os governos aceites pela sociedade internacional, para eficazmente poderem lutar nesta forma de guerra, de acordo com uma das antigas máximas no uso da força, necessitam da adaptabilidade aos meios, e assim, também elas têm de executar ações classificadas de irregulares ou não convencionais⁴⁴. No entanto, para as forças

⁴⁰ Manwaring, 2004: 1.

⁴¹ EME, 1966 (será desenvolvida no capítulo “Spínola”).

⁴² Na doutrina em vigor no Exército Português define-se *guerra irregular* como “uma luta violenta travada entre um Estado e atores não-Estado pela legitimidade e influência sobre uma população e um território. Este tipo de conflito caracteriza-se pelas atividades predominantes serem a subversão, a contrassubversão e a existência de um ambiente que se denominou por guerra não convencional”, EME, 2012: 2-8.

⁴³ “A guerra irregular difere da guerra convencional em dois aspetos principais: primeiro, o combate é conduzido entre e no seio da população (...) segundo, a ênfase na guerra irregular é na abordagem indireta, evitando a confrontação direta entre forças irregulares e as forças regulares”, EME, 2012: 2-8 - 2-9.

⁴⁴ EME, 1987, Vol. 2: 19-21 a 22; guerra não convencional “é o termo utilizado para englobar operações militares, normalmente de longa duração, predominantemente conduzidas por forças autóctones que são organizadas, treinadas, equipadas, apoiadas e dirigidas a partir do exterior do território. (...) A condução da guerra não convencional é especialmente uma missão

armadas, com a diferença que, mesmo quando optam por técnicas ou táticas não convencionais, o devem fazer sempre no escrupuloso cumprimento do direito internacional⁴⁵.

Está-se a analisar o fenómeno pela forma de atuação das forças no terreno, mas se se escolher analisar pelo prisma das causas / motivações / razões⁴⁶ poderemos denominar estes conflitos, em especial os do Iraque e Afeganistão, por guerras étnicas ou identitárias⁴⁷, recorrendo a tipologias de guerra “por princípios, pela defesa ou imposição de uma causa”⁴⁸. Vai-se de seguida alargar a base de estudo e tentar introduzir outras variações no fator que se analisa e identificar algumas das possíveis tipologias de conflitos e guerras.

Alguns destes conflitos podem estar dentro do conceito de “choque de civilizações”. Samuel Huntington no seu livro intitulado de “Choque das Civilizações” desenvolvido a partir do artigo original publicado na revista *Foreign Affairs* em 1993⁴⁹, refere estes conflitos, por exemplo o Iraque e Afeganistão, quando contextualiza a ação de guerra santa “jihad” contra os cruzados invasores, do oriente contra o ocidente ou, embora se tenha criado muita polémica contra Huntington com estas classificações, da civilização islâmica contra a civilização ocidental.

Fazendo uma análise ainda mais abrangente também podemos encontrar o que se classifica como guerra preemptiva quando, após o 11 de setembro de 2001, os EUA atacaram o Afeganistão “apenas depois de aquele ter mostrado as suas intenções de uma forma explícita”, nas palavras de Proença Garcia. Mas garantindo que se “agiu antes do tempo que normalmente se agiria para, a todo o custo, evitar a guerra ou para a fazer em situação mais vantajosa” como afirmou António Barrento. Ou ainda, dito de outra forma por Silva Ribeiro, quando “os meios de coação são utilizados sobre

para as forças de operações especiais, que pode ser executada como uma operação isolada ou como parte de uma campanha”, EME, 2012: 2-12.

⁴⁵ Ver capítulo da doutrina em vigor no Exército Português sobre a obrigação de respeito pelo direito internacional, EME, 2012: 1-17.

⁴⁶ “Os conflitos surgem devido à disputa de bens, como a propriedade de outrem, ou de recursos caracterizados pela sua essencialidade e raridade (terra arável, água, combustíveis, metais raros, pedras preciosas, etc.), por valores e interesses que se deseja manter ou conquistar, como o território, o poder, o prestígio; por uma dialética de razões, de direitos e de princípios pelos quais vale a pena conflitar”, Barrento, 2010: 68.

⁴⁷ Martins, 2003: 422 e Garcia, 2011: 76.

⁴⁸ Dias, 2010: 106.

⁴⁹ Posteriormente publicou o livro “O choque de civilizações” em 1996; Proença Garcia apresenta no seu livro como “Guerra entre Civilizações”, Garcia, 2011: 78.

um contendor, na presunção de que está pronto para lançar um ataque”⁵⁰. Raymond Aron afirmou que um ataque por antecipação, ou preemptivo, era desencadeado “num período de crise, porque se espera, de um momento para o outro, ser atacado”⁵¹. A guerra preemptiva distingue-se de outro tipo de guerra classificado de “preventiva” porque, neste último caso, pretende-se evitar que o adversário “forme, a prazo, uma ameaça terrível” e é preferível fazer o ataque enquanto “se goza de uma situação favorável” empregando assim os meios de coação “para impedir que o contendor empregue os seus numa estratégia ofensiva”⁵². Ou seja, preemptiva, antes que uma determinada ameaça se torne efetiva, e preventiva para que o opositor não se transforme sequer em ameaça. Brzezinski afirma que, infelizmente, os dois conceitos são habitualmente confundidos entre si mas, como se viu e também defendemos, não o são⁵³.

Noutro tipo de classificação, podem-se encontrar as denominadas “guerras do terceiro tipo”, ou seja, acerca das pessoas, dentro do próprio Estado. Também surgiu a expressão de guerras de “quarta geração” referindo-se especificamente ao ressurgir do fenómeno da insurgência mas que, por parte de alguns autores, tem vindo a ser abandonada⁵⁴. Noutra forma de abordar o fenómeno, vê-se o que Mary Kaldor classifica de “guerra nova”, quando determinados conflitos apresentam uma combinação entre guerra, crime organizado e violação massiva dos direitos humanos. Um tal contexto é possível de ser identificado, por exemplo, no papel desempenhado em vários conflitos pelos “senhores da guerra” ou na repressão brutal exercido por regimes como o dos Talibã, através de uma interpretação extrema da Sharia - direito islâmico aplicado como principal fonte de direito num Estado Islâmico. Mary Kaldor alerta que, mesmo quando nos referimos a “guerras novas”, existem sempre objetivos políticos que importa determinar e, como se verá, esta será uma parte importante da análise no nosso trabalho⁵⁵.

⁵⁰ Garcia, 2011: 83; Barrento, 2010: 305 e Ribeiro, 2009: 97.

⁵¹ Aron, 1984: 407.

⁵² Ribeiro, 2008: 18 e Ribeiro, 2009: 96.

⁵³ As guerras preemptivas e preventivas foram muito criticadas nos EUA e um pouco por todo o mundo. Ver definição e clarificação dos conceitos, bem como as críticas feitas, por Zbigniew Brzezinski, 2004: 36-37 e 148-149 e Record, 2003: 18.

⁵⁴ Embora este termo exista desde a década de 1980, Thomas Hammes defende esta classificação para os conflitos do Iraque e Afeganistão em 2005 (Hames, 2005), tese que será rebatida no mesmo ano por Echevarria II, 2005: 2-4 e 16-17.

⁵⁵ Kaldor, 1999: 70 e 110; ver também reflexão de Mendes Dias que argumenta que estes temas já foram teorizados anteriormente há mais de 50/60 anos e que é uma constante

Encontram-se ainda designações como “guerra híbrida”, quando se está perante atores estatais e não estatais, combatentes e não combatentes, através de forças adaptáveis ao adversário. Do ponto de vista das capacidades, quando muito desequilibradas entre oponentes, usam-se termos de “guerra assimétrica e dissimétrica”. Pascal Boniface é um dos autores que nos ajuda a distinguir estes conceitos ao nível estratégico: “a simetria é entendida como um combate com armas iguais. A dissimetria é a procura de uma superioridade qualitativa e/ou quantitativa por um dos combatentes; a assimetria é o processo inverso que consiste em explorar todas as fraquezas do adversário para se poder ser mais nocivo”⁵⁶. Se o ponto de análise for a área de combates, entre as cidades e o campo, também se encontra a designação de “guerra urbana” (dentro das grandes cidades)⁵⁷.

Rupert Smith popularizou uma tipologia a que chamou de “guerra entre o povo”, na qual destacou o facto de não existirem frentes e retaguardas e ser difícil a distinção entre combatentes e não-combatentes porque os combates se fazem entre as populações. Nesta sua reflexão pode-se destacar, porque se torna relevante para o nosso trabalho, que a “esfera política e militar fazem ambas parte do mesmo contínuo” embora, para este autor, exista uma diferença assinalável porquanto “as entidades civis não participam em ações militares, mas os representantes militares podem integrar as negociações políticas e diplomáticas”⁵⁸.

Joseph Nye, um pouco na mesma linha de pensamento, afirmou que a guerra se encontra em mudança porque há um esbatimento “da frente militar e da retaguarda civil”. Como as guerras entre Estados se tornaram menos comuns, Nye escreveu que se assiste a um “contínuo de operações políticas e violentas irregulares ao longo de vastos períodos que garante o controlo coercivo sobre as populações locais”. Acrescentou ainda este autor, referindo-se ao uso das forças armadas, que os recursos militares são usados em muitas outras formas para lá do estritamente militar, isto é, quando se entende que a única coisa que as forças militares fazem é combater, porque podem não só “combater e destruir fisicamente” como ainda “apoiar ameaças na diplomacia coerciva; prometer proteção, incluindo ações de manutenção de paz”. Em síntese, Nye afirma que os recursos militares tanto podem produzir “poder duro

histórica na fenomenologia violenta, ou seja, não se tratam de “guerras novas”, Dias, 2010: 105-116.

⁵⁶ Boniface, 2008: 137.

⁵⁷ Garcia, 2011: 84.

⁵⁸ Smith, 2008: 225, 253 e 258.

como poder suave” e assim, alargar o âmbito para a forma como se olha e usa o poder militar⁵⁹.

Dependendo assim do ponto de vista que escolhermos para analisar, pode-se argumentar que as guerras se enquadram em muitas das classificações anteriormente expostas e que a escolha de uma destas designações fica sempre dependente do critério que elegemos. No entanto as guerras mais recentes são marcadamente internas, urbanas, com uso de meios convencionais e não convencionais e desenvolvem-se geralmente em ambientes caóticos e de difícil delimitação. Voltemos por isso ao início da reflexão e centremo-nos na tipologia de “guerra subversiva”.

Os Estados podem entrar em guerra contra uma “rede terrorista, uma milícia étnica, um movimento independentista, um exército rebelde ou ainda contra o crime organizado”⁶⁰. Encontra-se um pouco de cada uma destas situações no Iraque ou Afeganistão, da al-Qaeda aos Talibãs, do movimento Haqqani aos “senhores da droga”. Desde o final da II Guerra Mundial que se tornou muito difícil encontrar exemplos do que se denominou de “guerra clássica ou convencional”, travada exclusivamente entre dois ou mais Estados. Pelo contrário, a maior parte dos conflitos registados na segunda metade do século XX e na primeira década do século XXI têm, como observámos anteriormente, outras variáveis. São, por um lado, “guerras irregulares” porque não se combate de forma regular, ou seja, entre exércitos; e são guerras “não-convencionais” porque, entre outros fatores, não estão claramente identificados todos os oponentes, os objetivos de cada e o âmbito das operações.

Se discutimos “guerra subversiva” teremos naturalmente de particularizar o termo subversão⁶¹. Numa definição resumida por António Barrento concordamos que “a subversão é uma forma da estratégia se manifestar num conflito contra um poder estabelecido e a contrassubversão é a forma utilizada pelo poder para se lhe opor”. Ou seja, por um lado a subversão usa a iniciativa e, por outro, a contrassubversão “é, normalmente, reativa”⁶². Ambos estes conceitos serão amplamente discutidos nos capítulos “Spínola” e “Petraeus” mas destaca-se desde já este fator de “reatividade” nas doutrinas de contrassubversão (ou *counterinsurgency*) para realçar que a iniciativa está geralmente do lado do “insurgente”. É portanto vital uma (re)ação neste campo porque se, por um lado, é verdade que num “ambiente subversivo, de guerra irregular” as guerras contrassubversivas “não se ganham com ação militar”, querendo assim

⁵⁹ Nye, 2012: 53, 61 e 69.

⁶⁰ Garcia, 2011: 100.

⁶¹ “A Guerra Subversiva constitui a expressão violenta do fenómeno subversivo”, EME, 2012: 2-9.

⁶² Barrento, 2010: 246.

dizer-se, com a exclusiva ação militar, mas afigura-se ainda mais relevante que as mesmas se podem perder “pela inação militar”⁶³.

As respostas tradicionais, tal como as ações subversivas que as provocam, de contrassubversão (ou *counterinsurgency*), incluem, por isso, várias dimensões muito para além da exclusiva ação militar⁶⁴. Para se atingir um objetivo final de “paz, estabilidade e desenvolvimento” é necessário alcançar primeiro determinados objetivos intermédios que têm de ser conseguidos por variadas e diversas formas de ação, como por exemplo: “Neutralizar e destruir a estrutura subversiva; preservar e fortalecer as forças de contrassubversão; preservar e obter a adesão da população, criando interna e externamente condições que desfavoreçam a eclosão da subversão”⁶⁵.

Numa nova interpretação sobre estes fenómenos surgiu o conceito defendido por António José Telo, ao qual nos associamos, de conflitos e guerras do caos⁶⁶. Um exemplo ilustrativo dum conflito do caos foi, e ainda é, o caso do continuado conflito da Somália. Partiu de um colapso da soberania tradicional e transformou-se numa situação caótica em que múltiplos “senhores da guerra” disputam o terreno, com diversas etnias e grupos rivais, as populações indefesas e os recursos insuficientes, num cenário de uma catástrofe humanitária de grande escala onde surgem atores muito diversos, desde grupos de guerrilha a redes criminosas, organizações terroristas e empresas privadas.

Associados a conceitos de guerra surgem ainda os conceitos de “Nation-Building” e de “State-building”⁶⁷ que geralmente não são traduzidos para português embora sejam usadas expressões ocasionais como de “construção” ou de “reconstrução de nações”. No léxico militar, geralmente, estes conceitos são parte do que se designa por “tarefas de estabilização”⁶⁸. Estas tarefas de (re)construção, usualmente entendidas como ações pós-conflito, têm vindo a ganhar importância, especialmente, em recentes

⁶³ Garcia, 2011: 105.

⁶⁴ “A contrassubversão abrange todas as ações militares, paramilitares, políticas, económicas, psicológicas e civis levadas a cabo por um governo para acabar com a subversão”, EME, 2012: 2-10.

⁶⁵ Couto, 1988: II-306.

⁶⁶ Telo, 2013: 46-47; ver explicação do conceito de “conflitos e guerras e do caos” nas páginas 98 a 108.

⁶⁷ Sobre o uso de ambos os termos, *Nation* ou *State Building*, ver Dobbins, 2007, mas optamos por utilizar no restante trabalho somente o de *Nation Building* uma vez que é a designação mais corrente.

⁶⁸ EME, 2012: 8-12 a 8-18.

conflitos como os do Iraque e Afeganistão. Tradicionalmente entendidos como uma fase posterior ao período de guerra, estes conceitos são atualmente entendidos como uma fase transversal e uma dimensão essencial na resolução de conflitos. Ou seja, nem sempre serão apenas para a fase pós-conflito, tendo que ser pensados e, dentro das possibilidades executados, ainda durante a situação de guerra (ver adiante a teoria sobre o comando holístico da guerra). Assim, a par das “tradicionais” tarefas de desmobilização de combatentes e de reconstrução de infraestruturas básicas, surgem outras tarefas destinadas a garantir a segurança, a formular políticas de desenvolvimento, de legitimidade democrática dos governos e que podem ser postas em prática ainda durante a fase de guerra⁶⁹. Em suma, pensar na resolução de conflitos, e se a intenção for mais ambiciosa do que a simples contenção do fenómeno, leva-nos a outras dimensões que incluem o “Nation-Building” e que em muito ultrapassam a dimensão militar dos mesmos.

Quando se tenta racionalizar todos estes conceitos de uma forma prática para aplicação “no terreno”, por parte das variadas forças e organizações presentes, civis e militares, surgem as denominadas “doutrinas”. Como afirmou Winston Churchill “aqueles que se encontram impregnados de um corpo de doutrina definida e de convicções fundamentadas estão em muito melhores condições para enfrentar mudança e surpresas”⁷⁰. Doutrina, segundo o dicionário Webster, é uma “teoria baseada em princípios cuidadosamente deduzidos e ensinados pelos seus aderentes” e uma doutrina militar são “princípios fundamentais pelos quais as forças militares guiam as suas ações na consecução dos objetivos”⁷¹. Na definição que preferimos, a doutrina militar é “um conjunto de princípios e regras resultantes da experiência ou de deduções de carácter teórico, que deve ser aceite como norma de uniformização ou orientação”⁷².

O conceito de “doutrina” surge geralmente associado às tipologias das guerras ou a áreas de aplicação, ou seja, a uma determinada forma de combater. Por exemplo: guerra subversiva e doutrina contrassubversiva, guerra convencional e doutrina convencional ou, quando referida a áreas de aplicação, há (entre outras) as doutrinas para as operações ou para as informações⁷³. Mas o conceito de “doutrina” também é

⁶⁹ EME, 2012, 8-12 e Ribeiro, 2008: 230.

⁷⁰ Ribeiro, 2008: 98.

⁷¹ <http://www.websters-online-dictionary.org>, consultado em 12 de Março de 2013; Ribeiro, 2008: 98-99.

⁷² Barrento, 2000: 68.

⁷³ Por exemplo, na publicação base doutrinária do Exército Português para as operações, a definição de doutrina apresentada é: “conjunto de princípios e regras que visam orientar as

muitas vezes apresentado de um ponto de vista pejorativo e referido como sendo um “ensinamento demasiado teórico e de linguagem jurídica”⁷⁴. Iremos detalhar nos capítulos “Spínola” e “Petraeus” em que consistem as doutrinas de contrassubversão e contrainsurgência, como as mesmas foram importantes para “enfrentar mudanças e surpresas” e como também foram frequentemente criticadas.

Mas, destaca-se desde já que as “doutrinas” são apenas (mais) um meio para se poderem harmonizar determinadas práticas e que o que verdadeiramente é relevante encontra-se na política, que seleciona e decide quais utilizar e na estratégia que as propõe.

1.3 Patamares de decisão Política, Estratégica, Operacional e Tática

O conceito de “política”, no seu sentido clássico, deve-se a Aristóteles⁷⁵ e deriva do termo *Polis*, significando tudo aquilo que se refere à “cidade, e portanto ao cidadão, civil, público e também sociável e social”⁷⁶. Mas, numa definição mais moderna, a política adquiriu um novo significado passando a ser geralmente usado para indicar a “atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado”⁷⁷.

Julien Freund define política como “atividade social que tem como objetivo garantir, pela força, geralmente apoiada no direito, a segurança exterior e a concórdia interna de uma unidade política particular, salvaguardando a ordem no meio de lutas que têm origem na diversidade e divergência das opiniões e interesses”. Afirma ainda que o “objetivo do fenómeno político é a paz interna e externa, embora esta finalidade seja objeto constante de contestações, lutas e, por vezes, guerras, o que quer dizer que é necessário vencer sempre, e por toda a parte, o obstáculo da inimizade”⁷⁸. Para lidar diretamente com “inimigos” recorreremos à estratégia, no entanto, “a política não se esgota na estratégia”⁷⁹. Embora a estratégia seja apenas uma parte em que se pode desenvolver a política, interessa-nos fundamentalmente, para o nosso trabalho, relacionar estes dois conceitos.

ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional do Exército, na prossecução dos Objetivos Nacionais. Têm um carácter imperativo mas exigem julgamento na sua aplicação”, EME, 2012: XIII.

⁷⁴ Barrento, 2000: 67.

⁷⁵ Aristóteles, 1998: 494-496.

⁷⁶ Bobbio, 2000: 159.

⁷⁷ Bobbio, 1998: 954.

⁷⁸ Freund, 1974: 71 e 233.

⁷⁹ Couto, 1988: I-214.

A política é assim uma “doutrina de fins dependente dum hierarquia de valores de que depende ou estabelece” e a estratégia surge como “uma disciplina de meios, o mais possível independente de referências ideológicas”. Dito de outra forma, a “política é uma ação ou decisão orientadora e uma estratégia é um plano de acordo com o qual vários meios, incluindo ações e decisões são dirigidos para a consecução de objetivos”⁸⁰, podendo assim também ser considerada como um plano político. Rupert Smith separa as ações das forças armadas da dos governantes políticos quando afirma que a decisão de entrar numa guerra é sempre tomada no nível político e que, depois de tomada a decisão, a atividade passa para as forças armadas, começando no nível estratégico⁸¹. No entanto, embora distinga quem deve tomar decisões a cada nível, vem depois reconhecer que as distinções são difíceis: “durante todo o conflito ou confronto, a relação entre os níveis político e estratégico deve ser muito estreita, ao ponto de existir uma discussão contínua que só termina quando é atingido o fim ou objetivo global”⁸².

Podemos assim entender que a distinção não é fácil, nem no plano dos conceitos nem na identificação dos atores que a determinam. Porque, acima de tudo, está-se assim a misturar, sem um critério aparente, o conteúdo de conceitos diferentes. Política e estratégia não são a mesma coisa e políticos e estratégias também não. Tal como “político” não tem de ter identificação imediata com “civil” e, por sua vez, também o “civil” não tem de automaticamente distinguir-se de “militar”. Basta lembrar que um político é também um estratega quando sobre ele recai o ónus da decisão sobre uma situação tipificada como estratégica e que um “militar” não passa a ser “civil” apenas porque ocupa responsabilidades políticas. Momentos houve na história em que, de facto, político e estratega eram também a mesma pessoa. Como nos lembra Liddell Hart “não haveria interesse em diferenciar a estratégia da política se o exercício das mesmas estivesse nas mãos de uma só pessoa, conforme aconteceu com Frederico e Napoleão”⁸³. De seguida aprofunda-se o conceito de estratégia.

Clausewitz escreveu que a estratégia “é a utilização do recontro para atingir a finalidade da guerra”⁸⁴, Moltke que “é a adaptação prática dos meios postos à disposição de uma general para atingir o objetivo em vista” e Liddell Hart acrescentou depois que é a “arte de distribuir e aplicar os meios militares para atingir os fins da

⁸⁰ Couto, 1988: I-215 e James King em Ribeiro, 2008: 260.

⁸¹ Ver sobre o processo de tomada de decisão, por exemplo, em Portugal em Miranda, 2000: 407-417 e Ribeiro, 2004: 275; sobre a “declaração de guerra” em Dias, 2010: 191-220.

⁸² Smith, 2008: 225, 253 e 258.

⁸³ Hart, 1963: 404; Hart, 2011: 385 e também a mesma referência em Dias, 2012: 261.

⁸⁴ Clausewitz, 1976: 199.

política”⁸⁵. A estratégia trata da relação que nasce da luta entre duas vontades opostas. É portanto, segundo Beaufre, “a arte da dialética da força” ou, com mais precisão, introduzindo uma noção mais abrangente para o uso de meios não militares, “a arte da dialética de duas vontades opostas usando a força para resolver a sua disputa”⁸⁶. Lacerda Álvares em 1973 dá-nos a relação direta entre a política e a estratégia na sua definição de estratégia como “instrumento da política do Estado” e “ciência e a arte de preparar e aplicar o poder, na paz e na guerra, para a conquista e preservação dos objetivos vitais da nação”⁸⁷. Cabral Couto apresenta uma definição inicial em 1988 como sendo “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitam ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra unidade política”. Mas uma década depois, em 1998, Couto apresenta uma nova definição mais abrangente que reflete o uso da palavra estratégia para o campo da competitividade: “a ciência e a arte, à luz dos fins de uma organização, que permite estabelecer e hierarquizar objetivos e gerar, estruturar e utilizar recursos, tangíveis e intangíveis, a fim de se atingirem aqueles objetivos, num ambiente admitido como conflitual ou competitivo (agónico)”⁸⁸.

Para Proença Garcia a estratégia é “a escolha do melhor caminho para se atingir um determinado objetivo com os meios (de hard e soft power) disponíveis, procurando no jogo dialético minimizar sempre as vulnerabilidades, maximizar as potencialidades e neutralizar as ameaças, tendo a sua aplicação num ambiente hostil ou competitivo”⁸⁹. Valorizamos os postulados de Beaufre quando este afirma que “a luta pela liberdade de ação é efetivamente a essência da estratégia” e de Mendes Dias afastando o conceito de “estratégia” de simples situações de “competição”. Na definição de Mendes Dias, estratégia é “a ciência / arte de gerar, estruturar e utilizar recursos tangíveis e intangíveis a fim de uma organização atingir objetivos por si estabelecidos, que suscitam ou podem suscitar hostilidade de uma outra vontade / estrutura organizacional”. Assumimos, no entanto, a nossa preferência pela definição de estratégia de António Barrento como “ciência-arte que trata da preparação e utilização da coação para, apesar da hostilidade dos opositores, atingir os objetivos fixados pela entidade política”⁹⁰.

⁸⁵ Hart, 1963: 364 e Hart, 2011: 386-388.

⁸⁶ Beaufre, 2004: 36.

⁸⁷ Álvares, 1973: 50 e Ribeiro, 2009: 22.

⁸⁸ Couto, 1988: I-209 e posfácio da sua autoria em Fernandes, 2004.

⁸⁹ Garcia, 2010: 123.

⁹⁰ Barrento, 2010: 110; Beaufre, 2004: 146; Ribeiro, 2009: 125 e Dias, 2012: 176-278.

Associados ao conceito de estratégia surgem ainda os conceitos de “grande estratégia” de Liddell Hart⁹¹, das estratégias “total, geral e particular”, “diretas e indiretas”, “estrutural, genética e operacional”, “militar” e das várias estratégias associadas aos vários meios de coação (económico, militar, diplomático) bem ilustrados nas obras de Beaufre, Silva Ribeiro, Cabral Couto, Lopes Alves (entre outros)⁹². Pensa-se que para este trabalho o que se torna relevante é explicitar os vários níveis e patamares de decisão e, como tal, não abordaremos as subdivisões dos mesmos. De seguida aprofunda-se a distinção entre estratégia e tática.

A diferença entre a estratégia e a tática é bem explicada por Clausewitz quando afirma que a tática é a teoria da utilização das forças militares em combate e a estratégia é a teoria da utilização dos combates para alcançar o objetivo da guerra⁹³. Cabral Couto define tática como “a ciência / arte de utilizar, da melhor forma, os meios militares em função do ambiente operacional e das facilidades proporcionadas pela técnica, e tendo em vista reduzir o adversário pelo combate ou pela ameaça do combate”. Este autor separa a tática da estratégia dizendo que a primeira apresenta um “carácter relativamente preciso e limitado (...) geográfico (...) na duração (...) na profundidade da ação (...) nos meios” enquanto a estratégia se preocupa “com a combinação de ações táticas (...) alicerça-se na continuidade e duração” ou seja, sintetiza assim: “a tática constitui a forma atomizada de realização da estratégia”⁹⁴. Lopes Alves também reforça este ponto quando afirma que “a tática apresenta um carácter relativamente preciso e limitado, quer na área geográfica afetada e na duração da ação quer nas consequências” e também a separa da estratégia quando afirma que “no domínio da estratégia, pelo contrário, os resultados a obter inscrevem-se numa ação contínua e de larga duração”⁹⁵. Iremos agora tentar juntar e distinguir os três conceitos: de política, estratégia e tática.

Na segunda metade do século XX já Liddell Hart defendia que os responsáveis políticos podiam “legitimamente interferir nos planos militares já elaborados, porém somente para substituir o comandante responsável pela execução ou para modificar os seus objetivos” e acrescentava que “jamais devem interferir nas operações”⁹⁶. Liddell Hart defendia assim que tinha de haver uma ligação entre a política, a

⁹¹ Hart, 1963: 364-366 e Hart, 2011: 388.

⁹² Através de uma esquematização conhecida de “pirâmide de estratégias distintas e interdependentes”, Beaufre, 2004: 44, Couto, 1988: 227-235 e Alves, 1998: 97-121.

⁹³ Clausewitz, 1976: 138.

⁹⁴ Couto, 1988: I-221-222.

⁹⁵ Alves, 1998: 111.

⁹⁶ Hart, 1963: 362.

estratégia e a tática embora delimitasse o âmbito em que as mesmas teriam efeitos. Em suma, a ligação era feita apenas pelo acompanhamento e, eventualmente, para a substituição dos comandantes ou alterando os objetivos fixados.

Para além das diferenças entre política, estratégia e tática, na opinião de António Barrento deve salientar-se a crescente interligação entre todas, ou seja, “se não parece hoje muito importante delimitar a estratégia da política e da tática, as relações desta com o poder político, com o poder económico e com o poder mediático devem ser objeto de uma atenção muito cuidada”⁹⁷. Alerta este autor para o facto de existir uma tendência crescente de “aproximação da política da ação militar” porque cada vez mais se exige “o acompanhamento atualizado das ações militares, estratégicas, táticas e até individuais”, havendo mesmo a obrigatoriedade de a direção política acompanhar a manobra operacional. No entanto, não deixa de distinguir claramente um patamar e outro quando afirma que a “direção política tem ascendente sobre a direção militar”⁹⁸, ou seja, “à política cabe orientar a estratégia”⁹⁹. Numa reflexão sobre a evolução do conceito de estratégia, Mendes Dias faz uma síntese que clarifica bem o conceito anterior quando diz que “tudo o que é estratégico é político mas nem tudo o que é político será estratégico”¹⁰⁰.

Assim conclui-se que, embora se possa definir âmbitos gerais para cada um dos conceitos, não se torna possível estabelecer áreas completamente estanques e individualizadas. Mas também não se tentou separar completamente os conceitos. Parece ter ficado evidente que estratégia é diferente de tática, tal como também fica expresso que existem ações de natureza tática com consequências de nível estratégico. Lopes Alves, para distinguir e separar os conceitos entre a política, estratégia e tática, propôs vários critérios (âmbito geral, âmbito militar e fatores diferenciadores) que ajudaram a clarificar e, com adequados critérios, a encontrar os “limites entre os fenómenos”¹⁰¹.

Em síntese, tática, estratégia e política são conceitos diferentes, diferenciáveis e estão intimamente relacionados entre si. Recuperando o pensamento de André Beaufre, tanto a estratégia como a tática (acrescenta-se) dependem “essencialmente

⁹⁷ Barrento, 2010: 120.

⁹⁸ Barrento, 2010: 306 e Barrento, 2000: 131; pode-se falar de ações estratégicas individuais quando um indivíduo aciona diretamente uma determinada arma estratégica, como é o caso das armas nucleares.

⁹⁹ Ribeiro, 2009: 40.

¹⁰⁰ Dias, 2012: 276.

¹⁰¹ Alves, 1998: 111-114.

da filosofia que vier a dominar” e são apenas meios para atingir os objetivos fixados pela política¹⁰².

2. Relação entre civis e militares, Governos e Forças Armadas. Comando, Direção, Controle e Coordenação. Holismo e Holístico

Será sempre difícil encontrar as melhores formas de civis e militares trabalharem juntos para resolverem problemas numa guerra se, à partida, as relações já forem tensas e difíceis. Há muito que as relações entre civis e militares são analisadas e discutidas, mas quase sempre numa perspetiva nacional e centradas sobre o problema da subordinação e obediência dos militares ao poder político¹⁰³.

Já Aristóteles se interrogava se sendo “o elemento militar e o elemento deliberativo que decide o que convém e julga com justiça (...) deveriam tais funções ser consideradas distintas umas das outras, ou deveriam ser todas atribuídas aos mesmos indivíduos?”. O mesmo autor acaba por responder que “serão incumbências distintas” porque “a deliberação requer ponderação e maturidade, ao passo que a guerra necessita de vigor”¹⁰⁴. Aristóteles na época em que viveu, encarando a guerra apenas numa perspetiva dos combates entre exércitos, entendia que era necessária a separação pelo fator “vigor”. Não querendo analisar a justeza ou não deste argumento, até porque se afasta do âmbito do trabalho, releva-se o aspeto de que a discussão sobre o papel diferenciador ou aglutinador do decisor político e do estritamente militar sempre existiu. Ou seja, a discussão, embora por motivos e critérios muito distintos, é efetivamente antiga.

Nos EUA esta questão ganhou maior relevância a meio da década de 2000 com o crescente número de críticas públicas feitas por altos responsáveis militares aos responsáveis políticos¹⁰⁵. Esta questão levou inclusivamente a uma discussão sobre a ética e a deontologia dos militares e mesmo sobre questões base de democracia e

¹⁰² “O destino do Homem depende da filosofia que ele escolher e da estratégia pela qual tente fazer prevalecer essa mesma filosofia”, Beaufre, 2004: 63.

¹⁰³ Iremos apresentar sobre esta tema, por exemplo, a discussão sobre as visões de Huntington e Janowitz, especialmente aplicadas à realidade vivida nos EUA. Sobre a subordinação das forças armadas ao poder político ver, por exemplo, o caso português em Ribeiro, 2004: 269.

¹⁰⁴ Aristóteles, 1998: 513.

¹⁰⁵ Como foi o caso em 2006 do CEME dos EUA, General Shinseki, perante o Congresso (que inclusivamente levou a que se chamasse “a revolta dos generais”), ou do General McChrystal em 2010 (ver capítulo “Petraeus”); e também no Reino Unido com as críticas do então CEMGFA, general Sir Richard Dannat, entre outros exemplos, descritos em Ellner, 2010: 6-10.

legitimidade¹⁰⁶. Sem quereremos desenvolver o assunto em profundidade releva-se que o mais importante que se encontrava em debate era saber até que ponto os principais responsáveis militares estavam a dar o melhor, entenda-se como leal e verdadeiro, conselho e parecer aos responsáveis políticos e se, por seu lado, os políticos estavam a incluir os pareceres militares nas suas decisões. Claro está nestes casos que se partiu do pressuposto que os políticos são os civis e os não-políticos, os militares, o que nem sempre, como veremos, será assim. Em síntese, a discussão centrou-se sobre se os políticos estavam bem informados militarmente para tomarem as suas decisões e se, por outro lado, os militares informavam de forma completa os políticos de quem dependiam.

Finalmente, e ainda dentro deste debate, tentou-se entender como estas questões estavam (ou deveriam) ser dirimidas, ou seja, se de uma forma discreta e hierárquica ou de forma aberta, através da imprensa e exposição pública. O debate, tanto no seio das Forças Armadas, como na sociedade americana em geral, conseguiu que pelo menos se levasse a uma maior discussão e participação dos políticos nos assuntos militares (audiências no Congresso aos responsáveis militares e debates políticos) e, por outro lado, a uma maior participação dos militares na formulação de pareceres e conselhos sobre as operações militares em curso¹⁰⁷.

Samuel Huntington em 1957, na sua obra de referência sobre as relações entre civis e militares, *The Soldier and the State*, centraliza nas primeiras páginas do livro a sua análise dentro do Estado. A problemática e a posterior narrativa de Huntington debruçaram-se sobre a forma como um governo e as suas forças armadas se relacionavam e sobre a separação que deveria existir entre os patamares político e executivo, ao nível operacional das organizações militares, e entre segurança externa e interna¹⁰⁸. Ou seja, a sua reflexão não incidia apenas sobre a relação entre civis e militares na conduta da guerra, num território exterior ao do país, como é o objeto do nosso trabalho. No entanto, como não se podem separar as relações no país das que

¹⁰⁶ Cook, 2008.

¹⁰⁷ Sintetizada pela posição pública assumida pelo mais alto responsável militar à época nos EUA, General Hugh Shelton: “something sticking in our craw, that we didn’t bring up to them, that we didn’t honestly express if we felt it had to be expressed. And the message to us from Secretary Cohen at that time, too, is that the door is always open, and your obligation to the Congress, which is an obligation to the American people to tell them what you think, still stands strong”, Cook, 2008.

¹⁰⁸ Huntington, 1957: 1-3; este tema é primeiro aflorado por Huntington em 1956 quando estuda a relação entre o controlo civil e a Constituição, Huntington, 1956; ver também reflexões para Portugal em Borges, 2013.

se vão efetuar no teatro de guerra, esta análise tornou-se também relevante e por isso, de seguida, aprofunda-se.

O estudo de Huntington desenvolveu-se sobretudo em aspetos mais sociológicos. Uma das questões centrais da sua análise foi a da profissionalização dos militares, em especial do corpo de oficiais, defendendo o autor que este era um fenómeno recente com início apenas no século XIX¹⁰⁹. Nas décadas de 1950 a 1970 o conceito geral então vigente, incluindo em Portugal, era o de que apenas as forças armadas faziam a guerra pelo que não se sentia a necessidade de estender a análise à interação entre militares e civis durante o decorrer das campanhas militares. O sociólogo militar Joaquim Cupertino, reforçando esta linha de pensamento, afirmou que “o exército é quem faz a guerra” e como tal era um “instrumento político” mas mãos do Estado destinado a este fim¹¹⁰.

Se se recuar um pouco no tempo, nota-se que maioria das escolas militares apareceram durante o século XVIII ou nos princípios do século XIX (França, Grã-Bretanha, Prússia, Portugal), ou seja, quando se tornou possível identificar uma profissão distinta de oficial das forças armadas e, assim, assistir-se a uma crescente separação entre civis e militares. Essa também foi uma das razões pelas quais decidimos estudar no nosso trabalho, com Wellington, os acontecimentos que se desenvolvem a partir dessa data. Segundo Huntington, durante o século XIX a transformação nos quadros de oficiais dentro das principais forças armadas europeias e americana traduziu-se nos seguintes desenvolvimentos: (1) deixou de ser necessário ser aristocrata para se ser oficial, (2) passou a ser obrigatória a existência de requisitos mínimos na formação e competência militar e (3) passou a ser obrigatória uma formação inicial em instituições civis de ensino¹¹¹. Com as formulações de Clausewitz, descritas no subcapítulo anterior, Huntington concluiu que passaram a existir princípios de subordinação da atividade militar à política e, com um corpo autónomo e diferenciado de militares, tornava-se assim importante analisar os impactos nas relações entre civis e militares.

Huntington encontrou dois níveis de análise. Ao nível do poder, enquadrando o poder que os militares tinham na sociedade civil e ao nível ideológico, na compatibilização entre a ética militar e as diferentes políticas e ideologias¹¹². Para Huntington, o problema colocou-se, essencialmente, na análise dos acontecimentos

¹⁰⁹ A profissão de oficial das forças armadas só começou no século XIX, Huntington, 1957: 19.

¹¹⁰ Cupertino, 1985: III-11.

¹¹¹ Huntington, 1957: 39.

¹¹² Huntington, 1957: 86; o que Cupertino classifica de “corporação-casta”, Cupertino, 1985: III-11.

após a II Guerra Mundial. Huntington tinha argumentado que o que dividia os militares dos civis no pós II Guerra Mundial era o “choque” entre um corpo de oficiais “conservadores” com uma sociedade “liberal e individualista”. E ainda, numa clara distinção entre militares e civis, Huntington defendeu que os militares deviam entender o suficiente de política para melhor aconselhar os políticos e que estes, por sua vez, deveriam fazer um esforço para entender as idiossincrasias da “cultura e técnica militar” para tomar decisões mais informadas.

Como afirma Michael Desch, foi depois da II Guerra Mundial que os dois grandes poderes mundiais, EUA e URSS, ambos considerados modelos na subordinação das forças armadas ao poder político, vieram a experimentar algumas “fraquezas no controlo civil”, essencialmente por não existirem mecanismos de interação entre todos os atores na tomada de decisão. Este autor afirmou que a situação se agravou essencialmente no final da década de 1990¹¹³.

Michael Desch elaborou uma teoria geral sobre as relações civis-militares em 1999 e incluiu também a dimensão da influência dos ambientes externos¹¹⁴. No entanto, analisou a forma como as “ameaças externas” influenciavam as relações entre civis e militares no país e não o modo como estas relações se formavam num ambiente de guerra no exterior. Pete Feaver afirmou (em livro que coordenou) que o facto de haver diferenças entre militares e civis era um fator positivo e, mais ainda, eram “necessárias e desejáveis”¹¹⁵.

Esta diferente aproximação ao relacionamento entre civis e militares tinha surgido muito antes, com o pensamento de Morris Janowitz ainda na década de 1960, ao defender que a “cultura militar” deveria ser o menos possível afastada da cultura geral da sociedade civil em que se inseria¹¹⁶. Tinha surgido então um animado debate académico entre as posições de Janowitz e Huntington. A discussão entre os dois modelos pode resumir-se a uma escolha entre privilegiar o controlo subjetivo dos militares (Janowitz) ou o de se poder exercer o controlo de forma objetiva (Huntington)¹¹⁷. De seguida, detalha-se este debate.

Para Huntington, como vimos, a profissionalização dos militares levava à necessidade de um corpo de leis muito restrito, numa clara separação de poderes que

¹¹³ Desch, 1999: 1-4.

¹¹⁴ “This book provides a theory of civilian control over the military that considers the role of individual, military, state, and societal variables as they respond to domestic and international threats”, Desch, 1999: 11.

¹¹⁵ Feaver, 2001: 1.

¹¹⁶ Janowitz, 1971.

¹¹⁷ Huntington, 1957; Janowitz, 1971 e Ellner, 2010: 3.

permitia o controlo objetivo da política sobre as forças armadas, no fundo, através dum “sistema de autorregulação”. Huntington propunha que os governantes políticos emanassem diretivas políticas e estratégias gerais, que providenciassem os meios necessários para as implementar e, depois, com a mínima interferência possível, deixassem as forças armadas executar. Defendia que estas últimas o deveriam fazer com uma grande “autonomia”¹¹⁸. Separando assim, de forma clara, as responsabilidades dos governantes políticos dos principais chefes militares, era possível exercer um controlo objetivo.

Para os defensores de Janowitz, e retomando o livro coordenado por Feaver, os vários autores que nele colaboraram defenderam que a dinâmica da sociedade americana (o alvo do estudo) levou a uma diminuição entre o que seria uma “sociedade” militar e uma “sociedade” civil, se é que essa distinção alguma vez existiu¹¹⁹. A entrada de mulheres nas forças armadas, a integração racial e o crescente aumento de direitos individuais levaram a um ajustamento positivo à sociedade¹²⁰. No primeiro capítulo escrito por Holsti concluiu-se que a existência de um conjunto de valores e normas era comum a inúmeras profissões, não sendo por isso um exclusivo dos militares. Este autor alertou para que, embora os militares tenham o dever de participar e alertar os governantes políticos para as melhores soluções, estas pertencem exclusivamente aos governantes¹²¹. Num outro capítulo, escrito por Eliot Cohen, a análise foi estendida à interação entre militares e civis em zonas de guerra, defendendo o autor que esta relação era fundamental para se conseguir “uma gestão democrática” da guerra, ou seja, com ampla e permanente participação de todos, civis e militares, no processo de decisão¹²².

Em 1962 Samuel Finer questionava-se porque é que, tendo as forças armadas três vantagens esmagadoras sobre as organizações civis: uma forma de organização superior, um espírito de corpo muito forte e o monopólio das armas¹²³, decidiam ainda

¹¹⁸ Ellner, 2010: 4.

¹¹⁹ Segundo Hegel (1770-1831), onde normalmente se situa o conceito de “sociedade civil”, não existe uma “sociedade civil” e outra “militar”, Pelczynski, 1984: 6-8.

¹²⁰ Feaver, 2001: 10.

¹²¹ Hoslti em Feaver, 2001: 95.

¹²² Feaver, 2001: Capítulo 12: 429-458.

¹²³ Este conceito de monopólio das armas aplica-se às armas de maior dimensão uma vez que as de proteção individual estão acessíveis tanto a indivíduos como a muitas outras organizações.

assim obedecer aos seus “civilian masters”¹²⁴. Na sua resposta explicou que os exércitos eram extremamente hierarquizados, centralizados e despersonalizados, ou seja, a obediência entre os vários escalões fazia-se entre postos e insígnias e não entre “pessoas” porque, sintetizou, todos tinham de combater como uma unidade onde a “cadeia de comando é sacrossanta”. A análise de Finer foi feita em 1962 após a publicação do livro de Huntington atrás citado, ou seja, num ambiente de clara separação entre militares e civis e numa época em que subsistiam ditaduras, muitas delas em países europeus (incluindo Portugal), onde os militares tinham um papel relevante no apoio aos regimes. Assim, concluiu que o que afastava os militares de tentarem obter o poder em países “maduramente” democráticos seria a “barreira moral” que a si mesmos impunham de não usarem o seu prestígio e poder para alterar a legitimidade democrática. Finer citou Huntington para reafirmar o princípio da “supremacia civil”, mas discordou dele porque achava que não era o carácter profissional do corpo de oficiais que colocava em perigo a autoridade civil. Para Finer, ao analisar países como a Grã-Bretanha e os EUA, seriam os próprios militares que possuíam a consciência do princípio da supremacia civil, o que os levava, assim, a aderir permanentemente a esse desiderato¹²⁵. Esta visão de subordinação e separação de poderes, face a uma possível e desejável aproximação, foi o que Thomas Langston classificou como de dilema entre o “leave us alone” versus o “fatal embrace” ou de “military inflexibility” face a um “civilian utopianism”, que se desenvolverá a partir do 11 de setembro de 2001¹²⁶.

Nas obras que temos vindo a analisar foi comum encontrar expressões como “militarização” e “civilinização”: no primeiro caso, quando determinados recursos e tecnologias foram utilizados para “fins militares”; no segundo, para afirmar que a distinção entre civil e militar se tornava cada vez mais difícil¹²⁷ porque nas forças armadas se verificava um “número crescente de civis (...) trazendo consigo comportamentos e hábitos diferentes dos que caracterizam os militares civilizando a cultura castrense”¹²⁸.

Os estudos mais recentes sobre as relações entre civis e militares, em ambientes de guerra ou mesmo em operações de paz, revelaram que a relação de âmbito interno, ou seja dentro dos Estados, entre civis e militares, se transmitiu quando em campanha

¹²⁴ Finer, 2009: 6; “O exército dum país deve ao Estado e, conseqüentemente, ao Governo: subordinação e obediência”, Cupertino, 1985: III-15.

¹²⁵ Finer, 2009: 8, 22 e 30.

¹²⁶ Langston, 2003: 6 e 14.

¹²⁷ Garcia, 2010: 104.

¹²⁸ Vaz, 2012: 273.

no exterior¹²⁹. Nas últimas duas décadas generalizou-se o uso do termo CIMIC (civil-military cooperation)¹³⁰ que, na doutrina portuguesa desde os anos 1960, se chamou de relações entre civis e militares (assunto que desenvolveremos no capítulo “Spínola”). Na maioria das doutrinas apelidadas de CIMIC, da NATO, da União Europeia ou dos EUA, a tónica foi muitas vezes colocada no estabelecimento destas relações para facilitar o cumprimento da missão por parte dos militares¹³¹. No nosso trabalho não queremos discutir relações de subordinação, dependência, apoio ou de causalidade entre civis, militares e a população em que se inserem as operações. Ao discutirmos o comando holístico da guerra, não o faremos sob o prisma de apenas uma das partes, neste caso dos militares. Assim, este trabalho não versará sobre as chamadas relações CIMIC enquadrando-se antes, mais perto, do que se denomina de *comprehensive approach*. Este último conceito, que muitas vezes é confundido com o de CIMIC, não tem de acordo com a NATO uma definição clara, mas pode ser sinteticamente entendido como o envolvimento simultâneo das dimensões políticas, civis e militares na gestão de crises ou em situações de guerra¹³².

Feaver publicou um novo livro em 2003, em que já refletiu sobre os acontecimentos do 11 de setembro de 2001 e, em vez de centrar o debate no controlo civil sobre os militares, alargou a sua análise para uma possível e crescente relação interagências,

¹²⁹ Oliveira, 2011: 77.

¹³⁰ Por exemplo para a NATO, “CIMIC é definida como a coordenação e a cooperação entre o comando da NATO e as organizações civis, inclusive com a população e as autoridades locais, bem como as organizações e agências internacionais, nacionais e não-governamentais, com o propósito de apoiar a missão”, NATO, 2003: 1.1; também definição semelhante em Armed Forces US, 2003: viii.

¹³¹ “CIMIC é conduzida com o propósito de facilitar, consolidar e suportar os objetivos militares”, Oliveira, 2011: 80 ou “as operações civis-militares são o conjunto de atividades de apoio às operações militares englobando a interação entre as forças militares, as autoridades civis e a população”, EME, 1987, Vol II: 18-1 e EME, 2012: 8-19.

¹³² Conforme se pode ler no site da NATO: “Comprehensive approach involving political, civilian and military instruments”, <http://natolibguides.info/comprehensiveapproach> (Data de acesso em Março de 2012); ou noutra referência, do Parlamento britânico, pode ler-se que não existe uma definição comum sobre “comprehensive approach” mas explica-a como “commonly understood principles and collaborative processes that enhance the likelihood of favourable and enduring outcomes within a particular situation” e depois ilustra com variados exemplos de interação entre múltiplas entidades através de uma aproximação que se quer “horizontal, including both civilian and military parties and, where possible, allies and international organisations and local nationals; and vertical, taking account of the different stages in the situation from the initial war fighting phase to reconstruction”, Defence Committee (2010): 11.

civis e militares, a que chamou a “teoria interagências” (Agency theory)¹³³. Nesta teoria defendeu que, de acordo com o âmbito da ação, se possa ir alternando a liderança de civis sobre militares e vice-versa. Feaver pôs em causa o princípio defendido por Huntington de que os militares e os civis tinham papéis muito diferenciados e preconizou uma crescente aproximação entre ambos. Outro dos princípios apresentados por Huntington, o da autonomia dos militares, também foi questionado por Feaver ao propor o reforço de ações comuns e integradas entre civis e militares. Feaver defendeu que militares e civis eram diferentes e que a subordinação militar aos governantes políticos tinha de se manter, mas que a distinção na distribuição de trabalho e tarefas para militares e para civis deixava de fazer sentido¹³⁴. Max Manwaring, em 2004, defendeu que os desafios da segurança e da estabilidade no século XXI só poderiam ser resolvidos se se desenvolvessem mecanismos de coordenação permanente entre civis e militares, com um forte incremento no diálogo político-militar¹³⁵. Afirmou Andrea Ellner que este sistema de colaboração funcionaria desde que se garantisse que os militares eram escrutinados permanentemente na sua ação pelos políticos e que os políticos deixassem de se “esconder” por detrás das decisões dos militares¹³⁶.

Feaver defendeu então que as relações entre civis e militares tinham de ser permanentes e que, quando não se interagiam de forma continuada, ou seja quando apenas se interagiam de forma casuística, entre ambos, criavam-se “zonas de fricção” que levavam a manipulações e manifestas provas de falta de confiança que, no fundamental, afetavam a capacidade de decisão política e, por extensão, a militar. Não existiam, para este autor, sistemas perfeitos de controlo dos civis sobre os militares. Mas uma maior aproximação entre civis e militares seria a única solução para resolver diferenças e competências. Afirmou, no entanto, na parte final do seu livro, que apenas se debruçou sobre a análise dentro dos EUA, não alargando o seu estudo para os efeitos desta relação em combate¹³⁷. Recordar-se que é neste campo, no da guerra, que mais nos interessa refletir, pelo que o pensamento posterior de Feaver em 2011 sobre a decisão do aumento de tropas no Iraque em 2007, assunto que desenvolveremos no capítulo “Petraeus”, completou o seu raciocínio neste âmbito.

Feaver, em 2011, classificou os teorizadores sobre as relações civis-militares em dois campos distintos. De um lado estavam os que defendiam “a supremacia da

¹³³ “Agency theory”, Feaver, 2003: 1.

¹³⁴ Feaver, 2003: 8-10.

¹³⁵ Manwaring, 2004: 40-41.

¹³⁶ Ellner, 2010: 5.

¹³⁷ Feaver, 2003: 282, 286 e 293.

profissionalização”, segundo a qual os militares deviam ter oportunidade de propor as melhores soluções e depois serem dotados de grande autonomia na atuação, ou seja, evitando-se que os civis interferissem demasiado. Do outro estavam os que defendiam “a supremacia dos civis”, ou seja a teoria de que os civis deviam acompanhar permanentemente as decisões “no terreno”, mesmo que tal implicasse passar por cima de decisões tomadas por militares¹³⁸.

No primeiro caso estar-se-ia entre um “nós” e “eles”, em que os militares, “nós”, deveriam fazer valer os seus argumentos para os convencer a “eles”, os governantes políticos, e depois, conseguir a autonomia do “nós” sem grandes interferências de “eles”. No segundo caso, onde Feaver se posiciona, não deveriam existir “nós” e eles” mas antes uma partilha permanente de posições e decisões, salvaguardando que a decisão final caberia sempre aos políticos e nunca aos militares¹³⁹. Esta foi a tese de Feaver num artigo, que abordaremos com mais detalhe no capítulo “Petraeus”, onde demonstrou que, embora os principais chefes militares tivessem defendido uma decisão contrária ao aumento de tropas para o Iraque em 2007, numa aparente decisão partilhada entre políticos e (alguns) militares, o parecer deste grupo mais restrito levou de facto a uma decisão diferente. Ou seja, o processo de decisão foi partilhado, levando inclusivamente o Presidente dos EUA a escutar pareceres selecionados tanto de alguns civis como de militares. Contudo, a decisão, em exclusivo, dependeu do Governo e do Presidente dos EUA. Pensa-se que esta postura e forma de decisão não foi nova, existindo muitos exemplos na história da Europa (por exemplo) em que os soberanos consultavam as pessoas que achavam mais competentes para os aconselhar, independentemente de serem civis ou militares, académicos ou não académicos (ver exemplos em “Wellington”). No fundo, recuperava-se uma antiga máxima que Maquiavel tinha proposto ao seu Príncipe no século XVI quando escreveu “aconselha-te com muitos do que deves fazer”, procurando obter o máximo de informação possível, “e de poucos com o que queiras fazer”¹⁴⁰, ou seja, para depois com um grupo mais restrito, tomar as decisões necessárias.

¹³⁸ “Professional Supremacists versus Civilian Supremacists”, Feaver, 2011: 89 e 93-95.

¹³⁹ Escreve-se “aos políticos” e não “à política” porque pode haver militares na política. As funções de CEMGFA e CEME são também, em certa medida, de natureza política e como tal não se querem confundir. Por outro lado, política, em abstrato, relaciona-se com a estratégia e, depois nos aspetos militares, será declinada em estratégia militar, que depois de classificada com critério, ao nível da ação, em estratégia militar operacional.

¹⁴⁰ Maquiavel, 1991: 291.

Feaver defendeu no seu artigo que seria necessário no futuro mais “humildade” no relacionamento entre civis e militares (académicos e não académicos), melhor conhecimento e mais partilha de experiências, conhecimentos, decisões, bem como um esforço de integração e compreensão entre todos. Por outras palavras: uma atuação mais holística e integrada¹⁴¹.

Num documento de 2007 oriundo do Conselho Europeu, o seu autor, Özbudun, debruçou-se sobre uma das questões principais que temos abordado: o problema do controlo sobre as forças armadas. Na sua opinião, era indiscutível que esse controlo tinha que ser efetuado, uma vez que consiste num princípio basilar dos Estados e organizações democráticas. A questão residia não na necessidade de estabelecer mecanismos de controlo mas antes na forma de o fazer o que foi uma das razões que levou Feaver a escrever a sua já enunciada “Agency Theory”¹⁴². Feaver, num artigo escrito com Coletta em 2007, defendeu o princípio do “agente-principal” para determinar quem deveria ter a liderança em cada situação, civil ou militar, porque entretanto, a tecnologia permitia aumentar a capacidade de supervisão. Enquanto, por um lado, diminuía a autonomia entre organizações, civis e militares, por outro, as novas tecnologias permitiram aumentar a capacidade de trabalho cooperativo e, conseqüentemente, de supervisão quase permanente¹⁴³. Como afirmou Andrea Ellner, alargando o seu campo de visão numa comparação entre o Reino Unido e os EUA, a questão passou a ser inevitável: políticos e executores, civis e militares, bem como a sociedade em geral, tinham de passar a trabalhar permanentemente juntos. Entre outros motivos apresentados, as novas ameaças, a par de orçamentos mais reduzidos, não permitiam a separação entre entidades¹⁴⁴.

Andrea Ellner fez a sua análise estudando o comportamento dos mais altos responsáveis militares na condução da guerra no Iraque e no Afeganistão e argumentou que, mesmo havendo uma maior partilha de responsabilidades, tal não deveria implicar uma ausência de recato, discricção e controlo, em especial dos militares, quando faziam declarações públicas. Uma apresentação de argumentos, de forma pública, por altos responsáveis militares, antes de a decisão estar tomada pelos responsáveis políticos ou mesmo depois de tomada, sendo possivelmente amplamente criticada quando se participou na mesma, era apontada como um mau

¹⁴¹ Feaver, 2011: 107-111, 124-125; argumento também defendido por Zippwald, 2011: i.

¹⁴² Özbudun, 2007: 2 e Feaver, 2003: 296.

¹⁴³ Coletta, 2007: 106, 121-122.

¹⁴⁴ Ellner, 2010: 8.

indicador na relação entre civis e militares¹⁴⁵. Zippwald defendeu que, embora fosse inevitável existir sempre algum grau de fricção entre civis e militares, era possível apostar num bom nível de educação, numa aproximação e diálogo permanente entre todos. Esta relação deixaria assim de ser um problema e a expressão “sinergia civil-militar” substituiria a residual (e tendente a desaparecer) desconfiança¹⁴⁶.

Assim conclui-se que deve haver um ambiente de permanente colaboração, leal direto e discreto, para a tomada de decisões. Acompanhado de um eficaz sistema de controlo sem que os patamares de autoridade sejam postos em causa. Os decisores operacionais ajudam a formular pareceres, participam no processo de decisão, são escrutinados e permanentemente acompanhados na implementação das políticas. Os decisores políticos devem ouvir e integrar os executores operacionais nos processos de decisão e, depois, tomar as decisões que lhes são de sua responsabilidade exclusiva. O processo deve ser holístico mas as decisões e ações devem ser assumidas no patamar correspondente de autoridade.

2.1. Comando, Direção, Controlo e Coordenação

De seguida analisa-se a forma como a implementação da política e das estratégias escolhidas são executadas desde a tomada de decisão política até à ação dos comandantes operacionais no terreno.

Tendo em consideração que a política “comporta uma divisão e uma coordenação das funções (exército, polícia, justiça, saúde, finanças, universidades) (...) todas estas estruturas oferecem, e permanecem, no entanto, subordinadas à existência de uma ordem que (...) constituí a dialética entre o comando e a obediência”¹⁴⁷. Ou seja, será através de relações de comando e controlo que as políticas escolhidas serão aplicadas e verificadas no terreno. Entendendo-se o conceito de “comando”, quando referido à perspetiva militar, como a autoridade investida num indivíduo das forças armadas para a direção, a coordenação e o controlo de forças militares, acompanhada pela correspondente responsabilidade que não pode ser delegada¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Andrea Ellner aponta o caso do discurso de McChrystal em Londres quando antecipa o número de tropas necessárias para o Afeganistão antes de o Presidente dos EUA ter tomado a decisão (assunto que será desenvolvido no capítulo Petraeus), Ellner, 2010: 18.

¹⁴⁶ Zippwald, 2011: 71.

¹⁴⁷ Freund, 1987: 62.

¹⁴⁸ Ribeiro, 2008: 46; “O comando é a autoridade que um comandante militar legalmente exerce sobre os seus subordinados de acordo com o seu posto ou função. O comando inclui a autoridade e responsabilidade para efetivamente utilizar os recursos disponíveis, planear o

Depois de analisar nove conflitos diferentes¹⁴⁹, Mark Moyar concluiu que os responsáveis pelo comando das operações conseguiram melhores resultados quando lhes foi dado o comando total sobre as organizações civis e militares. Deste modo tinham conseguido integrar e dirigir todas as atividades em uníssono e resolver problemas de liderança em todas as organizações. Defendeu ainda este autor que foi a “unidade de comando” desde o nível central até aos vários níveis regionais e locais que garantiu a efetiva coordenação interagências. Por fim, Moyar afirmou que a “desunião” de comando, por contraste, significou duplicação de esforços, oportunidades perdidas de coordenação e permitiu que líderes fracos mantivessem os seus lugares de chefia¹⁵⁰. Silva Ribeiro reforça esta tese no seu livro e defende, entre os seus princípios e regras da estratégia, que deve existir uma regra de coordenação para se conseguir “o máximo benefício de esforços comuns” procurando assim “eliminar a confusão e o desperdício resultantes da duplicação de esforços”¹⁵¹.

Durante os conflitos mais recentes, em especial no Iraque e Afeganistão (que detalharemos no capítulo “Petraeus”), têm sido elaboradas muitas críticas à forma como o comando das forças foi efetuado e também à difícil coordenação entre civis e militares¹⁵². As questões levantadas não são simples de apresentar mas podem resumir-se a duas principais: a falta de uma bem delineada estratégia militar e a ausência de diretivas claras pelo poder político¹⁵³. As razões que levam a estas deduções serão explicadas no capítulo “Petraeus” mas releva-se que ambas as situações se prendem com a clarificação entre o que é comando e coordenação e de como são exercidas as competências de cada uma nos processos de decisão. É um processo que abrange civis e militares, os responsáveis políticos “na retaguarda” e os executores “na frente” em cada um dos teatros de operações.

Depois, sobrepõem-se os níveis de atuação, como descrevemos anteriormente, desde o nível político ao tático passando pelo estratégico e operacional. As grandes falhas encontram-se geralmente nos níveis estratégico e operacional, quer pela aludida falta de diretivas claras, quer pela falta de atribuição de competências e níveis de responsabilidades entre os principais decisores, civis e militares.

emprego, organizar, dirigir, coordenar e controlar as forças militares para o cumprimento de missões atribuídas”, EME, 2012: 3-1.

¹⁴⁹ Desde as Filipinas, a Malásia, o Vietname e El Salvador até ao Iraque e ao Afeganistão.

¹⁵⁰ Moyar, 2009: 279.

¹⁵¹ Ribeiro, 2009: 146-147.

¹⁵² Ver, por exemplo, as análises extremamente críticas, ao desempenho das forças britânicas no Iraque e no Afeganistão elaboradas por King, 2011 e Ledwige, 2011.

¹⁵³ King, 2011: 380.

Finalmente, surge uma questão que é a da coerência ao longo do tempo, ou seja, no decorrer de uma determinada campanha militar¹⁵⁴. Comando e decisões estratégicas sustentáveis tornam-se incompatíveis com uma constante mudança de comandantes e dirigentes no terreno durante o desenrolar de uma campanha militar, na maioria das vezes registando-se rotações em menos de seis meses. Para além de impossibilitar a estabilidade necessária para planear e executar determinada estratégia, pode implicar alterações profundas, aquando das mudanças, e insuficiente passagem de testemunho durante as rotações, perdendo-se o que entretanto foi alcançado.

Como se verá, questões sobre descoordenações levantadas para casos como do Iraque e do Afeganistão, não se podem resumir a simples acusações entre civis e militares¹⁵⁵. A coerência e a necessária coordenação entre a política e a estratégia militar prendem-se também com a clarificação entre os vários níveis e responsabilidades de comando, controlo, coordenação e direção. Por outro lado, também estão dependentes de elementos culturais associados às nações de onde emanam e inclusivamente ao grau de desenvolvimento tecnológico que possibilitam o exercício do comando¹⁵⁶. A concentração de autoridade numa determinada chefia pode ser entendida de forma diferente no país A ou B e a possibilidade de se dispor, ou não, de meios tecnológicos que facilitem um permanente contacto entre todos os decisores pode fazer a diferença no modelo a adotar.

Ao nível tático da condução de operações militares existe o denominado conceito de “mission command”¹⁵⁷. De forma sintética, diremos que este conceito procurou trazer a noção de iniciativa até aos mais baixos patamares da decisão, onde se encontram os comandantes de tropas dos denominados escalões mais baixos, ou seja, de forma crescente, comandantes de pelotão, companhia e batalhão, através do que se designou por um claro entendimento do “commander’s intent”, ou seja, a intenção do comandante. O conceito da “intenção de comando” não é novo¹⁵⁸, resultando da

¹⁵⁴ Uma campanha militar é “uma operação de grande envergadura que consiste numa série de ações táticas (batalhas e empenhamentos), conduzidas por forças de combate de um ou mais ramos das forças armadas, coordenadas no tempo e no espaço, para alcançar os objetivos estratégicos ou operacionais numa determinada área de operações”, EME, 2012: 2-3.

¹⁵⁵ King, 2011: 394.

¹⁵⁶ Stewart, 2010: 2.

¹⁵⁷ Traduzido em Portugal para a doutrina em vigor no Exército Português por “comando-missão”, “que significa a conduta das operações através da execução descentralizada baseada em ordens tipo-missão”, EME, 2012: 2-16.

¹⁵⁸ Dempsey, 2012: 3.

expressão conhecida pelos prussianos no século XIX e popularizada na II Guerra Mundial, pelos herdeiros alemães de Clausewitz, de “Auftragstaktik”. O conceito partia do pressuposto de que, se a intenção do comandante fosse claramente percebida, o comandante subordinado poderia, e deveria, desenvolver iniciativas por forma a contribuir para essa mesma intenção. Em suma, não precisaria de aguardar o recebimento de “sucessivas e novas” ordens para cada ação, podendo e devendo tomar a iniciativa. De certa forma, estabelecia-se um processo de delegação de autoridade que possibilitava uma ação mais eficaz, descentralizada e mais rápida, sem, no entanto, pôr em causa os objetivos principais superiormente estabelecidos. Ao nível tático esta prática foi desenvolvida nas últimas décadas e tem sido reforçada em diversos países, nomeadamente os pertencentes à NATO, incorporando-se em muitas das doutrinas mais recentes¹⁵⁹.

Com o uso da adequada tecnologia e utilizando mecanismos de comando e controlo em tempo real, será possível garantir a permanente ligação entre os vários níveis de autoridade e, assim, evitar ter de a delegar. Mas, por outro lado, é a mesma tecnologia que, ao permitir um contacto permanente entre os diversos patamares da decisão, garante uma maior comunicação e iniciativa a todos os níveis. É neste aparente paradoxo que reside o conceito de “mission command”. As premissas para o “mission command” funcionar são basicamente duas. Primeiro, tem de haver confiança nos subordinados em que se delega autoridade e estes, por seu lado, têm de ter uma formação muito completa e preparação abrangente para lidarem com situações complexas e exigentes. Em segundo lugar, tem de haver um equilíbrio entre as atividades centralizadas e descentralizadas para não criar um ambiente em que diferentes forças atuam de forma completamente descoordenada, podendo comprometer a coerência das operações como um todo¹⁶⁰. Havendo a consciência destas duas premissas essenciais, com líderes capazes e com uma contínua monitorização da situação para garantir a harmonia e a coerência entre o que se pretende atingir, é possível, neste âmbito mais restrito, obter o desejável comando holístico na guerra (conceito e teoria que explanaremos mais adiante) aos vários níveis de decisão, desde o tático até ao político-estratégico.

Falta, no entanto, levantar um fator relevante, que condiciona o modelo escolhido para exercer a autoridade: a personalidade dos líderes. Embora não esteja dentro do âmbito no nosso trabalho, sabemos que os diferentes “estilos de comando” implicam alterações na forma como se aplicam e se entendem os modelos apresentados.

¹⁵⁹ Como por exemplo na doutrina do Exército Português em EME, 2012: 3-1 a 3-14.

¹⁶⁰ Stewart, 2010: 10 e EME, 2012: 3-3.

Veremos nos capítulos seguintes que as personalidades de Wellington, Spínola e Petraeus não puderam ser completamente dissociadas das decisões e formas como atuaram e comandaram.

Consciente deste fator regresse-se ao conceito de “mission command”. Para o mesmo se desenvolver, o comandante que recebe uma determinada ordem tem de conseguir, ainda antes de atribuir tarefas e delegar autoridade aos seus subordinados, reestabelecer a missão para a sua unidade ou órgão que dirige. Tal implica compreender claramente o problema e o “end-state” (estado final) que se pretende alcançar e, fundamentalmente, perceber a natureza da operação que tem de cumprir¹⁶¹. Se, desde o início, estas questões não estiverem bem identificadas então o processo resultante começará incompleto ou mesmo distorcido. Depois vem o “tempo” de implementação e da conduta das operações, em que se torna vital a flexibilidade para alterar rumos e recentrar decisões. Foi o que Dempsey designou de “agilidade mental e velocidade de adaptar soluções no processo de tomada de decisão”, fundamental para os líderes em todos os escalões de comando, desde os mais baixos, táticos, até aos mais elevados, estratégicos. A correta aplicação do conceito de “mission command”, resumiu Dempsey, reside em balancear a “arte de comandar” com a referida influência da personalidade dos líderes e com a “ciência do controlo”, secundada na execução rigorosa de todas as etapas do processo de decisão¹⁶². O comando missão exige controlo e vice-versa.

Quando não é possível ou, por vezes, sequer desejável, estabelecer relações de comando entre as várias entidades, deverá haver, no mínimo, coordenação. Um termo atual, para clarificar as possíveis arquiteturas de coordenação entre as várias entidades, é a denominada (e já referida) coordenação interagências (interagency coordination)¹⁶³. Neste caso é necessário identificar, à partida e de forma exaustiva, o que cada entidade faz e o que tem como intenção alcançar, bem como o(s) problema(s) e suas variadas e possíveis soluções¹⁶⁴. Não havendo uma dependência

¹⁶¹ Dempsey, 2012: 4, o “end-state” tem de ser conhecido por todos e, cada um, tem de entender claramente o que tem de fazer para o atingir, Bong, 2012: 33; também em EME, 2012: 3-9.

¹⁶² “Mentality agility and superior speed in competitive cycles of decision-making (...) balancing the art of command with the science of control”, Dempsey, 2012: 4-5 ou “Control is how commanders exercise command. Control is more a science, but at the same time an art”, Oprean, 2012: 120.

¹⁶³ Naler, 2006: 26 e Bong, 2012: 23.

¹⁶⁴ Ou de forma mais completa os “five planning facets of conditions, assumptions, understanding the environment, understanding the problem, and developing an operational

hierárquica entre as várias entidades, a forma coordenada, ou não, como atuam, depende da vontade e das pessoas responsáveis por o fazer. Implica então constituir equipas de ligação entre as várias entidades, com as pessoas certas para partilhar, decidir, apoiadas em mecanismos e recursos que possibilitem a troca de informações e com vontade de cooperar¹⁶⁵.

Depois de garantidas estas condições de partida, o conceito interagência prevê a elaboração de uma arquitetura funcional que diferencie e ilustre o que cada entidade produz e colabora para o efeito coletivo¹⁶⁶. Coordenar implica a vontade das partes em fazê-lo sem distinções entre os que são civis ou os militares¹⁶⁷, mesmo tendo em linha de conta que poderão existir culturas organizacionais distintas entre entidades civis e militares¹⁶⁸. Parte do esforço de coordenação reside na intenção, ou não, de colaborar. Só poderá ser possível se for encontrado um “end-state” comum e na assunção, por parte de cada um, que será sempre melhor o esforço coordenado do que uma ação unilateral de cada.

O estabelecimento de uma coordenação eficaz depende de uma correta articulação entre os objetivos definidos para cada um, que por vezes são distintos porque podem variar de acordo com o momento em que se encontram numa determinada operação, tendo em atenção as condições existentes e, finalmente, o tal end-state que se quer comum a atingir¹⁶⁹. Em suma, coordenar depende não só das condições para se poder efetivar mas, e acima de tudo, da existência da vontade para o fazer.

Quando a coordenação é aceite por todos, de forma voluntária, reforça-se a vontade em atingir o objetivo. O exercício do comando faz-se naturalmente melhor quando parte da vontade e não pela simples obrigação de o ter de cumprir. Mas, quando uma ou várias entidades não o quiserem fazer e se não existirem relações de comando estabelecidas, o resultado final dependerá apenas da vontade de cada um e, assim, não se poderá garantir a coerência e a eficácia de um determinado esforço coletivo. Pode haver comando e as várias entidades não terem vontade de cooperar, o que naturalmente não será a melhor solução. Pode haver coordenação, sempre que exista vontade de colaborar e, assim, conseguir-se maior e melhor sinergia para atingir

approach” mas lembrando que “Defining the problem, however, is not as easy”, McCauley, 2012: 6 e 14.

¹⁶⁵ Bong, 2012: 26 e Ribeiro, 2009: 149.

¹⁶⁶ Bong, 2012: 30.

¹⁶⁷ Naler, 2006: 27.

¹⁶⁸ Roberts, 2010: 213.

¹⁶⁹ McCauley, 2012: 2.

finalidades comuns. Mas, sem vontade de colaborar e quando não existam relações de comando estabelecidas, dificilmente se consegue fazer um esforço coordenado.

Para sabermos se há ou não um esforço bem dirigido e coordenado recorreremos a mecanismos de controlo para fazer a avaliação e gestão de resultados. Tal como o comando exige controlo, também a única forma de garantirmos que há e que se mantém, uma determinada relação de coordenação, é através de processos de supervisão e controlo. O controlo é assim um denominador comum tanto para relações de comando como para as de coordenação.

Poderá parecer, pelo que escrevemos anteriormente, que serão sempre desejáveis as situações em que a coordenação se estabelece de forma voluntária, ou, dito de outra forma, que melhor que ter um comando e controlo “imposto” seria existir coordenação e cooperação “voluntária”¹⁷⁰. Naturalmente que sim, mas desde que funcione. Esta será uma questão fulcral durante a execução do trabalho, porque quando se fala de guerra, a eficácia das soluções não pode estar apenas dependente da vontade das partes em querer colaborar. Tentar a cooperação será sempre o ideal mas tem que se assegurar a coerência e a união de esforços. O princípio a salvaguardar, especialmente quando nos referimos à coordenação entre entidades civis e militares, é que cada organização descubra os melhores mecanismos para coordenar as suas atividades com os outros, sem sentir que “está a ser coordenada por outros”¹⁷¹.

Em resumo, idealmente deverá haver um sistema que traduza um sistema de comando e controlo, exercido de forma partilhada e aceite, em última instância, por todos.

2.2 Holismo e Holístico

Aristóteles, referindo-se à harmonia social, defende que todos, numa determinada sociedade, devem participar “embora não da mesma forma mas na medida em que cada um cumpre a função que lhe é adequada”. O conceito de holismo não é sinónimo de harmonia mas a premissa de que todos “devem participar” é comum. Para haver harmonia, por exemplo na música, não se pode fazer uma orquestra de apenas um tipo de instrumento pois, tal como defende Aristóteles na sua obra “Política”, são vários os instrumentos que fazem uma orquestra. A música resultante nasce assim da divisão em “éticas, práticas e entusiásticas, atribuindo a cada um destes níveis uma

¹⁷⁰ Helsloot, 2008: 173.

¹⁷¹ Roberts, 2010: 218.

natureza específica de harmonia”¹⁷². No seu raciocínio sobre “harmonia” Aristóteles termina referindo-se ao que denomina os seus “dois alvos: o possível e o conveniente” sendo que, em síntese, propõe uma adaptação da música escolhida à idade e formação cultural do ouvinte, de acordo com o que se pretende atingir.

Também é Aristóteles em outra das suas obras “Metafísica” que nos dá a noção de holismo quando afirma que “o todo é maior do que a simples soma das suas partes”, ou seja, quer se esteja a referir a seres humanos, organismos vivos ou mesmo organizações, o “todo” é mais do que a simples soma de cada uma das partes constituintes.

A palavra holismo vem do grego “holos” que significa inteiro ou todo. O uso do termo “holismo” ou “holístico” é comum a muitas das áreas do conhecimento. Numa pesquisa sobre obras publicadas encontramos o uso dos termos “holismo e holístico” muito ligado à medicina, mas também se podem encontrar estes conceitos nas áreas da antropologia, história, gestão, educação, economia, ciências sociais, psicologia, teologia, filosofia, gestão¹⁷³. Embora com menos referências também aparecem em artigos militares, geralmente associados à necessidade de entender as ameaças e adversários ou ainda, num sentido mais restrito, da forma holística sobre o entrosamento dos militares na sociedade¹⁷⁴. Entre expressões geralmente correntes em alguns artigos científicos, encontram-se as de “visão holística” ou também de “perspetiva holística” aplicadas a muitas das áreas do conhecimento já referidas mas estendendo-se também à física quântica ou à matemática¹⁷⁵.

Referente a uma abordagem holística está inerente o uso de conceitos associados, como, por exemplo, os de interdisciplinaridade, interagências, interdepartamental ou outros, sempre numa perspetiva de ver e analisar problemas e buscar soluções, como um todo.

O termo holismo popularizou-se no âmbito da antropologia por Jan Smuts, um antigo oficial do exército e, mais tarde, primeiro ministro da África do Sul (entre 1919-1924), que publicou em 1926 uma obra intitulada “Holism and Evolution”. Nesta obra,

¹⁷² Aristóteles, 1998: 95 e 589.

¹⁷³ Entre outros poderão ser citados: Ferreira, 1997; Andreas, 2010; Fortuna, 2002; Haynes, 2009; Rosini, 2003.

¹⁷⁴ Ver por exemplo a análise das ameaças em África em Lyman, 2004: 77-79; ou a relação entre o espírito militar e o holismo em Castro, 1990: 53 ou das problemáticas do recrutamento militar em Barrett, 2011: 109.

¹⁷⁵ Elementos recolhidos utilizando o motor de busca da EBSCO com as palavras “holismo” e “holístico”, <http://search.ebscohost.com/> (Data de acesso em 22 de Janeiro de 2012), (várias das obras consultadas estão referidas na bibliografia).

defendia que a natureza tendia a criar organismos em que o seu “todo” era sempre muito maior e mais perfeito do que a simples soma das partes. Por oposição a outros métodos de pensamento o holismo ficou também conhecido como não-reducionismo, afastando-se assim também do pensamento cartesiano ou do atomismo. Por reducionismo entende-se a abordagem clássica ou cartesiana, consolidado por Descartes (1596-1659), que divide o todo em partes e depois estuda-os em separado, ou seja, ao contrário do holismo que visa fazer esta abordagem de modo sistémico e abrangente¹⁷⁶.

Embora não fazendo uso dos termos holismo ou holístico, a essência do raciocínio holístico tinha já sido defendida por Augusto Comte (1798-1857) quando escreveu que o “espírito de conjunto (ou de síntese)” se devia sobrepor à análise dos “detalhes (ou de análise)” porque só assim, defendia Comte, seria possível conseguir uma compreensão abrangente da ciência.

Smuts defendeu que abordar questões sob uma perspetiva holística se tornava relevante para várias áreas do conhecimento como, por exemplo, a ciência e a filosofia, a ética, a arte e temas relacionados¹⁷⁷. Numa expressão de síntese, Smuts afirmou que o Holismo “está em todo o lado e é tudo em tudo”¹⁷⁸ querendo assim reforçar o aspeto genérico em que este conceito pode e deve ser aplicado, ou seja, a todas as áreas do conhecimento e da atividade humana.

Este conceito também se compara, de alguma forma, ao que ficou conhecido como “Teoria Geral dos Sistemas”, apresentado inicialmente por Ludwig von Bertalanffy (1901-1972) na década de 1960 e que geralmente está mais associado ao âmbito da gestão¹⁷⁹. A teoria geral dos sistemas defende que todo o sistema é um “conjunto de elementos interdependentes em interação visando atingir um objetivo comum” e que os sistemas se podem dividir em “abertos e fechados”, sendo que nos sistemas abertos sofrem influências do meio circundante, enquanto nos fechados não se sofre qualquer tipo de efeitos exteriores¹⁸⁰. A abordagem holística enquadra-se assim na aplicação da teoria geral dos sistemas, em especial aos sistemas abertos¹⁸¹.

¹⁷⁶ Mariotti, s.d.: 1.

¹⁷⁷ Smuts, 1926: vi.

¹⁷⁸ “Holism is everywhere and all in all”, Smuts, 1926: 335.

¹⁷⁹ Rosini, 2003: 3.

¹⁸⁰ Rosini, 2003: 3-5.

¹⁸¹ Ver a comparação entre a teoria geral dos sistemas e a “visão holística” em Ferreira, 1997: 1712-176.

Aplicando este conceito de forma epistemológica, uma visão holística é mais do que a soma das várias visões parcelares¹⁸². Se aplicarmos o conceito ao tempo e às fases de aprendizagem, surge a noção de “comutatividade”, onde se defende que a ordem como se aprende os diversos temas e assuntos não é relevante para o produto final que se pretende atingir, porque este é um processo holístico e, como tal, só o todo fará o sentido que se pretende, independentemente do que se estudar e analisar primeiro¹⁸³. Se analisarmos o conceito do ponto de vista da semântica, apercebemo-nos de que só a leitura completa da expressão escrita nos possibilitará entender a linguagem usada, ou seja, que o significado de uma expressão complexa é o resultado da soma das várias componentes escritas acrescentado pela forma como as mesmas se combinam para nos dar o sentido global. A semântica holística possibilita-nos assim uma escrita abrangente e global, quer na construção dos raciocínios, quer na forma de estruturar um texto ou mesmo na abordagem que deveremos ter para a sua leitura¹⁸⁴.

O entendimento holístico tem assim vários campos de aplicação. Gostaríamos de destacar não apenas a abrangência de um determinado tema ou situação, mas também a forma como o interpretamos e estruturamos (semântica), na perspectiva que escolhemos para o analisar (visão) e de forma independente do tempo em que as várias fases ou etapas ocorrem (comutatividade).

Uma das associações ao conceito de holismo, que ilustram bem a razão de o adotarmos para título e conceito chave do trabalho, prende-se com a noção do “olhar holístico sobre a arte”. Marlene Fontoura aconselha a olhar uma obra de arte de forma holística, sem nos prendermos inicialmente a detalhes e a tentar captar a obra toda, entender a ideia geral ainda antes de começar a “desmontá-la”. Alerta ainda esta autora para o perigo de nos fixarmos num ponto saliente, “um determinado ponto de luz”, porque assim o entendimento holístico estaria comprometido à partida pela relevância particular de uma das partes. A autora explica ainda que esta visão holística é mais simples para as obras estáticas (pinturas e esculturas) e mais difícil para as dinâmicas (danças e teatro). Neste último caso, ao se adicionar o fator tempo, que referimos anteriormente como relevante, temos que estender a abordagem em mais esta dimensão (tempo) para efetivamente conseguir uma compreensão geral antes de o começar a analisar por partes¹⁸⁵.

¹⁸² Haynes, 2009: 53.

¹⁸³ Weisberg, 2009: 793.

¹⁸⁴ Andreas, 2010: 541.

¹⁸⁵ Fontoura, 2002: 139-140.

Numa possível síntese diríamos que o holismo, ou a perspetiva holística, sobre a guerra é a capacidade de procurarmos entender o todo mais do que cada uma das partes, de entendermos (e assumirmos) que apenas sabendo como cada parte é relevante para se conseguir o todo pode este “holos” ser efetivamente mais do que a soma de cada uma das partes que o constituem.

3. Teoria Geral sobre o Comando Holístico da Guerra

Estabelecidos assim os conceitos mais importantes, relevantes e transversais a todos os capítulos do trabalho, iremos agora elaborar uma teoria geral sobre o comando holístico da guerra. A teoria será testada e comprovada nos três capítulos subsequentes de Wellington, Spínola e Petraeus por forma a aferir do carácter geral e universal que a mesma deve ter. A validade da teoria assentará assim em três vertentes: na relevância dos conceitos descritos, na verificação em casos históricos concretos e na aplicabilidade para prever situações futuras¹⁸⁶.

Edificámos a teoria em três planos distintos a que correspondem quatro dimensões de análise.

No primeiro plano estão incluídas duas das dimensões de análise, a das relações entre forças militares e paramilitares (primeira dimensão) e entre organizações civis e militares (segunda dimensão). Assim começaremos por analisar as relações entre as variadas tipologias de forças militares e destas com as forças paramilitares e de segurança. Depois, as relações entre instituições civis e militares, entre forças de diversas proveniências e países, governamentais e não-governamentais, internacionais e nacionais. Finalmente no estrito plano da relação / separação entre civis e militares.

Num segundo plano, que corresponde à terceira dimensão de análise, nas relações entre níveis de autoridade, entre os governos e os comandantes operacionais no terreno que são os executores das estratégias e entre os responsáveis civis e militares que coexistem num mesmo teatro de guerra e a sua relação com os respetivos países de origem. Finalmente entre a coerência da política decidida e a estratégia determinada, a sua evolução / alteração, as devidas consequências operacionais e da relação com as doutrinas usadas nesse mesmo contexto.

Por último, um terceiro plano, a que corresponde a quarta dimensão de análise, a temporal, numa visão abrangente que inclui o antes, o durante e o pós-guerra. Da necessidade ou não da introdução de “fases” quer estas sejam determinadas por

¹⁸⁶ “Uma teoria verdadeiramente científica além de «explicar» deve também «prever» e «controlar»”, Couto, 1988, Vol. I: 99.

atribuição de responsáveis quer porque sejam criadas condições para alternar entre elas, criando assim formas artificiais de divisão por tarefas, instituições ou ações.

Comum aos três planos e às quatro dimensões em análise será a tentativa de ilustrar a teoria com alguns exemplos, antecipando situações que analisaremos em profundidade nos próximos capítulos com os casos de “Wellington”, “Spínola” e “Petraeus”.

3.1 Das relações institucionais à separação entre civis e militares

Partiremos das relações institucionais entre forças e organizações similares para os patamares mais complexos em que organizações muito distintas devem colaborar e encontrar formas de garantir uma ação concertada. Por fim, abordaremos a essência duma questão, que será transversal em todos os capítulos subsequentes, que consiste na tentativa de separação, muitas vezes artificial, entre civis e militares.

3.1.1 Das relações institucionais entre forças militares

Não pode haver comando holístico na guerra se não existirem mecanismos de efetiva coordenação entre todas as forças militares presentes no terreno. Os modelos podem ser diversos mas devem ser estabelecidas relações formais que permitam que, de uma só autoridade, emanem as grandes decisões estratégicas e operacionais e, assim, se garanta a coerência das diversas ações no terreno.

Por um lado, analisando apenas do ponto de vista formal, um exército único implica automaticamente uma autoridade única mas, como iremos verificar nos capítulos seguintes, esta situação é rara e provavelmente continuará a ser pouco frequente.

A situação mais frequente será a presença de forças militares provenientes de diversos países. Estas forças podem ser oriundas de países que integrem alianças constituídas, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN ou na sigla inglesa NATO), podem ter origem em coligações existentes ou, por último, podem integrar coligações “ad hoc” criadas para um conflito em concreto. Por exemplo, no capítulo “Petraeus”, será possível entender a distinção entre a intervenção de uma coligação no Iraque e da atuação da NATO no Afeganistão. No caso de uma determinada operação ficar dependente de uma aliança existente, aplicar-se-ão os conceitos e determinações em vigor na mesma, como pode ser o caso da NATO, da União Europeia (UE ou EU) ou da União Africana (UA ou AU). Mas mesmo nas alianças mais estruturadas, como é o caso da NATO, que tem uma estrutura de comando e controlo permanente, os países que a integram podem decidir entrar numa determinada operação com restrições ao uso das forças ou limitações sobre a autoridade delegada no comandante do terreno. Estas restrições denominam-se

“caveats”, que têm de ser declaradas antes do envio das forças e que será um tema que desenvolveremos no capítulo “Petraeus”.

Podem existir várias formas de integrar as diversas forças num determinado teatro de operações, desde a integração completa de forças de um país na estrutura de outro, passando pela criação de um exército aliado com uma estrutura integrada. Este será o caso do exército anglo-português que descreveremos em “Wellington”. Ou simplesmente atribuindo missões e responsabilidades por setores e áreas de atuação tendo em atenção as restrições (caveats) e as capacidades efetivas que cada país pode disponibilizar como veremos em “Petraeus”.

Além de forças militares regulares podem existir outros tipos de forças, que não sendo parte da estrutura de exércitos permanentes, podem estar presentes em determinados territórios. Estão neste caso as forças de milícias, voluntários combatentes ou forças similares com variados nomes e tipologia, como as ordenanças, os corpos nacionais e outros exemplos que serão referidos, por exemplo, no capítulo “Wellington”. Estas forças, pelas suas características, podem não estar incluídas na organização geral das forças militares presentes num determinado território mas, para haver comando holístico, a ação e os objetivos que perseguem têm de estar subordinados à estratégia geral determinada pelo comandante nomeado. Veremos em “Wellington” como tal foi possível em Portugal durante a Guerra Peninsular mas, simultaneamente, como tal foi muito difícil com as guerrilhas espanholas durante a mesma guerra.

Para haver integração da ação estratégica e operacional entre todas as forças possíveis num determinado teatro de operações é assim fundamental identificar à partida: (1) quem participa, que capacidades, especificidades e restrições existem; (2) em que grau de autoridade são entregues ao comandante superior nomeado; (3) se os sistemas e estruturas de comando e controlo já existentes, como por exemplo da NATO, podem ser usados e aplicados para o exercício do efetivo comando.

Por fim, é também necessário assegurar que todas as ações no terreno obedecem à estratégia geral determinada e que contribuem para os objetivos comuns. Não será necessário criar uma autoridade rígida e com vínculos de subordinação permanentes mas tem de ser assegurado que todas as forças presentes, independentemente da sua proveniência (países) ou capacidades (milícias, voluntários, etc.), efetivamente assumem os compromissos em termos de missões e que as ações são executadas dentro do plano geral de uma determinada campanha. Pensamos que o exemplo da Guerra Peninsular em “Wellington” ilustrará bem este ponto.

3.1.2 Das relações institucionais entre forças militares (forças armadas) e forças de segurança

Não pode haver comando holístico na guerra se não houver mecanismos de coordenação eficazes entre as forças militares e as forças de segurança. Esta questão, que é frequentemente relevante dentro de cada país em situação de paz, torna-se essencial em ambientes de guerra. Os modelos de cooperação podem ser muitos e realizados de formas muito distintos, mas a ação das forças de segurança e militares, melhor dizendo neste caso, armadas – porque existem forças de segurança de natureza militar como é o caso da Gendarmerie em França, dos Carabinieri em Itália, da Guardia Civil em Espanha ou da Guarda Nacional Republicana em Portugal – têm de ser complementares para poderem convergir com os objetivos gerais determinados.

Como veremos nos próximos capítulos, as soluções para garantir uma efetiva cooperação e integração de objetivos podem ser obtidas de múltiplas formas, sem se tornar necessário criar vínculos de subordinação entre militares e polícias. Com regras e princípios claros, a colaboração e convivência podem existir sem comprometer formas muito diversas de atuar, especificamente com graus e uso de violência muito diferenciado e, simultaneamente, convergir para um objetivo comum determinado pela estratégia geral. Os exemplos que apresentaremos, em especial nos capítulos “Spínola” e “Petraeus” com a criação de estruturas, geralmente ao nível operacional e estratégico, onde estão permanentemente membros das várias forças a coordenar a ação demonstram que, salvaguardando a autonomia e idiosincrasias dos diversos corpos das forças armadas e de segurança, é possível determinar formas de cooperação e mecanismos de coordenação permanente nos vários patamares da decisão.

Uma outra questão neste âmbito prende-se com a relação entre as forças militares e as empresas privadas de segurança. A forma como estas últimas cumprem um papel visível nos conflitos¹⁸⁷ obriga a uma integração da sua ação na estratégia global prevista. Veremos que esta questão só se aplicará ao capítulo “Petraeus”, uma vez que em “Wellington” e “Spínola” não faremos referência a empresas privadas de segurança. Com Petraeus, a questão foi de tal maneira relevante, que a partir de determinado momento passaram a existir regras e procedimentos específicos para a integração operacional da ação das empresas privadas de segurança.

Neste caso, entre forças armadas e de segurança, incluindo as empresas privadas, não se procura obter integração e níveis de subordinação funcional entre forças, ou

¹⁸⁷ Já no século XVI Nicolau Maquiavel alertava para a necessidade de um controlo muito apertado quer dos mercenários quer das milícias, Maquiavel, 1991: 47-55.

seja, não se pensa em organizar unidades mistas entre polícias e militares, com a exceção para as polícias de natureza militar, já referidas, que podem ser incluídas, em determinadas situações e cenários, em grandes unidades militares. O que se pretende é encontrar mecanismos e sistemas de colaboração / coordenação permanentes que garantam a coerência da ação. Este objetivo é conseguido atribuindo graus de autoridade por áreas ou situações específicas. Por exemplo, em Cabul no Afeganistão em 2010, como veremos em “Petraeus”, a responsabilidade primária pela segurança era da polícia e o exército apoiava a sua atuação e reforçava-a. Fora da cidade a responsabilidade era a inversa, o exército tinha a responsabilidade primária e a polícia apoiava o exército. Também se consegue obter a permanente coordenação através da existência de estruturas de comando e controlo onde estejam membros das várias instituições. Usando o mesmo exemplo, de Cabul, existiu em 2010 uma estrutura denominada OCC-K (Operations Coordination Centre – Kabul) onde se concentravam em permanência, sob a autoridade do Ministério do Interior, elementos das várias forças militares e policiais presentes em Cabul. Assim, sempre que havia uma ocorrência, num mesmo espaço como o OCC-K equipado com sistemas de comunicação com todas as entidades, eram discutidas as várias modalidades de ação. Determinavam-se com celeridade os vários graus de responsabilidade a atribuir a cada entidade, a necessidade de intervenção das várias instituições, ou de acordo com a situação poderia ser necessário a intervenção de todas, atribuía-se a autoridade principal a uma das entidades e determinavam-se as que ficavam com a responsabilidade de apoiar a entidade principal¹⁸⁸. Este último ponto era de uma importância relevante pois apenas assim se evitava descoordenações, redundâncias de meios ou, mesmo, possíveis danos entre forças distintas.

3.1.3 Das relações institucionais entre forças militares e organizações civis

Este é um dos desafios centrais deste trabalho. Como se viu nos subcapítulos anteriores e abordaremos em profundidade nos capítulos seguintes, não podemos falar, de forma geral, de subordinação, dependência ou obediência entre instituições militares e civis. Mas sabemos como é relevante garantir uma direção e ação coordenada entre todas as instituições presentes.

Veremos que nos conflitos recentes se tornou mais difícil escolher uma autoridade única que “comande” todas as entidades presentes, civis e militares. Também veremos, nos capítulos seguintes de “Wellington” e “Spínola”, que foi possível em algumas circunstâncias decidir por modelos de comando único. No caso de “Spínola”

¹⁸⁸ Situação mais desenvolvida e descrita em Pires, 2011b: 5-7.

estudaremos a solução integrada, com a nomeação de Schultz e depois Spínola para os cargos de Governador e Comandante-chefe em simultâneo, e lembraremos outros exemplos, como o de Richard Templer na Malásia, que acumularam ambas as funções, garantindo assim à partida um efetivo comando sobre organizações civis e militares. Mas também se verá que estas situações foram a exceção e não a regra e que, mesmo com Templer, Schultz e Spínola, se centrou a decisão ao nível político e estratégico mas manteve-se a separação das várias áreas nos patamares operacional e tático.

Petraeus resume numa frase quando afirma (ver no anexo D a entrevista concedida pelo General Petraeus) que sempre que não for possível a unidade de comando deve ser conseguida a unidade de esforços. Definiremos em “Spínola” e “Petraeus” com profundidade estes conceitos de “unidade de esforços” e “unidade de comando”¹⁸⁹. O fundamental passa por encontrar mecanismos que permitam a coerência na aplicação de determinada estratégia, não podendo esta estar sujeita apenas à iniciativa de diferentes e descoordenados decisores. Como se viu e iremos ler nos próximos capítulos, será sempre melhor conseguir a colaboração voluntária do que a integração e subordinação imposta. Esta questão passa por outras mais subjetivas, como a personalidade dos vários intervenientes, os mecanismos existentes de coordenação ou a complexidade de diferentes organizações, países, coligações e alianças presentes num determinado território. Mas efetivamente terão de existir condições para uma abordagem holística para lidar com a guerra.

Se não é possível a unidade de comando, terá de ser assegurada a unidade de esforços e não bastará procurar a unidade, haverá que a garantir. Mesmo que não se criem relações de dependência direta entre os vários decisores têm de ser criados mecanismos de coordenação que garantam esta unidade¹⁹⁰. Não se procuram “receitas” que se apliquem a todas as situações mas tem de ser garantido um caminho, para cada caso, que assegure a unidade de esforços. Será o difícil equilíbrio entre a desejável procura de coordenação e a garantia que efetivamente a mesma seja

¹⁸⁹ A unidade de comando, segundo a doutrina em vigor no Exército Português está dependente dos “acordos entre os parceiros que definem o nível de autoridade que é investido no comandante da força internacional. (...) Para compensar esta limitada unidade de comando, os vários parceiros empenham-se por alcançar a unidade de esforços. Desta forma, o consenso é muitas vezes a chave para se alcançar o sucesso”, EME, 2012: 1-14.

¹⁹⁰ Existe ainda o conceito, mais pensado para os níveis operacional e tático, de “unidade de ação” entendido como “a sincronização, coordenação e integração das atividades de todas as entidades governamentais e não-governamentais com as operações militares, tendo como finalidade a obtenção da unidade de esforços”, EME, 2012: 1-13.

possível, idealmente sem ter que ser imposta. Em última instância, pensa-se ser fulcral que, ainda que com caráter de imposição, o comando holístico na guerra seja assegurado. Porque só será possível obter o comando holístico quando se estiver determinado a assegurar o mesmo.

No fundo o que propomos é uma solução equilibrada. Onde e quando for necessário, devem ser tentados mecanismos de cooperação para assegurar uma execução de políticas e estratégia abrangentes. Como se verá, as possíveis soluções para resolver uma determinada situação de guerra passam por áreas que vão da economia às forças armadas, do apoio social à criação de relações internacionais estáveis. Se a coordenação for conseguida através dos esforços conjugados de todos, de forma voluntária, encontrar-se-á a solução ótima. Mas se alguma das partes não quiser colaborar, devem existir mecanismos para assegurar que efetivamente a colaboração se verifique ou, no mínimo, que a sua ação não se torne contraproducente em face de todas as outras executadas pelas restantes organizações, civis ou militares, governamentais ou privadas. Veremos no capítulo “Petraeus” alguns exemplos de descoordenação que comprometeram as estratégias em curso, desde os desentendimentos entre os departamentos da defesa e dos negócios estrangeiros (State Department) no Iraque às diferentes estratégias entre a NATO e os restantes países presentes na coligação no Afeganistão.

Em síntese, tem de existir um mecanismo que assegure uma efetiva unidade de esforços, ou seja, não basta a vontade ou a promessa de colaboração. Este mecanismo não se reveste de uma forma única e universal a aplicar a todas as situações. Deverá ser adaptado a cada situação em concreto. Mas tem de existir. Sem um determinado mecanismo que assegure o comando holístico em situações de guerra, poderão existir situações em que as ações de uns comprometam as de outros, ou em que mesmo, por falta de coordenação, anulem e agravem as circunstâncias em que outros atuam.

3.1.4 Da separação entre civis e militares

A separação entre civis e militares é tema que poderia ser abordado sob muitas perspetivas, como se viu e em especial, pela sociologia. Mas interessa-nos o comando holístico na guerra e, como veremos nos próximos capítulos, separar ações ou autoridade unicamente através de critérios de profissão não parece ser a melhor maneira de abordar a questão. Em “Wellington” serão bem evidentes as múltiplas ações que um comandante militar tem de tomar quando tal se torna necessário. Wellington assinava documentos e tratados na Índia como se fosse um diplomata e fazia recomendações políticas aos governos britânicos, português e espanhol durante

a Guerra Peninsular sem que, em algum momento, se pudesse pôr em causa a subordinação do comandante militar ao poder político de onde emergia.

Deverá ser a competência e a preparação de um determinado comandante (ou um termo similar) a ditar os critérios para a sua escolha e não o facto de ser civil ou militar. Também não devem existir áreas “interditas” a um determinado comandante apenas pelo facto de ser civil ou militar. O bom senso, a preparação, a quantidade, tipologia e proporcionalidade das organizações que comanda e dirige, civis e militares, deverão ditar as atribuições que lhe são investidas. Como se verá, Wellington teve uma formação com tanto de militar como de civil e ocupou funções quer políticas quer exclusivamente no comando de unidades militares. Spínola também viria a ocupar funções políticas, de comando militar e desempenhou durante um grande período da sua carreira funções de gestão civil. Petraeus só desempenhou funções “civis” depois da sua carreira militar, mas estudou e ensinou em universidades civis onde, segundo as suas próprias palavras, encontrou o desejável aprofundamento no relacionamento entre civis e militares.

Escolher um militar ou civil deve ser apenas mais um critério para determinar a escolha de um comandante. À partida não deve ser um fator diferenciador mas antes um fator potenciador a somar a outros fatores mais relevantes como, por exemplo, a competência e a preparação.

3.2 Dos patamares de autoridade

Como se viu nos subcapítulos anteriores, embora o trabalho verse sobre situações de guerra que podem ou não ser fora dos territórios nacionais de onde as organizações civis e militares são originárias, temos de entender o clima de relacionamento entre civis e militares dentro de cada país antes de o relacionar com o que encontraremos num determinado teatro de guerra. Não procuraremos elaborar sobre a forma como estas relações devam ser exercidas em permanência e em tempo de paz dentro de cada país. Mas vamos referir o ambiente de coordenação que deve existir, dentro e fora de cada país, para assegurar a harmonia e coerência da decisão e ação, quer política, quer estratégica, quer de outras áreas convergentes como a economia ou a justiça, para resolver uma determinada situação de guerra.

Assim, começa-se pelo patamar da autoridade entre a política e a estratégia nacional; depois abordaremos a mesma questão no ambiente internacional multinacional (coligações) e no patamar das organizações internacionais (organizações e alianças); finalmente, trataremos a questão da definição dos fins definidos pela política para a guerra e de como a sua evolução (alteração) se projetam na estratégia, nas operações, nas opções táticas e doutrinas prosseguidas no terreno.

3.2.1 Dos patamares de autoridade nacional

Numa perspetiva realista, de acordo com a Teoria das Relações Internacionais, começamos por afirmar que ainda são os Estados os atores mais relevantes do sistema internacional e, como tal, será dentro de cada Estado que estas relações têm de ser devidamente clarificadas e sustentadas.

Veremos nos capítulos seguintes que foi na cadeia de decisão nacional que encontrámos as questões mais relevantes entre a coordenação da ação no terreno e a política decidida pelos vários governos de cada país. A questão é simples: tem de existir coerência entre a decisão política, a definição de políticas e estratégias para lidar como uma determinada guerra e a forma como as mesmas são aplicadas ao nível operacional e tático nos teatros de guerra.

A questão é simples mas a forma de a materializar não o é. Como se viu nos subcapítulos anteriores, as relações entre civis e militares e entre governantes políticos e decisores operacionais, tem gerado sempre muita discussão e diferentes interpretações. No entanto, lembra-se que esta discussão se tem centrado, geralmente, nas relações permanentes e em tempo de paz, entre a política e as forças armadas. O que nos interessa abordar é a forma como estas relações influenciam a forma de abordar e determinar políticas e estratégias para situações de guerra.

Tentou-se provar anteriormente, e a questão ficará ainda mais clara nos capítulos seguintes de “Wellington”, “Spínola” e Petraeus”, que não é possível haver áreas estanques e patamares de responsabilidade completamente individualizados. Não podemos definir claramente o que cabe à política e o que cabe aos responsáveis operacionais no terreno, enquanto processo de decisão e ação, ou tentar definir temporalmente quando começa e termina a ação política ou a responsabilidade do comandante operacional para a executar. Mas podemos definir a quem cabe a responsabilidade de decidir, de propor e de ajudar num determinado processo de decisão.

A decisão política cabe, em sociedades democráticas e com poderes políticos legítimos e reconhecidos internacionalmente, exclusivamente aos governos e aos responsáveis políticos. Não cabe aos responsáveis militares nas forças armadas. Um militar apenas pode tomar decisões políticas se estiver a ocupar funções políticas. Nesse caso não há diferenciação por ser um civil ou militar, apenas clarificação sobre os níveis de autoridade política. Concretamente, veremos no capítulo “Spínola” que o Governador-geral da Guiné tinha autoridade política para as decisões que entendia tomar internamente na Guiné mas não as tinha para a política externa reservada exclusivamente ao Governo de Lisboa. Igualmente se verá que Petraeus e Crocker,

um militar e outro civil, tinham as mesmas limitações em relação ao Iraque: podiam decidir internamente mas não externamente. Relativamente à decisão final, política, deve ser então claro que esta apenas pode ser tomada pelos políticos competentes para tal e de acordo com o nível de autoridade política que lhes foi delegada¹⁹¹.

Antes de se tomar uma decisão política há todo um processo que a ela conduz em que os principais responsáveis, decisores políticos e executores militares, devem tomar parte. Não se utiliza o termo “podem” mas sim “devem” pelas razões anteriormente explicadas e que se pensa ficarem suficientemente demonstradas nos próximos capítulos. Para um político tomar uma determinada decisão, de forma bem fundamentada, precisa de ouvir, discutir e perceber claramente a visão do(s) responsável(s) civis ou militares que estiverem a coordenar o esforço de guerra e os que estão no (ou irão para o) terreno. Por sua vez, os responsáveis pela condução da guerra no terreno, civis e militares, deverão dar a sua opinião e apresentar propostas, desejavelmente de forma leal e completa, aos decisores políticos.

Depois de discutidas e analisadas as diversas possibilidades o responsável político deve tomar a sua decisão. Os responsáveis, civis e militares, pela condução do esforço de guerra devem tomar uma de três posições: (1) cumprir integralmente a decisão tomada; (2) cumprir integralmente a decisão alertando para eventuais riscos que a mesma pode implicar; (3) pedir a demissão ou colocar o cargo à disposição se entenderem que não podem cumprir a decisão tomada.

Em síntese, aos governantes políticos cumpre decidir e aos responsáveis operacionais, civis e militares, cumprir as decisões tomadas. Os responsáveis operacionais devem tomar parte do processo de decisão. Devem ser ouvidos e apresentar, de forma leal e completa, a sua visão, as suas propostas, e aceitar a decisão tomada. Alertar, se for caso disso, para alguns riscos que a mesma acarreta e, se não se sentirem em condições de a cumprirem, devem colocar o cargo à disposição do decisor político de quem dependem.

O processo não termina com a tomada de decisão. Aos políticos cumpre acompanhar a aplicação das políticas e estratégias no terreno, bem como acompanhar e supervisionar a ação dos responsáveis operacionais. O diálogo e acerto permanente de estratégias e políticas devem existir de forma continuada. Com a tecnologia atual é possível manter um contacto imediato entre todos e, embora se deva respeitar a

¹⁹¹ Responsabilidades, competências e atribuições estão definidas no livro de Silva Ribeiro sobre a organização superior da Defesa Nacional, não só para o caso de Portugal mas também na comparação que faz com outros países. O princípio constitucional genérico de subordinação do poder militar ao poder político, por exemplo, está claro no exemplo do Chefe de Estado como comandante supremo das Forças Armadas, Ribeiro, 2004: 265-301.

autonomia de ação para cada nível (patamar) de autoridade, tal não implica que não devam existir diálogo e acompanhamento permanentes para acertar e, se for caso disso, alterar políticas ou estratégias em curso.

Da parte dos responsáveis operacionais no terreno cumpre manter informados os políticos de quem dependem. Reforça-se o argumento de que não é relevante o facto de serem civis ou militares os principais responsáveis. Trata-se de uma falsa questão, uma vez que o que está em causa para cada situação é o nível de autoridade política, estratégica ou operacional delegada para cada responsável. Veremos que parte dos sucessos ou insucessos das estratégias seguidas no decorrer das guerras passou muito pelo envolvimento dos políticos na conduta das mesmas, tanto por sua iniciativa como, fundamentalmente, pela forma como quem estava no terreno os incluía nas decisões necessárias (ver “Wellington”, “Spínola” e “Petraeus”). Ou seja, não é um caminho de apenas uma direção, é um mecanismo que depende da ação, ou inação, dos dois lados. É um difícil equilíbrio entre o que a cada um cabe poder decidir dentro da autoridade delegada e o que cada um deve decidir sabendo por vezes que são necessárias decisões que não comprometam os restantes patamares da decisão. Pretende-se assim uma gestão sensata de parte a parte que, por um lado, evite uma demasiada interferência entre os diversos patamares e, por outro, impeça um clima de ausência completa de diálogo entre as partes ou uma autonomia excessiva para as ações no terreno.

3.2.2 Dos patamares de autoridade multinacional (coligações)

As mesmas questões que desenvolvemos anteriormente terão também de ser abordadas acrescidas da complexidade da multinacionalidade. Numa guerra exclusivamente entre dois Estados, ou entre um determinado Estado e grupos variados que se lhe opõem, as questões ficaram abordadas no subcapítulo anterior. Mas, se o esforço de guerra for conduzido por dois ou mais Estados, já nos encontramos no âmbito multinacional.

Vamos deixar para o próximo subcapítulo a análise de alianças de segurança permanentes, como a NATO, ou as que existem no seio da ONU, UE e UA. Aqui trataremos exclusivamente os casos em que são criadas coligações “ad hoc” para lidarem com uma determinada guerra¹⁹².

¹⁹² Segundo a doutrina em vigor no Exército Português, por coligação entende-se: “um acordo com um fim específico, fora do quadro de uma aliança, entre duas ou mais nações para uma determinada ação comum”, EME, 2012: 1-14.

Para uma clarificação do comando holístico na guerra tem de ser primeiramente definido quem vai ter a liderança principal e, nos casos de coligações “ad-hoc”, podem existir muitas possibilidades. A mais simples de resolver verifica-se quando os vários países que integram determinada coligação aceitam a existência de uma “lead Nation”, ou seja, uma “nação líder”, conceito que explanaremos no capítulo “Petraeus”. Se a responsabilidade de comandar o esforço de guerra couberem primariamente a uma Nação, às outras nações que compõem a coligação cumpre aceitar, ou não, a autoridade da mesma nos diversos patamares, como o político, o estratégico, o operacional e o tático.

Há muitos exemplos históricos deste tipo de coligações, mas socorrendo-nos do nosso estudo em particular, recorda-se a coligação entre Portugal e o Reino Unido na Guerra Peninsular (“Wellington”) ou a coligação liderada pelos EUA para as operações iniciadas em 2001 no Afeganistão ou em 2003 para o Iraque (“Petraeus”). O facto de existir uma nação líder, não significa que as outras apenas tenham de a seguir e fazer o que lhes for determinado. Não será assim e pensa-se que seria muito difícil encontrar situações em que o processo fosse tão simples. As restantes nações (países) aceitam a liderança de uma mas, necessariamente, querem fazer parte do processo de decisão, impor condições e restrições, elencar níveis de participação e, provavelmente, negociar alguns cargos e algumas funções de autoridade dentro da coligação.

Se, quando abordámos a participação dos vários patamares de decisão, afirmámos que os decisores operacionais deviam participar no processo de decisão, também no caso de coligações, os países o devem fazer. Mesmo que não participem no processo político que leva ao desencadear de uma guerra, os vários países terão de participar, obrigatoriamente, no planeamento operacional para atribuição de forças, missões e capacidades disponibilizadas. Estamos, por isso, a fazer uma distinção entre a política, a estratégia e a efetiva ação operacional por parte dos diversos países que integram uma determinada coligação. Ou seja, o que dissemos anteriormente sobre a necessidade de os decisores operacionais acompanharem e apresentarem as suas propostas permanentemente aos decisores políticos antes da tomada da decisão, não se aplica integralmente aos representantes de outras nações. Não se pode fazer esse paralelismo pelas razões que, de seguida, se evocam.

A decisão de entrar ou não numa guerra pode ser partilhada, por uma ou várias nações, mas essa partilha não tem necessariamente de ocorrer. Não faz parte integrante do que denominámos de processo de decisão político. De acordo com a situação política, uma determinada nação pode achar importante consultar outras na sua decisão de entrar numa guerra, mas também pode optar por consultar apenas

uma determinada nação ou mesmo nenhuma. Como se verá adiante, pode também tentar a legitimidade internacional através de um mandato internacional, essencialmente, das Nações Unidas. Sem se aprofundar muito este patamar da decisão política, até porque está fora do âmbito do trabalho, estas são premissas exclusivamente políticas e variam muito de acordo com a situação, mas pensamos que os exemplos da intervenção no Afeganistão em 2001 e depois no Iraque em 2003, no capítulo “Petraeus”, ajudarão a clarificar.

Como estamos a elaborar uma teoria, diríamos que, quanto mais alargado for o consenso, quanto maior for a participação de outras nações no processo de decisão, maior será a legitimidade internacional e, provavelmente, maior será também a vontade de participar ao lado da “nação líder”. Mas não tem necessariamente de ser assim. Por vezes, a política poderá determinar que uma nação tome a sua decisão sozinha, apoiada nos seus mecanismos internos que definimos anteriormente, ou com a participação de apenas uma ou de poucas nações. Tenha-se em conta, por exemplo, a cimeira dos Açores em 2003 quando o Presidente dos EUA anunciou a invasão do Iraque apoiado, de forma visível, apenas por 3 países: Reino Unido, Espanha e Portugal.

Quando se passa depois para o planeamento da intervenção e da ação no terreno, as nações que decidem participar têm de tomar parte no processo de decisão. Terá de ser um planeamento concorrente em que se anuncia e negocia capacidades, missões, graus de autoridade e mecanismos de comando e controlo. Estas atribuições podem ser feitas como um todo ou especificando áreas individualizadas. Em alguns casos poderão mesmo ser atribuídas missões específicas a algumas nações em concreto. Assim, por exemplo, como veremos em “Petraeus”, o treino das polícias no Afeganistão foi entregue à Alemanha em 2002 ou as ações de segurança no Iraque, Baçorá, ficaram na responsabilidade do Reino Unido.

Geralmente, de acordo com as capacidades e forças, civis e militares, até porque a contribuição de alguns países pode ser exclusivamente civil e, em alguns casos, apenas de apoio financeiro, que cada país disponibiliza, é desenhado um sistema de comando e controlo que costuma respeitar a proporcionalidade da participação. Isto é, a “nação líder”, por participar com maiores meios e recursos, assegura os cargos principais em termos de comando da coligação, incluindo o de comandante, e a segunda nação com mais meios, provavelmente terá os cargos seguintes de relativa prioridade, como por exemplo, o de segundo comandante. Veremos para o Afeganistão e para o Iraque em “Petraeus” que os cargos de comandante e segundo comandante foram ocupados respetivamente pelos EUA e pelo RU.

Este processo de “negociação” é necessariamente complexo e sujeito a alterações constantes. Porque as forças e capacidades disponibilizadas por cada país dependem, exclusivamente, da sua vontade política, esta pode mudar, por variadíssimos motivos, de um momento para o outro. É um processo dinâmico e que requer muita flexibilidade, ou seja, não pode ser uma simples cópia das práticas nacionais internas de cada país, porque nestes casos as variáveis são maiores e alterações bruscas podem acontecer em qualquer momento. Por exemplo, após as eleições de 2004, depois dos ataques terroristas em Madrid a 11 de março, a Espanha decidiu retirar do Iraque - em menos de 60 dias - todo o seu contingente militar que na altura representava um dos maiores que se encontravam presentes ao lado do dos EUA. As restrições ao emprego de capacidades também podem ser muitas e variar de acordo com o país que participa, desde os “caveats” até aos vários níveis de preparação das forças, tipologias de equipamentos, compatíveis ou não com outras nações, sistemas de comunicações e sustentação logística, problemas de índole cultural, religiosa ou mesmo, de idiomas. Temos ainda que considerar a questão temporal, porque alguns países poderão anunciar que apenas participam nas ações militares por um determinado número de meses ou que vão retirar as suas forças a partir de determinada data. Por fim, por vezes, o desenho funcional ou operacional de uma determinada cadeia de comando e controlo poderá ter de ser “politizado” para satisfazer a exposição pública de determinadas nações. Por exemplo, mesmo que se chegue à conclusão que basta haver um segundo comandante, pode uma determinada nação ter contribuído com tantas forças quantas as da nação desse segundo comandante e assim, nesses casos, pode-se decidir criar dois cargos de segundo comandante, ou dois cargos de tenente-general, ou dois embaixadores, para que seja respeitada a representatividade de cada nação ou dado o devido destaque internacional que uma determinada nação exige.

Também podem coexistir coligações em que não haja uma “nação líder”, embora tenha que forçosamente existir uma cadeia de comando definida e aceite entre os vários países sempre que exista necessidade de coordenar ações no terreno, civis e militares. Se foi claro que na Guerra da Coreia, na década de 1950, ou no Vietname, nas décadas de 1960 e 1970, os EUA eram a “nação líder” no esforço de guerra, já não foi assim tão evidente nas duas guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). Quem assumiu o papel de líder, se e quando existiu, variou de acordo com o teatro de operações em que a ação se desenvolvia: nuns casos poderá ter sido o RU, noutros a França ou os EUA, ou ainda a União Soviética.

Em síntese, diríamos que num ambiente multinacional o processo político que antecede a decisão de entrar em determinado conflito pode, ou não, incluir outras nações. Poderá ser politicamente desejável mas não é obrigatório que assim o seja. O

processo de decisão estratégico e operacional, depois da decisão política tomada e, conhecendo-se os países que anunciam tomar parte, tem necessariamente de ser partilhado. Todos os países envolvidos terão de se fazer representar no mesmo.

Ao contrário de um processo exclusivamente nacional, um planeamento multinacional tem de ser desenhado com muita flexibilidade e com a previsão de que muitas das capacidades podem deixar de estar presentes de um momento para o outro. Entre outras variáveis, é importante ter consciência de que a participação e a desejável atribuição de cargos e responsabilidades nem sempre serão determinadas por critérios exclusivamente operacionais ou funcionais, mas muitas vezes por critérios políticos de representatividade das nações.

Por fim, importa afirmar que, mesmo não existindo o conceito de “nação líder”, sempre que ocorram operações com mais do que um país num determinado momento ou numa determinada área de operações tem, necessariamente, de haver uma clarificação de responsabilidades e graus de autoridade para civis e militares.

3.2.3 Dos patamares de autoridade internacional

A decisão política de participar ou intervir em determinada situação deveria desejavelmente ser sempre tomada no quadro das Nações Unidas. A ONU não tem um quadro próprio de forças armadas, ou seja, depende do voluntarismo das nações quererem participar. A decisão de participar ou intervir pode vir de uma organização internacional como a NATO, a UE ou a UA, ou ser solicitada pela ONU. Nestes casos, embora também não existam forças armadas próprias destas organizações, já existem estruturas de comando e controlo permanentes e algumas (poucas) forças comuns.

Veja-se o caso da ONU. Devido à forma como esta organização se estrutura, quando a ONU toma a decisão de intervir em determinada situação, esta decisão é partilhada, no mínimo, pelos países permanentes e não permanentes do Conselho de Segurança¹⁹³. A ONU dispõe, na sua estrutura, de órgãos de aconselhamento militar e civil que apoiarão a tomada de decisão e, por iniciativa de qualquer país que a compõe, pode discutir informações ou recomendações que este decida apresentar¹⁹⁴. Teoricamente, todo o processo, desde a tomada de decisão política até à efetiva intervenção, se subordinará a um mandato internacional e as decisões políticas e estratégicas serão exclusivamente emanadas pela ONU. Ainda do ponto de vista teórico, depois de os países manifestarem a sua vontade de participar em determinado

¹⁹³ Ver sobre o processo de tomada de decisão em Sidhu, 2003.

¹⁹⁴ A estrutura e organização da Organização das Nações Unidas encontra-se no site oficial em: <http://www.un.org/en/aboutun/structure/index.shtml> (ver bibliografia).

conflito, será decidido uma cadeia de comando, uma estrutura, um quadro de missão para as forças participantes e executa-se. Do ponto de vista prático, e sem entrar em muitos detalhes para não nos afastarmos do objeto deste trabalho, este sistema tem funcionado em muitas das operações de paz lideradas pela ONU mas, devido à exigência de forças “mais robustas” para situações de guerra, a ONU não consegue muitas vezes juntar as capacidades necessárias para esse fim e, pelas restrições da sua Carta, também está por vezes impossibilitada de entrar diretamente numa guerra onde ainda não houve acordo entre as partes. Para situações de guerra, que são o objeto do trabalho, a ONU pode legitimar, ou não, através de um mandato, uma operação entregue a alianças (como a NATO ou a UE) ou a coligações para a implementar.

Queremos centrar-nos sobre o objeto do trabalho, ou seja, sobre as situações de guerra e sobre a análise do comando holístico, neste caso, da coerência entre os diversos patamares político, estratégico, operacional e tático. A maioria das operações das Nações Unidas centrou-se, e centra-se ainda, em operações de paz (que não são objeto do trabalho). No entanto, os mecanismos de aconselhamento e de comando previstos na ONU para as várias operações espelham a preocupação da existência de um alto representante civil e de um comandante militar onde, numa situação ideal, o comandante militar se deve subordinar às diretivas do alto representante civil num território¹⁹⁵. Significaria isto que haveria um comando holístico e uma integração da atividade militar numa manobra mais ampla, a par de todas as outras atividades de desenvolvimento, segurança, educação e justiça.

Parece-nos interessante o modelo e, se em todas as situações existisse de facto uma subordinação de todos os componentes a uma só autoridade, neste caso, o Alto Representante do Secretário-geral da ONU, independentemente de ser militar ou civil, teria as condições necessárias para um efetivo comando holístico entre patamares de autoridade. A própria designação de “Alto Representante do Secretário-geral da ONU” para determinada missão é, já de si, um indicador dessa coerência holística entre a política decidida em Nova Iorque pelas Nações Unidas e a ação no terreno. Depois, o facto deste mesmo “alto representante” ter o cargo de “chefe da missão” (“Head of

¹⁹⁵ Ver por exemplo a missão da ONU no Congo (disponível em <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/facts.shtml> - data de acesso em 6 de fevereiro de 2013) onde se pode ver a estrutura da missão com efetivos militares, policiais e civis. Ver também a estrutura de comando (<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/monusco/leadership.shtml>) com a estrutura integrada do comando militar na dependência do Representante Especial do Secretário-geral.

Mission”) traduz a autoridade que lhe é conferida sobre todas as componentes duma missão, sejam elas civis, policiais, de justiça, militares, ou outras.

O quadro teórico das missões da ONU, no plano estrutural, é positivo mas há vários fatores inibidores que inviabilizam uma maior abrangência operacional. Estes fatores vão desde a grande limitação conferida pelos mandatos, veja-se os casos do genocídio no Ruanda ou os massacres na Bósnia-Herzegovina que demonstraram a incapacidade de uma resposta rápida e flexível a um súbito aumento de violência, até à grande dependência da “generosidade” da vontade de contribuir individual de cada país. Na prática e em situações muito complexas, a ONU não tem os recursos, estruturas e mandato para as resolver. Por estes motivos, embora a ONU participe em conflitos como o Afeganistão ou o Iraque, têm sido alianças ou coligações, legitimadas ou não por um mandato da ONU, que têm assumido o esforço principal em cenários de guerra. Por isso, de seguida, analisam-se estes casos.

Para ilustrar a nossa análise, recorre-se ao exemplo da aliança militar que efetivamente tem sido empenhada em situações de guerra: a NATO. A NATO está estruturada de acordo com os vários patamares de autoridade que temos vindo a descrever. Tem um Quartel-general de nível político em Bruxelas, dois de nível estratégico, um em Mons (também na Bélgica) e outro em Norfolk (EUA, mas este é apenas um comando para a transformação), dois de nível operacional (Nápoles e Brunssum) e vários de nível tático. Também tem estruturas de formação, transformação, logística, informações, etc.¹⁹⁶. A NATO, em processo de reestruturação, apontou como uma das razões principais para a mesma a necessidade de haver maior coordenação e trabalho partilhado entre civis e militares. Ainda que em transformação, a estrutura vigente espelha bem os conceitos que temos vindo a analisar.

Em primeiro lugar, verifica-se a primazia da decisão política sobre a estratégia militar. A nível político existem um Secretário-geral (geralmente civil) da NATO, um órgão decisor permanente formado pelos embaixadores dos países que compõem a Aliança (NAC – North Atlantic Council) e um órgão de aconselhamento para a estrutura política (o IS – International Staff). Refletindo a separação de áreas de responsabilidade (no modelo de Huntington) encontra-se também no mesmo edifício, em Bruxelas, um órgão de aconselhamento militar (IMS – International Military Staff) para fazer os estudos de natureza essencialmente militar. Ou seja, percebe-se a clarificação da autoridade e, indubitavelmente, a autoridade militar subordina-se à autoridade política, mas coexistem, de forma separada, os órgãos de aconselhamento

¹⁹⁶ A estrutura e organização da NATO podem ser visualizadas em <http://www.nato.int/cps/en/natolive/structure.htm> (Data de acesso em 05 de fevereiro de 2013).

civil e militar (IS e IMS – haveria outros órgãos entidades a descrever, como por exemplo o Comité Militar, mas pensamos que estes ilustram bem o que pretendemos demonstrar).

Antes de uma determinada decisão política ser tomada, o militar com maiores responsabilidades é sempre ouvido – Supreme Allied Commander Europe (SACEUR) - e participa no processo de tomada de decisão – quer indiretamente através dos seu representante permanente em Bruxelas quer diretamente sendo chamado para reuniões e discussões com o Secretário-geral e com o NAC. Depois da decisão tomada pelo Secretário-geral, pelo NAC e por outros órgãos¹⁹⁷, uma ordem geral é dada às devidas entidades subordinadas e, ao SACEUR cumpre a parte que lhe for determinada no patamar “estratégico”.

Como vimos anteriormente, e pretenderemos demonstrar nos próximos capítulos, é praticamente impossível determinar áreas estanques entre assuntos militares e civis e foi também por isso que, em resultado das reformas em curso na NATO, surgiu o aprofundamento da ligação entre os dois órgãos de aconselhamento, o IS e IMS¹⁹⁸, e a expansão do conceito a outros órgãos e agências da NATO¹⁹⁹. O objetivo último será juntar civis e militares a discutir, de forma permanente, as melhores soluções a propor ao patamar político para aprovação. De igual forma, no patamar estratégico, tem crescido o número de civis aos vários níveis de decisão fazendo assim com que, desde o nível político até aos mais baixos escalões táticos exista um clima de discussão e competência que, em vez de separar áreas civis de militares, permita que ambas se cruzem e complementem.

Em termos organizativos a União Europeia também tem um sistema de partilha e de coordenação entre civis e militares, entre a política externa e a segurança e defesa,

¹⁹⁷ Reforçamos que estamos a apresentar uma versão muito simplificada do processo de decisão porque, entre outros, participam de forma ativa neste processo os representantes militares de cada país e o Comité Militar com o respetivo presidente.

¹⁹⁸ “As planned, the collocation of the International Staff and the International Military Staff at NATO Headquarters in Brussels was completed mid-2012 to improve internal working arrangements”. No site oficial da NATO estão as grandes razões da reestruturação em curso na organização endossados pelo Secretário-geral: ver especificamente o parágrafo “Reform NATO-wide” donde foi retirada a citação, em http://www.nato.int/cps/en/natolive/opinions_94220.htm (Data de acesso em 05 de fevereiro de 2013).

¹⁹⁹ Ver parágrafo 25 do Conceito Estratégico da NATO aprovado em Lisboa em 2010 sobre o aprofundamento da ligação civil-militar a todos os níveis: “enhance integrated civilian-military planning throughout the crisis spectrum”, NATO, 2010: 21.

e a tendência parece ser a de continuar a aprofundar esse mecanismo²⁰⁰. O modelo da União Europeia, com a existência de patamares de autoridade, está adequado ao que temos vindo a defender, tal como o da ONU. Como se viu, a NATO tem vindo a fazer uma reestruturação no mesmo sentido, de maior integração, entre civis e militares. Mas para as situações de guerra a tendência seguida aquando do envolvimento em grandes conflitos tem sido o de entregar o comando a coligações. Mesmo quando a NATO assumiu a liderança no Afeganistão, como poderemos ver no capítulo “Petraeus”, não o fez em todas as vertentes e até 2009 mantiveram-se cadeias de comando paralelas, da NATO e dos EUA. Mesmo depois, quando se atingiu o número de 49 países presentes no território (ou seja mais do que os 28 da NATO), nunca se pôde afirmar que a ISAF (International Security Assistance Force) fosse uma operação exclusiva da NATO.

Sem se querer entrar em detalhe neste exemplo do Afeganistão, como em muitos outros, o problema não está no modelo de uma determinada organização internacional como a ONU, NATO, UE, mas sim na prática existente no território. Não existe uma cadeia de comando única, mas existem sim várias. O comandante no Afeganistão depende politicamente de Washington e de Bruxelas e estrategicamente do CENTCOM (Central Command dos EUA) e do SACEUR / Comandante de Brunssum (Nível estratégico e operacional da NATO). Não há também uma clarificação evidente entre a autoridade “civil” presente, com o alto representante da ONU, o da NATO, o da União Europeia, o Embaixador dos EUA para a região Paquistão-Afeganistão, o Embaixador dos EUA para o Afeganistão, entre outros (ver “Petraeus”). Na prática, nas situações de guerra o problema dos patamares de autoridade prende-se com a falta de clarificação entre todas as organizações presentes e o poder representado pelos países com mais forças.

Veremos no capítulo “Petraeus” que a situação foi diferente no Iraque e no Afeganistão porque, no primeiro caso, estava-se claramente numa situação em que havia uma “nação líder”, os EUA. Era a partir de Washington que se tomava as principais decisões políticas e era através da dupla civil / embaixador e militar / general, o Embaixador Crocker e o General Petraeus, que se aplicava a estratégia no terreno. Todas as restantes nações e organizações, incluindo a NATO, presentes no Iraque, apoiavam os EUA e incluíam-se nesta cadeia de comando de uma coligação tal como descrita no subcapítulo anterior. No Afeganistão, como se verá em “Petraeus”, não foi

²⁰⁰ Teixeira, 2002: 99-107; ver a organização e as estruturas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia em <http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence?lang=pt> (Data de acesso em 06 de fevereiro de 2013).

assim e, por isso, podemos afirmar, que entre os vários patamares de decisão não houve coerência holística porque não existiu uma clarificação dos vários níveis de autoridade e, por consequência, entre as várias organizações presentes.

Em síntese, por melhores que pareçam ser os modelos teóricos existentes para as várias organizações internacionais, é na clarificação das responsabilidades operacionais, no terreno, que se pode efetivamente traduzir a coerência holística de um determinado sistema. Se, em teoria, um comandante no terreno da NATO deve receber as suas diretivas políticas desde Bruxelas, Mons e Brunssum, mas na prática recebe-as também de Washington e Tampa (onde está o CENTCOM), o problema não está no modelo mas sim na clarificação das verdadeiras “cadeias de comando”. Sem clarificação de áreas de responsabilidade, patamares de autoridade, dependências e coordenações, não há comando holístico na guerra.

3.2.4 Dos fins da política para a guerra

Uma vez analisada a relação entre a política e a estratégia até à sua aplicação no âmbito operacional e tático, vamos abordar de seguida a questão da definição da política para a guerra. Não se pode entender a forma como a conduta da guerra é desenvolvida se não se souber o que verdadeiramente a política determina para quem nela intervém.

Geralmente, todos os intervenientes num determinado cenário de guerra têm objetivos diferentes, estão dispostos a empenhar-se a níveis distintos e procuram obter fins diversos. Só quando se entender com clareza o que a política procura obter com a decisão de intervir numa determinada guerra, sendo ou não a própria causa da mesma ou intervindo apenas na tentativa de a resolver, é que podemos avaliar a forma, holística ou não, como as ações de desenvolvem no terreno. Mas nem sempre os objetivos políticos são claros. Raramente são completamente explicitados até porque, em muitos casos, as verdadeiras política e estratégia escolhidas não podem ser anunciadas. Por fim, importa referir que, em alguns casos, a política anunciada até poderá esconder outra bem distinta da que na realidade se procura atingir.

Os exemplos são muitos mas socorremo-nos dos que são utilizados neste trabalho para ilustrar a asserção anterior. Em “Wellington” é perceptível que as várias nações beligerantes participam na guerra por razões diferentes e, conseqüentemente, perseguem fins também diversos. Para o Governo de Portugal estava em causa a sobrevivência da nação, a defesa do território português e a salvaguarda dos interesses imperiais, ou seja, dos restantes territórios portugueses em todo o mundo. Para Espanha, com profundas divisões internas marcadas pelas ações das várias juntas governativas, com o soberano refém do soberano francês e com muitos dos

seus habitantes ao lado das forças invasoras, um dos fins mais perseguidos foi da obtenção da união nacional a par de uma profunda transformação política. Para os britânicos e para os franceses, os papéis de Portugal e da Espanha, eram parte de uma política mais global de afirmação de poder e a participação na guerra na Península Ibérica era instrumental na procura de objetivos mais ambiciosos. As razões serão aprofundadas no capítulo “Wellington” mas o que queremos relevar é que a objetivos diferentes definidos pela política correspondem estratégias muito distintas seguidas pelas várias nações presentes.

Antes de se entender a coerência holística na atuação dos vários componentes de uma determinada estratégia, temos de clarificar qual a política que verdadeiramente a determina. No exemplo da Guerra Peninsular podemos entender que Wellington defina uma estratégia de “terra queimada” em Portugal, para evitar que os franceses tenham recursos para combater os aliados. Mas também entendemos que os governantes portugueses se oponham a esta estratégia pelos elevadíssimos danos que a mesma causa às populações portuguesas. A políticas diferentes correspondem leituras estratégicas diferentes.

No caso de “Spínola” também se verá que, mesmo no âmbito da política de uma mesma nação como Portugal, os fins perseguidos podem ter interpretações diferentes, de acordo com o patamar em que os decisores se encontram. O Governador da Guiné poderia pensar que era fundamental prosseguir com negociações políticas com adversários e países vizinhos com vista a uma possível solução política negociada de futuro mas, em Lisboa, o Presidente do Conselho de Ministros, entendia que essa mesma solução poderia comprometer uma política mais global para resolver a situação de guerra não só na Guiné, como em Moçambique e Angola (ver descrição no capítulo “Spínola”). Uma política regional tem de ser coerente com a política geral definida.

Em “Petraeus” poderemos ver como os objetivos políticos e a ambição anunciada, mudam ao longo da guerra. Desde a ambição inicial dos EUA, declarada pelo Presidente George Bush, em estabelecer regimes democráticos nos territórios intervencionados (Afeganistão e Iraque) até aos objetivos bem mais modestos anunciados em 2009 pelo Presidente Barack Obama de “simples” contenção do terrorismo e de criação de condições mínimas para um futuro território governado pelas autoridades de cada país, a distância é grande. Logicamente que a diferentes políticas correspondem estratégias muito distintas. Anunciar a construção de um país democrático implica estratégias abrangentes com a presença de muitas organizações e recursos. Defender uma política que apenas pretende conter o terrorismo, numa perspetiva puramente realista, poderá implicar que não sejam necessárias estratégias

que visem o desenvolvimento económico ou o estabelecimento de regimes democráticos (ver detalhe no capítulo “Petraeus”).

No fundo, o comando holístico da guerra não é um desiderato absoluto, é uma forma de agir que deve ser perseguida independentemente da política definida, mas que só pode ser avaliada na sua implementação quando comparada com os fins que se defendem. Não se pode dizer que falhou a visão holística da guerra porque, por hipótese, não se conseguiu desenvolver a igualdade entre homens e mulheres num determinado território (por exemplo o Afeganistão – ver “Petraeus”) quando a política não definia como objetivo perseguir esse desiderato. Também não podemos avaliar da coerência estratégica de determinada ação se a política for alterada em determinado momento. Isso é o que acontece com, por exemplo, a alteração da política espanhola em 1812 em “Wellington” quando finalmente estes aceitam um comando unificado para todas as forças aliadas ou, em “Petraeus”, com a decisão de Obama de anunciar a retirada das forças em 2014 no Afeganistão. Alterações de políticas implicam imediatamente alterações nas estratégias e, sequencialmente, em todas as ações ao nível operacional e tático.

Alterações políticas poderão inviabilizar estratégias (por exemplo o anúncio de uma retirada poderá impedir estratégias de consolidação de longo prazo) ou implicar prioridades diferentes do anterior (por exemplo acelerar a formação de forças locais em vez de prosseguir as operações de estabilização).

A política determina a estratégia. A estratégia enforma o nível operacional, a tática seguida, as doutrinas possíveis e a atribuição de recursos e prioridades. Se a política muda, evolui ou é alterada parcialmente, tudo o resto mudará. Holisticamente, analisar os efeitos no terreno sem atender à dimensão principal e primordial da política, não fará qualquer sentido.

3.2.5 Das doutrinas

Por fim, e ainda dentro da dimensão entre os vários níveis e patamares de decisão encontram-se as doutrinas de referência para os vários contextos possíveis. As doutrinas são ferramentas. O tema foi analisado nos subcapítulos anteriores e será abordado, em especial, nos capítulos “Spínola” e “Petraeus”. As doutrinas são muito úteis e podem fazer a diferença entre o sucesso e o insucesso. Mas não são a solução. São apenas mais um fator.

O uso inteligente e adaptativo de uma doutrina é tão importante como pode ser perigoso o seu uso errado, de forma “cega”, sem ter em linha de conta o local e momento onde / quando a mesma é aplicada. Pensar de forma holística é olhar para os instrumentos que estão disponíveis, entre eles as doutrinas existentes, e adequar o

seu uso às circunstâncias, à política e à estratégia escolhida, ao ambiente em que se desenvolvem e ao momento a que se aplicam.

Muitas das doutrinas são assim construídas como se pode ver em “Spínola” sobre a doutrina intitulada “O Exército na guerra subversiva” ou em “Petraeus” sobre a “Counterinsurgency 3-24”. As doutrinas são pensadas como sujeitas a possíveis evoluções e adaptáveis às circunstâncias locais. No entanto o uso que lhes é dado é por vezes demasiado ambicioso e pouco flexível. As doutrinas podem tentar ser intemporais mas não o são e nunca foram, quanto muito alguns princípios e regras gerais ficam, mas com as devidas adaptações. Por isso, as doutrinas de contrassubversão dos anos 1960 não têm uma aplicação direta em 2013, embora alguns princípios gerais possam ter interesse e ser uma importante fonte de reflexão.

As doutrinas não são intemporais nem a sua aplicação é possível sem uma permanente revisão durante uma determinada guerra. A realidade do terreno obriga à sua permanente revisão e atualização. As doutrinas podem ser pensadas apenas para um dos níveis em análise, por exemplo, doutrinas táticas, operacionais, estratégicas ou políticas. Mas também podem ser abrangentes e desenhadas com aplicações desde a política até à tática, como são exemplo as duas doutrinas referidas em “Spínola” e “Petraeus”.

O problema e a solução não estão nas doutrinas. Por vezes, a realidade no terreno poderá mesmo implicar a decisão de abandonar o uso de determinada doutrina. Olhar holisticamente para as doutrinas existentes, comparar com as situações existentes e verificar da sua aplicabilidade é uma tarefa fundamental. Como afirmou Silva Ribeiro, “a doutrina só tem sentido na medida em que produzir efeitos práticos (...) resultados concretos”. As doutrinas, geralmente, apenas indicam soluções para “problemas táticos ou técnicos repetitivos, sobre os quais exista experiência acumulada”²⁰¹. Podem ser úteis ou prejudiciais se mal utilizadas. O que importa em cada momento é entender a política que seleciona a ação. É entender o uso das doutrinas no tempo e no espaço onde se desenrola e por quem é utilizada. Por exemplo, as condicionantes culturais são um importantíssimo vetor no uso da doutrina²⁰². As operações no norte da Europa desenrolam-se num ambiente cultural muito distinto dos do Médio Oriente, da África subsariana ou da Indonésia. Veremos nos três capítulos seguintes como a condicionante cultural foi um denominador muito relevante nas decisões tomadas por Wellington, Spínola ou Petraeus. A dimensão cultural não pode estar completamente

²⁰¹ Ribeiro, 2009: 43e 45.

²⁰² Já John Keegan escrevia que “culture is, nevertheless, a prime determinant of the nature of warfare”, Keegan, 1994: 387.

prevista numa doutrina que se quer geral e o mais universal possível. Por isso o seu uso ter de ser adaptável, flexível e adequado ao momento, ao ambiente e à cultura.

Outra condicionante fundamental é a importância das populações. Não é um tema recente, é uma constante como veremos para os três estudos de caso. Tanto Wellington como Spínola e Petraeus colocarão no centro das suas estratégias as populações. Sem o apoio das populações não se obterá o sucesso, especialmente, quando se projetam os objetivos no longo prazo. Ou seja, tanto a cultura como as populações têm de ser entendidas e abordadas de forma holística na guerra porque são fatores que não são manipuláveis ou influenciáveis através de simples ações momentâneas ou pequenas operações militares localizadas. Influenciar as populações, conseguir o seu apoio e confiança, afirmar o respeito e adaptação à cultura regional, são processos que requerem necessariamente tempo e uma coerente política e estratégia.

A aplicação das doutrinas a uma determinada realidade dependerá sempre da política que a permite e aconselha. Tal como a estratégia escolhida é consequência da política geral também o uso instrumental das doutrinas deve ser enquadrado, permanentemente, com as políticas que a permitem, ou não, o seu uso e a sua aplicabilidade. Pretendem-se assim doutrinas como ferramentas úteis às estratégias escolhidas assentes numa política geral e abrangente, definida e permanentemente atualizada para um período de tempo que se estenda para além do início e do fim de determinadas situações de guerra.

3.3 Da continuidade temporal

Só pode haver comando holístico na guerra se esta for abordada sem limites temporais. Não há soluções para o antes, para o durante e para o depois da guerra. Holístico significa pensar em todo o período temporal como um todo, *ante-bellum, in-bello et post-bellum*.

Também não devem existir divisões temporais em cada um dos três momentos descritos. Mesmo no “in-bello”, durante a guerra, deve ser combatida a tendência para “fasear” ou seja, criar fases temporais, a que correspondem momentos duma campanha ou mudanças de responsabilidade entre, por exemplo, entidades civis e militares.

Uma visão holística da guerra também evita que se dividam ações por fases baseadas em condições como, por exemplo, primeiro estabilizar e depois desenvolver, ou reparar primeiro e depois construir. Aprofunda-se este conceito segundo três subdivisões: do antes ao pós guerra (do ante-bellum ao post-bellum); das fases de

responsabilidade primária (da atribuição de fases a entidades distintas) e das fases condicionais (em função do que se procura obter).

3.3.1 Ante-bellum, in-bello et post-bellum

As guerras raramente têm causas e consequências simples e facilmente demonstráveis. Da mesma forma, as razões que levaram à eclosão de uma determinada guerra raramente ficam completamente resolvidas com o anúncio do fim da mesma. Por exemplo, podemos falar do término da guerra entre a Argentina e o RU sobre as Falklands / Malvinas (1982) mas não podemos afirmar que o conflito terminou ou que a causa do mesmo desapareceu por completo. O mesmo se diga relativamente a situações que se mantêm difíceis, mesmo após o decretar de um cessar-fogo, como a tensão entre as duas Coreias (Norte e Sul), a situação no Chipre ou a disputa em Gaza. Depois existe também o caso das guerras internas. Um estudo do “Correlates of War Project”²⁰³ revela que a esmagadora maioria dos conflitos ocorridos desde o final do século XIX (83% do total) foram guerras internas ou insurreições. Ou seja, é possível decretar o fim de uma guerra ou anunciar um cessar-fogo mas dificilmente se pode anunciar o fim da hostilidade ou a erradicação completa da causa de um determinado conflito. Além disso há que ter consciência de que um processo de paz, pouco estável, poderá voltar, em pouco tempo, à situação de guerra.

Para haver um efetivo comando holístico não se pode planejar apenas a fase de guerra. O planeamento, o esforço de coordenação e a inclusão dos vários intervenientes, governantes políticos, civis e militares, instituições públicas e privadas, internacionais e nacionais, deve ser feito antes, durante e depois da guerra. Se uma situação de guerra não puder ser evitada então deve obrigatoriamente fazer parte, em todos os planeamentos, a previsão do post-bellum a curto, médio e longo prazo. Os exemplos são muitos, mas centrando-nos apenas neste trabalho lembramos que em “Spínola”, algumas das políticas seguidas apenas teriam efeito muito tempo depois, desejavelmente no post-bellum, como foi o caso dos programas de “africanização” das componentes civis, dos níveis de escolarização e do desenvolvimento de indústrias e economia. No caso de “Petraeus” iremos referir a importância e a comparação dos programas de longo prazo com a “duvidosa” eficácia dos de curto prazo, entre por exemplo os sistemas de saneamento básico e água no Iraque (longo prazo) face a pequenas ações humanitárias de distribuição de alimentos (curto prazo).

²⁰³ Site disponível em: <http://www.correlatesofwar.org/> (Data de acesso em 6 de fevereiro de 2013).

Apenas com um planeamento intemporal ou, no mínimo, com uma janela temporal alargada²⁰⁴, poderemos dar a devida importância a estratégias estruturantes e, fundamentalmente, permitir ao decisor político ponderar um justo equilíbrio na atribuição de recursos, meios e aplicação de estratégias. Possibilita-se assim a opção entre estratégias de curto prazo, que aparentemente podem provocar resultados imediatos e visíveis, e projetos de longo prazo que poderão provocar resultados duradouros. Um planeamento desta envergadura não poderá ser realizado separadamente por militares e civis, por economistas e juristas, por governantes e membros de organizações não-governamentais. Um planeamento holístico é inclusivo desde o seu início contando com a participação de múltiplos atores. É holístico no tempo projetando obrigatoriamente os efeitos das ações planeadas nos meses, anos e décadas seguintes.

Um planeamento holístico na guerra implica estar sempre a rever os pressupostos elaborados antes de a mesma ocorrer, para poder entender o que se poderia ter evitado e, durante a mesma, rever e alterar os impactos das ações correntes no futuro, próximo e afastado.

Um planeamento holístico na guerra não pode admitir propostas sectoriais sem coordenação e inclusão numa manobra geral. Por exemplo, não se pode admitir que alguém diga que não sabe o que acontecerá na área x depois de um ataque, apenas porque não coordenou com um especialista em agricultura os efeitos na economia rural. E esses efeitos têm de ser pensados a curto, médio e longo prazo, para permitir medir a necessidade de uma possível ação contrapondo-a com as consequências da mesma. Só assim se poderá decidir. Não haverá um planeamento holístico se não houver a participação abrangente de todas as áreas que intervêm num determinado território, provavelmente alargando o estudo a territórios contíguos, eventualmente com alguns efeitos de âmbito global, e estas áreas serão necessariamente muitas e diversificadas.

Em síntese, diríamos que um planeamento holístico tem de contemplar todas as ações e previsíveis consequências no antes, no durante e no pós-guerra. Um planeamento holístico tem de contar não só com a participação dos múltiplos atores e respetivas propostas sectoriais / parcelares mas ainda com o desejável cruzamento e discussão (acareamento) entre todos, antes de se tomarem as decisões políticas gerais.

²⁰⁴ “Quanto ao tempo, este elemento estruturante destina-se a garantir que a estratégia toma em consideração o momento, a duração e o ritmo da ação. O momento traduz o quadro global da realidade política, económica, psicossocial e militar”, Ribeiro, 2009: 37 e 178.

3.3.2 Da atribuição de fases a entidades distintas

Tivemos ocasião de ver, no subcapítulo dedicado aos conceitos de crise e guerra, que um dos autores, Rupert Smith, propôs que, durante a fase inicial de uma crise, a fase da negociação, deveriam ser os governantes políticos e diplomatas a liderar o processo e depois, quando se passasse à fase da intervenção armada, deveriam então ser os militares a assumir o papel principal²⁰⁵. Smith não exclui ninguém em nenhuma das fases, mas clarifica os papéis: na primeira fase os militares apoiam e os diplomatas lideram; na segunda invertem-se os papéis. A clarificação de papéis e de responsabilidades por fases ajuda, em especial, para quem tem de lidar com a operacionalização das políticas no terreno. Mas o faseamento por responsabilidades também pode afastar os diversos intervenientes de participar de forma ativa na busca de soluções integradas.

Entender uma determinada fase de um conflito não implica ter também de fasear a resposta. Entender que se está numa fase de crise que poderá resultar em guerra, não obriga a equivaler a mesma com a atribuição de um responsável primário para com ela lidar. Ou seja, as fases são úteis para entendermos os acontecimentos mas o faseamento das respostas, embora possa ajudar a clarificar processos e responsabilidades, pode também levar a uma menor colaboração, holística, entre todos.

Assim, entendemos que não existe a fase dos políticos, dos diplomatas, dos responsáveis operacionais, das polícias, dos agentes para a economia, justiça e desenvolvimento. Há necessariamente momentos em que algumas das entidades terão um papel muito mais visível e proeminente do que outros, mas não existem áreas estanques nem deve haver apenas ações completamente individualizadas por setores ou áreas. Quando se planeia exclusivamente por fases, podem existir áreas que não iniciam as suas ações no momento que deveriam ter feito. Porque ao entregar a uma autoridade escolhida uma determinada fase, podem ter ficado outras de fora que, em alguns momentos, evitariam consequências indesejáveis ou mesmo, contraproducentes.

Tem de haver sempre um denominador comum a todos os intervenientes e esse é a política. A política é por natureza abrangente, coordena, tem de dar diretivas a todas as áreas e, permanentemente, assegurar que o conjunto das várias áreas esteja de acordo com o pretendido. A política deve ser, por natureza, holística no estabelecimento de objetivos e também holística na supervisão e implementação. Não

²⁰⁵ Smith, 2008: 224-225 e 230.

se pode avaliar depois, da eficácia das estratégias implementadas, apenas por cada área e setor. A avaliação parcial pode mesmo comprometer uma avaliação global. Por exemplo, o anúncio da derrota de “inimigos” num determinado ponto pode parecer uma vitória mas, se olharmos aos danos causados nas populações, numa avaliação abrangente que compare o benefício da derrota com as desvantagens duma eventual destruição causada, a leitura poderá ser enganadora. Veremos em especial nos capítulos “Spínola” e “Petraeus” como o aparente sucesso militar num dado momento ou fase teria sido considerado um insucesso, caso outros elementos da política tivessem tido a oportunidade de intervir ou, no mínimo, de avaliar.

Clarificar responsabilidades não significa fasear a resposta. Clarificar responsabilidades é útil mas não pode ser exclusivo. O facto de se escolher um militar ou um civil para liderar o esforço de guerra num determinado momento da mesma não equivale a dizer que são os militares ou os civis a liderar esse mesmo momento. Não deve ser relevante a origem institucional de um determinado líder, assim como não deve ser a origem do mesmo a dar-nos imediatamente a noção de que se está numa fase de militares, diplomatas, políticos ou de juristas. Pensamos que esta questão ficará bastante clarificada em “Petraeus” quando descrevermos a liderança “bicéfala” conduzida por um embaixador e um general ou quando apresentarmos as ações dos PRTs (Provincial Reconstruction Teams) onde muitas vezes foram civis a comandar unidades mistas de civis e militares sem que isso significasse uma caracterização automática de uma fase civil ou de uma fase militar.

Em síntese, existirão sempre fases e momentos de uma determinada ação mas não devemos dizer que estas fases pertencem a uma determinada instituição. O que tem de existir é uma organização clara de responsabilidades, com áreas definidas e limitações para cada interveniente. Este é o fator mais relevante: que em cada momento se possa contar com os restantes componentes, mesmo quando determinada ação possa parecer quase de exclusiva responsabilidade de um determinado setor. Deve existir uma prática de estudar as consequências e os efeitos para os restantes setores. Encontrar mecanismos que facilitem a fluidez, a segurança e a otimização dos vários intervenientes é naturalmente desejável, mas este objetivo deve ser conseguido sem exclusão dos restantes elementos que contribuem para a resolução de um conflito.

3.3.3 Das fases condicionais

Outra forma habitual de organizar “faseamentos” é com base nas chamadas “condições”: “Clear – Hold – Build” ou “Find – Fix - Finish”. Isto equivale a afirmar que depois da segurança vem o desenvolvimento, ou que a seguir à intervenção armada

começa a reconstrução. Veremos nos vários capítulos seguintes como este faseamento artificial de um planeamento e conduta na guerra é pernicioso e pode provocar além de atrasos na implementação de soluções, também resultados contraproducentes por não serem acompanhados a tempo por outras soluções.

Tal como referimos anteriormente, entende-se a necessidade de tentar fasear por condições. Parece lógico que, se não houver segurança, dificilmente se pode enviar alunos a uma escola e, se não houver água e alimentos também não se pode obrigar famílias a voltarem para as suas habitações. Mas os conceitos não devem ser confundidos. Estabelecer condições para que determinada ação seja efetiva é lógico e desejável, mas fasear toda uma ação apenas em função de condições é redutor. Ou seja, podemos afirmar que enquanto não houver segurança as crianças não irão à escola mas não devemos deduzir que enquanto está a decorrer a fase de segurança não se avança com a fase de educação (estas “fases”, que provavelmente não existem com estas designações, foram levantadas hipoteticamente apenas para ilustrar).

Mesmo enquanto decorre uma ação de segurança numa determinada região, incluindo combates, ou ataques contra possíveis grupos de adversários, não é forçoso que mais nada se possa fazer. O objetivo final de uma guerra não é, pelo menos não deveria ser, a simples derrota de um determinado grupo ou país, mas sim o estabelecimento de condições de paz e de segurança para ambos os beligerantes e para as populações afetadas. Esta visão holística sobre a guerra obriga a uma leitura abrangente sobre todas as ações a decorrer num determinado espaço. Se na “fase” de combates não for logo pensada a “fase” de (re)construção ou se numa determinada escolha de alvos ou manobra militar apenas se tiver em linha de conta a forma eficaz de levar à derrota do adversário, não contribuimos, holisticamente, para resolver a guerra e garantir uma paz sustentável.

Não queremos com isto dizer que num planeamento militar não estejam obrigatoriamente presentes considerações humanitárias, ou que na prática não seja sempre feito um balanceamento exigente entre o custo e benefício de uma determinada ação. Se por hipótese, a decisão for entre destruir as pontes A ou B, numa situação em que a destruição de ambas, do ponto de vista militar, não causa vítimas humanas, mas em que uma permite um melhor deslocamento de forças do que outra, este poderá ser o único critério de escolha. No entanto, se forem ponderados fatores de longo prazo, como por exemplo, uma das pontes permitir uma ligação melhor ao sistema de distribuição nacional por se situar num itinerário de grande uso, esta consideração, poderá mudar a ação prevista. São exemplos teóricos muito simplificados, provavelmente pouco reais, mas que tentam ilustrar que, numa

guerra, não se deve fasear “por condições” as operações em curso. O faseamento pode aparentemente ser eficaz mas as consequências de uma determinada fase podem comprometer as “denominadas” fases subsequentes. Por exagero, se uma determinada fase de segurança terminasse com a completa destruição de uma área ocupada por um adversário, sem dúvida diríamos que a área estava segura. Mas estar segura e ser completamente irrecuperável seria contraproducente para os objetivos duradouros e então esta ação não faria qualquer sentido dentro dos objetivos gerais definidos pela política. Este é o risco de fasear.

O estabelecimento de “faseamentos” por condições não se confunde com o que anteriormente denominámos de “responsabilidades principais”, uma vez que há “fases” em que já existem necessariamente múltiplos atores envolvidos, como a habitualmente denominada “fase de estabilização”. O problema reside fundamentalmente no seu carácter temporal, uma vez que muitas das soluções, que poderiam ser executadas e pensadas durante a denominada “fase de estabilização”, aguardam a sua fase para entrar, por exemplo na possível “fase de desenvolvimento”.

A racionalização, o estabelecimento de condições, os pressupostos de planeamento, entre muitas outras variáveis, são importantes e relevantes para um correto planeamento e conduta durante uma situação de guerra. Mas fasear e criar constrangimentos a um planeamento e condução holística apenas por condições pode ser limitador e contraproducente. O fasear de uma determinada operação ou campanha pode ajudar a estabelecer objetivos e a medir o desenvolvimento da mesma mas também pode causar precipitação na obtenção de resultados. De uma forma “cínica” poderíamos afirmar que preocupações de crescimento e desenvolvimento sustentado podem atrasar a conduta de operações de ataque. Considerações sobre a exequibilidade de projetos de longo prazo também podem levar à opção precipitada por projetos de curto prazo que traduzam, aparentemente, resultados imediatos. Isto na ilusão de que assim se passa “à fase seguinte” como poderemos ver no exemplo das eleições no Iraque em 2005 quando o esforço se centrou na rápida realização das mesmas muito antes de estarem criadas as condições mínimas de estabilidade para esse processo ter lugar (referido em “Petraeus”).

Mesmo que não haja condições para se poder ir à escola, podem implementar-se medidas alternativas para garantir que os programas de educação se mantêm, ou minimizam, através do envio de manuais escolares para as casas, ou através de programas radiofónicos, de televisão, com estruturas temporárias em áreas seguras. O que está em causa é não esperar que termine a fase de “estabilização” para se tentar fazer algo pela educação das crianças.

Quando se olha especificamente para aspetos táticos de operações militares e policiais, o sistema de faseamento tem óbvias vantagens. Depois de uma fase de uso de armas de tiro indireto, avança-se no terreno com as forças de infantaria. Depois de se conquistar determinado objetivo, consolida-se a segurança ao redor da área. Os exemplos são muitos e fazem, sem dúvida, muito sentido. Mas, quando “subimos” para o nível operacional já poderemos encontrar situações em que nuns casos o faseamento pode ajudar e noutros pode causar significativos atrasos na implementação de soluções estáveis. Mas ainda assim admitimos que até ao nível operacional o “faseamento” de determinadas ações como medida de coordenação e de segurança entre todos os envolvidos faça sentido e seja útil. Mas no patamar estratégico e político os efeitos indesejáveis são por vezes superiores aos desejáveis. Veremos vários exemplos no capítulo respeitante a “Petraeus”, em especial por tudo o que não se fez no Afeganistão em 2002 e que, com manifesto atraso e com graves repercussões, foi feito muito mais tarde com custos mais elevados e recursos maiores do que se tivessem sido logo executados desde o início. Um dos muitos exemplos que daremos em “Petraeus” foi a decisão de não formar uma polícia nacional em 2002, deixando que as milícias sob as ordens dos “senhores da guerra” mantivessem funções policiais e, naturalmente, prolongando assim sistemas de poder, de corrupção e profundas injustiças.

Em síntese diríamos que não há métricas absolutas nem condições “perfeitas” para se mudar de um “pacote de medidas” para outro. Não há áreas estanques. A leitura quase sempre subjetiva de determinadas condições deve ser feita pelo maior número possível de atores envolvidos numa determinada situação de guerra e não devem ser chamados a pronunciar-se apenas quando “determinada fase” for a “fase para a sua atuação”. Um planeamento holístico não deve incluir fases baseadas em condições e reduzir o agendamento de ações apenas para fases específicas. Mesmo que existam “fases” nos patamares táticos e operacionais não quer dizer que devam também existir nos níveis estratégicos e políticos. Porque, nos patamares da política e da estratégia, o que se ganha em termos de clarificação de ações pode ser contraproducente em termos de ganhos gerais e holísticos.

4. Síntese e antevisão dos capítulos seguintes

Numa primeira parte deste capítulo elencámos os conceitos que elegemos como mais importantes e estruturantes para o corpo do trabalho. Numa segunda parte escrevemos uma teoria geral do comando holístico da guerra assente nos mesmos conceitos e ilustrada com alguns exemplos que se irão agora aprofundar.

Para avaliarmos e comprovarmos da viabilidade desta teoria, recorreremos ao “laboratório” da História. Nos capítulos seguintes, em três momentos distintos e palcos geográficos diferenciáveis, iremos testar o valor da teoria e da sua aplicabilidade a casos concretos. Também serão aprofundados nos capítulos seguintes vários conceitos que a ilustração histórica ajudará a clarificar e a descrever.

Como afirmámos no início, todo o trabalho foi escrito de forma holística, ou seja, a ordem dos capítulos não se traduziu numa ordem cronológica da sua realização. Escrevemos a teoria porque estudámos Wellington, Spínola e Petraeus e aprofundámos áreas específicas em cada um porque queríamos testar os conceitos expressos na teoria geral do comando holístico da guerra.

Nas conclusões deste trabalho tentar-se-á averiguar se a teoria geral pode ser comprovada na análise dos três capítulos seguintes e se a mesma terá aplicabilidade para além destes casos históricos em concreto. Este é o desafio e a premissa de estudo que guiam e guiaram a forma de como foram abordados os próximos capítulos, ou seja, concorrente e holisticamente, sempre relacionados com o que se pretende comprovar e validar.

CAPÍTULO II - WELLINGTON²⁰⁶ E A GUERRA PENINSULAR (1807-1814)

Tal como enunciámos na introdução há três questões às quais tentaremos sempre dar resposta nos três estudos de caso:

- Que condições foram exigidas / pedidas pelo comandante nomeado ao poder político, de que dependia, para a execução da sua missão?

- Quais as condições de comando e controlo que foram dadas ao comandante responsável pela condução da guerra?

- Durante a execução da campanha que novas condições foram obtidas ou retiradas para permitir um comando holístico na condução da guerra?

Assim, de forma a permitir responder a estas perguntas, adaptámos as mesmas para o estudo do caso de Wellington e vamos, por isso, tentar descobrir se existiram condições para Wellington influenciar diretamente o curso da guerra nas várias áreas civis e militares, da política, da economia, do ponto de vista social, assim como, naturalmente, do comando propriamente dito das forças militares.

Ao longo deste capítulo, vamos começar por analisar o percurso pessoal de Wellington. Pretendemos entender se a sua evolução como homem, político e militar, anterior à campanha na Península Ibérica (1807-1814), explica uma maior apetência para coordenar questões políticas e militares, ou seja, se a experiência que adquiriu em cargos políticos o apoiou numa visão abrangente de assuntos políticos e militares e se o conhecimento de outros territórios, culturas e hábitos o ajudou a entender melhor os objetivos em causa.

Vamos examinar a forma como Wellington assegurou a coordenação com o governo português e espanhol, averiguar se tentou influenciar diretamente estes governos, analisar o modo como os governos espanhol e português tentaram assegurar os seus interesses diretamente na ação de Wellington e perceber se, no decorrer da condução da guerra, se assistiu a um crescente aumento de coordenação entre os vários governos e a conduta militar da guerra.

Tentaremos entrar um pouco na conduta das operações militares e procurar a forma como Wellington respondeu e coordenou as ações no terreno, em especial, de acordo com o seu próprio governo. A análise será feita de duas perspetivas: por um lado, como o governo britânico tentava assegurar o controlo sobre as ações de

²⁰⁶ Embora Sir Arthur Wellesley só vá obter o título de Duque de Wellington no decorrer da Guerra Peninsular, ir-se-á utilizar no capítulo, por uma questão de simplificação, a denominação genérica de Wellington para vários dos momentos da sua vida.

Wellington; por outro, como Wellington tentava influenciar e propor políticas ao seu próprio governo.

Estudaremos as condições de comando e controlo que foram dadas pelo governo a Wellington, como principal responsável pela condução da guerra. Perceber também se Wellington exigiu ou pediu, no início da missão, determinadas condições e autonomia ao seu governo para a execução da sua missão ou se Wellington exigiu ou pediu novos poderes e autonomia, durante a campanha, ao seu governo, para a execução da sua missão. Neste tema tentaremos ainda escrutinar as medidas que tomou para garantir ações coordenadas nos vários âmbitos político, económico, diplomático, militar e de administração interna.

Tentaremos ver se houve pressão por parte das populações para que a ação militar de Wellington fosse mais abrangente e extravasasse a ação puramente militar.

Vamos também introduzir uma dimensão comparativa e estudar a forma como, no contexto da Guerra Peninsular, era feita a coordenação do lado francês e entre as forças espanholas, ou seja, se havia coordenação ou descoordenação entre os vários corpos militares franceses, qual o grau de coordenação entre a ação militar e governativa abrangente por parte das autoridades francesas e, finalmente, estudar a coordenação entre as forças regulares e irregulares espanholas ou entre a autoridade política e os comandantes militares espanhóis.

Desta forma, este capítulo está estruturado em cinco partes principais: primeiro analisa-se o percurso político e militar de Wellington e o que poderá ter tido influência na sua ação futura como comandante dos exércitos na Guerra Peninsular; de seguida aborda-se a forma com Wellington integrou o seu planeamento e ação com os governos de Portugal, Espanha e do seu próprio governo, analisando ainda nesta parte, todas as áreas, para além da estritamente militar, em que procurava influenciar a ação; um outro subcapítulo para se entender no âmbito da condução da campanha militar propriamente dita de que forma efetuava um comando abrangente sobre todas as forças existentes na Península, entre os exércitos britânico, português, espanhol, entre as forças regulares e as restantes não regulares, incluindo as milícias, ordenanças e guerrilhas; por último, é intenção analisar brevemente a forma como as ações eram conduzidas do lado francês, as suas dificuldades de comando, controlo e coordenação e proceder também a uma breve análise sobre os problemas de coordenação em Espanha. No final do capítulo faremos uma leitura geral sobre as conclusões parcialmente obtidas.

Começemos então o percurso de Wellington até ao início da Guerra Peninsular:

1. O percurso de Wellington

Como se afirmou na introdução, não é intenção deste trabalho estudar a personalidade de Wellington nem fazer uma descrição biográfica da sua pessoa enquanto cidadão, chefe político ou militar. No entanto, não podemos descurar completamente estas facetas, porque tal como nos lembra o próprio Napoleão Bonaparte: “Não foi o exército romano mas sim César quem conquistou a Gália; não foi o exército cartaginês mas Aníbal quem, diante das portas de Roma, fez tremer a Cidade Eterna”²⁰⁷. Pensa-se assim ser relevante apontar brevemente alguns passos no percurso de Wellington que ilustram melhor algumas facetas que encontraremos durante a Guerra Peninsular²⁰⁸.

“Arthur Wellesley (1769-1852) foi um dos grandes cabos de guerra de todos os tempos”²⁰⁹. Esta afirmação é repetida por muitos autores e especialistas, em muitas línguas: “o maior general que a Grã-Bretanha algum dia viu nascer (...) não foi apenas um grande militar (...) grande variedade de papéis políticos”²¹⁰. Por detrás do “cabode-guerra” está um cidadão britânico, especificamente Irlandês por nascimento²¹¹, com um percurso diversificado e uma experiência de vida feita em vários países, continentes, culturas e línguas. Experiências de âmbito civil e militar, estudos no próprio país e no estrangeiro, funções de comando militar e de responsabilidade política. Conforme refere um dos seus biógrafos, Chastenet, “durante grande parte da sua existência desempenhou, no tablado do mundo, papéis consideráveis: - papel militar; papel diplomático; papel político”²¹². Na sua carreira passou pela Índia, pelos Países Baixos, pela Dinamarca, por Portugal, Espanha e França e teve o seu “apogeu militar” na célebre Batalha de Waterloo (1815) onde, na única vez em que se encontraram frente a frente, derrotou Napoleão Bonaparte.

Não se pode por isso separar completamente a carreira política da militar, pois ambas estiveram sempre presentes. Wellington, “à medida que granjeava sucessos militares, tornou-se conselheiro de sucessivos governos”²¹³. Esta será uma das

²⁰⁷ Roberts, 2002: 33.

²⁰⁸ Uma descrição mais detalhada e complementar da vida de Wellington pode ser encontrada no Anexo A - Síntese biográfica de Wellington.

²⁰⁹ Henriques, 2002: 33.

²¹⁰ Esdaile, 2009b: 79.

²¹¹ “Nasceu no dia 1 de maio de 1769 na cidade de Dublin, na Irlanda. Até ao momento continua a discutir-se se este facto significa que deve ser descrito ou não como irlandês (...) Na Irlanda de 1769, famílias como a dos Wellesley ficariam horrorizadas perante a ideia de poderem ser consideradas como irlandesas”, Esdaile, 2009b: 79-80.

²¹² Chastenet, 1944: 7.

²¹³ Henriques, 2002: 33-34.

questões que estará presente neste trabalho, ou seja, a ideia de que não se pode separar o chefe militar do político, em especial se estivermos a referir uma posição de chefia militar que tem as mais altas responsabilidades na condução da guerra. Mas antes de avançar convém descrever, ainda que de uma forma sucinta, as principais características da organização militar britânica (a instituição militar britânica no final do século XVIII) para melhor se entender as formas como coexistiam as relações civis-militares nesta época que eram, como veremos, muito diferentes do que encontramos no século XXI.

Até às Guerras Napoleónicas o Exército Britânico era quase sempre temporário, apenas crescendo em tempos de guerra, como foi o caso da Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1713) ou depois a Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Como tal havia poucas estruturas permanentes. A defesa da Grã-Bretanha não se fazia em terra mas sim no mar e a tarefa estava entregue à Armada. O Exército, ao contrário do que ocorrerá após as Guerras Napoleónicas, não gozava de grande popularidade na Grã-Bretanha. Uma grande parte do pequeno Exército Britânico estava estacionado na Irlanda e cerca de 30% dos seus membros eram irlandeses²¹⁴.

A diminuta estrutura militar britânica existente na época era formada por regimentos que dependiam de um “coronel de regimento”, que não deve ser confundido com a patente de coronel do exército, porque esta primeira correspondia a uma função fundamentalmente administrativa. O coronel de regimento, que recebia algum financiamento do governo britânico, tinha a responsabilidade de ter as forças equipadas, treinadas e organizadas, prontas a entrar em guerra. Ou seja, os coronéis de regimento eram os proprietários dos regimentos pelo que eram estes que desenhavam os uniformes, escolhiam e selecionavam os seus membros e, embora o coronel pudesse comandar os seus homens em campanha, na maioria das vezes esta função era atribuída a um tenente-coronel que exercia o verdadeiro comando operacional do(s) batalhão(s) produzido(s) pelo regimento.

Em resumo, este sistema disperso, de regimentos marcados por gestões diferenciadas (por vezes com casos de corrupção e fraudes), com “bons e maus” coronéis, estava longe de se considerar um exército nacional britânico. Os soldados eram mal pagos, vindos dos extratos mais baixos da sociedade e na maioria das vezes “fortemente” indisciplinados. Até 1793, quando se iniciou a guerra contra a França, não existia o posto de comandante em chefe do Exército Britânico, ou seja,

²¹⁴ Chastenet, 1944: 37 e Corrigan, 2001: 2.

não havia um único comandante para as várias forças que incluíam ainda vários regimentos e unidades de milícias²¹⁵.

Os postos de oficiais, em especial nos regimentos de infantaria e cavalaria, eram comprados e as promoções e ascensão na carreira seguiam geralmente este método. Havendo vaga, concorria-se para a compra do posto superior e vendia-se o posto que se deixava. Quando se deixava definitivamente o exército vendia-se o último posto alcançado e assim, este rendimento seria utilizado para efeitos de pensão (este sistema vigorou, com poucas alterações, na Grã-Bretanha até 1870)²¹⁶.

Quando Artur Wesley (mais tarde Wellington) entrou para o exército não existiam limites de idades para entrar, permanecer nos postos ou para ascender na carreira²¹⁷. Ou seja, não havia uma carreira militar de oficiais completamente diferenciada da restante sociedade, sendo comum a muitos oficiais o trânsito entre funções ditas civis e militares. Apesar de todos os inconvenientes, a vantagem deste sistema era a de permitir que oficiais de grande mérito pudessem subir rapidamente na carreira, como irá ser o caso de Wellington. O sistema permitia a compra de patentes até tenente-coronel mas, acima deste posto, as promoções baseavam-se num sistema de mérito ou de antiguidade. Esclarecidos estes pontos, que se julgam relevantes para entender que não se podem fazer paralelismos diretos entre este relacionamento civil-militar de finais do século XVIII com os em vigor nos séculos XX e XXI, voltemos então ao percurso de Wellington.

Como vínhamos a dizer, a par de uma visão política, encontra-se também um alto sentido estratégico na forma como Wellington planeava as suas operações, integrando preocupações militares e civis e, ao nível da condução operacional, integrando a estratégia naval e terrestre. Na conexão entre guerra terrestre e o controle do mar²¹⁸, Wellington não tinha uma visão exclusivamente terrestre da campanha militar e, acrescentamos, também não tinha uma visão exclusivamente militar da mesma²¹⁹. Não sendo objeto de análise no trabalho as questões da personalidade e carácter, será, no entanto, importante referir que a maioria das fontes consultadas são unânimes em afirmar que Wellington não usava a guerra para fazer a sua fortuna pessoal e também não tinha da guerra uma visão idílica: “Era um administrador

²¹⁵ Corrigan, 2001: 7 e 9.

²¹⁶ Corrigan, 2001: 11-12.

²¹⁷ Houve casos de rapazes de 13 anos de idade com a patente de tenente-coronel sem nunca terem sequer entrado num quartel, Corrigan, 2001: 12.

²¹⁸ Henriques, 2002: 33-34.

²¹⁹ “Um general – palavra, ela própria, plena de ambiguidade – pode ser muito mais do que apenas comandante de um exército embora obviamente também o seja”, Keegan, 2009: 15-16.

incorrupível (...) tinha uma suprema consciência que a guerra – e sobretudo a guerra que travava – era uma triste necessidade para impedir males ainda maiores”²²⁰.

Podemos ler nos seus “dispatches”²²¹ esta preocupação, por exemplo relativamente a Portugal: para que não o acusassem de fazer favores à Coroa portuguesa, chegou a renunciar aos vencimentos a que teria direito como marechal-general do Exército Português e ao uso de uma casa em Lisboa que o Príncipe Regente lhe disponibilizara para o seu alojamento, o Palácio da Bemposta. Em duas cartas separadas para o governo britânico, Wellington demonstrou não querer depender em nada do Governo português para lhe permitir continuar a ser crítico. Assim, além de afirmar que não queria ficar alojado em Lisboa, preferindo alugar uma casa e pagar a renda, também declarou que não queria receber o vencimento de marechal general do Exército Português, aceitando manter o posto mas sem receber dinheiro do governo português. Esta questão vem de trás, pois já na Índia se tinha insurgido contra tentativas de suborno que, de imediato, tinha denunciado²²². Embora se esteja a descrever aspetos que podem parecer exclusivamente resultantes da personalidade de Wellington queremos acima de tudo referir e relevar a tentativa, institucional, de garantir desde o princípio, a necessária autonomia de comando, face aos variados poderes políticos de quem dependia.

No sentido de fazer uma apresentação dos traços fundamentais de Wellington parece-nos importante a frase do historiador Mendo Henriques: “Mais do que um militar, Wellington era um aristocrata político, habituado a conduzir homens em tempo de guerra como em tempo de paz, tal como se veio a provar quando se tornou primeiro ministro da Grã-Bretanha. (...) conduzia a guerra sem romantismo, com eficácia mas sem panache”²²³. Mesmo que não gerasse empatia nos seus soldados: “os seus homens não gostavam muito dele, e ele era, de facto, um disciplinador duro, muito a favor do chicote, todavia, confiavam nele e respeitavam-no”²²⁴. Vamos então recuar um pouco e destacar alguns passos essenciais na formação do futuro comandante aliado na Guerra Peninsular.

²²⁰ Henriques, 2002: 33-34.

²²¹ “Despachos” ou “Correspondência Oficial” - Na Bibliografia estão as fontes consultadas com os despachos de Wellington, de que se destacam as principais coletâneas de: Gurwood, Wellington (filho) e mais recentemente, Rodríguez.

²²² Cartas de Wellington a: Stewart datada de 12 de agosto de 1811, a Liverpool datada de 3 de setembro de 1811 e a desconhecido de 20 de janeiro de 1803, respetivamente em Gurwood, 1851: 514, 520 e 41.

²²³ Henriques, 2002: 33-34.

²²⁴ Esdaile, 2009b: 87.

1.1 A preparação internacional de Wellington

A formação e estudos de Wellington incluem uma importante passagem pelo ensino francês, sendo de relevar que, além de ser um ensino na língua francesa, também o era de cariz militar. Em 1786 Wellington partiu com um tutor inglês para a Real Academia de Equitação de Angers, em Anjou, França, “que tinha tanto de escola para conclusão dos estudos como de academia militar”²²⁵. Naturalmente que aos 17 anos esta passagem influenciou o futuro de Wellington em múltiplos aspetos, desde a aprendizagem da língua francesa, à leitura variada de muita literatura, o que lhe permitiu “dar sinais claros de ser mais brilhante do que alguma vez lho haviam reconhecido”²²⁶, incluindo a nível do seu pensamento político: “a Academia de Angers fez de Wellington um francófilo (...) Para Wellington, Pignerolle [tutor francês] ajudou a moldar o seu preconceito a favor do legitimismo Bourbon, o antigo governo de França, que não mais abandonaria”²²⁷ ou, apresentado de outra forma: “algo semelhante a uma ligação romântica, tanto em relação ao ancien régime em geral como em relação à monarquia dos Bourbon em particular”²²⁸.

Como major no Regimento n.º 33, Wellington vai demonstrar uma das suas características, que se traduzirá mais tarde numa capacidade de entender e gerir assuntos muito para além dos estritamente militares, que se manterá até ao final da carreira: a competência em assuntos de administração, o enorme cuidado na gestão dos dinheiros e a atenção permanente aos pequenos detalhes²²⁹. Encontrando o regimento numa situação lamentável, com enormes dívidas, e com o seu comandante, Cornwallis, ausente na Índia como governador-geral, decidiu resolver o problema financeiro do regimento aprofundando assim os seus conhecimentos nos assuntos da gestão.

A primeira grande operação militar de Wellington vai ser na região da atual Bélgica, em 1794. A missão era a de defender os Países Baixos²³⁰ e Wellington, na época,

²²⁵ Roberts, 2002: 46.

²²⁶ Esdaile, 2009b: 80.

²²⁷ Roberts, 2002: 46.

²²⁸ Esdaile, 2009b: 81.

²²⁹ Corrigan, 2001: 22.

²³⁰ A Grã-Bretanha evoluiu na sua estratégia ao longo das guerras napoleónicas, primeiro tentando a entrada no continente através dos Países Baixos em 1793, sofrendo o exército aliado (isto é, britânicos – onde se incluía Wellington - e austríacos), comandado pelo Duque de York, uma pesada derrota e esta linha estratégica nunca obteve grandes resultados. A Grã-

ainda apenas Wellesley, comandava uma unidade britânica: o Batalhão n.º 33 de Infantaria²³¹. Vamos expor em pormenor parte desta missão para podermos entender a origem de uma determinada forma, abrangente, de Wellington encarar as operações em que participava. Além de cumprir as ordens que recebia, anotava, meditava e, na primeira oportunidade, comunicava a quem de direito as suas opiniões, por vezes, muito para além de considerações operacionais.

O delta do Rio Reno e os portos dos canais holandeses constituíam a porta de entrada britânica na Europa e tinham por isso de ser defendidos. A Grã-Bretanha preparou uma expedição para a Flandres e para a comandar foi nomeado o Duque de York, segundo filho do Rei Jorge IV. No final de março de 1793 a expedição parecia estar a correr bem e o desembarque britânico, em conjunto com forças austríacas, tinha garantido a segurança dos territórios holandeses. O Duque de York decidiu atacar o porto de Dunquerque, ocupado por franceses, mas estes reforçaram o seu dispositivo. Não podendo contar com o “esperado” apoio dos aliados austríacos e prussianos, o duque viu-se obrigado a retirar, perdeu mais de 3.000 homens em sucessivas confrontações e deixou para trás todo o material de cerco.

Em 1794 a situação na Flandres continuava a piorar para as forças do Duque de York, pelo que a Grã-Bretanha decidiu reforçar as suas tropas. Wellington finalmente poderia entrar em ação. O reforço britânico, comandado pelo Lorde Moira, era constituído por 12 batalhões, 3 dos quais provenientes da Irlanda, entre eles o batalhão n.º 33 comandado por Wellington.

Em junho de 1794 o 33 desembarcou em Ostende. Por Wellington ser o mais antigo dos três comandantes de batalhão irlandeses foi nomeado comandante da brigada que juntava as três formações. A primeira missão de Wellington foi a de garantir a saída (retirada) de Ostende para permitir que os reforços se juntassem ao Duque de York em Antuérpia. As forças francesas foram mantidas à distância e Wellington cumpriu bem a sua primeira missão.

Em setembro Wellington voltou a comandar uma brigada, esta a 4 batalhões, o que de alguma forma indicava que começava a merecer a confiança dos seus superiores hierárquicos. Desta vez tomou parte num contra-ataque decidido por York. O ataque correu muito mal e rapidamente a ordem recebida foi a de retirar. No meio do caos distinguiu-se o 33 de Wellington que, formando uma linha para travar o avanço francês,

Bretanha tentará de novo a entrada pelos Países Baixos em 1809 mas apenas obterão resultados a partir de 1813.

²³¹ “Em 1794 (...) defender os países baixos (...) O 33.º de Infantaria, comandado pelo Tenente-coronel Wellesley, é designado para fazer parte desses reforços (...) desembarca em Ostende”, Chastenet, 1944: 36.

disparou uma salva de tiros que fez parar a força. Wellington comandava a brigada e o seu batalhão era comandado pelo seu segundo comandante, Sherbrooke, mas a ação recebeu o “aplausos” das chefias superiores.

Até ao fim de 1794 sucederam-se as operações de sustentação, com os franceses a atacar e os britânicos a sentirem-se cada vez mais pressionados para retirar. Wellington, ora comandando o seu batalhão, ora no comando da brigada, foi participando em várias das operações. Tal como o restante dispositivo britânico, acabará por retirar de Bremen em abril de 1795. O 33 perdeu 226 homens e deixou 162 feridos em hospitais. O jovem Wellington entendeu então escrever o que pensava sobre a política de defesa britânica. O militar Wellington sabia que devia também participar e ajudar na decisão política do seu país. Atitude esta que irá manter até ao fim dos seus dias e que desde já gostaríamos salientar (mais uma vez): o papel que um responsável militar pode desempenhar como conselheiro do poder político de que depende para que este último possa melhorar e aproveitar as sugestões de quem está no terreno.

A expedição na Flandres não correu de facto bem à Grã-Bretanha e foi “uma horda de estropiados famélicos”²³² que, em Fevereiro de 1795, alcançou a fronteira de Hanôver. Wellington, no entanto, retirou lições importantes para o futuro e afirmou que “ali aprendi tudo o que se não se deve fazer”²³³.

Começou também a conhecer melhor os seus soldados que classificou então como de “ralé da terra que se alista para beber”²³⁴. Wellington não tinha boa impressão dos seus soldados e, de uma forma geral, também o Governo britânico não tinha uma boa impressão do seu exército: “O Parlamento, com efeito, desconfia dos militares e opõe-se a toda a concentração de autoridade”²³⁵. Começa desde logo aqui uma das questões centrais para entendermos a ação de Wellington: como conseguir que o Governo confie em si para lhe dar a autonomia necessária para a condução da guerra.

O “fracasso” da expedição à Flandres teve no Duque de York o “bode expiatório”, mas o fracasso real estava na preparação e organização base do Exército Britânico que temos vindo a descrever: “sub-orçamentado, sem organização e com uma direção confusa e ambígua”²³⁶. Wellington aprendeu com esta expedição e não só aproveitaria

²³² Chastenet, 1944: 43.

²³³ Esdaile, 2009b: 82 e também Chastenet, 1944: 43.

²³⁴ Chastenet, 1944: 38.

²³⁵ Chastenet, 1944: 40.

²³⁶ Corrigan, 2001: 32.

as “lições aprendidas”²³⁷ para organizar futuras expedições, como procuraria que o mesmo se não passasse com os futuros exércitos aliados, em especial, durante a Guerra Peninsular, com a organização do Exército Português.

O sistema de controlo político-militar britânico não diferia muito dos tradicionais sistemas europeus: “Teoricamente, o rei é o chefe supremo do exército, mas o seu poder é puramente nominal; é o gabinete que determina os planos de campanha e ordena os grandes movimentos de tropa”²³⁸. A figura do comandante supremo coincidia com a de chefe de estado e a decisão efetiva residia no gabinete do “primeiro-ministro”²³⁹. Mas importa referir que existia esta forma britânica de relação política que garantia, através de um ou outro sistema, um princípio fundamental: o da subordinação política dos militares ao seu Governo. Como veremos, nem sempre foi este o caso em outros países, nomeadamente na França, onde, na maioria das vezes, foi a visão de um ou mais homens que, talvez sem a devida consulta nacional, contribuiu para a tomada de decisões cruciais: “As ambições de Napoleão eram grandiosas, abrangendo a Europa, a Rússia e até o Oriente, enquanto as de Wellington eram as dos restantes membros da sua classe e profissão, inteiramente circunscritas pelo âmbito do regime parlamentar”²⁴⁰.

Esta questão da subordinação dos comandantes militares ao poder político estava bastante consolidada na Grã-Bretanha: “Wellington era diferente (de Napoleão). Nascia de uma escola em que servir a Nação e obedecer ao poder instituído constituíam o fundamento do serviço militar”²⁴¹.

²³⁷ O termo *Lições Aprendidas* deve ser entendido dentro da prática militar da “recolha” de experiências e opiniões nos conflitos em que as forças armadas participam e que são “recolhidas” para mais tarde serem analisadas, tratadas e disponibilizadas através de bases de dados nas instituições militares – Lessons Learned Data-bases. O exemplo mais conhecido em Portugal é o JALLC – Joint Allied Lessons Learned Centre – um centro de análise e recolha de lições aprendidas da NATO com sede em Lisboa: <http://www.jallc.nato.int/> (Data de acesso em Julho de 2011).

²³⁸ Chastenet, 1944: 40; a palavra “Gabinete” deve ser entendida como representando o Governo britânico.

²³⁹ Neste caso específico a autoridade não está delegada num ministério autónomo: “Até 1794, nem sequer existe ministro da guerra, mas unicamente um Secretário da Guerra que faz parte do Ministério mas não do gabinete e que tem, sobretudo atribuições administrativas e financeiras”, Chastenet, 1944: 40.

²⁴⁰ Roberts, 2002: 38.

²⁴¹ “Os seus despachos da Península refletem toda essa escola de pensamento e a sua cadeia de comando materializa conceitos com quase dois séculos de existência”, Santo, 2010: 21.

1.2 A experiência abrangente na Índia

Depois da expedição nos Países Baixos, Wellington participou nas campanhas da Índia (1797-1805) onde, também aí, existia a ameaça francesa, nomeadamente por parte de Tipu Saíbe, aliado indiano dos franceses, que tinha feito uma aliança com o emir do Afeganistão. Desde o início que Wellington percebeu que esta expedição tinha tanto de militar como de política²⁴² e preparou-se em ambos os sentidos²⁴³. Vamos detalhar um pouco esta expedição.

Na Índia estava a Companhia das Índias Ocidentais que, para além do comércio, se encontrava autorizada desde 1773 a administrar os territórios, incluindo o pagamento e recrutamento de exércitos. A autoridade britânica era assim exercida através de um governador-geral e a *Companhia* podia, para além de administrar os territórios, fazer a guerra, contando na sua organização com um serviço diplomático e três exércitos, um para cada região: Bengala, Madras e Bombaim²⁴⁴.

Em agosto o 33 e Wellington foram enviados numa expedição para conquistar Manila nas Filipinas mas, devido a um crescimento da ameaça francesa no Mysore, as forças regressaram antes de se iniciar a campanha. De notar nesta viagem a preocupação de Wellington em escrever um regulamento sobre o dia-a-dia dos seus soldados a bordo dos navios, revelando de novo a preocupação com o detalhe, desde as revistas de saúde, às mudas de roupa, passando pela comida e bebidas autorizadas.

Quando regressou a Calcutá, em novembro de 1797, recebeu a notícia de que o seu irmão mais velho, Richard Wellesley, tinha sido nomeado Governador-geral da Índia. Com ele iria também o seu irmão mais novo, Henry, como seu secretário. As ligações familiares de Wellington, como veremos, serão sempre fundamentais para compreender a sua atividade, influência e opções. Face à crescente hostilidade demonstrada por Tipu, Richard Wellesley decidiu tomar a iniciativa e mandou o seu irmão Artur, com o regimento 33 reforçar o Exército Britânico em Madras. O comandante do exército local, General Harris, deu a ordem para atacar a capital do Mysore, Seringapatão, dando assim início à denominada 4.^a Guerra do Mysore.

²⁴² Carta de Wellington ao Coronel Close de 16 de março de 1803, Gurwood, 1851: 50.

²⁴³ “Tanto Wellington como qualquer outro general britânico envolvido na campanha apenas tinham a seu favor a desunião que reinava entre os seus inimigos”, Keegan, 2009: 145.

²⁴⁴ Ou, sintetizado, de outra forma, “a Grã-Bretanha, que administrava os seus territórios indianos através da Companhia das Índias Ocidentais, controlava apenas os três enclaves que se tinham expandido em torno dos postos-avançados comerciais, originalmente estabelecidos pela Companhia em Calcutá, Bombaim e Madras”, Keegan, 2009: 145.

Desde o início que Wellington deu provas da sua competência na preparação das forças para fazer o cerco à cidade e preparou cuidadosamente todos os alimentos, munições, armas e equipamentos necessários a tal empreitada. Wellington foi nomeado oficial de ligação dos aliados, o contingente de Hiderabade, enviado pelo líder local, Nizam. A relação que estabeleceu com os indianos foi desde logo considerada como “excelente”. Conseguiu juntar o seu batalhão 33 aos seis batalhões da Companhia das Índias, aos 4 batalhões Indianos e a 10.000 cavaleiros (no total, as forças aliadas seriam cerca de 50.000 homens seguidos por cerca de 100.000 pessoas)²⁴⁵.

A 10 de março a força de Wellington sofreu o primeiro ataque de flanco e foi o próprio que galopou para a posição onde estavam a ser atacados, dirigindo pessoalmente o contra-ataque. Ao todo sofreu 20 mortos e 40 feridos mas o inimigo sofreu muito mais. As forças de Mysore não voltarão a atacar, de forma imprudente, as de Wellington. A 27 de março registou-se novo ataque e nova vitória para os aliados e Wellington assumiu o comando do 33 durante o combate. A 5 de abril tomaram posição para fazer o cerco a Seringapatão e Wellington ganhou definitivamente a confiança por parte do contingente de Hiderabade, quase se podendo afirmar que tinha o comando do mesmo.

Nessa noite Wellington comandou um ataque noturno que correu muito mal. Viu-se assim obrigado a retirar depois de sofrer 25 baixas. Tinha sofrido o seu primeiro revés: da sua atuação seria dito que “perdeu o controlo da ação e dos seus atos, entrou em pânico e abandonou os seus homens”²⁴⁶. Mas assumiu a responsabilidade, embora muita dela não lhe fosse devida, e aprendeu mais uma importante lição.

A 4 de maio os britânicos ocuparam Seringapatão. Na tomada final da cidade Wellington tinha ficado a comandar a reserva e, assim, não entrou em ação, mas imediatamente após foi nomeado como governador (mais de 10.000 mortos, incluindo Tipu e do lado aliado cerca de 900 baixas, das quais 200 mortos).

Em julho de 1799 Wellington assumiu o posto de comandante do exército de Madras. Esta nomeação deveu-se ao facto de ser o irmão do governador-geral (assim recolhendo toda a confiança) mas também às capacidades demonstradas de forma bastante abrangente, tais como “tato, administração, diplomacia, e como conselheiro, ou de facto, comandante do contingente de Hiderabade”²⁴⁷. A sua atuação futura reforçará esta crença.

²⁴⁵ Corrigan, 2001: 50-52.

²⁴⁶ Corrigan, 2001: 55 e 57.

²⁴⁷ Corrigan, 2001: 60.

A sua conduta nas novas funções foi abrangente, muito para além das responsabilidades de um comandante militar, desde a preocupação com o futuro das mulheres do Harém de Tipu, ao emprego dos soldados desmobilizados, pois muitos destes integravam grupos armados que se dedicavam ao crime (interessante notar para este trabalho em particular que, para os combater, Wellington defendeu o uso de táticas de guerrilha para perseguir e capturar nas densas selvas indianas)²⁴⁸, passando pela restauração da ordem e a segurança ou ainda o desenvolvimento de estradas e comunicações. A atividade foi muita e incluiu também variadas operações militares em diversos pontos do território Indiano.

Depois de Mysore, o Governador-geral da Índia, com a concordância do Governo britânico, decidiu atacar os territórios Maharatas (ou simplesmente Maratas) e expulsar todos os franceses. A 29 de abril de 1802 Wellington foi promovido a major-general e ficou no exército de Madras. De acordo com um tratado assinado em Bassein em dezembro de 1802, o Governo britânico apoiava a liderança Marata de Peshwa, e efetuará uma incursão de 500 km no interior do território maharata para poder, evitando se possível a guerra, estabelecer em Poona (a capital), o seu mandato. Assim, os britânicos passariam a poder ter aí forças acantonadas bem como a garantir que todos os franceses seriam expulsos. O comandante escolhido para a força de escolta a Peshwa foi Wellington.

Foi uma campanha “limpa”. O exército aliado entrou no território e fez os 500 km sem atacar ou pilhar as populações, todos os alimentos foram pagos imediatamente e praticamente não se registaram quaisquer abusos. Até as populações ficaram admiradas porque nunca tinham visto um exército fazer uma campanha sem saques, violações ou pilhagens²⁴⁹. A 13 de maio de 1803, Peshwa estava no trono mas faltava lidar com os outros líderes maratas e, mais uma vez, Wellington pôde demonstrar as suas qualidades de político e diplomata a par da de comandante militar. Seguiu-se a denominada Guerra Marata e, numa combinação de diplomacia e batalhas, os britânicos saíram vitoriosos, sendo assinados, diretamente por Wellington, os Tratados de Deogaun a 17 de dezembro e de Síndia a 30 de dezembro. A Índia (britânica) tinha agora uma significativa quantidade de territórios sob a sua administração.

Na Índia, entre outras referências, podemos ver como se tornou importante para Wellington a relação entre os militares e as populações. Depois de as forças britânicas

²⁴⁸ Os métodos usados por Wellington nesta “guerra de contra-insurgência (...) podem ter servido de modelo a Brigs para derrotar os planos comunistas na Malásia cento e cinquenta anos depois”, Corrigan, 2001: 61.

²⁴⁹ Corrigan, 2001: 72.

terem derrotado as forças do Tipu e os seus aliados franceses em Seringapatão (cerca de 45.000 homens), assistiu-se a uma fase, bastante habitual na história da guerra, de saque²⁵⁰, pilhagem e violação. Wellington não ficou indiferente e numa das suas cartas escreveu: “Nem uma só casa da cidade escapou ao saque (...) Assumi o comando a 5 e, com a ajuda do chicote e da força, espero ter ganho a confiança da população”²⁵¹. Veremos, no seguimento deste capítulo, que esta preocupação com as populações e com a disciplina dos seus soldados, vai continuar a manifestar-se.

Na expedição na Índia também importa referir a dimensão de Wellington para além do comandante militar. Também aqui existiu a dimensão do administrador e do político que, entretanto, tinha sido nomeado governador civil e militar do Mysore²⁵². Um bom exemplo são os livros que transporta consigo, desde livros de âmbito militar até, quase em igual número, obras de índole administrativa²⁵³. As várias dimensões estão presentes nas personagens que entende estudar: militares, políticos, economistas ou, mesmo, filósofos: César, Plutarco, Locke, Adam Smith, Voltaire e Rosseau²⁵⁴ e também inúmeros livros com a história da Índia, línguas, pessoas e economia num total de 240 obras²⁵⁵.

Ainda no campo da atuação militar, começou a notar-se uma característica que mais tarde vai ser duramente criticada na Guerra Peninsular, em especial depois da Batalha do Buçaco em 1810 porque Wellington não perseguiu os franceses ou, um mês depois, nas Linhas de Torres Vedras, porque, estando o inimigo em sérias dificuldades, não aproveitou para atacar – a prudência. Argumentamos, porém, que se pode observar neste caso, como em muitos dos casos futuros, a visão holística de Wellington. Além do comandante militar está um responsável político que responde não só pelo governo do seu país mas também pelas populações que habitam os territórios onde se desenrola a ação: as perseguições não serão o forte de Wellington²⁵⁶ diz-nos Chastenet comentando o facto de em 1803 na Índia, não ter logo perseguido os Maratas. Wellington entendeu que, por vezes, se tinha de atrasar a

²⁵⁰ “Uma soldadesca desenfreada espalhou-se pelas casas, palácios e templos, queimando, saqueando, estilhaçando, roubando e violando”, Chastenet, 1944: 57.

²⁵¹ Chastenet, 1944: 67-68.

²⁵² Esdaile, 2009b: 82.

²⁵³ “Não comporta a sua biblioteca tantos volumes referente a questões administrativas quanto a obras propriamente militares? Nele o oficial será sempre, simultaneamente, um public servant, um alto funcionário”, Chastenet, 1944: 69.

²⁵⁴ Révész, 1946: 38.

²⁵⁵ Corrigan, 2001: 35.

²⁵⁶ Chastenet, 1944: 78.

vitória militar por razões políticas²⁵⁷. Por outro lado, as preocupações pelas populações e pelos costumes locais estarão na base de muitas das suas decisões pois, na qualidade de comandante das tropas britânicas e locais – os “sepoys de Mysore”, Wellington “atuava com prudência e justiça, sem descuidar nunca os costumes hindus e muçulmanos”²⁵⁸.

O pragmatismo das suas análises também nos mostra o político para lá do estritamente militar quando tem de representar o seu governo em variadas negociações, o que lhe levará a escrever que cada parte interessada atua de acordo com a sua noção de dignidade, interesses e segurança mas que a única coisa que verdadeiramente conta é a “Boa-fé britânica”²⁵⁹. Não hesita em tecer inúmeras considerações políticas quando afirma que se vão arrepender (a Grã-Bretanha) de ter criado estes pequenos Estados independentes na Índia, pois cada um deles irá pedir do governo britânico o emprego do exército, implicando a perda de homens e um pedido de dinheiro²⁶⁰. No entanto, também símbolo do seu pragmatismo, aconselha os políticos a não perturbarem a conduta das operações militares depois da decisão da campanha ter sido efetuada. Wellington procura assim tentar estabelecer o equilíbrio nas relações entre os decisores políticos em Londres e os operacionais na Índia, defendendo um diálogo permanente mas também a necessária autonomia. Quando do início das operações contra Mysore, Wellington aconselha o seu irmão, Richard, o Governador-geral da Índia, que tinha chegado a Madras para se inteirar da preparação do ataque, a regressar e afastar-se rapidamente do Exército Britânico “para não dar a impressão que não confiava no comandante nomeado, General Harris”²⁶¹. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o “dilema” da coordenação e supervisão versus autonomia, é uma questão transversal a várias situações e épocas distintas.

Quando Wellington regressou à Grã-Bretanha, tinham sido feitas reformas importantes que melhoraram em muito o Exército Britânico. O Governo mostrou-se impressionado com a escrita de Wellington e procurou saber mais das suas opiniões sobre a Índia. Surgia assim o futuro conselheiro do Governo britânico em assuntos que em muito extravasavam o domínio estritamente militar e que mais tarde, lhe possibilitariam participar, ainda que de forma indireta, em decisões políticas sobre ações que depois lhe competiria executar.

²⁵⁷ Carta de Wellington ao Governador-geral da Índia em 15 de dezembro de 1803, Gurwood, 1851: 128.

²⁵⁸ Révész, 1946: 42.

²⁵⁹ Carta de Wellington ao Coronel Wallace de 24 de junho de 1804, Gurwood, 1851: 176.

²⁶⁰ Carta de Wellington ao Coronel Wallace de 12 de setembro de 1804, Gurwood, 1851: 187.

²⁶¹ Corrigan, 2001: 50.

1.3 O político e o comandante militar

Antes de Wellington assumir as suas responsabilidades na Península Ibérica temos necessariamente de referir a sua experiência política. Em 1807, Wellington ocupou um importante cargo político: Secretário-chefe da Irlanda²⁶². Nestas funções, para além das responsabilidades estritamente políticas, notou-se a sua preocupação com a defesa e a segurança. Numa das suas cartas para Lord Hawkesbury enviada do Castelo de Dublin a 7 de maio de 1807, Wellington fez um estudo interessante sobre as possibilidades da defesa da Irlanda e, entre outras afirmações, declarou que a Irlanda não poderia resistir a uma invasão e a uma rebelião interna ao mesmo tempo. Considerou mesmo que a Irlanda, de um ponto de vista das operações militares, devia ser considerada como território inimigo. No final Wellington fez a avaliação fria da situação: não haverá medida política que possa ser adotada que altere a disposição da população irlandesa pois esta encontra-se completamente afastada do Governo britânico e, mais à frente recomenda (tal como o General francês, Andoche Junot, o fará em Portugal no ano seguinte), que a milícia seja desfeita ou mesmo enviada para fora da Irlanda²⁶³.

Numa outra carta datada de 19 de julho para o mesmo Lord Hawkesbury, Wellington reforçou os seus argumentos e disse que a generalidade dos irlandeses estava entusiasmada com as vitórias de Bonaparte, que eram claramente anti-ingleses²⁶⁴, e anexou uma carta recebida de um dos seus colaboradores, James Trail, em que este afirmava que toda a população da Irlanda era decididamente hostil ao Governo e à ligação à Inglaterra. Reforçou esta ideia dizendo que os sucessos de Bonaparte no continente europeu levariam, com toda a certeza, a que o mesmo invadisse a Irlanda e conseguisse a separação da Irlanda da Inglaterra. Mas todas estas intervenções políticas de Wellington não substituíram o seu desejo de continuar a servir no Exército Britânico.

Aquando da preparação de uma expedição militar para a Dinamarca, Wellington ofereceu-se de imediato para a integrar e ficou nomeado comandante de uma das divisões. Como afirmou posteriormente, “função pública alguma compensaria para mim a perda da minha situação militar e nada me poderia levar a renunciar a ela”²⁶⁵.

²⁶² *Chief Secretary for Ireland*, uma espécie de primeiro-ministro local, Corrigan, 2001: 95 ou noutra tradução “ministro-chefe para a Irlanda”, Roberts, 2002: 25.

²⁶³ Wellington, 1860: 28-36.

²⁶⁴ Wellington, 1860: 119.

²⁶⁵ Chastenet, 1944: 97-98.

Mas o governo britânico obrigou-o a acumular as funções civis e militares, mantendo-o como secretário chefe da Irlanda enquanto comandou a divisão na Dinamarca.

Em julho de 1807 partiu então para a expedição à Dinamarca. A Grã-Bretanha procurava que a esquadra naval dinamarquesa fosse destruída ou capturada (evitando assim mais uma ameaça possível ao domínio dos mares por parte dos britânicos) e que o território dinamarquês não se incorporasse nos domínios franceses. A 21 de agosto tinha começado o cerco à capital, Copenhaga. Wellington recebeu a missão de proteger a linha de comunicações e conseguiu debelar os ataques das milícias dinamarquesas, que utilizando táticas de guerrilha, o fustigavam permanentemente.

Mais uma vez, as preciosas “lições aprendidas” de Wellington na Índia foram utilizadas e a 8 de setembro os dinamarqueses tinham-se rendido. Para as negociações com os dinamarqueses, que entretanto viram a sua esquadra naval de 18 navios ser levada para a Grã-Bretanha²⁶⁶, foi escolhido Wellington, fazendo-se justiça às suas reconhecidas capacidades de diplomata e hábil negociador. Após a curta campanha contra a Dinamarca em que a Grã-Bretanha alcançou os seus objetivos, Wellington regressou às suas anteriores funções políticas na Irlanda²⁶⁷.

No regresso da campanha da Dinamarca, Wellington demonstrou querer resolver a situação na Irlanda de forma abrangente e, em carta de 14 de outubro do Castelo de Dublin para Hawkesbury, propôs o reforço de tropas do Exército Britânico, o afastamento das milícias, uma nova lei para a Irlanda e diretivas claras para a polícia²⁶⁸.

O assunto das polícias, bem como dos magistrados na Irlanda, vai ser assunto recorrente nas cartas de Wellington. As suas propostas vão no sentido de um sistema transparente, igualitário para que não haja salários distintos em diferentes áreas da Irlanda, tanto para polícias como para os magistrados²⁶⁹. As iniciativas de Wellington

²⁶⁶ A grande estratégia naval / expedicionária terrestre britânica tem o apogeu com a vitória naval de Trafalgar em 1805. Esta baseava-se na conquista dos territórios dispersos em três continentes, as “colónias” francesas, a negação do acesso das passagens do canal da Mancha e Mediterrâneo, o envio de corpos expedicionários para áreas de importância geopolítica, como o Mediterrâneo, o Egito, a Península Itálica, a América espanhola, incluindo também alguns dos territórios portugueses como Goa, Macau, Moçambique e Madeira e, o aprisionamento ou destruição das principais esquadras navais europeias: de França, Espanha, Dinamarca, Holanda, Itália.

²⁶⁷ Chastenet, 1944: 97-98.

²⁶⁸ Wellington, 1860: 137-245.

²⁶⁹ Wellington, 1860: 152 e 324.

são para todos os sectores da sociedade irlandesa, desde os sistemas de tributação²⁷⁰ a novas leis de bases do sistema educativo²⁷¹. Existiu ainda um memorando extenso sobre as grandes alterações propostas por Wellington para a educação onde aparece o seu pragmatismo – primeiro há que pôr as contas em dia. Como veremos depois, estas preocupações de natureza política, vão manter-se nas futuras responsabilidades político-militares que desempenhará na Península Ibérica.

Mas, no período em estudo para o nosso trabalho, Wellington não vai acumular as duas funções distintas de político e comandante militar, como fez na Irlanda e na Dinamarca. Na Península Ibérica será apenas o comandante-chefe. Porém, como veremos, será sempre um comandante militar e também um chefe político, que irá desempenhar a função de comandante-chefe sem esquecer a dimensão política da mesma.

2. Wellington e os governos: britânico, português e espanhol

O Portugal em que Wellington desembarca é um país, além de invadido por franceses, com enormes problemas de governação. A saída da corte para o Brasil um mês antes da entrada de Andoche Junot em Portugal tinha deixado grandes lacunas na governação²⁷². O comandante militar não podia por isso ignorar a dimensão política em que se encontra o seu principal aliado na guerra contra a França. Podemos por isso afirmar que Wellington, direta ou indiretamente, de forma ativa ou passiva, teria de ter em atenção a situação política em que se encontrava Portugal. O partido francês tinha perdido o poder e fora substituído pelo partido inglês que granjeou o estatuto de partido mais relevante na política do país, nomeadamente nas áreas da política externa, diplomacia, interna e económica²⁷³. Aparentemente Wellington irá encontrar Portugal numa situação muito mais favorável à política britânica mas, como veremos, com grandes clivagens políticas que vão persistir e marcar o relacionamento entre as autoridades britânicas e portuguesas, entre Wellington, a Regência de Portugal e o Governo no Brasil, entre o comandante militar britânico e os seus aliados.

Embora não seja intenção deste trabalho explicar a denominada “Guerra Peninsular”, torna-se necessário referir que Napoleão Bonaparte, que tinha boas informações sobre Portugal, ordenou a Junot que rapidamente se desfizesse dos perigos mais evidentes: acabasse com o Exército Português, exilasse todos os

²⁷⁰ Wellington, 1860: 160.

²⁷¹ Wellington, 1860: 165, 180-188 e 242-245.

²⁷² Esdaile, 2011: 367.

²⁷³ Gray, 2011: 30.

dirigentes políticos e militares que não tivessem partido para o Brasil: “Todo o povo que tendes pela frente é vosso inimigo”, declarava-lhe Napoleão, acrescentando: “A nação portuguesa é intrépida”. Os avisos continuaram: era preciso desarmar Lisboa e o país devia ser todo ocupado, como tal seria necessário instalar guarnições francesas nas praças-fortes e enviar todas as tropas portuguesas para França²⁷⁴. A referência aqui contida apenas faz alusão às denominadas forças portuguesas de primeira linha, ou seja, não entra em consideração com as forças de 2.^a linha, nomeadamente, as ordenanças e as milícias.

Aqui reside uma das grandes diferenças entre a situação de Portugal e Espanha no verão de 1808: é que, no caso de Espanha, os franceses não invadiram todas as províncias nem sequer desarmaram a nação como o fizeram imediatamente em Portugal, não se apoderaram dos recursos e, na verdade, enfraqueceram, mas não aniquilaram o Exército Espanhol. Por isso, quando a Espanha se revoltou e se levantou nas províncias livres tinha à sua disposição mais recursos, tendo acesso a armas, milhares de militares, generais para comandar (recordamos que os principais generais portugueses tinham partido para o Brasil, para Inglaterra ou combateriam com Napoleão). Deste modo, os espanhóis iniciaram a sua revolta com mais meios e recursos, “não só para combaterem os inimigos mas também para manterem a ordem na administração interna, tanto civil como militar”²⁷⁵.

Além da preocupação francesa em desmantelar a estrutura de defesa portuguesa esteve também bem evidente a preocupação com as elites políticas. A França mandou partir para Bordéus os parentes do Príncipe Regente, antigos ministros e “sessenta notáveis, mais ou menos, ligados à família real e aos ingleses”. Por fim, ficou a preocupação com o controlo da capital através de um eficaz sistema policial, que paulatinamente pretendeu reduzir os efetivos portugueses da Guarda Real de Polícia substituindo-os por franceses e “suprimir por todo o lado as armas dos Braganças”²⁷⁶.

Em suma, nos primeiros meses de 1808, Portugal ficou praticamente sem chefias políticas e militares, sem exército, sem armada e assistiu ao desmantelar da restante força da nação: as milícias e ordenanças. Wellington terá de ter em linha de conta, após o seu desembarque, que as forças portuguesas que lhe são disponibilizadas, bem como as chefias políticas e militares com quem vai efetuar as primeiras coordenações, serão, naturalmente, as possíveis no contexto do verão de 1808.

²⁷⁴ Gotteri, 2006: 187-188.

²⁷⁵ Neves, 1810/11: 450-451.

²⁷⁶ Gotteri, 2006: 187-188.

2.1 A entrada britânica na Guerra Peninsular

A tarefa mais importante vai ser então o levantamento da força militar e essa só podia ser feita pelas juntas regionais e locais, ou seja, recorrendo a mecanismos abrangentes da governação portuguesa. As juntas, através de editais, convocaram homens por todo o país para os urgentes alistamentos militares. Foi um levantamento nacional que abrangeu todos os setores da sociedade portuguesa: “os eclesiásticos davam o exemplo, os outros grupos sociais não ficavam atrás”²⁷⁷. Simultaneamente, preenchiem-se as unidades regulares, de milícias e ordenanças, enquanto na Grã-Bretanha se procedia ao levantamento de um importante corpo militar, a Leal Legião Lusitana. Inúmeros corpos de voluntários foram (re)criados como a brigada de voluntários de Marinha da Junta do Porto ou o Corpo de Voluntários Académicos de Coimbra²⁷⁸, Voluntários do Comércio de Lisboa e Porto ou os Voluntários da Ordem de Malta.

Mas a visão holística de Wellington sobre a coordenação política e militar não se limitava a uma adaptação às existentes e possíveis chefias portuguesas, preocupando-se o General, desde o início, em marcar uma posição forte perante a restante população. Fez parte da estratégia de Wellington demonstrar que os *aliados* britânicos se distinguiam dos *ocupantes* franceses e, assim, os cuidados de Wellington com a população apareceram desde os primeiros momentos em que esteve em Portugal.

Para se diferenciar dos franceses, deu ordens muito claras aos seus oficiais e soldados para que “respeitem o culto, não entrem nas Igrejas como turistas durante o sagrado ofício e saúdem quando passa o Santíssimo Sacramento”. Este foi um bom exemplo do que tinha aprendido nas suas anteriores missões: “em Portugal, tal como na Índia, o general protestante quer demonstrar o maior respeito pelos costumes vernaculares”²⁷⁹. Esta relação com as populações vai funcionar nos dois sentidos: Wellington dirigiu-se muitas vezes à população e a população também se lhe dirigiu diretamente, desde os primeiros momentos de Wellington em Portugal. A título de exemplo refira-se a carta que enviou aos negociantes de Coimbra em agosto de 1808 e na qual referia as inúmeras missivas recebidas: “Meus Senhores. Tive a honra de

²⁷⁷ Tavares, 2009: 222.

²⁷⁸ “A partir de finais de julho de 1808, passa a contar com sete companhias, assim distribuída: cinco de infantaria, uma de cavalaria e uma de artilharia”, Araújo, 2009: 287.

²⁷⁹ Révész, 1946: 66.

receber a vossa carta, participando-me a oferta de um presente de vários refrescos para uso da tropa que está debaixo do meu comando”²⁸⁰.

Poderíamos ir mais longe e afirmar que este pensamento de Wellington é transversal a vários comandantes britânicos, como, por exemplo, Sir John Moore, que comanda as principais operações militares na Península Ibérica no final de 1808. Este traduz numa das suas diretivas de comando as preocupações que o Exército Britânico devia ter também em Espanha, ou seja, de procedimentos para com a população que não terminam na fronteira de Portugal²⁸¹ e, como veremos, serão um dos motivos de sucesso da estratégia aliada.

Importa clarificar que, embora Wellington tenha assumido o comando das forças expedicionárias britânicas durante a primeira invasão francesa²⁸², esta função estava destinada a outros e imediatamente após a Batalha do Vimeiro, em agosto de 1808, foi assumida por seus superiores hierárquicos²⁸³. Assim, para efeitos do nosso estudo, interessa mais a ação de Wellington em Portugal a partir da segunda invasão quando, de forma clara, assume o comando sobre as forças aliadas britânicas e portuguesas.

Mas desde a primeira invasão que tinha ficado claro o pensamento do general britânico sobre a necessidade de assumir o comando completo sobre as forças britânicas e portuguesas, sobre a importância que dava ao controlo e execução financeira e logística²⁸⁴ (assumiu funções como comandante aliado no dia 7 de abril de 1809)²⁸⁵ ou, por exemplo, sobre questões que, teoricamente, pertenceriam a outros “acima” na cadeia de comando ou no lado político da decisão. Podemos ler, num

²⁸⁰ Carta de Wellington aos negociantes de Coimbra escrita a partir de Lavos no dia 6 de agosto de 1808, Neves, 1810/11: 474.

²⁸¹ “O comandante das forças inglesas acredita que, após a entrada em Espanha [vindos de Portugal] tudo faça para manter o bom nome da Grã-Bretanha para poderem ser bem aceites e recebidos pela população espanhola”, Moore, 1809: 8.

²⁸² “Nomeou-se o Tenente-general Arthur Wellesley para comandante da expedição da Irlanda”, Neves, 1810/11: 460.

²⁸³ Sobre a subordinação de Wellington a Darlymple em Portugal: “Junto cópias das instruções que foram transmitidas a Sir Arthur Wellesley, n.ºs 1, 2 e 3, assim como os documentos apensos, em que se lhe transmitiu que deve subordinar-se às ordens de qualquer oficial mais antigo - Carta enviada de Londres de Castlereagh a Darymple em 15 de julho de 1808, Rodríguez, 2009: 95.

²⁸⁴ Desde os primeiros momentos requereu comando completo das forças portuguesas como se pode ler nas suas declarações enviadas ao Parlamento no verão de 1808 onde também afirma que o departamento de finanças britânico é profundamente incompetente, Gurwood, 1861: 237-238.

²⁸⁵ Wellington desembarcou em Lisboa em abril de 1809 e só voltará ao seu país cinco anos mais tarde, Chastenet, 1944: 126.

memorando entregue ao seu “novo” superior hierárquico, Sir Hew Darymple, profundas reflexões sobre possíveis ações políticas, como por exemplo, sobre o que fazer em 1808 com a esquadra naval russa, propondo que tomando os fortes nas margens do Tejo e, sem atacar ou ameaçar a esquadra russa, impedir que a mesma requeresse um estatuto especial²⁸⁶.

Vamos incidir na relação de Wellington com a governação portuguesa porque, “dada a sua visão da guerra como continuação da política por outros meios”²⁸⁷, conseguiu “dominar a Regência portuguesa, com o apoio de D. Miguel Pereira Forjaz”. Sempre que possível vamos comparar com a relação que estabeleceu com o Governo espanhol, que era sem dúvida uma relação diferente pois, como afirma o historiador Mendo Castro Henriques, Wellington tinha uma simpatia indesmentível, embora reservada, por Portugal, em contraste com a sua má opinião sobre os dirigentes espanhóis de Cádiz²⁸⁸. Mas independentemente das opiniões que tinha, em privado, dos seus aliados, sempre encontrou formas de cooperar com todos²⁸⁹.

O problema da má direção política em Espanha já se encontrava profusamente relatado nas anteriores ações militares de Moore²⁹⁰. O Tenente-general Moore escreveu que a Junta Central de Cádiz, “invejosa dos seus generais”, não delegava qualquer tipo de autoridade nem dava autonomia, deixando cada um dos comandantes dos vários exércitos, sem qualquer tipo de unidade de comando, não sendo possível qualquer ação coordenada entre eles. Mais grave para o general britânico foi que o movimento do seu exército não tinha as comunicações estabelecidas e coordenadas com as várias forças espanholas. Conforme o próprio reconheceu, desde que entrou em território espanhol, não conseguiu manter “qualquer tipo de comunicação” com os exércitos daquele país, declarando-se “perfeitamente às escuras acerca dos seus movimentos, planos dos seus generais ou sequer das intenções do seu governo”²⁹¹.

Para além das relações estabelecidas entre a Grã-Bretanha e os dois países peninsulares, as relações entre Portugal e Espanha também eram feitas diretamente, com muitas iniciativas locais, com a envolvência de variadíssimos atores, desde militares a políticos, órgãos municipais e instituições, locais ou nacionais e entre as

²⁸⁶ Memorando de Wellington a Darymple de 23 de agosto de 1808, Gurwood, 1861: 240.

²⁸⁷ Alusão á definição de “guerra” de Clausewitz em Henriques, 2002: 33-34.

²⁸⁸ Henriques, 2002: 33-34.

²⁸⁹ Corrigan, 2001: xv.

²⁹⁰ O único general britânico contemporâneo com quem Wellington gostaria de ter servido, Corrigan, 2001: xiv.

²⁹¹ Moore, 1809: 44 e 94.

várias nações. Desde os primeiros momentos de revolta em Portugal e em Espanha que se estabeleceram relações e cooperação conjunta. Por exemplo, a 5 de julho de 1808, “uma delegação portuguesa assinou um acordo de ajuda mútua com a Junta da Galiza”²⁹². Para entender a ação holística de Wellington devemos assinalar também a forma como as próprias nações se entendiam. No terreno tudo se relacionava com as estratégias e políticas mais amplas e centralizadas e, como afirmou o historiador António Pedro Vicente, pode-se entender esta visão holística se se juntarem todas as estratégias em presença: “exército e diplomacia, estratégia militar e estratégia diplomática, alianças internacionais e conceções do exército, relações exteriores e atuações domésticas”²⁹³.

A ligação e relacionamento entre o governo britânico e português vai naturalmente exercer-se tanto em Portugal como no Brasil, porque para os portugueses o seu soberano reinava, ainda que fosse a partir do Rio de Janeiro. Conforme refere o historiador António Ventura, quando se iniciaram em Portugal os levantamentos contra a presença francesa, no ano de 1808, estes foram feitos “em nome do Príncipe Regente” que, na altura, se encontrava no Rio de Janeiro. O futuro D. João VI foi “aclamado como se não estivesse a milhares de quilómetros de distância” numa prova evidente de que “a legitimidade estava preservada e o Príncipe era a autoridade reconhecida, embora fisicamente longe”²⁹⁴. Aliás, o desejo de manter, permanentemente, a Regência portuguesa e a Coroa no Brasil informadas da boa prestação das forças portuguesas foi evidente, tanto por Wellington, como por outros membros do Governo britânico, como podemos ler em diversas cartas enviadas tanto por Wellington, em Portugal, como por Castlereagh, em nome do Governo britânico²⁹⁵.

Entre a primeira e segunda invasão podemos observar que, embora a Grã-Bretanha e Portugal se consolidem como aliados, persistem sempre as estratégias nacionais. Por exemplo, face à malograda expedição de Sir John Moore, o General Cradock²⁹⁶, que comandava o remanescente contingente britânico em Lisboa, pensou,

²⁹² Fuente, 2011: 55.

²⁹³ Vicente, 2008: 31.

²⁹⁴ Ventura, 2008: 106.

²⁹⁵ Por exemplo, as cartas de Castlereagh para Stewart, em Lisboa, a 19 de outubro de 1813, para Strangford, no Rio de Janeiro, a 11 de outubro, Wellington, 1861: 347.

²⁹⁶ O grosso das forças inglesas tinha marchado com o General Moore na conhecida e fatídica campanha da Coruña (cerca de 30.000). Dos aliados tinham apenas ficado em Portugal alguns milhares de ingleses comandados por Sir John Cradock que resistiu sempre à ideia de ajudar as forças portuguesas a combater no norte de Portugal; “Cradock era uma figura medíocre a

tal como fez o seu governo em Londres, retirar as forças de Portugal. Mas uma coisa eram as decisões do Governo britânico e outra foi a forma como as mesmas se traduziram no terreno e, naturalmente, importava esconder a Portugal a intenção de retirar. A título de exemplo, refira-se que, tendo em linha de conta a necessidade de abandonar a povoação de Almeida, alertava-se para que as populações não se apercebessem da real intenção britânica, ou seja, “recordar-lhe a conveniência de ocultar à guarnição portuguesa que vão partir com a intenção de embarcar”, para que se possa manter “uma aparência” que tinha como finalidade tentar manter a confiança dos portugueses e assim “evitar que o seu moral não seja afetado pela sua saída”²⁹⁷.

O General Cradock não quis correr riscos e, confirmando-se a chegada de forças francesas a Portugal no início de 1809, propôs que as forças britânicas “abandonem Lisboa dentro de uns dias, mantendo apenas em seu poder os fortes sobre o Tejo e que ocupem uma posição geral cerca de Paço de Arcos”. Salvaguardando a possível retirada britânica, era intenção do general britânico manter alguma flexibilidade para poder de novo desembarcar em Portugal, afirmando ainda que a partir destas posições seria possível “tanto para avançar contra o inimigo quando as circunstâncias o permitirem como para embarcar”, evitando assim os problemas (na memória de Cradock estava a manobra de retirada, sob pressão francesa, que Moore tinha executado) que existiriam se “tivéssemos de realizar uma marcha desde Lisboa no último momento, no caso de termos de abandonar Portugal”²⁹⁸.

Existia a convicção por parte de alguns dos decisores britânicos de que, embora toda esta manobra devesse ser intencionalmente ocultada da população portuguesa, seria no entanto compreendida pela mesma. Cradock afirma mesmo estar convencido de que o regresso a Lisboa seria recebido “com alegria e gratidão” e que “retirada momentânea” seria esquecida pelos portugueses. De acordo com o general, depois de tudo o que tinham feito pela nação portuguesa os britânicos tinham o direito de “atuar segundo os seus próprios princípios”²⁹⁹. Como veremos, a atitude de Wellington será bastante diferente, contrastando com a excessiva prudência de Cradock fortemente influenciado pelo resultado dramático da retirada de Sir John Moore.

quem faltava fé, tanto em si próprio como nos seus homens (...) os portugueses, consequentemente, estavam entregues a si próprios” Esdaile, 2009a: 115.

²⁹⁷ Carta enviada de Lisboa de Reynell a Guard 14 de Janeiro de 1809, Rodríguez, 2009: 524.

²⁹⁸ Carta enviada de Lisboa de Cradock ao Almirante Berkeley a 9 de fevereiro de 1809, Rodríguez, 2009: 549.

²⁹⁹ Carta enviada de Lisboa de Cradock ao Almirante Berkeley a 9 de fevereiro de 1809, Rodríguez, 2009: 549.

Por seu lado, a organização política e militar portuguesa registava determinação e vontade mas subsistiam problemas de grande dimensão que eram amplamente conhecidos pelas autoridades britânicas. Para organizar a defesa do Norte em 1809, onde se supunha que ia ter lugar a próxima invasão, existia uma hierarquia pouco definida e mal articulada que tinha à cabeça o Bispo do Porto, António de Castro, e o General Bernardim Freire de Andrade e que, na verdade, não conseguiam ter o controlo efetivo nem da população civil nem das forças militares. Em Lisboa existia a coordenação de Miguel Pereira Forjaz e na capital do Império o governo do Reino com o Príncipe Regente à cabeça e que efetivamente comandava o território continental mas a quem a distância não permitia a decisão corrente.

Em vésperas da denominada segunda invasão francesa (1809) ficaram claras as convicções de Wellington, como se pode ler num dos seus memorandos ao governo britânico, depois da evacuação do corpo expedicionário do General John Moore da Galiza: “Portugal deve ser defendido, seja qual for o desfecho da luta em Espanha”³⁰⁰. Vai ainda mais longe quando, a 7 de março,³⁰¹ escreve que Portugal podia ser defendido independentemente dos acontecimentos em Espanha e que, assim, todas as medidas tomadas para a defesa de Portugal seriam, no futuro, de grande benefício para Espanha. Nas recomendações de Wellington ao seu governo, os casos de Portugal e de Espanha são vistos como diferentes. Em vários documentos são muitas as vozes concordantes com Wellington, como é o caso do General Wilson³⁰², que insiste na determinação das forças portuguesas que, embora tenham enormes faltas em material e disciplina, “estão perfeitamente uniformizadas e desejam avançar, só aguardam as respetivas ordens de marcha”.

A decisão de enviar, de novo, Wellington para Portugal é tomada ao mais alto nível, tendo em atenção que o mesmo se dirige para o país para comandar não apenas as suas forças mas as de um exército aliado britânico e português. O soberano britânico, George III, aceita as recomendações que lhe são propostas, “conjunta dos ministros e filho favorito”, e assina o despacho a 2 de abril deferindo “a patente de serviço”: o comando de um exército aliado com vinte mil soldados britânicos, ajudados por trinta mil regulares e quarenta mil milicianos portugueses³⁰³.

³⁰⁰ Chastenet, 1944: 125.

³⁰¹ Wellington, 1860: 248.

³⁰² Carta enviada do Porto de Wilson a Castlereagh a 26 de novembro de 1808, Rodríguez, 2009: 95.

³⁰³ Chastenet, 1944: 126.

Wellington fez logo saber de algumas condições essenciais para o sucesso da sua missão. Em carta enviada ao embaixador britânico em Lisboa, Charles Stuart³⁰⁴, alertou, de uma forma explícita, para a necessidade de ter completo controlo sobre as medidas do Governo português e, assim, assegurar a existência de um Exército Português eficaz no terreno. As condições por si expressas foram claras e precisas: o Exército Português e Britânico tinham de ficar sob oficiais ingleses e o comissariado (finanças) tinha de ser britânico (veremos que iria posteriormente alterar esta posição sobre um comissariado único).

Se durante a primeira invasão francesa a atuação britânica e portuguesa resultou de coordenações “ad hoc”, para a segunda invasão tentou-se garantir, o quanto antes, um comando unificado sobre as várias forças presentes em Portugal. A coordenação com a Espanha foi também fundamental para uma correta aplicação da estratégia aliada e, assim, tornou-se importante saber, desde o início, quem representava a governação no outro país da Península Ibérica, uma vez que a coroa espanhola havia abdicado a favor de Bonaparte. Por esta razão, os britânicos reconheceram oficialmente como “governo legítimo” da Espanha a Junta Central instalada inicialmente em Aranjuez e, posteriormente, em Sevilha.

Desde muito cedo ficou vincada a vontade do comandante-chefe do exército aliado em manter uma articulação política com o seu governo, não apenas para garantir uma política coerente e coordenada mas, também, para poder expressar a sua perspetiva sobre o decurso da guerra. Wellington irá envolver-se na decisão política em si, assumindo as suas próprias convicções que, como veremos, influenciarão de forma marcante as decisões do seu governo: “Foi, unicamente, a minha insistência que determinou o prosseguimento da guerra na Península”³⁰⁵.

As razões para um maior envolvimento da Grã-Bretanha na Península Ibérica e, em especial em Portugal, tiveram em Wellington um forte apoiante. No seu raciocínio, a Grã-Bretanha precisava, para uma correta execução da sua estratégia³⁰⁶, de portos na Península Ibérica (Corunha, Douro, Tejo ou Cádiz) por onde se fazia algum comércio com o continente, apesar do bloqueio decretado por Napoleão. Estando na altura a Grã-Bretanha a viver uma crise política, “em que os governos se alternavam e os

³⁰⁴ Memorando sobre a defesa de Portugal, Gurwood, 1861: 249.

³⁰⁵ Chastenet, 1944: 126.

³⁰⁶ Em 1808, impedidos de atacar pelo norte da Europa, a confrontação terrestre traduziu-se na tardia definição da estratégia da Grã-Bretanha: “Ela foi tomada em 1808, numa altura em que a França dominava dois terços da Europa, estava no auge do seu poder em termos do continente e contava com um exército que era mais de dez vezes superior ao britânico”, Telo, 2005: 311.

debates no parlamento eram vivos” e, perante a recusa de Espanha em aceitar tropas britânicas no seu território (a principal razão dos espanhóis era o receio de ver Cádiz transformada numa segunda propriedade britânica como Gibraltar), só existia mesmo a opção de Portugal.

De acordo com o general e historiador Espírito Santo, na decisão britânica “tinha pesado a opinião do Tenente-general Sir Arthur Wellesley e as suas ligações ao Secretário de Estado da Guerra Lord Castlereagh”³⁰⁷. Wellington “era altamente considerado por Canning como Castlereagh” porque, convém recordar, tinha servido como proeminente conselheiro em assuntos militares a sucessivos governos desde o seu regresso da Índia³⁰⁸.

Para comandar as forças aliadas na Península Ibérica, Wellington sentia que não podia continuar a acumular funções políticas e militares na Grã-Bretanha, afastando-se definitivamente das funções políticas que ainda tinha na Inglaterra e Irlanda. Quando assumiu o comando do exército aliado em Portugal no dia 7 de abril de 1809, depôs na mesma data o mandato de deputado e demitiu-se das funções de Secretário-chefe da Irlanda³⁰⁹.

Wellington tentou encontrar interlocutores válidos para garantir a coordenação em Espanha e Portugal e procurou contar com o apoio permanente do seu Governo para as ações na Península Ibérica. A conjuntura portuguesa, incluindo o Governo no Rio de Janeiro, também se mostrou mais favorável a Wellington pois tinha sido escolhido para liderar o novo governo, após a chegada da corte ao Rio de Janeiro em março de 1808, o novo Ministro “pró-britânico” D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ultrapassado o seu conhecido rival, António de Araújo “que era pró-francês”³¹⁰.

Wellington pediu e conseguiu que a sua voz fosse ouvida e tida em conta nos assuntos do Governo português mas as reações a esta postura de colaboração foram muitas vezes contestadas. Chaby, um dos mais notórios historiadores portugueses do século XIX da Guerra Peninsular, descreveu que “por modo nada satisfatório, atuou no espírito público” a deliberação do Príncipe Regente assinada no Brasil, que foi depois transmitida oficialmente ao conhecimento da Regência do reino com a data de 6 de julho, e publicada em Lisboa no dia 21 de novembro. Decidia que em todas as sessões do Governo em que fossem tratados “negócios de organização militar, ou de objetos concernentes ao mesmo fim”, ou mesmo quando fossem tratados assuntos de

³⁰⁷ Santo, 2010: 5.

³⁰⁸ Esdaile, 2009a: 120.

³⁰⁹ Chastenet, 1944: 126.

³¹⁰ Duarte, 2010: 743.

matérias “de fazenda”, ou seja, de finanças, e das grandes resoluções que as “circunstâncias indicassem precisas sobre a defesa do reino e da península”, fosse sempre ouvido o parecer de Wellington. Se Wellington não pudesse estar fisicamente presente, então deveria ser-lhe solicitado um parecer por escrito, “dando-se de tudo conhecimento ao mesmo lord”³¹¹.

A visão holística de Wellington na forma como a guerra era conduzida obriga-nos a estudar os efeitos da mesma, muito para além dos exclusivos lados políticos e militares. Não podemos ver a guerra como “fenómeno exclusivamente político e militar, alheado dos aspetos económicos e sociais que inequivocamente lhe estão subjacentes”³¹². Sentimos por isso a necessidade de ver, numa perspetiva holística, todas as áreas em que Wellington, de forma direta ou indireta, teve influência.

A necessidade de participar de forma ativa nas decisões, ainda que de alguma forma circunscrita ao âmbito da condução da guerra, tinha uma razão clara: as coordenações entre Wellington e os principais responsáveis portugueses não tinham começado bem no ano anterior. Em 1808 a falta de coordenação com as autoridades portuguesas foi muito criticada por Wellington. No fundo, a coerência de uma determinada estratégia, também tem muito a ver com os relacionamentos com responsáveis máximos dos vários países: se Wellington teve um bom relacionamento com Miguel Pereira Forjaz na Regência portuguesa, o mesmo não se pode dizer do início atribulado, ainda na primeira invasão, com o General Bernardim Freire de Andrade (que assumia a condição de responsável máximo pelas forças portuguesas) pois esta foi caracterizada de “muito difícil e complexa”³¹³. Em vários dos seus despachos Wellington alude à falta de entendimento com Bernardim Freire de Andrade³¹⁴ e, como tal, é natural que no seu regresso a Portugal no ano seguinte, 1809, tivesse procurado prevenir possíveis descoordenações.

Wellington não atuou sozinho. Para além da estreita coordenação que mantinha com Miguel Pereira Forjaz na Regência portuguesa, com os vários políticos portugueses dos dois lados do atlântico, com os políticos e diplomatas britânicos,

³¹¹ Chaby, 1863: 130 e também “em 6 de julho de 1809, foi decretada a reorganização da Regência. (...) Para que os interesses britânicos estivessem devidamente representados na Regência, Canning gostava que tivessem sido designados Arthur Wellesley ou John Villiers. Arthur Wellesley foi o escolhido, sendo admitido na Regência quando se tratassem assuntos militares ou de abastecimentos e nomeado comandante-chefe do exército anglo-português”, Fuente, 2011: 73.

³¹² Monteiro, 2009: 168.

³¹³ Gray, 2011: 88.

³¹⁴ Gurwood, 1861.

também foi fundamental entender o papel desempenhado pelo comandante britânico do Exército Português: William Carr Beresford. O alcance das medidas e das decisões de Wellington têm de ser entendidas através dos seus principais colaboradores e Beresford era, sem dúvida, um deles. Ilustrativo do respeito que lhe tinha, Wellington considerava que devia ser Beresford a substituí-lo no comando do exército aliado no caso da sua morte ou incapacidade para o comandar³¹⁵. Explicámos no início deste trabalho que queríamos, através do principal decisor, entender as opções tomadas, mas que as mesmas resultaram sempre de um esforço de equipa³¹⁶. Salientámos igualmente que sem entender o papel relevante que as equipas desempenharam teríamos dificuldade em entender o carácter holístico no comando da guerra. Veremos que será também o caso com os dois outros estudos de caso: Spínola e Petraeus.

Voltando ao principal colaborador britânico de Wellington, podemos afirmar que Beresford³¹⁷ foi uma das figuras “dominantes em Portugal”. Contudo, embora muito influente, um dos seus biógrafos, Newitt, afirma que as suas atividades políticas em Portugal e na Grã-Bretanha têm “sido largamente ignoradas”³¹⁸. Beresford deveu a sua nomeação para comandar e treinar o Exército Português em parte ao facto de já estar a servir em Portugal, ter conhecimento da complexidade dos assuntos portugueses, dominar bem a língua portuguesa e, por outro lado, devido às suas ligações pessoais visto que, como Wellington e Castlereagh, “era proveniente do círculo estreito de famílias aristocráticas que tinham ascendência protestante anglo-irlandesa”. De referir ainda que Beresford também teve uma carreira militar política e militar variada, em locais como Índia, América do Sul, Egito e a sua ligação a Wellington era, por isso, antiga. Na Índia, Beresford fizera parte do estado-maior de Wellington³¹⁹. Continuaremos então a estudar Wellington, mas faremos sempre que necessário, referências ao papel dos seus principais colaboradores, como era o caso de Beresford.

2.2 Das dimensões do comando holístico de Wellington

³¹⁵ Corrigan, 2001: xiv.

³¹⁶ Uma referência ao facto de Wellington utilizar, pouco ou quase nada, o seu estado-maior para o apoiar nas decisões, Keegan, 2009: 176. No entanto quando se fala de equipas, referem-se aos seus principais colaboradores, os que ocupam as posições chave, e nestes Beresford foi um deles, como também foi Charles Stuart e Rowland Hill.

³¹⁷ Beresford era um subordinado fiável, um organizador e instrutor brilhante, com a capacidade de atuar independente, Corrigan, 2001: xvi.

³¹⁸ Newitt, 2009: 105.

³¹⁹ Newitt, 2009: 107-108.

Outra das dimensões da atuação de Wellington estava relacionada com a relação com os órgãos de imprensa, ou como diríamos hoje, com os *media*. Na sua visão holística da condução da guerra esta era mais uma ferramenta, que sabemos poderosa. Mais adiante veremos como Wellington tentou manter a população britânica informada dos êxitos aliados. No entanto, uma utilização eficaz da imprensa britânica foi feita por Napoleão, que recolhia nesta muitas informações. De sua parte Wellington seguia com a toda a atenção também a imprensa francesa recolhendo também aí informações. Como nos recorda o historiador Andrew Roberts, “Wellington era um leitor ávido do *Moniteur*”, mas quanto à sua atitude, diretamente expondo-se ao público, “Wellington mantinha um distanciamento estudado”³²⁰, ou seja, lia e utilizava a imprensa mas sem se envolver ou expor em demasia.

Numa primeira breve análise podemos concluir que a ação de Wellington se fez nas várias dimensões da condução da guerra, na diplomacia, porque contava com emissários e pessoas de confiança nas várias chancelarias, na política, porque a sua voz era ouvida nas decisões importantes da governação portuguesa e britânica, na imprensa, porque retirava notícias e utilizava os *media* para difundir as suas ações, na economia, porque acompanhando as grandes decisões do seu governo na abertura dos mercados com o Brasil, sabia das implicações diretas na economia portuguesa e britânica e, claro, na vertente puramente militar. Esta ação e visão estarão sempre presentes nos vários momentos da longa campanha da Guerra Peninsular (entre 1808 e 1814), até porque os efeitos da mesma também se estenderam às mesmas áreas, ou seja, através dos impactos económicos, financeiros, demográficos, sociais, políticos e ideológicos que esta produziu³²¹.

Podemos entender as prioridades de Wellington através das suas ações e preocupações. Primeiro havia que assegurar uma boa ligação ao Governo britânico e, através da correspondência de Wellington esta questão esteve sempre e, permanentemente, presente. Analisando o exemplo do final da campanha de Talavera em Espanha (1809), quando Wellington assistiu ao afastamento do homem da sua confiança no governo de Londres, Castlereagh, e à possibilidade de este ser substituído por Canning, um anglo-irlandês, com quem Wellington tinha dificuldades de relacionamento³²², sentimos como uma menor confiança recíproca entre ambos os lados afetava o comandante-chefe. Wellington temeu que passasse a haver desentendimentos na liderança político-militar na campanha peninsular. No entanto, o

³²⁰ Roberts, 2002: 121-122.

³²¹ Alves-Caetano, 2013: 139-140; Monteiro, 2009: 169.

³²² “As relações são, desde há muito, tensas”, Chastenet, 1944: 138.

novo ministro da guerra veio a ser Lord Liverpool e para a pasta dos negócios estrangeiros entrou o seu irmão, Marquês de Wellesley. Wellington continuou assim a contar com apoio nas mais altas esferas do poder político britânico. Salvaguardando as evidentes distâncias temporais, permitam-nos uma breve comparação com a futura situação que Spínola enfrentará com os dois principais responsáveis pela política portuguesa de 1968 a 1973. Como veremos, a inicial sintonia política com Salazar vai sofrer importantes modificações na relação posterior com Marcello Caetano e, esse fator, vai ser diferenciador na atuação de Spínola³²³. Também veremos que Petraeus terá de alterar a sua estratégia face à nova política que resulta da passagem da administração Bush para a de Obama. Wellington demonstrou esta permanente preocupação, de sintonia, entre a sua ação e o apoio / cobertura política do seu Governo em Londres.

Entre as preocupações de Wellington estão as várias desarticulações entre a política decidida pela Corte portuguesa no Brasil e em Portugal, em parte, fruto dessa mesma influência britânica. Tornava-se importante aumentar o grau de autonomia dos representantes do Governo nacional em Lisboa pois, como nos afirma o historiador Manuel Amaral, a desarticulação política era evidente, porque existia uma evidente “incapacidade da Coroa no Brasil em criar uma política coerente para os seus vários domínios e responder aos desafios provocados pela influência britânica tanto em Portugal como no próprio Brasil”. Wellington queria aumentar a sua influência, a Coroa portuguesa queria, naturalmente, manter algum controlo. A solução tinha de passar pela descentralização e, assim, o problema acabou por ser resolvido, permitindo ao Governo em Lisboa dirigir “independentemente, de facto e não de jure, os assuntos governamentais da Metrópole”³²⁴.

Wellington tentou então aumentar a sua influência junto da Regência portuguesa, mantendo, no entanto, uma boa cooperação com o governo português no Brasil e, simultaneamente, tentando garantir a confiança do seu próprio governo. Assim começou a escrever, a todos, numa perspetiva de ganhar confiança e credibilidade nos seus planos e projetos: “Creio que as gentes da Península começam a acreditar que tenho razão (...). Tudo o que vos peço é que, se é sobre mim que recai toda a responsabilidade, me deixeis exercer o meu próprio juízo: e peço a confiança do governo nas medidas que tenciono adotar”³²⁵.

³²³ Ver Capítulo III – Spínola e a Guiné-Bissau (1968-1973).

³²⁴ Manuel Amaral em Fuente, 2011: 9.

³²⁵ Roberts, 2002: 132.

Wellington, como comandante aliado, na condução da guerra, nas várias dimensões em que as suas responsabilidades se afirmaram, políticas, económicas, diplomáticas e militares, sem dúvida que dá uma grande prioridade à informação e “convencimento” do seu próprio governo. “É certo”, escreverá depois Wellington, “que só a minha opinião determinou o prosseguimento da guerra. Os meus despachos mostram que encorajei, obriguei, mesmo, o governo a nela perseverar”³²⁶. Como veremos, nos restantes estudos de caso que apoiam a elaboração deste trabalho, também estas serão preocupações fundamentais nas atuações de Spínola e Petraeus.

O historiador Pedro de Avillez³²⁷ fez uma síntese do que expressámos nos parágrafos anteriores quando afirmou que, com a otimização do esforço militar britânico conseguido por Wellington, “devida à sua invulgar competência na organização político-militar e no seu bom desempenho tático no terreno”, simultaneamente “conjugado com a sua sensibilidade política junto das populações e com o sucesso do seu *lobby* político no Parlamento de Londres”, Wellington foi conseguindo “comprometer progressiva e confiantemente na Península Ibérica o Governo do Reino Unido e a maioria do seu exército” e relembra que tal “já não ocorria desde as Guerras da Sucessão de Espanha” (1703-1713), ou seja, quase um século antes.

Relativamente aos dois países peninsulares, a sua correspondência prova que existiam disposições diferentes. Wellington declarou que, no caso de se ver obrigado a evacuar completamente a Península Ibérica, tentaria salvar os soldados portugueses, mas que não colocaria “uma só tonelada dos seus navios à disposição dos espanhóis”³²⁸. A má opinião que tinha dos espanhóis foi encontrada em muitos dos seus documentos, quando afirmou que não havia nada pior do que os oficiais espanhóis e, numa carta a Castlereagh de 25 de agosto de 1809, afirmou que “são como crianças na arte da guerra” e não sabiam fazer nada como deve ser a não ser fugir³²⁹.

No ano seguinte à sua nomeação para tomar assento nas reuniões do Conselho de Regência, Wellington, que por motivos das sucessivas operações militares esteve na maior parte do tempo ausente de Lisboa, conseguiu, em coordenação com o Governo de Portugal, que um britânico assegurasse em permanência estas funções. A 24 de maio de 1810, o Príncipe Regente D. João tinha elaborado um decreto no Rio de

³²⁶ Chastenet, 1944: 146-147.

³²⁷ Avillez, 2008: 78-79.

³²⁸ Chastenet, 1944: 146-147.

³²⁹ Carta de Wellington a Castlereagh de 25 de agosto de 1809, Gurwood, 1861: 288.

Janeiro que, entre outras normas, estipulava o aumento do número dos membros da Regência em Portugal. Entre eles passava a figurar o “patriarca eleito, o marquês Monteiro-mór, o conde do Redondo, o Dr. Ricardo Raymundo Nogueira, o principal Sousa e o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de sua majestade britânica em Lisboa, Carlos Stuart, com voto nos assuntos militares e de fazenda”³³⁰.

Note-se o poder de influência política, direta, nos assuntos militares, mas também na economia e nas finanças. Naturalmente esta decisão não foi do agrado geral em Portugal sendo por muitos considerado como um “caso da intromissão de mais uma entidade estrangeira no governo do país” que seria classificado de “afrontoso para o brio nacional e para o próprio príncipe regente”³³¹. No entanto, veremos que, ao longo da campanha peninsular, Wellington não deixaria de utilizar argumentos persuasivos, fundamentalmente o apoio em dinheiro e forças como, por exemplo, podemos verificar na sua correspondência: escreve ao embaixador britânico em Lisboa a 12 de agosto de 1811 para que este interfira, de forma discreta mas persuasiva, dando a entender que a Grã-Bretanha deixaria de apoiar financeiramente, no sistema de impostos português³³².

Presente de forma influente esteve também o seu braço-direito, Beresford, que acumulou experiência em Portugal tanto do ponto de vista militar como político porque, desde o Natal de 1807, que ocupara cargos de responsabilidade político-militar na Madeira. A Madeira tinha sido declarada, por um breve período, anexada à Coroa britânica e Beresford instalado como governador lugar-tenente no palácio de S. Lourenço. No pouco tempo em que desempenhou funções governativas “lançou-se na reorganização das finanças, da defesa e das instituições da Madeira”, sendo que, em todo o caso, passados três meses, a soberania da Madeira tenha sido devolvida à Coroa portuguesa e Beresford tinha regressado. No entanto, logo após a derrota de Junot em Portugal o comandante britânico, na altura Dalrymple, nomeou-o “comissário para fiscalizar a implementação da Convenção de Sintra, depois do que foi feito

³³⁰ Chaby, 1863: 156; “Os britânicos perceberam que a nomeação de Wellington para a Regência, em julho de 1809, não fora suficiente para aumentarem a sua influência na tomada de decisões, uma vez que o comandante-chefe estava muitas vezes fora, com o exército. Os britânicos, por conseguinte, queriam uma ter uma representação permanente no governo para acautelar os interesses e as políticas britânicas” e assim “Sir Charles Stuart foi nomeado para a Regência”, Fuente, 2011: 79 e 83.

³³¹ Chaby, 1863: 156.

³³² Carta de Wellington ao Embaixador britânico em Lisboa, Charles Stuart, a 12 de agosto de 1811, Gurwood, 1851: 513.

comandante militar de Lisboa³³³. Quando Wellington não estava diretamente presente nas várias áreas da decisão política e da governação portuguesa, estavam os seus representantes e homens da sua inteira confiança, Stuart na Regência, Beresford no comando e governo.

Para Wellington era essencial garantir uma sintonia entre a campanha operacional e a política de quem a dirigia, a Grã-Bretanha. Simultaneamente, tentava assegurar uma estreita colaboração e, acrescentamos, presença, junto dos governos de Portugal (como vimos anteriormente) mas também em Espanha. Em Espanha encontrava muitas dificuldades enquanto a relação com Portugal melhorava crescentemente. Nesta coordenação, íntima, com a Regência portuguesa, contou ainda com o seu irmão mais novo, Henry, recentemente nomeado ministro da Inglaterra em Lisboa³³⁴. Mais tarde, porque o irmão mais velho assume a pasta dos negócios estrangeiros, será o seu irmão mais novo que assume a ligação da Grã-Bretanha com a Espanha.

A família Wellesley estava em praticamente todos os centros de decisão e assim também se garantiu a sintonia, a coordenação entre política e estratégia mas, sem comprometer a execução operacional. Utilizando o exemplo da construção das Linhas de Torres Vedras, sabemos que toda a obra foi feita no maior segredo. Nem o Ministro da Defesa da Grã-Bretanha tomou conhecimento, como se pensa, nem o seu Embaixador em Lisboa teve conhecimento das linhas³³⁵. Provavelmente saberiam de uns trabalhos a decorrer nesta área mas não tinham conhecimento da magnitude e última finalidade das obras. Ou seja, partilha e coordenação permanente mas, quando necessário e desde que não colidisse com a grande política decidida, salvaguardando a necessária autonomia operacional.

A influência de Wellington teve um impacto real nas decisões tomadas pelo Governo português. Por exemplo, durante uma sessão especial da Regência que tinha sido convocada em 21 de abril de 1810, “tendo em conta o medo permanente da Regência em ofender a Corte no Brasil”, o Conselho deliberou no sentido de pedir um adiamento da execução da ordem do Príncipe Regente e solicitou então um parecer a Wellington. Por seu lado, Wellington afirmou “que o Governo não poderia atuar convenientemente se os seus membros fossem mudados sem razão logo que aprendessem as suas funções”. Na perspetiva de manter ambos os lados do Atlântico informados e em diálogo, Wellington escreveu uma carta ao Príncipe Regente sobre este assunto, elogiando o trabalho do Conde de Redondo, de Mendonça e,

³³³ Newitt, 2009: 110-111.

³³⁴ Chastenet, 1944: 143.

³³⁵ Chartrand, 2002: 23.

especialmente, de Miguel Pereira Forjaz, “cuja nomeação para o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros tinha sido muito bem recebida, o que muito credibilizava o Príncipe Regente”. A ação de Wellington tinha surtido efeito e assim “perante esta carta e parecer de Wellington, o Príncipe João revogou a ordem de reintegração”³³⁶.

Numa carta enviada por Wellington ao Embaixador britânico em Portugal no princípio da 3ª invasão (a 4 de agosto de 1810) afirma que ambos têm de se preocupar muito em apoiar a estabilidade e credibilidade da Regência portuguesa, em especial através de D. Miguel P. Forjaz. Na mesma carta Wellington criticou a nomeação de Raimundo Nogueira para a Regência mas clarificou que a Grã-Bretanha não estava em Portugal para fazer alterações políticas porque a única coisa que as populações queriam era ver-se livres dos franceses³³⁷.

Como temos vindo a realçar, a figura de Dom Miguel Pereira Forjaz foi crucial para entender a articulação entre os governos (onde incluímos o britânico, o português mas também o espanhol). Forjaz conseguiu manter a autonomia política da decisão em Portugal em estreita coordenação com o seu aliado, a Grã-Bretanha e denotando uma relação de confiança, diríamos de carácter pessoal, com Wellington. Provavelmente Wellington não teria conseguido o que conseguiu em Portugal se não contasse com a colaboração fundamental, mais do que do antigo militar, de um político e estadista, Miguel Pereira Forjaz³³⁸. Como nos recorda o historiador norte-americano, Michael Howard, apesar de se costumar atribuir a Wellington os louros pela mobilização de Portugal, houve um oficial português, cuja contribuição para este esforço foi fundamental: “A Inglaterra tinha Castlereagh, a Áustria tinha Metternich, a Prússia tinha Von Stein, e Portugal tinha Dom Miguel Pereira Forjaz, Secretário de Guerra, da Marinha e Negócios Estrangeiros”³³⁹.

O estadista português foi importante no relacionamento entre os aliados e entre os dois polos de governação portuguesa, no Brasil e em Portugal, porque, apesar de alguma oposição no Brasil, em Portugal e em Inglaterra, Forjaz “foi dos portugueses que reconheceu claramente a necessidade de cooperar com os britânicos para assegurar a independência do reino”. Teve naturalmente que enfrentar muitos conflitos no Conselho da Regência para manter e defender a estratégia de Wellington e, simultaneamente, conseguir manter o Exército Português, tanto na perspectiva

³³⁶ Fuente, 2011: 76.

³³⁷ Carta de Wellington a Stuart a 4 de agosto de 1810, Gurwood, 1861: 375.

³³⁸ “Dom Miguel Pereira Forjaz; a man who was to become very important in promoting and sustaining the common cause”, Gray, 2011: 100.

³³⁹ Howard, 2008: 116.

financeira como na logística, “mas os seus esforços asseguraram a sobrevivência de Portugal”³⁴⁰.

D. Miguel Pereira Forjaz, secretário do Governo português para a Guerra, Negócios Estrangeiros e Marinha, atuou aos diversos níveis da ação holística para a obtenção do sucesso das campanhas militares, num relacionamento operacional e político com o comandante aliado, Wellington, num relacionamento administrativo e funcional com o comandante do Exército Português, Beresford, e na coordenação da diplomacia e política com o Governo britânico, através de Sir Charles Stuart, “para maximizar os benefícios da ajuda britânica e mobilizar os escassos recursos de Portugal para o esforço de guerra”³⁴¹.

Sem entrar em análises profundas sobre a temática, gostaríamos ainda assim de afirmar que este espírito de coordenação não tinha, como por vezes aparece descrito em alguma historiografia, um carácter de subordinação: “O objetivo de D. Miguel Pereira Forjaz era a manutenção da independência de Portugal e da sobrevivência da monarquia”. Comparando a atuação de Forjaz com a de outros políticos, outro historiador norte-americano, Fuente, afirma que, enquanto D. Domingos seguia uma política de subserviência aos interesses e exigências britânicos, “muitas vezes em detrimento de Portugal continental”, por seu lado, Miguel Pereira Forjaz e os seus apoiantes “acreditavam na necessidade de confiar na Grã-Bretanha e nas políticas militares britânicas”, estando por isso dispostos a cooperar com os britânicos mas defendendo, tanto quanto possível, “os interesses nacionais, colocando-se numa posição menos subalterna que a facção pró-britânica na Corte do Brasil”³⁴².

Para entendermos a abrangência das decisões britânicas sobre Portugal importa recordar o aspeto do financiamento da força militar. A manutenção do Exército Português no período 1808/14 contou com subsídios britânicos resultantes do acordo entre as duas Coroas³⁴³. Em novembro de 1808 a Grã-Bretanha comprometeu-se a custear o salário e a manutenção – além das armas, fardamento e equipamento – de 10.000 homens do exército de 1ª linha, dobrado para 20.000 em 1809 (com a abertura dos portos brasileiros) e aumentado para 30.000 em 1810, aquando da construção das Linhas de Torres Vedras. No mesmo período são remetidas da Grã-Bretanha cerca de 160.000 espingardas, 2.300 carabinas, 7.000 pistolas, 15.000 espadas de cavalaria e 190.000 fardas. Portugal pagava os salários e os equipamentos a cerca de 25.000

³⁴⁰ Howard, 2008: 116.

³⁴¹ Fuente, 2011: 14.

³⁴² Fuente, 2011: 15 e 80.

³⁴³ Ver Quadro 17 em Alves-Caetano, 2013: 169; Henriques, 2002: 24-25.

homens do exército de 1ª linha, além da marinha, das milícias, das ordenanças e das tropas ultramarinas num custo estimado em 45 milhões de cruzados³⁴⁴.

No entanto, todo este financiamento era controlado e vigiado de forma permanente na Grã-Bretanha e seguido atentamente por Wellington. Por exemplo, Wellington escreveu a Charles Stuart, em 13 de abril de 1811, avisando que não aceitava que o dinheiro do comissariado britânico fosse entregue ao Governo português sem o seu consentimento e, a 21 de abril, perguntou se algum magistrado português tinha sido punido pela sua negligência na forma como havia utilizado os dinheiros públicos³⁴⁵.

Para entendermos toda a ação holística de Wellington durante a Guerra Peninsular não podemos descurar a sua preocupação também na componente de “segurança interna”. Por exemplo, no início de 1810, Wellington atribuiu a Miguel P. Forjaz a tarefa de formular uma série de medidas de “políticas rigorosas destinadas a evitar tumultos e distúrbios na cidade”³⁴⁶ de Lisboa. Foi o próprio Wellington que propôs que fosse criado na capital, no mesmo ano de 1810, um “sistema policial rígido, a fim de evitar qualquer perturbação que pudesse afetar gravemente o esforço de defesa”³⁴⁷. É importante lembrar que as forças em levantamento desde a primeira invasão francesa não eram exclusivas para a defesa militar do Reino pois também era necessário assegurar a componente interna e de defesa civil. No fundo, eram “três frentes de batalha: na defesa do território; no policiamento e na proteção das populações atingidas pela guerra”³⁴⁸. Naturalmente, esta preocupação com a segurança das populações estende-se a todo o território nacional, por exemplo, através do General Francisco da Paula Leite, governador de armas da Província do Alentejo e em quem tanto Wellington como Beresford tinham grande confiança³⁴⁹, que propõe medidas contra salteadores e promove patrulhas nas cidades de Elvas e Estremoz³⁵⁰.

Segurança e apoio das populações, uma equação sempre elaborada em conjunto, pois ao mesmo tempo que procurava a tranquilidade pública, Wellington procurava

³⁴⁴ Henriques, 2008: 130.

³⁴⁵ Carta de Wellington a Stuart, Gurwood, 1861:470-471.

³⁴⁶ Fuente, 2011: 91.

³⁴⁷ Fuente, 2011: 199.

³⁴⁸ Araújo, 2009: 279.

³⁴⁹ Chartrand, 2001a: 29.

³⁵⁰ “Um grande número de salteadores, formados em corpos têm perpetrado vários roubos, chegando a resistir armados quando se perseguem (...) dos efeitos roubados, os seus processos se acha incumbido de um Ministro que eleger”, carta do General Francisco de Paula Leite a Miguel P. Forjaz datada de 28 de setembro de 1808, PT AHM DIV 1-14-070-03_m0010.

também o apoio popular. Em carta datada de 6 de setembro de 1810, a Miguel P. Forjaz, Wellington pede a sua colaboração para o ajudar a dar confiança às populações³⁵¹. O apoio das populações era parte da estratégia e não apenas uma ação secundária ou auxiliar.

2.3 Da coerência holística entre as várias políticas e consequentes estratégias

As decisões de Wellington e as ordens que enviava aos seus subordinados tinham tanto de comandante militar como de governante político. Acúrcio das Neves, que viveu e relatou a primeira invasão francesa, diz-nos que o Tenente-general Hope, para “segurar a tranquilidade da capital, principiou com muita política” e em proclamação emitida por este general podia ler-se: “Convocamos enfim todas pessoas que têm autoridade ou influência, sejam do corpo da magistratura ou fora dele, e muito particularmente os sagrados ministros da religião, para auxiliarem com a sua influência a força militar, a fim de manter a tranquilidade na capital”³⁵². Como constatamos, Wellington e os seus colaboradores principais, atuavam de forma holística, sobre a governação dos povos, através das políticas que defendiam, mas também tentando envolver os governantes e autoridades locais assumindo maiores responsabilidades.

Quando referimos as relações com as autoridades locais, naturalmente não deixamos de focar a atividade central de Wellington e da sua equipa com a Regência de Lisboa e o Governo do Rio de Janeiro. Entre a sua correspondência com o embaixador em Lisboa (Charles Stuart), que, recordamos, tinha assento no Conselho de Regência, este tentava obstar ao que classificava de “ineficácia daquele órgão, e as dissidências entre os seus membros”³⁵³. Fosse na preparação e sustentação da força militar em Portugal, fosse também na falta de coordenação com as autoridades das comarcas (Corregedores) para apoiarem, em concreto, o esforço de defesa.

Esta preocupação de Wellington não pode apenas ser vista como tendo o objetivo de criar condições para a aplicação da estratégia militar, devendo sim ser encarada como fazendo parte de uma estratégia global, que envolve variadas áreas da ação governativa. No entanto, toda a sua ação deve ser entendida dentro do papel subordinado que lhe estava conferido pelo seu governo, tanto na relação política como na administrativa militar com o Exército da Grã-Bretanha. Claramente que Wellington obedecia ao conceito do “controlo civil sobre as operações militares (Parlamento,

³⁵¹ Carta de Wellington a a Miguel P. Forjaz, datada de 6 de setembro de 1810, Gurwood, 1851: 381.

³⁵² Neves, 1810/11: 536.

³⁵³ Santo, 2010: 63.

governo, Tesouro)”, e não deixava também de cumprir a sua subordinação administrativa, em especial para assuntos de justiça e disciplina, administração de pessoal, instalações e condições de vida do exército com o seu comandante direto: o Duque de York, filho do rei Jorge III e também o comandante-chefe do Exército Britânico³⁵⁴.

Para o sucesso da estratégia aliada, Wellington necessitava de ter em Portugal um país, além de seguro, também sustentável e funcional e, para tal desiderato, apoiou-se muito em Forjaz que “desempenhou um papel fundamental na mobilização da administração pública portuguesa e na exploração dos recursos do país”³⁵⁵. Por sua vez, cada um destes homens com quem Wellington contava apoiava-se em equipas próprias que permitiam aos vários estenderem a sua ação a todas as áreas da governação política e militar. Miguel P. Forjaz contava com o seu ministério; Beresford “tinha reunido um conjunto de oficiais de confiança, como Halliday, Warre e D’Urban”; Wellington, além da estima que tinha por Forjaz, depositava grande confiança em Beresford pois era “um dos poucos, possivelmente o único, dos generais superiores em quem Wellington confiava e fazia confidências”³⁵⁶.

Estando o Governo de Portugal sediado no Brasil poder-se-ia perguntar porque não foi a ação de coordenação de Wellington mais intensa com o Rio de Janeiro. Pensamos que, embora sempre existisse a preocupação em manter uma atitude franca de cooperação entre Londres, Lisboa e Rio de Janeiro, existiam razões de ordem prática para privilegiar a cooperação com a Regência em Lisboa, nomeadamente o fator tempo. Qualquer troca de informação entre Lisboa, Rio de Janeiro e Londres levava cerca de quatro meses³⁵⁷.

No entanto, quando necessário, o contacto era estabelecido diretamente com o Rio de Janeiro. Por exemplo, Wellington escreveu diretamente ao Príncipe Regente devido aos desentendimentos que tinha com um dos membros mais influentes da Regência, D. José António de Meneses e Sousa Coutinho, geralmente conhecido por Principal Sousa, para declarar formalmente ao soberano português que o Principal Sousa “estava a mais” em Portugal³⁵⁸.

³⁵⁴ Santo, 2010: 63.

³⁵⁵ Fuente, 2011: 209.

³⁵⁶ Newitt, 2009: 117.

³⁵⁷ Fuente, 2011: 116.

³⁵⁸ López, 1981: vol 5 – 277.

Sousa Coutinho tinha feito críticas severas a Wellington pela escolha da controversa estratégia / política de *terra queimada*³⁵⁹, acusando o comandante britânico de só se empenhar decisivamente atrás das Linhas de Torres Vedras. Wellington ainda sugeriu ao soberano português uma solução para afastar Sousa Coutinho propondo “que lhe fosse atribuído um cargo de embaixador ou enviado especial”³⁶⁰. Na carta para o Príncipe Regente D. João, datada a 30 de novembro no Cartaxo, Wellington³⁶¹ afirmou que o seu objetivo era defender a todo o custo Lisboa e a linha do Tejo e, mesmo sabendo que o Principal Sousa não concordava com a política de terra queimada por ele decidida, esta continuava a ser a sua posição, a sua decisão estratégica. As políticas diferentes, da Grã-Bretanha e de Portugal, corresponderam conseqüentemente estratégias distintas mas quem conseguiu manter a decisão foi Wellington.

Wellington acreditava que muitos membros da Regência e da população em geral apoiavam as suas medidas e no final da carta fez uma declaração para dizer que esta “ingerência” nos assuntos governativos de Portugal apenas derivava de críticas no âmbito estritamente pessoal³⁶². Mas não teve sucesso porque Sousa Coutinho continuou como membro da Regência de Portugal e continuou a opor-se “às medidas militares que considerava lesivas para o seu país, ainda que sem qualquer resultado positivo”³⁶³.

Wellington precisava do apoio da Corte no Rio de Janeiro bem como do apoio em Lisboa e este era-lhe dado maioritariamente por Miguel Pereira Forjaz como, por exemplo, para aplicar a contestada política de terra queimada. Sabemos que o Embaixador britânico em Lisboa, Charles Stuart, comunicou no final de 1810 a execução bem-sucedida das ordens transmitidas por Miguel Forjaz à população, afirmando que “a retirada dos camponeses da margem esquerda fora parcialmente realizada, que os mantimentos existentes nos mouchões do Tejo tinham sido salvos e

³⁵⁹ A expressão de “terra queimada” é comumente utilizada em Portugal mas lembra-se que no original, em inglês, se escreve “scorched earth” e que poderá ter outras traduções, como “terra devastada” ou “terra destruída”.

³⁶⁰ López, 1981: vol 5 – 277.

³⁶¹ Carta de Wellington para o Príncipe Regente D. João datada a 30 de novembro no Cartaxo, Gurwood, 1851: 407.

³⁶² “Subjects exclusively militar or on others intimately connected to militar operations for in nothing else I take concern”, carta de Wellington para o Príncipe Regente D. João, datada a 30 de novembro no Cartaxo, Gurwood, 1851: 407.

³⁶³ López, 1981: vol 5 – 277.

que grande parte dos animais tinha sido levada para áreas menos expostas ao inimigo³⁶⁴.

Esta decisão da denominada política ou estratégia de terra queimada deixou marcas profundas porque a destruição tanto das colheitas como dos próprios meios de produção, do gado e dos moinhos, em grande parte do território nacional, teve efeitos catastróficos na população, “não só porque agravou, no imediato, a escassez dos produtos que compunham a dieta alimentar das populações, como tornou mais difícil a recuperação após as invasões”³⁶⁵.

Foi esta a questão que mais dividiu Wellington dos portugueses e diríamos ainda que foi alvo de grande controvérsia pois como nos recorda o historiador Charles Esdaile: “foi apenas em março de 1811 que os franceses se retiraram, altura em que pelo menos 200.000 civis portugueses tinham morrido à fome”³⁶⁶. A economia destruída por efeitos da guerra mas também em consequência dos novos acordos assinados entre a Coroa portuguesa e o Governo britânico levou, inclusivamente, Wellington a questionar o seu país pelas opções assumidas. Wellington em carta escrita ao seu irmão Henry revelou saber perfeitamente que a decisão de abrir os portos brasileiros ao comércio britânico arruinou a economia portuguesa³⁶⁷ e questionou o seu Governo sobre a injustiça deste procedimento.

Estes desentendimentos entre Wellington e Sousa Coutinho ajudam também a evidenciar que, embora a influência britânica fosse importante, a autonomia política e a capacidade de decisão nacional mantiveram-se, ainda assim, com algumas ingerências conjunturais portuguesas. Nomeadamente através da família Sousa Coutinho e dos seus familiares distribuídos pelas importantes capitais de Lisboa, Londres e Rio de Janeiro. Parece ser inquestionável que a direção estratégica era de facto emanada por Wellington mas que a maioria das grandes decisões políticas portuguesas era efetivamente controlada pela família Sousa Coutinho. No fundo as triangulações do poder em Portugal (os Sousa Coutinho em Lisboa, Londres e Rio de Janeiro) refletiam as triangulações feitas pela família Wellesley (Wellington e os seus irmãos em Lisboa, Madrid e Londres) ou mesmo pela família Bonaparte (em Madrid, Paris e outras capitais europeias).

Se mais exemplos fossem necessários para demonstrar que, a par de uma colaboração estratégica com Wellington, Portugal nunca deixou de executar a sua

³⁶⁴ Fuente, 2011: 206.

³⁶⁵ Monteiro, 2009: 170 e Alves-Caetano, 2013: 64-65.

³⁶⁶ Esdaile, 2009b: 86.

³⁶⁷ “Great Britain has ruined Portugal by her free trade with Brazil”, carta de Wellington ao seu irmão Henry escrita de Celorico em 10 de agosto de 1810, Gurwood, 1851: 377.

própria política e estratégia, embora coordenada com o aliado, poderíamos evocar o sucedido em 1809 no Brasil. Enquanto Portugal sofria a segunda das invasões francesas às mãos de Nicolas Soult pelo norte do país, nesse ano de 1809, eram os portugueses que lançavam uma grande ofensiva contra a França. A partir do Rio de Janeiro, o futuro D. João VI decidiu tomar a iniciativa, porque a declaração de guerra à França tornara nulos os tratados assinados com franceses (o que fez com que a fronteira do Brasil com a Guiana francesa passasse novamente a ser considerada no rio Oiapoque, conforme tinha sido estabelecido no Tratado de Utreque)³⁶⁸ em 1713.

Podia-se, não só aproveitar a ocasião para o restabelecimento da fronteira, como ainda deliberadamente responder à ofensiva francesa em Portugal com uma ofensiva portuguesa na América: até Caiena, capital da colônia francesa. A 12 de Janeiro de 1809 Caiena capitulou às mãos dos portugueses que ficaram a administrar o território até 1817³⁶⁹. Ainda no ano de 1809 iniciaram-se os planos para uma grande ofensiva no Sul de Brasil mas esta só se iria iniciar em 1811, assegurando a Portugal a conquista dos territórios de Entre-os-Rios. Só bastante mais tarde, em 1816, a ofensiva chegaria ao rio Prata. Portugal demonstrou assim que, conjuntamente, preservava a sua autonomia e estratégia própria, embora a articulasse sempre com o seu aliado britânico.

Wellington manteve uma atitude permanente de informação de forma a conseguir o apoio do governo do seu país e da população britânica em geral. Aquando da Batalha do Buçaco (27 de setembro de 1810)³⁷⁰, pela forma como Wellington geriu a informação para o seu país, alguns deram-lhe o nome de “batalha política”. O General francês Marbot, que integrou a terceira invasão francesa, acrescentou nas suas memórias que a batalha ocorreu porque o parlamento britânico, “assustado com as enormes despesas da guerra”, queria retirar o Exército Britânico da Península, e que a intenção seria passar para uma política em que a Grã-Bretanha apenas teria de “fornecer armas e munições às guerrilhas espanholas e portuguesas”. Naturalmente, e

³⁶⁸ Acordos firmados na cidade de Utreque, Países Baixos (1713 – 1715), puseram fim à Guerra da Sucessão Espanhola (1701 – 1714), na qual entraram em conflito interesses de várias potências europeias. Em 1713 foi reconhecida a Portugal a soberania sobre as terras brasileiras compreendidas entre os rios Amazonas e Oiapoque.

³⁶⁹ Mas não foi só no Brasil que a guerra de portugueses contra a França estava ativa, em dezembro de 1810 foi fundamental a ajuda lusa desde Moçambique para a conquista britânica das ilhas francesas. Na Índia formaram-se forças conjuntas portuguesas e britânicas para a defesa dos territórios e em Macau reforçou-se o dispositivo de defesa, este exclusivamente com forças portuguesas.

³⁷⁰ Chartrand, 2010b.

sem entrar com detalhe em todas as questões políticas, rivalidades e desentendimentos partidários, esta iniciativa “visava destruir a influência de Wellington”. Com a vitória no Buçaco, a “batalha política”, Wellington tinha assim respondido “com uma vitória às inquietações do parlamento inglês”³⁷¹ e, por extensão, acalmado a opinião pública britânica.

Esta perspetiva de “persuasão” do próprio Governo abre-nos outro nível de entendimento sobre a aplicação de determinada estratégia militar, onde, por exemplo, a decisão de travar uma batalha significativa, como foi o caso do Buçaco, possa ter sido de algum modo tomada, tendo também em linha de conta a necessidade de justificar os enormes investimentos britânicos em recursos materiais, financeiros e humanos.

De facto este foi um ponto importante em toda a campanha porque desde 1809 que a oposição britânica se vinha afirmando contra o contínuo envolvimento da Grã-Bretanha no que era considerado pelos Whigs como um “conflito fútil”. O contínuo fluxo de relatórios “pessimistas” que eram recebidos, especialmente os primeiros enviados pelo General John Cradock a partir de Lisboa, as notícias, nos anos de 1808 e 1809, das várias vitórias francesas em Espanha e, finalmente, o “pesado golpe que tinha sido desferido sobre a autoconfiança britânica” pela retirada do Tenente-general Moore na Corunha, tinham levado a que muitos em Londres achassem “que a única coisa a fazer era abandonar o país imediatamente”³⁷².

Para agravar o cenário, Napoleão Bonaparte, após a vitória sobre a Áustria no verão de 1809, transmitia uma aparente ideia de invencibilidade, e da Grã-Bretanha chegavam notícias de que a opinião pública queria forçar o seu Governo a encetar negociações com a França, pois os prejuízos acumulados na indústria e no comércio, por falta de escoamento devido ao bloqueio continental, estavam a empobrecer o país. A oposição liberal ao Governo do Duque de Portland, encabeçada por Grenville e Gray e sustentada por influentes homens de negócios da City, insistia na retirada do corpo expedicionário britânico de Portugal, ao que se juntavam argumentos sobre os elevados custos de manutenção.

A oposição a Wellington sempre existiu. Noutro exemplo de finais de 1810, na Moita, quando Wellington recebeu do seu governo uma série de ofícios, “repletos de inesgotáveis recriminações por causa das despesas que o seu sistema de guerra provocava”, era bem visível a contestação movida por alguns setores. Nas memórias

³⁷¹ Marbot, 1847: 66.

³⁷² Esdaile, 2009a: 129.

de Massena, relatadas por Kosh³⁷³, este afirmou que foram mesmo alguns dos “notáveis gerais” britânicos, como Fane e Crawford que, sob variados pretextos, obtiveram permissão para se deslocarem à Grã-Bretanha e ali chegados, proferiram palavras “opondo-se poderosamente aos partidários de lord Wellington”. Foram ainda mais longe e reclamaram diretamente ao governo, “já pressionado, de resto, na Câmara dos Comuns por um numeroso partido, que pusesse termo a tão dispendiosa guerra”. Kosh acrescentou ainda que foi uma estratégia combinada entre Wellington e o seu irmão, o marquês de Wellesley, que contra-atacou eficazmente esses generais “por causa das suas insinuações nos jornais tories”. De novo aqui podemos ver a importância da ligação política ao seu governo, na política de informação à população britânica e o cuidado com os media. Como vimos no primeiro capítulo, para existir o comando holístico na guerra, a coerência tem de ser mantida entre a política de Londres e a política e estratégia em aplicação em Portugal.

Por último, para entendermos a forma de relacionamento entre Wellington e Portugal, temos também de ver a questão de uma forma mais geral, ou seja, estudando o impacto que causava a adaptação entre povos, porque encontramos, em muitas das memórias britânicas, referências ao facto de os britânicos não se adaptarem facilmente aos hábitos e costumes de outras nações³⁷⁴, incluindo naturalmente a nação portuguesa. Também se registam as dificuldades em entender o sistema de autoridade portuguesa³⁷⁵. No entanto, à medida que a permanência britânica crescia em Portugal, também foram visíveis melhorias substanciais no relacionamento entre governantes e, mesmo, entre os dois povos. Mas, na base, poderão estar considerandos de carácter social e aristocrático através dos quais se justificam muitas das atitudes de Wellington ou de Beresford porque, como nos recorda um dos biógrafos de Beresford, este, “como membro da aristocracia anglo-irlandesa, tinha tendência para encarar os portugueses à mesma luz com que encarava o campesinato católico irlandês – gente para ser governada com mão firme”³⁷⁶.

3. O comando abrangente sobre as forças existentes na Península: Exército Britânico, Português, Espanhol, forças regulares e irregulares, milícias, ordenanças e guerrilhas

³⁷³ Kosh, 1848: 203.

³⁷⁴ Recordações de John Molye Sherer (1789-1869), Sousa, 2007: 123.

³⁷⁵ Gray, 2011: 68.

³⁷⁶ Newitt, 2009: 129.

Uma síntese da estratégia decidida por Wellington para Portugal pode ser encontrada em Howard: “a libertação da península, a estratégia abrangente para a defesa de Portugal, baseada nas Linhas de Torres Vedras, provou ser brilhante tanto no que respeita ao conceito como à sua implementação”. Howard continua na descrição dos vários interventores nessa estratégia quando afirma o papel fundamental do povo português no sucesso do esforço aliado. Os portugueses “não só mobilizaram o seu país a um nível sem paralelo na Europa, mas as suas tropas, que totalizavam metade do exército de Wellington, desempenharam um papel fundamental na libertação de Espanha e na invasão de França”. Afirma de seguida que, “sem dúvida, foi a vontade do povo e do governo português que possibilitou a sobrevivência do exército de Wellington na península”. Ou seja, Howard leva-nos para uma dimensão que queremos aqui levantar, a do envolvimento quase total da população na estratégia de Wellington, tanto nas forças de defesa como na sua atuação regional e local. Finalmente, o mesmo autor faz a sua síntese: “Os aliados venceram a Guerra Peninsular e influenciaram diretamente o resultado das Guerras Napoleónicas. Foi uma das melhores horas de Portugal”³⁷⁷.

Importa recordar que, ao contrário do que se possa pensar, não havia experiências anteriores à Guerra Peninsular (e também poucas houve no futuro) onde dois exércitos, em números e participação muito idêntica, combatessem juntos sob a mesma autoridade e debaixo de uma única cadeia de comando. Faltava experiência a ambos os países mas parecia que os portugueses acreditavam mais na estratégia aliada do que propriamente os britânicos como temos visto nos capítulos anteriores³⁷⁸.

A cadeia de comando, um comando único e coerente, foi definida logo à partida e, para nós, como escrevemos na teoria geral do comando holístico da guerra, é uma das dimensões importantes a que voltaremos no raciocínio deste trabalho. Wellington desembarcou em Lisboa, no dia 22 de abril de 1809 e vinha encarregado pelo seu governo, de assumir o comando superior das forças britânicas. Cláudio de Chaby afirma, que tendo de ser Wellington a comandar ambos os exércitos (britânico e português) e a assumir a direção das operações, a Regência do reino conferiu-lhe, “em nome do príncipe, a patente de marechal general, a fim de, como recomendava a conveniência, o elevar a graduação superior à do Marechal Beresford”³⁷⁹.

O comando único e coerente que abordamos tinha de ser entendido numa perspetiva para além da convencional, ou seja, Wellington além de obter o comando

³⁷⁷ Howard, 2008: 120.

³⁷⁸ Gray, 2011: 116.

³⁷⁹ Chaby, 1863: 117.

sobre todas as forças regulares em Portugal também exigiu o comando sobre as denominadas forças irregulares. Estas medidas foram assumidas desde os primeiros momentos quando começou por “exigir que a sua autoridade como marechal general do reino não tivesse restrições e se estendesse a todas as tropas regulares, milícias e recrutamentos em massa do mesmo modo que ao exército inglês”. Para atingir os seus objetivos atuou em todos os campos, incluindo, quando necessário, embora sempre em estreita coordenação com a Regência portuguesa, como vimos anteriormente, na alteração da legislação, mandando “repor em vigor as antigas ordenações do reino”³⁸⁰. Atuou também diretamente na “governança das várias cidades e regiões, em coordenação e respeito pela autoridade portuguesa, através dos seus subordinados: “O governador militar ajudava a desdramatizar, promovendo em 1810 a realização de bailes no quartel (...) limpeza de latrinas, do sumo cuidado a ter no enterramento dos mortos”. Ou mesmo no âmbito da educação reorganizou “o colégio dos Órfãos (...) a Academia de Marinha e do Comércio do Porto”³⁸¹.

Wellington preparava a campanha operacional mas garantia simultaneamente a governação e a ordem pública, previa medidas de saúde e incentivava o funcionamento das escolas e estabelecimentos de ensino. Naturalmente muitas destas atividades eram executadas não diretamente por si, mas através dos seus homens de confiança, neste caso, de Trant no Porto, de Beresford³⁸² ou Stuart na Regência. Foi mesmo ao ponto de apoiar iniciativas de caridade e, mesmo nestes casos, de o fazer com a maior transparência possível. Por exemplo, numa angariação de fundos organizada na Grã-Bretanha e na Irlanda para ajudar as populações portuguesas, foram obtidos mais de 15.000 dólares que foram entregues a Wellington para encontrar a melhor forma de os distribuir às populações na região do Coa. Numa carta enviada a Charles Stuart, Wellington acompanhou a mesma com os recibos dos gastos efetuados, em gado, em distribuições de dinheiro a várias populações, a incentivos à agricultura a donativos ao Bispo de Pinhel. Era evidente o seu cuidado em ajudar as populações bem como em garantir a transparência³⁸³.

³⁸⁰ Koch, 1848: 34.

³⁸¹ “Wellesley estabeleceu uma autoridade militar forte, Nicolau Trant, a quem nomeou Governador da cidade”, Silva, 2009: 257.

³⁸² Todas as áreas são objeto de atenção incluindo as administrativas “Repartições civis do exército, mas é preciso fazer tudo porque nada existe em ordem”, carta de Miguel Pereira Forjaz a Beresford de 3 de julho de 1809, PT AHM-DIV-1-14-037-2_m0002.

³⁸³ Carta de Wellington a Stuart, de Badajoz, datada de 27 de março de 1812, Gurwood, 1851: 580.

Também existem questões de carácter (ou de personalidade) que não podemos descurar, pois tanto Napoleão como Wellington “chamavam a si o encargo de todas as grandes decisões, e faziam dos respetivos quartéis-generais o centro nevrálgico do esforço de guerra”. Roberts afirma que Wellington chegava mesmo a desprezar a ideia de um segundo comandante e raramente confiava os seus planos a lugar-tenentes³⁸⁴. Concordando ou não com o estilo escolhido, que não é objeto do estudo deste trabalho, para o exercício da autoridade, parece evidente que a coerência da ação estratégica estava garantida, pelo menos na forma de se pôr em execução, sob a autoridade única do comandante.

Wellington tinha a autoridade conferida, o estilo centralizador e o tempo para aplicar a sua estratégia. Desde muito cedo que delineou uma estratégia que passava por integrar o fator tempo com a força das possibilidades oferecidas pela força militar portuguesa, no conjunto das denominadas forças de primeira linha, milícias e ordenanças. Na visão de Wellington aparece de forma clara que há que ter em consideração também o fator tempo, uma das dimensões fundamentais a ter em linha de conta para uma abordagem holística na guerra. Afirma na sua correspondência para Londres que esta seria uma longa campanha e que a sua tarefa seria a de manter a guerra a decorrer durante o máximo tempo que fosse possível com um exército nunca inferior a 30.000 homens, com o fundamental apoio das milícias e ordenanças portuguesas. Tal iria permitir manter por um período infinito a ameaça aos franceses no seu flanco espanhol³⁸⁵.

Napoleão e Wellington, seguindo um pensamento político próprio (como seria o caso de Napoleão) ou no cumprimento de diretivas políticas do seu Parlamento “que lhe eram transmitidas por secretários de guerra” (no caso de Wellington), na Península conduziram “uma estratégia militar que visava objetivos militares precisos, e em que o tempo foi fator essencial”³⁸⁶.

Ao fator tempo importa acrescentar o fator dimensão e as possibilidades de defesa. Portugal podia ser defendido, mas Portugal e Espanha simultaneamente não. Wellington afirmou claramente que era escusado tentar defender ao mesmo tempo o sul de Espanha e Portugal, ainda que a Grã-Bretanha tivesse um exército de 40.000

³⁸⁴ Roberts, 2002: 95.

³⁸⁵ “It was about to be a very long business, and that his task was simply to keep the war going as long as possible, with the limited resources at his disposition (...) Wellesley states that a British army of not less than 30,000 men, backed by the levies of Portugal, ought to be able to maintain itself for an almost indefinite period on the flank of the French army in Spain”, Oman, 1913: 50-52.

³⁸⁶ Santo, 2010: 31.

homens³⁸⁷. Relevamos este facto para melhor entendermos todos os fatores a ter em conta na delineação de uma estratégia, que em muito extravasa o que habitualmente poderemos considerar de preocupações de carácter militar.

A estratégia de Wellington, que também foi a estratégia assumida, aprovada e partilhada pelo seu Governo, pelo Governo de Portugal e pelos principais responsáveis políticos e militares de ambos os países, foi uma estratégia holística na utilização dos meios, na dimensão temporal e na perceção dos vários fatores que a determinaram. A dimensão geográfica, a dimensão geopolítica dos dois países peninsulares e a dimensão temporal. Veremos mais à frente neste trabalho, como todos estes fatores estarão também presentes nas visões de Spínola ou nas preocupações de Petraeus.

Da estratégia para a execução operacional há que depois saber decidir em conformidade e, por ser difícil a decisão, desde a antiguidade, que os militares têm desenvolvido e aperfeiçoado os denominados processos de tomada de decisão – processos que se constituem como ferramentas indispensáveis a um racional e completo estudo para determinar os sequentes planos de operações (como aprofundámos no primeiro capítulo). Salientamos que é comum a qualquer tipo de processo de tomada de decisão, depois da não muito fácil identificação do problema, três etapas³⁸⁸: (1) a preparação, com a pesquisa e recolha de dados considerando todos os fatores influentes; (2) a decisão, com o levantamento e escolha de entre várias modalidades de ação daquela que, sendo exequível, apresentar um melhor equilíbrio entre potencialidades e vulnerabilidades; (3) a ação, em que permanentemente se tem de reavaliar os pressupostos da decisão e estar pronto a alterar de acordo com as circunstâncias e “feedback”. Em síntese, o líder, neste caso Wellington, teve de ter uma visão global, e não local, da relevância de cada condicionamento e acontecimento para poder decidir dentro dos objetivos finais da campanha sem descurar os fatores subjetivos da dimensão humana.

Wellington contou com uma estratégia eficaz mas, naturalmente, a mesma deve de ser analisada face à estratégia do seu oponente. Napoleão não entrou em linha de conta com as capacidades e a vontade demonstradas pelos povos peninsulares, mesmo quando estes fatores se tornaram evidentes. O comandante francês da segunda invasão a Portugal, Nicholas Sault, recordou nas suas memórias que

³⁸⁷ “It is hopeless to attempt to defend both Southern Spain and Portugal also, even if the British army were raised to 40,000 men. But Portugal can still be defended, Gurwood, 1837, vol V: 123-124; Oman, 1913: 50 – 52.

³⁸⁸ Vieira, 1998: 48.

“habitantes armados acorreram em bando para socorrerem as milícias portuguesas e impediram com um fogo cerrado qualquer outra tentativa”, ou seja, a determinação de defesa portuguesa era muito maior do que a antecipada por Napoleão. O que demonstra não se ter aprendido com a experiência anterior como comprovam as palavras de Soult: “o insucesso anterior tinha-nos mostrado o tipo de resistência que os portugueses nos preparavam”³⁸⁹. Mesmo estes relatos entre os seus melhores generais pouco ou nada alteraram a estratégia global de Napoleão.

Ao contrário, Wellington sempre adaptou a estratégia face aos desenvolvimentos da campanha³⁹⁰ e introduziu princípios para a força militar e condução da guerra mais consistentes do que os de Napoleão. Por um lado, através da sua conceção estratégica da defesa de Portugal, tirando proveito da sua posição marítima atlântica, da extensão e configuração do terreno que sabemos ser bastante acidentado, como “multiplicador de uma força inferior e envolvimento da força local e das suas populações na sua defesa”³⁹¹. O grande problema de Napoleão Bonaparte foi o de não ter conseguido, “quase até ao último momento da Guerra Peninsular, compreender o duque de Wellington como soldado e, mais especificamente, fazer a leitura das suas intenções”³⁹².

Mas como referimos, temos de entender esta estratégia como evolutiva e flexível ao longo de toda a Guerra Peninsular e sem descurar as várias estratégias, diríamos parcelares, dos vários governos e forças presentes. Em 1809 existiam estratégias e ligações diretas entre as várias nações presentes na Península Ibérica, nomeadamente entre Portugal e Espanha, mas importa referir que se registou um esforço para a coordenação com a Grã-Bretanha. Miguel Pereira Forjaz escreveu ao General Cradock que “Tendo-me sido solicitado pela Junta Suprema do Governo espanhol o envio urgente de tropas de Alcântara com a finalidade de assegurar o flanco esquerdo do exército do General Cuesta (...) que V. Ex^a faça avançar o seu exército até à linha dos rios Zêzere e Alva com a finalidade de manter esta importante posição e então, o nosso exército poderá avançar as unidades requeridas até ao Marvão e Alcântara e que servirão para contribuir de forma importantíssima na segurança de um exército cuja derrota influiria negativamente não apenas na nossa causa comum, como também na segurança deste reino”³⁹³. A coordenação foi

³⁸⁹ Soult, 2009: 43.

³⁹⁰ “Britain had made a number of important changes in strategy”, Gray, 2011: 134.

³⁹¹ Santo, 2010: 21.

³⁹² Esdaile, 2009a: 113.

³⁹³ Carta enviada de Lisboa de Forjaz a Cradock em março de 1809, Rodríguez, 2009: 593.

permanente e verificou-se desde o início, embora a sua eficácia aumente muito ao longo de todos os anos que iria durar a Guerra Peninsular.

Sobre a coordenação entre as forças britânicas e forças portuguesas convém notar que houve, de facto, uma subordinação operacional, ou seja, a que resulta da aplicação da estratégia, mas não existiu esta subordinação em todas as áreas. Por exemplo, em termos administrativos ou organizativos, manteve-se a autonomia nacional. Por um lado, era Beresford que tinha a responsabilidade de conseguir que o Exército Português pudesse combater com a mesma eficácia, prontidão, doutrinas e procedimentos, ao lado do Exército Britânico (as suas primeiras ordens do dia são sobre a forma, ao nível tático, dos regimentos ou dos batalhões portugueses). Por outro lado, Beresford nunca dirigiu o aparelho administrativo do Exército Português, nem determinou sequer a sua regulamentação e, acrescenta Manuel Amaral, “mesmo tendo tentado (...), nunca dirigiu os regimentos de milícias, nem tão pouco as ordenanças”³⁹⁴. Em termos práticos, arriscamo-nos a afirmar que esta divisão de poderes se estendia a todos os níveis: que nos mais altos escalões o comando da componente operacional era britânico (Wellington e Beresford) e o comando regional era essencialmente português (o General Silveira a Norte, o General Bacelar ao Centro e o General Francisco Paula Leite no Alentejo)³⁹⁵.

Wellington tinha uma estratégia global que previa a utilização de todas as forças presentes na Península Ibérica, regulares e irregulares, mas, tendo em atenção a enorme diferença de capacidades, equipamentos e armamentos, definiu missões diferenciadas, como por exemplo, nas missões confiadas às milícias e ordenanças. Genericamente pode-se afirmar que as missões atribuídas a estas forças eram a do combate em profundidade (conceito atual que se refere ao ataque às retaguardas do inimigo), ou seja, tendo por objetivo cortar as comunicações entre as unidades francesas³⁹⁶, interromper o reabastecimento logístico, impedir a dispersão e a

³⁹⁴ Manuel Amaral em Fuente, 2011: 11.

³⁹⁵ Esta organização variou ao longo da Guerra Peninsular, por exemplo, durante a primeira invasão era o General Sepúlveda que comandava em Trás-os-Montes e Bernardim Freire de Andrade no Porto e Minho e por seu lado era Miranda Henriques que comandava ao centro. A distribuição que descrevemos vai-se manter (com algumas oscilações) a partir de 1809 – ver organização territorial portuguesa em Centeno, 2011.

³⁹⁶ Por vezes, embora raramente, para além da fronteira portuguesa, em especial quando a coordenação entre forças portuguesas e espanhola falhava, “Acabo de receber do Brigadeiro Silveira uma carta de seis do corrente na qual me participa que naquele dia às oito horas da manhã, tinham entrado os franceses em Monte Rei sem resistência (...) Romana tinha retirado. (...) Mando em consequência, marchar hoje mesmo duzentos homens das milícias de Basto

liberdade de movimentos a pequenas unidades francesas, manter um ambiente de “medo” entre as forças francesas. Há ainda um fator fundamental para entender toda a estratégia de Wellington para Portugal: contava com as ações das milícias e ordenanças para lhe permitir manobrar livremente com as forças de primeira linha no combate direto aos franceses, como os próprios puderam constatar: “Wellington tinha por princípio nunca fechar tropas inglesas nas praças; punha sempre aí os seus aliados”³⁹⁷ neste caso, as milícias e as ordenanças.

Como afirma o historiador britânico Charles Oman, a missão das segundas linhas, milícias e ordenanças, não era a de combater da mesma forma ou ao lado da primeira linha. Faziam parte da estratégia de Wellington, mas não eram como o exército aliado anglo-português, ou seja, não eram o exército destinado a travar os grandes combates e batalhas. Pelo contrário, a intenção do comandante supremo era utilizar as milícias e ordenanças de forma complementar ao exército aliado, sem se exporem, em campo aberto, contra as forças do Exército Francês³⁹⁸. De facto todas estas missões foram cumpridas e Oman terminou a sua alusão fazendo uma síntese: eram um valioso contributo nas mãos de Wellington mas não eram uma verdadeira força de combate³⁹⁹. Atualmente não restam dúvidas de que as suas ações foram fundamentais para o êxito da estratégia aliada em Portugal.

Por exemplo, em 1812, o plano de Wellington para uma ofensiva generalizada em Espanha implicava, ao nível operacional, uma visão e estratégia global que implicava avançar com o exército operacional aliado, garantir a posse das bases em Portugal através do exército territorial português constituído pelas milícias e ordenanças, fomentar as ações de guerrilha em todas as áreas de Espanha e fazer uso da hegemonia naval para desembarques “cirúrgicos” nos flancos das posições francesas. Queríamos chamar a atenção para a utilização diferenciada de forças regulares e irregulares, porque, como veremos, esta estratégia vai ser muito similar à escolhida também por Spínola e por Petraeus: a capacidades diferentes atribuí-se missões diferentes.

para Refoios e serão seguidos pelo resto do regimento para mesmo destino.” Ofício do General Bernardim Freire de Andrade de 8 de março de 1809 - PT AHM – DIV -1-14-006-14.

³⁹⁷ Guingret, 1815: 28.

³⁹⁸ “They were under strict orders not to fight (...) Their duty was to screen the country-side against small French detachments, to make the movement of the enemy save in large bodies impossible, to capture convoys, or to cut off stragglers”, Oman, 1913: 235-236.

³⁹⁹ “They were a valuable asset in Wellington’s hands, but not a real fighting force”, Oman, 1913: 235-236.

Wellington soube utilizar forças regulares e irregulares e, para além das missões diretas no âmbito da guerra propriamente dita, também soube utilizar as milícias e ordenanças em missões subsidiárias como, por exemplo, na manutenção da ordem pública, nas limpezas, no transporte e escolta de abastecimentos, na saúde e na importante missão de recolha de informações. Por exemplo, a propósito das precauções em vésperas da terceira invasão francesa sobre tumultos e desordens nas principais cidades portuguesas, em especial Lisboa, Wellington concordava com Miguel P. Forjaz na criação de um reforço policial em Lisboa, nomeadamente fazendo uso das milícias da cidade, para assim garantir a segurança na retaguarda⁴⁰⁰. Quando estas forças não estavam em ação, os seus membros eram imediatamente mandados, pelas autoridades portuguesas, também para a agricultura, como podemos ler num despacho da época: “Notará V. Ex^a que de 6400 homens que formam o total, só 1953 se acham armados – determinam que os desarmados voltem para suas casas a ocuparem-se da lavoura, entendo de pensar em os chamar ao primeiro sinal”⁴⁰¹.

Toda esta coerência estratégica de Wellington deparou sempre com grande contestação e permanente discussão até porque, na sua origem, os interesses de cada país na ação militar têm perspectivas e visões diferentes. Entre os aliados podemos identificar diferentes posturas estratégicas. O general e historiador António Barrento escreveu que os portugueses queriam libertar o seu país; os ingleses queriam enfraquecer os exércitos napoleónicos mas, acautelando sempre a retirada e o embarque das forças no caso de a situação se tornar desfavorável. Acrescenta ainda Barrento que “a dependência dos portugueses do apoio inglês obrigava-os a conformarem-se com a estratégia britânica, mostrando a dificuldade que frequentemente surge entre aliados de se concertarem objetivos e manobras estratégicas e táticas”⁴⁰². Também veremos que esta é uma questão muito pertinente nos nossos dias: países diferentes, políticas e estratégias comuns e políticas e estratégias diferentes.

Com as milícias e ordenanças a cumprirem as suas missões de âmbito regional, local e na retaguarda do inimigo, Wellington podia contar com uma força combatente de primeira linha, equilibrada entre as duas nações, para executar a sua estratégia. Ou seja, o resultado esperado desta articulação permitia a existência de um “exército português capaz de entrar em campanha, os cinquenta mil homens, que

⁴⁰⁰ Carta de Wellington a Charles Stuart, escrita em Viseu a 24 de setembro de 1810, Gurwood, 1851: 349.

⁴⁰¹ Carta do Provedor da Comarca do Porto para Miguel Pereira Forjaz de 25 de junho de 1809, PT AHM-DIV-1-14-072-09_019.

⁴⁰² Barrento, 2010: 1032-1033.

conjuntamente com cinquenta mil soldados britânicos, impediriam, como impediram, a França napoleónica de destruir Portugal e conquistar a Espanha⁴⁰³.

Em 1810 já existiam mais de 150.000 homens nas Forças Armadas portuguesas, só contabilizando os do exército de 1.^a linha⁴⁰⁴ e os regimentos de milícia. Neste ano já as forças portuguesas no exército aliado combatiam como iguais ao lado dos britânicos, como fica demonstrado em 27 de setembro na Batalha do Buçaco⁴⁰⁵ ou, depois, na defesa das Linhas de Torres Vedras, com a plena integração operacional das ações das milícias e ordenanças.

Outra dimensão que obrigou à atenção aliada foi a da constituição e preparação do Exército Português em todos os aspetos, desde as armas e equipamentos até à organização das unidades, passando pela qualidade dos recursos humanos, das mais baixas hierarquias até aos mais elevados postos. Estas tarefas foram executadas pelo comandante do Exército Português, Beresford, e pelo Secretário da guerra, Miguel Pereira Forjaz. Os problemas eram antigos, pelo menos podemos datá-los desde as campanhas do Rossilhão, de 1793 a 1795, quando Portugal enviou uma expedição conjunta (19 navios da marinha e 5.200 homens do exército) para defender a Espanha nos Pirenéus contra as ofensivas da República Francesa. Um dos problemas já nessa campanha era a falta de oficiais. La Fuente diz-nos que, além de faltarem em número, “muitos eram velhos demais para servir de forma eficaz outros, que detinham os seus postos devido sobretudo ao seu estatuto nobre e que tinham pouco interesse na instrução e disciplina militar”. Foi necessário mudar o sistema de seleção e promoções, exercendo acima de tudo uma permanente fiscalização pois “era imperioso manter um rigoroso controlo sobre as nomeações e escolher homens capazes, a pedra de toque do novo sistema⁴⁰⁶. O problema “arrastou-se” até 1809.

O processo de transformação e as reformas iniciadas em 1809 foram rápidos e executados em apenas dois anos e este problema da seleção e promoção foi um dos muitos resolvidos. Demos o exemplo desta área específica das carreiras mas, durante

⁴⁰³ Manuel Amaral em Fuente, 2011: 11; sobre a organização e distribuição das várias forças do Exército Português podemos encontrar informações detalhadas em Chartrand, 2000 e também em Centeno, 2011.

⁴⁰⁴ Efectivos portugueses do exército de 1.^a linha: 1808 – 42619; 1809 – 47958; 1810 – 51841; 1811 – 54558; 1812 – 56808; 1813 - 51431. Henriques, 2002: 21; em 1811 Portugal tinha “a massa verdadeiramente enorme para a sua população de 335 439 homens de armas, dos quais 60 508 nas tropas de linha, 58 500 nas milícias, 82 834 ordenanças com espingardas e 135 588 armadas de chuços”, Marques, 1994: 46.

⁴⁰⁵ Chartrand, 2001b: 82-83 e Borges, 2010.

⁴⁰⁶ Fuente, 2011: 32-33.

o período que duraram as guerras napoleónicas, o impulso reformista de Miguel Pereira Forjaz, com a colaboração de Beresford, foi contínuo e a sua ação foi globalmente positiva na modernização do Exército. Regulamentaram a aplicação da justiça, normalizaram o uso dos uniformes (por exemplo, em 1812 regulamentaram em definitivo os uniformes dos 12 Batalhões de Caçadores, que tanto prestígio trouxeram ao Exército Português), criaram um sistema de avaliação com “*informações semestrais*” para a gestão de carreiras, regulamentaram o apoio social às famílias que tinham elementos nas fileiras, atribuíram números às 10 brigadas existentes e criaram hospitais regimentais distribuídos no território nacional. Em todos estes aspetos, Wellington, sempre que a oportunidade surgia, dava a sua opinião e devido incentivo às reformas em curso.

Não sendo objetivo deste trabalho abordar todas as áreas em que Wellington agiu, gostaríamos, no entanto, de referir ainda algumas das mais importantes e que reforçam este carácter holístico que sempre demonstrou. Por exemplo, na logística, o serviço de abastecimentos do exército anglo-português permitiu que este pudesse estar numa determinada área por períodos bastante mais longos do que os exércitos franceses, que tinham como doutrina tentar viver com base na área que ocupavam⁴⁰⁷. Wellington, provavelmente do que aprendera através da sua experiência na Índia, “chegou à Península com um vasto conhecimento da logística”⁴⁰⁸.

Na parte financeira Wellington defendeu, por exemplo, que o comissariado português (organismo militar encarregue de fazer a gestão financeira)⁴⁰⁹ estava adaptado às condições portuguesas porque era composto por pessoal experiente. Para impedir a concorrência entre os dois organismos (os comissariados britânico e português), Wellington criou regulamentos para o caso de ambos estarem nas mesmas áreas⁴¹⁰ e para o “pagamento recíproco dos abastecimentos fornecidos um

⁴⁰⁷ Fuente, 2011: 158; também este fator da logística é referido com profundidade em Keegan, 2009: 177: “Os britânicos, ao contrário dos franceses, não viviam do que a terra lhes dava”.

⁴⁰⁸ Esdaile, 2009b: 87.

⁴⁰⁹ Em resultado da “reestruturação da administração militar com a criação, à semelhança do modelo britânico, do comissariado de modo a sustentar as operações militares”, Centeno, 2011: 42.

⁴¹⁰ Na leitura da numerosa correspondência existente no AHM podemos por exemplo ler os problemas causados pela presença inglesa em Portugal, desequilibrando as finanças – inflação - e comércios locais: “O Administrador Geral de Provimientos de Boca desta Província não tem dinheiro suficiente (...) Os comissários das tropas inglesas têm quanto trigo querem que os espanhóis lhes fornecem, mas que lhe é logo pago”, em carta do General Francisco Paula Leite a Miguel Pereira Forjaz de 02 de dezembro de 1808, PT AHM DIV 1-14-070-03_m0117.

ao outro”⁴¹¹. De uma forma geral estas decisões repercutiam-se em todas as áreas da administração portuguesa e não se ficavam apenas pela administração exclusiva das forças armadas.

A preocupação de Wellington pelas áreas da logística e das finanças (aliadas) começava pela exigência que tinha na administração das suas próprias forças britânicas porque os seus soldados podiam receber baixos salários, mas foram sempre pagos, porque podiam passar fome mas acabaram sempre por receber alimentos, podiam não ter os melhores cuidados médicos mas tinham os melhores cuidados que podiam ser encontrados na época⁴¹².

Continuando a analisar as várias áreas de atuação de Wellington ainda podíamos elencar a área de informações e da topografia⁴¹³. Wellington, um “estratega brilhante” tinha perceção dos pontos fortes e fracos não só do seu exército mas também do inimigo, à qual juntava um inteligente aproveitamento do terreno fazendo que esta forma de atuar se tornasse numa “combinação vencedora, algo que nenhum comandante francês conseguiria alguma vez igualar”⁴¹⁴. A ausência de mapas fidedignos é relatada em memórias francesas e britânicas, mas aqui a vantagem também foi britânica devido a uma elevada preparação dos seus técnicos nesta área específica, fundamental para o planeamento e conduta das operações militares⁴¹⁵.

No fundo, o que temos vindo a analisar é que os fatores a ter em conta para a elaboração das respetivas estratégias são amplos, diversificados e têm em si objetivos de variada natureza, sendo os exclusivamente militares apenas uma parte dos mesmos, dentro de uma perspetiva e estratégia global, abrangente e holística.

4. Do lado francês e espanhol: comando, controlo e coordenação

Em primeiro lugar, é necessário entender que os objetivos em confronto foram muito diferenciados. A estratégia britânica para a Península Ibérica, depois da vitória naval em 1805 em Trafalgar que a tornou *senhora dos mares* (potência marítima, uma vez derrotadas as esquadras francesas e espanholas), pode ser resumida nos seguintes objetivos: garantir o *seu* território “santuário” (Portugal) como principal base logística para apoiar as campanhas militares em Espanha e depois em França; atrair as forças francesas à Península Ibérica para fragilizar os exércitos franceses nos restantes

⁴¹¹ Fuente, 2011: 159; Alves-Caetano, 2013.

⁴¹² Keegan 2009: 173 e também Corrigan, 2001: xvi.

⁴¹³ “The Peninsular War was fought in inadequately mapped country and Wellington had to institute his own mapping service”, Peaty, 2010: 500.

⁴¹⁴ Esdaile, 2009b: 79.

⁴¹⁵ Ver descrição em Keegan, 2009: 178-179.

teatros de operações europeus (Áustria, Prússia, Rússia, Itália, etc.); obrigar à dispersão dos exércitos franceses na Península para poder atacar por partes, fazendo para isso uso e apoio / reforço de todos os tipos de forças, incluindo as milícias e ordenanças em Portugal ou as guerrilhas em Espanha.

Como afirma o historiador António Telo, o verdadeiro objetivo militar britânico era “desgastar o inimigo, o que implicava nas condições concretas atrair o máximo de forças francesas para a Península, onde a Inglaterra tinha condições ideais para a guerra e onde elas sofreriam necessariamente grandes baixas”. Acrescenta ainda que apenas mais tarde, depois do ano de 1812 “e da esmagadora derrota na campanha da Rússia, quando a Europa em peso se ergue contra uma França muito enfraquecida, é que Wellington coloca como objetivo expulsar os franceses da Península e somar-se pelo sul ao ataque conjugado contra o Império em ruína”⁴¹⁶.

Um dos historiadores portugueses da época, Luz Soriano, escreve que Portugal era quem mais tinha a perder: “A guerra de Portugal com a França é de tal natureza, que Portugal nada pode ganhar com ela, e arrisca-se a perder tudo, quanto a França não arrisca coisa alguma em semelhante guerra, e pode ganhar muito”⁴¹⁷. Esta constatação pode explicar, em parte, a enorme vontade em ultrapassar divergências entre aliados ou comandantes para se atingirem os objetivos determinados. Poder-se-á argumentar que Portugal, porque sentia a sua própria sobrevivência como nação em risco, estava muito mais predisposto a encontrar soluções de compromisso, nomeadamente com os aliados. Não é difícil imaginar situações em que o acordo seria diferente, bastando lembrar as posturas do comandante do Exército Português (Marquês de Lafões e a Guerra das Laranjas em 1801), no final do século XVIII, que permitiram resistir a qualquer tipo de autoridade estrangeira, ou mesmo as diferentes sensibilidades dos dois lados do Atlântico porque, quem estava a viver a guerra todos os dias, procurava encontrar as soluções mais eficazes para lhe conseguir opor.

Assim, como preâmbulo a este subcapítulo, o facto de as forças francesas estarem a lutar por objetivos muito diferentes dos das forças peninsulares (que, em última instância, lutavam pela sua própria sobrevivência), fazia a diferença e permite-nos entender que alguns problemas de comando e coordenação, do lado francês, tenham existido. Argumentamos que esta tenha sido em parte uma das grandes causas do insucesso francês na Guerra Peninsular.

4.1 Do lado francês: comando, controlo e coordenação

⁴¹⁶ Telo, 2005: 313-314.

⁴¹⁷ Soriano, 1866/1890 (Vol I): 231.

O problema de coordenação, comando e controlo nas forças francesas foi identificado desde o início da Guerra Peninsular. Em 1809 Wellington fez a sua avaliação sobre o exército de Napoleão em Espanha e concluiu que faltava a unidade de comando. A caracterização é interessante: “Jourdan de pouco prestígio goza, e os outros marechais nenhuma importância ligam à sua autoridade [de chefe de estado maior do exército de Napoleão em Espanha] ao mesmo tempo que se invejam uns aos outros”⁴¹⁸. De acordo com esta caracterização, será natural que o comandante aliado tente explorar, sempre que possível, esta aparente fraqueza do adversário. Para além da execução operacional, estava também a fraqueza na sustentabilidade da força, ou seja na intendência: “a cavalaria é excelente, a artilharia, relativamente pouco importante, é boa; à infantaria, em grande parte formada por jovens recrutas, falta-lhes adestramento. O ponto fraco é a intendência”⁴¹⁹.

Wellington aponta o problema principal que foi, sem dúvida, a falta de coordenação. Em carta por si enviada, Wellington afirmou que os generais franceses não comunicavam entre si e que eram completamente ignorantes sobre o que ocorria fora das suas áreas de atuação. Limitavam-se a receber informações a partir de desertores, pela troca de prisioneiros ou na leitura de jornais ingleses ou portugueses. Para evitar estas fugas de informação, recomendava que todos os feridos e prisioneiros franceses fossem enviados para a Grã-Bretanha donde depois seguiriam para França⁴²⁰.

O problema de coordenação, comando e controlo não era exclusivo das forças militares francesas. Tratava-se de um problema político e militar, porque a coordenação falhava desde a mais alta autoridade francesa na Península Ibérica. De novo recorrendo a António Telo, constatamos que, embora a estratégia francesa tenha sido relativamente clara de início, rapidamente “degenera numa série de ações descoordenadas, sem objetivos claros e sem chefias aceites e atuantes em termos regionais”. Acrescentou este autor que a França não era capaz de dar uma resposta “à ação conjugada de uma guerra popular e de um reduzido, mas eficaz, exército de primeira linha”⁴²¹. Este facto foi amplamente reconhecido pelos próprios franceses que estiveram presentes na Guerra Peninsular: “José [irmão de Napoleão Bonaparte], embora instruído, era demasiado inativo e fraco para comandar bem (...) Rei, apenas

⁴¹⁸ Chastenet, 1944: 129.

⁴¹⁹ Chastenet, 1944: 128-129. Trata-se de um argumento que vemos repetido em muitos autores dos quais destacam-se Esdaile, 2009b e Keegan, 2009.

⁴²⁰ Carta de Wellington ao Almirante Berkeley escrita a 30 de junho de 1811, Gurwood, 1851: 500.

⁴²¹ Telo, 2005: 328.

no seu palácio, não exercia qualquer influência nas províncias; os generais governavam sempre de uma maneira absoluta e isolada do seu comando”⁴²².

Deste defeito de unidade de poder nascia a falta de harmonia, “tão prejudicial aos governos e tão fatal à guerra”. Não havendo harmonia, não poderia haver, como definimos no primeiro capítulo, a coerência holística entre os vários patamares de autoridade. As descrições aos vários níveis dão uma imagem que se vai mantendo ao longo de toda a guerra na Península. Guingret, um dos franceses que escreveu as suas memórias da Guerra Peninsular, alertou para o facto de que os diferentes chefes militares, que se sucediam muito rapidamente nos comandos em Espanha, em virtude da permanente rotação das chefias decididas por Bonaparte, “estavam de acordo quanto a enganar a França no que dizia respeito à verdadeira situação política desta península”⁴²³. Como afirmaram muitos observadores franceses, o principal problema estava no facto de Napoleão nunca ter verdadeiramente nomeado um comandante para exercer a autoridade coerente e integrada na Península, preferindo, ele mesmo, continuar a dirigir os seus comandantes a partir de Paris⁴²⁴.

A importância desta questão, da inexistência de uma autoridade coerente, e simultaneamente, da tentativa de Napoleão de executar essa tarefa desde França está bem identificada e mostra-nos que, se para os aliados, a existência de um comando holístico foi uma mais-valia e uma das razões para o sucesso na Guerra Peninsular, do outro lado, no francês, foi a falta deste comando holístico, abrangente, coordenado e coerente que explica em muito as razões do insucesso: “Está fora de dúvidas que, se o Imperador tivesse podido continuar a dirigir ele próprio as operações, a Península teria imediatamente sucumbido aos seus golpes (...) mas o que mais espanta é que este grande génio tenha acreditado na possibilidade de comandar, a partir de Paris, os movimentos dos diferentes exércitos que ocupavam, a quinhentas léguas dele, Espanha e Portugal, cheio de insurretos que prendiam os oficiais que levavam cartas e que obrigavam, desta forma, os chefes do Exército Francês a ficar sem notícias e sem ordens durante meses”⁴²⁵. Mendo Castro Henriques faz a síntese: “Napoleão, procurando dirigir à distância os movimentos dos seus lugares-tenentes, enviava

⁴²² Guingret, 1815: 46.

⁴²³ Guingret, 1815: 30 e 46.

⁴²⁴ “Como a guerra que nós travávamos na Península era comandada a partir de Paris, resultavam de tal facto anomalias realmente incompreensíveis”, Marbot, 1847: 116.

⁴²⁵ Marbot, 1847: 136-137.

ordens desfasadas, bem merecendo a censura que Marmont lhe dirigia: «Il suppose vrai tout ce qu'il voudrait trouver existant»⁴²⁶.

Mas Napoleão, embora por breves momentos (novembro de 1808 a janeiro de 1809), esteve efetivamente na Península Ibérica e lançou uma contraofensiva maciça que, em menos de três meses, conseguiu destruir ou aniquilar todos os cinco exércitos de campo espanhóis, obrigou os britânicos do General John Moore “a bater em ignominiosa retirada para o porto da Corunha” e reconquistou Madrid⁴²⁷. Durante esta breve passagem por Espanha, Napoleão deixou marcas de um pensamento holístico nas questões da governação e condução da guerra porque, tal como fez em outras áreas da Europa, combinou a guerra com a administração.

Segundo o modelo por si concebido, o Imperador “dividiu os territórios ocupados em departamentos, chefiados por poderosos prefeitos que asseguravam as diretivas do poder central em íntima ligação com o mesmo”⁴²⁸. Assim podemos afirmar que, se tivesse efetivamente sido Napoleão a comandar sempre as operações na Península, de facto o resultado poderia ter sido outro. Sem especulações ou invocando modelos de história contrafactual, apenas queremos argumentar que a visão de Napoleão era muito mais que a simples visão do militar, já que atuava de forma holística, coordenando a sua ação militar com determinações em todos os campos da governação, da educação, economia e da legislação. O problema identificado não seria então o modelo escolhido por Napoleão, mas antes a forma de o executar, porque, ao não delegar a autoridade e retendo ele essa autoridade centralizada em Paris (ou onde se encontrasse), inviabilizava a correta execução do modelo. Como escreve o historiador Andrew Roberts⁴²⁹, devia ser extremamente frustrante para os vários marechais franceses receberem “ordens impossíveis de cumprir”, fosse porque a situação militar se alterara desde que essas tinham sido escritas ou fosse porque o Imperador, não estando presente na Península Ibérica, não avaliara de forma correta a natureza do terreno em que os combates se desenrolavam. Acrescenta ainda que o planeamento executado a partir de Paris “era um absurdo” e, como sabemos, as operações francesas não dispuseram de um estado-maior centralizado em Espanha até 1812.

Também é interessante notar que do lado francês não se dava às forças policiais a mesma importância que se dava às forças armadas. No caso das Linhas de Torres

⁴²⁶ Henriques, 2002: 16.

⁴²⁷ Esdaile, 2009a: 118.

⁴²⁸ Ramos, 2010: 118.

⁴²⁹ Roberts, 2002: 147.

Vedras ficou célebre a grande surpresa francesa sobre a sua existência, afinal, de notícias sobre as mesmas, que já tinham sido enviadas pelos canais (policiais) franceses: “O Intendente da polícia sabia [Lagarde] – porque o escreveu – que havia quase dois anos que os ingleses tratavam de fortificar a barreira que ia do Tejo ao mar. Napoleão, que frequentemente se limitou a desprezar os altos subordinados da polícia, olhava as informações destes com ceticismo, acusando-os de querer propagar boatos alarmistas”⁴³⁰. Wellington, por seu lado, dava enorme importância às polícias colaborando ativamente na reposição da ordem pública, como descrevemos anteriormente. Este apoio estendia-se, inclusivamente, a “refugiados, mendigos e doentes” porque de ambos os lados dos combates “as vítimas eram aos milhares e imploraram a Wellesley proteção e auxílio”⁴³¹. Daqui também podemos inferir outro fator a ter em linha de conta: embora Napoleão tivesse uma visão abrangente sobre o comando político e militar, na execução da estratégia ignorava a verdadeira dimensão das forças de segunda linha, como as milícias, ordenanças, guerrilhas ou mesmo forças policiais.

Napoleão, além de abandonar as tentativas de coordenação dos seus marechais, em muitos aspetos parecia que ainda acreditava, em 1812, que as populações peninsulares estivessem dispostas a “desejos de paz”. Numa das suas propostas escreveu ao gabinete inglês a propor a evacuação militar da Península, “garantindo a independência e a integridade de Portugal, restituído à Casa de Bragança”. Ofereceu como contrapartida que, em Espanha, a dinastia Bonaparte ficaria autónoma com uma Constituição nacional e Cortes. “Era apenas um gesto «pour l’histoire» que Castlereagh rejeita liminarmente”⁴³².

O esforço francês na Península Ibérica foi enorme e Napoleão tinha fortes motivos para tentar, até ao último momento, que esse esforço não fosse em vão. Recordamos que, em meados de 1808, a França tinha cerca de 170 mil soldados na Península Ibérica e que, ao longo de 1809, o número chegou aos 300 mil, para em 1811 alcançar os 350 mil. Depois, com a campanha da Rússia em 1812, saíram muitos dos efetivos da Península e em 1813 não eram os soldados mais que 90 mil⁴³³.

4.2 Do lado espanhol: comando, controlo e coordenação

⁴³⁰ Gotteri, 2006: 262.

⁴³¹ Araújo, 2009: 295.

⁴³² Henriques, 2002: 17.

⁴³³ Sardica, 2009: 85.

Mas façamos também uma leitura sobre os problemas do lado espanhol. Espanha foi primeiro um adversário dos aliados anglo-portugueses. Conjuntamente com a França invadiu e ocupou Portugal durante a primeira invasão francesa (1807/1808). Mas, a partir de maio de 1808, grande parte da população espanhola passou a lutar contra a França, os contingentes de ocupação espanhola em Portugal voltaram para o seu país e, mais tarde, a Espanha juntar-se-ia aos aliados britânicos e portugueses. Este processo não foi imediato, não foi igual em toda a Espanha, nem foi, de forma alguma, consensual em todos os setores da sociedade espanhola.

Além do que já descrevemos nos capítulos anteriores sobre os principais problemas de coordenação entre os vários governos aliados e os vários corpos de tropas que deveriam colaborar temos, ainda, que levantar um conjunto de outras questões. A ingerência de Napoleão nos assuntos internos de Espanha, episódio conhecido como abdição de Bayona⁴³⁴, que provocou uma enorme viragem em Espanha.

Como escreveu o historiador espanhol Miguel Ángel Mas, “esta descarada ingerência foi um grande erro” porque, se por um lado, a família real espanhola “era totalmente servil a Napoleão”, por outro, a população em geral tinha pouca consideração sobre a mesma: “tanto o Rei como o seu herdeiro eram uns absolutos incompetentes”. A vontade geral espanhola afirmou-se desde o início: “o povo espanhol decidiu que preferia ter um Rei inútil mas seu a ter outro mais capacitado mas imposto por um poder estrangeiro”⁴³⁵.

Até porque, ao contrário de Portugal, tinha os seus interesses mais voltados para a Europa: “Os governantes políticos da metrópole continuavam essencialmente voltados para o envolvimento da Espanha na Europa (...) o Reino de Espanha continuava bastante envolvido em interesses familiares dos Bourbon em Itália e nas políticas religiosas e territoriais europeias”⁴³⁶. Esta era uma atitude maioritária mas não universal. Nem todos os espanhóis tiveram esta opinião e a diferença política vai refletir-se na resposta a Napoleão em Espanha. Deste modo, uma guerra de libertação, ou como é conhecida em Espanha, uma guerra de Independência, será acompanhada, também, por uma espécie de guerra civil, onde se confrontarão as várias sensibilidades da sociedade espanhola porque, como nos recorda Miguel Mas, “não foi somente uma guerra patriótica frente aos exércitos napoleónicos mas também uma guerra civil, pois uma parte do país esteve do lado do intruso Rei José”⁴³⁷.

⁴³⁴ Entre outras descrições sobre este episódio aconselha-se López, 1981 e Mas, 2008.

⁴³⁵ Mas, 2008: 473.

⁴³⁶ Avillez, 2008: 82.

⁴³⁷ “Rei José” refere-se ao irmão de Napoleão Bonaparte, José Bonaparte - em Mas, 2008: 473.

Identificamos assim no lado espanhol uma divisão política que se irá refletir no terreno de variadíssimas formas.

Em primeiro lugar na forma como foram recebidos os britânicos em Espanha. Se em Portugal houve problemas, desentendimentos e alguma contestação social, em Espanha a oposição foi manifestamente maior: “Os ingleses, com uma ideia ingénuas sobre a Espanha, nunca entenderam que a guerra que se sofre em casa e provoca a ruína das finanças, a morte dos pais, irmãos e esposas, apesar de levar a atos desesperados, não é tão heroica como a que se faz em terras estrangeiras”⁴³⁸. Na verdade, as queixas dos britânicos pela forma como são recebidos em Espanha vão ser muitas e permanentes, o que causará importantes alterações nas estratégias pensadas inicialmente⁴³⁹.

Em segundo lugar, havia uma parte considerável da população espanhola⁴⁴⁰ que apoiava o Rei José e, inclusivamente, participava nas campanhas militares⁴⁴¹: “a batalha de Talavera obrigou os franceses a evacuar Salamanca a 1 de agosto de 1809. Atrás deles marchavam os colaboradores do regime josefino, os afrancesados (...) a partir deste momento a guerra tomou um rumo incerto”⁴⁴². No entanto, apesar do importante número de simpatizantes espanhóis da Revolução Francesa, designados comumente de afrancesados, mais numerosos e organizados que em Portugal, “Napoleão não conseguirá implementar em Espanha as instituições governativas, jurídicas, culturais e sociais, que haviam tido um certo sucesso em Itália, Holanda, Alemanha, Renânia, Suíça”⁴⁴³.

O que nos leva ao terceiro, e talvez maior problema, é que Wellington não confiava nas forças, nos generais e nos políticos espanhóis. Estes problemas ocorreram desde os primeiros momentos de colaboração. No campo operacional Wellington tinha tido problemas com Cuesta, o general espanhol comandante do exército da Extremadura,

⁴³⁸ Mas, 2008: 479.

⁴³⁹ Moore, 1809; Esdaile, 2009b; Roberts, 2002.

⁴⁴⁰ Em Portugal também houve os denominados “afrancesados”, que colaboraram, e alguns oficiais portugueses que acompanharam os generais franceses na segunda e terceira invasões – por exemplo o Marquês de Alorna.

⁴⁴¹ O que levava a que também do lado português houvesse fortes desconfianças sobre a vontade de colaboração das forças espanholas: “quanto ao Marquês de la Romana, que eu desconfio há muito tempo (...), que esta entrada dos espanhóis (do General Blake) seja alguma traição combinada com os franceses (...), esses homens são uns traidores, que depois de atraírem o seu reino querem atraírem o nosso”, carta do Bispo do Porto para Bernardim Freire de Andrade (sem data), PT AHM-DIV-1-14-072-01_231-232.

⁴⁴² Mas, 2008: 484.

⁴⁴³ Avillez, 2008: 84.

durante a Batalha de Talavera, e “negou-se a cooperar com alguma operação a desenvolver no interior de Espanha até que se definisse claramente a autoridade sobre os vários exércitos espanhóis e uma maior integração nos planos logísticos”. Wellington não entendia quem efetivamente tinha a autoridade sobre os vários exércitos espanhóis e, na realidade, esta autoridade não existia sequer ao nível político: “A Junta Central, desesperada por uma vitória para poder consolidar a sua autoridade”⁴⁴⁴.

Assim, encontraremos inúmeros exemplos desta desconfiança de Wellington relativamente a Espanha ao longo de toda a Guerra Peninsular. Após a Batalha de Albuera em 16 de maio de 1811, que foi terrível no número de baixas, em especial para os britânicos mas também para os espanhóis e portugueses, Wellington escreveu ao seu irmão a 22 de maio, reconhecendo o valor dos espanhóis em combate, mas continuando a afirmar que não sabia o que fazer com eles em batalha. Os espanhóis, na sua opinião, não estavam seriamente a pensar em disciplinar as suas tropas. Fez também uma comparação direta com a eficácia das forças portuguesas escrevendo que com os portugueses “podemos fazer o que bem entendermos porque estes manobram debaixo de fogo da mesma forma que as forças britânicas” e termina esta carta escrevendo que os “espanhóis não sabem fazer nada a não ser estar parados e nós podemos considerar-nos felizardos se eles não fugirem”⁴⁴⁵.

A 29 de agosto de 1811, Wellington reforça os seus argumentos dizendo que os espanhóis preferem render-se aos franceses a aceitarem o comando britânico das operações⁴⁴⁶ e a 3 de maio de 1812 a sua opinião não tinha mudado quando afirma que ele, voluntariamente, nunca comandará tropas que não sabem e não querem obedecer e, como tal, “não tenho qualquer desejo de comandar tais forças”⁴⁴⁷.

Wellington não se limita a considerações de ordem militar. Escreve ao seu irmão Henry, a 14 de julho de 1811, sobre a política britânica e faz recomendações sobre o tipo de medidas que a Grã-Bretanha deveria adotar face à desagregação do Império espanhol. O General recomenda que os britânicos, prudentemente, não se envolvam com nenhuma das partes e, acima de tudo, não desviem forças da Península Ibérica⁴⁴⁸.

⁴⁴⁴ Mas, 2008: 485.

⁴⁴⁵ Carta de Wellington ao seu irmão Henry datada de 22 de maio de 1811, Gurwood, 1851: 483.

⁴⁴⁶ Gurwood, 1851: 519.

⁴⁴⁷ “I will never voluntarily command troops who cannot, and will not obey, and therefore I am not desirous of having anything to say to the command of the Spanish troops”, carta de Wellington a seu irmão Henry escrita de Fuente Guinaldo, Gurwood, 1851: 590.

⁴⁴⁸ Carta de Wellington a seu irmão Henry escrita a 14 de julho de 1811, Gurwood, 1851: 505.

No campo interno Wellington é muitas vezes pressionado para tomar posições políticas sobre assuntos portugueses ou espanhóis⁴⁴⁹ mas a sua resposta, embora política, é sempre a de se manter afastado das questões internas, neste caso, sobre o futuro Governo de Espanha.

Os problemas da coordenação são bastante minorados quando, em 1812, a Junta espanhola aceita o comando unificado de Wellington sobre os vários exércitos a operar em Espanha, nomeadamente o anglo-português e os vários corpos espanhóis. Finalmente, a 1 de Janeiro de 1813, em Cádiz⁴⁵⁰, após ter sido nomeado pela Junta Governativa de Espanha, Wellington dirige-se ao “seu” exército espanhol na qualidade de Capitão General e Comandante-chefe avisando que não tolerará qualquer quebra de disciplina ou de autoridade.

O carácter holístico da sua forma de comandar, incluindo as questões da governação, é rapidamente transposto para a realidade espanhola. Depois de reconhecida a sua autoridade em Espanha, Wellington, a 29 de Janeiro de 1813⁴⁵¹, não perde tempo a dar conselhos sobre a governação do país. Em carta enviada a Don Andres Angel de la Veja, um dos mais influentes deputados da Corte de Cádiz, embora reconhecendo que não se deve intrometer em assuntos internos e modelos de governação espanhóis, sugere o restabelecimento da Regência, faz recomendações para assuntos de justiça, finanças e questões ultramarinas.

É interessante notar que, tal como fez várias vezes para a Regência portuguesa, também o faz para a Regência espanhola, e para garantir que as suas estratégias são cumpridas acompanha muitas das suas recomendações com ameaças constantes de abandonar o comando do exército, de retirar as forças britânicas ou de sair da Península.

5. Síntese conclusiva

Ao longo deste capítulo pensamos ter encontrado resposta para as perguntas inicialmente formuladas para os estudos de caso e, entender, no caso de Wellington, como as relações entre os vários intervenientes se processaram.

Pensamos que a análise de algumas passagens do percurso pessoal de Wellington ajudaram a entender uma maior apetência para coordenar questões políticas e militares.

⁴⁴⁹ Como se pode ler em carta de Wellington a Joaquin Severino Gomez datada de St Jean de Luz a 3 de fevereiro de 1814, Wellington, 1861: 563.

⁴⁵⁰ Gurwood, 1851: 654.

⁴⁵¹ Gurwood, 1851: 659-662 e 708-711.

A experiência que Wellington obteve nos vários cargos políticos apoia uma visão abrangente de assuntos políticos e militares. O percurso de Wellington teve, antes das suas responsabilidades na condução da Guerra Peninsular, uma forte componente política, especialmente pelas funções que ocupou como representante do Governo britânico na Irlanda ou na Índia. Até 1808 Wellington oscilou entre cargos militares e políticos e, durante algum tempo, acumulou as duas funções. Se somarmos o facto de ter tido permanentes relacionamentos na política, em especial através dos seus irmãos, então poderemos afirmar que, desde muito cedo, Wellington obteve uma importante experiência política. Importa notar que, após a Guerra Peninsular, Wellington voltou à política, inclusivamente ocupando o cargo de Primeiro-ministro da Grã-Bretanha.

O conhecimento de outros territórios, culturas e hábitos ajudou-o a entender melhor os objetivos em causa. Além de ter uma vasta experiência noutros territórios e em culturas bastante diferentes, as referências às suas atividades anteriores durante a condução da Guerra Peninsular são constantes. Primeiro relembramos que os seus estudos em França lhe deram, para além dos conhecimentos da língua e cultura francesa, uma perspetiva ideológica, ou política, sobre a França pré-revolucionária. A experiência na Índia, permitiu-lhe entender melhor os relacionamentos com outras populações, culturas, religiões. Além de procurar entender outras culturas, Wellington percebeu que havia possibilidades de procurar a colaboração das populações para os objetivos globais das campanhas militares. Finalmente, no governo da Irlanda ou na campanha na Dinamarca, Wellington encontrou formas de somar a análise política às questões militares, o que, em virtude da sua acumulação de funções políticas e militares, lhe permitiu retirar ilações nos dois campos de atividade.

De seguida apontámos a forma como Wellington assegurou a coordenação com o Governo português e espanhol. Wellington tentou, de facto, influenciar os governos destes dois países: diretamente, através da sua presença no Conselho de Regência de Portugal, mais tarde por um representante permanente seu (Charles Stuart) e, indiretamente, através duma permanente troca de correspondência com a Regência em Portugal ou com a Corte no Brasil, fazendo inclusivamente referência a assuntos ligados à composição do Governo português na Europa. Em Espanha, com mais dificuldade, manteve uma influência permanente de forma mais indireta, através dos representantes britânicos na Junta de Cádiz (o seu irmão, durante um largo período de tempo) e através de numerosa correspondência para os governantes espanhóis.

Os governos espanhol e português também tentaram assegurar os seus interesses diretamente na ação de Wellington. Tanto a Corte portuguesa no Brasil como a Regência em Portugal procuraram garantir os interesses portugueses junto do Governo britânico e, quando a atuação de Wellington causava desentendimentos por

parte dos governantes portugueses, as questões eram de imediato colocadas tanto a ele como ao seu Governo em Londres. Em Espanha a situação foi semelhante e a enorme troca de correspondência entre os dois governos, espanhol e britânico, bem como entre os vários responsáveis políticos e militares, espanhóis e britânicos, foi um bom exemplo disso. Entender uma abordagem holística da guerra é ter a noção de que, sempre que há mais do que uma nação presente, as principais questões políticas e estratégias só serão aceites (ou não) depois de amplamente discutidas e negociadas.

A condução da guerra levou a um crescente aumento de coordenação entre os vários governos. Teve efeitos diferentes em Portugal e Espanha. Foi evidente em Portugal um crescente papel da atuação de Wellington no comando operacional da guerra, respeitando a autonomia dos responsáveis políticos portugueses, em concreto através da coordenação que tinha com Miguel Pereira Forjaz. A nomeação de Wellington em 1809 como comandante operacional dos exércitos português e britânico, a nomeação do Marechal Beresford para o comando do Exército Português, a autoridade que lhe foi reconhecida pela atuação operacional das milícias e ordenanças, corroboram esta afirmação. Em Espanha, o reconhecimento do comando conjunto de Wellington foi progressivo e, no início, registou alguns momentos de retrocesso. De facto, a Espanha apenas reconheceu o papel de comandante único dos três exércitos aliados a Wellington em 1812 pelo que, antes desta data, os acontecimentos mostraram vários momentos de descoordenação, planos não convergentes e mesmo manifestações de desagrado e desconfiança por ambos os governos e responsáveis, britânicos e espanhóis.

Focámos também a forma como Wellington respondeu e coordenou as ações no terreno de acordo com o seu próprio Governo. O Governo britânico tentava assegurar, em permanência, o controlo sobre as ações dos seus generais comandantes. Wellington não foi exceção a esta regra. Se parece provado que sempre houve subordinação política de Wellington ao seu Governo, também pareceu evidente que muitas das suas ações e das suas escolhas só foram comunicadas ao Governo depois de já estarem em curso. No entanto, a subordinação política esteve sempre presente ainda que o controlo não fosse total e permanente. Podemos dizer que houve um difícil equilíbrio entre o prestar de contas de Wellington ao seu Governo e a tentativa de manter uma autonomia operacional sua no terreno, a que se somou, como foi exemplo a construção quase em segredo das linhas de Torres Vedras, a procura de coordenar o necessário segredo operacional com a aprovação da estratégia aliada.

Wellington tentava propor políticas ao seu Governo e influenciar as suas decisões. Fazia-o diretamente, manifestando as suas opiniões, comprometendo as suas convicções e dialogando com os vários responsáveis políticos do Governo britânico.

Pudemos constatar que, mesmo em momentos de grande empenhamento operacional, manteve sempre informado o seu Governo. Fazia-o também indiretamente, através dos seus familiares e conhecidos para garantir que os seus pontos de vista eram aceites e, inclusivamente, através dos órgãos de imprensa, para assegurar um certo nível de apoio popular às suas iniciativas.

Foram dadas condições de comando e controlo a Wellington, responsável pela condução da guerra. Embora a pressão fosse constante, as discussões políticas na Grã-Bretanha fossem permanentes e fossem bem conhecidas as variadas formas de oposição conjunturais à execução dos planos de Wellington, podemos afirmar que, ainda assim, as grandes necessidades de autonomia e de condições pedidas por Wellington foram conseguidas. Pode-se sempre argumentar que não foi tudo o que Wellington pediu, mas também sabemos que provavelmente tal nunca ocorre na condução de uma guerra. Mas as grandes linhas políticas e estratégicas por ele sugeridas foram apoiadas, na generalidade, pelo Governo britânico. Teve a sua autonomia operacional, recebeu o dinheiro para pagar às forças portuguesas e britânicas, teve o comando supremo do exército aliado e esteve permanentemente no comando das forças aliadas desde 1809 até 1814, o que prova a confiança política do seu Governo.

Wellington exigiu / pediu no início da missão condições e autonomia ao seu Governo para a execução da sua missão. Não aparece em qualquer documento uma lista de condições exigidas por Wellington para aceitar o cargo de comandante aliado, mas podemos constatar através da sua permanente troca de correspondência que sempre fez saber ao seu Governo o que necessitava para a continuação da campanha e esta correspondência foi iniciada ainda antes de desembarcar em Portugal em 1809. Ou seja, não há uma exigência formal por parte de Wellington. No entanto, desde o início procurou que os seus planos obtivessem a concordância dos responsáveis políticos britânicos.

Wellington exigiu / pediu novos poderes e autonomia, durante a campanha, ao seu Governo para a execução da sua missão. Especialmente, sempre que houve significativos sucessos militares, Wellington pediu reforço de forças, mais recursos financeiros, maior coordenação e autoridade com os dois países peninsulares.

Wellington tomou um leque amplo de ações para garantir a coordenação nos vários âmbitos políticos, económico, diplomático e de administração interna. Definiu linhas de ação nas várias vertentes que influenciavam a conduta da guerra e tentou, quase em permanência, desenvolver planos que abarcassem todas as áreas da governação e da conduta das operações militares. Mesmo quando criticado na sua política operacional de “terra queimada” na terceira invasão, elaborou sempre diretivas para prover o bem-

estar das populações, assegurar o respeito pelas pessoas e propriedades, garantir o apoio dos políticos regionais e das várias populações para uma causa comum. Mostrou preocupações de índole económica, procurando estimular o transporte logístico, educacional e de segurança pública, fomentando a abertura imediata das universidades e escolas, procurando garantir a segurança e tranquilidade nas povoações.

Houve pressão por parte das populações para que a ação militar de Wellington fosse mais abrangente e extravasasse a ação puramente militar. É muita a correspondência para Wellington e Beresford a partir dos vários responsáveis políticos regionais e locais, incluindo particulares, para que as mais variadas áreas da governação fossem atendidas, desde questões sobre terrenos, atribuição de subsídios, reconhecimentos de patentes ou de cargos políticos.

Por fim, tentámos comparar com o lado francês e, no âmbito alargado da Guerra Peninsular, também tentámos entender as repercussões entre as forças espanholas. Havia grande descoordenação entre os vários corpos militares franceses. Trata-se de uma crítica permanente feita por muitos franceses, que a repetiram nas suas memórias, sendo que tal descoordenação também foi referida em muitas memórias e por historiadores britânicos, espanhóis, portugueses e de outras nacionalidades. Napoleão tentou, durante a maior parte da Guerra Peninsular, comandar os seus corpos militares a partir de Paris e assim a descoordenação, a falta de cooperação entre os vários comandantes franceses, a falta de decisão em tempo e a inexistência de uma autoridade central em Madrid foram acontecimentos amplamente relatados e verificados.

Havia pouca coordenação entre a ação militar e governativa abrangente por parte das autoridades francesas. Por um lado, encontramos nos atos políticos de Bonaparte uma vontade e muitas iniciativas para transformar a Espanha, mas, por outro lado, na atuação dos corpos franceses em toda a Espanha é pouco visível esta preocupação ou, pior ainda, a atuação das tropas francesas prejudica gravemente a sua imagem e a implementação da política denominada de “igualdade, fraternidade e liberdade”.

Com algumas exceções havia pouca coordenação entre as forças regulares e irregulares espanholas. Há uma diferença significativa para a atuação das forças irregulares portuguesas, que genericamente estavam agrupadas nas ações das milícias e ordenanças, quando comparadas com as ações das guerrilhas espanholas, que tinham, muitas vezes, chefias que atuavam livremente sem obedecerem a qualquer plano global e coerente. Em Portugal a estratégia era uma, em Espanha, muitas vezes, as guerrilhas atuavam sem qualquer estratégia superior.

Havia pouca coordenação entre a autoridade política e os comandantes militares espanhóis. Em muitos dos acontecimentos em Espanha foi verdade, noutras houve cooperação e coordenação. O mais relevante é que esta coordenação foi errática e com grandes diferenças entre os vários corpos espanhóis.

Da análise de todos estes fatores podemos afirmar que existiram condições para Wellington influenciar diretamente o curso da guerra nas várias áreas civis e militares, tanto da política como do comando propriamente dito das forças militares. Wellington demonstrou possuir capacidades políticas e militares que aplicou no exercício do seu mandato como comando supremo do exército aliado. Mostrou ter uma visão global, ou holística, da guerra, preocupando-se em atuar em todas as áreas, muito para além do que seria considerado o âmbito “exclusivamente militar”. Pelo apoio e influência que teve junto dos vários poderes políticos do seu país, mas também de Portugal e de Espanha, pela sua atuação nos assuntos políticos, económicos, junto das populações, com as autoridades judiciais, militares, regionais e locais, Wellington influenciou as várias dimensões civis e militares da condução da guerra.

CAPÍTULO III - SPÍNOLA E A GUINÉ-BISSAU (1968-1973)

De Wellington até Spínola há um significativo período temporal. Não é intenção deste trabalho fazer a análise histórica dos desenvolvimentos entretanto ocorridos mas, para uma melhor contextualização dos factos em análise, gostaríamos de referenciar brevemente as principais inovações no âmbito da “arte militar”⁴⁵² desde o final das guerras napoleónicas até ao período do pós II Guerra Mundial. Como nos debruçamos sobre o comando holístico da guerra, também será com esse enfoque que faremos esta breve análise e, assim, antes de entrar propriamente no capítulo sobre Spínola, seleccionámos algumas breves reflexões.

Terminadas as Guerras Napoleónicas, os desenvolvimentos doutrinários, organizativos e da “arte da guerra” foram visíveis. Traduziram-se num aumento da dimensão dos exércitos, na conseqüente alteração da constituição dos seus membros e numa melhoria substancial na qualificação dos quadros de oficiais⁴⁵³. No século XIX, com a crescente industrialização e por força dos efeitos das Guerras Napoleónicas, “publicaram-se” as transformações ocorridas através das obras de novos teorizadores sobre a guerra. Entre muitos outros (com relevância para este trabalho em concreto e que já referimos no primeiro capítulo) contam-se Jomini, Clausewitz e, já no século XX, Liddell Hart⁴⁵⁴. Nas muitas reflexões que são trazidas a público importa destacar a distinção que começou a ficar clara entre política e estratégia, entre civis e militares,

⁴⁵² Ou “ciência e arte”; o debate é antigo. Sebastião Teles em 1887 defendia que “os conhecimentos militares deviam ser considerados ciência e não arte” (Telles, 2001: 13) mas, no século XX, a maior parte dos autores, incluindo Cabral Couto (1988), defende que é “ciência e arte”.

⁴⁵³ “Entre 1800 e 1814, cerca de 2 milhões de homens foram recrutados para servirem sob a bandeira francesa (...) os soldados deixaram de ser servos uniformizados, combatendo pelo rei; converteram-se em patriotas (...) os oficiais passaram a ser recrutados pelo seu talento, instruídos em substância – em matérias militares, mas também académicas e intelectuais – e promovidos em função do mérito e não da classe”, Smith, 2008: 52, 54 e 77.

⁴⁵⁴ Antoine Henri Jomini (1779-1869) publica, entre outras: em 1804 o “Tratado das Grandes Operações Militares”; em 1811 a “História Crítica e Militar das Guerras da Revolução”; em 1827 a “Vida Política e Militar de Napoleão” e em 1830 “Quadro analítico das principais combinações de guerra”; Clausewitz (1780-1831) que publica “Da Guerra” em 1832; Liddell Hart (1895-1970), mais de 40 obras publicadas, merecendo especial referência a “Estratégia” de 1941 e “As Grandes Guerras da História” em 1963.

embora esta distinção traga uma conseqüente descoordenação entre os vários níveis⁴⁵⁵.

Este fenómeno de clara separação entre os decisores políticos e os executores militares só começou, de facto, tal como referimos no corpo de conceitos, a ganhar relevo a partir do século XIX, porque até ao século XVIII ainda se encontravam, muitas vezes, concentradas nas mesmas pessoas, as lideranças política e militar. Os soberanos e outros principais responsáveis pela política de um Estado, também comandavam, por vezes, diretamente os seus exércitos⁴⁵⁶. Entre outros exemplos basta recordar o do Rei Sueco Gustavo Adolfo na Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), ou o de Frederico da Prússia no século XVIII.

O período de Wellington simboliza uma transição: de um lado temos Napoleão, governante político e general comandante dos seus exércitos; do outro Wellington, também político e general, mas quando general não acumulava funções políticas (pelo menos não diretamente). A transição entre funções era normal mas a subordinação dos chefes militares ao poder político, como vimos no capítulo anterior relativamente ao exército anglo-português, era clara e legitimada pela lei e pelos costumes. Naturalmente, muitas das obras sobre a evolução da “arte militar”, sobre a “guerra” ou “estratégia” editadas no século XIX e XX vêm reforçar este aspeto.

O rápido crescimento dos exércitos, o desenvolvimento tecnológico, a necessária qualificação intelectual para os comandar dita a especialização, a profissionalização e, inevitavelmente, a separação entre a decisão política e a ação militar. Por outro lado, as guerras napoleónicas demonstraram que o apoio das populações, a necessária ligação entre a ação armada e não armada, era fundamental para pensar e ganhar guerras⁴⁵⁷. Outro desenvolvimento considerável foi a aceitação de que, para se ganhar uma guerra, todos os recursos de uma nação deveriam ser utilizados, tais como os

⁴⁵⁵ “Perdeu-se de vista a adequada relação existente entre a política e a estratégia, a significação de objetivo militar ficou deturpada e excessivamente simplificada”, Hart, 1963: 384.

⁴⁵⁶ “Que uniformidade na política das guerras da Idade Média, quando os germanos fundaram o seu novo império! Que uniformidade ainda na política, desde o fim da Guerra dos Trinta Anos até à Revolução Francesa, quando a monarquia absoluta governava a Europa Inteira!”, Telles, 2001: 67.

⁴⁵⁷ “Já não seria possível praticar a guerra sem o apoio e a participação do povo, desde os soldados do exército de massas até aos trabalhadores que o financiariam”, Smith, 2008: 86.

meios diplomáticos, económicos, industriais⁴⁵⁸, psicológicos, militares, no que Clausewitz classificaria de “Estratégia Total”⁴⁵⁹.

Um bom exemplo para entendermos os desenvolvimentos referidos pode ser encontrado em Portugal. São os militares “científicos” que aprofundam o conhecimento de África (Roberto Ivens, Hermenegildo Capelo, Serpa Pinto), são alguns dos mais qualificados do exército e da marinha que são escolhidos para altos postos de governação da Nação (produtos das escolas militares – Naval e do Exército), como Fontes Pereira de Melo ou Andrade Corvo. Representam a separação esclarecida entre política e forças armadas mas, simultaneamente, a necessária coordenação holística entre ambas.

A I Guerra Mundial e a presença “forçada” de Portugal na mesma ditará um certo afastamento entre decisores políticos e executores militares⁴⁶⁰ que se virá a traduzir em períodos de grandes convulsões sociais e que apenas registam alguma acalmia a partir de 1932⁴⁶¹. Portugal é governado por políticos (civis e militares) mas garante-se a sintonia com os principais chefes militares. Na II Guerra Mundial era este o modelo de colaboração existente e que aparentemente funcionava⁴⁶². Encontram-se situações semelhantes noutros países embora as razões desta colaboração não devam ser relacionadas com a necessária coordenação holística entre civis e militares mas, fundamentalmente, com o apoio que os regimes precisavam para se manter e

⁴⁵⁸ “A Guerra da Secessão também estabeleceu o modo como os EUA fazem a guerra: o entendimento claro de que a capacidade industrial decide a guerra”, Smith, 2008: 119.

⁴⁵⁹ Clausewitz, 1976.

⁴⁶⁰ Teixeira, 55-70; Telo, 2010b: 299-340 e 438-442 e Farinha, 1998; Em especial foram as obras referidas de António José Telo e de Luís Farinha que ajudaram no enquadramento para fazer a síntese possível do início do século XX até ao período do pós-II Guerra Mundial.

⁴⁶¹ Ferreira, 1992: 175-202; Ferreira, 1998: 11-32; Telo, 2011b: 302-306; não só em Portugal porque “o fim da primeira Guerra Mundial tem estes efeitos em muitos dos países intervenientes: a revolução e agitação social estavam no ar, e as economias de todos os antigos beligerantes encontravam-se fragilizadas”, Smith, 2008: 163.

⁴⁶² No período de 1926 a 1933 ainda há uma forte presença de ministros militares no governo – 28, mas a partir de 1933 e até 1944 apenas existem 4, Faria, 2000: 22; sobre este tema em concreto ver o livro de Telmo Faria sobre a relação entre Salazar e as Forças Armadas, 2000 e também de Medeiros Ferreira, 1992 sobre o comportamento político dos militares, onde este autor defende que “a II Guerra Mundial fixa, na sua máxima intensidade, o entendimento e a cumplicidade entre o regime do Estado Novo e a instituição militar”, Ferreira, 1992: 329.

afirmar⁴⁶³. Ou seja, a relação privilegiada com os militares não seria para fazer a guerra mas para garantir o poder⁴⁶⁴. Esta relação, perversa, teve os seus extremos em países como a Alemanha de Hitler, a Rússia de Estaline ou a Itália de Mussolini.

Não é a análise de regimes políticos que pretendemos fazer mas não podemos ignorar que as ligações que se estabelecem em tempo de paz estão e estarão presentes quando as nações se encontram em guerra, como veremos adiante. Importa também referir a crescente ligação ocorrida, neste largo intervalo de tempo, entre a guerra e as indústrias de defesa. De fenómeno puramente logístico nas guerras napoleónicas, as empresas de armamento passam a entidades poderosas e influentes no século XX. Empresas como a British Aerospace, Krupp, Vickers, Northrop-Grumman e outras “influenciaram” o processo de decisão, não só pela disponibilidade de capacidades e meios, mas também pelo “lobyismo” que exerciam junto dos principais decisores políticos e militares⁴⁶⁵.

Após a II Guerra Mundial assistiu-se a um crescente aumento da tipologia das “guerras subversivas”, à crescente conflitualidade em ambientes urbanos em detrimento dos rurais⁴⁶⁶, e Portugal, tal como outros países que se defrontaram com situações semelhantes, passou a defender na sua doutrina, já nos anos 1960, que a solução destes conflitos não podia ser “nunca obtida unicamente pelas Forças Armadas”⁴⁶⁷. Afirmava-se assim uma espécie de antítese da guerra industrial, conformando uma combinação entre a “guerra de guerrilha e revolucionária”⁴⁶⁸. Serão fundamentalmente as guerras “não convencionais” que iremos abordar neste capítulo tais como as que ocorreram na Malásia, no Quênia, na Argélia, na Indochina ou no Congo⁴⁶⁹.

⁴⁶³ “Os governos tinham ou assumiram níveis inéditos de poder sobre os seus cidadãos, geralmente em nome da sua defesa, algo que se verificou tanto nas democracias como nos Estados comunistas ou fascistas”, Smith, 2008: 168.

⁴⁶⁴ “Salazar tivera o cuidado, em relação aos militares, de os manter numa posição de prestígio social, e de protagonismo político”, Pinto, 2007: 171.

⁴⁶⁵ “São empresas comerciais, essenciais para a guerra mas financeiramente responsáveis perante os seus acionistas”, Smith, 2008: 110-112.

⁴⁶⁶ “As suas cidades constituíam os objetivos mais plausíveis: alvos de massas, permanentes e estáticos”, Smith, 2008: 186.

⁴⁶⁷ EME, 1966, Volume I: XI.

⁴⁶⁸ Smith, 2008: 214.

⁴⁶⁹ Para estudo das principais guerras subversivas foram essencialmente consultadas as obras de David Galula, Bruno Cardoso Reis, Rupert Smith, Dietmar Rothermund e Jonathan J. Cole (ver Bibliografia e Fontes).

Depois desta breve síntese sobre a evolução do pensamento político-estratégico vamos então detalhar o que pretendemos analisar neste capítulo, começando por recordar as três questões às quais tentaremos sempre dar resposta nos três estudos de caso (Wellington, Spínola e Petraeus):

- Que condições foram exigidas / pedidas pelo comandante nomeado ao poder político, das quais dependia para a execução da sua missão?

- Quais as condições de comando e controlo que foram dadas ao comandante responsável pela condução da guerra?

- Durante a execução da campanha, que novas condições foram obtidas ou retiradas para permitir um comando holístico na condução da guerra?

Assim, de forma a permitir responder a estas perguntas, adaptámos as mesmas para o estudo de caso de Spínola. Vamos, por isso, tentar descobrir se existiram condições para o General influenciar diretamente o curso da guerra nas várias áreas civis e militares, da política, da economia, do ponto de vista social, como naturalmente, do comando propriamente dito das forças militares.

Estudar o percurso de Spínola é entender as guerras de África⁴⁷⁰ de 1961 a 1974. Porque o futuro General Spínola vai estar presente nos vários acontecimentos que precedem a guerra em África, porque participa nas primeiras expedições a Angola, e ainda porque a relação da guerra na Guiné com as de Angola, Moçambique e com as independências em África e da Ásia é fundamental para entender as suas opções na Guiné, iremos então selecionar alguns factos mais relevantes de todas estas situações.

Como tal, propomo-nos dividir este capítulo em sete grandes áreas. Primeiro, tentaremos elaborar um pouco sobre o contexto nacional e internacional, dando especial destaque, internamente, aos acontecimentos que precederam a guerra com ênfase nos acontecimentos em que Spínola esteve presente. Externamente, selecionámos aprofundar as áreas que mais influência tiveram na ação militar portuguesa, como foram os casos das descolonizações e independências da Argélia, da Indochina / Vietname, da Malásia e do Quênia e, como consequência para Portugal, a importância duma doutrina nova intitulada “O Exército na Guerra Subversiva”.

De seguida, iremos fazer uma breve descrição do percurso militar de António de Spínola, nos aspetos que pensamos serem mais relevantes para entender a sua ação

⁴⁷⁰ Também denominada de Guerra do Ultramar, Guerra Colonial ou Guerras da Independência, optámos pela designação de Guerra de África por geralmente não ter associado qualquer leitura política uma vez que, por vezes, as restantes designações são associadas a posições, respetivamente, conservadoras, de contestação, ou à visão de apenas de uma das partes.

futura na Guiné. Aqui abordaremos com mais detalhe o início da guerra em Angola e a participação de Spínola no comando de um batalhão projetado para esta região.

Entraremos depois no cerne deste capítulo: a ação de Spínola como Governador e Comandante-Chefe da Guiné-Bissau entre 1968 e 1973, dando particular destaque ao esforço das forças portuguesas para com as populações locais, em especial, a importância da ação psicossocial. Pontualmente faremos comparações com as ações desenvolvidas por Amílcar Cabral, o presidente do movimento de libertação (PAIGC) analisando também a sua política e estratégia em áreas semelhantes. Daremos também natural destaque, porque esta é considerada uma estratégia fundamental na conflitualidade atual, à denominada *africanização* (ou por outras palavras, ao uso mais intenso dos naturais da Guiné no esforço direto) da guerra e da administração do território. De forma a entendermos a visão holística do comando de Spínola estudaremos a relação específica entre as suas funções como Governador e como Comandante-Chefe, ou seja, procuraremos entender como se efetuou a unidade de esforços⁴⁷¹ entre as várias componentes civis e militares e o relacionamento que teve com as autoridades de Lisboa.

Terminamos, como nos restantes estudos de caso, como uma breve síntese conclusiva sobre o capítulo.

1. Contexto nacional e internacional

Na Baixa do Cassange em Angola, em Janeiro de 1961, começou a denominada Guerra da Maria⁴⁷². Foram atos de destruição contra as propriedades dos colonos, “vivas” pelo líder revolucionário do vizinho Congo, Patrice Lumumba, e apelos à independência de Angola⁴⁷³. Foi um primeiro passo para uma longa guerra que iria durar até 1974⁴⁷⁴.

⁴⁷¹ “Unidade de esforços”, do inglês “unity of effort” designa a procura na harmonização do esforço entre as várias entidades do Estado para atingir objetivos comuns; no campo militar existem os denominados princípios da guerra e um deles é a “unidade de comando” que traduz a necessidade de coordenação entre as várias entidades presentes no campo de batalha; assunto já desenvolvido no primeiro capítulo e que retomaremos com mais profundidade em “Petraeus”.

⁴⁷² Antunes, 1995: 11.

⁴⁷³ “Tinham provocado um elevado estado de alerta entre as forças portuguesas”, Menezes, 2010: 492.

⁴⁷⁴ Na realidade houve combates e ações armadas até 1975, embora seja normal ouvir falar de 13 anos de guerra, a verdade é que as atividades militares duraram 15 anos, desde 1961 até 1975.

Portugal não foi surpreendido por este acontecimento, pois desde há alguns anos que se preparava para os possíveis focos de insurreição em África⁴⁷⁵. Tinha tomado medidas no âmbito da doutrina e do dispositivo militar. Tinha enviado militares para observar a guerra na Argélia, outros para diversas escolas internacionais para aprenderem as novas doutrinas de contrassubversão, e tinha decidido formar novas tipologias de unidades militares. Os acontecimentos em Angola vão provocar o necessário alarme para se tomarem medidas mais efetivas, pois na realidade, embora em preparação, o dispositivo militar presente em Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau era insuficiente para prevenir mais atos deste género.

Não é intenção deste capítulo analisar as causas e consequências da Guerra de África, nem tão pouco elaborar sobre as doutrinas em confronto, as forças em presença ou o apoio político. Mas, querendo entender o esforço de coordenação entre componentes civis e militares, as opções tomadas antes e durante a guerra, bem como a dimensão política em que se inserem, necessitamos de estudar, desde o princípio, o modo como as atividades se desenvolveram e se interligaram.

1.1 Os principais acontecimentos que precederam o início da Guerra de África em 1961

Desde finais da década de 1950 que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em pleno período da guerra fria, consciente da força e crescimento dos movimentos de libertação em África, procurava junto destes aumentar a sua influência e apoio. Os Estados Unidos da América (EUA) também estavam ativos. Os movimentos de libertação em África conquistaram cada vez mais espaço de afirmação e reconhecimento pela sua luta, quer internamente nos territórios onde atuavam, quer externamente, granjeando mais apoios internacionais. Na fronteira norte de Angola, no Congo, as ações das duas superpotências eram notórias. Os movimentos de libertação em Angola irão ser apoiados a partir do Congo, alguns recebendo apoio direto da URSS, outros dos EUA⁴⁷⁶. Para além do início das ações armadas de Angola

⁴⁷⁵ “Em Portugal tinham sido referenciadas, desde 1952, organizações clandestinas que visavam a independência da Guiné e de Angola”, Carneiro, 2000: 86; Ferreira, 1992: 265.

⁴⁷⁶ Esta liberdade de deslocamento que os movimentos independentistas usavam, a capacidade de dispor de armamentos modernos e sofisticados e a possibilidade de usar “santuários” (ou seja, bases fora do país) para além das fronteiras dos países onde a luta se travava estabelecem uma grande diferença para as lutas de independência (pobres, mal equipadas e limitadas) que marcaram o período antes da II Guerra Mundial, Reis, 2011: 247;

em 1961, deu-se também o sequestro do paquete Santa Maria, numa ação de portugueses e espanhóis liderados pelo Capitão Henrique Galvão. 1961, o *annus horribilis*⁴⁷⁷ de Salazar tinha assim começado.

Portugal encontrava-se inevitavelmente sujeito às pressões descolonizadoras do pós II Guerra Mundial, as quais se tinham acelerado na década de 1950⁴⁷⁸. As independências na Ásia e em África tiveram lugar em duas fases, a primeira entre 1945 a 1962 no Próximo / Médio Oriente e na Ásia do Sueste e a segunda, a partir de 1955 (a conferência de Bandung, neste ano, tinha possibilitado o acelerar e o generalizar das descolonizações), centrada no continente africano.

As potências coloniais descolonizavam e o nacionalismo africano triunfava. O Reino Unido (RU) optou por uma “descolonização progressiva” sendo o exemplo mais conhecido o da Índia em 1947. A Holanda “resignou-se” e descolonizou a Indonésia em 1949. A Itália seguiu os mesmos passos com a Líbia e Somália, a Bélgica com o Congo em 1960⁴⁷⁹. Ficou assim conhecido o ano de 1960 como o “Ano de África”, chamado desta forma pelas Nações Unidas, porque 17 antigas colónias europeias tinham tomado assento na Assembleia Geral⁴⁸⁰. Todo este movimento descolonizador e de reconhecimento de novas independências causou enorme pressão sobre Portugal⁴⁸¹. Entre as lutas pela independência que mais influência tiveram sobre o país encontram-se as travadas na Indochina (1946-54) e na Argélia (1954-58 e 58-62), esta última agravada com um enorme problema de residentes estimados em cerca de um milhão de franceses, situação semelhante, embora com menores números, que Portugal enfrentaria uma década e meia depois. As semelhanças também se encontram nas denominações dos territórios: da mesma forma que Portugal tinha mudado o nome das suas colónias para *províncias ultramarinas* também a França tinha mudado para *territórios de além-mar* com a possibilidade de os habitante locais

Na época, a liberdade de movimentos era bem conhecida e razoavelmente divulgada como pudemos ler em Felgas, 1966, Silva, 1997 e Sousa, 2012.

⁴⁷⁷ Expressão usada por variados autores, ver por exemplo: Menezes, 2010: 501.

⁴⁷⁸ “A guerra colonial torna-se uma guerra ideológica, tendo de um lado o mundo comunista, com a China como estandarte e de outro o mundo ocidental representado pela França, apoiada pelos EUA”, Vaisse, 1996: 34.

⁴⁷⁹ Delouche, 1992: 356.

⁴⁸⁰ Silva, 1997: 42 e Moreira, 2000: 26.

⁴⁸¹ Sobre a temática podemos ver o capítulo escrito por Glyn Stone que aborda as opções de política externa da Grã-Bretanha face à “África portuguesa” entre 1961 e 1965, Stone, 2001: 161-191, também o capítulo sobre Descolonizações em Louis, 2006: 451-588 ou as comparações feitas entre as descolonizações entre a Holanda, a Bélgica e Portugal em Ansprenger, 1989: 106-115.

se tornarem cidadãos franceses e elegerem os seus representantes nas assembleias francesas⁴⁸². No entanto, para o caso português, a transformação não teve relevantes efeitos práticos, foi essencialmente uma transformação semântica e fortemente criticada pelos estudantes africanos em Lisboa que em 1953 apresentaram publicamente as suas posições onde afirmavam que as “colónias portuguesas” não eram outra coisa senão “países africanos ou asiáticos dominados por Portugal”⁴⁸³.

Os acontecimentos, em especial os ocorridos nas antigas colónias francesas, marcaram de forma significativa os jovens oficiais das Forças Armadas Portuguesas. Livros que relatavam as guerras na Indochina e na Argélia, como o “Pretorianos” ou o “Centuriões” do autor francês Jean Lartéguy eram de leitura “obrigatória” para muitos militares e, como veremos, influenciará muito do pensamento português durante as campanhas em África⁴⁸⁴.

Outro acontecimento importante que gostaríamos de destacar foi a crise do Canal do Suez em 1956. A Assembleia-geral da ONU condenou a ação da França e do RU. Entre outros fatores destacou-se a pressão da URSS e o facto de os EUA não apoiarem os seus tradicionais aliados, França e RU. Foram feitas sucessivas propostas no Conselho de Segurança na ONU, sendo que, por seu lado, a França e o RU, com direito de veto, impediram as resoluções propostas tanto pelos EUA como pela URSS em 30 e 31 de outubro de 1956. Como resultado deu-se a nacionalização egípcia do canal. Ou seja, o papel da França e RU acabou diminuído face aos dois grandes atores da guerra fria⁴⁸⁵. Os EUA saem reforçados, o papel libertador do Egipto irá influenciar tantas outras nações que procuravam a independência e a URSS surgia como defensor das potências oprimidas⁴⁸⁶.

A oposição entre os EUA e a URSS tentará ser explorada pela diplomacia portuguesa nos anos seguintes, em especial junto dos EUA. Por exemplo, em abril de 1960, tentaram convencer o Embaixador em Lisboa, Elbrick. Este, de facto, comunicou, em variados documentos (confidenciais e secretos) ao seu país, a proclamação

⁴⁸² Shepard, 2006: 82-101 e Vaisse, 1996: 66.

⁴⁸³ Carta aos jovens coloniais de Lisboa publicada de outubro de 1953, Sousa, 2012: 156.

⁴⁸⁴ “O best-seller Os Centuriões. Todos nós lemos”, Durão, 1995, 243; “os livros do Lartéguy, que marcaram a minha geração”, Bruno, 1995: 716.

⁴⁸⁵ “Foi (...) a última vez que os principais Estados europeus tiveram a veleidade de seguir uma estratégia própria e independente”, Telo, 2011a: 3; “a Inglaterra e a França escreveram o epitáfio das suas resistentes ilusões” Moreira, 2000: 24; Louis, 2006: 589-726.

⁴⁸⁶ Delouche, 1992: 357; Defensor político das independências mas também apoiando no concreto, por exemplo, em 1960 Amílcar Cabral recebe das autoridades russas, “para além de promessas de apoio material, cerca de 700 milhões de rublos”, Sousa: 2012: 248.

portuguesa da sua utilidade num papel “anticomunista” para a defesa da união ocidental mas, como veremos, os argumentos não conseguirão levar os EUA a apoiarem as posições portuguesas⁴⁸⁷.

Gostaríamos de referir ainda três acontecimentos que iriam influenciar os desenvolvimentos em Portugal. Primeiro, o crescimento da Europa a Ocidente, com o nascimento da Comunidade Económica Europeia (CEE), mercado comum a partir de 1958, do qual Portugal ficaria de fora até 1985. O Leste estagna, o Ocidente prospera e no resto do mundo os países recém-independentes ganham força no palco internacional com o não-alinhamento (Conferência de Belgrado – 1961). Em segundo lugar, é de lembrar que Portugal não tinha apenas problemas em África. A contestação à soberania portuguesa na Índia Portuguesa inicia-se em 1947 e os primeiros incidentes surgiram em 1954, com a tomada pelas forças indianas dos enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli⁴⁸⁸ e vão prosseguir, como veremos, até ao final de 1961. O terceiro acontecimento foi interno, as eleições para a Presidência da República em 1958, com a candidatura de Humberto Delgado, a causar “instabilidade”⁴⁸⁹. Como tentamos neste trabalho entender as relações entre civis e militares, entre responsáveis políticos e militares, iremos aprofundar de seguida a forma, nem sempre pacífica, como se mantinha esta relação.

Salazar tinha promovido uma remodelação governamental em agosto de 1958 para sanar divergências internas ao regime (opondo, sobretudo, uma facção mais “liberal”, liderada por Marcello Caetano, e outra mais “conservadora” de Santos Costa) e em consequência, o General Botelho Moniz foi nomeado para integrar o elenco governativo como Ministro da Defesa. Depois de tomar posse, Botelho Moniz confirmou um diagnóstico de uma “total ineficiência do Exército”⁴⁹⁰ e um certo mal-estar existente em muitos setores das Forças Armadas. A expressão mais visível

⁴⁸⁷ “Portugal believes that her contribution to NATO, her presence in Africa and in other overseas provinces, and her overlying government policy (which is uncompromisingly anti-communist) are substantial contribution to Western Defense”, Embaixador dos EUA, Elbrick, em CINAMIL, 1960-4-22 NA RG59 Box 1814 (3).

⁴⁸⁸ Em consequência, a 22 de dezembro de 1955, Portugal apresenta queixa contra a União Indiana no Tribunal Internacional de Haia.

⁴⁸⁹ Teixeira, 1995: 808 e Ferreira, 1998: 18-19.

⁴⁹⁰ Expressão usada então pelo Ministro do Exército, Almeida Fernandes, Rodrigues, 2008: 42-43.

deste descontentamento sentiu-se pela voz da geração NATO⁴⁹¹ que procurava, através de propostas e desejadas reformas, alterar a situação⁴⁹². Serão estes oficiais que elaboram um plano de reorganização para o Ultramar, onde se previa um aumento significativo de efetivos e a instrução / treino nas novas doutrinas de “guerra contrassubversiva”⁴⁹³.

Vai ser o então Tenente-coronel Costa Gomes, empossado como Subsecretário do Exército, a receber do Presidente do Conselho de Ministros a missão de reorganizar as forças armadas no ultramar. Embora Salazar demonstre “conhecer mal as colónias”⁴⁹⁴, as posições coloniais portuguesas geravam consensos pelo que, pelo menos politicamente, importava anunciar um reforço militar das colónias. Salazar justificou esta política internamente e, externamente, tentou granjear apoios, como podemos constatar numa das suas afirmações ao Embaixador britânico a 17 de maio de 1958⁴⁹⁵: “Sem África, a Europa não pode manter-se e sem a Europa, os Estados Unidos não podem exercer o papel de potência mundial”⁴⁹⁶.

A 15 de agosto de 1959 foi aprovado um novo plano para as forças ultramarinas, tendo em vista reforçar os territórios mais críticos, Guiné, Angola e Moçambique e manter uma defesa mínima em Macau, Índia e Timor. Como não se detetavam ameaças sérias em Cabo Verde e S. Tomé, não estava previsto qualquer reforço para estes dois últimos territórios⁴⁹⁷.

Para ilustrar as dificuldades em implementar uma racional reorganização das forças armadas no Ultramar, damos o exemplo da Índia Portuguesa. O Subsecretário do Exército, Costa Gomes, após uma visita a Goa, concluiu que não era possível defender militarmente o território contra uma eventual agressão indiana, pelo que propôs que fosse efetuada uma significativa redução de meios e de efetivos. A

⁴⁹¹ Expressão usada por António Telo (1996) que os define como uma geração de oficiais das Forças Armadas que receberam ampla formação em Portugal e no Estrangeiro nas novas doutrinas, meios e organização que enformavam a Aliança Atlântica.

⁴⁹² “O Ministro do Exército (...) determina a preparação de um programa geral de aperfeiçoamento e atualização do Exército, escalonado até ao final de 1962”, Carneiro, 2000: 87.

⁴⁹³ Rodrigues, 2008: 45 e Carneiro, 2000: 90.

⁴⁹⁴ Rodrigues, 2008: 41.

⁴⁹⁵ No mesmo ano em que os EUA estão a mudar a sua atitude relativamente a África: “a mudança nos EUA ocorre em 1958, ano em que a nova política para África é aprovada pelo NSC e pelo Presidente Eisenhower, tendo como principal defensor o Vice-presidente Richard Nixon”, Telo, 2011a: 5.

⁴⁹⁶ Menezes, 2010: 478.

⁴⁹⁷ Rodrigues, 2008: 48-50.

possibilidade de soluções políticas foi afastada nesta altura, nomeadamente a ideia de um plebiscito para a Índia que foi recusada por Salazar, porque este concluiu que o teria de o fazer em todas as colónias e tal seria inaceitável⁴⁹⁸. Ou seja, não só não seria possível defender militarmente o chamado “Estado Português da Índia” como, simultaneamente, não surgiram soluções políticas inovadoras. A posição portuguesa, marcadamente de resistência a qualquer tipo de mudança, dependia da força e determinação política, quer interna quer externamente, do Presidente do Conselho mas, em 1960, Salazar, “difícilmente podia ser visto como futuro de Portugal”⁴⁹⁹.

As reformas militares entretanto propostas não avançavam e, para que fossem efetivamente implementadas, tornava-se necessário “clarificar o ambiente político”⁵⁰⁰, ou seja, além de reformar as Forças Armadas, seria necessário reformar o país⁵⁰¹, numa altura em que existiam muitas elites que aceitavam que “uma democracia pode ser eficaz e que ela não é sinónimo de anarquia”. Estas posições serão formuladas por uma nova geração de oficiais das forças armadas “que se mostra cautelosamente crítica do Estado Novo, fomenta a sua evolução no sentido de uma maior liberalização e corta com os métodos tradicionais portugueses”⁵⁰². A tensão entre os governantes políticos e as chefias militares aumentava.

Num âmbito mais abrangente, pelo clima internacional provocado pelas sucessivas independências, pressiona-se a política externa portuguesa, o que provoca uma alteração da política de alianças. Portugal, em especial a partir de 1961, afastou-se cada vez mais dos seus aliados tradicionais, o RU e os EUA, e aproximou-se mais da França e da República Federal da Alemanha (RFA), que se vão transformar nos principais apoios políticos, militares e económicos nas guerras de África⁵⁰³.

Na Guiné, que é o território sobre o qual incide este capítulo, as primeiras manifestações nacionalistas surgiram a 3 de agosto de 1959 em Pidgiguiti, quando as forças de segurança locais carregaram contra uma manifestação de trabalhadores portuários que estavam a exigir melhores salários. Desta ação resultam dezenas de

⁴⁹⁸ Rodrigues, 2008: 53 e 56.

⁴⁹⁹ Menezes, 2010: 477.

⁵⁰⁰ Rodrigues, 2008: 56.

⁵⁰¹ “Botelho Moniz diz ao Embaixador dos EUA que noventa por cento dos militares querem alterações na política africana”, Antunes, 1995: 15.

⁵⁰² Telo, 1996: 330, também em Ferreira, 1992: 223-254.

⁵⁰³ “Portugal, no decurso do conflito ultramarino, contou sempre com o apoio de elementos da Aliança Atlântica, como a França e a Alemanha, e mesmo fora desta, a República da África do Sul”, Garcia, 2000: 65; Telo, 1996: 324 e 2011a: 5; Fonseca, 2007; Marcos, 2007.

mortos e feridos⁵⁰⁴. Externamente a pressão continuou e os acontecimentos no Congo em 1960 alarmaram Portugal, criando divisões entre as chefias militares e os governantes civis (os militares portugueses em Angola queriam intervir no Congo para ajudar no resgate de cidadãos atacados⁵⁰⁵), os comportamentos junto à fronteira foram perturbadores e houve um aumento de tráfico de armas para os movimentos de libertação.

1961 foi de facto o *annus horribilis* (de Salazar) e poder-se-á mesmo dizer que o governante português “teve sorte em sobreviver-lhe”⁵⁰⁶ politicamente. Vamos, sinteticamente, tentar explicar porquê e as consequências no relacionamento entre os governantes e as chefias militares. A 7 de fevereiro de 1961, 3 dias após os incidentes em Luanda, houve uma reunião do Conselho Superior Militar (chefes de estado-maior dos vários Ramos, comandantes dos governos militares, Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública). Nesta reunião discutiram-se os assuntos mais variados: censura, relações empresas - governo, valor real da posição internacional de Portugal, prestígio interno do regime e futuro pós-Salazar, divisões no seio das Forças Armadas, etc. Botelho Moniz, poucos dias depois desta reunião, comunicou ao Embaixador dos EUA que era necessária uma mudança “radical” na política portuguesa em África. Esta reunião foi assim, na medida em que se criticaram fortemente as posições de Salazar, o instigador da futura *Abrilada*⁵⁰⁷.

Para entendermos a visão holística na condução da guerra temos de perceber, desde o início, toda esta teia de ligações, sobreposições e influências recíprocas entre governação política e as forças armadas. Claramente, pelo que temos vindo a observar, e veremos no futuro, que não se pode analisar uma dimensão sem a outra. Não são separadas, fazem parte duma só dimensão político-militar.

⁵⁰⁴ O estatuto dos “Indígenas” na Guiné tinha ficado agravado com a publicação do “Estatuto Jurídico-Administrativo da Guiné”, através do Decreto-Lei nº 40, de 5 de julho de 1955, que levou Amílcar Cabral a afirmar que a legitimação da discriminação racial era uma afronta à dignidade do guineense ao colocar 99,7% da população fora do estatuto de cidadania e do gozo de plenos direitos civis e políticos, Sousa, 2012: 167 e 216-217; Silva, 1997: 25, 26 e 35; Josep Sanchez Cervelló em Afonso, 2000: 77.

⁵⁰⁵ Menezes, 2010: 484.

⁵⁰⁶ Menezes, 2010: 501.

⁵⁰⁷ Rodrigues, 2008: 58-59.

Também em fevereiro de 1961 os EUA sentiam que existiam possibilidades de uma ação armada em Angola⁵⁰⁸ e prepararam-se para alterar a política nas Nações Unidas⁵⁰⁹. A 15 de março ocorreram os ataques da UPA em Angola, com a morte violenta de homens, mulheres e crianças e com um impacto muito forte em Portugal⁵¹⁰. O Governo tinha entretanto reforçado Angola com forças militares mas estas eram manifestamente insuficientes e, no momento dos ataques, encontravam-se ainda em Luanda e não no norte da região, onde os mesmos ocorreram⁵¹¹. No final desse mesmo mês Botelho Moniz decidiu convocar o Conselho Superior do Exército, antecedido por uma longa carta enviada a Salazar (cujo conteúdo fora anteriormente dado a conhecer ao Embaixador dos EUA, Elbrick)⁵¹², na qual reafirmou que tanto a situação interna, como fundamentalmente a situação em Angola, se tinham agravado⁵¹³. Como tal, concluiu, impunham-se alterações na política nacional.

Salazar demorou a enviar os reforços para Angola e houve divisões entre as hierarquias militares. O anterior ministro da defesa, Santos Costa, pressionou Salazar a tomar medidas: “Vossa Excelência tem de assumir as suas responsabilidades plenas, tem de determinar, tem de exigir, tem que forçar o imediato envio para Angola de 10 a 12.000 homens”⁵¹⁴. Tentava-se, politicamente, anular a ação de Botelho Moniz e a situação interna foi-se desagregando com pedidos de remodelação governamental, nomeadamente por Albino dos Reis ou com o pedido de demissão por parte do Ministro do Interior, Arnaldo Schultz. Os EUA foram crescentemente acusados de

⁵⁰⁸ Em documento oficial da Embaixada americana pode ler-se, referindo aos acontecimentos de fevereiro de 1961 em Luanda: “This occurrence did not come as a great surprise”, memorando enviado em 17 de fevereiro de 1961, CINAMIL, 1961-2-10 RG 59 Box 1815 (1).

⁵⁰⁹ Rodrigues, 2008: 60.

⁵¹⁰ “Homens mulheres e crianças foram mortos, no meio de cenas de tortura e canibalismo, da forma mais bárbara que se possa imaginar”, Telo, 2011a: 17.

⁵¹¹ “Já lá estavam companhias de caçadores especiais”, Pires, 1995: 810 e Serrão, 2011: 17 e 57; “só temos referência ao envio de seis companhias de Caçadores e uma de Polícia Militar, o que corresponde a escassos dois milhares de militares do Exército”, Telo, 2011a: 13.

⁵¹² Menezes, 2010: 503; há fortes suspeitas de conluio entre Botelho Moniz e a Embaixada americana e são os próprios americanos a reconhecerem esse facto: “Moniz was suspected of plotting with US to oust Salazar and make certain accommodations in Angola”, telegrama do Departamento de Estado dos EUA datado de 14 de abril de 1961, CINAMIL, 1961-4-14 RG 59 Box 1816 (1); análise da influência americana também detalhada em Ferreira, 1992: 265-267.

⁵¹³ Rodrigues, 2008: 62.

⁵¹⁴ Citado em Menezes, 2010: 497.

ingerência⁵¹⁵ e aumentaram as demonstrações populares anti-EUA. Por exemplo, o carro do cônsul em Luanda foi atirado à água e houve várias manifestações na capital.

A 5 de abril Botelho Moniz tentou convencer o Presidente da República, Américo Tomás, a demitir Salazar mas este recusou⁵¹⁶. Em 11 de abril deu-se um encontro sem sucesso entre Botelho Moniz e Salazar. B. Moniz afirmou que Salazar não se encontrava em condições de prosseguir como Presidente do Conselho⁵¹⁷ e que a sua política, ao não reforçar os diversos territórios ultramarinos em homens e meios e, ao não dar sinais de mudança na política externa de uma certa abertura levaria ao colapso das forças armadas em África. Salazar perguntou então a Moniz se esta era uma posição de todas as forças armadas ou apenas de um pequeno grupo, Moniz não conseguiu responder e Salazar, assim, não se mostrou disponível para abandonar o poder⁵¹⁸. Importa para o nosso trabalho reforçar que a posição de B. Moniz não era aceite por muitos setores e individualidades. Moniz contava com o apoio do Exército mas não com a Aviação e Marinha⁵¹⁹ e dentro de cada um dos Ramos das Forças Armadas também existiam posições distintas, entre os que queriam a rutura, os que queriam mudanças mas queriam fazê-las dentro do regime, ou os que nada queriam mudar. Salazar demitiu então B. Moniz, Almeida Fernandes e Costa Gomes⁵²⁰.

B. Moniz não se afastou imediatamente e manteve os planos para uma reunião, nesse dia em que foi demitido, na Cova da Moura onde se iria juntar o antigo

⁵¹⁵ Embora tal não signifique que queriam pressionar Portugal a dar a imediata independência às colónias, pois como refere António Telo: “os EUA ou a Inglaterra não queriam que Portugal aceitasse a independência das colónias. A sua pressão era somente no sentido de se aceitar o princípio da autodeterminação”, Telo, 2011a: 5.

⁵¹⁶ Telegrama do cônsul americano no Porto, Alfred Lefreniere, à Embaixada americana em Lisboa em 19 de abril de 1961: o General B. Moniz contava com o apoio do Exército mas Américo Tomás tinha o apoio da Marinha, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública, CINAMIL, 1961-4-19 RG 59 Box 1816 (2).

⁵¹⁷ Rodrigues, 2008: 63.

⁵¹⁸ Telegrama enviado pela Embaixada americana ao Departamento de Estado em CINAMIL: 1961-4-14 RG 59 Box 1816 (4).

⁵¹⁹ Rodrigues, 2008: 64; “Kaúlza de Arriaga, leal a Salazar, que tinha tomado a iniciativa de colocar a Força Aérea sob alerta (...) Quintanilha Dias, colocou o seu ramo das forças armadas em estado de alerta”, Menezes, 2010: 506; num telegrama enviado pela Embaixada americana, B. Moniz pediu a Salazar para este demitir Quintanilha Dias e Kaúlza de Arriaga, CINAMIL, 1961-4-14 RG 59 Box 1816 (4).

⁵²⁰ “Estiveram também envolvidos o Ministro do Exército, Almeida Fernandes, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, General Beleza Ferraz, o Subsecretário de Estado do Exército, Tenente-coronel Costa Gomes e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Albuquerque de Freitas”, Rodrigues, 2010: 53.

Presidente da República, Craveiro Lopes (previsto para substituir Américo Tomás)⁵²¹. A falta de apoio das forças armadas e demais estruturas parecia evidente, não havia planos para o uso da força e como tal a reunião foi muitíssimo confusa⁵²².

As estruturas recusaram-se a agir e a ação de alguns oficiais do exército, o ramo de onde vinha o apoio mais claro a B. Moniz, deixaram claro que não queriam agir contra Salazar. Um exemplo foi do então Tenente-coronel Spínola que, colocado no Regimento de Lanceiros 2, se recusou a obedecer a Botelho Moniz, como se pode ler em carta que enviou a Salazar uns dias depois: “empreguei toda a minha ação e comprometi-me profundamente para que se mantivesse o atual regime político alicerçado na pessoa de V. Ex.^a”⁵²³.

Na noite de 13 de abril de 1961, depois de demitidos os principais implicados⁵²⁴ e de abortada a tentativa de golpe de Estado, Salazar falou ao país, assumiu a pasta da Defesa e afirmou “Angola ... andar rapidamente e em força”. Salazar justificou a sua posição publicamente, assumia a pasta da Defesa porque estava em causa a defesa de Angola e porque havia urgência em mandar efetivos para a província ultramarina. Dava assim a entender que o anterior responsável pela pasta da Defesa não tinha feito o que devia e que não compreendia a urgência do que se passava em Angola. Publicamente Salazar passava a culpa de alguma inação a Botelho Moniz e aos seus apoiantes e, simultaneamente, tentava granjear o apoio popular na defesa do ultramar português⁵²⁵.

A *Abrilada* tinha terminado mas os seus efeitos não. Sobretudo na forma como Salazar assumiu a pasta da defesa e na declaração de uma vontade claramente expressa de resistir a qualquer forma de abertura democrática interna ou externa. Ao não permitir algum tipo de projeto federalista para as colónias, a tensão entre alguns

⁵²¹ Telo, 2011a: 5.

⁵²² Rodrigues, 2008: 65 e Menezes, 2010: 507; “Eu achava o plano de Botelho Moniz absolutamente inconsistente, sem ter em conta as realidades (...) Moniz estava mais preocupado com a política interna e a sua subida ao poder, do que com uma visão da política internacional”, Moreira, 1995: 273.

⁵²³ Carta de António de Spínola a Salazar a 16 de abril de 1961, Rodrigues, 2010: 54.

⁵²⁴ Seguiram-se inúmeras demissões: Governador militar de Lisboa, General Gonçalves Domingos; Comandante e segundo comandante da 2ª Região Militar, General Meira Cruz e Brigadeiro Pires Barata; Comandante Regimento Cavalaria 1, Tenente-coronel Travassos Lopes; Comandante da Escola Prática de Infantaria, Coronel Couceiro Neto; quartel-mestre-general, General Alves Veríssimo, e bastantes mais, Valença, 1976: 39 e 42.

⁵²⁵ Rodrigues, 2008: 66.

governantes políticos e as chefias militares iria perdurar durante toda a guerra de África⁵²⁶.

Estes acontecimentos explicam parte do que procuramos demonstrar: se o esforço de guerra se inicia com um claro ambiente de desconfiança entre os executores militares e os governantes políticos, com visíveis clivagens entre civis e militares, e entre os próprios militares, a necessária coordenação holística poderá estar comprometida à partida⁵²⁷.

Como podemos observar, alguns dos militares vinham alertando o poder político para a necessidade de um reforço das províncias ultramarinas, para o necessário crescimento em meios humanos e materiais das forças armadas e pouco tinha sido concedido. Todos os argumentos usados pelos militares que tentaram a revolta, porque entretanto ocorrera o 15 de março de 1961 em Angola, estes terão sentido que não valeria agora a pena insistir porque não teriam o necessário apoio entre a população. As imagens dos ataques em Angola tiveram grande impacto em Portugal, gerando uma enorme onda de indignação, e Salazar soube tirar partido desse sentimento, tendo a seu lado também muitos outros militares. Ou seja, não foi simplesmente uma questão entre civis e militares, foi entre políticas diferentes que tinham militares em ambos os lados.

Spínola, mesmo tendo posições críticas ao governo de Salazar⁵²⁸, nomeadamente pedindo uma remodelação na equipa governativa, estava entre os que tomaram a iniciativa de se oferecer para partir para Angola e manifestou-se solidário com o Presidente do Conselho de Ministros. Vários outros militares fizeram o mesmo. A *Abrilada* não teve os efeitos pretendidos pelos seus autores e, ao afastar muitos dos militares implicados, veio reforçar a adoção de um modelo que, em síntese, se traduziu na manutenção do sistema e das soluções políticas escolhidas por Salazar para África.

⁵²⁶ Ver capítulo “A guerra em África como fator de subordinação e de insubordinação 1961-1974”, Ferreira, 1992: 279-303.

⁵²⁷ “A *Abrilada* (...) não foi mais do que o epílogo de uma luta entre a política de defesa nacional, razoavelmente esclarecida e planeada em termos adequados à situação em África, e de uma política económico-financeira absolutamente divorciada da evolução da situação” Cardoso, 2004: 121; ver também capítulo “Uma autonomia crescente” das Forças Armadas em face ao poder político em Ferreira, 1992: 255-277.

⁵²⁸ A referida carta enviada em 16 de abril a Salazar, detalhada mais adiante, Rodrigues, 2010: 55.

Embora Salazar não tenha apoiado os projetos de reforçar militarmente as colónias portuguesas em África conforme os planos que lhe foram expostos⁵²⁹ ele surgia agora, aos olhos da população portuguesa, como estando a fazer tudo para reforçar e implementar as mudanças necessárias⁵³⁰. Estando então os “revoltosos” demitidos, subiram ao poder os apoiantes de Salazar.

No entanto, pelo menos uma das mensagens insistentemente usada pelos militares que propunham reformas passou a ser pública: o problema de África, mais do que uma solução militar necessitaria de uma solução política⁵³¹. Em declarações prestadas ao jornal *Diário Popular*, Costa Gomes, entretanto também ele demitido do Governo, afirmou: “o problema angolano, como, aliás, o de todas as províncias africanas, não é um problema simples mas um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes, que está longe de ser o mais importante”⁵³².

Costa Gomes viria a ser fundamental na introdução duma nova estratégia em Angola como Spínola o seria na Guiné. Em 1961 a base de raciocínio, que assentou num claro compromisso e complementaridade da opção política “civil-militar”, embora afetada pelos acontecimentos políticos expostos, já se encontrava assim desenhada.

A divergência no seio do Exército com as posições assumidas por Botelho Moniz teve a sua expressão na forma como Spínola afirmou a necessidade de profundas mudanças, embora considerasse que estas deveriam ser feitas com Salazar e não contra ele⁵³³. Esta relação complicada que envolveu governantes políticos e chefias militares, mas fundamentalmente com militares envolvidos na política do país, iria marcar profundamente a política portuguesa, em especial a direção superior das Forças Armadas. Apresentamos, por fim, esta síntese sobre a *Abrilada* por um dos atores que a viveu de perto, o Coronel Valença: “a Abrilada de 1961, constitui de facto uma tentativa falhada de impor reformas de fundo à vida política e social do país (...), a tentativa reformista partiu do meio militar e a ele se circunscreveu exclusivamente,

⁵²⁹ Valença, 1989.

⁵³⁰ A 14 de abril é publicada na imprensa uma nota oficiosa em que se apresenta como principal razão da remodelação ministerial a necessidade de resolver os problemas emergentes em Angola, Valença, 1976: 39.

⁵³¹ “O que a “geração NATO” não queria, em resumo, era que Portugal se envolvesse em guerras sem o apoio do Ocidente, o que significava que estes conflitos não tinham uma solução política, pelo que só ficava aberta uma solução militar (...) O que estava em causa, em resumo, não era o começar ou não uma guerra, mas sim o tipo de guerra que iria começar, ou, caso se prefira, a política que devia orientar a guerra”, Telo, 2011a: 15.

⁵³² Valença, 1976: 230 e Rodrigues, 2008: 68.

⁵³³ Menezes, 2010: 508.

sem quaisquer relações de conluio com entidades civis ou grupos políticos”⁵³⁴. Esta forma de proceder, militares na política nacional sem envolver os políticos nas suas opções, viria a provar-se tão errada como governantes políticos a decidirem opções de guerra sem incluírem as chefias militares no estudo da mesma.

Desde 1958 que se tinham acentuado as divergências no Governo, entre o Governo e as chefias militares e dentro das próprias chefias militares. A situação de Angola precipitou a ação mas também foi a situação do Ultramar que refreou uma possível ação armada⁵³⁵. O esforço dos militares no Ultramar unia e impedia ações que pusessem em causa esse empenhamento, pois havia um temor por parte das chefias militares que o poder “caísse na rua”⁵³⁶.

Para muitos dos militares que não aderiram à *Abrilada* a questão refletiu-se na oportunidade de um “golpe de Estado” numa época em que o império se começava a desagregar. Como o próprio Spínola reconheceu posteriormente, decidiu acompanhar de «alma e coração» a «posição firme de defesa do Ultramar»⁵³⁷. Mas não deixou de escrever, em carta endereçada a Salazar a 16 de abril de 1961, que era indispensável renovar a política do país e que era fundamental mudar muitos dos quadros que colaboravam com o Presidente do Conselho⁵³⁸.

O ambiente tinha mudado, especialmente no que tocava à unidade de comando na mais alta hierarquia do Estado e tal haveria de refletir-se na conduta das operações, no terreno, ou seja, em África.

Em termos internacionais, o ambiente também era desfavorável ao Estado Novo⁵³⁹. Havia uma relação direta entre a situação interna e a situação externa, nomeadamente relativamente a posições que Portugal deveria assumir sobre o Ultramar. O ministro da

⁵³⁴ Valença, 1976: 47; também Ferreira, 1992: 268-270.

⁵³⁵ “Que se não desagregue a coesão das forças armadas, a última força que pode impedir que a Nação caia no caos e na irresponsabilidade” - Carta de Botelho Moniz a Salazar em véspera da *Abrilada*, documento n.º 3, Valença, 1976: 231-32.

⁵³⁶ Memorando de Albuquerque de Freitas ao Ministro da Defesa (mais tarde levado a Salazar) (documento nº 22 em Valença, 1976: 241-44); “os responsáveis pelo uso da força entenderam não o fazer, pensando em vocês, em Moçambique, Guiné, etc.” – Carta de Albuquerque de Freitas a 16 de abril de 1961 ao comandante da Região Aérea de Angola, Brigadeiro Resende, documento nº 23, Valença, 1976: 245-248.

⁵³⁷ Rodrigues, 2010: 54.

⁵³⁸ “Sair dos quadros artificiosos e desacreditados que, não a ideia de V. Ex.^a mas a ineptidão dos homens que a servem, foi criando e mantendo”, Rodrigues, 2010: 55.

⁵³⁹ Sobre o ambiente internacional podem ser encontradas informações mais detalhadas em Delouche, 1992; Moreira, 2000; Garcia, 2000; Menezes, 2010; Smith, 2008; Telo, 2010a; Nunes, 2000; Fonseca, 2007; Marcos, 2007; Rodrigues, 2004.

Defesa Nacional demitido, B. Moniz, advogava a ideia de que, a fim de se captarem as boas graças dos EUA, o Governo deveria fazer uma declaração, “prometendo a autodeterminação a longo prazo das províncias ultramarinas”⁵⁴⁰. Uma situação não se alteraria sem a outra e, como vimos, Salazar não estava disposto a esta solução internamente, pelo que seria impossível de a imaginar proposta internacionalmente.

Um determinado tipo de pressão internacional a Portugal vai crescer nos anos seguintes, oriunda sobretudo da ONU, dos países africanos e asiáticos, e da mudança de alguns aliados ocidentais. Em julho de 1961 o Senegal, um dos países que faz fronteira com a Guiné-Bissau, cortou relações com Portugal. A política externa portuguesa iria tentar politizar a questão colonial afirmando-se Portugal como o defensor da democracia ocidental no continente africano. Escreveu Salazar em 13 de julho de 1961 que “Portugal figurava na vanguarda da luta do Ocidente contra o comunismo internacional”⁵⁴¹. Muitos são os argumentos usados para tentar convencer a comunidade internacional: em agosto deste ano foi abolida a lei do indigenato, e em sua substituição foi criada uma lei em que figurava uma regra de igualdade para todos “sem distinção de raça, cultura ou religião”⁵⁴², embora na prática, tenham continuado a existir “portugueses de várias categorias: nas colónias, os brancos de Portugal, os brancos que não tinham nascido em Portugal e depois as várias categorias de «pretos»”⁵⁴³.

Tentámos ilustrar o clima existente entre civis e militares, entre a governação política e a execução operacional, entre a situação interna e externa portuguesa, no início da Guerra de África em 1961. Vamos, de seguida, tentar elaborar uma síntese dos principais acontecimentos nacionais e internacionais até à entrada em funções de Spínola como Governador e Comandante-Chefe na Guiné-Bissau em 1968.

1.2 Da *Abrilada* (1961) à nomeação de Spínola como Governador e Comandante-Chefe da Guiné-Bissau (1968)

Ainda em 1961, o Daomé (Benim) ocupou a fortaleza portuguesa de S. João Batista de Ajudá e em dezembro o Estado Português da Índia foi “anexado” pela Índia. Este último acontecimento teve grandes repercussões em Portugal e, em especial entre os militares, pois além dos muitos que ficaram prisioneiros, o poder político acusou-os de

⁵⁴⁰ Relatório Kaulza de Arriaga sobre a *Abrilada*, Documento n.º 25 em Valença, 1976: 250-61;

⁵⁴¹ Carta de Salazar a Franz-Josef Strauss em Menezes, 2010: 541.

⁵⁴² Silva, 1997: 313 e Antunes, 1995: 25.

⁵⁴³ Soares, 2000: 248.

se terem rendido sem combate⁵⁴⁴. O último governador da Índia Portuguesa, General Vassalo e Silva, será o “bode-expiatório” do que ocorrera e este facto irá estar bem presente, nos anos seguintes, em todos os governadores das restantes províncias ultramarinas portuguesas, incluindo naturalmente, António de Spínola⁵⁴⁵.

A pressão internacional aumentava. Podemos ver as hesitações e a alteração prática da política americana quando o chefe do grupo de missão americano em África recomendara em 13 de julho de 1961 (em memorando secreto) que a única saída para Portugal era fazer o mesmo que tinham feito a França e o RU relativamente às suas colónias. Se os EUA tivessem de escolher entre manter os Açores ou perder a sua imagem de defensor dos direitos dos povos africanos à independência, então seria melhor perder os Açores⁵⁴⁶. Parte dos antigos aliados de Portugal vai-se afastando das posições portuguesas⁵⁴⁷ e a ONU, que tinha aprovado em 14 de dezembro de 1960, na Assembleia-Geral uma Resolução 1514 (XV), a chamada Declaração Anticolonial, irá, nos anos seguintes, continuamente aumentar a pressão sobre Portugal⁵⁴⁸.

Em 1962 a instabilidade política em Portugal continuou, ocorrendo o assalto ao Regimento de Infantaria 3 em Beja, a crise estudantil e a fuga de Humberto Delgado para o Brasil. Internacionalmente Portugal foi condenado na ONU por várias vezes e proibido de utilizar armamentos e equipamentos provenientes de muitos dos seus

⁵⁴⁴ “4.000 prisioneiros portugueses”, Antunes, 1995: 28.

⁵⁴⁵ “O caso da Índia era um fantasma para todos nós”, António Ramos em ICS, 2011b: 6; “o que se passava na Índia era mais do que suficiente para criar um clima de mal-estar entre as forças armadas e o regime salazarista”, Ferreira, 1992: 271.

⁵⁴⁶ CINAMIL, 1961-7-3 RG 59 Box 1816 (7); no entanto esta recomendação é recusada por outros membros do Departamento de Estado americano, como podemos ler em “memo” enviado ao Secretário de Estado dos EUA em 13 de julho de 1961, em CINAMIL1961-7-13 RG 59 Box 1816 (1) que afirma ter a concordância do Departamento da Defesa; Ver explicação da alteração da política americana em relação a Portugal desde 1958 em Telo, 2011a.

⁵⁴⁷ O Primeiro-ministro do RU, Macmillan, quando discursava na África do Sul, afirmou que sopravam ventos de mudança sobre África, Nunes, 2000: 286; também em Stone, 2001: 169 e Silva, 1997: 309; em documento do Foreign Office do RU escrito em 1971 pode ler-se de forma bastante clara que desde 1961 tinha sido política de todos os governos britânicos “não apoiarem Portugal com armas ou equipamentos”, NA FCO 65 1027 (13).

⁵⁴⁸ Silva, 1997: 310 e Sousa, 2012: 310; ainda em 15 de dezembro de 1960 tinha sido aprovada outra resolução pela Assembleia-Geral da ONU, 1542-XV, sobre as províncias ultramarinas portuguesas, que as considera como sendo não autónomas, e assim votavam pela obrigação de Portugal prestar informações decorrentes do capítulo XI da Carta.

aliados⁵⁴⁹. Era o “orgulhosamente sós” de Salazar que, aparentemente, se foi aprofundando mas, na realidade do mundo das relações internacionais, seria simplesmente um “temporariamente sós”⁵⁵⁰. Em março desse ano foram presos em Bissau, Rafael Barbosa e Fernando Fortes, dirigentes do PAIGC⁵⁵¹.

Para ilustrar esta síntese de acontecimentos até 1968 iremos utilizar exemplos dos acontecimentos na Guiné, que é objeto de estudo, mas naturalmente inúmeros acontecimentos foram também acontecendo em Angola e Moçambique.

Temia-se o início da guerra na Guiné e em Janeiro de 1963, com o assalto ao quartel de Tite pelo PAIGC, esta começou efetivamente. Em julho de 1963 Amílcar Cabral montou a sua base na Guiné-Conacri e o Senegal cortou relações diplomáticas com Portugal impedindo a circulação de mercadorias e pessoas pela sua fronteira⁵⁵². Também nesse mesmo ano de 1963, numa reunião em Adis Abeba na Etiópia, a Organização da Unidade Africana (OUA) abandonou o princípio da resistência passiva e passou a defender o recurso à violência armada para derrotar os regimes coloniais que persistiam. Julius Nyerere, Presidente da Tanzânia, pediu mesmo a expulsão de Portugal através da força e o Conselho de Segurança da ONU rejeitou o conceito português de “províncias ultramarinas”⁵⁵³. Os países africanos independentes disponibilizaram-se ainda, através de um fundo criado especificamente para este efeito, a apoiar “moral, material e financeiramente os movimentos de libertação”. No ano

⁵⁴⁹ Destaca-se a resolução de 14 de dezembro de 1962 da ONU sobre Angola onde se condena a atitude de Portugal e se pede o reconhecimento imediato do direito dos povos não-autónomos à autodeterminação e independência, Afonso, 2010: 151; “O grande drama da posição portuguesa: tanto os “inimigos” tradicionais (como a URSS), como os aliados mais firmes (EUA e GB), os novos países independentes (como a União Indiana) e grande parte dos restantes, condenavam o colonialismo”, Telo, 2011a: 2.

⁵⁵⁰ “Ao ver-se isolado e vilipendiado, Salazar reagiu com a doutrina do «orgulhosamente sós»”, Fonseca, 2007: 10; “proíbe pura e simplesmente a discussão do problema ultramarino português”, Amaral, 1995: 75; recentes investigações académicas mostram que, no entanto, os contactos internacionais foram muitos e constantes: ver o trabalho do historiador Luís Nuno Rodrigues, 2004, em que o autor sugere que o termo que melhor se poderia adequar é “temporariamente sós”.

⁵⁵¹ O Movimento da Independência da Guiné fundado por Amílcar Cabral transformou-se em 1956 no Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo-Verde (PAIGC), a partir de 1962 existia o PAIGC e a Frente de Libertação para a Independência da Guiné (FLING), Silva, 1997: 31-43; Sousa, 2012; Garcia, 2000: 97, Vaz, 2003: 50 e CECA, 1988: 117; sobre a evolução e criação de partidos políticos na Guiné ver quadros sinópticos em Sousa, 2012: 192.

⁵⁵² Sousa, 2012: 229; Silva, 1997: 47-49; Afonso, 2010: 192; Felgas, 1966: 41-50; Stone, 2001: 170.

⁵⁵³ A 31 de julho de 1963, Afonso, 2010: 196 e Moreira, 2000: 27.

seguinte a OUA equacionaria ainda a criação de uma Legião Africana ou de um Exército Africano de Libertação para ajudar os movimentos de libertação. Naturalmente todas estas circunstâncias preocuparam bastante Portugal⁵⁵⁴.

Em fevereiro-março de 1964 o PAIGC conseguiu manter o controlo de uma importante zona do território guineense, a ilha do Como, apesar dos esforços portugueses⁵⁵⁵. Portugal percebeu que a guerra na Guiné iria ser muito difícil⁵⁵⁶. Em maio desse ano o Brigadeiro Arnaldo Schultz assumiu o cargo de Governador e Comandante-Chefe da Guiné-Bissau. No final do ano (25 de setembro) também em Moçambique se iniciou a guerra. Portugal tinha agora de combater em três frentes: Angola, Guiné e Moçambique.

Em 1965 Portugal negociou apoios, fundamentalmente no campo da defesa, com a Alemanha e França que lhe irão fornecer parte dos armamentos e equipamentos⁵⁵⁷. A situação na Guiné foi-se agravando e a 9 de setembro de 1965 o Senegal autorizou o estacionamento de militantes do PAIGC em Samine. Em outubro, o PAIGC foi reconhecido pela ONU como legítimo representante do povo da Guiné-Bissau⁵⁵⁸.

A 25 de outubro de 1966, na XIV conferência geral da UNESCO em Paris, com a presença de 109 delegados, Portugal foi excluído dos trabalhos e a 17 de novembro a Assembleia Geral da ONU aprovou uma resolução condenando a guerra colonial conduzida por Portugal⁵⁵⁹.

Internamente Portugal irá repensar o seu modo de combater a guerra introduzindo algumas alterações políticas e estratégicas, nomeadamente, em outubro de 1967, através de um despacho conjunto dos Ministros do Ultramar e da Defesa Nacional que definiu um conceito abrangente político-militar para ser implementado em África,

⁵⁵⁴ Amílcar Cabral considerou a criação da OUA em 29 de junho de 1963 como “o acontecimento mais importante da África moderna e contemporânea”, Sousa, 2012: 224, 272 e 358.

⁵⁵⁵ Sousa, 2012: 369; Silva, 1997: 56-57; Antunes, 1995: 36 e Afonso, 2000: 73-76.

⁵⁵⁶ “Na guerra de guerrilha a conquista do terreno raramente é definitiva e, menos ainda, decisiva. A operação Tridente é um exemplo desta verdade conhecida desde Sun Tse”, Afonso, 2000: 75.

⁵⁵⁷ A cooperação com a Alemanha vem de trás: “entre 1960 e 1962 são assinados cerca de três dezenas de grandes acordos de cooperação entre a RFA e Portugal no campo da defesa” Telo, 2010a: 16 e “A RFA manteve-se próxima do governo português, tornando-se a fonte de importantes equipamentos militares, de onde destacamos os vários aviões e armamento ligeiro”, Fonseca, 2007: 17; sobre estas relações ver estudos aprofundados sobre Portugal-Alemanha em Fonseca, 2007 e Portugal-França em Marcos, 2007.

⁵⁵⁸ Silva, 1997: 65 e 352-353; Felgas, 1966: 55-63 e Afonso, 2010: 294.

⁵⁵⁹ Silva, 1997: 313; Nogueira, 1985: 96-100; Afonso, 2010: 351 e 354.

dizendo que era “responsabilidade e obra de todos os serviços e entidades públicas”⁵⁶⁰, ou seja, a necessidade da existência de uma efetiva coordenação holística entre componentes civis e militares e um reforço efetivo das componentes civis será assumido neste ano. Também nesse mesmo ano de 1967 foram publicadas leis que permitiram uma melhor interação entre as várias instituições do Estado quer na metrópole como nas províncias ultramarinas porque os primeiros anos da guerra tinham mostrado que as descoordenações na metrópole se refletiam na atuação nas colónias⁵⁶¹. A experiência da cooperação entre civis e militares nestes primeiros seis anos de guerra não se tinha provado eficaz, antes podia ser considerada como “tensa e difícil”, pelo que o estabelecimento de mecanismos legais para permitir uma melhor coordenação fazia sentido⁵⁶². Como veremos nos subcapítulos seguintes, estes problemas não foram tão profundos na Guiné (em especial, no período de 1968 a 1973).

Outro passo importante em Portugal para as urgentes e possíveis reformas político-militares foi a fundação do Instituto da Defesa Nacional que permitiu uma aproximação entre civis e militares. Este facto, que embora a curto prazo não tenha provocado reformas de fundo irá, no entanto, permitir a mudança de mentalidades⁵⁶³. Ainda a nível interno importa referir que a contestação crescia e em março de 1967, 55 membros da oposição (Ação Democrática e Social) assinaram um documento onde se podia ler que a política do governo tinha levado ao isolamento de Portugal e que deviam ser discutidos os problemas ultramarinos⁵⁶⁴.

Em maio de 1968, o Brigadeiro António de Spínola foi nomeado Governador e Comandante-Chefe da Guiné-Bissau, pouco antes de Salazar deixar o poder e numa altura em que o Exército informava Salazar sobre a falta de meios humanos e

⁵⁶⁰ Rodrigues, 2000: 110.

⁵⁶¹ Ultramar, 1967a (onde se pode ler sobre as competências do gabinete militar e da marinha “manter a ligação entre as referidas províncias e os Ministérios militares e outros serviços militares ou civis” subsecção II, p. 18) e Ultramar, 1967b.

⁵⁶² Afonso, 2010: 409.

⁵⁶³ “O General Câmara Pina fez o Instituto de Defesa Nacional (...) porque o Estado evolui da autoridade para a democracia, com reformas”, Moreira, 1995, 271; Como se pode ler no decreto que o cria: “visão global, questões da maior importância para o país e preparar, irmanados do mesmo espírito de franca cooperação, dirigentes de vários setores, civis e militares, públicos e privados, para o estudo de problemas com interesse para a defesa”, Alves, 2004.

⁵⁶⁴ Afonso, 2010: 376.

materiais para o que tinha de desenvolver em África⁵⁶⁵. O esforço era grande no exterior mas internamente mantinha-se uma política oficial de negação que irá prolongar-se até 1974⁵⁶⁶. Não sendo objeto do trabalho descrever a Guerra de África, é importante recordar que no final, em 1974, existiam mais de 130.000 homens mobilizados no esforço de guerra (27.000 na Guiné, 57.000 em Angola e 50.000 em Moçambique)⁵⁶⁷.

Quando Spínola chegou à Guiné, em 1968, parecia ainda mais evidente que a solução para a guerra seria diferente de uma solução estritamente militar porque, além de todos os motivos que temos vindo a aduzir, também faltava em Portugal a dimensão em forças e meios para conseguir uma vitória militar⁵⁶⁸. Portugal não tinha o poder militar da França ou do RU (onde se procuraram aprender políticas, estratégias, doutrinas, táticas e técnicas). Iremos de seguida elaborar sobre as experiências vividas por estes países.

2. “Lições aprendidas” sobre a Argélia, a Indochina / Vietname, a Malásia e o Quénia. A doutrina “O Exército na Guerra Subversiva”

As Forças Armadas portuguesas tentaram, antes de as guerras em África se iniciarem, aprender e evoluir na sua doutrina. Por outras palavras, “no Exército Português, em 1959, houve uma antecipação em relação aos factos”. Entre outras iniciativas foram enviadas equipas de reconhecimento à Argélia. A guerra na Argélia começou em 1954 e a França chegou a ter 500.000 militares no território para combater a FLN (Front de Libération Nationale). A nova doutrina portuguesa irá receber uma grande influência deste conflito⁵⁶⁹.

⁵⁶⁵ “O Exército luta com grandes dificuldades, numéricas e quantitativas, de pessoal, devidas ao grande esforço que tem estado a desenvolver”, Carta de Luz Cunha, Ministro do Exército, a Salazar de 25 de maio de 1968, Menezes, 2010: 551.

⁵⁶⁶ Num dos despachos da censura escrito pelo Coronel Saraiva em 12 de Janeiro de 1970 pode ler-se: “ora como se sabe, não há qualquer guerra. É proibido dizer isso. Deve ter sido confusão do repórter”, Ribeiro, 1999: 7.

⁵⁶⁷ António Telo em Afonso, 2000: 347.

⁵⁶⁸ “A ambição foi maior que o braço armado - Lembrando a principal Lei da Estratégia – adequada relação entre meios e objetivos – para o nosso caso só havia duas soluções: ou dispor de meios muito numerosos e caros (...) ou encontrar objetivos mais modestos do que o *Portugal uno e indivisível*, como seria, por exemplo, a autonomia das parcelas”, Barrento, 2010: 1323.

⁵⁶⁹ “Quatro grupos de oficiais que foram à Argélia, eu sou do último (...) a guerra da Argélia que, em termos militares, foi um laboratório, serviam-nos de referência”, Pires, 1995: 809; Canelhas, 1995: 191; Reis, 2008: 144.

Numa fase inicial os franceses entraram na Argélia de uma forma convencional, através de um forte dispositivo assente em carros e aviões de combate, mas rapidamente reconheceram que assim não conseguiriam derrotar a FLN⁵⁷⁰. Tal como ocorria em outras insurreições⁵⁷¹ verificou-se um crescente antagonismo entre o exército e populações e entre executores militares e governantes políticos. Os militares portugueses enviados à Argélia, entre outras atividades, assistiram à importância da criação de um “poderoso serviço de ação psicológica que envolvia mil oficiais”; testemunharam grandes operações combinadas entre helicópteros, blindados e infantaria; operações montadas “imediatamente” com base nas informações recebidas, geralmente obtidas por recurso a unidades helitransportadas e testemunharam os problemas dos “santuários” colocados na Tunísia⁵⁷². Desde logo, foi possível constatar que muitas das soluções usadas pelos franceses seriam impraticáveis por parte de Portugal, quer fosse pela geografia dos territórios em causa (a fronteira entre a Argélia e a Tunísia nada tinha a ver com as enormes e “porosas” fronteiras de Moçambique, de Angola ou da Guiné) quer pela disponibilidade dos meios franceses quando comparados com os recursos nacionais.

As lições aprendidas permitiram montar em Portugal a ação psicológica do Exército e escolher os locais onde seriam feitas as primeiras instruções como Caçadores 5 em Lisboa⁵⁷³ e o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE) em Lamego (primeiro com o Grupo de Caçadores Especiais, criado, entre outros, por militares que tinham estado na Argélia), que começou a funcionar efetivamente em abril de 1960⁵⁷⁴.

⁵⁷⁰ Como também não tinha sido possível na Indochina, recordemos as palavras do comandante vietnamita Vo Nguyen Giap “advogámos um vasto desenvolvimento da guerra de guerrilha, transformando a sua retaguarda na nossa frente de combate. As nossas unidades operavam em pequenos grupos (...) a frente não estava em nenhum sítio e estava em todos”, Giap, 2005: 58-49.

⁵⁷¹ “Tunísia e Marrocos em 1956, Gana em 1957, a Guiné-Conacri, em 1958, Senegal e Congo em 1960”, Serrão, 2011: 34; Canelhas, 1995: 192.

⁵⁷² “Os franceses construíram uma enorme barreira física na fronteira com “altas redes de arame farpado e redes (...) torres de vigilância de 30 em 30 quilómetros (...) com sistema de alarme elétrico”, Canelhas, 1995: 195; Relatório da Missão à Argélia, Arquivo Histórico Militar: PT AHM-FO-39-11-593-354 e PT AHM-FO-39-11-593-355; Canelhas, 1995: 192; Pires, 1995: 810.

⁵⁷³ “Foi onde se fez a primeira instrução”, Pires, 1995: 810; “criado pelo Dec.Lei 42 928, de 16 de abril de 1960 (...), nove oficiais selecionados foram reunidos no então Batalhão de Caçadores 5”, CECA, 1988: 310.

⁵⁷⁴ “Tornou-se necessário organizar um centro de instrução de pacificação e contraguerrilha, baseado na experiência francesa e devidamente adaptado ao caso português”, Serrão, 2011:

Sistematizou-se um processo de disseminação dos conhecimentos e das novas doutrinas empregues por outros países, aos vários níveis, desde a grande estratégia ensinada no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM) e na Academia Militar (AM) até ao treino tático de pequenas unidades na Escola Prática de Infantaria (EPI) e no CIOE⁵⁷⁵. Desta forma alterava-se (rompia-se definitivamente) com o paradigma do anterior ministro da defesa, Santos Costa, mais direcionado para uma possível terceira guerra mundial, desenvolvendo-se agora um novo conceito estratégico nacional assente na premência da defesa das colónias⁵⁷⁶.

Canelhas, Lemos Pires e outros oficiais do Exército Português que estiveram na Argélia identificaram, entre outros, os problemas relacionados com conflitos de autoridade, porque o “escalão político não entendia a guerra” e também a conclusão que anteriormente vimos assumida por Costa Gomes no final da *Abrilada*, de que a ação militar, por si só, não chegava⁵⁷⁷. Introduzia-se, assim, na doutrina portuguesa o conceito de “guerra total”⁵⁷⁸ que envolvia todas as estruturas, desde a instituição militar às autoridades administrativas, porque a finalidade era clara: “ganha quem tiver consigo as populações”⁵⁷⁹. A doutrina desenvolvida posteriormente em Portugal, e permanentemente aperfeiçoada, foi considerada por exemplo, pelo correspondente de guerra Al J. Venter, como “a mais sofisticada doutrina de contrainsurreição e de guerrilhas desde que Napoleão fora derrotado na Península Ibérica”⁵⁸⁰.

A doutrina portuguesa de contrainsurreição teve de ser diferente das demais porque, além de outras considerações, necessitou de se adaptar para ser executada por um país parco em recursos materiais e humanos, vivendo uma situação de guerra distribuída por três territórios. Ou seja, não poderia ser uma cópia das doutrinas

38; “o último grupo foi constituído pelo Major Nunes Igreja e os Capitães Aquilino Miranda, Luz de Almeida, Vaz Antunes e Lemos Pires, que viriam a ser alguns dos fundadores do CIOE”, Serrão, 2011: 38; Pires, 1995: 810.

⁵⁷⁵ Borges, 2009; “começou-se a dar doutrina, eu próprio dei cursos de guerra psicológica a cerca de trezentos oficiais”, Pires, 1995: 810; “Tanto o CIOE como o IAEM se tornaram fóruns para a exploração e desenvolvimento das estratégias e táticas mais eficazes contra qualquer insurreição nas colónias portuguesas”, Cann, 1998: 75.

⁵⁷⁶ Rodrigues, 2008: 44.

⁵⁷⁷ PT AHM-FO-39-11-593-354 e Canelhas, 1995: 198.

⁵⁷⁸ PT AHM-FO-39-11-593-354.

⁵⁷⁹ Canelhas, 1995: 197.

⁵⁸⁰ “The most sophisticated counter-insurgency and guerrilla methods devised by man since the Spanish perfected the art against Napoleon two centuries ago”, Venter, 1973: 17.

utilizadas pelas grandes potências, nomeadamente, a França, o RU ou os EUA⁵⁸¹. Embora não seja objeto deste trabalho estudar a evolução da doutrina (que estará bem presente na Guiné, até porque muitos dos militares que foram à Argélia estarão com Spínola na Guiné) gostaríamos, ainda assim, de destacar algumas das recomendações destes relatórios sobre as visitas à Argélia, elaborados em 1959, e destinados ao comando do Exército Português⁵⁸², que viriam a ser incluídas nos futuros manuais da doutrina portuguesa “O Exército na Guerra Subversiva”⁵⁸³.

Uma das recomendações no âmbito da ação psicológica é a de que se torna necessário estar presente no meio da população e conhecê-la, auscultá-la, sendo essa então também uma tarefa do exército. Embora estejamos a utilizar a expressão “ação psicológica”⁵⁸⁴, poderíamos usar uma expressão mais abrangente: “ação psicossocial” que por definição inclui a psicológica e a ação social⁵⁸⁵. Assume-se, desde o início, que não haveria uma separação de tarefas entre autoridades civis e militares, que o contacto com as populações era responsabilidade de todos e que o exército não podia “impor a luta em terrenos e no seio de populações reconhecidos por outrem”. Esta seria uma diferença fundamental da doutrina portuguesa porque obrigou o exército, ao contrário do que se assistia na Argélia, a adotar um dispositivo aberto, espalhado (pois o exército não devia reunir as suas forças em duas ou três localidades apenas, para as fazer acorrer somente quando se desenha ou

⁵⁸¹ Sobre o estudo comparado entre as várias doutrinas ver tese de Doutoramento de Bruno Cardoso Reis (2008), *Big Armies and Small Wars: British, French and Portuguese Late Colonial Counterinsurgency*, (ver Bibliografia e Fontes).

⁵⁸² PT AHM-FO-39-11-593-354.

⁵⁸³ Estado Maior do Exército (1963 e depois com uma versão corrigida em 1966), *O Exército na Guerra Subversiva*, 5 volumes.

⁵⁸⁴ “Aplicação de um conjunto de diversas medidas, devidamente coordenadas, destinadas a influenciar as opiniões, os sentimentos, as crenças e, portanto, as atitudes e o comportamento dos meios amigos, neutros e adversos”, EME, 1963, Volume III: 1; “Os teóricos franceses dividiram (...): guerra psicológica e ação psicológica. A primeira era dirigida ao inimigo (...), a segunda era dirigida à população e forças de segurança”, Cann, 1998: 192; “Somos pioneiros da ação psicológica em Portugal, matéria que depois deu origem a um conjunto de regulamentos que ainda hoje são admirados lá fora e que foram publicados nos anos 60”, Pires, 1995: 812.

⁵⁸⁵ “Aplicação de um conjunto de medidas de carácter assistencial, devidamente coordenadas, que, melhorando as condições de vida das populações e elevando o seu nível cultural, contribuem para ganhar a confiança dessa população e conquistar-lhe os corações”, EME, 1963, Volume III: 2.

concretizasse uma ameaça) e assim propunha-se que a dispersão fosse feita pelo maior número possível de aquartelamentos⁵⁸⁶.

Entre outras recomendações que escolhemos selecionar está a proposta de criar comandos gerais e regionais para as áreas de conflito. Em cada um destes comandos recomenda-se a existência de repartições ou secções de ação psicológica e o destacamento de oficiais de ação psicológica até ao nível dos batalhões no terreno. Outra sugestão, com base na observação da Argélia, seria a de articular as forças em “tropas de quadrícula e as tropas de intervenção” pois assim, embora se garantisse um dispositivo disperso e em contacto com as populações, poder-se-ia dispor, simultaneamente, de tropas bem equipadas e treinadas (seriam no futuro os fuzileiros, para-quedistas e comandos) para intervir rapidamente e onde necessário⁵⁸⁷. Estas forças deveriam estar em grande articulação com a força aérea a fim de lhes garantir a necessária mobilidade.

Também são propostas importantes alterações na orgânica e constituição das unidades militares e, fazendo a comparação com a experiência francesa na Argélia, os militares portugueses alertaram para que não se repetisse o que os franceses tinham feito quando tinham procurado adaptar a orgânica da NATO aos desafios de uma guerra de guerrilha⁵⁸⁸. Portugal iria criar uma orgânica própria e adaptada, inclusivamente transformando unidades de artilharia ou de cavalaria em companhias de infantaria, ligeiras, com grande flexibilidade e elevada mobilidade.

Como se pode observar, ao nível militar, surgiu rapidamente não só uma doutrina de emprego de meios mas, acima de tudo, uma doutrina abrangente que forçava à cooperação entre diversos organismos do Estado. No caso da guerra em África, esta doutrina só foi verdadeiramente aplicada, com os mais importantes ministérios envolvidos, a partir de 1967, quando se emitiu o despacho conjunto já referido anteriormente, dos Ministros de Defesa Nacional e do Ultramar, levando à criação de “uma doutrina de contrassubversão, desenvolvida e aplicada nos três teatros de operações”⁵⁸⁹.

A experiência da Argélia não foi a única fonte de pesquisa e estudo. Entre 1958 e 1959 o Exército enviou cinco oficiais para o *Intelligence Centre of the British Army* (Centro de Informações do Exército Britânico) para frequentarem cursos de

⁵⁸⁶ PT AHM-FO-39-11-593-354; Canelhas, 1995: 202.

⁵⁸⁷ Ganhar o apoio das populações era considerado vital na doutrina portuguesa e francesa mas menos relevante para a doutrina britânica, Reis, 2011: 262.

⁵⁸⁸ Canelhas, 1995: 105; o termo guerrilha é muitas vezes referido como de “Small Wars”, Reis, 2008: 23.

⁵⁸⁹ CECA, 1988: 123.

informações. Os cursos aí ministrados assentavam na doutrina da guerra subversiva, nas lições aprendidas sobre a Indochina, Malásia, Quênia, Birmânia e Chipre⁵⁹⁰. Dois dos cinco oficiais portugueses que frequentaram estes cursos, os capitães Pedro Cardoso e Renato Marques Pinto, foram nomeados para professores no IAEM. É interessante referir que Pedro Cardoso (que terá um cargo fundamental na Guiné de 1968 a 1972, detalhado mais adiante) traduziu um dos manuais que trouxe do RU intitulado *Keeping the Peace (Duties in Support of the Civil Power)*⁵⁹¹ e que ajudou na elaboração da doutrina portuguesa.

Foram também enviados oficiais para frequentarem cursos de Operações Especiais e Pára-Comandos na Bélgica; de informações e fuzileiros no RU; de Para-quedistas, esquiadores-escaladores, guerrilhas e comandos em Espanha; de pilotos, estado-maior, rangers nos EUA. Só nos EUA, e até 1963 já tinham passado pelas escolas americanas 2.288 portugueses⁵⁹².

No respeitante à Malásia e ao Quênia, das lições aprendidas sobre a atuação do RU, importa assinalar alguns aspetos relevantes que depois foram seguidos por Portugal: em 1952, Sir Gerald Templer (comandante-chefe na Malásia) obteve o comando único sobre as autoridades civis e militares, por decisão de Winston Churchill baseado na má experiência anterior de evidente descoordenação⁵⁹³. Para haver sucesso numa contrainsurreição tinha de haver uma estreita cooperação entre todos os ramos do governo civil e das forças armadas, e tal coordenação devia ser da responsabilidade de uma só entidade⁵⁹⁴. Templer também pediu a Churchill que lhe fosse possível escolher os homens certos para a sua equipa, tanto civis como militares. Outra “lição aprendida” na Malásia foi a necessidade e a importância de as

⁵⁹⁰ Reis, 2008: 106; Cann, 1998: 67; Hughes, 2001: 94-112.

⁵⁹¹ Manter a Paz – Deveres de apoio ao poder civil. “O volume tratava, de um modo geral, das insurreições como um problema inspirado pelo comunismo, progredindo da subversão à apreensão de áreas fundamentais e incluindo as lições extraídas da experiência britânica na Malásia”, Cann, 1998: 67-68.

⁵⁹² “Up to 1963, a total of 2.288 officers and men had passed through American military establishment”, por exemplo em 1969 foram 133, Venter, 1973: 172; mas a influência americana na doutrina portuguesa foi diminuta: “tiveram pouca influência no pensamento português”, Cann, 1998: 74; Serrão, 2011: 39.

⁵⁹³ Moyar, 2009: 121 e Venter, 1973: 25.

⁵⁹⁴ E em todos os níveis de decisão, Reis, 2008: 210 e Reis, 2011: 269; Templer na Malásia criou um sistema eficaz de “pyramidal committees and joint headquarters and operation rooms”, o modelo usado na Malásia dependia da coordenação entre as componentes civis e militares e num balanceamento “judicioso” entre a conquista dos “hearts and minds” com um “intelligence work and the application of state power”, French, 2011: 99.

informações serem coordenadas por uma só autoridade. No fundo, os cenários das doutrinas britânicas na Malásia e no Quênia, eram as grandes referências que incluíam princípios que Portugal viria a adotar na sua doutrina, tais como a violência mínima e a cooperação civil-militar⁵⁹⁵. Da Malásia ainda se encontrou uma importante referência sobre a escolha dos mais aptos para liderar a administração civil. Templer defendeu que, enquanto não fosse possível existirem quadros locais qualificados para assumirem as mais importantes responsabilidades, era preferível ter administradores britânicos. O conceito era o de que “good government deserved precedence over self-government” ou seja, como veremos depois na ação de Spínola num subcapítulo destinado à *africanização*, o esforço de incluir mais nativos na administração também se subordinava ao princípio das condições existentes de formação e por isso esta estratégia ser sempre considerada progressiva e de longo prazo⁵⁹⁶.

O conceito de quadrícula, que detalharemos mais à frente, é adotado da referência francesa de “quadrillage” usado na Argélia que “requeria uma cooperação total, a todos os níveis, entre militares, a polícia e a administração civil”⁵⁹⁷. O mesmo se diga da “Réserve Générale” composta por “tropas de elite” que Portugal utilizaria na terminologia de forças de intervenção, com o uso das forças especiais. Na Malásia utilizou-se uma organização tática denominada de “desdobramento da estrutura” que seria utilizada de forma parecida por Portugal⁵⁹⁸.

As experiências adquiridas levaram ao elaborar de várias obras e referências futuras, como, por exemplo, os “Apontamentos para o emprego das Forças Militares em Guerra Subversiva”, texto coordenado pelo Tenente-coronel Nunes da Silva com a colaboração dos alunos do Curso de Estado-maior de 1961-1962 ou o livro do Coronel Hermes de Oliveira intitulado de “Guerra Revolucionária”⁵⁹⁹.

⁵⁹⁵ No entanto, Bruno Cardoso Reis defende que, na realidade, os britânicos não defendiam o uso de violência mínima ou “*minimum force*”, antes adaptavam o uso da força à realidade específica da área de operações e não hesitavam em usar a força quando tal se mostrava eficaz, Reis, 2011; Cann, 1998: 71-73; ou como afirmou David French “on the balance they did so by being nasty, not nice, to the people”, French, 2011: 7 e 251.

⁵⁹⁶ Moyer, 2009: 124.

⁵⁹⁷ Cann, 1998: 96; curiosa a forma adotada na altura “Nas cidades era a polícia; nas áreas rurais, era o exército” – esta forma de atuar seria também seguida no Afeganistão em 2009/2010, ver Capítulo I e IV.

⁵⁹⁸ Moyer, 2009: 125-126 e Cann, 1998: 97-98.

⁵⁹⁹ “A guerra revolucionária, a força é empregue para moldar as intenções do povo relativamente à governação”, Smith, 2008: 208 ou “na guerra revolucionária este inimigo é, antes de mais e tudo somado, um regime político”, Delmas, 1975: 17 ou ainda de Mao Tsé-

A obra final, o novo pensamento militar, ficou escrita em cinco volumes que foram a referência fundamental para os militares nos três teatros de operações africanos: “O Exército na Guerra Subversiva” conhecido na gíria militar como “A Bíblia”⁶⁰⁰. Foi a doutrina que utilizaram em África, nos três teatros de operações, tendo sido escrita para ser utilizada em todos os escalões de comando (desde o general comandante de setor até ao alferes comandante de pelotão) e sendo adequada ao tipo (e região) de guerra que Portugal enfrentava. Estes cinco volumes representaram uma obra completa e acessível. Acima de tudo, encontrava-se adaptada à realidade das guerras de África que o país enfrentava⁶⁰¹. Ao contrário da doutrina francesa ou britânica, a portuguesa continua ainda hoje a ser pouco conhecida⁶⁰².

São cinco os livros (volumes) publicados e amplamente disseminados nas Forças Armadas Portuguesas: I – Generalidades; II – Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas; III- Ação Psicológica; IV – Apoio às Autoridades Civas; V – Administração e Logística. O Ministro do Exército, que os manda publicar, chama à obra “o guia”⁶⁰³ e, de facto, será uma referência relevante em toda a Guerra de África⁶⁰⁴. As fontes de pesquisa estão bem identificadas e refletem o que escrevemos anteriormente. Além dos vários estudos efetuados em Portugal as referências bibliográficas estão agrupadas em francesas, britânicas e americanas bem como o método já descrito de recolha de “lições aprendidas”⁶⁰⁵.

Toung “a forma suprema de luta para resolver contradições (...) de classe ou nacional”, Tsé-Toung, 2004: 31-32.

⁶⁰⁰ Afonso, 2010: 176; logo no início do Volume I é feita a referência que a base da doutrina foi levantada no já referido trabalho do Curso de Estado-maior 1961-1962, EME, 1966: V.

⁶⁰¹ “Julgou-se necessário, em alguns casos, descer a pormenores válidos somente para esses territórios”, EME, 1966, Volume I: XII; “As guerras africanas nos territórios de administração portuguesa foram do tipo de muitas outras que aconteceram em África e que a precederam, mas simultaneamente mais «brandas» e mais «arrastadas»”, Pires, 1999: 193.

⁶⁰² Reis, 2008: 27-29 e Reis, 2011: 246.

⁶⁰³ Como se pode ler no despacho de publicação dos livros assinado pelo General Joaquim da Luz Cunha, EME, 1966, Volume I: III; mas mais adiante já se pode encontrar a designação de “manual” – p. XI.

⁶⁰⁴ A primeira edição (1963) esgotou rapidamente: “os 5.000 exemplares da 1ª edição não foram suficientes”, e é interessante notar a procura de “representantes de exércitos estrangeiros”, EME, 1966, Volume I: XV.

⁶⁰⁵ Nos vários volumes denominado de “ensinamentos colhidos” e que em 1966 já têm em linha de conta a experiência entretanto adquirida pelas forças portuguesas: “durante alguns anos de campanha no Norte de Angola e na Guiné (...) ingleses e franceses”, EME, 1966, Volume I: VII-VIII e XIII.

Estes cinco volumes, que conheceram uma primeira versão em 1963, foram intencionalmente pensados para poder ser melhorados pois notava-se que “a experiência de operações futuras demonstrará, sem dúvida, que alguns dos princípios e procedimentos nela estabelecidos estão errados”. Pedia-se por isso que todos contribuíssem com a recolha de lições aprendidas e com “críticas e propostas para uma nova edição melhorada”⁶⁰⁶.

No primeiro volume, relacionam-se conceitos da subversão e das guerras revolucionárias e elencam-se as principais características da “Guerra Subversiva” e da “luta contra a subversão”. No segundo volume, “Operações contra Bandos Armados e Guerrilhas”, abordam-se princípios gerais no emprego das forças, tipificam-se missões e detalham-se as táticas adaptadas ao ambiente operacional. Os temas tratados no terceiro e quarto volume, “Ação Psicológica” e “Apoio às Autoridades Civis” serão analisados em detalhe mais à frente, através da aplicação da doutrina ao caso específico da Guiné. No último volume, o mais pequeno, intitulado “Administração e Logística”, detalham-se as particularidades do apoio à administração que “não pode ser o mesmo que numa guerra convencional”. Este volume preconiza uma integração conjunta da logística entre os vários ramos, Exército, Marinha e Força Aérea⁶⁰⁷.

Sem entrar em maiores detalhes sobre o conteúdo destes cinco volumes, gostaríamos de salientar que um dos pressupostos da aplicação da doutrina era a necessária cooperação entre os variados organismos da administração pública. Nem todos os setores do Estado realizavam as tarefas que no conjunto da manobra lhes competia⁶⁰⁸, pelo que foi necessário, durante os anos de guerra, encontrar mecanismos de aumentar a participação das componentes não militares no esforço holístico da guerra, situação a que faremos referência mais adiante.

Uma diferença em relação às doutrinas francesas e britânicas “elaboradas a partir de lições aprendidas à custa de derrotas” foi que os portugueses usaram-na antes do conflito, adaptaram e reviram-na ao longo do mesmo, enquanto a França e o RU só as tiveram amplamente publicadas e distribuídas durante os conflitos ou após estes terminarem⁶⁰⁹. O historiador David French afirmou ainda que os britânicos não só

⁶⁰⁶ EME, 1966, Volume I: XIII.

⁶⁰⁷ EME, 1966, Volume V: VI.

⁶⁰⁸ Alves, 2010: 1308.

⁶⁰⁹ Cann, 1998: 70, 99 e 253; “No exército britânico (...) não havia nenhuma doutrina de contrainsurreição para guiar os soldados”, Cann, 1998: 109; embora as tenham usado ainda durante os mesmos como podemos ver pela distribuição por Templer na Malásia do “The Conduct of Anti-Terrorist Operations in Malaya” em meados de 1952 como forma de garantir um doutrina comum a forças militares e policiais, Moyar, 2009: 125.

aproveitaram pouco os ensinamentos recolhidos na Malásia como apenas os aplicaram durante um período curto⁶¹⁰.

Uma das mais importantes lições franco-britânicas retiradas e constantemente referidas na doutrina portuguesa é a necessidade de uma correta integração política e militar⁶¹¹. Um comando político-militar verdadeiramente unificado dera uma grande vantagem “aos insurretos”, pelo que em ambas as doutrinas se propunha que devia ser usado da mesma forma pelas potências que faziam a contrassubversão, ou seja, era fundamental “a coordenação de esforços”⁶¹². Como veremos na última parte deste capítulo, foi o que se procurou. Numa primeira fase as funções militares substituíram as civis, ou estas últimas foram integradas na hierarquia militar⁶¹³. Depois, nomeadamente na Guiné, houve uma coordenação intensa entre as componentes militares e civis⁶¹⁴.

3. O percurso de Spínola

Para muitos que o conheceram, Spínola foi acima de tudo um militar e não um político. No entanto, teve de desempenhar ambas as funções em vários períodos da sua vida. Embora tivesse um projeto político para Portugal, não ganhou grande reputação quando desempenhou exclusivamente funções políticas, como a de Presidente da

⁶¹⁰ Os britânicos, escreve David French, têm uma “chequered history of gathering, analyzing, and disseminating the lessons of their campaigns”; refere ele ainda que o “Malayan model of counterinsurgency was only applied in Malaya for three years”, e que foi utilizado apenas “inconsistently and incompletely elsewhere”, French, 2011: 218 e 250.

⁶¹¹ Sobre as doutrinas de contrainsurgência / contrainsurreição importa destacar também as obras “clássicas” que foram usadas por portugueses, britânicos, franceses e, como veremos no capítulo sobre Petraeus, formaram a base da nova doutrina americana em vigor no século XXI: além de David Galula (1964) já citado, encontra-se Trinquier, Roger (1964); Vo Nguyen Giap do Vietname ou Mao Tse-Toung da China (ver bibliografia e fontes).

⁶¹² David Galula alerta para os perigos de os militares assumirem o comando político-militar e de forma clara defende que deve ser procurada a “coordenação de esforços” com o poder civil a ser exercido em todos os níveis da administração pública; diz mesmo que o líder da contrainsurgência, assume ele, deve ser um civil, Galula, 1964: 63-66.

⁶¹³ Na China, Mao Tsé Tung juntou 50.000 estudantes, devidamente treinados e preparados, para seguir o exército na primavera de 1949 e assim, logo que possível, ir substituindo os militares nas tarefas da administração pública e educação, Galula, 1964: 65.

⁶¹⁴ Cann, 1998: 73 e 86; “Este sistema assegurava uma convergência de objetivos militares e civis, uma união de esforços e uma estreita coordenação a todos os níveis” Cann, 1998: 100; “Portugal tinha assim alterado o exército para se adaptar à guerra, em vez de tentar alterar a guerra para se adaptar ao seu exército”, Cann, 1998: 108.

República em 1974⁶¹⁵. O cargo de Spínola na Guiné entre 1968 e 1973 foi tanto de comandante militar como de governante político e esta última dimensão não pode ser ignorada, ainda que o próprio afirme que não se considerava um político: “pelo simples motivo de que, não sendo político, pouco ou nada sei de filosofia política”⁶¹⁶.

Estando Spínola preparado ou não para o ser, o cargo de Governador e Comandante-Chefe na Guiné seria, em 1968, marcadamente político. O próprio Spínola reconhecerá que não se pode separar uma coisa da outra. Mesmo no exclusivo desempenho das funções militares, nas mais altas funções de chefia, “o chefe militar tem de ser também político no mais puro sentido do termo”⁶¹⁷.

Spínola teve um percurso de vida que, tal como ocorrera com Wellington, lhe possibilitou obter um entendimento mais amplo sobre a sociedade em si, diríamos, para lá das *paredes dos quartéis*. Spínola era filho de um civil, conviveu ao longo da sua vida com muitos militares e civis, trabalhou no âmbito empresarial com um dos mais conhecidos empresários portugueses e viajou / conheceu outros países e outras realidades.

Tal como foi feito para o capítulo “Wellington”, não é nossa intenção aprofundar as características de liderança ou comportamentais de Spínola mas, através do seu percurso de vida, entender o contexto de algumas das suas decisões. O período em estudo é aquele em que Spínola exerceu funções de Governador-geral e Comandante-Chefe na Guiné (1968-1973), pelo que abordaremos os factos mais relevantes anteriores e apenas faremos ocasionais referências ao que sucedeu posteriormente, com a exclusiva finalidade de enquadrar a vida e pensamento de Spínola. Da mesma forma que não pudemos ignorar que, após a Guerra Peninsular, Wellington ocupou as mais importantes funções políticas no seu país, incluindo as de Primeiro-ministro, também temos obrigação de recordar que Spínola foi Presidente de Portugal e Petraeus, Diretor da Central Intelligence Agency (CIA) nos EUA⁶¹⁸.

⁶¹⁵ “António de Spínola foi, acima de tudo, um militar, e como tal sempre se considerou”, Rezola, 2002: 9; “Spínola nunca foi civil, só quando nasceu. Mesmo na forma de vestir à paisana tinha o seu porte militar”, entrevista de Manuel Monge sobre António Spínola em Rato, 2011: 87; “um bom militar e um mau político”, Costa Gomes em Rezola, 2002: 11.

⁶¹⁶ Mensagem à Província proferida em 1 de Janeiro de 1969, Spínola, 1970: 57.

⁶¹⁷ Spínola, 1972: 265; “está amplamente demonstrado que a separação dos poderes, político e militar, a partir de determinado nível de direção, joga a favor do adversário; e sendo assim é perfeitamente natural que ao ser-me confiado o Comando das Forças Armadas na Guiné tenha aceitado, por inerência, assumir a responsabilidade do poder político”, Spínola, 1972: 487.

⁶¹⁸ Alguns dados mais detalhados da vida de António de Spínola poderão ser encontrados no Anexo B – Síntese Biográfica de Spínola.

Spínola nasceu em 1910, filho de uma família com raízes nobres e ascendência italiana. Os seus pais eram ambos da Madeira e devido à profissão do pai, funcionário superior das finanças, António de Spínola teve de mudar frequentemente de residência. O pai de Spínola foi em 1928 o chefe de gabinete do então novo ministro das finanças, Oliveira Salazar e também “salazarista convicto”. Tentando fazer um possível resumo dos primeiros anos de vida, poderemos recordar que Spínola cresceu próximo do meio político e com um pai “austero, exigente e rigoroso (...) que moldará a personalidade do filho”⁶¹⁹. Em 1920, entrou para o Colégio Militar e iniciou aí o seu contacto com a instituição militar⁶²⁰. Aos 18 anos iniciou a sua carreira militar e, ainda aluno da Escola do Exército, em 1931, tomou a sua primeira iniciativa de carácter político. Face ao ambiente revolucionário em curso apresentou-se como voluntário ao comandante da coluna “situacionista” que atuava no Jardim Zoológico, mostrando assim, desde a sua juventude, que se colocava ao lado do regime político vigente, onde Oliveira Salazar estava a consolidar o seu poder⁶²¹. A política surgia a par da vida militar. No ano seguinte casou-se e importa referir que o seu sogro era um respeitado general do Exército Português, importante figura também na política, fortemente ligado a Salazar, o General Monteiro de Barros.

Quanto à sua carreira refira-se que durante a Guerra Civil espanhola Spínola participou na tarefa de escolta a colunas militares de abastecimento às tropas de Franco⁶²² o que lhe possibilitou um contacto próximo com uma guerra interna (civil) de grandes dimensões. Em 1941, durante a II Guerra Mundial, integrou um grupo de oficiais que visitou a Alemanha onde teve oportunidade de conhecer de perto a frente de guerra com a Rússia. Spínola teve contacto direto com uma guerra denominada de “convencional” e com a forma como esta era executada. Spínola revelou o que aprendeu, tanto em termos militares como políticos: “no plano militar, colhi ensinamentos que me foram úteis para a guerra do ultramar, no plano político, permitiram-me refletir sobre o papel das grandes potências na condução dos negócios do mundo e sobre o papel reservado aos pequenos países quando queiram manter

⁶¹⁹ Rezola, 2002: 15-16.

⁶²⁰ “Considero o Colégio Militar uma escola ímpar de formação para a vida”, António de Spínola em entrevista à *Revista da Associação dos Antigos Alunos do Colégio Militar* em 1986, Rezola, 2002: 15.

⁶²¹ Rezola, 2002: 18.

⁶²² Rezola, 2002: 27.

uma soberania visível”⁶²³. Também será importante para si uma visita à Itália de Mussolini em 1941 onde pôde conhecer de perto um regime fascista.

Grande parte da carreira de Spínola foi passada na Guarda Nacional Republicana (GNR), o que lhe permitiu entender e conhecer melhor os assuntos ligados à segurança interna. Uma passagem pela congénere em Espanha, a *Guardia Civil*⁶²⁴, também lhe permitiu alargar mais o seu campo de visão e comparar formas distintas de garantir a segurança. Distinguiu-se no hipismo onde integrou os corpos gerentes da Federação Equestre Portuguesa e da Sociedade Hípica Portuguesa. Esta faceta ajudou-o a entender melhor e a alargar o seu relacionamento com a sociedade civil. Por último, é de referir a aproximação ao conhecido empresário António Champalimaud que permitiu a Spínola estudar e aprofundar conhecimentos sobre o funcionamento do “mundo dos negócios” e assim aprender conceitos fundamentais para a sua visão holística a que mais tarde associará o conceito de desenvolvimento económico para a Guiné. Spínola ocupou um cargo na Siderurgia Nacional durante quase uma década e, embora não completamente em exclusivo, entrou numa espécie de “carreira paralela no mundo dos negócios”⁶²⁵. Esta experiência foi de tal forma intensa e marcante que Spínola será um homem que parece “regressado” ao Exército em 1961⁶²⁶. Além disso, a experiência empresarial e financeira também possibilitou a Spínola o conhecimento de outros territórios e países, especialmente em 1959, quando uma viagem ao Egipto lhe permitiu um primeiro contacto com um país relevante no movimento das descolonizações.

Spínola publicou inúmeros textos em revistas militares. Gostaríamos de dar destaque a um em que abertamente contestou o velho dogma militar de: “Ordens não se discutem – cumprem-se”. Spínola defendeu que “o chefe que hoje se limita a lançar mão de tal argumento já não convence ninguém”⁶²⁷. As necessidades de entender o que se faz, como se faz e para quê, a consciência política que um chefe militar deve possuir vão-se edificando no futuro governador e comandante-chefe da Guiné.

Já referimos a posição que Spínola tomou aquando da denominada *Abrilada*, mas nesse mesmo ano de 1961 toma uma outra decisão que irá fazer a diferença na sua carreira. Embora não o tivesse de fazer (porque já passara dos 50 anos de idade),

⁶²³ António de Spínola em entrevista ao *Expresso Revista* a 30 de abril de 1999, Rezola, 2002: 30.

⁶²⁴ “Em 1947, o então Capitão António de Spínola recebe uma missão de estudo junto da Guarda Civil Espanhola”, Rodrigues, 2010: 43.

⁶²⁵ Rodrigues, 2010: 47.

⁶²⁶ Entrevista de Manuel Monge sobre António Spínola em Rato, 2011: 81.

⁶²⁷ Spínola na *Revista de Cavalaria* em novembro de 1951: 405-408, Rato, 2011: 13.

ofereceu-se como voluntário para Angola. Tenente-coronel, com 51 anos de idade, irá comandar o Batalhão 345. Chegou a Luanda em dezembro de 1961.

Da sua experiência em Angola gostaríamos de relevar dois aspetos importantes para este trabalho: por um lado, apercebe-se da importância da ação psicológica⁶²⁸ e, por outro, aprende a dar valor ao relacionamento próximo com as populações, criando mecanismos para as ouvir e responder “aos seus anseios”⁶²⁹. Mais tarde na Guiné estas duas áreas estarão na base da sua política. Do que aprendeu em Angola ficaram princípios que seriam replicados na Guiné: a solução passava por “desenvolver os territórios, promover socialmente as populações e atrair os movimentos emancipalistas”⁶³⁰. No âmbito mais geral, Spínola pensava que a solução para Portugal e as suas províncias passava por “um Estado federado ou uma federação de Estados”, posição expressa ainda em Angola e que mais tarde irá referir em algumas entrevistas. No entanto, claramente, continuará sempre a afirmar que tal deverá ocorrer sob a soberania portuguesa⁶³¹. Quando chegou à Guiné, em 1968, a sua política, como veremos adiante neste capítulo, passou por pôr em prática algumas das coisas que aprendera em Angola⁶³².

Spínola apercebeu-se também em Angola da importância da opinião pública, nomeadamente a portuguesa que tinha de sustentar o esforço de guerra, e este será outro fator que vai constituir a base em que assentará parte da sua política para a Guiné⁶³³. Toma consciência da importância que tinha a ação psicossocial, o contato com as populações e a opinião pública, o desenvolvimento económico a par da ação militar e, simultaneamente, da consciência política que um chefe militar tinha de

⁶²⁸ “Spínola teve aqui a oportunidade de, pela primeira vez, perceber o impacto da ação psicológica”, Rezola, 2002: 58; e da “ação psicossocial”, Rodrigues, 2010: 81.

⁶²⁹ “A população nativa apresentava no comando do batalhão todos os seus problemas e todas as suas reclamações”, Rezola, 2002: 58.

⁶³⁰ António de Spínola em entrevista ao *Expresso Revista* em 30 de abril de 1994, Rezola, 2002: 61.

⁶³¹ Rodrigues, 2010: 83; António de Spínola em entrevista ao *Expresso Revista* em 30 de abril de 1994, em Rezola, 2002: 61; também referir que ainda em Angola, Spínola identificou-se com as posições “federalistas” do Governador e Comandante-Chefe, General Venâncio Deslandes: “Spínola escreveu-lhe, desde São Salvador, uma longa carta, manifestando-lhe a sua total solidariedade política e militar”, Rodrigues, 2010: 77.

⁶³² “Reestruturação da intervenção militar e o início de uma política de apoio às populações autóctones”, Rezola, 2002: 75.

⁶³³ “Tendo pautado, desde a primeira hora, a minha ação governativa na Guiné no respeito pela opinião pública, que considero fator fundamental do sucesso”, Spínola a Caetano, 16 de agosto de 1972, Antunes, 1995: 1007.

possuir. Em síntese, Spínola antecipou que, para haver sucesso numa guerra desta tipologia, a estratégia teria que passar, acima de tudo, por ter as populações do “nosso” lado, tanto as de Angola como as de Portugal.

Mesmo que se tente fazer a análise da situação na Guiné independentemente da personalidade de Spínola, vemos que alguns observadores estrangeiros, como os dos EUA ou do RU, faziam a direta relação entre o desenvolvimento da Guiné e a ação de Spínola⁶³⁴. A ação na Guiné será resultado de muitos outros fatores, para além da sua experiência pessoal ou percurso “holístico” em áreas tão variadas como a indústria ou os desportos, mas permitimo-nos destacar mais uma característica fundamental de Spínola: a capacidade de escolher os seus colaboradores que, tanto na GNR como em Angola, o ajudaram no exercício das suas funções e, como veremos, será fundamental na Guiné.

Após a saída da Guiné, no verão de 1973, Spínola foi nomeado como Vice-chefe de Estado Maior General das Forças Armadas e publicou o livro *Portugal e o Futuro* que resumia muito do pensamento desenvolvido na Guiné e que alguns consideram como o “golpe mortal do regime”⁶³⁵. Após o 25 de abril de 1974, foi designado Presidente da Junta de Salvação Nacional e Presidente da República (renuncia a 30 de setembro de 1974). Faleceu em 1996.

Vamos seguidamente analisar de forma mais aprofundada a ação de Spínola na Guiné-Bissau entre 1968 e 1973.

4. O esforço para com as populações locais

Spínola, com a sua equipa, desenvolveu uma doutrina holística segundo a qual as diretivas militares eram emanadas em simultâneo, ou mesmo incluídas, em diretivas para as componentes civis, se é que era possível separá-las. É o que podemos ler num dos seus conceitos intitulado “a batalha da paz”⁶³⁶, onde a importância das

⁶³⁴ No relatório enviado da Embaixada americana em Lisboa em 19 de outubro de 1971, intitulado “Portuguese Guinea and its Governor” afirma-se claramente que os desenvolvimentos em termos sociais, políticos e militares estão profundamente ligados à pessoa do seu governador, António de Spínola, CINAMIL, 1971-10-19 NA RG59 Box 2558 (1); da Embaixada britânica pode ler-se que “the atmosphere in Portuguese Guinea had also greatly improved as the result of General Spínola’s efforts”, NA FCO 65 1027 (24).

⁶³⁵ Vaz, 1997: 286.

⁶³⁶ “Justiça social, respeito pelas instituições, fomento económico e social, participação na administração pública e segurança interna são os cinco princípios da grande batalha da paz”, Spínola, 1971: 82.

componentes civis a par das ações estritamente militares é elencada e que, de forma sucinta, vamos de seguida descrever.

A doutrina portuguesa de cariz “contrarrevolucionário”, como se pode ler nas inúmeras diretivas de Spínola, traduzia-se em furtar ao inimigo os seus objetivos psicológicos. O objetivo último seria captar e consolidar a adesão das populações. Numa das suas diretivas, a número 11, de abril de 1970, lia-se que a “batalha da paz” não podia ser ganha exclusivamente pela força das armas: que seria tão importante agir “com a máxima potência e agressividade” como, simultaneamente, conseguir “respeitar os princípios básicos da construção da paz”. Em síntese, definia-se a ideia de “fazer a guerra com desportivismo e sem ódio, sendo aguerridos e violentos nas nossas ações de guerra (manobra, fogo e assalto) e humanos na forma de tratar as populações de maneira geral, e em especial as controladas pelo IN”⁶³⁷. Assim, desde o início, tornou-se clara uma determinada intenção estratégica onde a par de uma atuação sobre as forças opositoras tinha de existir uma ação pensada para captar a adesão das populações. Veremos que esta intenção se irá materializar de muitas e distintas formas no terreno.

Spínola utiliza o termo de “guerra total”⁶³⁸ numa perspetiva de incluir a faceta militar e político-social. Mesmo relativamente à classificação da doutrina decide ir além da doutrina “normal” de contrassubversão, afirmando que a ação que está a ser desenvolvida na Guiné não assenta em nenhuma “doutrina específica de contrassubversão”. A doutrina foi pensada para as forças armadas e o governo de Spínola procurou uma gestão mais abrangente, pois como o próprio afirmou “penso que a adoção de qualquer linha política com uma finalidade contrassubversiva não é defensável”, porque um Governo, acrescentou, “não pode nem deve, de forma alguma, circunscrever-se a um quadro de mera reação às circunstâncias”⁶³⁹.

Todas estas ideias e conceitos traduzem-se numa aplicação da doutrina ao terreno, concretizada através da ação psicológica, do apoio às populações e das ações de combate propriamente ditas. Para o nosso trabalho interessa-nos fundamentalmente abordar as duas primeiras, nas quais se traduz a interação entre civis e militares, entre a decisão política e as operações militares. Como tal, iremos dividir este subcapítulo nessas duas áreas fundamentais: a ação psicológica e o apoio às autoridades civis. A

⁶³⁷ Diretiva 11/70 de 30 de abril de 1970 intitulada – Integração da atividade operacional na fase atual de manobra de contrassubversão”, Antunes, 1995: 53.

⁶³⁸ “Enfrentamos na Guiné uma guerra total, de carácter iminente político-social, em que uma vitória militar não constitui uma meta final a atingir”, Spínola, 1971a: 167; “Spínola subordina a manobra militar ao desenvolvimento político-social”, Silva, 1997: 85.

⁶³⁹ Spínola, 1972: 265.

questão do relacionamento político de Spínola com Lisboa será tratada em subcapítulo separado no final.

4.1 A importância da ação psicossocial

Spínola afirmou publicamente: “teremos ganho definitivamente a guerra da Guiné, não pela força das armas, mas sim pela força da razão”⁶⁴⁰. Independentemente dos resultados alcançados, parece claro que Spínola anuncia e implementa uma política e uma estratégia que incidirá fortemente na ação holística sobre as populações. Ou seja, as populações tinham de ser convencidas e para tal desiderato era fundamental ter uma correta estratégia nos campos da ação psicológica e da ação social, em síntese, da ação psicossocial.

De uma forma geral todas as nações envolvidas em guerras coloniais tiveram de adaptar as suas doutrinas, dispositivos e forças ao tipo de conflito, mas Portugal, na opinião do historiador John P. Cann, deveu a sua singularidade a um entendimento da luta e respetiva adaptação ao local de ação e à conversão bem-sucedida da estratégia nacional às táticas do campo de batalha⁶⁴¹. Embora existisse uma determinada doutrina, foi fundamental o esforço de adaptação executado para cada realidade específica, adequando a estratégia a Angola, a Moçambique e à Guiné e mesmo, dentro de cada território, sabendo flexibilizar a ação tendo em conta as diversas etnias, as geografias e a proximidade de fronteiras. Se para Spínola a “batalha” não se iria decidir no campo das armas, mas antes através de ações no campo “da manobra político-social”, então tornava-se necessário estabelecer prioridades. Para que não existissem dúvidas, Spínola definiu que “a manobra política se sobrelevava à manobra militar”⁶⁴², pelo que, como veremos, a cada ação militar determinada existiu a montante uma intenção política que foi preciso acautelar. Em muitos casos, as denominadas ações militares foram em si mesmo, ações políticas, pelas populações, com as populações ou simplesmente na tentativa de as tentar influenciar.

Apoiar as populações era compreendê-las bem⁶⁴³. Conquistar as populações foi um objetivo principal da ação de Spínola como governador e comandante-chefe, “sem que

⁶⁴⁰ Spínola, 1970: 89; noutra momento acrescenta “é uma guerra de conquista de almas, que obviamente não poderá ser ganha por via da coação, mas sim no campo da persuasão”, Spínola, 1970: 138.

⁶⁴¹ Cann, 1998: 32.

⁶⁴² Spínola, 1970: 129 e 135.

⁶⁴³ Spínola “procurava conhecer bem a mentalidade das várias tribos para poder dialogar com elas, conhecia as necessidades da população e aproximava-se delas”, entrevista de João Nunes Barata sobre António Spínola em Rato, 2011: 63.

ambos os cargos pudessem ser dissociados⁶⁴⁴, ou seja, de forma holística, tentou-se conjugar a manobra psicossocial com a manobra operacional e ambas dentro de uma subordinação a objetivos políticos bem definidos e, acima de tudo, bem entendidos pelos vários intervenientes no terreno.

O contacto com as populações foi assim estimulado. Spínola viajava frequentemente para a frente de combate, privilegiando o contacto não só com as tropas mas também com as populações. Conforme escreveu Ricardo Durão, um dos seus principais colaboradores, “aterrávamos, chamávamos as populações que andavam por ali fugidas, e Spínola falava-lhes do futuro da Guiné”. Spínola destacava ainda, nos seus discursos propagandísticos, que eram as populações, essas sim, o futuro da Guiné⁶⁴⁵. Numa linguagem adaptada para uma população na sua maioria analfabeta, Spínola escolhia termos simples e argumentos facilmente entendíveis: uma coisa eram as «nossas tropas», que estavam ali para ajudar, outra eram os «turras» que causavam ataques e destruições⁶⁴⁶. Esta prática de apelos e discursos junto das populações gerou, entre alguns que serviam na Guiné, a ideia de que, se fosse realizado um referendo e este “fosse isento, a grande maioria era capaz de votar por ficar ligada a Portugal”⁶⁴⁷. Embora tais afirmações não possam ser confirmáveis, podemos claramente entender a importância estratégica que tinha esta ação de presença e propaganda permanente, entre as populações guineenses, e por outro lado, o impacto na própria moral das Forças Armadas Portuguesas.

Para estar com as populações e as conhecer, atuou-se em vários domínios. Um deles foi na forma e permanência das forças armadas numa determinada região. O conceito era simples: quanto maior fosse a permanência das unidades na respetiva zona de ação, maior e melhor seria o desempenho operacional⁶⁴⁸. Acreditava-se na eficácia do contacto do soldado português com as populações. No entanto, admitia-se como princípio a flexibilidade do dispositivo, porque a finalidade última, entre outras de cariz mais operacional, era a de conseguir exercer um determinado grau de controlo

⁶⁴⁴ Afonso, 2000: 476.

⁶⁴⁵ Durão, 1995: 252 e 257.

⁶⁴⁶ “Forças militares e militarizadas como as *Nossas Tropas (NT)*, enquanto os sublevados foram designados, durante um período de tempo assaz longo, por *terroristas* ou, de forma mais acintosa, por *turras*”, Vaz, 1997: 10.

⁶⁴⁷ Pires, 1995: 813; o Diplomata Stanley Duncan também afirma no seu relatório no parágrafo 89 que esta era a convicção de Spínola, NA FCO 65 1236.

⁶⁴⁸ Diretiva de Spínola nº19 de 1968 em Antunes, 1995: 348; também se pode ler que “ficou provado que manter a companhia no mesmo local era muito importante”, Cann, 1998: 97; Santos, 2008a.

sobre a população, estabelecendo contactos, permanentes e ativos, de forma a realizar uma ação psicológica dinâmica e eficiente. As diretivas de Spínola abandonaram antigos conceitos “convencionais” de conquista de território porque a ocupação das áreas sem população não tinha significado prático imediato. O terreno valia pela população que nele estava implantada⁶⁴⁹.

Como condição base tinha de existir previamente uma elevada preparação dos militares para lidar com as populações. Era necessária (e foi por isso introduzida) uma fase de adaptação e treino à realidade da Guiné que ficou conhecida como Instrução de Aperfeiçoamento Operacional (IAO)⁶⁵⁰.

Para chegar às forças, inimigas e próprias, e às populações, utilizou-se “propaganda, contrapropaganda e informação”⁶⁵¹. Para a ação ser visível no terreno esta teve de tomar a forma de assistência sanitária, religiosa, educativa e económica, que detalharemos mais à frente.

Vamos expor em pormenor um dos programas de Spínola: “Por uma Guiné Melhor”⁶⁵², que se desdobrou em variadas atividades e iniciativas. Esta campanha exigia à equipa que a dirigia relatórios diários a Spínola, diretivas claras e “fortes mensagens” para serem utilizadas pelas tropas no terreno, recomendando aos comandantes locais que guerras como a que se travava na Guiné se ganhavam no campo da promoção social e cultural das populações.

Para executar a denominada ação psicológica era feito um planeamento detalhado com técnicas de psicologia e de sociologia, em que era preciso definir muito claramente o que se pretendia atingir⁶⁵³. A campanha, embora feita com precariedade

⁶⁴⁹ “Ideia de manobra evolui, no espaço e no tempo, com as reações IN, o dispositivo tem necessariamente que ser flexível” Diretiva de Spínola nº 20 de 1968, Antunes, 1995: 350; ao nível tático pudemos encontrar vários testemunhos como por exemplo: “ir às tabancas fazer psico”, Santos, 2008b: 130.

⁶⁵⁰ Esta era mais uma lição aprendida da experiência britânica e francesa: “O exército britânico considerou o tipo de treino IAO local como indispensável (...), os franceses na Argélia, estabeleceram e conduziram um programa extensivo no Centre d’Instruction de Pacification et Contre-Guerrilla”, Cann, 1998: 114-115.

⁶⁵¹ Afonso, 2000: 262.

⁶⁵² Ver “temas” usados na campanha em Cardoso, 2000: 330; “Uma Guiné Melhor” incluía-se numa campanha mais ampla designada de “Campanha Psicológica de Recuperação” delineada em finais de 1968 e difundida através da diretiva 60/68, Cardoso, 2000: 332.

⁶⁵³ Pires, 1995: 812; ver, por exemplo, detalhe do planeamento na “manobra psicológica” da Guiné, onde se discriminam as ações a ter para (1) com as populações, (2) em relação às forças de contrassubversão e (3) em relação ao inimigo, além das atribuições a várias entidades e demais forças participantes, Cardoso, 2000: 342.

de meios, traduziu-se em várias diretivas que foram aplicadas para este efeito e, de acordo com o militar e historiador Proença Garcia, em dezembro de 1971, ao nível das populações, e embora seja difícil qualificar ou quantificar o apoio das mesmas ao governo de Spínola, já podiam ser registadas algumas ações concretas no terreno⁶⁵⁴.

De igual forma e do outro lado do conflito, o líder Amílcar Cabral anunciava frequentemente sucessos nesta área da “conquista das populações”. Encontrar números científicos e percentagens claras é quase impossível, tal estatística nunca foi feita e apenas podemos contar com os testemunhos (de um e outro lado). Por isso tentamos centrarmo-nos nas abordagens seguidas, nas intenções anunciadas, nas estratégias efetivamente seguidas e menos nos resultados obtidos. Para os resultados apenas podemos indicar, com alguma fiabilidade, os relativos a ações efetivas no campo social e, mesmo neste caso, é difícil depois avaliar qual o verdadeiro impacto que tiveram junto das populações.

O historiador guineense Julião Soares Sousa diz-nos que a tentativa de controlo das populações pelos portugueses começou demasiado tarde, apenas em 1967/1968 com a chegada de Spínola. Acrescenta ainda que o primeiro passo efetivo tinha sido dado em 1967 com a criação dos Conselhos Administrativos-Militares e Civis, cujo objetivo era promover o progresso e bem-estar e que assim se “registaram melhorias significativas em matéria do reordenamento das populações, no domínio económico, nas obras públicas e nas comunicações”⁶⁵⁵.

Mais do que a propaganda e contrapropaganda, usada por ambos os lados, o que parecia marcar a diferença eram as ações no terreno e, se uma das formas de medir o sucesso ou insucesso numa campanha é quantificar as ações realizadas, estas traduziram-se assim essencialmente no âmbito psicossocial. Como dissemos anteriormente, não pretendemos provar que efetivamente estas ações provocaram ou não uma mudança de posição nas populações, mas interessa-nos, acima de tudo, relevar o aspeto da estratégia seguida. Tentou-se privilegiar a ação psicossocial em detrimento de uma pura estratégia ofensiva, ou seja, apostou-se numa visão integrada civil e militar. Tratou-se de uma estratégia abrangente que foi seguida tanto por Spínola como também por Amílcar Cabral⁶⁵⁶.

⁶⁵⁴ Desde a organização das povoações em autodefesa, da promoção social e cultural, Garcia, 2000: 193-196.

⁶⁵⁵ “Até àquela data, a opção militar e repressão, em detrimento de medidas de carácter social, foram uma das principais políticas dos governadores da Guiné, de Vasco Rodrigues a Arnaldo Schultz”, Sousa, 2012: 370-371.

⁶⁵⁶ Ver quantificação e tipologia das ações sociais em Sousa, 2012: 372-373; em Garcia, 2000; Cardoso, 2000 e CECA, 1998; “A prestação de serviços é, talvez, a forma de assistência

No PAIGC a ação psicológica era importante e usada com bastante êxito⁶⁵⁷. Se, por um lado, a liderança de Spínola tinha introduzido uma enorme dinâmica neste campo, por outro, as ideias de nacionalismo e luta anticolonial eram difundidas e alimentadas entre a população com resultados visíveis devido também à figura carismática de Amílcar Cabral (1924-1973)⁶⁵⁸. Embora não esteja no âmbito deste trabalho, não podemos deixar de dar o devido destaque à questão das personalidades dos líderes, pois, tal como foi o caso de Wellington e Napoleão, também na Guiné o conflito se distinguiu por revelar a particularidade de ter sido marcado “pelas fortes personalidades de dois homens que a história colocou frente a frente: Amílcar Cabral e António de Spínola”⁶⁵⁹.

Para além da personalidade, está também a preparação de Amílcar Cabral em lidar com questões muito mais abrangentes do que a oposição armada, aliás, Cabral deixava grande parte das ações militares a outros membros do movimento de libertação, dedicando-se ele à parte política, incluindo as áreas da economia e desenvolvimento. Na sua formação de base, Amílcar Cabral era engenheiro agrónomo e embora bem qualificado (terminou a licenciatura com 15 valores e teve 18 valores na sua tese sobre “o conceito da erosão do solo”), desde muito cedo que denunciava a posição subalterna que os africanos ocupavam quando comparados com os europeus⁶⁶⁰. Pontualmente iremos referir a ação de Amílcar Cabral, que indubitavelmente tinha, a par de uma formação sólida, também uma visão abrangente e desenvolvida em vários patamares, muito para além dos simples combates de guerrilha.

Para alcançar os objetivos determinados por Spínola impunha-se uma ação holística dirigida de forma central, através da Divisão de Ação Psicológica do Comando-chefe e da PIDE, com a colaboração de todos, forças armadas, autoridades administrativas e policiais⁶⁶¹. Através da criação de uma Repartição de Populações e

económica que pode produzir melhores resultados do ponto de vista psicológico”, EME, 1963, Volume III: VII-20 e CECA, 1988: 119.

⁶⁵⁷ Garcia, 2000, 184; “Os militares portugueses estimavam, entre 1972 e 1974, 7.000 combatentes dos efetivos do PAIGC: 4.100 no exército popular; 2.900 nas forças armadas locais”, Afonso, 2000: 99; “7 000 guerrilheiros”, Sousa, 2012: 375.

⁶⁵⁸ Sousa, 2012.

⁶⁵⁹ Afonso, 2000: 94.

⁶⁶⁰ Sousa, 2012: 161.

⁶⁶¹ Diretiva de Spínola nº 60 de 1968, Antunes, 1995: 360; o que foi conseguido na Guiné não teve equivalente em Lisboa, ou seja, na capital não se conseguiu esta coordenação holística: “Numa guerra como a subversiva / revolucionária, que envolve essencialmente a conquista e

da ação fundamental do Secretário-geral para a Guiné, Pedro Cardoso (que detalharemos mais à frente), fomentou-se o apoio às populações locais⁶⁶².

A ação psicossocial foi intensa e continuada, revestindo-se de várias formas, métodos e meios. Se é verdade que foram privilegiadas as ações no terreno, todas as ações conducentes para dar corpo aos princípios doutrinários da ação psicossocial estiveram presentes, incluindo também a propaganda e contrapropaganda. Por exemplo foi criado um programa de rádio “Programa de Informação das Forças Armadas (PIFAS)”⁶⁶³ que emitia tanto em português como em crioulo, e nas variadas línguas étnicas, procurando também atingir os guineenses que estavam nos dois países limítrofes, Guiné-Conacri e Senegal. Uma constante nesta guerra, além da liderança forte no PAIGC, era o facto de as fronteiras da Guiné poderem ser facilmente cruzadas, permitindo assim grande liberdade de movimentos às guerrilhas e aos apoios que recebiam dos países limítrofes⁶⁶⁴.

Outra iniciativa foi a tentativa de incluir determinados líderes locais, que Spínola acreditava estarem entre os principais líderes nacionalistas, na lista de pagamentos pela administração e, assim, as autoridades tradicionais passaram a receber um vencimento mensal fixo⁶⁶⁵. Doutra forma também se tentava explorar a diferença entre a liderança do PAIGC (cabo-verdianos fora da Guiné) e as autoridades locais, guineenses. O objetivo destas ações era claro, procurava-se por este meio afastar a influência dos movimentos independentistas sobre as populações porque como Spínola afirmava, “quando um movimento subversivo, graças ao triunfo das instituições vigentes, perde o substrato humano que lhe é indispensável só o pode recuperar pela violência e terror”⁶⁶⁶. Veremos no capítulo “Petraeus” que esta metodologia também será prosseguida tanto no Iraque como no Afeganistão.

adesão das populações, pareceria exigível a existência, a nível nacional, de um Serviço de Ação Psicológica, que, em Portugal nunca chegou a ser criado”, Garcia, 2000: 190; Vaz, 1997: 291.

⁶⁶² Mário Lemos Pires afirma que “a maior parte da população portuguesa e dos territórios coloniais portugueses não entrou ou sofreu diretamente a guerra, sendo que ela não esteve sequer presente na maior extensão de todos esses territórios”, Pires, 1999: 194.

⁶⁶³ Afonso, 2000: 484.

⁶⁶⁴ “As fronteiras com os países vizinhos são convencionais, sem obstáculos naturais e resultaram da Convenção Luso-Francesa de 1905”, Afonso, 2000: 82.

⁶⁶⁵ Spínola, 1970: 208; o Diplomata Stanley Duncan afirma no parágrafo 84 do seu relatório que os chefes tradicionais recebiam um salário de 900 escudos mensais, NA FCO 65 1236.

⁶⁶⁶ Spínola, 1972: 101; esta ação de tentativa de fragmentar os movimentos de libertação são reconhecidas por Amílcar Cabral que dizia que a “ideia dos colonizadores” era colocar “os

Importa destacar, no âmbito da ação psicológica, os denominados “congressos do povo”, encontros entre as populações e as autoridades centrais / regionais que iremos de seguida detalhar, e os seus impactos aos diversos níveis regional, étnico, local e provincial⁶⁶⁷. Nestes congressos era facultada às populações a oportunidade de exporem os seus “anseios e preocupações” e de apresentarem sugestões para a sua valorização pessoal, constituindo-se assim como “autênticos elos de ligação entre o povo e o governo”⁶⁶⁸. Os congressos podem ser considerados como uma das realizações mais inovadoras da ação política do General Spínola e representaram uma determinada forma de tentar levar a administração e a governação para junto das populações, numa época em que tais procedimentos estavam perfeitamente impedidos na metrópole portuguesa⁶⁶⁹. No entanto, as interpretações sobre estas ações, variam entre o “não passaram de enorme ação de propaganda” até à de “legitimação do poder e do seu exercício por parte de Spínola e do seu grupo”⁶⁷⁰. Foram, independentemente das leituras sobre o sucesso ou insucesso na formação da opinião das populações, um marco na aproximação entre militares e civis, autoridades civis e militares, administração e populações. Mesmo que determinados temas não tenham sido discutidos ou que tenha existido aproveitamento político, interessa-nos acima de tudo ressaltar que os congressos foram efetivamente uma forma direta de comunicação e um mecanismo que obrigou à coordenação entre várias áreas da governação e administração portuguesa, civil e militar.

A participação ativa das populações da Guiné, independentemente do aproveitamento propagandístico que lhe era dado, foi fundamental para a existência de um contacto direto entre as populações e o Governo liderado por Spínola. Como afirmou José Manuel Barroso: “Os congressos do povo eram, digamos, por um lado, uma operação de propaganda a nosso favor, mas, por outro lado, eram também alguma coisa de certo modo sincera”. Julião Sousa refere que estes congressos

cabo-verdianos a dominarem os guineenses e estes a colaborarem com Portugal no controlo das ilhas”, Sousa, 2012: 226 e Silva, 1997: 90.

⁶⁶⁷ “The congressos have brought together people from different tribes and different levels of authority and have served both political and recreational ends (...) the approach that General Spínola has taken is radically different from the approaches taken in Angola and Mozambique”, relatório da Embaixada americana em outubro de 1971, CINAMIL, 1971-10-19 NA RG59 Box 2558 (7).

⁶⁶⁸ CECA, 1988: 119.

⁶⁶⁹ Reis, 2008: 156; Como pudemos ler no relatório da Embaixada americana em outubro de 1971, CINAMIL, 1971-10-19 NA RG59 Box 2558 (7) e ainda Silva, 1997: 123-124; Cardoso, 2000; Garcia, 2000.

⁶⁷⁰ Afonso, 2000: 486.

significaram uma melhoria significativa e que levaram a que em 1972 os “africanos assimilados” já pudessem eleger 5 representantes para a Assembleia Legislativa (em vez dos 3 anteriores)⁶⁷¹.

Indiretamente deu outro entendimento aos civis e militares metropolitanos na forma de se comportarem e interagirem com as populações⁶⁷². Para o “congresso do povo” ficou decidido que decorreria uma vez por ano em Bissau e que terminaria com uma sessão plenária. O I congresso realizou-se em 1970, tendo o General Spínola presidido aos quatro primeiros congressos anuais e o General Bettencourt Rodrigues (que substituiria Spínola no verão de 1973) ao quinto e último em abril de 1974⁶⁷³. Para além do congresso anual, realizavam-se “assembleias populares” entre as autoridades portuguesas e as autoridades locais, realizando-se congressos regionais e reuniões nas sedes de conselhos, ou seja, junto das populações⁶⁷⁴.

Os congressos do povo estavam assim organizados em “duas fases” distintas. Uma primeira fase ocorria a nível local, de conselho, com todas as etnias. “As pessoas falavam dos problemas da sua região, sem distinção de etnias”. Uma segunda fase, a do congresso nacional em Bissau, dividia-se em “diferentes secções que representavam, cada uma delas, as grandes etnias e afins”. José Manuel Barroso afirma que “os representantes das populações tinham uma liberdade de crítica absoluta, que ia desde a crítica ao governador, às autoridades, ao administrador local, às coisas que estavam bem, às coisas que estavam mal, ao que tinha piorado de um congresso para outro, até à presença dos portugueses lá”. Como resultado prático destes congressos, embora não possamos aferir sobre os sentimentos das populações, sabemos no entanto que o Governador e Comandante-Chefe tomava

⁶⁷¹ ICS, 2011a: 37; Sousa, 2012: 373 e Silva, 1997: 123.

⁶⁷² “Foram o reforço da consciencialização política num conjunto de militares profissionais e de quadros civis em serviço na Guiné”, Afonso, 2000: 487; Reis, 2008: 156-157.

⁶⁷³ Afonso, 2000: 486.

⁶⁷⁴ “Uma estratégia total, que incluiu e congregou os esforços administrativos e militares e onde sobressaiu o desenvolvimento socioeconómico dos territórios afetados e das suas populações e de uma ação psicológica apoiada naquele desenvolvimento”, Pires, 1999: 195; “Os Congressos apenas tinham competência consultiva nunca aprovando em plenário qualquer resolução normativa”, Rodrigues, 2010: 124; “to my surprise, I found Guiné more advanced politically than Angola or Mozambique”, relatório do Diplomata David Muirhead da Embaixada britânica em Lisboa datado de 27 de março de 1973, NA FCO 65 1391 (21).

decisões em face do que ouvia: “Demitia administradores, modificava pontualmente políticas, percebia qual era o sentir da população”⁶⁷⁵.

Outros fatores no relacionamento com as populações foram também fundamentais, tais como a integração de facetas da cultura tradicional africana no património português (levando inclusivamente Spínola a apresentar-se em público envergando as vestes tradicionais dos povos da Guiné) e a presença do Governador nas mais importantes cerimónias muçulmanas (como nas despedidas para as peregrinações anuais a Meca) ou mesmo na construção de muitas mesquitas⁶⁷⁶. Todas estas medidas faziam parte de um plano geral de contrassubversão, preconizado na já descrita doutrina portuguesa, que visava atingir um adequado nível de bem-estar entre as populações para, afirmava Spínola, “restabelecer um clima de recíproca confiança entre portugueses metropolitanos e portugueses guineenses”⁶⁷⁷. Para lá das interpretações políticas, importa salientar o esforço na tentativa de aproximar governantes e povos (não cabendo neste trabalho provar se foi efetivamente atingido este objetivo) através de uma política e estratégia abrangente, muito para além de uma simples estratégia militar para o uso exclusivo da força armada. Amílcar Cabral afirmava que esta estratégia portuguesa assentava na sujeição das chefias tradicionais dos grupos islamizados, nomeadamente os fulas e os mandingas e, simultaneamente num controlo apertado de uma minoria “assimilada”⁶⁷⁸.

Das forças presentes no terreno, as tropas especiais não entravam, diretamente, nas grandes operações psicológicas. Essas tarefas ficavam geralmente com as forças de quadrícula⁶⁷⁹. Porque não era muito fácil fazer combates e simultaneamente executar a ação social, optou-se por dividir as tarefas entre as forças no terreno. Ou seja, por coordenar as atividades junto das populações sem deixar de fazer as ações militares junto dos movimentos independentistas, embora estas últimas fossem executadas normalmente por forças especiais de comandos, paraquedistas e fuzileiros. No entanto, todas as tropas, fossem de quadrícula ou de intervenção, tinham, pelo

⁶⁷⁵ “Nos congressos do povo a tensão Guiné / Cabo Verde vinha ao de cima sobretudo nas críticas que eram feitas aos administradores, que eram – pelo menos foram, até a um determinado período – sobretudo cabo-verdianos”, José Manuel Barroso em ICS, 2011a: 37-39.

⁶⁷⁶ Afonso, 2000: 488 e Sousa, 2012: 372.

⁶⁷⁷ Diretiva de Spínola nº 60 de 1968, em Antunes, 1995: 360.

⁶⁷⁸ Sousa, 2012: 287.

⁶⁷⁹ Pires, 1995: 814; Garcia, 2000: 192 e Ferreira, 2010.

menos em teoria, a noção do que deviam fazer sempre que se apresentavam perante a população ou quando capturavam guerrilheiros⁶⁸⁰.

Da atuação exclusivamente operacional no terreno queremos dar destaque a uma atividade em concreto, que de alguma forma se liga aos grandes objetivos da ação psicológica: a chamada “defesa de pontos sensíveis”, em especial, quando os pontos sensíveis eram povoações⁶⁸¹. A decisão de defender e proteger populações tinha um efeito exponencial, porque assim as populações entendiam que as forças estavam efetivamente interessadas na sua segurança, podendo então colaborar mais e inclusivamente ajudar na recolha e difusão de informações⁶⁸².

No entanto, a realidade das ações e operações nem sempre correu de acordo com o esperado. Um dos acontecimentos que teve grande influência e marcou significativamente a estratégia até então seguida foi a denominada “morte dos majores”⁶⁸³, ou seja, dos majores Passos Ramos, Pereira da Silva e Magalhães Osório, a 20 de abril de 1970 na região de Teixeira Pinto⁶⁸⁴. Em breves palavras diríamos que a missão dos majores era a de persuadir o inimigo a colaborar. Pensava-se, entre a equipa de Spínola, que alguns dos elementos do PAIGC poderiam estar prestes a colaborar e poderiam, assim, levar Amílcar Cabral a iniciar as negociações. Desta forma tentava-se comprovar que a campanha “por uma Guiné Melhor” estava efetivamente a produzir resultados. Amílcar Cabral também entendia, na análise de Julião Sousa, como eram importantes estas negociações porque reconhecia ser “difícil infligir uma derrota militar ao Exército Português” e quando tomou conhecimento da morte dos majores ficou “muito chocado” e mandou prender “André Gomes, o chefe guerrilheiro responsável pela operação”⁶⁸⁵.

⁶⁸⁰ “Foi a ação correta que nos dignificou aos olhos das populações”, Cardoso, 1995: 842; a este respeito ver também as normas sobre “Apresentação de População e Elementos In”, Afonso, 2000: 477-478.

⁶⁸¹ “Defesa de determinados pontos sensíveis: povoações, instalações de importância política, administrativa, económica e militar, pontes e nós de comunicações”, Afonso, 2000: 285.

⁶⁸² Santos, 2008a; “Na Guiné, como em todo o lado, as populações essencialmente ligadas à agricultura viviam junto das suas bolanhas”, Azeredo, 2004: 132.

⁶⁸³ Afonso, 2000: 488.

⁶⁸⁴ “Estes três oficiais prestavam serviço no Comando de Agrupamento Operacional – CAOP – com sede em Teixeira Pinto, o primeiro como chefe de estado-maior, o segundo como oficial de operações e o terceiro como oficial de informações, e tentavam realizar uma operação de aliciamento de comandantes e dirigentes do PAIGC na área”, Afonso, 2000: 489; “procurando convencer os combatentes do PAIGC a aceitarem um cessar-fogo e a aderirem à causa portuguesa”, Rodrigues, 2010: 136.

⁶⁸⁵ Sousa, 2012: 427 e 430.

Este incidente, que terminou com a morte dos 3 majores, demonstrou existirem elementos do PAIGC que não estavam dispostos a negociar e, inclusivamente, não hesitariam em atuar para acabar com estas possíveis negociações⁶⁸⁶. “Chocou Amílcar Cabral”, abalou fortemente a equipa e o próprio Spínola⁶⁸⁷ e demonstrou que muitas das esperanças colocadas numa possível solução política estavam ainda longe de se concretizar⁶⁸⁸. Do lado de Amílcar Cabral também não ajudou a consolidar a sua opção em prosseguir a sua “aposta na via diplomática” como forma de conseguir vencer a guerra⁶⁸⁹. Começava assim a tornar-se claro que, embora se pudesse dispor de uma doutrina (evolutiva e adaptada à Guiné) de contrassubversão e executada por quadros aparentemente bem preparados, tinha de se conseguir a coerência entre a política e as operações e entre a estratégia delineada e o apoio das populações. Essa coordenação holística não podia ser garantida pela exclusiva iniciativa e vontade de Spínola nem apenas pela estratégia e política do principal opositor, Amílcar Cabral.

4.2 Apoio às autoridades civis

Merece destaque uma entidade que pensamos ser central para entender a ligação civil-militar desenvolvida por Spínola. Diríamos mesmo que seria o *portal* da ação holística entre as componentes civis e militares: o cargo de Secretário-geral da Província. Era um homem da sua inteira confiança (como fora Beresford ou Forjaz para Wellington ou o será Crocker ou McMaster para Petraeus), o então Tenente-coronel Pedro Cardoso⁶⁹⁰. Esta confiança e esta importância estão bem expressas, de forma pública, nas palavras de Spínola na tomada de posse de Pedro Cardoso em 7 de julho de 1968: “O seu Governador sente-se feliz por o ter em lugar cimeiro da sua equipa de trabalho (...) na construção de *Uma Guiné Melhor*”⁶⁹¹. Vamos por isso

⁶⁸⁶ “Atraídos a uma cilada no norte da Guiné (...) mortos com requintes de barbárie (...) Tudo parece indicar que a direção geral do PAIGC decidiu pôr termo aos contactos que os militares portugueses tinham estabelecido”, Rodrigues, 2010: 138.

⁶⁸⁷ “O general (...) deslocou-se ao local e constatou com os seus olhos o resultado daquele bárbaro massacre (...) nunca o vira refletir tão profundo abalo. Vestia o camuflado, transpirava, e tinha os cabelos em desalinho. Não havia comentários a fazer nem palavras possíveis de conforto”, Morais, 2007: 54-55; Sousa, 2012: 430.

⁶⁸⁸ “Este episódio viria a afetar o moral de todas as tropas incluindo o de António Spínola”, entrevista de Mário Pinto sobre António Spínola, Rato, 2011: 98.

⁶⁸⁹ Sousa, 2012: 475.

⁶⁹⁰ “Papel de excepcional relevo nesta exaustiva tarefa tiveram o Secretário-Geral, Tenente-Coronel Pedro Cardoso, e o chefe da Repartição de Assuntos Civis e Ação Psicológica, Major do CEM Mário Lemos Pires, oficiais de elevado mérito”, Morais, 2007: 48.

⁶⁹¹ Spínola, 1970: 34.

aprofundar um pouco mais a análise das atribuições do cargo e papel por ele desempenhado. Pedro Cardoso⁶⁹² tinha adquirido experiência em Angola entre 1961 e 1963 e depois em Moçambique entre 1966 e 1968 onde desenvolveu atividades junto das populações e na relação entre as forças armadas e as autoridades civis⁶⁹³.

O Secretário-geral da Guiné tutelava todos os serviços provinciais, à exceção da PIDE / DGS e da Polícia de Segurança Pública, que o governador e comandante-chefe nunca delegou. Inicialmente este cargo de secretário-geral era, nas palavras de Pedro Cardoso, “honorífico”, mas a experiência que ele tinha acumulado no passado, acabariam por tornar este cargo como relevante na nova política de Spínola⁶⁹⁴.

Argumentamos que era através deste cargo que se garantia o comando holístico da Guerra na Guiné-Bissau. Muitas das decisões políticas e estratégicas de Spínola traduziam-se, também, no âmbito legislativo. Pedro Cardoso lembra que, para enfrentar a situação, era preciso tomar tanto de medidas de ação militar como de âmbito legislativo. Assim, iniciou as suas funções fazendo um estudo muito completo sobre o território e concluiu que se tinha tomado uma opção errada ao se ter privilegiado a guerra ao PAIGC em vez de se ter optado pela via do apoio às populações⁶⁹⁵.

Para executar o seu plano Pedro Cardoso sabia que a capacidade de resposta dos serviços civis, nos setores da saúde, da educação, da economia, das obras públicas e da agricultura era muito reduzida, pelo que seria necessário tirar proveito de todo o dispositivo militar⁶⁹⁶. O dispositivo militar tinha uma eficaz rede de apoio logístico, por

⁶⁹² Sobre a personalidade e influência do futuro General Pedro Cardoso ver o livro em sua homenagem coordenado pelo Professor Doutor Adriano Moreira, 2004; “o administrador em quem o Governador muito delegava, e foi em parte o concetualizador e executor da manobra socioeconómica”, Moreira, 2004: 28.

⁶⁹³ Nomeadamente, na aplicação de medidas legais de exceção que a constituição e o estatuto do ultramar consentiam, para gerir situações então ocorridas no Estado da Índia e nos territórios Africanos, Cardoso, 1995: 839.

⁶⁹⁴ Função prevista na Lei Orgânica do Ultramar Português, em Ultramar, 1967b: 29-32, 40-42; as atribuições ao Secretário-geral na Guiné podem ser encontradas em documentação variada, entre outras a Diretiva nº 49 do Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné nº 48168 de 16 de outubro de 1969 e a Diretiva nº19/69 de 5 de março de 1969, Cardoso, 2000: 328 e 346.

⁶⁹⁵ Cardoso, 1995: 838-839.

⁶⁹⁶ Cardoso, 1995: 839; “perante a gigantesca tarefa a realizar e a insuficiência de quadros civis”, Spínola, 1973: 110; “Não havia civis que quisessem ir para lá”, Mateus da Silva em ICS, 2011a: 7; “a aplicação do potencial humano e material das Forças Armadas na implantação das infraestruturas sociais e económicas”, Spínola, 1973: 399; “Não há dúvida que o fulcro do

exemplo, a engenharia militar apoiava na construção de aldeamentos, estradas, aeródromos, hospitais e escolas⁶⁹⁷. Através da execução e implementação de um plano de fomento atuou-se em todas as áreas do território, tanto na educação como na saúde, ou mesmo, em áreas específicas de apoio direto às populações, como a recuperação de *bolanhas* (terrenos alagadiços usados para produzir arroz)⁶⁹⁸. Em muitos dos casos este esforço local contou inclusivamente com o apoio de Lisboa⁶⁹⁹. Vamos detalhar alguns dos principais projetos de apoio às populações.

No início da década de 1960 a situação de desenvolvimento na Guiné era de facto muito pouco significativa. O historiador guineense Julião Soares Sousa diz-nos que apenas havia 11 escolas oficiais para europeus e “civilizados”, com cerca de “1000 alunos, 43 escolas de missões católicas para indígenas, com cerca de 1100 alunos, e um único liceu com cerca de 100 alunos”. Parece por isso natural ser esta política / estratégia considerada fundamental, tanto para o esforço de guerra como para uma política abrangente em que se pretendiam retirar efeitos internos, com a adesão das populações, como externamente, para “legitimar” a ação de Portugal no desenvolvimento dos territórios africanos.

Importa assinalar que do lado do PAIGC também se desenvolveram esforços relevantes pela “conquista das populações”. Cabral implantou “mecanismos de poder e instituições sanitárias, escolares e sociais” que tinham em vista substituir de forma gradual a administração portuguesa nas denominadas “áreas controladas pela guerrilha”⁷⁰⁰.

Na agricultura o investimento foi pensado tendo em atenção as culturas e sementeiras tradicionais e as várias idiossincrasias regionais e étnicas⁷⁰¹. Os serviços provinciais de agricultura e florestas e o de veterinária abriram delegações no interior da Guiné. Estes serviços dispunham de brigadas itinerantes para atuarem em todo o território e, assim, ajudarem na reconversão das atividades agrícolas e pecuárias

problema se concretiza na promoção socioeconómica das populações rurais”, Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969:10.

⁶⁹⁷ “A refração de funcionários civis no interior era compensada pela existência de uma quantidade apreciável de militares com especialidades como medicina, enfermagem, mecânica (...) davam apoio social e económico às populações mais carenciadas”, Martins, 1992: 105.

⁶⁹⁸ Cardoso, 1995: 840.

⁶⁹⁹ “Revelaram-se particularmente frutuosas as diligências efetuadas junto do Banco de Fomento Nacional e do Banco Nacional Ultramarino”, Spínola, 1973: 483.

⁷⁰⁰ Sousa, 2012: 289 e 392.

⁷⁰¹ “O melhor foi investir nas culturas tradicionais e melhorá-las”, Cardoso, 1995: 841; Sousa, 2012: 168.

criando condições para criar, pelo menos ao nível regional, uma economia de mercado para além da mera sobrevivência⁷⁰². Sendo engenheiro agrónomo esta foi uma área que Amílcar Cabral usou para contrariar os anúncios de possíveis sucessos feitos pela administração portuguesa. Cabral afirmava que no campo da agricultura, o conflito da Guiné tinha tido duas fases, uma primeira (1963-1967) “uma guerra do arroz contra o amendoim”, fazendo assim referência à imposição de culturas que eram rentáveis para quem explorava mas altamente lesivas para as populações que habitavam as regiões, e uma segunda fase (1968-1973) em que o esforço pelo controlo da população tinha levado a uma alteração de fundo na política agrícola seguida. Logicamente se entende que Cabral explique assim porque na primeira fase muitas populações tinham aderido ao PAIGC ao sentirem a sua sobrevivência económica em causa. Entre 1963 e até 1974 a administração portuguesa tinha construído 650 diques para proteger as plantações de arroz da água salgada, o sector agrícola tinha sido modernizado, tinham-se distribuído sementes e alfaias agrícolas e tinham-se implantado indústrias transformadoras⁷⁰³.

Para a educação todos contavam, civis e militares. Na Guiné metade das escolas foram geridas por militares mas, numa forma integrada entre civis e militares, os inspetores escolares eram normalmente civis⁷⁰⁴. Incrementou-se o nível da instrução primária entre os jovens e adultos e, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, foram construídas escolas, o que testemunha a ligação possível entre as várias organizações no terreno, incluindo as privadas⁷⁰⁵. No campo da saúde e educação a engenharia construiu 196 escolas e 51 postos médicos, vários hospitais e centros de saúde nos cinco anos entre 1969 e 1974⁷⁰⁶. Durante o mandato de Spínola foram construídas “298 escolas das quais 127 eram administradas diretamente pelas Forças Armadas”. As escolas primárias duplicaram o número de alunos passando de 13 534 em 1961/62 para 26 410 em 1969/70, e o de professores, passando de 228 para 563

⁷⁰² Cardoso, 2000: 337.

⁷⁰³ Amílcar Cabral desenvolveu estudos profundos na área da agricultura levando a que o futuro Almirante Teixeira da Mota tenha afirmado que Cabral tinha sido “o primeiro agrónomo a chamar a atenção para a importância dos sistemas agrícolas indígenas”, Sousa, 2012: 168, 346 e 372.

⁷⁰⁴ “O exército administrava 127 das 298 escolas primárias”, Cann, 1998: 197; “o professor era um cabo ou um furriel, professor de carreira, que estava mobilizado”, Pires, 1995: 812.

⁷⁰⁵ Cardoso, 2000: 335.

⁷⁰⁶ Sousa, 2012: 372 e Cann, 1998: 206; no âmbito de um dos projetos psicossociais denominado “Chão manjaco”, entre outras iniciativas “construíram um hospital e maternidade em Teixeira Pinto e Postos e Socorros nos Regulados de Cahobe, Bugulha e em Cacheu, Caió, Calaquisse, Pelundo, Có, Jolmete”, Cardoso, 2000: 336.

atingindo em 1972 os 755. Foram atribuídas “largas dezenas” de bolsas de estudo para cursos em Portugal. No ano de 1970/71 várias equipas de assistência sanitária, substancialmente “aumentados em números de médicos, enfermeiros e auxiliares” distribuídas pelo território realizaram “7373 visitas médicas”, fizeram “4356 evacuações (...) 92 postos militares, assistidos por 116 Professores” e em 1971 foi lançada uma campanha contra “a tuberculose, a malária, a doença do sono”⁷⁰⁷.

Amílcar Cabral adotou uma política idêntica para as áreas denominadas de “controladas”. Entre 1965 e 1972 o número de escolas foi aumentando e terá chegado às 200 escolas, com 258 professores e 14 531 alunos entre os 7 e 15 anos de idade, tendo-se verificado ainda o envio de 97 estudantes para formação no exterior. Na saúde foram criadas unidades de saúde, atingindo-se os 123 postos sanitários, e 6 hospitais regionais e 7 sectoriais⁷⁰⁸.

Spínola aprofundou os cuidados a ter com as populações, nomeadamente quando se equacionou mudar ou deslocar populações na construção de aldeamentos e se determinou uma completa articulação com as autoridades civis porque o problema do reordenamento das populações não podia ser encarado com superficialidade. Decidir a mudança de populações para outro local requeria “meditação e estudo profundo em íntima ligação com os serviços do Governo da província” para que as novas áreas de destino se transformassem em “polos de atração das populações e de irradiação de progresso”⁷⁰⁹. Quando se fazia as reordenações era com a intenção de juntar as populações em casas, construídas muitas vezes pelas próprias forças armadas e normalmente com a ajuda da população, para que esta sentisse que “a tropa estava ali para ajudar”⁷¹⁰. Ou seja, apoiava-se a construção de aldeamentos e simultaneamente apostava-se na sua autodefesa⁷¹¹. Assim foram edificadas até dezembro de 1971 “46 tabancas organizadas em autodefesa, 341 com armamento distribuído e 26 em que os seus elementos colaboravam com as tropas portuguesas, perfazendo um total de 11.163 armas distribuídas à população”. Julião Soares acrescenta que entre 1969 e

⁷⁰⁷ Garcia, 2000: 199 e Sousa, 2012: 372-373.

⁷⁰⁸ Sousa, 2012: 392.

⁷⁰⁹ Diretiva de Spínola nº 43 de 1968, Antunes, 1995: 357.

⁷¹⁰ Pires, 1995: 813; Santos, 2008a e 2008b.

⁷¹¹ “Em autodefesa e o reordenamento das populações (...) atendendo simultaneamente à compartimentação étnica, a qual não só deveria ser respeitada, como até fomentada”, Cardoso, 2000: 327.

1973 foram construídas 61 tabancas melhoradas e no que concerne a comunicações foram alcatroados cerca de 520 Km de estradas (até 1968 só tinham sido 35 km)⁷¹².

A questão dos aldeamentos na Guiné irá ser uma das áreas que distingue as decisões da equipa de Spínola face ao que foi feito nos restantes territórios em África⁷¹³. Spínola não acreditava na eficácia dos chamados “aldeamentos estratégicos” se estes não fossem bem pensados⁷¹⁴ e esta atitude, de ponderar muito bem a decisão de mudar populações, seria prosseguida por Spínola até ao final da sua permanência na Guiné⁷¹⁵.

Na questão das vias de comunicação grande parte do esforço foi feito pela engenharia militar. Em 1963 existiam cerca de 3.100 quilómetros de estradas. A par da reparação destas vias originais, foram abertos, até 1974, os já referidos 520 quilómetros, dos quais 241 pelo Batalhão de Engenharia da Guiné. Estas obras apresentavam dificuldades acrescidas porque as questões hidrográficas obrigaram a que fosse necessário proceder a importantes obras de drenagem, o que “ao mesmo tempo permitiu operar alguns trens de navegação nos principais rios, garantindo a ligação entre as margens”⁷¹⁶.

O diplomata Stanley Duncan, enviado pela embaixada britânica em Lisboa numa vista à Guiné-Bissau entre 20 e 27 de agosto de 1972, fez uma avaliação geral da situação. Do seu relatório confidencial, enviado pela embaixada britânica ao Foreign

⁷¹² Costa, 1975; Câmara, 2004; Garcia, 2000: 194, com base no relatório do Comando-chefe das FA da Guiné; Sousa, 2012: 372.

⁷¹³ Como é reconhecido pelo próprio adido militar da Embaixada americana em Lisboa quando afirma que “the fortified hamlets in Guinea have better facilities than their counterparts in Angola and Mozambique (...) more than 20 % of the 487.000 people in Portuguese Guinea now live in aldeamentos. New aldeamentos will be constructed only on the request of local tribal authorities”, CINAMIL, 1971-10-19 NA RG59 Box 2558 (3); e mesmo comparando com as (más) experiências feitas pelo RU na Malásia na década de 50 com recolocação “forçada” de centenas de milhares de civis em campos que eram designados de “new villages”, French, 2011: 116-117.

⁷¹⁴ Afonso, 2000: 483; como previsto na doutrina de referência, havia a “finalidade de criar as condições necessárias para controlar e proteger as populações. É necessário proceder à instalação desses habitantes numa área limitada” EME, 1966, Volume IV: III-25; Carlos Fabião afirma que na Guiné as aldeias estratégicas tiveram sucesso porque se colocaram as aldeias junto às plantações e porque as localizavam de acordo com a recomendação do chefe da aldeia, ICS, 2011d: 11-12.

⁷¹⁵ “Através da Divisão de Organização e Defesa das Populações”, Cardoso, 2000: 328; em 1971 cerca de 90 000 pessoas foram reagrupadas no âmbito das aldeias estratégicas, Sousa, 2012: 380.

⁷¹⁶ Tavares, 2005; Câmara, 2004.

Office, apresentado em 92 parágrafos, são expostos alguns dados que de alguma forma confirmam os elementos que temos vindo a descrever⁷¹⁷. No parágrafo (par.) 17 do relatório afirma-nos que para além dos 3 membros permanentes do Conselho Legislativo, eleitos pelos chefes locais, existem 11 membros não permanentes dos quais 5 são africanos o que revela um aumento na participação de africanos junto do Governo português. No entanto, no par. 21 afirma que dos administradores civis regionais (nas áreas rurais) apenas encontrou 1 africano. No par. 30 refere que 95% dos militares portugueses estão dedicados quase exclusivamente a fazer ação social e económica e que cerca de 4,5 milhões de libras (par. 61) estão dedicados a esta atividade. Compara a ação do Exército Português à desenvolvida pelos romanos nas ilhas britânicas quando diz que a maioria das atividades sócio / económicas são lideradas pelos militares e que a grande prioridade tinha sido posta na abertura de vias de comunicação (par. 62). Refere que pouco foi feito no âmbito da agricultura e que praticamente não foi possível atrair investimentos externos em grande escala (par. 64). No âmbito da educação refere que existem 400 escolas para 40 000 crianças no ensino primário e 4 000 (90% são estudantes africanos) no secundário, que muitas das escolas foram construídas pelo exército, donde também provêm muitos dos professores (par. 65 e 66). Refere a construção de cerca de 100 aldeamentos e detalha os equipamentos neles existentes, como postos sanitários, escolas, abastecimento de água, geradores, etc. (par. 69 a 73) onde se concentram cerca de 25% das populações rurais da Guiné.

Esta política baseada em grande parte num forte desenvolvimento social e económico foi notada internacionalmente, em especial pelos EUA e pelo RU⁷¹⁸. O desenvolvimento a par da dimensão da segurança foi entendido como a fórmula de sucesso, como afirmou o próprio Spínola: o “estabelecimento da paz se revela fundamental para edificarmos um futuro de progresso, por outro lado o desenvolvimento da riqueza, estimulando cidadãos a defendê-la, contribui para o restabelecimento da paz”⁷¹⁹. O esforço desenvolvido tanto por Spínola como por Amílcar Cabral pela conquista das populações levou a que estas fossem, na opinião

⁷¹⁷ Visita feita a convite do governo português, NA FCO 65 1236.

⁷¹⁸ Num telegrama da Embaixada americana para o Department of State dos EUA em 30 de março de 1973 pode ler-se: “Portugal’s overall position in the small, marginally viable territory of Portuguese Guinea appears to be gradually improving as development accelerate”, CINAMIL, 1973-3-30 NA RG59 Box 2558 (1); e como já anteriormente referido também na documentação britânica em NA FCO 65 1027 (24).

⁷¹⁹ Spínola, 1972: 60-61; “A base do sucesso residiu exatamente na tríade Contenção Militar / Ação psicossocial / Desenvolvimento económico”, Pinto, 2007: 197.

do historiador guineense Julião Sousa, as principais beneficiadas, porque assim estimulou-se o progresso⁷²⁰.

No que respeita ao apoio às autoridades civis pelas forças armadas propriamente ditas, Spínola incluiu-as como parte fundamental, mas não exclusiva, desta estratégia. O Governador afirmou que, “para além da sua missão especificamente militar, que, em última análise, se traduz na defesa das populações, exercem ainda junto destas uma profícua ação social” e depois discrimina as áreas prioritárias de ação como sendo as de “assistência sanitária, do ensino elementar, da construção de novos aglomerados populacionais, da recuperação de terrenos para cultivo, etc.” Todas estas atividades foram referidas nos parágrafos anteriores e, para que não existissem dúvidas sobre a importância destas tarefas, Spínola afirmou claramente que “a principal missão das Forças Armadas é defender as populações”. Isto embora nunca retire a importância às missões de combate, porque não podia haver desenvolvimento económico sem segurança, ou seja, tinham de existir “condições mínimas de segurança que permitam o desenvolvimento económico-social da Província”. As Forças Armadas tinham, assim, ambas as missões, de combate e de apoio social⁷²¹.

Spínola sintetiza assim o seu pensamento sobre a ação das forças armadas em funções geralmente do âmbito das autoridades civis: “Nem o Exército veio à Guiné descobrir uma ocupação de serviço civil nem as funções civis na Província estão a ser militarizadas”⁷²². As forças armadas faziam parte da solução e sem o apoio fundamental às autoridades civis a estratégia definida nunca teria sido possível de implementar⁷²³. No fundo procurou-se tirar partido das potencialidades das forças armadas sem fazer substituir as competentes entidades civis.

5. A africanização, política e militar, da guerra

A *africanização* da guerra deve ser entendida em várias dimensões. A mais evidente materializa-se na existência de forças africanas a combater ao lado das portuguesas da metrópole mas há outras importantes vertentes, como sejam, a autodefesa das

⁷²⁰ Sousa, 2012: 383.

⁷²¹ Spínola, 1970: 136 e 186 e 1971a: 63; “dupla missão de apoio às estruturas civis no esforço da construção da *Guiné Melhor*, e na realização sistemática de intensa atividade de contraguerrilha em defesa das populações”, Spínola, 1970: 390.

⁷²² Spínola, 1973: 110.

⁷²³ Na comparação com as doutrinas francesa e britânica, Bruno Cardos Reis escreve que a francesa advogava os mesmos princípios mas na britânica tentava-se sempre a premência das autoridades civis, Reis, 2011: 220.

populações e a preparação de elites para uma crescente autonomia da Guiné⁷²⁴. Encorajando-se a autodefesa das populações, tentava-se conseguir dois objetivos: com maior participação local poupavam-se recursos das forças armadas e simultaneamente comprometiam-se as populações com a sua própria defesa⁷²⁵. A inclusão de cada vez mais guineenses nas forças armadas, na segurança e na administração pública da Guiné visava “a seu tempo e simultaneamente, um bom Governo e um governo próprio, dada a progressiva participação das populações na gestão dos seus próprios interesses”⁷²⁶. Esta era naturalmente uma política de longo prazo, muitas vezes aparecendo referidos os planos de Spínola para mais de 10 ou 15 anos⁷²⁷, porque, tal como os dados apurados (detalhados mais à frente) demonstram, tanto nas forças armadas como na administração o número de africanos ainda era muito reduzido nos postos mais elevados.

Mas, para que fique clarificado, ainda que o propósito da política de Spínola passasse por uma progressiva autonomia, o então comandante-chefe reiterava que o objetivo final seria o de uma Guiné integrada na Nação Portuguesa através de um processo de autodeterminação das suas populações construindo uma sociedade “euro-africana”⁷²⁸. O Embaixador dos EUA em Lisboa olhava para esta política como possível de se alastrar aos outros territórios, nomeadamente, a Angola e Moçambique⁷²⁹.

⁷²⁴ “Incrementar a autogovernarção guineense”, Reis, 2008: 156; “conceito de africanização (...) uma participação cada vez maior dos guinéus na administração dos seus interesses e na definição dos seus destinos, num quadro de crescente acesso dos portugueses filhos da Guiné a todos os níveis da administração pública e do setor privado da Província, e pela sua participação na vida política, económica e social do Todo Português”, Spínola, 1972: 106.

⁷²⁵ “Havia muitas aldeias, que cavavam as suas trincheiras, faziam a sua organização de terreno, tinham lá armas nossas e quando atacados defendiam-se”, Durão, 1995: 253.

⁷²⁶ Spínola, 1971a: 222; num telegrama da Embaixada americana para o Department of State dos EUA em 30 de março de 1973 pode ler-se: “The efforts in economic development and in “African Elites” to assume control, eventually, over Guinean political and economic life, have met with considerable success”, CINAMIL, 1973-3-30 NA RG59 Box 2558 (1).

⁷²⁷ Como referiu Spínola ao Diplomata britânico David Muirhead em 1973, NA FCO 65 1391 (26).

⁷²⁸ Spínola, 1972: 15; “uma sociedade euro-africana em que os africanos finalmente se encontrarão e os europeus retribuirão com esforço e generosidade quanto a África lhes deu na era colonial”, Spínola, 1973: 348.

⁷²⁹ Num relatório da Embaixada americana em Lisboa: “fundamental concept of a Guinea administred by Guineans under the Portugueses flag is a novel and attractive notion for many Portugueses and Africans, and one which many feel to be equally valid for Angola and Mozambique”, CINAMIL, 1971-10-19 NA RG59 Box 2558 (7) e (9).

A intenção de incrementar a inclusão de tropas locais nas forças armadas do Ultramar era antiga. Já nas “Bases para a *Organização das Forças do Exército no Ultramar*”, que foram publicadas em abril de 1953 e complementadas em fevereiro de 1954 por legislação diversa, se podia ler que, nos seus princípios orientadores, se apontava para um maior aproveitamento dos elementos indígenas nas províncias africanas⁷³⁰. Mas esta questão só ganhou dimensão a partir da segunda metade da década de 1960. Todos os países europeus, nos conflitos coloniais, armaram e organizaram elementos das populações locais mas gostaríamos de destacar a forma abrangente como foram utilizadas estas forças⁷³¹, em especial na Guiné, pela importância dos cargos que ocupavam, pelas responsabilidades que detinham e por terem estado tanto em cargos civis como militares. Além de um crescente número de guineenses nas forças armadas, “muitos guineenses começaram a receber preparação na área da administração pública, com vista a uma gradual substituição dos quadros brancos e mestiços”⁷³² e, embora não possamos aferir de forma estatística e exata o grau de sucesso alcançado, importa realçar que essa estratégia combinada, da participação dos guineenses tanto nas forças armadas como na sociedade em geral, é que consistiu a “africanização” na Guiné. Era um esforço na área civil e na área militar, não se limitou apenas à força armada.

Começemos por descrever o esforço militar desenvolvido pelas populações africanas.

5.1 A africanização da componente militar

Carlos Fabião, um dos colaboradores próximos de Spínola, recebeu a missão de criar o Comando Geral das Milícias e decidiu fazê-lo no conceito de “ligar as tropas às próprias terras de onde eram naturais”. Relevamos este ponto porque assim, estando a fazer a defesa nos próprios locais onde residiam, “estavam a defender a mulher e os filhos”⁷³³.

⁷³⁰ Vaz, 1997: 47.

⁷³¹ Afonso, 2000: 333; a “africanização portuguesa compara-se favoravelmente aos esforços dos franceses de *jaunissement* ou «amarelização» da guerra da Indochina (1946-54) e do seu uso de tropas recrutadas localmente na Argélia (1954-62)”, Cann, 1998: 145.

⁷³² Sousa, 2012: 373.

⁷³³ Fabião, 1995: 365.

“Chegámos a ter 9.000 homens na Guiné”, organizados em companhias e cada companhia “correspondia um regulado” afirmou Carlos Fabião⁷³⁴, ou seja, fazia-se coincidir as tropas com a área administrativa correspondente. O conceito de emprego destas forças não era exclusivamente militar porque sempre que as milícias não eram usadas em missões de defesa continuavam o seu trabalho nas povoações. Havia as milícias normais e as especiais: as normais protegiam as populações de ataques, viviam nas aldeias ou perto delas, enquanto as especiais efetuavam operações “de contrainsurreição ofensivas longe das defesas locais”⁷³⁵.

Para além das milícias existiam as forças de elite, caçadores especiais, comandos e fuzileiros, alistados por voluntariado⁷³⁶. Em Moçambique e Angola havia os Grupos Especiais (GE), os Grupos Especiais Paraquedistas, e os Flechas, mas a experiência de africanização na Guiné ganhou notoriedade porque as populações aderiam de forma voluntária e importante pelo número e pela qualidade⁷³⁷. Para além da questão do voluntariado estava também da oportunidade de acesso pelas populações africanas aos postos e cargos de maior responsabilidade⁷³⁸.

⁷³⁴ Fabião, 1995: 366; “Milícias: em 1971, são formados mil quinhentos e quarenta e dois milícias e em 1972, mil oitocentos e quarenta e oito”, CECA, 1988: 336; “representavam no final quase 50% do efetivo total”, Reis, 2008: 156.

⁷³⁵ Cann, 1998: 137; “Era lavrador, camponês, portanto, era um homem com dupla função: combatente e colono, para o desenvolvimento da terra. Viviam lá nas suas aldeias e defendiam-nas quando o inimigo atacava”, Carlos Fabião em ICS, 2011d: 8.

⁷³⁶ “Várias companhias de caçadores especiais formados por nativos e tínhamos ainda um batalhão de comandos com três companhias e dois destacamentos de fuzileiros especiais”, CECA, 1988: 121; “eram todos voluntários”, Lemos Pires em Venter, 1973: 49; “Os milícias eram voluntários, os que iam para os comandos eram voluntários”, Folques, 1995: 700.

⁷³⁷ “Em 1968 esse número era de 3280, em 1973 tinha subido para 6425 (...) desde os 14,4 por cento de 1967 para os 20,1 por cento de 1974”, Rodrigues, 2010: 114; CECA, 1988: 121; Importa clarificar que o número de recrutamento local na Guiné foi inferior ao de Angola e de Moçambique (por exemplo: 20,1 % em 1973 contra 42,4% em Angola ou os 53% de Moçambique) mas o que a maioria dos autores consultados destaca é o efetivo uso destas forças e resultado alcançado com elas; noutra fonte, no relatório do Diplomata Stanley Duncan, podemos ler, no parágrafo 86, que existiam em 1972 4 a 5 000 forças regulares, 5 a 6 000 milícias e 6 000 em forças de autodefesa para além dos fuzileiros e comandos que não quantifica, NA FCO 65 1236.

⁷³⁸ Nos Comandos, “até ao nível dos comandantes das companhias, isto é, ao nível dos capitães, os comandantes efetivos eram guinéus (...) já tínhamos três capitães (...) e estava a preparar-se já a formação de oficiais superiores”, Matos Gomes em ICS, 2011a: 32-33; “Os oficiais africanos que viu são oficiais do Exército Português promovidos pelos seus méritos e pelo valor que demonstram e como tal está-lhes aberto o acesso na escala hierárquica na mais

Na Guiné foi definido um claro objetivo político na “africanização”⁷³⁹. Por um lado, a africanização da guerra proporcionava unidades “mais baratas e mais eficazes que as metropolitanas”⁷⁴⁰, traduzindo-se num claro ganho operacional, logístico, financeiro, de atuação integrada e proporcional ao esforço das restantes forças metropolitanas⁷⁴¹. Por outro lado, Spínola atribuiu-lhes um objetivo político determinante, o de se constituírem como futuro embrião das forças armadas do novo Estado e dotadas de unidade de comando⁷⁴². Embora o número fosse significativo, este não ultrapassaria o que seria considerado proporcional ao esforço e à estratégia, “porque se nós aumentássemos, o PAIGC faria o mesmo, e isso não seria bom para as populações”⁷⁴³.

É interessante referir as bases “mistas” onde militares portugueses viviam em conjunto com populações africanas, coordenavam esforços, planeavam sistemas de defesa conjunta ou ações de ataque através das milícias, e mantinham assim uma relação e interação permanente. Ilustrativos deste tipo de missões são os dois livros de Beja Santos em que este refere a sua experiência, por exemplo, quando comandava “um pelotão de caçadores nativos e um pelotão de milícias, mais centenas de pessoas em número variável”. Comandando os “melhores soldados do mundo” Beja Santos, nas suas palavras, representava a “autoridade militar” e o chefe local, o Régulo, representava a “autoridade civil”. A par de atividades militares acertavam-se horários de escolas, contratação de professores, construção de instalações, compras de geradores de eletricidade, abastecimentos de arroz, salários e planos de defesa integrados entre a população civil e os militares⁷⁴⁴. Em síntese, havia uma visão holística de integração civil e militar tanto no topo da administração portuguesa como também, diríamos nós, fundamentalmente, entre as populações com os militares portugueses.

absoluta igualdade de condições”, entrevista concedida ao jornalista Bruce Loudon, correspondente do *Daily Telegraph* e *Financial Times* em 4 de dezembro de 1971, Spínola, 1972: 234.

⁷³⁹ Reconhecido inclusivamente pela Embaixada americana em Lisboa quando afirmam que o objetivo principal da “energetic social policy” de Spínola na Guiné era o de criar instituições africanas fiéis ao valor e cultura africana “conductive to rapid advances in education, health and economic development”, CINAMIL, 1971-10-19 NA RG59 Box 2558 (3).

⁷⁴⁰ Afonso, 2000: 333.

⁷⁴¹ “As tropas africanas não estavam sujeitas a um risco desproporcional no auge do combate”, Cann, 1998: 148.

⁷⁴² Afonso, 2000:333-334.

⁷⁴³ “If we increase the size of the military establishment so will the enemy”, Lemos Pires em Venter, 1973: 51.

⁷⁴⁴ Santos, 2008a: 21, 31, 154, 155, 157, 248 e 352.

Spínola deu, ao conjunto das forças africanas referidas, a designação política de *força africana*⁷⁴⁵. Esta medida materializa assim uma determinada estratégia no sentido de uma futura e crescente autonomia da Guiné. Ao preparar quadros guinéus, em princípio com o mesmo grau de exigência que se exigia aos oriundos da metrópole, apostava-se na melhoria das habilitações e na partilha de experiências em funções de responsabilidade que permitiriam uma melhor transição no futuro. O reduzido número de quadros entretanto formados, como vimos, em 1974 existiam na unidade de comandos três capitães e ainda não existia nenhum oficial superior⁷⁴⁶, não permite, para além da intenção e dos discursos de Spínola, provar que esta era efetivamente uma estratégia de sucesso. No limite ambicionava-se, além de integrar individualmente guinéus nas forças armadas, estabelecer mecanismos que permitissem fazer a integração de unidades inimigas que entendessem render-se⁷⁴⁷. Se possível, Spínola queria mesmo deixar que a guerra fosse travada entre “os portugueses e os independentistas do PAIGC”⁷⁴⁸.

No terreno ficou demonstrado como estas forças foram eficazes e fundamentais mas também o foram na política mais abrangente⁷⁴⁹. De uma forma bastante clara Spínola afirmou num dos seus discursos: “a Força Africana é um passo bem claro no caminho de uma Guiné governada pelos seus filhos, mas inserindo-se no quadro estrutural da Nação portuguesa”⁷⁵⁰. Era um “passo” mas também seriam importantes outros “passos” num âmbito mais geral das restantes instituições civis. Vamos por isso pormenorizar a africanização das componentes administrativas e política.

5.2 A africanização da componente administrativa e política

⁷⁴⁵ Afonso, 2000: 334.

⁷⁴⁶ Matos Gomes em ICS, 2011a: 32-33.

⁷⁴⁷ Como afirma um dos estrategas desta política, o General Almeida Bruno: “A concretização do plano político em execução: a integração das unidades (bigrupos) In em unidades regulares portuguesas”, Bruno, 1979: 7; “Spínola pretendia transformar as unidades de guerrilha do PAIGC em Unidades das Forças Armadas Portuguesas”, Silva, 1997: 106 e Spínola, 1978: 25-26.

⁷⁴⁸ “Deixando para as unidades metropolitanas as tarefas estáticas e de apoio, o General Spínola, embora sem nunca o ter afirmado publicamente e sem nunca o ter conseguido levar completamente à prática, pretendeu colocar a guerra como questão entre africanos”, Afonso, 2000: 480.

⁷⁴⁹ “A integração das várias etnias guineenses nas milícias portuguesas constituía o melhor exemplo do sucesso das suas políticas no terreno”, Rodrigues, 2010: 115; “cada aldeia ou tabanca teria uma milícia para a sua autodefesa”, Cann, 1998: 217.

⁷⁵⁰ Afonso, 2000: 479.

A *africanização* era um conceito que visava, em si, levar a uma maior regionalização, “num quadro comunitário, pois visa a progressiva substituição dos não guinéus por guinéus” e a criação de elites locais, ou numa outra designação, de uma “pequena burguesia local”⁷⁵¹. O Embaixador dos EUA viria a reconhecer esta política de Spínola, de preparação e estabelecimento de elites em todas estruturas da Guiné, como de uma estratégia de sucesso e com eficácia⁷⁵². Num ponto de vista diferente Amílcar Cabral lembra que os “assimilados” (a tal burguesia local assim denominada por Spínola) nunca teria ultrapassado os 0,3% da população, ou seja, o seu número teria ficado muito longe dos efeitos pretendidos e anunciados pelo Governador e Comandante-Chefe⁷⁵³.

Dentro da composição étnica guineense também se atuou de forma diversa tendo em atenção as várias etnias pois umas davam mais apoio às forças portuguesas e outras ao PAIGC⁷⁵⁴. Os balantas e os manjacos “foram as etnias que maior apoio deram ao PAIGC, enquanto os fulas terão sido os que mais colaboraram com as autoridades portuguesas”⁷⁵⁵. Do total da população da Guiné eram consideradas pessoas sob “controlo do PAIGC no interior cerca de 80.000”⁷⁵⁶. Além destes fatores

⁷⁵¹ Spínola, 1972: 107; “nada teremos feito de verdadeiramente válido enquanto a Guiné não dispuser de elites africanas necessárias ao pleno funcionamento das suas estruturas num quadro convenientemente regionalizado”, Spínola, 1973: 70; “Não há dúvida de que Portugal conseguiu formar uma elite africana que, embora pouco numerosa, constitui uma pequena burguesia local”, Vaz, 1997: 306.

⁷⁵² Reis, 2008: 156; Num telegrama da Embaixada americana para o Department of State dos EUA em 30 de março de 1973 pode ler-se: “most civil servant jobs, including supervisory positions, are now held by non-whites. This, along with the composition of the Legislative Assembly, indicates a long step forward towards Spínola’s professed goal of a “Guinea run by Guineans”, CINAMIL, 1973-3-30 NA RG59 Box 2558 (11).

⁷⁵³ Sousa, 2012: 287.

⁷⁵⁴ “ O progresso da Guiné (...) terá de aferir-se pelo número dos lugares públicos ocupados no futuro proporcionalmente a cada uma das etnias”, Spínola, 1971a: 129.

⁷⁵⁵ Afonso, 2000: 93 e o autor acrescenta: “Os manjacos estiveram ligados ao Movimento de Libertação da Guiné (MLG) e à FLING (...) numericamente menos significativos, os papéis (ilha de Bissau) – 7,2% do total – desempenharam papel importante na guerra como dirigentes do PAIGC”; “Notably the Fulas, who believed in retaining our presence and leadership in a disintegrated Africa. Many people were frightened of what was happening in neighboring Guinea-Conakry”, Lemos Pires em Venter, 1973: 52; também referências em Sousa, 2012.

⁷⁵⁶ Afonso, 2000: 94; quanto a guerrilheiros propriamente do PAIGC as fontes variam mas podemos citar Lemos Pires com os 6.000 a 7.000, metade dos quais fora do território, Venter, 1973: 43; “Amílcar Cabral exercia controlo sobre um número inferior a 100 000 pessoas, entre população civil residente no território nacional, elementos da guerrilha e alguns refugiados nos

étnicos internos também contavam os guineenses que se encontravam fora do território, em mais de 80.000⁷⁵⁷.

Spínola soube, tal como muitos comandantes militares ao longo da história (o exemplo conhecido na Guiné da ação de Teixeira Pinto entre 1913 e 1916⁷⁵⁸), tirar partido das diferenças e clivagens étnicas mas, neste caso, “não só não hostilizou nenhuma etnia, como procurou o seu apoio”. Interligou a ação junto das populações com a ação das forças militares africanas, “associou o conceito de africanização da guerra e a criação da Força Africana ao desenvolvimento das forças armadas de uma Guiné autónoma”, ou seja, mais do que uma componente operacional para a conquista de objetivos militares, a força africana era para a equipa de Spínola uma força com uma assumida “componente política”. Inclusivamente, nos postos mais elevados de comando dentro da força africana, para traduzir o necessário equilíbrio étnico que se buscava obter, conseguiu uma representação equilibrada de todas as etnias incluindo as minorias, como os sossos, os libaneses, os naurus e os felupes, além de fulas, balantas e papéis⁷⁵⁹.

Ao incluir muitos dos guinéus no combate contra os nacionalistas também se conseguiu um outro importante objetivo da estratégia de Spínola: uma maior divisão entre cabo-verdianos e guinéus⁷⁶⁰. No fundo aplicava-se um princípio antigo: tentar criar ruturas entre os aliados que combatiam as forças portuguesas, neste caso

países vizinhos”, Sousa, 2012: 374; um relatório da Embaixada britânica em Lisboa de 13 de setembro de 1971 afirma que “The Portuguese (...) are in no danger of losing military control over the most populated areas (...) the PAIGC are able to control small areas within the country”, NA FCO 65 1236 (21).

⁷⁵⁷ “No Senegal 60.000 e na Guiné-Conacri 20.000”, Afonso, 2000: 94; ou então entre 90.000 a 100.000 segundo Lemos Pires em Venter, 1973: 47 mas muitos estariam a regressar como se pode ver pelas suas declarações ao jornalista americano “we are winning back 3.000 refugees a year”, Lemos Pires em Venter, 1973: 53.

⁷⁵⁸ João Teixeira Pinto (1876-1917), oficial de infantaria, como capitão foi nomeado chefe de estado-maior da Guiné em dezembro de 1912, iniciou então uma série de campanhas denominadas de “pacificação”, dispondo de um reduzido número de militares metropolitanos e com base em unidades formadas por soldados guinéus, conseguiu vencer as sucessivas campanhas até finais de 1915, Pinto, 1936.

⁷⁵⁹ Afonso, 2000: 484.

⁷⁶⁰ Reis, 2008: 157; “o seu [Spínola] programa visará especialmente o desenvolvimento económico, a justiça social, o esforço das instituições tradicionais, o aproveitamento das divisões étnicas e a exploração das tensões entre guineenses e cabo-verdianos no interior do PAIGC”, Silva, 1997: 90; “Guiné para os Guinéus fomentou uma luta entre guineenses e cabo-verdianos que gerou os seus frutos, pois veio a alimentar as fortes divisões entre cabo-verdianos e guinéus no seio do PAIGC”, Monge, 2010: 183.

tentando quebrar as ligações entre cabo-verdianos e guineenses. Criando divisões nos movimentos independentistas impedia-se a unidade de comando e a concentração de força, para além dos efeitos morais causados pela falta de coesão política.

No plano político, o conceito da atribuição de dar maior autonomia à Guiné era anunciado por Spínola no que ele acreditava ser uma crescente participação dos “guinéus portugueses na Administração Pública, com a progressiva e rápida ampliação do seu acesso às estruturas do desenvolvimento económico e social e aos órgãos de Administração”, “aos seus órgãos legislativos e aos seus serviços” embora também afirmasse que tinha “plena consciência” de que estes objetivos não eram para o “curto prazo”. A realidade no território era a enorme falta de “quadros” e também de especialistas qualificados “europeus, cabo-verdianos e guinéus” pelo que esta anunciada política levaria muitos anos a concretizar-se⁷⁶¹.

Em síntese, de uma forma ou de outra, Spínola afirmava claramente a sua política: “o caminho da paz que deseja, numa Guiné administrada por guinéus à sombra da bandeira portuguesa”⁷⁶². Ou seja, através de uma forte presença entre as forças armadas e também na tentativa de uma crescente representação na administração pública, tentava-se consumir, pelo menos no plano das intenções, uma política de *africanização* também ela holística, civil e militar, política e operacional.

6. Governador e Comandante-Chefe: a unidade de esforços

O problema da unidade de comando entre as componentes civis e militares esteve presente desde os primeiros momentos das guerras portuguesas em África. Logo em 1961, em Angola, os problemas de coordenação existentes entre o governador e o comandante militar levaram Oliveira Salazar a centralizar as duas funções numa só pessoa, escolhendo para o efeito o General Venâncio Deslandes. No ano seguinte, Deslandes acabaria por ser demitido devido às suas decisões políticas, entre outras, por ter aberto uma universidade em Luanda⁷⁶³. Mas esta solução de concentrar ou dividir poderes, com soluções distintas e resultados também diferentes, vai continuar em Angola e nos restantes teatros de operações, sendo decidida no entanto, a sua

⁷⁶¹ Spínola, 1971a: 222 e Spínola, 1971c: 34-35; 10 a 15 anos em NA FCO 65 1391 (25); também relevantes são os especialistas civis formados pelo Batalhão de Engenharia da Guiné, em 1974 estavam 2039 civis a trabalhar no Batalhão mas muitos mais foram recrutados e formados em especialidades do âmbito da Engenharia, Costa, 1975: 56.

⁷⁶² Spínola, 1971a: 432; “desenvolver o território e preparar as populações para um processo de autonomia, ligado a Portugal, que contrariava a política do regime em Lisboa”, Mateus da Silva em ICS, 2011a: 3.

⁷⁶³ Menezes, 2010: 538.

concentração para a Guiné⁷⁶⁴. Para Spínola esta era uma condição fundamental: a absoluta necessidade da acumulação de funções entre Governador e Comandante-Chefe⁷⁶⁵.

Spínola, antes de aceitar o cargo de governador e comandante-chefe teve uma audiência com Salazar onde explicou o seu conceito de ação para a Guiné e apresentou algumas condições. Destacam-se nesta audiência com Salazar as suas posições relativamente ao conceito de Portugal como uma “Nação Pluriestatal”, a necessidade de uma “política global” e a sua afirmação de que às forças armadas apenas competia “garantir o espaço e o tempo necessários”⁷⁶⁶. Para Spínola, a guerra na Guiné era uma guerra pela conquista das populações, pelo que destacou a importância dos planos económico e social para além do plano militar e alertou o Presidente do Conselho de Ministros que um insucesso militar na Guiné teria repercussões em Angola e em Moçambique⁷⁶⁷. Pedia que lhe fosse permitido dirigir-se diretamente a Salazar sempre que um determinado assunto “fundamental” tivesse a “necessária urgência”⁷⁶⁸. O chefe do Governo, “após um discreto acenar de cabeça (...), limitou-se a dizer: «É urgente que embarque para a Guiné»”, pelo que não se

⁷⁶⁴ “Lisboa tentava deste modo, e porque a Guiné era mais pequena, resolver uma situação de conflito entre as duas funções, que noutras províncias ultramarinas já se verificava”, Monge, 2010: 178.

⁷⁶⁵ “Esta alta rentabilidade foi possível mercê de um planeamento centralizado, de adequada coordenação e da eliminação de sobreposições e de concorrências, condições de muito difícil realização quando as funções de Governador e Comandante-Chefe não se reúnem na mesma pessoa”, Spínola, 1973: 114-115.

⁷⁶⁶ Rodrigues, 2010: 86-87; Salazar terá respondido então que também era necessário “saber esperar”.

⁷⁶⁷ Rodrigues, 2010: 88; Spínola conta a Almeida Bruno o resultado da conversa: “Eu até lhe contei a história das pulgas (...) Senhor Presidente este tipo de guerra é muito complicado. Suponha que está num palheiro que não arde (...) e duas pulgas mordem-no (...) já viu o que é descobrir duas pulgas num palheiro? (...) A guerra subversiva é assim: nós somos poderosíssimos, só que as pulgas passam a vida a morder-nos. Como não conseguimos destruir o palheiro, acabamos por abandoná-lo todos picados e não resolvemos nada”, Bruno, 1995: 714.

⁷⁶⁸ “Salazar aceita uma das condições que o Brigadeiro lhe põe, que era ter um contacto direto com ele sempre que necessitasse, passando por cima das hierarquias todas, incluindo o ministro do Ultramar, o chefe de Estado-Maior”, José Manuel Barroso em ICS, 2011c: 24; Rodrigues, 2010: 90; Salazar ouviu, não comentou, e “desabafou” junto dos seus colaboradores que “esperemos que as realidades locais e as responsabilidades façam ver ao governador que o mundo não permitiria a viabilidade das suas ideias, senão vamos ter dissabores”, Nogueira, 1985: 347.

pode afirmar claramente que as condições apresentadas pelo General tivessem tido a sua concordância ou tivessem sido sequer aceites⁷⁶⁹.

Mais tarde, quando Marcello Caetano assumiu o cargo de Presidente do Conselho, Spínola apresentou-lhe também o seu conceito para a Guiné⁷⁷⁰. Aparentemente Marcello Caetano estava em sintonia com as ideias e os planos de Spínola. Na reunião com o novo Presidente do Conselho este encontra “compreensão e recetividade” e assim podia dar continuidade “à sua estratégia”⁷⁷¹.

A busca de condições no início do mandato foi extensiva a outros ministérios do Governo em Portugal, como por exemplo os ministérios da Defesa, das Finanças e do Ultramar⁷⁷². Spínola terá insistido em variadas condições: comando completo sobre a Guiné, a escolha dos seus principais colaboradores e a autoridade absoluta sobre as componentes civis e militares⁷⁷³. Em síntese, desde que a Spínola fossem facultados os “meios mínimos” para cumprir a missão, ele, como militar, afirmava que saberia cumprir⁷⁷⁴.

Para Spínola ficava assim garantida, à partida, a necessária unidade de esforços entre civis e militares. Mas a questão da unidade de esforços tem duas questões derivadas: a da aplicação na própria Guiné, entre civis e militares, e outra, mais abrangente, da coordenação entre Bissau e Lisboa. Como veremos alcançariam resultados diferentes. Vamos começar por analisar a “unidade de esforços” na Guiné-Bissau.

⁷⁶⁹ “Salazar (...) ouviu-me em silêncio (...) terminada a minha exposição, após um discreto, mas nem por isso menos significativo, acenar de cabeça, manifestou-me o seu apreço pela sinceridade com que expressara o meu pensamento (...) E, não comentando as ideias expostas nem tão-pouco a política preconizada, limitou-se a dizer: «É urgente que embarque para a Guiné»”, Spínola, 1978: 22-23.

⁷⁷⁰ “O nosso projeto foi escrito e entregue a Marcello Caetano”, Bruno, 1995: 715.

⁷⁷¹ Rezola, 2002: 75; “completamente integrado no pensamento do governo central (...) claramente expressa pelo senhor Presidente do Conselho, quanto ao problema da Guiné”, Spínola, 1970: 38.

⁷⁷² “É justo destacar o apoio recebido dos Senhores Ministros da Defesa, das Finanças e do Ultramar, encontrei a mais alta compreensão e recetividade aos problemas da Província”, discurso proferido na sessão do Conselho Legislativo, de 10 de dezembro de 1968, Spínola, 1970: 42.

⁷⁷³ “One of the conditions imposed by Spínola on being offered the Guinea Command was that he would have overall control of the country without any direct supervision from Lisbon”, Venter, 1973: 25.

⁷⁷⁴ Rodrigues, 2010: 99.

6.1 Entre as componentes civis e militares na Guiné-Bissau

Da mesma forma que foram importantes os argumentos de Spínola a favor de uma correta articulação entre as funções de governador e comandante-chefe, também de um modo mais genérico, a própria legislação nacional sofreu alterações. O presidente do Conselho, Marcello Caetano, promoverá a reorganização dos comandos-chefes ultramarinos em todas as províncias através do Decreto-lei 49 107 de 7 de julho de 1969⁷⁷⁵. Assim, as iniciativas de Spínola para fortalecer um Quartel-General, com o fundamentado comando operacional sobre as forças dos três ramos das forças armadas, a capacidade efetiva de coordenação entre componentes civis e militares, entre forças militares e de segurança, tinham-se mostrado um conceito eficaz e aparentemente bem aceite também em Lisboa.

A situação na Guiné, antes de Spínola chegar, era bastante difícil e estava a deteriorar-se. De 1965 a 1967 Portugal tinha perdido o controlo de várias zonas do território, provocando uma crescente baixa no moral das forças e, naturalmente, criando uma situação bastante difícil para resolver⁷⁷⁶. Historicamente, a situação na Guiné raramente tinha sido uma prioridade portuguesa pois sempre fora considerada por Lisboa “como algo de secundário, como uma colónia ligada a Cabo Verde e com uma população reduzida de portugueses numa terra sem riquezas”⁷⁷⁷. Ou, dito de outra forma, “a presença portuguesa na Guiné foi sempre fraca dado o seu pouco interesse económico e a insalubridade do clima”⁷⁷⁸. A situação de partida estava assim difícil para Spínola e o apoio “histórico” de Lisboa nunca fora, de facto, relevante.

Não podemos deixar de relevar a semelhança entre as várias situações que temos vindo a analisar. Wellington entrou em Portugal em 1809 após Napoleão ter expulsado os britânicos da Galiza e garantido a sua autoridade sobre Madrid; Petraeus foi para o Iraque em 2007 quando a situação se deteriorava a cada dia; Spínola entrou na Guiné em 1968 para comandar umas forças armadas em crescente desmotivação e com várias áreas do território guineense nas mãos do inimigo. Wellington, Spínola e Petraeus iniciaram as suas funções num quadro de grandes dificuldades. Spínola irá atuar em muitas e variadas áreas e como veremos, em pouco tempo, conseguiu pelo menos estabilizar a situação⁷⁷⁹.

⁷⁷⁵ Rodrigues, 2010: 103.

⁷⁷⁶ “Havia sítios onde praticamente já não entrávamos (...) todos os distritos onde íamos levávamos pancada (...) estava a correr muito mal”, Fabião, 1995: 367.

⁷⁷⁷ Monge, 2010: 176.

⁷⁷⁸ Afonso, 2000: 96.

⁷⁷⁹ Telegrama enviado pela Embaixada americana no Senegal para o Departamento de Estado em 3 de Janeiro de 1969: a situação na Guiné depois de se ter deteriorado muito nos anos

Entre as medidas de fundo tomadas por Spínola importa referir a unidade de comando conseguida através da criação de um estado-maior constituído por oficiais da sua inteira confiança, dos vários ramos das FA, que constituía o núcleo duro de decisão operacional com autoridade direta sobre as várias componentes da estrutura militar⁷⁸⁰. Foram também estabelecidos, de forma descentralizada, vários comandos operacionais em locais do território específicos com o objetivo de melhor intercetar o inimigo e estreitaram-se fortemente as relações entre os militares e a PIDE, que asseguravam as informações “civis” de âmbito estratégico (detalharemos à frente a questão das informações)⁷⁸¹.

Spínola agiu em várias áreas desde a política à organização. Embora possa parecer um pormenor de âmbito exclusivamente operacional, o facto de ter concentrado poderes no seu Quartel-General, teve efeitos visíveis na coordenação da ação no terreno⁷⁸². Na organização militar, ao concentrar toda a atividade operacional no Quartel-General, evitou as descoordenações habituais entre os vários ramos das forças armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) e usou os ramos para apoiarem a manobra superior porque estes tinham ficado “praticamente reduzidos a logísticos”⁷⁸³. Quanto à seleção de pessoal soube desde o início escolher os, que na sua opinião, eram considerados melhores e mais aptos pois, de acordo com Carlos Fabião, “chegou à Guiné e correu com todos aqueles incompetentes”⁷⁸⁴, trouxe os homens da sua confiança e procurou para as mais exigentes funções, os que pensava terem melhores perfis para nelas trabalharem⁷⁸⁵.

anteriores estabilizou desde a chegada do General Spínola, CINAMIL, 1969-01-03 RG 59 Box 2437 -1; opinião colaborada por observadores britânicos, NA FCO 65 1391 e também em Sousa, 2012: 371; “a partir de 1968 a guerra altera-se. Spínola (...) sustém a ofensiva do PAIGC e equilibra a situação militar”, Silva, 1997: 60-61 e 85.

⁷⁸⁰ “O Comando coordenador passou a ser um Comando Completo (...) sem escalão intermédio ao nível dos ramos, era muito importante, porque anulava as dificuldades de coordenação entre comandos”, Monge, 2010: 182; “autoridade direta sobre os comandantes dos vários ramos das Forças Armadas”, Rodrigues, 2010: 102.

⁷⁸¹ Rodrigues, 2010: 112; “Spínola (...) alterou profundamente uma estrutura funcional anquilosada, pouco eficiente, degastadora de meios”, Azeredo, 2004: 127.

⁷⁸² “Cada COP tinha o seu Staff operacional dependendo dum oficial de confiança do COMCHEFE”, entrevista de Mário Pinto sobre António Spínola, Rato, 2011: 98;

⁷⁸³ Afonso, 2000: 484.

⁷⁸⁴ Fabião, 1995: 374; também se pode ler: “procede de imediato a um profundo saneamento dos quadros militares”, Rezola, 2002: 74.

⁷⁸⁵ “É forçoso reconhecer que um dos aspetos positivos da guerra é o da seleção de valores, dado que o sucesso pertence aos mais dotados”, Spínola, 1971a: 26; “Para servir na Guiné,

A estratégia geral delineada por Spínola assentava na coordenação e integração eficaz entre componentes civis e militares, entre diplomacia e estratégia, economia e populações⁷⁸⁶. Para que tanto as forças armadas como os demais organismos da administração pública estivessem coordenados de forma holística foi necessário elaborar diretivas claras e abrangentes. Num dado momento, o Governo de Spínola apercebeu-se de que, se no âmbito militar a doutrina de condução da guerra na Guiné tinha sido bem difundida às forças armadas, tal não sucedia ainda no âmbito da administração civil⁷⁸⁷. Tinha este aspeto que ser corrigido. Numa diretiva difundida em 1 de fevereiro de 1971 eram delineados princípios e objetivos tanto para a administração pública como, inclusivamente, para entidades privadas⁷⁸⁸. A política, a coordenação e a direção eram holísticas, abrangendo forças armadas, de segurança, e, como já referido através de Pedro Cardoso, com a administração pública e ainda, entidades privadas⁷⁸⁹. A “manobra militar” estava claramente subordinada “à manobra política”⁷⁹⁰.

Em áreas específicas de planeamento operacional, consideradas geralmente como estritamente militares, podemos encontrar esta visão de abrangência civil e militar. Uma dessas áreas era a das informações. Numa guerra de tipo subversivo, as informações, sempre fundamentais, podem fazer a diferença entre o sucesso e o insucesso, porque só através das mesmas se podem montar as operações (se não se souber onde está o inimigo não se pode combatê-lo). Este objetivo só se consegue com integração e partilha de informações entre todos os organismos que as recolhem.

eram escolhidos e convidados pelo então Governador e Comandante-chefe, General Spínola, aqueles que ele considerava os melhores oficiais, principalmente com provas dadas na área operacional”, Mateus da Silva em ICS, 2011a: 3.

⁷⁸⁶ “Uma ação coordenada e muito íntima entre as Forças Armadas, as Autoridades Administrativas e as populações (...) uma atenta vigilância na retaguarda e uma integração perfeita das ações militares, diplomáticas, económicas, políticas e psicológicas”, CECA, 1998: 122.

⁷⁸⁷ Diretiva distribuída aos Serviços Públicos, Autoridades Administrativas, Entidades Privadas e demais atividades da Guiné, em 1 de fevereiro de 1971, Spínola, 1971a: 250.

⁷⁸⁸ “Da política governativa na Guiné, por forma a permitir aos vários Serviços Provinciais, bem como às entidades privadas, perfeita compreensão e identidade com os objetivos a atingir”, Spínola, 1971c: 18 e Spínola, 1971a: 250.

⁷⁸⁹ “A missão propriamente militar das nossas Forças Armadas tem de limitar-se a garantir a liberdade de ação indispensável ao exercício do governo e a segurança necessária à vida normal das populações”, Spínola, 1972: 201.

⁷⁹⁰ Carlos Fabião, ICS, 2011c: 11.

Na Guiné tornou-se possível a integração entre serviços e departamentos de Informações que, em Portugal, estavam habitualmente distribuídos por ministérios diferentes⁷⁹¹. Em 1969 foram criados os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI), os quais ficaram integrados na Divisão de Informações do Gabinete Militar do Comando-chefe com a finalidade de trabalhar as informações que a este interessavam, na sua dupla função de Governador e Comandante-Chefe⁷⁹². Este é um bom exemplo de ação holística. Mais do que a coordenação entre informações ditas “civis” e as “militares” foi montado um mecanismo de integração. Veremos que esta preocupação de integração das informações civis e militares também estará bem presente na ação de Petraeus no Iraque e no Afeganistão (o conceito de integração em Petraeus adotará a designação de “fusão, *Intel-fusion*”).

Do “outro lado” também é importante analisar a questão da unidade de comando. Vimos em Wellington que este beneficiou com a ausência de um comando centralizado francês em Espanha. Na Guiné a falta de um comando centralizado das guerrilhas do PAIGC também evidenciaram as “fraquezas organizacionais e estruturais”. Por um lado porque o líder, Amílcar Cabral, se encontrava geralmente longe das áreas de operações militares e, por outro, a ação descentralizada conduzida em duas ou três frentes de combate levava a frequentes descoordenações e mesmo a ações desmedidas, descontroladas que provocaram inclusivamente “abusos de poder e arbitrariedades contra as populações indefesas”. Amílcar Cabral queixou-se da existência de grupos que utilizaram o poder em proveito próprio e que muitos comandantes não entenderam a importância das populações⁷⁹³.

Cabral tinha tomado uma decisão importante no denominado Congresso de Cassacá em fevereiro de 1964 para que “os comandante militares passassem a estar subordinados aos comissários políticos”. A questão da subordinação ao poder político a par da efetiva coordenação operacional era um problema idêntico tanto para as forças portuguesas como para o PAIGC. Sem nos alongarmos muito sobre a organização do PAIGC importa no entanto referir que a partir desta data todas as

⁷⁹¹ Ministérios: Defesa – 2ª divisão, Interior – Direção Geral de Segurança PIDE/ DGS, Ultramar – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações (SCCI), Negócios Estrangeiros – Direção Geral dos Negócios Políticos, e ainda GNR, PSP, Legião Portuguesa, Ministério das Finanças, Guarda Fiscal, “todos produziam informações”, CECA, 1988: 361.

⁷⁹² “Associou ao seu estado-maior, que funcionava mais como grupo-tarefa do que como tradicional quartel-general, elementos da DGS, escolhendo-os entre os que lhe mereciam confiança e se interessavam nos seus conceitos”, Afonso, 2000: 484; “o SCCI, que existia aos níveis locais, regionais, distritais e provinciais”, Cann, 1998: 154.

⁷⁹³ Sousa, 2012: 365-366.

unidades militares ou paramilitares (Milícias Populares, Guerrilhas ou o Exército Popular) passaram a estar na dependência de um único comando, o Conselho de Guerra e de um organismo político, o Bureau Político⁷⁹⁴. A busca de unidade de comando sobre as diversas componentes é uma preocupação em ambos os lados do conflito bem como a questão da sintonia entre a política e a ação militar.

Podíamos utilizar mais exemplos mas, para este trabalho, importa relevar que a unidade de esforços foi conseguida aos vários níveis da administração e emprego de forças e capacidades civis. Desde a concentração de poderes no cargo de Governador e Comandante-Chefe, à formação de um quartel-general com efetivo poder sobre todas as componentes das forças armadas e de segurança até aos serviços de informações, civis e militares, interligados e coordenados na sua atuação. Como tínhamos visto anteriormente, através das competências do Secretário-Geral para a Guiné, a unidade de esforços entre civis e militares, e mesmo a coordenação com entidades privadas, foi conseguida e continuamente aprofundada. Vamos ver agora como a coordenação se processou com o Governo em Lisboa.

6.2 Entre Lisboa e Bissau

Não bastava a coordenação e o comando holístico em Bissau. Era também fundamental uma sinergia na atuação entre o Governo de Lisboa e o de Bissau⁷⁹⁵. Ou seja, exigia-se uma atuação holística na política nacional, regional e local. Por isso Spínola, desde o início, atuou na Guiné mantendo uma pressão permanente sobre o Governo Central⁷⁹⁶ e, simultaneamente, apoiou-se numa política de informação pública para sensibilizar tanto as populações da Guiné como as da metrópole⁷⁹⁷. Veremos no próximo capítulo que este entendimento de uma atuação, em íntima coordenação com a capital, foi também o caminho escolhido por Petraeus tanto no Iraque como no Afeganistão e, como vimos, foi também a forma de trabalhar seguida por Wellington.

Spínola tentou que houvesse encontro de posições entre a política superior nacional e a sua política na Guiné-Bissau, condição que considerava fundamental para o êxito da sua estratégia. No início, como vimos anteriormente, procurou o apoio do

⁷⁹⁴ Sousa, 2012: 367.

⁷⁹⁵ “A História do Mundo, avisava o Brigadeiro [Spínola], é fértil em exemplos de nações que perderam as guerras na retaguarda não obstante a vitória se encontrasse ao seu alcance nas frentes de combate”, Rodrigues, 2010: 99.

⁷⁹⁶ Rodrigues, 2010: 102.

⁷⁹⁷ “A falta de uma adequada e eficiente informação (...) estão na origem do ceticismo em que vive a retaguarda da Nação, relativamente à solução do problema da Guiné”, Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné, 1969: 3.

Governo em Portugal. Ao longo do mandato foi tentando manter a aprovação e a solidariedade superior para com as suas políticas. Em maio de 1971 afirmou: “recebi do Venerando Chefe do Estado e do Senhor Presidente do Conselho o mais vivo apoio, e encontrei, ao nível do Governo, a maior compreensão na solução das questões de projeção imediata”⁷⁹⁸. Em maio de 1973 ainda parecia querer acreditar, pelo menos gostava de o afirmar, na colaboração e sintonia com o Governo de Lisboa⁷⁹⁹, mas a realidade, nessa data, já era outra. De forma mais precisa deveríamos dizer que houve divergências entre Marcello Caetano e Spínola, porque havia na política, também em Lisboa, quem estivesse em sintonia com as ideias do Governador e Comandante-Chefe da Guiné e em desacordo com Marcello Caetano. Como veremos em alguns exemplos adiante, estes possíveis apoios políticos, no entanto, não foram suficientes para mudar a situação. Vamos por isso analisar o que levou a uma crescente “dessincronização” entre Lisboa e Bissau.

Um acontecimento, ocorrido em julho de 1970, constituiu um bom exemplo dos possíveis apoios existentes em Lisboa a uma política / visão mais geral de Spínola⁸⁰⁰. Tratou-se de uma visita de deputados da Assembleia Nacional à Guiné, da qual fizeram parte vários legisladores conotados com as visões mais liberais do regime, os deputados Pinto Leite, Leonardo Coimbra, James Pinto-Bull e José Vicente de Abreu⁸⁰¹. Entre os nomes mais destacados encontravam-se Pinto Leite, deputado da ala liberal, e Pinto-Bull, deputado pela Guiné⁸⁰². Esta viagem poderia significar o reforçar de apoios políticos em Lisboa à política de Spínola na Guiné, ou mesmo, para a política em geral extensiva aos outros territórios ultramarinos.

⁷⁹⁸ Declaração de Spínola no Aeroporto de Lisboa à partida para Bissau em 16 de maio de 1971, Spínola, 1971a: 405.

⁷⁹⁹ “Encontrei nos vários setores contactados, nomeadamente no Departamento da Defesa Nacional e no Ministério do Ultramar, a mais alta compreensão para os assuntos expostos; tive também oportunidade de expor detalhadamente ao Senhor Presidente do Conselho os problemas que mais preocupam o Governo da província; e fui ainda recebido por S. Ex^a o Chefe do Estado, que às questões abordadas dispensou a melhor atenção”, Spínola, 1973: 484.

⁸⁰⁰ Afonso, 2000: 490.

⁸⁰¹ Leite, 2003: 207, este livro explana os projetos políticos dos deputados, em especial de José Pedro Pinto Leite.

⁸⁰² “Jaime Pinto-Bull, always a strong advocate of black cooperation with Portugal (...) appointed Secretary General in charge of civil administration in Bissau, a post second only to the governor’s and which entitled him to quasi-ministerial status throughout the Lusitanian Empire”, Venter, 1973: 135; também em Sousa, 2012: 255.

Num dos encontros entre Spínola e Pinto Leite, Spínola afirmou que ambos se tinham identificado nas soluções que procuravam para o Ultramar⁸⁰³. Pinto Leite afirmou mesmo que iria fazer declarações, no regresso a Lisboa, de que esta guerra não tinha efetivamente solução militar⁸⁰⁴. A viagem de helicóptero de regresso a Bissau provocou a morte aos deputados e, assim, esta linha de possível apoio da parte de uma determinada área política, nomeadamente da ala liberal, a Spínola, que inclusivamente pensava em apoiar o general a uma candidatura à presidência da república, ficou temporariamente interrompida⁸⁰⁵.

Importa analisar também a sintonia entre Lisboa e Bissau na denominada operação “mar-verde”, realizada em novembro de 1970⁸⁰⁶. A operação nasceu de uma proposta do Capitão-tenente Alpoim Calvão, ainda em 1969, que pretendia destruir as lanchas torpedeiras do PAIGC e da Guiné-Conacri para evitar que as mesmas pudessem atacar as portuguesas. Até à execução da operação, foram-se somando outras finalidades, desde o apoio à organização política (FNLG – Front National de Libération Guinée-Conakry) que se opunha ao Presidente da Guiné-Conacri, Sekou Touré, passando pela possível destruição de aviões da força aérea do país vizinho, à possibilidade até de se matar Sekou Touré ou Amílcar Cabral, e à finalidade que mais tarde foi assumida como sendo uma das principais, a da libertação de prisioneiros portugueses⁸⁰⁷. Ao contrário das operações definidas para a zona fronteiriça entre o

⁸⁰³ Disse Spínola à viúva do deputado Pinto Leite: “o seu marido ficou, talvez, espantado por nos termos entendido tão bem”, e Spínola confirma depois que encontrou uma “total convergência dos pensamentos políticos de ambos (...) uma comunidade afro-luso-brasileira” e que “era um caminho que deveria ter sido considerado”, Leite, 2003: 59 e 205.

⁸⁰⁴ “«A guerra colonial não tem solução militar. No regresso a Lisboa vou intervir e fazer estribilho» - confidenciou, em Bambadinca, o deputado Pinto Leite”, Leite, 2003: 69.

⁸⁰⁵ Lemos Pires diz sobre o deputado Pinto Leite que ele era: “um homem de ideais nacionais, um entusiasta, que teria sido importantíssimo para a causa da nossa estratégia na Guiné com vista à solução da guerra em África”, Leite, 2003: 209; os contactos com forças políticas em Lisboa poderão ter continuado mais tarde: “o General Spínola, portanto, começa a querer, a partir, pelo menos, do período em que eu lá estou (1972), fazer tentativas de diálogo com sectores da oposição em Portugal”, José Manuel Barroso, ICS, 2011a: 54.

⁸⁰⁶ Operação descrita em várias das obras referidas na bibliografia, destacando-se: Afonso, 2000 e 2010 e Marinho, 2006; dos que a consideram um sucesso temos a leitura do General Azeredo: “uma das operações mais bem montadas na nossa Guerra de África”, Azeredo, 2004: 139; mas de “consequências desastrosas” como podemos ler em Rodrigues, 2010: 140.

⁸⁰⁷ Barroso, 2012: 335; Afonso, 2010: 583; “promover, em colaboração com a FLNG, o derrube e eventual assassinio de Touré; capturar o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, trazendo-o para a Guiné-Bissau; libertar os prisioneiros portugueses detidos em Conacri; destruir instalações e embarcações marítimas do PAIGC, bem como um conjunto de Mig soviéticos existentes na

Senegal e a Guiné-Bissau, sobre as bases do PAIGC em território senegalês, esta operação seria sobre a capital do outro país vizinho, Conacri⁸⁰⁸. As operações militares portuguesas para lá das fronteiras, tanto no Senegal como na Guiné-Conacri, tiveram consequências políticas e diplomáticas consideradas “desastrosas”⁸⁰⁹.

Sabemos que Spínola pediu a cobertura política a Lisboa para esta operação. Em novembro de 1970 partiu para Lisboa o Capitão-tenente Alpoim Calvão com uma carta de Spínola em que este pedia autorização a Marcello Caetano para fazer o “raid” na Guiné-Conacri. Marcello Caetano autorizou. A operação realizou-se mas apenas o objetivo de recuperar os prisioneiros tinha sido conseguido. Se as operações contra as bases do PAIGC no Senegal tinham tido resultados “desastrosos”, esta operação, pelo menos ao nível político, ainda teve mais. Spínola ficou desagradado e Marcello Caetano afirmou que, no plano internacional, as consequências tinham sido “muito gravosas para Portugal”⁸¹⁰.

O difícil equilíbrio entre o exercício autónomo da política na Guiné e a política nacional foi sempre ténue. Spínola não podia atuar autonomamente no campo da diplomacia porque, parecia claro, toda a política externa portuguesa se encontrava, efetivamente e como seria normal, nas mãos de Lisboa. Foram os próprios americanos, num documento destinado a fornecer linhas de orientação para uma política americana sobre a Guiné, a reconhecer este facto⁸¹¹.

Spínola, por um lado, tinha consciência de que os problemas demorariam muito tempo a serem solucionados pois, como tinha afirmado em 1971 “as tarefas de

República da Guiné”, Rodrigues, 2010: 145; objetivos também descritos no Telegrama do State Department dos EUA às suas Embaixadas em 21 de Janeiro de 1970, CINAMIL, 1970-1-12 NA RG59 Box 2558 (1).

⁸⁰⁸ Rodrigues, 2010: 140; também existiam operações militares com efeitos para lá da fronteira: “Pela meia noite abri fogo com os obuses e foram disparadas 60 granadas sobre esta povoação fronteiriça da Guiné-Conacri (...), caíram muitas granadas em Kansembel [Guiné-Conacri]”, Azeredo, 2004: 124; sobre as ações no Senegal ver NA FCO 65 1028.

⁸⁰⁹ Rodrigues, 2010: 140; Embora muitos dos incidentes atribuídos aos portugueses no Senegal fossem de facto efetuados por movimentos rebeldes, nomeadamente da Casamansa, como se pode ler em vários documentos do Foreign Office Britânico: “The Senegalese army is known to have been skeptical in the past about attributing all the incidents to Portuguese troops”, CINAMIL, 1971-11-17 FCO 9-1439 (2842) e NA FCO 65 1029 e 1030.

⁸¹⁰ Rodrigues, 2010: 143-147.

⁸¹¹ Num documento “secreto” intitulado “Portuguese Guinea: guidelines for policy” de setembro de 1970 da responsabilidade do “State Departemant” e destinado a orientar os esforços dos diplomatas americanos em relação à Guiné Bissau, pode ler-se na página 2 que todos os assuntos de política exterior da Guiné são tratados pelo governo central em Lisboa, CINAMIL, 1970-9 NA RG59 Box 2555 (3).

governança dos povos são tarefas para uma vida e nunca para um mandato”⁸¹² e, por outro, sabia que muitas das questões não estavam nas suas mãos. Como não podia controlar o ambiente exterior e, aparentemente, como Lisboa também não demonstrava querer tomar muitas iniciativas para o ajudar, decidiu-se a tomar ações no âmbito da política internacional⁸¹³. Entre as mais conhecidas, e que darão origem a uma rutura com Marcello Caetano, encontra-se o diálogo com o Presidente do Senegal.

Numa carta por si redigida e enviada em fevereiro de 1972 ao ministro da Defesa Nacional sobre as conversações com o Presidente Senghor, Spínola afirmou ser “ocioso realçar os aspetos positivos deste encontro e a sua importância para a causa nacional” porque, lembrou, já “perdemos uma oportunidade (...) e considere um erro grave ter deixado cair o assunto” e avisou que, “se não aproveitarmos esta oportunidade poderemos perder a última hipótese de tomar o leme da evolução da situação”⁸¹⁴.

Em maio de 1972, num encontro em Lisboa, Spínola expôs a Marcello Caetano os resultados do encontro que tivera com Senghor em Cap Skiring⁸¹⁵. Marcello Caetano recusa o plano de Spínola para uma transição “pacífica da colónia para a independência” e mostra-se irredutível face aos argumentos do Governador da Guiné-Bissau⁸¹⁶. Segundo alguns dos relatos desta reunião, o Presidente do Conselho afirmou ainda que seria preferível “sair da Guiné por derrota militar com honra do que por acordo negociado com os terroristas” porque, no seu entendimento, estaria

⁸¹² Spínola, 1971b: 17.

⁸¹³ “O apoio do Senegal foi decisivo para a nossa luta” porque havia combatentes em elevado número: “Em 1974, quando terminou a guerra, o PAIGC tinha cerca de dez mil homens armados, entre exército e milícias”, Cabral, 1995: 539.

⁸¹⁴ Carta de Spínola a Horácio de Sá Viana Rebelo, Ministro da Defesa Nacional, em 17 de fevereiro de 1972, Antunes, 1995: 62; a Embaixada britânica em Lisboa em relatório enviado em 20 de dezembro de 1972 ao Foreign Office avisa que, se Marcello Caetano recusar apoiar o projeto de maior autonomia para a Guiné proposto por Spínola, inevitavelmente haverá uma crise e o futuro do governador estará comprometido, NA FCO 65 1236 (4); descrição do “Plano Senghor” detalhados em Silva, 1997: 104-106.

⁸¹⁵ Rodrigues, 2010: 165.

⁸¹⁶ Afonso, 2000: 482; “Ainda procurei combater a argumentação aduzida, mas Marcello Caetano manteve-se irredutível, acabando por rejeitar liminarmente o prosseguimento das conversações”, Spínola, 1978: 40; “O Conselho Superior de Defesa Nacional tinha-se pronunciado negativamente sobre a proposta de Spínola”, Barroso, 2012: 339-331.

presente o efeito que tal poderia provocar em Angola e Moçambique⁸¹⁷. Spínola pedia ao mais alto responsável da nação para assumir como suas as decisões e iniciativas que tentava tomar no terreno mas Marcello Caetano não o deixaria prosseguir. O Presidente do Conselho de Ministros reforçou assim um argumento que, há muito, tinha vindo a defender perante a opinião pública portuguesa, o de que eventuais negociações poderiam pôr em causa a continuidade dos portugueses em África, pelo que não as permitia⁸¹⁸.

A finalidade última de Spínola seria a de conseguir estabelecer negociações indiretas com Amílcar Cabral, mas também do lado do líder do PAIGC se acreditava que o poder negocial estava efetivamente em Lisboa⁸¹⁹. A importância da capital de Portugal é reforçada com a ameaça anunciada por Amílcar Cabral em Londres em 1971 em que “não punha de parte a ideia de lançar ataques em Lisboa”⁸²⁰. As visões e interpretações sobre os vários interventores nestas negociações são variadas mas, de facto, se Senghor procurava mesmo uma solução para Guiné, a fórmula portuguesa para os vários encontros diplomáticos nunca foram, também, do seu agrado⁸²¹. Tinha ficado claro que não existia a necessária sintonia entre a política de Lisboa e a condução da guerra na Guiné. Deixa de haver, na área política, um caminho coerente, holístico⁸²².

As iniciativas no campo da política internacional não correram bem a Spínola. Mas houve outras, no âmbito interno, que obtiveram alguns sucessos e que mitigaram, de

⁸¹⁷ Reis, 2008: 157; Sousa, 2012: 429; Afonso, 2000: 482; “Conforme comentou Marcello Caetano, «se Portugal tivesse apenas para resolver o problema da Guiné, o método talvez fosse utilizável»”, Rodrigues, 2010: 167.

⁸¹⁸ “Que haja quem ingénua ou perversamente pense que tais negociações conduziram a resultado diferente do aniquilamento e da expulsão dos bons portugueses (...) que haja entre nós quem assim pense, sinceramente custa-me a compreender”, Caetano, 1970: 27.

⁸¹⁹ “O Amílcar quis sempre discutir com o governo português, mas com Spínola nunca houve qualquer contacto”, Cabral, 1995: 541.

⁸²⁰ Visita de Amílcar Cabral a Londres entre 25 a 29 de outubro de 1971, Sousa, 2012: 496;

⁸²¹ “Lisboa reage de um modo totalmente inapropriado (...) envia ao Senegal uma equipa de negociadores constituída por um inspetor da administração colonial e um inspetor da PIDE. Só porque Senghor era uma pessoa delicada e educada é que não os meteu no avião e os mandou de volta”, Monge, 2010: 185; em telegrama da Embaixada americana em Dacar em Janeiro de 1970, Senghor afirmou ser imperativo encontrar uma solução para a Guiné-Bissau e para isso pediu para, através da Suíça e da França, conduzir as negociações, CINAMIL, 1970-1-23 NA RG59 Box 2557 (1); Silva, 1997: 104-106.

⁸²² “Marcello Caetano contrariou o prosseguimento das conversações” afirmando que “estava perdida a última oportunidade de se resolver com honra e dignidade o problema da Guiné”, Spínola, 1978: 26-28 e 42.

alguma forma, a não obtenção da necessária solução política. Face a um contínuo desgaste das forças armadas na Guiné e a uma crescente pressão da comunidade internacional, Spínola, em vez de fazer frente aos sítios mais difíceis, lançou uma estratégia de “manter o que era de manter”⁸²³. Com realismo, no final de 1972, sabia-se que não era possível controlar, em permanência, todo o território guineense. Se, como afirmara no início do seu mandato, Spínola dizia que as forças armadas tinham por missão “ganhar tempo” para a solução política, embora as suas iniciativas políticas exteriores tivessem sido interrompidas, não deixou de continuar a procurar as necessárias soluções operacionais para tentar manter a estabilização militar do território.

As avaliações por parte de diferentes autores sobre a guerra da Guiné variam mas há factos e datas que são assumidas como fundamentais na evolução do conflito. Um deles é o chamado “ano da viragem”, 1973⁸²⁴. É marcado pelo assassinio de Amílcar Cabral em janeiro⁸²⁵, pela introdução dos mísseis antiaéreos por parte do PAIGC em março (que retirou a supremacia aérea a Portugal)⁸²⁶ e, inevitavelmente após o romper do entendimento com Lisboa, pelo final do mandato de Spínola no verão⁸²⁷.

Vimos como Wellington assegurou sempre o necessário apoio de Londres e a permanente sintonia com Lisboa, Rio de Janeiro e Cádiz, veremos que Petraeus tentará sempre a integração das suas decisões com Washington, Bruxelas, Bagdade e Cabul. Mas Spínola não o conseguiu fazer com Lisboa, Dacar e Conacri. Não conseguindo resolver o problema na Guiné, porque para Spínola a solução passava

⁸²³ Durão, 1995: 253.

⁸²⁴ Silva, 1997: 129 e Afonso, 2000: 96.

⁸²⁵ Para os EUA foi sempre levantada a suspeita do envolvimento português. Essa alusão é clara num documento de análise de informações americano sobre a morte de Amílcar Cabral elaborado em 1 de fevereiro de 1973, em CINAMIL, 1970-2-1 NA RG59 Box 2557 (1); mas a versão mais corrente publicada seria a de uma ação interna entre o próprio PAIGC corroborada também por Silva, 1997: 128 e Sousa, 2012: 532.

⁸²⁶ “Quando da espetacular entrada no palco da guerra dos mísseis terra-ar (Stella) – que a situação se deteriorou de forma sensível, tendo estado quase iminente o abandono de algumas povoações de fronteira”, Spínola, 1978: 53-54; “a utilização, pela guerrilha, de mísseis terra-ar no TO, impunha severos constrangimentos à atuação dos meios aéreos e, por reflexo, à de todas as forças de terra, mar e ar portuguesas”, Vaz, 2003: 62; Portugal iniciou contactos com a França para reforçar a sua capacidade aérea (propondo a aquisição de Mirages), 928INVA3501 EUROPA 1971-1976 (PORTUGAL).

⁸²⁷ Três dias antes de partir da Guiné Spínola ter-se-á encontrado com 3 comissários políticos do PAIGC que o terão convidado a ser secretário-geral do partido porque “ele era o único que compreendia os seus problemas”, relatório confidencial da Embaixada britânica em Lisboa de 3 de setembro de 1973, NA FCO 65 1391.

por Lisboa, o General tentou então resolver o problema em Lisboa e assim foi publicado o seu livro *Portugal e o Futuro* (1974)⁸²⁸. O livro também não foi em si mesmo a solução, foi antes mais uma “acendalha” de uma revolta em curso e que iria culminar no 25 de abril de 1974⁸²⁹.

A coordenação holística entre Lisboa e Bissau tinha falhado e sem coordenação entre a política e a estratégia não se pode assegurar o comando holístico da guerra.

7. Síntese conclusiva

A questão da coordenação entre vários organismos do Estado, civis e militares, é, como dissemos na introdução, uma questão atual, um dos problemas identificados nos conflitos em pleno século XXI. Na década de 1960 ou 1970 na Guiné-Bissau, como no Iraque ou no Afeganistão na década de 2000 ou de 2010, o problema da (des)coordenação permanece.

Desde o período de Wellington até Spínola assistimos a uma crescente separação entre as esferas políticas e militares e à profissionalização e qualificação dos principais quadros militares responsáveis pela conduta da guerra. A tendência ficou clara na evolução do século XIX para o XX, pois quem decidia a guerra já não era quem a conduzia. Distintamente, há um nível político que decide e um patamar de execução militar que se deve sujeitar e aplica. Mas também verificámos como as relações entre a política e as forças armadas foram, muito para além dos ambientes de guerra, utilizadas como projetos de poder, de imposição de vontades políticas, através do peso da força das armas. O crescimento industrial a par de enormes exércitos, possibilitou grandes quantidades de materiais, armamentos e munições que

⁸²⁸ Foi publicado em fevereiro de 1974 e “vendeu mais de 100 mil exemplares em poucos dias – um autêntico recorde entre nós – e teve o efeito de uma bomba: fez estremecer o país de norte a sul”, Amaral, 1995: 137; afirma Francisco Pinto Balsemão: “O livro (...) constitui o marco catalisador dessa mudança. Ao lado do *homem*, do chefe, havia uma obra, um *programa*”, Balsemão, 2000: 77; “foi escrito na Guiné com a colaboração de oficiais que lá se encontravam em serviço”, Mateus da Silva em ICS, 2011a: 4; “Quando escrevi o *Portugal e o Futuro* tinha verdadeiramente a noção que já era tarde”, Spínola, 1978: 250; Barroso, 2012: 340-341.

⁸²⁹ No dia anterior à revolução de Abril, a 24 de abril de 1974, um alto diplomata da Embaixada britânica em Lisboa, Gerald Clark, sintetizava assim os efeitos das relações Marcello-Spínola: embora sabendo Marcello Caetano, ao longo dos cinco anos em que Spínola esteve como Governador da Guiné das suas ideias e projetos, Caetano estava completamente furioso por Spínola as ter publicado (o livro: *Portugal e o Futuro*), CINAMIL, 1974-4-24 FCO 9 2045 P-1.

provocaram consequentes milhões de baixas. Mas com o final da II Guerra Mundial, o paradigma clássico, industrial, tinha definitivamente mudado⁸³⁰.

Se, por um lado, os exércitos ainda se preparavam para as guerras convencionais (o possível confronto NATO - Pacto de Varsóvia), por outro, são esses mesmos exércitos que se têm de adaptar às guerras subversivas e de contrassubversão que marcaram decisivamente as décadas de 1950 a 1970 do século XX.

O poder político em Portugal desde 1930 até à década de 1960 tem nas Forças Armadas um apoiante e um garante na sua defesa. Mas os últimos anos da década de 1950 e os primeiros de 1960 são marcados pela instabilidade na relação civil-militar. A nova geração de oficiais do pós II Guerra Mundial, denominada de “geração NATO”, desejava reformas e dividiu-se na forma de as procurar. De um lado pedia-se o fim do regime, de outro queria-se fazer reformas dentro do regime. António de Spínola estava, em 1961, declaradamente no segundo grupo. Pediu reformas substanciais mas manifestou, simultaneamente, a sua lealdade a Salazar.

Esta divisão entre militares, entre civis e militares, que ilustrámos com os acontecimentos da *Abrilada*, agravado com as situações da perda de S. João Batista de Ajudá e de Goa, em 1961, vai deixar marcas profundas que se manterão nos 14 anos seguintes de guerra em África.

Portugal não foi surpreendido pela guerra em África. Tinha enviado oficiais à Argélia, e muitos tinham frequentado cursos em França, no RU, na Bélgica, em Espanha e nos EUA sobre as doutrinas da contrassubversão. Levantou unidades para aplicar as novas doutrinas, como o CIOE, estudou e escreveu nas principais escolas (EPI e IAEM) e finalmente, disseminou uma nova, moderna e bastante completa doutrina nos cinco volumes do “Exército na Guerra Subversiva”. De forma assertiva e amplamente distribuída, a doutrina permitiu situar e “guiar” as forças armadas no cumprimento de missões para os quais não tinham sido anteriormente treinadas e pensadas.

A guerra desenvolveu-se em múltiplos palcos e de formas muito mais abrangentes do que o simples uso da força militar. Spínola, com a sua experiência política, de “civil e empresário”, nas polícias e nas forças armadas, estava em condições de o entender e aplicar. Quando partiu para Angola em 1961, foi munido de uma nova doutrina, de experiência pessoal e de capacidade de iniciativa.

Quando Spínola aceitou o cargo de governador e comandante-chefe da Guiné-Bissau, em 1968, estavam já claras as suas intenções e a forma de implementar uma

⁸³⁰ “O paradigma da guerra entre o povo reflete um mundo muito diferente do da guerra industrial: trata-se de um mundo no qual as esferas política e militar fazem ambas parte do mesmo contínuo, trabalhando muitas vezes juntas”, Smith, 2008: 225.

política para conseguir vencer a guerra. Manifestou as suas intenções ao Chefe do Governo, Salazar, e nos primeiros tempos na Guiné, com uma equipa de competentes colaboradores, aplicou e disseminou diretivas claras e esclarecedoras, juntando civis e militares sob o seu comando e tornou as atividades de ambos complementares e coordenadas.

A sua política traduziu-se pelo anunciado apoio às populações, na defesa das mesmas, pelo aumento de qualificações e da importância das funções desempenhadas pelos Guinéus. As “lições aprendidas” na Argélia, Malásia, Quênia, Indochina, Vietname, a par da doutrina portuguesa, “O Exército na Guerra Subversiva”, devidamente adaptada à realidade local, serão aplicadas e desenvolvidas na Guiné. Neste capítulo podemos entender como era importante aprender com a experiência de outros e, simultaneamente, ter uma doutrina própria. O apoio às populações, o envolvimento das populações na segurança, na administração e desenvolvimento, e mesmo nas suas próprias decisões, mesmo que em muitos casos não tenha passado das intenções ou fosse apenas para efeitos de propaganda, parecia um caminho acertado. Ficou demonstrada a necessidade de coordenação e cooperação entre civis e militares, entre polícia e exército, entre entidades privadas e públicas. Do outro lado também Amílcar Cabral apostou em dimensões parecidas e, no fundo, de ambos os lados se tentou a “conquista das populações”.

As inovações no terreno tornaram-se visíveis. Foram os “congressos do povo” tentando dar, ainda que de forma limitada, voz às populações, foi o apoio aos aldeamentos e na melhoria das condições de vida, a crescente participação de guineenses nas forças armadas e nos organismos do Estado. As forças armadas estavam mais próximas e por mais tempo junto das populações. Quando os “civis” não chegavam para construir estradas ou ensinar nas escolas, avançaram os militares. O objetivo traçado foi as populações e não a conquista ou manutenção de território. O desenvolvimento trazia segurança mas sem segurança também não havia desenvolvimento, pelo que as operações de combate continuaram a manter um alto grau de importância.

Ao nível da organização político-militar na Guiné foram dados passos significativos. A criação de um comando unificado entre as estruturas civis e militares, e as funções reforçadas de um secretário-geral na Guiné para as políticas de desenvolvimento económico, na saúde, no ensino, entre outras, permitiram efetivamente uma ação holística no território. Uma eficaz coordenação na área das informações e um comando operacional único sobre as forças militares dos três ramos (Marinha, Exército e Força Aérea) provaram-se acertadas e abrangentes.

Wellington tinha percebido como era importante a sintonia entre a ação no terreno e o apoio político dos vários governos. Conseguiu manter o apoio e convergência com a política de Londres, Rio de Janeiro, Lisboa e Cádiz. Spínola garantiu uma convergência entre civis e militares, entre a política e a estratégia na Guiné-Bissau, mas não a conseguiu manter em sintonia com Lisboa. Em 1972 as divergências acentuaram-se, e não houve uma coordenação efetiva entre Lisboa e Bissau.

O problema da Guiné esteve também ligado ao problema africano em geral e as soluções propostas e tentadas por Spínola foram recusadas pelo Presidente do Conselho, Marcello Caetano. Em 1973, Spínola insistiu ainda numa solução política mas Marcello Caetano manteve que se prolongasse por mais tempo a sua visão e opção. Não houve acordo possível e Spínola abandonou o cargo.

Uma solução do nomínio estritamente militar também não podia resolver por si só o problema. Mesmo que a solução fosse “exclusivamente” regional implicaria sempre um envolvimento maior de todos os organismos do Estado, de Lisboa e na Guiné.

Falhou a unidade na política entre Lisboa e Bissau e, sem esta, não seria possível ter um comando holístico e eficaz da guerra.

CAPTÍTULO IV - PETRAEUS, IRAQUE (2007-2008) E AFEGANISTÃO (2010-2011)

De Spínola a Petraeus dão-se significativas transformações que nos interessa assinalar neste capítulo. A guerra na Guiné deu-se em pleno período da Guerra Fria e a as guerras do Iraque e do Afeganistão foram, em parte, consequência do 11 de setembro de 2001, muito depois de ter caído o “muro de Berlim” em 1989.

Para o nosso objeto de estudo, um dos fatores mais significativos da evolução militar entre estes dois períodos foi a saída dos EUA do Vietname em 1975. Para além dos múltiplos efeitos desta guerra sobre a política e população americana há uma decisão que sobressai: os EUA vão tentar evitar nas décadas seguintes envolverem-se em conflitos de natureza subversiva. O Exército Americano enfrentava então graves problemas de disciplina e de coesão pelo que se tentou “enterrar a memória” sobre a guerra, nomeadamente “banindo-se” das escolas militares cadeiras e estudos sobre a contrainsurgência. O exército tinha-se virado, quase exclusivamente, para o treino e estudo de doutrinas convencionais, preparando-se para o combate contra a União Soviética. Mas mesmo neste campo, no final da guerra do Vietname, dentro de um ambiente criado pelo denominado “síndrome do Vietname”, o exército encontrava-se mal preparado para o fazer⁸³¹.

Nas análises que se seguiram ao papel dos EUA no Vietname, os argumentos variaram entre “os civis interferiram demasiado”, passando pelo “apoiaram o governo errado”, “não se apostou na importância dos líderes” até “os militares foram incompetentes”⁸³². No final da década de 1980 a doutrina preferida era genericamente referida como a “Powell Doctrine”, ou a doutrina “Weinberger / Powell”, por ter sido aplicada pelo General Collin Powell na Guerra do Golfo em 1991, e de forma mais ampla, como política, pelo Secretário de Defesa Weinberger. Assentava num princípio geral de que as Forças Armadas Americanas deviam entrar em guerras curtas, com enorme potencial de combate, em conflitos onde o “interesse vital” dos EUA estivesse em causa, com objetivos políticos e militares claros, e resolver o problema rapidamente⁸³³.

A maioria dos oficiais que se formaram nas academias americanas depois do Vietname conheceram com profundidade as novas doutrinas do *Air-Land-Battle* e posteriormente a “doutrina Powell” que eram, em certa medida, o contrário das

⁸³¹ Cahill, 2008 e Cloud, 2009: 26.

⁸³² Telo, 2013: 114-116; Moyar, 2009; Cloud, 2009: 63.

⁸³³ Kaplan, 2013: 25; Cordesman, 2003: 150 e Cloud, 2009: 66; Gaspar Weinberger foi Secretário da Defesa dos EUA entre 1981 e 1987.

doutrinas de contrassubversão, na medida em que privilegiavam a força militar em detrimento das componentes civis, tentando resolver os problemas de forma intensa e em pouco tempo, com a permanência o mais reduzida possível de soldados no terreno⁸³⁴.

Paradigma da aplicação desta doutrina será a Guerra do Golfo em 1991. Depois de algumas semanas de uma intensa campanha aérea bastaram 100 horas de campanha terrestre para derrotar o enorme (mas tecnologicamente muito inferior) Exército Iraquiano de Saddam Hussein. No final do ano de 1992 praticamente todos os militares que tinham participado na campanha (numa coligação chefiada pelos EUA com mais de meio milhão de homens) tinham regressado aos países de origem.

Assim parecia que a doutrina e política decidida pelas grandes potências, em especial pelos EUA (a potência “vencedora” da Guerra Fria) estavam corretas e no bom caminho. Os conflitos internacionais que se seguiram ainda o ajudaram a confirmar. Tanto na ex-Jugoslávia em 1993-95 como no Kosovo em 1999 foi a ação decisiva do poder militar que levou à assinatura de tréguas, a que se seguiram operações de estabilização e de manutenção de paz entre as partes. Os EUA garantiram a “submissão” militar da Sérvia e os europeus responsabilizaram-se pelas maiores tarefas de estabilização posterior. Os europeus, nomeadamente os que pertenciam à NATO, participaram nas operações ao lado dos EUA e vice-versa mas era nítido o papel principal que cada um desempenhava nesta tipologia de conflitos. Assim se passou em muitas outras operações durante a década de 1990, mas na Somália, entre 1993 e 1995, surgiu o primeiro alerta. Uma operação conduzida pelos EUA, bastante diferente das operações militares para que as suas forças se encontravam treinadas e habituadas, não acabaria da melhor maneira, porque os militares americanos haviam defrontado aquilo que mais temiam: um inimigo imerso na população, lideranças difíceis de encontrar, grupos variados e sem hierarquia entre si. Na Somália ficaram expostas as limitações da doutrina de intervenção dos EUA, mas também as da ONU (ONUSOM II) e da União Europeia⁸³⁵. Foi um caso que embaraçou e embaraça a comunidade internacional. Para os EUA ficou então claro que o seu aparelho militar não estava preparado para intervenções deste tipo, para as quais não tinha sido pensado na última década, pelo que decidiu retirar e evitar um envolvimento futuro em situações similares.

⁸³⁴ Sobre este tema ver Telo: 2013: 99-103 e Jorge, 2009: 12-22.

⁸³⁵ Ver capítulo I, na teoria geral sobre o comando holístico da guerra, sobre as limitações da ONU e da UE.

O antigo inimigo dos americanos, a Rússia, que se tinha envolvido em grandes operações na Chechénia também constatava que as doutrinas convencionais não resolviam conflitos de natureza interna ou subversiva. Talvez por isso tenham começado a ganhar alguma notoriedade estudos que lembravam que era preciso ter uma doutrina para lidar com esta tipologia de conflitos. Entre os estudos divulgados, estava a tese de doutoramento do então Tenente-coronel Petraeus sobre o Vietname na qual este concluiu que os EUA tinham de se preparar para, no futuro, lidarem com guerras de natureza subversiva⁸³⁶. Os alertas existiam mas na prática os EUA não se tinham transformado para lidarem com os conflitos de natureza subversiva que iriam marcar a primeira década do século XXI.

No século XXI, as guerras no Iraque e no Afeganistão vão registar o retomar de muitos dos conceitos usados pelos EUA no Vietname, pelos franceses e britânicos em África e na Ásia nas décadas de 1950 e 1960 ou inclusivamente, como descrevemos no capítulo anterior, pelos portugueses em África. Petraeus não irá utilizar as doutrinas da Guerra Fria, nem obterá resultados pelo uso exclusivamente convencional das Forças Armadas dos EUA e seus aliados⁸³⁷. Para tentar estabilizar o Iraque em 2007/2008 e depois o Afeganistão em 2010/2011, irá utilizar, a par de uma estratégia abrangente que denominou de *Anaconda* (que detalharemos mais à frente)⁸³⁸, uma doutrina de “counterinsurgency” que, como veremos, teve algumas semelhanças com a doutrina portuguesa do “Exército na Guerra Subversiva” e que detalharemos num subcapítulo mais adiante.

Neste capítulo, que trata de um tema que ainda se desenvolve, tentamos manter a análise ao nível do que propusemos para o trabalho, isto é, as relações entre civis e militares no terreno e entre os decisores políticos e os comandantes militares que dirigem a guerra. Não é objeto do trabalho analisar as causas da guerra nem as implicações políticas sobre o papel dos EUA no mundo. No entanto, não deixaremos

⁸³⁶ Entre outros estudos académicos sobre este tema ver “Army and Vietnam” de Krepinevich, 1986, um dos poucos estudos da época que também “não aponta culpas aos civis” e avisa que os EUA teriam de se preparar em conflitos desta natureza no futuro (subversivos). Sobre a Guerra do Vietname foram publicadas diversas obras de que se destacam o livro de Zimmer, 2011, onde se sintetiza o debate e os argumentos que mais foram utilizados, bem como uma lista exaustiva das principais obras publicadas e respetivas teses defendidas.

⁸³⁷ “The insurgencies in Iraq and Afghanistan were not, in truth, the wars for which we were best prepared in 2001”, Petraeus, 2006: 2.

⁸³⁸ O termo “estratégia da anaconda” poderá ter sido inspirado no denominado “método da anaconda” utilizado na Guerra da Secessão americana, em especial em 1861, quando “o Sul começou a ficar estrangulado por um garrote de navios do Norte que bloqueavam todos os seus portos importantes, o chamado método da anaconda”, Connell, 1995: 242.

de contextualizar as decisões tomadas com a finalidade de entender a forma holística como se desenvolveram no Iraque e no Afeganistão.

Assim tentaremos dar resposta às três perguntas principais e transversais a Wellington, Spínola e Petraeus:

- Que condições foram exigidas /pedidas pelo comandante nomeado ao poder político, das quais dependia para a execução da sua missão?

- Quais as condições de comando e controlo que foram dadas ao comandante responsável pela condução da guerra?

- Durante a execução da campanha, que novas condições foram obtidas ou retiradas para permitir um comando holístico na condução da guerra?

Como tal organizámos este capítulo em sete subcapítulos⁸³⁹. Primeiro tentaremos fazer uma síntese dos principais acontecimentos que levaram à entrada dos EUA e da comunidade internacional nos conflitos do Afeganistão (a partir de 2001) e no Iraque (a partir de 2003), bem como analisar algumas das decisões tomadas até ao momento em que Petraeus foi nomeado para comandante no Iraque em 2007. Num segundo passo, faremos uma breve abordagem ao percurso de Petraeus, dando especial enfoque ao seu relacionamento com e dentro da sociedade civil. Num terceiro passo fazer uma leitura sobre a nova doutrina adotada pelos EUA, o FM 3-24 “Counterinsurgency”, aprovada em 2006 e cuja coordenação esteve a cargo de Petraeus. Depois entraremos em três subcapítulos que detalham a ação de Petraeus: primeiro como Comandante-Chefe no Iraque entre 2007-2008; depois como Comandante do US Central Command (abreviadamente CENTCOM) entre 2008 e 2010; e finalmente, como Comandante-Chefe no Afeganistão entre 2010 e 2011. Nos subcapítulos dedicados à ação de Petraeus no Iraque e no Afeganistão articularemos algumas áreas que decidimos privilegiar para poder entender o comando holístico da guerra. Entre outras, iremos abordar a problemática do “Nation-Building”, a questão da segurança versus desenvolvimento, a coordenação entre países e alianças, as milícias e o desenvolvimento das forças armadas e de segurança locais.

Terminamos com uma síntese conclusiva sobre o capítulo.

1. Contexto internacional e a guerra no Iraque e Afeganistão

11 de setembro de 2001. Os EUA foram surpreendidos pelo ataque terrorista às Torres Gémeas (em Nova Iorque) e ao Pentágono (em Washington) mas não tardaram a responder. Embora o Afeganistão não fosse o único alvo, a resposta inicial centrou-se

⁸³⁹ Algumas partes da investigação para este capítulo integram uma obra, que entretanto publicámos, em co-autoria com António José Telo (Telo, 2013).

sobre ele. Após uma breve campanha militar sobre este país (denominada pelo tempo que levou de “45 dias”) no final de 2001, cerca de 47.000 militares das operações especiais americanas iniciaram uma campanha mais vasta e abrangente contra os “extremistas islâmicos” atuando em cerca de 140 países⁸⁴⁰.

Ao Afeganistão em 2001 vai seguir-se o Iraque em 2003, mas as breves guerras “quase sem baixas” que os EUA previam anteriormente vão afinal tornar-se longas e de uso intenso de recursos humanos, materiais e financeiros, tanto nas vidas que se perdem (mortos e feridos) como no elevadíssimo esforço financeiro.

Quando Petraeus recebeu a missão de comandar o esforço de guerra no Iraque e, depois, no Afeganistão, muita da sua ação foi no sentido de “emendar os erros”⁸⁴¹ entretanto ocorridos. Como veremos, as estratégias pensadas por Petraeus, para o Iraque em 2007 e para o Afeganistão em 2010, são consequência de eventos e decisões tomadas e concebidas, fundamentalmente, para evitar (e tentar reverter) uma deterioração da situação que não foi devidamente antecipada ou acautelada.

A guerra no Iraque foi declarada terminada em 1 de maio de 2003 pelo Presidente Bush a bordo de um navio americano. Nesse mesmo dia, Rumsfeld, o Secretário da Defesa, anunciou a vitória da NATO no Afeganistão em Cabul⁸⁴². A realidade viria a mostrar que ambas as declarações estavam erradas.

1.1 A Guerra no Afeganistão

O Afeganistão esteve, em especial durante o século XIX e XX, entre os vários interesses das grandes potências mundiais, nomeadamente a Rússia e o RU e, depois, entre a URSS e os EUA. As grandes potências que tentaram invadir o território, sem sucesso, acabaram por decidir manter a sua influência na região geralmente através de apoios financeiros, transformando assim o país num “Estado-cliente em vez de um domínio imperial”. Por exemplo, entre 1956 e 1978 o Afeganistão recebeu 533 milhões de dólares dos EUA e 2,5 mil milhões da União Soviética, ou seja, cerca de 40% do seu orçamento dependia (e como veremos ainda depende em maior percentagem em 2013) da ajuda externa⁸⁴³.

⁸⁴⁰ Como consequência do aumento das operações militares, o orçamento das forças especiais passou de 3 mil milhões de dólares em 2000 para 6,5 mil milhões em 2004, ou seja, mais do que duplicou, Rashid, 2009: LI.

⁸⁴¹ Robinson, 2008: xviii.

⁸⁴² Rashid, 2009: 200.

⁸⁴³ Rashid, 2009: 8; sobre a história do Afeganistão ver além de Rashid, 2009 também Pires, 2011a e Katzman, 2010: 1-5.

Relativamente aos acontecimentos antes de 2001 importa destacar que os talibãs tomaram o poder no Afeganistão na década de 1990 e sofreram grande influência de combatentes estrangeiros, em especial, dos denominados “extremistas islâmicos”⁸⁴⁴ e dos serviços secretos paquistaneses. Como se depreende será sempre difícil analisar a guerra no Afeganistão sem a enquadrar, permanentemente, num quadro regional mais alargado.

No ano de 2001 houve uma sucessão de eventos que agravaram a situação do país. Primeiro a destruição dos milenários Budas de Bamiyan a 10 de março, que provocou indignação mundial; depois, o facto de o Afeganistão estar no quarto ano consecutivo de seca, provocando a morte de mais de 70% do gado (essencial para a subsistência de uma significativa maioria dos povos nómadas que compõem o mosaico étnico afegão), tornando-se assim num grande desastre humanitário à época; por fim, o facto de o número de refugiados fora do país ter subido para 3,6 milhões (sendo que havia ainda mais de 800.000 deslocados internos). Ainda nesse ano de 2001, o líder do país e dos talibãs, Mullah Omar, tinha proibido a produção de ópio, que era praticamente a única fonte de rendimentos para a maioria das famílias no Afeganistão⁸⁴⁵. Em resumo, no final de 2001 as populações afegãs ansiavam por uma mudança que lhes possibilitasse sobreviver, o que explica, em parte, a forte adesão que deram à operação desencadeada pelos “libertadores da Aliança do Norte” apoiados pelos EUA⁸⁴⁶.

A operação “Enduring Freedom” para o Afeganistão foi apresentada pelo Secretário da Defesa, Donald Rumsfeld, em 21 de setembro de 2001. A operação desenhada em 4 fases não previa nenhuma fase de reconstrução do país⁸⁴⁷. Como afirma o antigo embaixador britânico no Afeganistão, Shepard Cowper-Coles, os EUA decidiram

⁸⁴⁴ Ahmid Karzai (atualmente o Presidente do Afeganistão) numa entrevista a Ahmed Rashid em outubro de 2001 afirmou sobre os talibãs: “Conheci Mullah Omar [o líder] várias vezes (...) Eram boas pessoas inicialmente, mas a tragédia foi o facto de pouco tempo depois de tomarem o poder estarem sob forte influência dos ISI [serviços secretos do Paquistão] (...) e muitos estrangeiros que os encorajavam a encerrarem escolas de raparigas”, Rashid, 2009: 13-14.

⁸⁴⁵ Rashid, 2009: 18-19.

⁸⁴⁶ Imediatamente antes do 11 de setembro de 2001 estimou-se que a Aliança do Norte tivesse cerca de 12 000 combatentes e 10 000 milícias e os talibãs contassem cerca de 50 000 combatentes e 40 000 milícias, Moyar, 2009: 192.

⁸⁴⁷ “He didn’t plan for the postwar because he didn’t want a postwar”, Kaplan, 2013: 59; Rashid, 2009: 74.

intervir sem “ter uma clara ideia sobre as consequências de tal decisão”⁸⁴⁸. A operação tinha sido planeada sem a participação da NATO, apesar de esta organização ter, num ato de solidariedade para com os EUA, declarado o artigo 5º pela primeira vez na sua história⁸⁴⁹. O plano foi assim exclusivamente americano e os países que se quiseram juntar puderam fazê-lo mas não foram consultados antes⁸⁵⁰.

A derrota dos talibãs foi então muito rápida. Em novembro de 2001, após “45 dias” de campanha, a vitória foi alcançada. A Aliança do Norte afegã, apoiada pela fortíssima “máquina americana” de informações, com a utilização de fogos de forma “precisa e letal” e com uso de meios tripulados, mísseis guiados, satélites, e bases (em terra e no mar), esmagou o “medieval” exército talibã⁸⁵¹. Mas grande parte dos talibãs não se entregou nem morreu em combate, limitando-se a retirar momentaneamente e a procurar refúgio. Em breve muitos iriam regressar.

Uma das principais e iniciais decisões na estratégia americana para o Afeganistão após a conquista de Cabul foi a de continuar a apoiar e financiar os “senhores da guerra” afegãos. Os mesmos que tinham liderado a “libertação”. As forças de milícia mudaram o nome para “Afghan Militia Forces” e, ao fim de seis meses, os “senhores da guerra” comandavam mais de 40 divisões e várias brigadas independentes, num total de 200 000 combatentes⁸⁵². A opção poderia ter sido de desarmar e integrar os combatentes na sociedade mas decidiu-se continuar a financiar e apoiar os senhores da guerra porque, na visão da administração americana, esta era a solução mais fácil (com menos custos) e simultaneamente fazia uso de combatentes que conheciam o terreno onde os possíveis terroristas se tentariam esconder (solução apoiada pela CIA)⁸⁵³. Em termos gerais poder-se-á afirmar que, terminada a ofensiva aliada, cada senhor da guerra ficava no controlo da área por si conquistada⁸⁵⁴.

Como consequência desta decisão, no ano seguinte, quando a Alemanha ficou com a responsabilidade de reorganizar a polícia, as dificuldades foram muitas e quase

⁸⁴⁸ Embaixador em Cabul entre 15 de maio de 2007 até abril de 2009 e de 2009 a 2010, foi o representante especial britânico para o Afeganistão e Paquistão, Cowper-Coles, 2011: 11.

⁸⁴⁹ O artigo 5.º pode ser invocado por qualquer membro da NATO para pedir ajuda em caso de agressão. A NATO por unanimidade considerou em 2001 que o pedido americano era justificado.

⁸⁵⁰ Braga, 2011: 1089-1093 e Rashid, 2009: 79.

⁸⁵¹ No terreno os EUA apenas tinham enviado “110 agentes da CIA e 316 soldados das forças especiais”, Jorge, 2009: 35.

⁸⁵² Moyer, 2009: 194.

⁸⁵³ Jorge: 2009: 34 e Rashid, 2009: 130-133.

⁸⁵⁴ “Por exemplo, numa das importantes cidades afegãs, Mazar-e-Sharif, esta foi dividida em duas zonas para o controlo distinto dos generais rivais Dostum e Atta”, Rashid, 2009: 83.

impossíveis de ultrapassar. A Alemanha estabeleceu uma Academia de Polícia em Cabul e enviou 42 mentores para fazer o treino de 3.500 Oficiais. Entre 2002 e 2006, Berlim não investiu o suficiente para reconstruir a Polícia e a Itália tão pouco conseguiu obter alguns resultados visíveis no setor da Justiça. Os EUA decidiram entrar na formação das polícias apenas em 2003 mas, para o fazerem, recorreram a uma empresa privada de segurança, a DynCorp, que por sua vez recrutava antigos polícias reformados. A DynCorp também não obteve os resultados esperados na criação de uma polícia nacional: como afirmou Richard Holbrooke uns anos depois (a 28 de abril de 2007 como representante especial dos EUA para o Paquistão e Afeganistão), “o programa da DynCorp para a formação de polícias foi uma anedota”⁸⁵⁵.

A decisão de apoiar inicialmente os pequenos exércitos dos “senhores da guerra” em vez de optar pela estruturação de um único exército nacional, teve como consequência o enorme atraso no plano para os desarmar. Na denominação internacional, uma atividade considerada essencial no pós-conflito, o DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração – apenas foi aprovado em fevereiro de 2003, ou seja, quase um ano e meio depois do ataque sobre o Afeganistão⁸⁵⁶. Mesmo com este plano já a decorrer, os EUA não abandonaram completamente as suas intenções de apoiar “senhores da guerra” mostrando assim uma grande descoordenação com os planos da comunidade internacional. Em agosto de 2004, o Subsecretário da Defesa dos EUA, Paul Dundes Wolfowitz, pediu ao Congresso dos EUA 500 milhões de dólares para treinar e equipar “forças de segurança locais”, ou seja, o Pentágono pretendia contratar “senhores da guerra” no Iémen, Paquistão e Somália para combater a al-Qaeda⁸⁵⁷ porque, defendia ele, esta estratégia estaria a obter excelentes resultados com a polícia do Afeganistão.

Por seu lado a ONU também não demonstrava querer adquirir grande protagonismo no terreno. De acordo com a sua nova política, tinha implementado em Cabul o que designava de um “light footprint model” que tinha sido aprovado na Conferência de Bona em dezembro de 2001. Nas palavras de Zahir Tanin (Representante Permanente da ONU no Afeganistão de 2006 a 2011), esta opção da ONU pretendia evitar a criação de estruturas que replicassem as do Governo afegão podendo vir a afetar a sua autoridade, coordenação e mesmo a competitividade local. Como seria de esperar,

⁸⁵⁵ Rashid, 2009: 204-205.

⁸⁵⁶ Em Tóquio no Japão, num plano orçamentado em 169 milhões de dólares, onde o Japão pagaria metade desse valor, Rashid, 2009: 210.

⁸⁵⁷ Rashid, 2009: 254.

a presença das Nações Unidas foi então pequena, discreta e pouco significativa, tanto no número das pessoas no terreno como na capacidade efetiva para implementar programas de desenvolvimento local⁸⁵⁸. Esta situação não registou grandes alterações nos anos seguintes. Como afirmou Zahir Tanin, foi apenas a partir de 2005 que as Nações Unidas alteraram a “sua linguagem” e, finalmente, refletiram na sua política, a grave crise que se vivia no Afeganistão. Começaram então, embora já demasiado tarde, a assumir novos projetos como o da reforma da justiça, o da monitorização das eleições e o da “reintegração das forças de milícia”⁸⁵⁹.

Em fevereiro de 2002, o general americano Tommy Franks (CENTCOM de 2000 a 2003 e comandante responsável pela operação no Afeganistão contra os talibãs em 2001) tentou saber se seria possível, futuramente, entregar a segurança ao existente “Exército Afegão”. O Major-general Campbell (do qual falaremos mais à frente), por ele enviado, respondeu-lhe que a segurança a cargo dos “senhores da guerra” e respetivos “exércitos” era não só insuficiente e impraticável como ainda contraproducente para o levantamento de um exército nacional⁸⁶⁰. Este foi um dos sinais de que a estratégia escolhida para o Afeganistão, que como veremos foi sempre muito exígua em considerações de longo prazo, teria de ser alterada.

Os problemas encontrados foram muitos e em muitas áreas. À habitual falta de coordenação entre componentes civis e militares no terreno⁸⁶¹, também os “papéis” tradicionalmente atribuídos a cada área, em especial da Defesa (Department of Defense) e Negócios Estrangeiros (State Department) foram, por vezes, confundidos. Inclusivamente com o Secretário da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, a política externa também passou a ser, pela prática executada no terreno, uma prerrogativa da Defesa⁸⁶².

Para agravar ainda mais a situação, a preparação e o início das operações no Iraque vieram condicionar as opções no Afeganistão. Logo após o 11 de setembro de 2001 tinha sido inclusivamente equacionada a possibilidade de um ataque simultâneo ao Afeganistão e ao Iraque. Embora o ataque ao Iraque só viesse a ser executado em

⁸⁵⁸ “The international community had unrealistic expectations of what could be achieved in a relatively short time frame — particularly in establishing competent, non-corrupt governance and a vibrant democracy”, Katzman, 2010: 9. “NATO and the UN’s wider civilian effort remained uncoordinated and thus undermined”, McChrystal, 2013: 355.

⁸⁵⁹ Tanin, 2011: 57-59.

⁸⁶⁰ Rashid, 2009: 201.

⁸⁶¹ Com a continua alteração de objetivos: “Continually changing objectives and no coherent or consistent plan (...) disunity of political and military command”, Cowper-Coles, 2011: 15.

⁸⁶² Rashid, 2009: XLII.

2003, a preparação começou muito antes, em especial, durante o ano de 2002. Essa preparação, ao desviar importantes recursos, afetou a ação no Afeganistão e agravou as diferenças de políticas entre os EUA e os aliados presentes no terreno⁸⁶³.

Em 2001 também não foi prevista a rendição dos combatentes. Dezenas de milhares de talibãs ficaram nas mãos da Aliança do Norte e muitos dos líderes escaparam por ausência de tropas americanas, em especial, junto da fronteira⁸⁶⁴. Uma das missões das forças americanas, que era a de procurar e perseguir os principais líderes “terroristas”, sofreu uma forte diminuição a partir de março de 2002 quando muitas das equipas de operações especiais encarregues das mesmas foram transferidas para preparar o futuro ataque ao Iraque.

Importa desde já dar o devido destaque ao papel do Paquistão que, embora tenha aceitado “as imposições de Washington” a seguir ao 11 de setembro de 2001, não as cumpriu integralmente. O Paquistão deixou efetivamente de ajudar combatentes estrangeiros, em especial os provenientes dos países árabes, mas não deixou de dar refúgio aos principais líderes talibãs. A razão do apoio paquistanês aos talibãs tem de ser analisada num quadro mais global. Desde há muitos anos que o Paquistão apoiava os combatentes islâmicos de Caxemira que lutavam contra a dominação indiana do território⁸⁶⁵. A tensão entre a Índia e o Paquistão mantinha-se desde a independência de ambos os países (em 1947, depois da II Guerra Mundial) e tinha ficado marcada por três guerras entre os mesmos, além de por inúmeros incidentes e pequenas crises. Após o 11 de setembro de 2001 a rivalidade entre a Índia e o Paquistão manifestou-se na desejada influência de ambos os países sobre Cabul. Nas palavras de Ahmed Rashid (jornalista e académico paquistanês com várias obras editadas sobre a região), “Cabul tornou-se na nova Caxemira, o novo campo de batalha na rivalidade entre a Índia e o Paquistão”⁸⁶⁶. A Índia apoiava a Aliança do Norte e o Paquistão os talibãs.

No dia 20 de setembro de 2002 o Presidente Bush tinha sido claro num aviso que fez a todos os países: “Ou estão connosco ou com os terroristas. A partir de hoje,

⁸⁶³ Proposto em 15 de setembro de 2001 pelo Deputy Secretary of Defense, Paul Wolfowitz, Rashid, 2009: 64, ver também Almendra na pergunta 2 em Anexo D - Entrevistas.

⁸⁶⁴ As primeiras forças projetadas para o Afeganistão, para além dos pequenos grupos de soldados de forças especiais, só entraram em novembro de 2001, quando grande parte dos talibãs já tinha retirado, fugido ou sido feito prisioneiro pela Aliança do Norte, foi um tremendo “erro estratégico”, Rashid, 2009: 91.

⁸⁶⁵ Collins, 2011: 47; a al-Qaeda e os talibãs tinham tomado conta do treino dos militantes da Caxemira desde 1997, Rashid, 2009: 110.

⁸⁶⁶ Rashid, 2009: 110; Almendra na pergunta 2 em Anexo D – Entrevistas; Telo, 2013: 84-88.

qualquer nação que dê apoio ou abrigo a terroristas será considerada pelos EUA como uma potência hostil”⁸⁶⁷. O Paquistão declarou-se então “ao lado” dos EUA. Mas uma coisa era a declaração pública de apoio e outra eram as ações no terreno⁸⁶⁸.

Analisar os desenvolvimentos no Afeganistão sem ter em conta a situação no Paquistão é, diríamos, quase impossível. Ahmed Rashid afirmou que “todos os países têm exércitos, mas no Paquistão o Exército tem um país” e classificou assim o país como uma ditadura militar⁸⁶⁹. Entre outros fatores relevantes, e uma das maiores ameaças encaradas pelos EUA, era a possibilidade de a al-Qaeda adquirir armas nucleares, em especial, oriundas do Paquistão⁸⁷⁰. A questão nuclear esteve e estará sempre presente. Ganhou dimensão ao longo dos anos, como por exemplo, quando foram intercetadas conversas do Tehrik-i-Taliban (grupo extremista formado em 2007) que apontavam para a preparação de ataques a cidades americanas em retaliação aos ataques de “drones” (veículos aéreos não tripulados – na sigla em inglês UAVs – que podem transportar e usar armas) na região do Afeganistão e do Paquistão⁸⁷¹.

A fronteira entre o Paquistão e o Afeganistão (2.430 quilómetros) é a área mais sensível para esta análise. Em dezembro de 2001 Ossama Bin Laden fugiu para a FATA (Federally Administered Tribal Area) que fica nesta região e que passou a ser considerada como a nova área de operações para a al-Qaeda. Foi daqui que se pensa terem sido planeados os ataques a Madrid, Londres, Bali e Islamabad. Mullah Omar, o líder dos talibãs, tinha montado a sua base em Quetta (também no Paquistão) e Bin Laden apoiava-se na FATA para continuar as suas ações. A FATA é constituída por 7 grandes etnias pasthuns (Khyber, Kurram, Orakzai, Mohmand, Bajuar e Norte e Sul Waziristan) com cerca de 3 milhões de habitantes (no Paquistão há 18 milhões de pashtuns e no Afeganistão outros 15 milhões). Na prática, para os pasthuns de ambos os lados da fronteira, é como se esta linha artificial marcada por um diplomata britânico no final do século XIX, Sir Mortimer Durrand, não existisse⁸⁷². Por exemplo,

⁸⁶⁷ Discurso do Presidente dos EUA George Bush a 20 de setembro de 2002. Disponível em <http://www.historyplace.com/speeches/gw-bush-9-11.htm> (Data de acesso em 01 de dezembro de 2012).

⁸⁶⁸ As tensões internas eram grandes: alguns dos principais generais paquistaneses opuseram-se ao apoio do presidente Musharaf e este demitiu-os quando o ataque ao Afeganistão começou, Rashid, 2009: 78.

⁸⁶⁹ Rashid, 2009: 38.

⁸⁷⁰ Havia um perigo real que um ataque posterior ao 11 de setembro envolvesse armas de destruição maciça, Rashid, 2009: 120.

⁸⁷¹ Sanger, 2012: 58.

⁸⁷² Ver descrição da linha Durrand em Pires, 2011a: 180-182 e Rashid, 2009: 265-279.

em 2009 eram frequentes os ataques de “drones” sobre a FATA, em especial na área do Sul do Waziristan, onde se suspeitava que estava o líder tribal Baitullah Mehsud, a partir de onde se preparavam e executavam muitas operações sobre o Afeganistão⁸⁷³.

Mas recuemos de novo às operações iniciais no Afeganistão.

O desafio no Afeganistão residia na reconstrução do país. “Estados Falhados”⁸⁷⁴ como o Afeganistão ou a Somália precisavam de instituições comuns aos modernos Estados-nação: forças armadas, polícia, administração pública e justiça. Era necessário fazer *Nation-Building*. No início os EUA não queriam participar em nenhuma tarefa relacionadas com a reconstrução do Afeganistão, sendo convicção da administração americana a de que estas tarefas deveriam ser desempenhadas pela ONU⁸⁷⁵. A ONU, como observámos anteriormente, também não se tinha preparado para assumir essa responsabilidade⁸⁷⁶ e inevitavelmente, com um atraso significativo, os EUA acabaram por se envolver na reconstrução do Afeganistão. Fizeram-no fundamentalmente a partir dos Provincial Reconstruction Teams (PRTs)⁸⁷⁷.

A questão dos PRTs é comum ao Iraque e ao Afeganistão pelo que, para não nos repetirmos neste capítulo, abordaremos a forma como se criaram e foram organizados quando abordarmos a ação de Petraeus no Iraque. Mas, de forma sintética, lembramos que em 2005 existiam 19 PRTs no Afeganistão, 14 liderados pelos EUA e 5 por outros países da ISAF (International Security Assistance Force)⁸⁷⁸. Desde que a NATO assumira o comando de Cabul, em 2003, que tinha estabelecido como objetivo colocar em cada uma das 34 províncias afegãs um PRT. Por variadas razões, entre elas as denominadas restrições nacionais dos vários países que compõem a NATO, apenas havia 19 PRTs faltando os restantes, em especial, nas áreas mais perigosas a sul⁸⁷⁹.

A comunidade internacional apoiou o Afeganistão mas, face à tarefa de o reconstruir, tal o atraso em que se encontrava, faltaram as pessoas, o dinheiro e as

⁸⁷³ Sanger, 2012: 59 e Metz, 2004: 14.

⁸⁷⁴ “Estados Falhados” são “Estados onde os governos são incapazes de garantir os direitos mais básicos a que os seus cidadãos têm direito”. Esta síntese de Matthew Bukovac é depois complementada por um capítulo intitulado “What is a failed State”, onde aprofunda o conceito e o ilustra com vários exemplos, Bukovac, 2011: 4-11.

⁸⁷⁵ Rashid, 2009: 197; como também não o queriam fazer inicialmente no Iraque em 2003, Cordesman, 2003: 499.

⁸⁷⁶ Tanin, 2011: 58.

⁸⁷⁷ Descrição técnica e evolução dos PRTs disponível em Army, 2011.

⁸⁷⁸ No caso dos PRTs dos EUA estes eram compostos por militares e civis das “US civilian agencies” com um número aproximado de 80 elementos, Moyar, 2009: 200; Telo, 2013: 87-88.

⁸⁷⁹ Bowman: 2009: 53-54 e Rashid, 2009: 200-201.

organizações para o fazer. O setor fundamental da justiça, por exemplo, recebeu muito pouco financiamento⁸⁸⁰. De uma forma geral pode-se afirmar que as áreas denominadas de “civis” foram as que menos atenções receberam, o que levou progressivamente a entrarem numa “situação de caos”⁸⁸¹. Mesmo comparando com anteriores conflitos, a ajuda financeira para o desenvolvimento foi bastante menor do que, por exemplo, para as repúblicas da ex-Jugoslávia. De acordo com o Professor de Estratégia Joseph Collins⁸⁸² a ajuda americana ao Afeganistão entre 2002 e 2004 fixou-se em 54 US\$ por habitante, bastante menos do que os 1.400 US\$ na Bósnia ou os 800 US\$ no Kosovo⁸⁸³.

Inevitavelmente, não havendo um forte comprometimento na segurança e, simultaneamente, falhando o “prometido” desenvolvimento económico e social, os talibãs começaram a regressar ao território. Na primavera de 2003 registaram-se alguns ataques desencadeados nas províncias de Helmand e Zabul⁸⁸⁴.

A 19 de dezembro de 2005, o Secretário de Defesa Rumsfeld, recusando-se a acreditar que a insurgência se estava a alastrar no Afeganistão, decidiu retirar 3.000 militares do sul do território. Na véspera de uma grande contraofensiva talibã havia assim, no total, apenas cerca de 16.000 militares americanos no território. O Tenente-general Petraeus, então regressando da sua segunda missão no Iraque, foi enviado pelo Secretário da Defesa para fazer uma análise à situação no Afeganistão. O resultado da sua análise foi claro: depois de 25 anos de guerra, com a grande falta de recursos humanos qualificados e a falta de infraestruturas básicas, os talibãs estavam a “ganhar o momentum” e assim temia “que esta campanha iria ser das mais demoradas”. Em síntese, se nada fosse feito, afirmou Petraeus, os talibãs continuariam a ganhar posições e poder no território⁸⁸⁵.

⁸⁸⁰ Collins, 2011: 65.

⁸⁸¹ “The Afghan civil service received less attention than the police or army and soon after the war it reached an advanced condition of chaos”, Moyar, 2009: 196, ou como afirmou Almendra na pergunta 2 no anexo D – Entrevistas: “a missão americana no Afeganistão estava apenas ligada à missão no Iraque (Global War on Terror) e formalmente destacada da ISAF”.

⁸⁸² Coronel do Exército dos EUA reformado, doutorado pela Universidade de Columbia, que participou no planeamento para as operações iniciais no Afeganistão e Iraque, foi professor em West Point, nas Universidades de Georgetown e Columbia e é atualmente professor de estratégia no US War College em Washington.

⁸⁸³ Rashid, 2009: 204.

⁸⁸⁴ Rashid, 2009: 245.

⁸⁸⁵ Disse David Petraeus ao Congresso americano em março de 2011 recordando o briefing a Rumsfeld: “Mr. Secretary, with all due respect, this is going to be the longest campaign in the long war, for all the following reasons. And it had to do with the damage of 30 years of war,

Mas não eram apenas os americanos a manter um envolvimento de baixa intensidade. Também a NATO se limitava a pequenas operações de segurança, de apoio à reconstrução e esforços humanitários, ou seja, de acordo com o seu mandato, também não procurava combater os talibãs⁸⁸⁶.

Em 2006 a situação continuou a agravar-se⁸⁸⁷. Nos primeiros seis meses registaram-se mais de mil mortos entre os aliados quando comparados com os 600 em todo o ano de 2005⁸⁸⁸. Em 31 de outubro de 2006 foram lançados ataques simultâneos pelos talibãs em cinco províncias matando mais de 150 pessoas, incluindo 4 soldados da NATO. No final de 2006 a NATO teve de aumentar as suas forças de 32 para 45 mil soldados, embora apenas um terço do total destas forças fossem utilizadas em combate, devido às restrições operacionais levantadas por muitos países (caveats)⁸⁸⁹.

A crescente ofensiva talibã acompanhada de uma ineficaz ação governativa do Presidente Karzai e dos seus vários ministros levou a um contínuo crescimento da violência em 2007⁸⁹⁰. Não existia uma estratégia da NATO para lidar com toda a complexidade da situação e, para agravar mais o panorama, o Paquistão “empurrava” os talibãs paquistaneses para o Afeganistão, evitando assim ter de os combater no seu território. Enquanto que, na região da FATA, os talibãs também ganhavam crescente protagonismo e poder⁸⁹¹.

Em 2008 as forças aliadas cresceram para 70.000 soldados mas Mullah Omar e Ossama Bin Laden continuavam a não ser apanhados e, ainda pior, continuavam a operar a partir da FATA⁸⁹². Neste ano, o State Department assumiu, finalmente, a necessidade de empregar mais dos seus membros nas tarefas de reconstrução e

thelack of human capital, the lack of infrastructure, the illiteracy rates, all of the issues that we have been grappling with”, US Government, 2011: 31.

⁸⁸⁶ Nagl, 2010: 5-6; Rashid, 2009: 353-354; Collins, 2011: 72-73.

⁸⁸⁷ “In 2006, as the situation continued to worsen and the specter of renewed internal conflict loomed”, Tanin, 2011: 59; “2006: o ano de todos os Alarmes”, Pereira, 2011: 185; “we as a nation and a force were undeniably tired”, McChrystal, 2013: 252.

⁸⁸⁸ A ONU só começou a emitir relatórios com as estimativas de baixas civis no Afeganistão a partir de 2007, pelo que não as incluímos aqui mas, a título de exemplo, a estimativa de civis mortos em 2007 foi de 1.523, Chesser, 2012: 3.

⁸⁸⁹ Rashid, 2009: 364 e 371 e ver também a questão dos caveats levantada por Almendra na pergunta 2 no Anexo D - Entrevistas.

⁸⁹⁰ À maioria dos ministros em Cabul, que “had received their positions because of familial, tribal, or political connections” faltava a necessária “integrity or experience”, Moyar, 2009: 208.

⁸⁹¹ Rashid, 2009: 393 e 405.

⁸⁹² Rashid, 2009: 412.

*Nation-Building*⁸⁹³. No entanto era preciso mais. Seria necessário implementar uma nova estratégia e essa só surgiria em 2009, como veremos mais adiante.

1.2 A Guerra no Iraque

A guerra no Iraque foi “misteriosamente curta em todos os aspetos”⁸⁹⁴. Mesmo nas motivações que a causaram foi “curta” em argumentos e mal justificada⁸⁹⁵. As forças armadas iraquianas, com o dobro das forças lideradas pelos EUA, praticamente não ofereceram resistência. Não combateram na fronteira, nem reforçaram as defesas geográficas naturais para impedirem o avanço sobre Bagdade. Ou seja, raramente fizeram alguma resistência significativa dentro das principais cidades e, mesmo em relação à capital, a ausência de uma defesa “determinada” foi pública e visível⁸⁹⁶.

Em 1991, aquando da primeira guerra no Iraque, mesmo sabendo-se da diferença qualitativa das suas forças face ao bem equipado e treinado exército aliado liderado pelos EUA, foi visível a vontade de combater do Exército Iraquiano⁸⁹⁷. Em 2003 não seria assim e os iraquianos decidiriam não se empenhar na sua defesa, ou seja, aceitariam a realidade do “colapso” pondo em causa a tão apregoada unidade entre exército, povo e governo⁸⁹⁸. Embora as razões desta ausência de defesa não sejam objeto principal do nosso trabalho relevamos este aspeto para entendermos o “ponto de partida” da ocupação americana⁸⁹⁹. Reproduzindo as palavras do historiador John Keegan, as populações do Iraque sabiam que não viviam numa nação mas, antes, numa “monstruosidade” criada artificialmente por Saddam Hussein⁹⁰⁰, pelo que a

⁸⁹³ Orçamentou 250 milhões de dólares e criou 350 postos diplomáticos dedicados ao Nation-Building, Rashid, 2009: 415; os EUA nunca encararam esta missão como sendo a razão primeira da sua intervenção, como podemos ver pela afirmação de Petraeus ao Congresso dos EUA em junho de 2010: “The reason we are there is not nation-building”, US Government, 2010b: 35.

⁸⁹⁴ Keegan, 2005: 2.

⁸⁹⁵ Ver análise exaustiva às motivações anunciadas, em obra escrita antes da intervenção americana no Iraque em Santos, 2003: 184 e seguintes.

⁸⁹⁶ Cordesman, 2003: 17 e 232 e Keegan, 2005: 2; mas importa salientar que embora não de forma geral, em determinados locais a agressividade e determinação de iraquianos foi evidente, Cordesman, 2003: 156.

⁸⁹⁷ Keegan, 2005: 127.

⁸⁹⁸ Cordesman, 2003: 476 e Keegan, 2005: 6.

⁸⁹⁹ “When no one showed up to fight when US invaded Iraq in 2003, we all could see that we would get insurgency anyway. They didn’t fight because they were preparing the insurgency”, Escobar, Anexo D – Entrevistas.

⁹⁰⁰ Keegan, 2005: 7.

vontade coletiva de defesa não se manifestou como muitos líderes iraquianos tinham previsto. As baixas da coligação neste esforço inicial foram reduzidas: 122 americanas, 33 britânicas. Este facto ajudou a criar a ilusão de uma campanha eficaz e “limpa”. Mas a realidade dos meses seguintes viria a provar o contrário⁹⁰¹.

Imediatamente após a tomada de Bagdade, a 9 de abril de 2003,⁹⁰² foi nomeado um oficial general reformado, Jay Garner, que criou uma organização para gerir o futuro do Iraque denominado “gabinete para a reconstrução e assistência humanitária”, na sua sigla em inglês OHRA. Ficou excluído nesta fase a presença do State Department que tinha, ao contrário do Pentágono, elaborado um plano para lidar com o futuro do país⁹⁰³. A chefia da administração civil do OHRA estava entregue a um jurista, Michael Mobbs, que segundo Mark Moyer (professor no Marines Corps University) não tinha nem a experiência nem as capacidades para ocupar estas funções⁹⁰⁴. Este grupo liderado por Gardner tinha a intenção de, em 90 dias, entregar o governo a um seleccionado grupo de iraquianos. A realidade dos acontecimentos, uma vez que não existiam estruturas políticas, governativas e administrativas estáveis e credíveis, demonstrou que seria impossível concretizar este plano em tão pouco tempo⁹⁰⁵.

O General Loureiro dos Santos perguntava, num artigo de opinião em 12 de abril de 2003, se não teria havido “um dedo” exagerado dos políticos na resolução dos problemas militares. Na realidade os desentendimentos entre as chefias militares e os governantes políticos tornaram-se rapidamente evidentes quando Rumsfeld veio nesse mês afirmar que se as coisas corresse mal dali para a frente, as perguntas teriam de ser endereçadas ao comandante no terreno, o General Tommy Franks⁹⁰⁶. Outro sinal veio 3 meses depois, em julho de 2003, quando o Subsecretário da Defesa, Paul Wolfowitz, reconheceu que os responsáveis do departamento de Defesa tinham:

⁹⁰¹ Keegan, 2005: 204.

⁹⁰² Depois de uma operação “perentoriamente curta” que apenas demorou 21 dias, de 20 de março a 9 de abril, em Keegan, 2005: 1.

⁹⁰³ Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance (OHRA); o plano desenhado para o futuro do Iraque denominava-se “Future of Iraq Project”, Keegan, 2005: 209; Cordesman, 2003: 233.

⁹⁰⁴ Moyer, 2009: 214.

⁹⁰⁵ Keegan, 2005: 209-210; os americanos tinham pressa e a atitude era a de “get on with it”, Ledwidge, 2011: 21.

⁹⁰⁶ *Diário de Notícias* em 12 de abril de 2003, ver Stufflebeem na pergunta 2: “Politicians always want an escape alley and will not give absolute guidance because it determines an absolute outcome when in reality, politicians do not know what outcome they want for a myriad number of reasons”, Anexo D - Entrevistas.

(1) subavaliado o risco de os membros do partido Ba'ath se tornarem numa ameaça; (2) pensado que muitas das polícias iraquianas se iriam voluntariamente juntar ao esforço aliado e americano para refazer a nação e (3) sobrestimado o apoio da população iraquiana em relação à ação americana⁹⁰⁷.

O evidente fracasso da abordagem irrealista levada a cabo por Gardner forçou a sua demissão e levou à nomeação, a 12 de maio de 2003, do Diplomata Paul Bremer⁹⁰⁸ para dirigir a “Autoridade Provisional da Coligação” (Coalition Provisional Authority – CPA – que devido à pouca, ou nenhuma, ação que fazia passou a ser conhecida como Can't Provide Anything)⁹⁰⁹. Logo de início, o CPA tomou duas decisões (decretos 1 e 2 assinados por Paul Bremer em 16 e 23 de maio de 2003) que iriam marcar decisivamente a estratégia americana para o Iraque: (1) o impedimento para os funcionários civis nas quatro categorias mais elevadas da administração pública iraquiana poderem voltar a desempenhar funções, e (2) o desmantelamento das forças armadas, dos serviços de segurança e de informações iraquianos⁹¹⁰. Em apenas um mês, os serviços públicos (que praticamente geriam a economia iraquiana, desde os hospitais às escolas, passando pelas centrais elétricas ou a refinação de petróleo) estavam impedidos de funcionar por falta de funcionários qualificados e mais de um milhão de antigos membros das antigas forças e serviços de segurança encontravam-se desempregados⁹¹¹. O desmembramento das forças armadas e de segurança tinha sido um “terrível erro”, tal como o impedimento da participação de todos os membros do antigo partido Ba'ath na administração ou Governo do Iraque⁹¹².

Entre outros aspetos, a CPA, para além de Paul Bremer, não incluía membros do State Department, o que desde o início demonstrou a falta de entrosamento entre os

⁹⁰⁷ Cordesman, 2003: 498.

⁹⁰⁸ Um antigo especialista em contraterrorismo do State Department com fortes ligações ao Pentágono, Keegan, 2005: 210.

⁹⁰⁹ Robinson, 2008: 1.

⁹¹⁰ “The two Bremer’ decrees were a disaster because we had no administration, armed forces or police to stabilize the country but I think we didn’t wanted to repeat Bosnia en 1995 when we allowed war criminals to stay in power”, Escobar, Anexo D – Entrevistas; “erros estratégicos a que se somam outros erros, difíceis de explicar”, Santos, 2008: 68.

⁹¹¹ Kaplan, 2013: 74-76; Robinson, 2008: 3; Telo, 2013: 90-91.

⁹¹² Mal aconselhado pela sua pequena equipa de assessores, sendo de ressalvar a rápida proposta internacional, mais tarde uma resolução das Nações Unidas (1483) que terminou as sanções económicas sobre o Iraque e o (re)início das exportações de petróleo que permitiam pagar a necessária reconstrução, Keegan, 2005: 205, 210 e 212; esta decisão teve consequências desastrosas e demonstraram falta de “empathy and judgment, as well as historical knowledge”, Moyar, 2009: 254-255.

membros da Defesa e de Estado⁹¹³. A situação no Iraque foi-se degradando rapidamente e em novembro de 2003 a CIA apresentou um relatório ao Presidente dos EUA, George Bush, sobre a gravidade da situação, referindo que, entre outros aspetos, havia cada vez mais iraquianos a oferecerem-se para lutar contra os EUA, que os “insurgentes” desenvolviam uma melhor coordenação e ação ou que os métodos utilizados demonstravam uma crescente sofisticação e força⁹¹⁴. Na mesma altura Rumsfeld afirmava que não existia insurgência (tal como vimos em Spínola, também muitos políticos em Portugal tentaram durante bastante tempo provar que não existia subversão nas colónias), pedindo inclusivamente aos seus colaboradores que evitassem falar à imprensa sobre insurgência.

Na visão de Condolezza Rice (National Security Advisor de 2000 a 2005 e Secretary of State, entre 2005 e 2009), a questão mais relevante era a de conseguir a realização de eleições⁹¹⁵ o que, para muitos americanos, traduziria de imediato que a democracia estava institucionalizada. Mas, como veremos, antes de poder haver eleições teria de existir segurança e, em novembro de 2003, a insegurança crescia e a instabilidade aumentava a cada dia⁹¹⁶.

Um dos principais problemas encontrados foi o de a resistência iraquiana ter passado a identificar-se com a guerra global contra o “infiel”, aderindo publicamente ao projeto do grande califado que iria unir todos os crentes muçulmanos em todo o mundo numa forte entidade islâmica, o tal projeto sonhado e anunciado por Ossama Bin Laden⁹¹⁷. Se as questões do Iraque nunca foram exclusivamente regionais, a guerra agora feita no seu território tinha-se agravado e tornado a situação mais global e dispersa.

A grande descoordenação entre os departamentos da Defesa e de Estado estendeu-se à pouca vontade de comunicação, planeamento conjunto e integração de

⁹¹³ Cordesman, 2003: 498; “quanto menos membros do State Department melhor” foi dito ao Embaixador Ryan Crocker, Robinson, 2008: 4.

⁹¹⁴ Em 11 de novembro de 2003, reunião do National Security Council (NSC) que incluiu, além do Presidente, o Vice-presidente Dick Cheney, o Secretário da Defesa Donald Rumsfeld e o seu número dois, Paul Wolfowitz, a National Security Advisor, Condolezza Rice, e o Diretor da CIA, George Tenet, Robinson, 2008: 5. Parte do relatório da CIA foi tornado público como se pode ler numa notícia da CNN de 12 de novembro de 2012 em <http://edition.cnn.com/2003/WORLD/meast/11/11/sprj.irq.cia/> (consultado em 21 de novembro de 2012).

⁹¹⁵ Robinson, 2008: 5.

⁹¹⁶ “A passagem de responsabilidade de toda a segurança para forças militares e policiais iraquianas demorará ainda muito tempo”, Santos, 2008: 89.

⁹¹⁷ “Um esforço organizado para trazer de volta o Califado”, Keegan, 2005: 208.

atividades. Por exemplo, Rumsfeld tentava controlar a informação fornecida ao Presidente Bush e, antes de mostrar um determinado projeto ao Presidente, não queria partilhá-lo com o seu colega do State Department⁹¹⁸. Se no Iraque havia pouca ou nenhuma colaboração entre, por exemplo, o Tenente-general Sanchez e Paul Bremer⁹¹⁹, também em Washington era evidente a pouca colaboração entre Colin Powell (a partir de 2005: Condoleezza Rice) e Rumsfeld.

No ano de 2003 merece especial referência a ação do então Major-general David Petraeus no comando da Divisão 101 no norte do Iraque, em Mosul (são detalhados mais pormenores sobre a ação de Petraeus no Iraque de 2003 a 2005 no próximo subcapítulo). Apenas duas semanas após a ocupação de Mosul, Petraeus tinha possibilitado a criação de um primeiro governo representativo numa região do Iraque⁹²⁰. A realização de eleições locais, a reconstrução de importantes projetos para apoiar a qualidade de vida das populações e, ainda, a possibilidade dada a membros do governo anterior de trabalharem em Mosul, tiveram efeitos positivos. Entre outras linhas de ação, Petraeus baseou muita da sua estratégia no desenvolvimento da economia local e, através da procura de vários financiamentos, criou postos de trabalho, contratou companhias locais e diminuiu o número de desempregados⁹²¹. Esta estratégia não foi seguida nas restantes regiões iraquianas e, menos ainda, a nível central. Enquanto em Bagdade se mantinha a opção de excluir os antigos membros dirigentes do regime de Saddam Hussein, em Mosul o comandante militar, a par de uma estratégia militar, desenvolvia uma política de relacionamento com as autoridades civis e, mesmo, com outras autoridades internacionais (como por exemplo com a Síria assinando um contrato de fornecimento de combustível ou com uma companhia de eletricidade da Turquia)⁹²².

Petraeus destacava então a imensa burocracia que Washington lhe exigia, dificultando as suas tarefas no terreno e, por outro lado, a necessidade de

⁹¹⁸ Cloud, 2009: 191.

⁹¹⁹ “Ao fim de 12 meses as relações entre ambos era muito má”, Ricks, 2009: 83; “Sanchez alienated Bremer”, Moyar, 2009: 219.

⁹²⁰ Cloud, 2009: 121.

⁹²¹ “Money is ammunition”, Petraeus, 2006: 4; utilizou cerca de 34 milhões de dólares, mas de Bagdade cada vez vinha menos dinheiro, Cloud, 2009: 139-141.

⁹²² Que levou mesmo a que se dissesse que “Petraeus now run the only division in the Army with its own foreign policy”, Cloud, 2009: 133; ou noutra testemunho “balanced war fighting and Nation Building in Mossul”, Ricks, 2009: 20; Broadwell, 2012: 190.

financiamentos para conseguir levar a termo uma estratégia concreta⁹²³. A sua prestação na região de Mosul, incorporando uma estratégia civil e militar muito sustentada na gestão e nas relações públicas, tornou-se um caso de estudo na Universidade de Harvard⁹²⁴. Os elementos mais significativos da sua ação podem ser sintetizados no facto de (1) se terem realizado rapidamente eleições locais; (2) se ter procurado, através dos seus soldados, junto das populações saber e descobrir as reais necessidades e problemas⁹²⁵; (3) se ter promovido programas de entretenimento e atividades sociais e (4) se ter realizado inúmeros projetos de desenvolvimento económico⁹²⁶. A unidade militar comandada por Petraeus representou um terço do total de investimento feito no Iraque por todas as forças aliadas, um esforço muito superior ao das suas congéneres, tendo em conta que os seus efetivos representavam apenas cerca de 10% do total.

Além das decisões precipitadas por Bremer, também estava em causa a competência do comandante militar, o Tenente-general Richard Sanchez, bem como as, já anteriormente referidas, más relações que existiam entre ambos (Bremer-Sanchez). O então vice-chefe de estado-maior do Exército nos EUA, General Jack Keane (que futuramente estaria na origem duma nova estratégia para o Iraque), afirmou ao General Abizaid (o CENTCOM: atribuições deste comando serão detalhadas mais adiante) que se sentia “profundamente preocupado com a falta de capacidade de Sanchez” para liderar o esforço de guerra⁹²⁷. Em síntese, as condições em 2003 e 2004 estavam a deteriorar-se, não havia a necessária coordenação política, nem eficácia no comando militar e a gravidade da situação não era percebida em Washington.

Como exemplo ilustrativo refira-se que Rumsfeld, iludido como vimos no subcapítulo anterior, com uma aparente estabilização do Afeganistão, chegou a considerar a opção de enviar “senhores da guerra” afegãos para apoiar a estabilização

⁹²³ Como escreveu em junho e outubro de 2003: “the bureaucracy is killing us” (...) just send money and there’s no limit to what we can do”, Broadwell, 2012: 191-192.

⁹²⁴ “Mosul became the subject of a case study in public policy and management at Harvard’s Kennedy School of Government”, Broadwell, 2012: 193.

⁹²⁵ Petraeus perguntava frequentemente aos seus subordinados: “What have you done for Iraqis today?”, Robinson, 2008: 69.

⁹²⁶ Gastou 57 milhões de US\$ em 5.026 projetos, Robinson, 2008: 69; “Empowering Iraqis to do the job themselves has, in fact, become the essence of our strategy”, Petraeus, 2006: 3; Grericke, 2011: 91-102.

⁹²⁷ “Listen, this is over his head” disse Keane a Abizaid sobre Sanchez; Cloud, 2009: 128; e as relações entre Bremer e Sanchez eram também muito más “relationship with Bremer had grown so bad that the two men barely talked”, Cloud, 2009: 136; Kaplan, 2013: 127.

do Iraque. O General Abizaid chegou a afirmar, num inequívoco sinal de descoordenação entre Washington e Bagdade, que esta era a “pior ideia imaginável”⁹²⁸. A 28 de junho de 2004 o CPA foi dissolvido e as suas competências foram transferidas para um governo interino liderado por Iyad Allawi. Esta decisão da transferência de autoridade para os iraquianos foi criticada por parte dos comandantes no terreno, como por exemplo os generais Casey (entretanto nomeado como comandante para substituir Sanchez) e Petraeus (que detalharemos mais à frente) porque as forças armadas e polícias iraquianas passaram a depender diretamente deste novo governo e, assim, retardou-se o processo de modernização em curso⁹²⁹.

Em janeiro de 2005 realizaram-se eleições que, como se previa, nada resolveram. Pelo contrário, agravaram a precária situação de segurança no Iraque⁹³⁰. As principais questões por resolver à data das eleições prendiam-se com a falta de meios de informações (os meios americanos existentes estavam primariamente dedicados à busca das armas de destruição maciça), a falta de forças militares para efetivamente poder implementar um plano de segurança e a forte divisão entre sunitas, xiitas e curdos não permitia a necessária estabilidade política ou mesmo a constituição de forças e serviços de segurança⁹³¹.

No verão de 2005 o General Casey introduziu alterações à estratégia até aí seguida, em especial incentivando o uso de doutrinas de contrainsurgência. Um dos seus conselheiros, o Coronel Bill Hix (que tinha estado nas Filipinas como mentor / conselheiro na luta contra as guerrilhas durante a década de 1990) recebeu a missão de avaliar a forma como as unidades americanas estavam a executar as suas diretivas de contrainsurgência. Hix pediu a um antigo membro das forças especiais, Kalev Sepp, (que combateu em El-Salvador e se doutorou pela Universidade de Harvard) para o ajudar na avaliação das unidades. Depois de visitarem trinta e uma unidades, usando uma lista de verificação de boas práticas de contrainsurgência elaborada por Sepp, a conclusão foi arrasadora: a maioria das unidades avaliadas era ineficaz⁹³². Mesmo que aparentemente o general comandante tivesse decidido usar técnicas e uma estratégia

⁹²⁸ Cloud, 2009: 135 e Rashid, 2009: 254.

⁹²⁹ “Sharply constrained (...), that decision was to haunt the Americans for years to come”, Moyer, 2009: 228.

⁹³⁰ Robinson, 2008: 8; “seria 2005 o ano decisivo?”, Santos, 2008: 147-150.

⁹³¹ Robinson, 2008: 12.

⁹³² “Ineffective”, em Cloud, 2009: 202; ver entrevistas do Coronel William Hix e do Coronel Kalev Sepp em 7 de fevereiro e 17 de Janeiro (respetivamente) de 2007 ao jornal *Frontline*, disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/endgame/interviews/hix.html> (Data de acesso a 3 de dezembro de 2012); também em Kaplan, 2013: 99 e 168-171.

apoiada em conceitos de contrainsurgência, as unidades no terreno não sabiam como a aplicar. Faltava pois uma correta disseminação da doutrina e uma estratégia explícita, treinada e seguida no terreno.

Os sintomas de que algo não estava a ser bem entendido pelas forças no terreno eram visíveis, por exemplo, na forma como as baixas civis eram contabilizadas. Para muitas unidades as baixas civis eram entendidas como “rotina” ou como um inevitável “dano colateral”. Além disso, cerca de um terço dos soldados entendia ser natural “o recurso à tortura para obter informações”⁹³³.

No entanto, havia unidades que aplicavam corretamente os princípios da contrainsurgência. Uma delas era o 3º Regimento Blindado de Cavalaria comandado pelo Coronel McMaster⁹³⁴. McMaster incitava os seus soldados a tratar os iraquianos com respeito porque “cada vez que os tratarem sem respeito estão a ajudar o inimigo” e recomendava também que não praticassem “qualquer tipo de abuso” com os detidos. Esta unidade, ao contrário da maioria das unidades americanas, foi instalada dentro duma cidade, Tal Afar, pelo que “milhares de soldados foram injetados” em 29 pequenas bases no interior. Iniciou-se assim um contacto permanente com os líderes tribais locais e, passados alguns meses, a violência diminuiu significativamente na cidade.

Em Ramadi, uma das cidades mais violentas do Iraque, o mesmo método foi tentado por uma outra unidade americana e Petraeus, observando estas ações no terreno, concluiu que a única solução seria colocar forças junto das populações. Para se defender efetivamente as pessoas, Petraeus afirmou então, que tinham de se “separar as forças em confronto, proteger a população dos irreconciliáveis e identificar os causadores da violência”⁹³⁵.

Entre outras conclusões dos avaliadores estava a evidente falha no desenvolvimento político e económico do Iraque, salientando-se ainda a de que metade do esforço americano era desperdiçado sendo grande parte considerado contraproducente⁹³⁶. Por último, Hix e Sepp disseram a Casey: “está na altura de fazer o que foi feito tardiamente no Vietname por Creighton Abrams e fundir os esforços civis e militares no Iraque sob um único diretor [como tinha sido Spínola na Guiné] que propomos que seja o senhor”. Acrescentaram que se a guerra falhasse ninguém iria

⁹³³ Ricks, 2009: 7.

⁹³⁴ Um dos “soldier-scholars” com uma tese de doutoramento apresentada na Universidade da Carolina do Norte que se intitulava “Dereliction of Duty”, muito crítica do papel dos chefes militares durante a guerra do Vietname, Ledwidge, 2011: 122-123 e 245; Moyar, 2009: 249.

⁹³⁵ Ricks, 2009: 60-61 e 72.

⁹³⁶ Ricks, 2009: 25.

culpar o embaixador ou o State Department mas sim o comandante militar. Em síntese disseram-lhe que assumisse o efetivo comando civil e militar porque “This is your War”⁹³⁷.

Deram-se então passos importantes para uma maior integração entre militares e civis. As equipas civis ganharam novo protagonismo em projetos de desenvolvimento político e económico e a aproximação entre o Embaixador americano, Zalmay Khalizad, e o General Casey foi crescendo⁹³⁸. Em momentos políticos significativos era normal aparecerem lado a lado. No final de 2005, por exemplo, Casey e Khalizad estiveram juntos nas reuniões com o Primeiro-ministro iraquiano, Ibrahim al-Jaafari. Mas no terreno a falta de meios humanos ainda era evidente, Hix tinha proposto um número aproximado de 10.000 colaboradores civis mas Condolezza Rice afirmou que apenas poderia disponibilizar cerca de 48⁹³⁹. A falta de coordenação também persistia noutros patamares, bem evidente numa afirmação do General Chiarelli (número dois do General Casey Jr. no Iraque) em 2007 quando se queixou da falta de coordenação em Bagdade entre os “Defense e State Department”: “quando tentava falar sobre assuntos ligados ao governo e à economia do Iraque era imediatamente impedido de continuar, não pelo General Casey, mas pela embaixada americana no Iraque e isso frustrava-me imenso”⁹⁴⁰.

As tarefas de reconstrução do Iraque, que foram finalmente assumidas como uma parte essencial da estratégia, tanto para militares como para civis, constituíram-se então no maior programa de “Nation-Building da história”⁹⁴¹. A responsabilidade desta tarefa deveria ser do State Department, fundamentalmente através da ação dos já referidos Provincial Reconstruction Teams (PRT). Os PRTs tinham sido inspirados nos Civil Operations and Rural Development Support (CORDS) usados pelos EUA no Vietname, onde, em teoria, o State Department, a US Agency for International Development (USAID) e o pessoal militar trabalhavam em conjunto para melhorar a

⁹³⁷ Cloud, 2009: 203.

⁹³⁸ Como reconhece o próprio Petraeus: “The development of the emerging political, economic, and social institutions in Iraq efforts in which Ambassador Zalmay Khalilzad and General George Casey and their teams have been engaged with their Iraqi counterparts and have been working very hard”, Petraeus, 2006: 10.

⁹³⁹ Cloud, 2009: 214 e 228.

⁹⁴⁰ Cloud, 2009: 273; o problema da descoordenação entre os membros do State Department e os do Defense Department foi logo apontado em 2003, Cordesman, 2003: 488.

⁹⁴¹ Maior que a reconstrução da Alemanha e do Japão na pós-II Guerra Mundial, Buren, 2011: 3; “Civil Affairs are not enough when under-taking huge reconstruction and nation-building efforts” porque esta é uma responsabilidade de todos, ou seja, “everyone must do nation-building”, Petraeus, 2006: 6.

qualidade de vida das populações⁹⁴². Os PRTs estavam geralmente localizados dentro ou perto das grandes cidades iraquianas, tendo o primeiro sido criado, finalmente, em Bagdade na primavera de 2006⁹⁴³.

A situação foi-se entretanto agravando e, entre fevereiro e março de 2006, registaram-se 3034 mortos iraquianos em Bagdade na sequência de confrontos entre sunitas e xiitas. No verão de 2006 Bagdade estava “a ferro e fogo” quase à beira de uma guerra civil, registando-se nesse ano cerca de 34.452 iraquianos mortos⁹⁴⁴. Parte do poder estava entregue a um governo sectário secundado por milícias pouco isentas, polícias corruptos e, para agravar, acreditava-se que muitos dos sunitas estavam a ingressar na al-Qaeda. Tinha de se mudar a política e a estratégia⁹⁴⁵.

Nesse verão foi lançada uma grande operação denominada “Together Forward” que pretendia demonstrar que existia coordenação entre forças americanas e iraquianas. A operação envolvia 42.500 polícias iraquianos apoiados por 7.200 militares americanos. Na opinião do analista de defesa Fred Kagan, a operação foi um “desastre” porque, desde o princípio, se apoiou nas forças policiais iraquianas que, em si mesmo, eram parte do problema e não da solução. Entre outros problemas identificados estas encontravam-se sujeitas as várias influências sectárias, estavam mal treinadas, mal equipadas e minadas pela corrupção. Esta operação teve efeitos em Washington, levando a que a administração Bush começasse a pôr em causa a competência do General Casey para liderar a guerra no Iraque⁹⁴⁶.

Do ponto de vista do desenvolvimento económico e do apoio às populações os PRTs começaram a expandir-se e em 2007 já existiam 31 PRT e 13 ePRT. Os ePRT – “e” de embeded - eram equipas do State Department que viviam dentro de unidades militares americanas e que dela recebiam apoio, enquanto os PRT viviam à parte das unidades militares e muitas vezes com a segurança estabelecida por empresas privadas de segurança. Alguns dos PRTs eram da responsabilidade de nações aliadas

⁹⁴² Kaplan, 2013: 82; Kilcullen, 2010: 217; comparando com os equivalentes no Afeganistão, também os escolhidos para trabalhar nestas equipas estavam longe de ser os mais aptos e melhores entre a administração americana, sendo que na maioria dos casos o pessoal era nomeado à custa de reservistas das forças armadas, Rashid, 2009: 200.

⁹⁴³ Buren, 2011: 7.

⁹⁴⁴ Dados da ONU em Robinson, 2008: 14-15; Cloud, 2009: 223; “Os EUA estiveram perto de perder a guerra no Iraque”, Ricks, 2009:8.

⁹⁴⁵ Cloud, 2009: 212, 224 e 249.

⁹⁴⁶ Ricks, 2009: 49,50 e 52; entre outros o problema com as polícias é que estas tinha sido formadas com base nas milícias “the militias were the police”, Ledwidge, 2011: 27.

como a Coreia do Sul ou o RU⁹⁴⁷. Começavam então a surgir vozes que pediam, a par de mais civis para fazer “Nation-Building”, também mais militares para garantirem a segurança e ajudarem neste esforço.

O senador John McCain, futuro candidato republicano a presidente dos EUA, afirmou publicamente que os comandantes militares americanos no Iraque não tinham “uma verdadeira estratégia de contrainsurgência” e que, em vez de se pensar em reduzir, devia-se pensar em aumentar o número de forças americanas no terreno. Do lado democrata as críticas mais fortes fizeram-se pela voz da então Senadora Hillary Clinton com a célebre frase “Hope is not a method”, significando que a “esperança” não podia ser a estratégia para o Iraque e que “tudo estava a correr mal”⁹⁴⁸.

A futura estratégia americana passava então por uma maior “iraquização” da contrassubversão. Se nos referimos no capítulo de Spínola à “africanização” temos agora que recordar a tentativa pouco conseguida de “vietnamização” pelos EUA nos anos 70⁹⁴⁹. Ao contrário do que defendia McCain, a anunciada estratégia dos EUA para o Iraque apontava para uma diminuição significativa dos efetivos (segundo o planeamento do General Casey de 15 brigadas em 2006 para 5 em dezembro de 2007)⁹⁵⁰, partindo do pressuposto de que deveriam ser os iraquianos a tomar conta da sua própria segurança. O argumento usado foi o de que a presença americana agravava a situação mais do que ajudava⁹⁵¹. Foi aqui que surgiu a voz de David Petraeus ao propor uma solução diferente do seu comandante Casey, que implicaria, ao contrário, um aumento de efetivos americanos, ou seja, um “surge”⁹⁵².

O plano de aumento de forças foi proposto, quanto ao essencial, pelo General Jack Keane (entretanto já reformado e um dos mentores de Petraeus) ainda no final de 2006⁹⁵³. O planeamento foi feito sem o conhecimento dos generais que estavam no terreno, numa altura em que o CENTCOM, General Abizaid, tinha dado ordem para se

⁹⁴⁷ Buren, 2011: 7.

⁹⁴⁸ Cloud, 2009: 216 e 246.

⁹⁴⁹ Santos, 2008: 177.

⁹⁵⁰ Robinson, 2008: 15.

⁹⁵¹ Posição defendida pelo CENTCOM, General Abizaid, Robinson, 2008: 20; ou para justificar a saída das forças: “an occupying army, even one with the purest motives, would find itself hated and attacked”, Cloud, 2009: 86 e Ricks, 2009: 53-54.

⁹⁵² Termo que significa “um aumento significativo, um incremento” e que identificou a estratégia do aumento de efetivos.

⁹⁵³ Cloud, 2009: 239; “com a colaboração discreta de Petraeus e Odierno”, Ricks, 2009:8.

planear um possível ataque ao Irão⁹⁵⁴. O General Casey foi então apontado como o principal responsável pela deterioração da situação no Iraque, embora, como ele próprio afirmou, tenha recebido pouco apoio ou diretivas claras de Washington⁹⁵⁵.

Nos EUA cresceu a contestação à forma como era dirigida a guerra no Iraque e no Afeganistão, incluindo através de críticas feitas por membros das próprias Forças Armadas. Em junho de 2007, o Tenente-coronel Paul Yingling⁹⁵⁶ escreveu um artigo muito crítico da situação no Iraque intitulado “Um fracasso no generalato” em que afirmava que “mais depressa era um soldado punido no Iraque por perder uma arma do que um general por perder uma guerra”⁹⁵⁷. No terreno, os sinais de que a estratégia seguida não parecia a mais acertada somavam-se, Casey tinha mandado fechar dezenas de bases em 2005 transferindo os efetivos para grandes bases, isoladas e afastadas das populações, as chamadas “super-FOBs”⁹⁵⁸.

De Washington chegavam efetivamente diretivas contraditórias pois, como nos afirma em entrevista o diplomata americano Gabriel Escobar (secretário executivo do Embaixador americano no Iraque, John Negroponte, que tinha substituído Paul Bremer), por um lado, era pedido para começar a retirada o mais depressa possível e, por outro, para se “reconstruir o país”, o que levaria imenso tempo. No Iraque os principais responsáveis militares e civis também estabeleciam prioridades diferentes: os militares queriam destruir a estrutura político-militar deixada por Saddam Hussein e os diplomatas queriam criar as bases para um país economicamente sustentável. Estes dois objetivos eram, na opinião de Escobar, mutuamente contraditórios. Por último, Escobar ainda refere que, se de Washington vinham poucas e confusas diretivas políticas e estratégicas, vinham também demasiadas diretivas táticas e operacionais. Havia teleconferências permanentes entre Bagdade e Washington que levavam dias inteiros a discutir pormenores locais, o que levou Escobar a afirmar, em

⁹⁵⁴ Abizaid determinou que fossem levantados cerca de 10.000 alvos (infraestruturas) no Irão para o caso de os “EUA se vissem forçados a intervir”, Cloud, 2009: 240.

⁹⁵⁵ Cloud, 2009: 248.

⁹⁵⁶ Também do departamento *Sosh* de West Point - detalharemos mais adiante a importância deste departamento - com duas missões no Iraque, uma delas na unidade de McMaster, e nomeado para uma terceira como comandante de batalhão.

⁹⁵⁷ “A failure in Generalship” publicada na edição de junho de 2007 do *Armed Forces Journal*, disponível em <http://www.armedforcesjournal.com/2007/05/2635198>; uma reflexão semelhante é feita para as forças armadas britânicas em Ledwidge, 2011.

⁹⁵⁸ FOB - Forward Operating Bases, Ricks, 2009: 9; em 2003 já Anthony Cordesman tinha alertado que tanto os britânicos como os americanos se escondiam demasiado por detrás de barreiras de segurança e que assim se afastavam dos cidadãos iraquianos, Cordesman, 2003: 522.

síntese, que era simplesmente demais esta permanente ingerência de Washington em detalhes e procedimentos de nível tático⁹⁵⁹.

A 19 de setembro de 2006, o General Keane apresentou a Rumsfeld as suas propostas que incluíam a ideia de aumentar o número de forças no Iraque e de aplicar “verdadeiramente” a doutrina de contrainsurgência. Rumsfeld sentiu-se muito pouco à vontade com esta proposta porque contrariava a sua visão da necessidade de retirar forças em vez de as aumentar. Depois, Keane falou com o General Pace, o responsável máximo pelas Forças Armadas dos EUA e, além do que dissera a Rumsfeld, propôs também a substituição das principais chefias: que Abizaid fosse substituído pelo Almirante Fox Fallon à frente do Central Command e que Casey o fosse por Petraeus no Iraque. Pace, por seu lado, não concordava com o aumento de tropas e culpava, essencialmente, os políticos em Washington por não encontrarem uma solução política para o problema⁹⁶⁰.

Entretanto o American Enterprise Institute (AEI), uma organização da ala mais conservadora do partido republicano, criou um grupo de estudo para propor uma solução para o Iraque. A tarefa coube a Fred Kagan (um antigo Professor de história militar de West Point, doutorado na Universidade de Yale e membro residente do AEI) e, entre outros, foram envolvidos o General Keane, o Coronel McMaster e o Tenente-general Odierno (futuro comandante no Iraque, depois de Petraeus). Este estudo reforçou os argumentos já apresentados por Keane ao apontar para um aumento de forças no Iraque para permitir uma maior distribuição das forças entre as populações.

A 11 de dezembro de 2006, Keane alertou o Presidente Bush para os riscos da estratégia em curso e para a urgência de uma decisão: “esta é uma grande crise, estamos a ficar sem tempo e precisamos de mais tropas ... vamos proteger a população e provavelmente iremos aumentar o número de baixas”. Alguns académicos apoiaram a recomendação de Keane, como Cohen e Stephen Biddle, mas também houve vozes contrárias, como as dos generais McCaffrey ou Downing que afirmaram não serem necessárias mais forças⁹⁶¹.

As duas opções em cima da mesa eram, em síntese, ou uma retração no número de forças e um conseqüente aumento das operações de contraterrorismo ou o

⁹⁵⁹ Escobar na pergunta 2 e em parte corroborada por Almendra na resposta à mesma pergunta em Anexo D – Entrevistas.

⁹⁶⁰ Ricks, 2009: 88-89, 90 e 93.

⁹⁶¹ Ricks, 2009: 93-95.

aumento das forças para fazer a contrainsurgência⁹⁶². O caminho que levou à decisão no Iraque envolveu várias instituições, entidades e individualidades. Gostaríamos de realçar que esse percurso contou com a participação de pensadores militares e civis, governantes políticos e académicos. Na sua génese teve uma discussão e abrangência holística e, embora com posições e propostas diferentes, num aspeto todos pareceram concordar: a segurança era uma condição essencial para o progresso e desenvolvimento económico do país e, como tal, a estratégia anterior adotada pelos EUA estava errada e necessitava de ser alterada⁹⁶³. Rumsfeld foi substituído por Robert Gates a 18 de dezembro de 2006 e a decisão foi tomada poucas semanas depois. O General Casey seria nomeado Chefe de Estado-maior do Exército e seria substituído no Iraque por Petraeus. O Almirante Fox Fallon iria substituir Abizaid como CENTCOM e o “surge” foi aprovado⁹⁶⁴.

Bush reconheceu então publicamente que “é claro que temos de mudar a nossa estratégia para o Iraque” e determinou como tal que seriam enviadas (mais) “cerca de 20.000 tropas”⁹⁶⁵.

2. O percurso de David Petraeus

David Petraeus é habitualmente considerado como um “soldier-scholar”, “warrior-scholar” ou “soldier-scholar-statesman”. Na resposta à questão sobre se era político ou não, Petraeus reproduziu as famosas palavras de Sherman: “Não sou um político e nunca o serei, e afirmo-o com convicção absoluta”⁹⁶⁶.

⁹⁶² “Go Big, Go Home, Go Long” são as três variantes das propostas estudadas, a primeira implicaria números inoportáveis, a segunda seria abandonada e a solução final, proposta por McMaster, seria uma posição híbrida: implicava aumentar as forças por um período de tempo limitado (limited surge) e fazê-las permanecer depois, por bastante tempo, na missão de assessoria e apoio, Robinson, 2008: 27.

⁹⁶³ Robinson, 2008: 31-32; “The clock was ticking then, in the last hours before the storm of sectarian violence that tore the country apart through the rest of 2006 and into 2007”, Kilcullen, 2010: 18.

⁹⁶⁴ Ricks, 2009: 115-116. Esta atitude de mudar os comandantes no terreno não é acompanhada por outras nações, como é o caso do RU. Ledwidge afirma que, face à má condução de missões por parte dos britânicos em Bassorá no Iraque e em Helmand no Afeganistão, “no senior officer has been held to account; none has been dismissed; none has resigned; none has been removed from his position”, Ledwidge, 2011: 11.

⁹⁶⁵ Ricks, 2009: 122.

⁹⁶⁶ Entrevista ao jornalista da *NBC* David Gregory em 15 de agosto de 2010 em que ainda afirmou “No way, no how”, Broadwell, 2012: 24, 55 e 350 e Gericke, 2011: 27-31 e 183-188.

Tal como Wellington e Spínola também Petraeus recebeu forte apoio familiar, vindo do sogro, General Knowlton, o diretor da Academia Militar de West Point⁹⁶⁷. Um dos ensinamentos que Knowlton passou a Petraeus foi a necessidade de manter sempre os superiores, militares e civis, informados do que se passava, acompanhados de recomendações, pedidos e esclarecimentos. Por isso veremos Petraeus fazer diariamente na Bósnia os “commanders update” com essa finalidade e manter este hábito no Iraque, no Central Command, e no Afeganistão⁹⁶⁸.

Petraeus procurou aumentar o seu conhecimento através de conceituados mentores, os quais o influenciaram em múltiplos aspetos. Por exemplo, no relacionamento entre civis e militares, aprendeu a importância dos líderes mais “seniores” no processo da tomada de decisões políticas⁹⁶⁹. Entre os seus mentores destacam-se, além do General Knowlton, o General Vuono (antigo Chefe de Estado Maior do Exército) e o General Galvin (entre outras funções foi Supreme Allied Commander, Europe – SACEUR da NATO – e Reitor da Escola de Lei e Direito na Universidade de Tufts). Importa destacar a influência que o General Galvin exerceu para que Petraeus fosse fazer o mestrado e o doutoramento numa das mais reconhecidas universidades dos EUA, a Universidade de Princeton. Em 1985 terminou o mestrado em administração pública e em 1987 o doutoramento em relações internacionais com uma tese sobre as “lições aprendidas sobre o Vietname”⁹⁷⁰. A ligação ao mundo académico e civil ficou depois mais completa quando se tornou também Professor na Universidade de Georgetown. Terminou, depois, já numa das mais importantes escolas militares, como primeiro classificado, o Curso de Estado-maior em Fort Leavenworth, entre mais de mil majores e capitães⁹⁷¹.

Gostaríamos de destacar aqui a relevância da formação académica de Petraeus comparando-a com outros influentes líderes militares americanos que tiveram responsabilidades sobre o Iraque e Afeganistão. Praticamente todos passaram pelas mais relevantes universidades americanas. Esta circunstância, para além de lhes

⁹⁶⁷ Gericke, 2011: 11-12 e Broadwell, 2012: 38.

⁹⁶⁸ Broadwell, 2012: 39.

⁹⁶⁹ Gericke, 2011: 186-187 e Broadwell, 2012: 70.

⁹⁷⁰ Enquanto fez o doutoramento deu aulas na Academia Militar de West Point no departamento de ciências sociais e escreveu um artigo com o General Galvin sobre os conflitos de baixa intensidade “Uncomfortable Wars: Toward a New Paradigm”; o título completo da tese de doutoramento é “The American Military and the lessons of Vietnam: A Study of Military Influence and the Use of Force in the Post Vietnam Era”, Robinson, 2008: 57 e Kaplan, 2013: 24.

⁹⁷¹ Cloud, 2009: 60.

permitir obter uma formação acadêmica reconhecida internacionalmente, foi uma oportunidade de estar ao lado de civis, de discutir de forma aberta e aprofundada assuntos para além dos “estritamente” militares e, ainda, foi uma forma de interagir e conhecer importantes conceitos, pensamentos e pessoas de todos os quadrantes e áreas políticas⁹⁷².

Esta forma inclusiva, civil e militar, dos militares americanos, tem raízes antigas e, no caso do “famoso” departamento Ciências Sociais da Academia Militar de West Point, é uma prática essencial para os professores que lá querem ensinar, como foi o caso de Petraeus. O *Sosh Department*, como é comumente denominado, ganhou grande notoriedade quando o Major-general Lincoln, no final da II Guerra Mundial, aceitou ser “despromovido” para Coronel, ou seja, descer dois postos, apenas pela importância de poder liderar este departamento. A partir da sua passagem, os membros do *Sosh* passaram a ser conhecidos como pertencentes à “Lincoln Brigade”. O percurso de quem ambiciona pertencer a este departamento inclui uma passagem pelas universidades “civis” onde adquirem um grau acadêmico (mestrado ou doutoramento) seguido de três anos de ensino em West Point. No final dos três anos, são colocados em funções importantes e relevantes, quase sempre, no comando de unidades operacionais das Forças Armadas Americanas⁹⁷³.

Os exemplos desta interação civil-militar são muitos, mas destacamos o do General Casey Sr.⁹⁷⁴, que iniciou a sua carreira acadêmica em Harvard antes de ingressar em West Point e, depois de uma comissão na Guerra da Coreia, voltou a Harvard entre 1965 e 1966 como bolseiro. Outro exemplo significativo é o de Michael Krause, doutorado na Universidade de Georgetown e um dos principais conselheiros militares na Guerra do Vietname, que depois foi mentor do General Abizaid. O próprio General Abizaid também “ganhou” uma bolsa de estudo “Olmsted” para uma universidade estrangeira, tendo estudado na Universidade da Jordânia de 1978 a 1979 e, após o Iraque, em 2003, foi um ano para a Universidade de Stanford. O General Chiarelli obteve o mestrado em ciência política na Universidade de Washington, seguido de um período de três anos como Professor no *Sosh*.

⁹⁷² “I went to the Woodrow Wilson School because it had fewer military folks than some of the competition (...) it was an enormously challenging experience (...) it prepares you pretty well for some of the spots in which you might find yourself down the road”, Petraeus, 2010a: 9.

⁹⁷³ Kaplan, 2013; 5-9.

⁹⁷⁴ Pai do General Casey Jr., que comandou o Iraque antes de Petraeus e que também viria a fazer um mestrado em relações internacionais na Universidade de Denver em 1978. O General Casey (Senior) morreu na Guerra do Vietname como major-general, sendo o militar mais graduado a morrer nessa guerra, Cloud, 2009: 2, 11, 47, 53, 79 e 89.

Trazemos aqui esta reflexão porque Frank Ledwidge (antigo oficial da reserva naval britânica, que participou como militar numa missão no Iraque e como civil no Afeganistão), na sua obra muito crítica sobre a atuação do RU tanto no Iraque como no Afeganistão destacou, de forma muito significativa, a diferença entre o ensino dos militares americanos e dos britânicos. Os militares americanos (incluindo os soldados com mais de 5 anos de serviço) são incentivados pela administração a fazer estudos em universidades civis. Incentivam-se os melhores a ir, dá-se tempo e condições (as Forças Armadas dos EUA pagam os estudos e até 3 anos para os concluir) e geralmente não há contrapartidas fixas. É uma questão de gestão de carreira individual - cada caso é um caso – ou seja, uns podem seguir a via académica mas a maior parte, após um ano ou dois de ensino, volta para unidades operacionais nas Forças Armadas. Foi o caso da maioria dos oficiais da "equipa de Petraeus no Iraque e Afeganistão". A grande crítica do autor, e em parte a tese do seu livro, prende-se com a diferença do sistema no RU: aqui praticamente não há oficiais em universidades civis (refere até que há mais militares americanos em universidades britânicas do que militares britânicos). Ledwidge reforça que esta falta de partilha de conhecimentos entre civis e militares leva a que o pensamento crítico seja "evitado" nas escolas e academias britânicas e, como consequência, os britânicos se fecham nas suas "próprias" instituições. Em síntese, Ledwidge afirma que há treino mas não há educação e a educação (ensino) é que permite o entrosamento entre militares e civis e assim "ganhar" guerras, como as do Iraque e do Afeganistão⁹⁷⁵.

Em 1987 Petraeus foi colocado junto do General Galvin que, entretanto, tinha sido nomeado como SACEUR. Esta missão, que tinha a seu cargo, entre outras tarefas, a de aconselhamento militar, permitiu-lhe um contacto muito próximo com outras nações e outros modos de pensar⁹⁷⁶.

Na sua missão em Port-au-Prince no Haiti, em 1995, Petraeus ganhou experiência em lidar com várias frentes e tarefas simultaneamente e, para ele, esta missão foi uma grande experiência na ligação civil-militar⁹⁷⁷. Trabalhou em estreita coordenação com organizações governamentais e não-governamentais e apoiou o envio de engenheiros

⁹⁷⁵ Ledwidge, 2011: 242-251.

⁹⁷⁶ Gericke, 2011: 39-40 e Cloud, 2009: 66.

⁹⁷⁷ A missão no Haiti teve uma duração de 4 meses e Petraeus foi incumbido de, entre outras coisas, estabelecer o quartel-general, as forças (Task-force), pelo planeamento e direção das operações, por treinar a polícia do Haiti, por supervisionar os desenvolvimentos no sistema judicial e prisional, que o levou a "move back and forth between international diplomacy, security operations, nation building and infrastructure repairs"; desafios que mais tarde teria no Iraque e no Afeganistão, Broadwell, 2012: 124-125 e Kaplan, 2013: 64.

do exército para executar projetos “rápidos” de construção⁹⁷⁸. Em junho de 2001, como “assistant chief of staff for operations” na missão de Estabilização da NATO na Bósnia, durante a execução duma nova tipologia de missão incluída nas “MOOTW”, ou seja, as missões para além da guerra⁹⁷⁹, Petraeus conseguiu levar consigo alguns reputados académicos de West Point (como o Coronel Mike Meese, doutorado em economia por Princeton, que mais tarde também o acompanharia no Iraque e no Afeganistão). Na Bósnia interessou-se pelo “Multi-Year Road Map” que sintetizava a gestão integrada entre civis e militares e as operações para melhorar a governação e o desenvolvimento. Neste país também entendeu melhor o conceito de “unidade de esforços” (que detalharemos adiante) ao trabalhar aos níveis estratégico, operacional e tático entre forças dos EUA e dos aliados, com os parceiros civis, organizações internacionais, embaixadas e funcionários do governo local⁹⁸⁰.

Em 2003 Petraeus foi nomeado para o comando da Divisão aerotransportada 101, unidade que recebeu a missão de apoiar o ataque principal (*supporting role*) a Bagdade, garantindo a segurança do flanco do V Corpo de Exército. A Divisão de Petraeus cumpriu as missões que lhe foram confiadas e registou as primeiras baixas em combate⁹⁸¹. Depois de declarada a conquista da capital em 9 de abril de 2003, a 101 recebeu a missão de “estabilizar” Mosul (a atuação em Mosul já foi referida anteriormente)⁹⁸².

Em 2004, já como tenente-general, Petraeus recebeu a missão de formar as forças armadas e de segurança do Iraque. O órgão que dirigia denominava-se Multi-National Security Transition Command-Iraq (MNSTC-I) e tinha como missão a preparação das futuras forças armadas e de segurança do Iraque, para assim, possibilitar a transferência efetiva de autoridade da comunidade internacional para o governo iraquiano. Tratava-se de uma missão muito exigente até porque, como referimos, as polícias e o exército tinham sido desfeitos por decreto e, conforme afirmou uma das conselheiras de Petraeus, Jeanne Hull, “um exército demora dois anos a destruir mas leva 20 anos a levantar”⁹⁸³.

Como veremos, apostar apenas na formação de forças iraquianas, não seria suficiente. Interessa referir que, para formar futuros militares e polícias, serão usados (tanto no Iraque como no Afeganistão) militares das forças aliadas e membros de

⁹⁷⁸ Cloud, 2009: 100.

⁹⁷⁹ MOOTW – Military Operations Other Than War, como referido no capítulo I.

⁹⁸⁰ Broadwell, 2012: 149 e 152.

⁹⁸¹ Incluindo 17 soldados num acidente de helicóptero, Robinson, 2008: 67.

⁹⁸² Gericke, 2011: 77-102 e Robinson, 2008: 68.

⁹⁸³ Robinson, 2008: 74.

companhias privadas, que incluem muitos ex-militares e polícias⁹⁸⁴. Este aspeto da convivência entre empresas privadas e forças armadas de países aliados não será pacífico e representará uma das questões relevantes para o futuro do cargo de Petraeus como comandante do Iraque e do Afeganistão. Por outro lado, um dos efeitos secundários do desmembramento das forças armadas e de segurança iraquianas tinha sido o “descontrolo” nos armamentos (que muitos dos soldados desmobilizados tinham levado para casa). Com uma população fortemente armada, constituiu-se assim um outro dilema sobre o tipo de equipamento que tinham de usar as novas forças policiais⁹⁸⁵. Foi um tema fraturante porque polícias fortemente armadas e equipadas tendem a ser confundidas com forças militares e, por outro lado, polícias fracamente armadas são alvo constante de ataques. A decisão quanto ao tipo de formação, dos poderes atribuídos, de equipamento e organizações a utilizar, também estarão na esfera de decisão de Petraeus em 2005 e irão acompanhá-lo no futuro.

No final de 2005 Petraeus assumiu o cargo de comandante da escola de Estado-maior em Fort Leavenworth durante cerca de um ano⁹⁸⁶ e depois comandou as forças no Iraque em 2007/2008. No verão de 2008 assumiu as funções de CENTCOM e em 2010/2011 assumiu as funções de Comandante da ISAF no Afeganistão. Em 2011 tornou-se diretor da CIA e a seu pedido, devido a problemas da sua vida privada, abandonou estas funções em novembro de 2012⁹⁸⁷.

3. A doutrina de Counterinsurgency

Petraeus em 1976, durante um exercício conduzido em França, no meio de muitos militares de outros países, notou um quadro do General Marcel Bigeard, a figura real que inspirou Lartéguy (na obra, Bigeard aparece como Raspeguy) em *Os Centuriões* e *Os Pretorianos*. Referimos no capítulo de Spínola o efeito que estas obras tiveram sobre os oficiais portugueses durante a guerra de África. Também Petraeus vai considerar *Os Centuriões* como um dos seus livros favoritos. O seu sogro deu-lhe de

⁹⁸⁴ Por exemplo, destaca-se a “private US security company, DynCorp (...) used mostly retired American policeman and sheriffs as trainers”, Robinson, 2008: 73; Menezes, 2010: 100-101.

⁹⁸⁵ “There was a clamor for a more robust paramilitary type of police force; Petraeus argued for and formed Public Order Brigades, but (...) formed commandos”, Robinson, 2008: 75.

⁹⁸⁶ Foi pensada a sua nomeação para Comandante da Academia Militar de West Point mas esse cargo geralmente é identificado como de fim de carreira pelo que se optou pelo de Comandante de Leavenworth, Cloud, 2009: 210.

⁹⁸⁷ Foi muitas vezes referido nos media como um futuro candidato a presidente dos EUA, mas de acordo com o próprio, essa questão não se lhe pôs, Robinson, 2008: 167.

presente um quadro de Bigeard pelo Natal, que Petraeus teve exposto no seu gabinete durante décadas⁹⁸⁸.

A experiência de Petraeus, tanto acadêmica como operacional, fez dele uma escolha natural para coordenar a formulação de uma nova doutrina de contrainsurgência para os EUA. Um importante passo tinha sido dado quando publicou em janeiro / fevereiro de 2006 um artigo na *Military Review* intitulado “Learning Counterinsurgency: Observations from Soldering in Iraq”. Entre outras reflexões de Petraeus presentes neste artigo gostaríamos de destacar que começa por afirmar que em 2001 os EUA não estavam efetivamente preparados para guerras desta tipologia. Depois resume o seu pensamento em “14 observações” de que destacamos algumas que se irão incluir na futura doutrina coordenada por ele: na observação n.º 4 chama a atenção de que todos os representantes das populações locais têm de participar e ser ouvidos no esforço da COIN; na n.º 7 alerta que todos, civis e militares, têm de participar no esforço de *Nation-Building*; na n.º 8 alerta que mais importante que levantar unidades iraquianas (das forças armadas ou de segurança) é criar instituições credíveis e estáveis; na n.º 9 afirma que entender e respeitar a cultura é um multiplicador de força; na n.º 10 diz que para se obter sucesso são necessárias mais instituições para além dos militares e termina, na sua observação n.º 14, alertando que verdadeiramente relevante é que todos os subordinados entendam bem a sua missão e a importância do que estão a realizar⁹⁸⁹. As bases do raciocínio ficaram assim expostas e não será surpresa encontrar muitas das suas reflexões na doutrina que ele virá a publicar.

Ainda antes de Petraeus assumir o seu cargo em Leavenworth foi também publicado um artigo na *Foreign Affairs*, da autoria do especialista em assuntos de defesa, Andrew Krepinevich, em que este defendia que os EUA precisavam para o Iraque de uma estratégia assente nos princípios da contrainsurgência, sendo este mais um indicador da necessidade de formular efetivamente esta doutrina⁹⁹⁰.

Num primeiro passo, a Escola de Estudos Militares Avançados dos EUA incentivou a elaboração de teses sobre a contrainsurgência. Na School of Advanced Military Studies em Fort Leavenworth / Kansas, das 78 teses de 2006, 31 versaram sobre este tema. Tratava-se de uma natural continuação de estudos que tinham levado em outubro de 2004 à publicação de um manual provisório (denominado - Field Manual - FM 3-07.22 “Counterinsurgency Operations”) que antecederia o definitivo a ser

⁹⁸⁸ Gericke, 2011: 14-16 e Cloud, 2009: 37 e 92.

⁹⁸⁹ Petraeus, 2006.

⁹⁹⁰ Krepinevich, 2005.

coordenado por Petraeus. No Iraque, como laboratório para testar a implementação desta doutrina tinha sido entretanto criada pelo General Casey, em Taji a norte de Bagdade, uma escola de contrainsurgência com a finalidade de “alterar a mentalidade” dos militares preparados para combater numa guerra convencional⁹⁹¹.

Para elaborar o manual de contrainsurgência, Petraeus, que ambicionava que a nova doutrina tivesse um impacto tão significativo como tinha tido a *air-land-battle* na década de 1990, reuniu um grupo muito diversificado de personalidades, civis e militares. Entre outros destacavam-se: Eliot Cohen, Professor em Johns Hopkins e um conhecido crítico da forma de Bush “gerir” a guerra; John Nagl, Tenente-coronel e “Rhodes scholar”, além de membro do Sosh, que tinha várias obras publicadas sobre o tema e Sarah Sewall, Professora universitária que tinha pertencido à administração Clinton e dirigia o Centro Carr para os Direitos Humanos da Universidade de Harvard. Para liderar o grupo de reflexão Petraeus, por sugestão de Cohen, escolheu o historiador militar e doutorado por Stanford, Conrad Crane⁹⁹².

Antes de o Manual ser publicado, quatro dos seus autores (Cohen, Crane, Horvath e Nagl) publicaram um artigo na *Military Review* intitulado “Paradoxes of counterinsurgency” onde sinteticamente defendiam que, “quanto mais se protege uma força, menos segura ela fica”, “quanto mais força se usa, menos eficaz ela é” ou “por vezes é mais eficaz nada fazer para reagir”⁹⁹³. No fundo a argumentação lembrava uma máxima da guerra da Malásia, segundo a qual a contrainsurgência era apenas uma técnica e o que fazia vencer campanhas era uma política e uma estratégia bem definidas e coerentes⁹⁹⁴. Ao que Mark Moyar, no seu livro publicado em 2009, irá acrescentar que é a capacidade dos líderes e a permanente criatividade que assim se sobrepõe à doutrina de contrainsurgência⁹⁹⁵.

⁹⁹¹ Kaplan, 2013: 137; Santos, 2006: 232; “para remediar uma formação muito deficiente em contrainsurgência”, Ricks, 2009:12.

⁹⁹² Ricks, 2009: 18; Cohen é autor de uma obra intitulada “Supreme Command” que aborda a temática de como os líderes civis intervieram durante as guerras para assegurar uma determinada estratégia e influenciar o caminho seguido na condução da mesma; Telo, 2013: 118-121.

⁹⁹³ Cohen, 2006.

⁹⁹⁴ “It was not the techniques per se that won the campaign, but the strategy”, Comodoro Steven Jeremy referindo-se à campanha da Malásia, Ledwidge, 2011: 149.

⁹⁹⁵ Moyar, 2009: 247.

A nova doutrina baseava-se nas lições aprendidas e para evoluir contava com permanentes “updates”⁹⁹⁶. No fundo seguia o mesmo sistema pensado por Portugal para os seus manuais: o lado que mais depressa se adaptava teria tendência a vencer⁹⁹⁷. Loureiro dos Santos lembra-nos que esta doutrina tinha sido recusada pelo “trauma do Vietname” mas que, se tivesse sido aplicada desde o início no Iraque, muitos mais objetivos teriam sido alcançados⁹⁹⁸.

As principais linhas de uma estratégia de contrainsurgência implicariam sempre o ónus de se traduzirem em operações militares “muito exigentes e desgastantes, tanto em pessoal como em meios materiais, com ampla repercussão em elevados custos financeiros”⁹⁹⁹. Ou seja, esta doutrina, além de historicamente causar receios aos decisores americanos, implicava sempre um cometimento grande em recursos humanos, materiais, financeiros e um esforço prolongado no tempo.

O FM 3-24 Counterinsurgency está organizado em 8 capítulos: (1) Caracterização geral da insurgência e contrainsurgência; (2) Unidade de esforços, integrando atividades civis e militares; (3) Informações e contrainsurgência; (4) O planeamento de Campanhas e Operações de Contrainsurgência; (5) Execução de Operações de Contrainsurgência; (6) Desenvolvimento das forças de segurança do país hospedeiro; (7) Liderança e ética em contrainsurgência e (8) Sustentação. Interessa-nos destacar para este trabalho o capítulo (2) porque se refere à necessidade da unidade de esforços entre todas as componentes, civis e militares, responsáveis pela contrainsurgência. Logo no início se refere que a unidade de esforços tem de se desenvolver a todos os níveis e escalões e que, idealmente, deveria apenas haver um líder para comandar as componentes civis e militares. Não sendo esta situação possível, então o manual propõe que o comandante militar mantenha um permanente contacto com as organizações civis através de oficiais de ligação. Mesmo quando há interesses em conflito, como pode ser o caso da relação entre militares e algumas organizações não-governamentais, deve ser procurado o diálogo por forma a definir objetivos comuns e mensagens sincronizadas¹⁰⁰⁰.

Sem detalhar em demasia o capítulo 2 do FM 3-24, importa refletir sobre a importância que é atribuída à integração da ação de militares e civis, incluindo as relações com a nação hospedeira, empresas privadas, organizações internacionais,

⁹⁹⁶ “Capturing best practices and lessons and cycling them back through the system to help refine the big ideas”, Broadwell, 2012: 13.

⁹⁹⁷ Petraeus, 2010a: 7.

⁹⁹⁸ Santos, 2008: 241; Almendra nas perguntas 3 e 4 em Anexo D - Entrevistas.

⁹⁹⁹ Santos, 2006: 170-171.

¹⁰⁰⁰ Army, 2006: 1-22.

governamentais e não-governamentais. Como solução para evitar descoordenações ou mesmo conflito de interesses propõe-se a criação de linhas de operação (*lines of operation*), em que se tente que a cada linha sejam atribuídos objetivos, intenções e graus de responsabilidade e de coordenação. Como a unidade de comando raramente é possível entre militares e civis, o manual propõe que se procure conhecer “a fundo” todos os intervenientes no país para que se encontre formas de garantir a unidade de esforços essencial para se vencer uma contrainsurgência¹⁰⁰¹.

A questão da unidade de comando ou de esforços tem sido central em muitos debates e, como também assinalámos nos capítulos anteriores, tanto Wellington como Spínola tentaram (e, em certa medida, conseguiram) a unidade de comando, pelo menos, ao nível local. O Coronel Almendra, que esteve em missão tanto no Iraque como no Afeganistão, disse-nos que a unidade de esforços é muito difícil devido às diferentes “agendas” das nações presentes¹⁰⁰².

Tem sido muito difícil conseguir a unidade de comando nas guerras do século XXI. Por exemplo, o militar e académico Michael Forsyth levantou o problema da coordenação entre os atores, civis e militares, mas também, entre as sucessivas chefias no Afeganistão. Esta foi também uma tese fundamental de Frank Ledwidge que considerou que, para haver coerência e “união de esforços” em locais como o Afeganistão, seria necessário para além do pensar *holisticamente* entre civis e militares, que esta questão se mantivesse estável entre as sucessivas chefias, ou seja, não podendo existir fases e experiências ocasionais, tinha de haver continuidade, integração de esforços e coerência, de forma sustentada e continuada.

O que estes autores propõem é uma maior permanência e sobreposição das principais chefias, civis e militares, nos teatros de guerra, a existência de um mínimo de “quartéis-generais” possíveis, a clarificação “ao máximo” de uma cadeia de comando e de responsabilidades entre todos e, por fim, a garantia de continuidade na política estratégia escolhida, ou seja, que não se mude cada vez que entra um “chefe” novo¹⁰⁰³.

Como qualquer doutrina, também esta teve (tem) muitos críticos. Entre eles destaca-se o grupo influente das empresas de defesa mais ligadas às guerras convencionais. A contrainsurgência é desenvolvida no seio das populações, com o uso moderado de armamentos e equipamentos, e desejavelmente sem o uso da força, ou seja, não se prevê grande utilização para carros de combate, navios ou aviões de

¹⁰⁰¹ Army, 2006: 2-2 a 2-14.

¹⁰⁰² Em resposta às perguntas 3 e 4, Anexo D - Entrevistas.

¹⁰⁰³ Forsyth, 2011: 1-6 e Ledwidge, 2012.

ataque¹⁰⁰⁴. Não gera assim tantas receitas para a indústria de defesa nas áreas dos grandes e complexos equipamentos de defesa, embora favoreça outras que produzem os principais equipamentos de mobilidade e proteção. Há por isso, por parte destas empresas (com fortes lobbies de pressão junto do Congresso), pouco apoio a doutrinas que preconizavam armas de pequena dimensão e pouca tecnologia no Pentágono, nas indústrias de defesa ou no Congresso¹⁰⁰⁵.

Outra crítica ao manual é feita por Mark Moyar que afirmou que não se deu a importância devida à questão da liderança. Este autor defende que são os líderes que fazem a diferença e não as doutrinas¹⁰⁰⁶. Frank Ledwidge, por sua vez, defendeu que aparece apenas uma vez a frase “do no harm” no manual, o que faz com que este não dê suficiente importância ao cuidado que os militares devem ter com as populações¹⁰⁰⁷. Um dos grandes defensores da doutrina de contrainsurgência, David Kilcullen (australiano, militar e académico, especialista em contrainsurgência com várias obras publicadas, tendo pertencido ao grupo de conselheiros de Petraeus tanto no Iraque como no Afeganistão), também alertou para os perigos de esta ser mal entendida e aplicada. Nas suas palavras, pensar que existe uma doutrina de contrainsurgência que se aplique a todas as insurgências é tão descabido como pensar “que existirá uma cura universal para o cancro”. Explicou depois este raciocínio quando afirmou haver sempre três grandes variáveis de análise: a natureza da insurgência, o tipo de governo que é apoiado (nação hospedeira) por uma determinada coligação, e o ambiente humano em que se desenvolve. Ou seja, concluiu, uma doutrina de contrainsurgência só é válida se souber adaptar-se às realidades regionais e locais, se for aplicada em absoluto respeito pelos não combatentes, e se for entendida como “nunca estática” e em permanente evolução¹⁰⁰⁸.

¹⁰⁰⁴ Broadwell, 2012: 5.

¹⁰⁰⁵ Os congressistas preferiam os grandes e caros projetos de defesa que se podiam traduzir em empregos e investimento nas suas circunscrições, Cloud, 2009: 291.

¹⁰⁰⁶ Moyar, 2009: 244, tese em certa medida corroborada tanto por Parker como por Almendra quando referem o papel de Petraeus, Anexo D - Entrevistas.

¹⁰⁰⁷ Sempre que possível os militares deviam seguir a máxima “Do no Harm”, Ledwidge, 2011: 255.

¹⁰⁰⁸ Kilcullen, 2010: 1-3 e 20; tese corroborada por Vizzard e Capron que afirmam que a COIN resulta ao nível operacional mas não é uma doutrina de aplicação geral: “that while counterinsurgency does achieve results, the U.S. government lacks a strategic doctrinal framework for implementing counterinsurgency elsewhere”, Vizzard, 2010: 485.

John Nagl e Richard Weitz¹⁰⁰⁹, académicos conhecidos pelas obras produzidas sobre a contrainsurgência, introduzem outra dimensão de análise ao estudar as diferentes formas como países distintos aplicam uma doutrina (aparentemente) comum. Estudaram a aplicação da doutrina pela Alemanha, Holanda, França e RU e concluem que as diferenças não estão nas doutrinas mas sim na forma como estas são aplicadas e, fundamentalmente, no modo como se tira o melhor partido das outras componentes não militares da COIN, ou seja, os esforços diplomáticos, económicos e das informações. Em síntese, afirmam os autores, falta encontrar formas de ter uma atividade integrada entre as várias organizações presentes no terreno. Nagl e Weitz introduzem ainda um novo conceito: mais do que a unidade de comando ou de esforços, é necessária a unidade de propósito (unity of purpose), pois apenas quando todos os intervenientes estão de acordo com a finalidade das suas ações é possível conseguir a desejável integração de esforços. Argumentam por isso que, no caso de coligações e alianças, quando os países têm objetivos e políticas diferentes se torna muito difícil integrar uma política única e dar uma direção sólida para todos os vetores, militares e não militares. Esta tese é corroborada por Almendra na entrevista que nos concedeu¹⁰¹⁰.

Assim, corporizando uma natural evolução da doutrina, em janeiro de 2009, o Governo dos EUA lançou uma publicação conjunta entre os vários departamentos da Administração intitulado “Counterinsurgency Guide” que tentava traduzir de forma abrangente esta visão holística das responsabilidades partilhadas por todos. Era no fundo o reconhecimento da importância do capítulo 2 do FM 3-24 mas colocando a tónica de uma responsabilidade partilhada e não de uma perspetiva militar nas suas relações com os restantes componentes civis. Assinam a publicação os secretários da Defesa e de Estado e a administradora da USAID. Desta forma, a partir do próprio Governo dos EUA, ficou definido que o esforço de contrainsurgência era um esforço de todos e que uma coordenação eficaz – a “unidade de esforços” – era a única forma de se conseguir o sucesso em conflitos como o Iraque ou o Afeganistão¹⁰¹¹. Mas,

¹⁰⁰⁹ John Nagl é o Presidente do Center for a New American Security, um dos autores do FM 3-24 e, entre as suas obras, destaca-se o livro “Learning to eat Soup with a Knife”, publicado em 2002, que antecipava a necessidade de os EUA se prepararem para entrar em guerras contrassubversivas; Weitz, especialista nas relações dos EUA com a Rússia é o Diretor do Centro de Estudos Político Militares no Instituto Hudson, Nagl, 2010: 1.

¹⁰¹⁰ Nagl, 2010: 3, 9-14 e Almendra nas perguntas 3 e 4, Anexo D - Entrevistas.

¹⁰¹¹ US Government, 2009.

como afirmaram o Tenente-coronel Vizzard e o Professor Capron, os EUA ainda não encontraram uma forma de passar da doutrina à prática¹⁰¹².

O Exército americano lançou outro manual em 2009, o FM 3-07, *Stability Operations*, que aprofundou a relação entre civis e militares e, com base nas “lessons learned”, atualizou alguns dos conceitos antes expressos no FM 3-24. Depois deste manual surgiu a atualização do FM 3-24 num formato conjunto, ou seja, um manual comum para o exército e para os outros ramos das forças armadas americanas, intitulado *JP 3-24 Counterinsurgency Operations*¹⁰¹³.

O FM 3-24 teve divulgação nos EUA e um pouco por todo o mundo. Os principais autores apareceram em importantes debates televisivos e foi a primeira vez na história militar americana que um manual conheceu tão ampla disseminação: na primeira semana após a sua publicação tinha sido descarregado em formato digital 1 milhão e meio de vezes, além de centenas de milhares de cópias em papel terem sido distribuídas ou compradas¹⁰¹⁴.

David Petraeus ficou assim, indissociavelmente, ligado à produção deste manual e das adaptações e evoluções subsequentes. Petraeus contribuiu para relançar a discussão sobre as doutrinas COIN quando publicou a sua tese em 1987, reforçou os seus argumentos com a experiência que adquiriu no Iraque de 2003 a 2005 e, através da escolha de uma equipa multifacetada e abrangente, coordenou a produção de uma doutrina que se tornou uma referência. Tinha contribuído para uma doutrina que em parte experimentara e agora iria voltar ao terreno para a comprovar¹⁰¹⁵.

4. Petraeus e o Iraque (2007/2008)

Tanto no Iraque como no Afeganistão a estratégia delineada por Petraeus de “comprehensive counterinsurgency approach” recebeu a designação operacional de

¹⁰¹² “The U.S. government has not yet created the necessary tool - both agencies and policies - to unify and guide military and civilian counterinsurgency efforts”, Vizzard, 2010: 491; conclusões idênticas em DSB, 2011: iii-iv.

¹⁰¹³ O FM 3-24 foi uma publicação elaborada pelo Exército e pelo Corpo de Fuzileiros (Marines) e neste JP (Joint Publications - publicações conjuntas comuns aos vários ramos das Forças Armadas) alargou-se à Marinha e à Força Aérea, Army, 2009 e Armed Forces, 2009.

¹⁰¹⁴ Kaplan, 2013: 213-222 e Cloud, 2009: 220.

¹⁰¹⁵ Como afirmou o Presidente do Senado referindo-se ao passado de Petraeus: “first, as the commander of the 101st Airborne Division during the initial race to Baghdad and then as the officer in charge of training the Iraqi Army. This was followed by his authorship of the “Army-Marine Corps Counterinsurgency Manual” that was used as the basis for our current strategy” e que finalmente iria testar a doutrina “in his role as the commander of Multi-National Forces—Iraq”, US Congress, 2007: S11494; “COIN was now the official policy”, Kaplan, 2013: 243.

“Anaconda” (detalharemos esta estratégia quando falarmos da ação de Petraeus no Afeganistão)¹⁰¹⁶. David Kilcullen resumiu assim esta estratégia: proteger a população, cooptar e convencer os reconciliáveis, aumentar a esfera de influência do Governo iraquiano, marginalizar os extremistas e eliminar os irreconciliáveis. David Kilcullen apelidou esta estratégia “Anaconda” de Petraeus de “Counterinsurgency plus”, uma vez que somava às tradicionais teorias de contrainsurgência a necessidade de se fazer em simultâneo operações de contraterrorismo, controlo de fronteiras, Nation-Building e operações de imposição de paz, todas estas ações dentro de uma clara e robusta estratégia política¹⁰¹⁷.

O *surge* apoiado e defendido por Petraeus não se resumia às forças militares, incluíam também um aumento significativo das componentes civis¹⁰¹⁸. No terreno, centrou-se na melhoria imediata da segurança nas regiões de Bagdade, “em estado de efetiva guerra civil”, e Anbar, que estavam fortemente controladas pela resistência sunita, e na aplicação geral da “nova” doutrina em contrainsurgência¹⁰¹⁹. No entanto, desde o início que alguns analistas, como foi o caso de Loureiro dos Santos, avisaram que a estratégia que Petraeus propunha não seria viável porque havia “falta de recursos militares e de vontade política do povo norte-americano” ou “o relógio da campanha militar não se encaixava no da campanha política para disputar a presidência dos EUA”¹⁰²⁰. Vamos aprofundar.

4.1 Da Política à Estratégia

Interessa analisar o processo de nomeação de Petraeus para comandar no Iraque em 2007. Nos EUA as mais altas funções militares têm de ser confirmadas pelo Congresso e Petraeus foi ouvido em 23 de janeiro de 2007¹⁰²¹. Antes, dia 10 de janeiro,

¹⁰¹⁶ Referência de Petraeus à estratégia denominada de *Anaconda* na audiência ao Congresso dos EUA em setembro de 2007, US Government, 2010b: 32.

¹⁰¹⁷ Kilcullen, 2009: 152-153 e 184-185.

¹⁰¹⁸ “The surge was not just 30,000 more U.S. forces or 125,000 more Iraqi forces (...). The surge really was about the employment of those forces and all of them. It was about changing the focus of all of our forces together, all coalition and Iraqi forces, to emphasize security of the population, serving the people, reconciliation”, Petraeus, 2010a: 8; Robinson, 2008: 83.

¹⁰¹⁹ Santos, 2012: 216 e Ledwidge, 2011: 51.

¹⁰²⁰ Santos, 2008: 227.

¹⁰²¹ Interessante notar que durante o seu testemunho, Petraeus afirmou, palavras em muito semelhantes às que Spínola tinha proferido perante Salazar: “There was only a political, not a military solution to the conflict, that the military force was necessary but not sufficient to that end”; o Congresso aprovou a nomeação de Petraeus por unanimidade (81-0) e a sua

o Presidente dos EUA tinha anunciado ao país a nova estratégia para o Iraque: aumento das forças em 21.500 homens “para trabalhar lado a lado” com as forças iraquianas (incluindo militares americanos dentro das unidades iraquianas), erradicar os insurgentes dos bairros e cidades, defender a população e preparar as forças iraquianas para que no futuro esta missão lhes fosse entregue em exclusivo.

Petraeus, antes de aceitar a missão, tinha informado o Secretário da Defesa, Robert Gates, que se comprometia a dizer sempre exatamente o que pensava e o que deveria ser feito¹⁰²² e que, antes de dizer sim, lhe apresentaria as condições mínimas para desempenhar a missão¹⁰²³. O Presidente Bush, ciente de que tinha em mãos uma “guerra falhada”, numa altura em que a “orgia de violência” causava 2.000 a 3.000 mortes por mês, disse-lhe então, tal como Salazar tinha dito a Spínola, “vá para o Iraque o mais rapidamente que puder”¹⁰²⁴.

Bush ouviu Petraeus antes de o escolher e de anunciar uma nova estratégia. O Congresso americano, antes de o “confirmar” como comandante no Iraque, também o ouviu e questionou-o sobre se estava de acordo com a estratégia apresentada pelo Presidente. Petraeus assumiu como sua a decisão do Presidente. A diferença que gostaríamos de assinalar prende-se com o facto de o poder político ter seguido não as recomendações institucionais dos principais chefes militares, mas antes as dos militares em quem tinha mais confiança para integrar um grupo de estudo civil-militar para propor uma estratégia diferente. O Presidente ouviu os principais chefes militares mas não seguiu as suas recomendações, preferindo as recomendações feitas por um grupo de planeamento, com civis e militares. Esta política ir-se-ia manter nos anos seguintes¹⁰²⁵. Pelo menos, à partida para a missão no Iraque, havia sintonia entre o Presidente, o Congresso e o comandante militar nomeado. Havia uma estratégia político-militar holística e coordenada.

promoção a general (de quatro estrelas), US Government, 2008: 18-19 e Robinson, 2008: 81 e 142.

¹⁰²² Petraeus argumentava que muitas vezes os comandantes limitavam-se a dizer o que os superiores queriam ouvir: “commanders telling their superiors what they wanted to hear” e ele comprometia-se a nunca o fazer, Robinson, 2008: 89.

¹⁰²³ Pedia-lhe uma linha de contacto direto e permanente entre ambos que Gates concordou, Ricks, 2009: 127-128 e Robinson, 2008: 43; afirmou que caso não lhe dessem as condições (por ele) propostas, diria quais os riscos que a decisão comportava e se estes riscos fossem incomportáveis, então outro militar devia ser nomeado, Robinson, 2008: 49.

¹⁰²⁴ “Get to Iraq as soon as possible”, Robinson, 2008: 86.

¹⁰²⁵ Feaver, 2012: 90-91.

Petraeus não seguiu as ideias do seu antecessor Casey para uma retirada gradual de forças e também não anunciou nenhuma estratégia de saída do Iraque. Pelo contrário, defendeu o aumento de forças nas cidades iraquianas e a sua permanência dentro delas. O que faria a diferença, defendia, seria uma forte e sustentada presença americana entre as populações e, simultaneamente, uma ação ofensiva, precisa e bem planeada, contra os insurgentes¹⁰²⁶.

Quando o *surge*¹⁰²⁷ chegou ao Iraque as baixas aumentaram para números significativos, com 220 ataques por dia contra as forças da coligação. O número de mortos americanos por mês de campanha, cresceu de 71 em fevereiro de 2007 até aos 96 em abril e atingiu o recorde de 120 em maio¹⁰²⁸. Às unidades americanas “imersas” nas cidades iraquianas era-lhes pedido que, além de garantirem a segurança, também ajudassem na reconstrução e no treino das forças iraquianas. O Tenente-coronel Doug Ollivant, mais um membro do Sosh, defendia que estas tarefas podiam ser feitas ao nível dos 800 homens de cada batalhão (tal como tinha sido defendido na doutrina portuguesa)¹⁰²⁹. Petraeus incentivava soluções inovadoras e esperava que os seus subordinados tentassem aproximações diferentes¹⁰³⁰.

David Killcullen defendeu um aumento das barreiras de cimento, a que chamou “torniquetes urbanos” conhecidas por “T-wall”, nos limites dos bairros das cidades, como medida temporária para evitar as “hemorragias” entre os bairros em conflito¹⁰³¹. Importa assinalar a posição de David Killcullen face ao conflito. Tal como muitos outros críticos à forma como o Iraque foi invadido, não deixou de procurar soluções para os problemas que se viviam. Uma das suas frases célebres foi: “Só porque se invadiu o país de forma estúpida não significa que se tenha de o abandonar da mesma

¹⁰²⁶ Cloud, 2009: 255; “Petraeus, like Creighton Abrams in Vietnam, increased the involvement of US forces in population security and nonmilitary programs but did not abandon offensive operations against the enemy”, Moyar, 2009: 257; “Killing the enemy is, and always will be, a key part of guerrilla warfare”, Killcullen, 2010: 4.

¹⁰²⁷ Que se traduziu, por pressão de Petraeus, num número final de 31.000 em vez dos 21.500 anunciados por Bush, Robinson, 2008: 89 e Ricks, 2009: 122.

¹⁰²⁸ Petraeus, 2007 e Broadwell, 2012: 238.

¹⁰²⁹ Cloud, 2009: 259.

¹⁰³⁰ “He wanted them to experiment”, Cloud, 2009: 266; Petraeus reconheceu as diferenças entre o Vietname e o Iraque, de forma criativa procurou novas soluções, Moyar, 2009: 222.

¹⁰³¹ Cloud, 2009: 276.

maneira”¹⁰³². Este sentimento, de uma forma ou de outra, foi partilhado por muitos que trabalharam com e mesmo pelo próprio Petraeus¹⁰³³.

Petraeus sabia que, a par de uma efetiva ocupação e ação no terreno, a solução teria de passar por negociações políticas que permitissem transformar os resistentes sunitas em aliados dos EUA e, simultaneamente desenvolver uma aproximação ao Governo xiita, incluindo o seu apoio internacional, o Irão¹⁰³⁴. Como veremos, para a componente política da ação escolhida, contou-se com o Embaixador Ryan Crocker, aspeto que detalharemos mais à frente¹⁰³⁵. Os números e a crescente violência faziam duvidar da estratégia escolhida mas Petraeus defendia que para a violência descer teria necessariamente de subir primeiro¹⁰³⁶. Para agravar a situação, a disseminação de armas antiaéreas estava a ter cada vez mais eficácia no derrube de aeronaves, em especial, de helicópteros¹⁰³⁷. Os números das baixas só começaram efetivamente a diminuir em julho de 2007 quando os efeitos da estratégia decidida começaram finalmente a produzir resultados¹⁰³⁸.

Embora o contacto com Washington fosse permanente, nem todas as decisões de Petraeus foram comunicadas. Algumas, pelas implicações políticas que teriam para os líderes em Washington ou mesmo em Bagdade, foram deliberadamente “executadas e depois informadas”, como por exemplo, a decisão de pagar a altos quadros sunitas para ajudar a edificar as forças de segurança iraquiana¹⁰³⁹. Ou seja, transparência e

¹⁰³² Kilcullen, 2010; Ricks, 2009: 29.

¹⁰³³ Por exemplo, Toby Dodge, britânico, que foi “agressivamente” contra a invasão do Iraque em 2003 também integrou o grupo de estudo de Petraeus e acreditava que os EUA não deviam sair apressadamente do Iraque, Ricks, 2009: 136.

¹⁰³⁴ Almendra nas perguntas 3 e 4, Anexo D - Entrevistas; Santos, 2012: 217; para os EUA o Irão é um desafio estratégico muito mais vital que o Iraque, Sanger, 2012: 157.

¹⁰³⁵ Sobre o relacionamento entre Petraeus e Crocker ver artigo da autoria de David Petraeus, 2011; o Embaixador Ryan Crocker tinha um grande capital de experiência acumulado na região, na sua carreira tinha estado colocado no Líbano, no Kuwait, na Síria, no Paquistão e no Afeganistão (onde abriu a Embaixada dos EUA em 2001), Robinson, 2008: 148.

¹⁰³⁶ US Government, 2009a: 6.

¹⁰³⁷ Desde 2003 tinham sido abatidos 29 helicópteros por mísseis terra-ar denominados de SA-7, SA-14 e SA-16, Robinson, 2008: 87.

¹⁰³⁸ Afirmou David Petraeus em setembro de 2007: “the number of incidents in the last two weeks are at the lowest levels seen since June 2006 (...) The number of overall civilian deaths has also declined during this period”, US Congress, 2007: S11494; em setembro, os ataques em Bagdade tinham diminuído para cerca de metade desde o início da surge, Robinson, 2008: 267.

¹⁰³⁹ “He did not initially tell the Iraqi government of Prime Minister Nouri al-Maliki, a Shiite, that he planned to put opponents of his regime on the American pay-roll (...) Nor did he cleared the

comunicação devem ser acompanhadas por medidas de autorresponsabilização do comandante no terreno.

Muito do esforço de Petraeus foi direcionado para trazer de volta para a administração, para a governação e para as forças armadas e de segurança, muitos dos que tinham sido demitidos em 2003¹⁰⁴⁰. Com a colaboração de David Kilcullen foi elaborado um sistema para possibilitar o recrutamento de iraquianos a ser levado a cabo pelas unidades no terreno¹⁰⁴¹. Assim, alguns sunitas que estavam dispostos a jurar fidelidade ao Governo do Iraque foram contratados como guardas em *checkpoints* e infraestruturas chave¹⁰⁴². Naturalmente que esta iniciativa de contratar sunitas encontrou fortes críticas tanto no Iraque como nos EUA¹⁰⁴³. Se, na realidade, havia muitos sunitas que apoiavam a al-Qaeda (e as suas ações) também aumentava o número dos que se queriam afastar do seu crescente poder no Iraque. Quer através da contratação de sunitas, quer estabelecendo ligações a líderes tribais, muitos sunitas deixaram assim, progressivamente, de apoiar a al-Qaeda¹⁰⁴⁴.

Um dos problemas com que Petraeus se confrontou foi a impossibilidade de apoiar apenas o Governo do Iraque quando este tinha um comportamento que não era uniforme por parte dos seus membros (xiitas, curdos e sunitas). Ou seja, além da contrainsurgência tinha de se fazer também operações de imposição e manutenção de paz para separar as partes em conflito, incluindo no seio do próprio Governo¹⁰⁴⁵.

A JSAT (Joint Strategic Assessment Team que será detalhada mais à frente) concluíra que o Iraque estava envolvido num conflito comunitário, numa guerra civil de baixa intensidade, o que levava a que os EUA fossem conotados como parciais na defesa do Governo iraquiano. Dentro do próprio Governo iraquiano as diferentes fações estavam em conflito aberto. Por exemplo, o Primeiro-ministro Maliki não

move with Bush. He just did it, informing Washington but not asking for permission”, Broadwell, 2012: 241.

¹⁰⁴⁰ 30.000 a 50.000, entre professores, oficiais da polícia, engenheiros, que asseguravam antes de 2003 as tarefas de gestão corrente da sociedade iraquiana, Cloud, 2009: 113.

¹⁰⁴¹ Na sua máxima “Counterinsurgency mirrors the State” David Kilcullen defende que a aplicação de uma solução eficaz para uma contrainsurgência estava profundamente dependente da credibilidade e eficácia do governo nacional, Kilcullen, 2010: 10-13.

¹⁰⁴² Robinson, 2008: 252.

¹⁰⁴³ Andrew Bacevich, historiador militar e “war oponent” afirmou então que Petraeus estava a criar as condições para uma efetiva guerra civil, Robinson, 2008: 253.

¹⁰⁴⁴ Cloud, 2009: 257.

¹⁰⁴⁵ Robinson, 2008: 123.

“suportava” o Vice-presidente Hashimi¹⁰⁴⁶. Dentro da estratégia holística definida para o Iraque (e defendida tanto por Petraeus como por Crocker)¹⁰⁴⁷, estas questões, políticas, teriam de ser resolvidas pelo State Department, em concreto, pelo já referido Embaixador Ryan Crocker e sua extensa equipa.

Num patamar superior, entre os Presidentes dos EUA e o do Iraque também existia uma coordenação permanente mas, neste caso, as duas teleconferências semanais entre os dois chefes de Estado provou-se, muitas vezes, contraproducente. O Chefe de Estado iraquiano colocava os problemas diretamente ao Presidente dos EUA e assim, por vezes, criavam-se situações “de desconforto” sobre as soluções no terreno que estavam a ser tentadas por Crocker-Petraeus. Por último, importa referir que as questões iraquianas eram fortemente influenciadas do exterior, desde o Hezbollah libanês até aos serviços secretos iranianos¹⁰⁴⁸.

A pressão política, para fazer retirar do Iraque os efetivos do *surge*, fez-se sentir sobre Petraeus durante o verão de 2007. O Presidente dos EUA aguardava a proposta de Petraeus e Crocker (em forma de relatório – parecer) mas os restantes decisores políticos e militares foram fazendo também as suas propostas. Por exemplo, o Joint Chief of Staff, General Pace, queria uma rápida retração do dispositivo e uma mudança para a execução de “noncombat missions”; o chefe de estado-maior do Exército, General Casey, argumentava que o exército estava esgotado¹⁰⁴⁹; um dos conselheiros pessoais do presidente, o Tenente-general Doug Lute (que sempre se opusera ao *surge*) também vincava a necessidade da retração. Por último, o “superior direto” de Petraeus, o Almirante Fox Fallon¹⁰⁵⁰, CENTCOM, era a favor de uma redução substancial dos efetivos no Iraque porque, argumentava, os EUA estavam sem reservas operacionais para fazer face a uma emergência global. Até o próprio Secretário da Defesa, Gates, estava a favor de uma retração, embora de uma forma mais moderada.

¹⁰⁴⁶ Robinson, 2008: 142 e 145.

¹⁰⁴⁷ US Government, 2008.

¹⁰⁴⁸ “Some of the most lethal elements associated with that militia, the so-called “special groups,” are in fact backed by Iran or trained, equipped and funded by them” e também pelo “Hezbollah”, David Petraeus no Congresso a 09 de abril de 2008, US Government, 2009a: 47 e 62; Robinson, 2008: 167 e 174.

¹⁰⁴⁹ Importa referir que no plano pessoal, já em 2004, as relações entre Casey e Petraeus eram consideradas “tensas”, Cloud, 2009: 182.

¹⁰⁵⁰ Que tinha substituído o General Abizaid como CENTCOM em março de 2007.

A 28 de agosto de 2007 Petraeus apresentou a sua proposta a Gates e três dias depois deu-a a conhecer ao Presidente dos EUA¹⁰⁵¹. George W. Bush aceitou a proposta de Petraeus para uma retirada gradual das forças, ou seja, não seguiu a generalidade das outras recomendações que advogavam uma saída rápida e substancial e assim, mais uma vez, se reforçou a identificação de posições entre quem decide no Governo americano e quem aconselha / executa no terreno.

No último trimestre de 2007 os ataques tinham diminuído e as baixas entre civis tinham sido reduzidas em 45%. 46.800 antigos membros das forças armadas de Saddam tinham visto serem reconhecidas as suas pensões, incluindo as pensões de acordo com o posto que detinham anteriormente por 5 000 oficiais, entre os quais se encontravam 270 antigos generais. Era um passo fundamental para reverter os efeitos do segundo decreto de Bremer de 2003 e que ganhou forma de lei em 12 de janeiro de 2008, quando o Parlamento Iraquiano aprovou o “Justice and Accountability Act”¹⁰⁵².

O “sucesso” de 2007 tinha sido alcançado com um número de baixas muito elevado: 901 americanos tinham morrido nesse ano, mais do que nos anos anteriores¹⁰⁵³. Por essa razão, o apoio político à solução do *surge* nunca tinha sido muito elevado e, com o passar do tempo, ia diminuindo ainda mais. Os Senadores Reid, Richard Lugar, Pete Domenici, George Voinovich, entre outros, tinham defendido no Congresso o fim do *surge* ou o regresso das tropas para os EUA¹⁰⁵⁴. Henry Kissinger tinha então afirmado que a guerra no Iraque se estava a aproximar de um “self-imposed climax” e a al-Qaeda no Iraque, pela voz de Ayman al-Zawahiri, afirmava que “by grace of Allah – the wind is blowing against Washington”. Petraeus-Crocker teriam de demonstrar que a estratégia em curso, para além de alguns resultados com custos muito elevados a curto prazo, obteria resultados sustentáveis a longo prazo¹⁰⁵⁵.

Em março de 2008 destacaram-se algumas iniciativas do Exército Iraquiano que foram propostas e depois executadas pelo próprio primeiro-ministro Maliki. Entre elas, conta-se a “tomada” de Bissorá pelas forças iraquianas que Petraeus, surpreendido pela iniciativa, não deixou de apoiar. Provava-se assim que o Exército Iraquiano estava em muito melhor situação e, embora ainda faltasse um longo caminho a

¹⁰⁵¹ Robinson, 2008: 293-295.

¹⁰⁵² Robinson, 2008: 298 e 331.

¹⁰⁵³ Robinson, 2008: 322.

¹⁰⁵⁴ Como afirmou o Senador John Biden no Congresso a 11 de setembro de 2007: “A Majority of Senators believe the time is now to start drawing down U.S. forces”, US Government, 2008: 3.

¹⁰⁵⁵ Ricks, 2009: 188; the new surge strategy changed, at least for a time, the trajectory of the War”, Feaver, 2012: 88.

percorrer, a estratégia de fazer a transição para as forças iraquianas poderia vir a resultar, desde que se lhes desse o tempo suficiente¹⁰⁵⁶.

Em julho de 2008 a violência pareceria ter estabilizado, registando-se o regresso de 39.000 famílias deslocadas a Bagdade, e a 15 de setembro Petraeus emitiu a sua última diretiva como Comandante no Iraque. O *surge* terminou nesse verão com números significativos: 1.124 soldados americanos mortos, 7.710 feridos e 24.000 soldados, polícias e civis iraquianos mortos¹⁰⁵⁷. Na opinião de Almendra, e pelas iniciativas que vamos detalhar seguidamente, David Petraeus “esteve próximo” de conseguir o comando holístico no Iraque, embora não o viesse a obter no Afeganistão em 2010/2011¹⁰⁵⁸.

4.2 Cooperação entre civis e militares, “Nation-Building”, desenvolvimento, segurança e financiamento

Importa assinalar na estratégia global de Petraeus o crescente papel desempenhado pelas equipas de assessores nas forças armadas iraquianas, a criação de unidades mistas entre forças especiais e informações denominadas “Force Engagement Cells” e, fundamentalmente, a criação de um grupo de reflexão para o ajudar a tomar as decisões e apresentar críticas às opções entretanto assumidas – o “Joint Strategic Assessment Team (JSAT)”. Este grupo de “brain trust” tinha por objetivo examinar a guerra, as suas causas, a conjuntura em que se desenrolava e dar ideias novas, diferentes, e mesmo contrárias às que iam sendo aplicadas¹⁰⁵⁹. Chefiava-o o então Coronel H.R. McMaster com mais duas dúzias de membros, entre civis e militares, operacionais e académicos. Um grupo que incluía “dissidentes, céticos, *outsiders* e alguns estrangeiros”¹⁰⁶⁰. Entre eles figuravam, na maioria civis, David Kilcullen, David Pearce, Robert Ford, Molly Phee (do State Department) Richard Waddell (especialista em petróleo) e militares como o Tenente-coronel Miller (doutorado em ciência política por Columbia) e os já referidos Coronel Michael Meese e Tenente-coronel Douglas Ollivant.

¹⁰⁵⁶ Ricks, 2009: 284; argumento também corroborado por Almendra nas perguntas 3 e 4 que diferencia, pela positiva, o nível de preparação das forças iraquianas face às afegãs, Anexo D - Entrevistas.

¹⁰⁵⁷ Ricks, 2009: 294-295 e 303.

¹⁰⁵⁸ Resposta de Almendra nas perguntas 3 e 4: “Entendo que só no Iraque é que o General Petraeus esteve realmente próximo de ter exercido um comando holístico. No Afeganistão não foi o caso”, Anexo D - Entrevistas.

¹⁰⁵⁹ Kaplan, 2013: 4-6 e 261-264; Robinson, 2008: 98-99.

¹⁰⁶⁰ Ricks, 2009: 134.

Gostaríamos de destacar uma das recomendações do JSAT para integrar os níveis políticos e operacionais da decisão. Mais do que a “união de esforços”, propunha-se um passo mais arrojado para materializar a almejada (sempre que possível) “unidade de comando”. Deveriam ser “fundidas” as estruturas da Embaixada americana com as do Quartel-General do MNF-I sob o comando sincronizado do General Petraeus e do Embaixador Ryan Crocker¹⁰⁶¹. O argumento baseava-se em que, se 80% das soluções encontradas para lidar com uma insurgência eram de natureza civil, então a estrutura superior de comando e controlo tinha de ter uma forte componente civil. O argumento dos 80% de atividade civil e 20% militar é histórico. David Galula no seu clássico sobre contrainsurreição (já referido no capítulo anterior sobre Spínola) escrito na década de 1960 tinha usado estes números e o general britânico Richard Templar, governador e comandante-chefe na Malásia de 1952 a 1954 tinha defendido um rácio ainda maior, de 85/15¹⁰⁶². Na nossa opinião não é o rácio que conta, mas antes a finalidade civil ou militar de determinada atividade porque, como vimos, esta finalidade pode ter objetivos “civis” e executantes militares, como por exemplo, a construção de estradas pela engenharia militar ou, como veremos mais à frente, o desenvolvimento de um sistema de justiça. Petraeus acolheu esta recomendação em parte e, embora não unindo as estruturas no topo, incentivou os comandos “fundidos” entre civis e militares nas estruturas intermédias, nomeadamente integrando as equipas de reconstrução e desenvolvimento (PRTs do State Department) nos comandos regionais das brigadas.

Crocker e Petraeus defenderam uma política de trabalho intitulada “*one team, one mission*” e assim desejaram afastar-se da imagem criada em 2003 com as más relações civil-militar estabelecidas entre Paul Bremer e Ricardo Sanchez. Petraeus e Crocker materializaram esta relação de “unidade de esforços” compatibilizando horários e agendas, indo juntos às audiências com o primeiro-ministro e mantendo-se permanentemente em contacto. Este sistema foi incentivado para os respetivos “estados-maiores” civis e militares. Por exemplo, os principais elementos da equipa de Crocker assistiam e participavam nos briefings diários do estado-maior da MNF-I e foram criadas “fusion cells” de civis e militares para lidar com problemas específicos como, por exemplo, abastecimento de eletricidade, combustível e água¹⁰⁶³.

Mas, para haver união de esforços, também era importante uma repartição articulada das tarefas entre ambos. Petraeus liderava o esforço para garantir a segurança e Crocker assumia a liderança para encontrar soluções políticas e

¹⁰⁶¹ Robinson, 2008: 116.

¹⁰⁶² Galula, 1964: 63, Kaplan, 2013: 20 e Ledwidge, 2011: 160.

¹⁰⁶³ Robinson, 2008: 149 e 173.

económicas. A coordenação entre ambos era, como se afirmou, permanente, até porque estas áreas são sobrepostas e convergentes. Necessariamente que atrás deste relacionamento se entendia uma forte relação de confiança entre os dois homens, tal como vimos entre Wellington e Forjaz ou entre Spínola e Pedro Cardoso¹⁰⁶⁴. A unidade de esforços entre militares e civis também permitiu um aumento na eficácia das operações militares o que, a par de uma doutrina (agora existente) e amplamente disseminada permitia entender, a civis e militares, o que se procurava atingir¹⁰⁶⁵.

Crocker prosseguiu uma política em vários patamares, desde o governo nacional até aos governos regionais. Atuava na política, na economia, na educação aos níveis nacional e regional e simultaneamente, encetava negociações diretas com o Irão¹⁰⁶⁶. Para chegar a tantas áreas e cumprir a multitude de tarefas organizou um grupo de trabalho com muitos colaboradores. Entre eles contavam-se três embaixadores e três “vice” embaixadores¹⁰⁶⁷, num “estado-maior” composto por mais de 1.000 colaboradores. Aos embaixadores (que tiveram de abandonar os lugares nas suas embaixadas: Pat Butenis no Paquistão, Marcie na Albânia e Charles Ries na Grécia) foram atribuídas tarefas distintas. Charlie Ries ficou com o desenvolvimento económico, Marcie com as relações políticas-militares e Phil Reeker (outro diplomata que abandonou o Peru) com os PRTs.

Os PRTs eram a face visível no terreno da responsabilidade direta do State Department¹⁰⁶⁸. Como vimos, até 2006 esta responsabilidade tinha quase sempre sido executada por unidades e entidades militares mas quando o State Department tomou

¹⁰⁶⁴ Embora tanto Crocker como Petraeus tenham estado em serviço anteriormente no Iraque só se conheceram em 2007; Crocker afirmou sobre Petraeus: “Tive muita sorte em trabalhar com ele tendo em conta a sua competência, liderança, experiência e intelecto”, Ricks, 2009: 155.

¹⁰⁶⁵ “A grande diferença é que agora temos uma doutrina e todos estão a tentar segui-la”, afirmou o Coronel James Rainey, oficial de operações da 4ª Divisão de Infantaria, Ricks, 2009: 201.

¹⁰⁶⁶ Robinson, 2008: 169-170 e Almendra na pergunta 2 em Anexo D - Entrevistas.

¹⁰⁶⁷ “Deputy Chiefs of Mission”, Robinson, 2008: 170.

¹⁰⁶⁸ “Our 25 Provincial Reconstruction Teams (PRTs) throughout Iraq have been working to improve provincial and local governance capabilities, particularly in budget design and execution” e “As of April 2008, there are 31 active PRTs, Provincial Support Teams (PSTs), and embedded PRTs (ePRTs) staffed by personnel from Department of State, the Department of Defense, the U.S. Agency for International Development, the Department Of Justice, and the U.S. Department of Agriculture”, Ryan Crocker no Congresso a 09 de abril de 2008, US Government, 2009a: 14 e 106.

conta desta tarefa, encontrou grandes dificuldades, desde o elevado número de diferentes entidades envolvidas (cerca de 62 agências governamentais americanas além de inúmeras internacionais), passando pelos 8 diferentes departamentos da embaixada americana em Bagdade que tinham de fazer a coordenação das atividades, até à existência de uma “elevadíssima carga burocrática tanto iraquiana como americana”¹⁰⁶⁹. Acresce ainda dizer que faltava pessoal especializado neste tipo de tarefas, pelo que se teve de recorrer a contratações dos denominados “Subject matter experts (SMEs)”. Na opinião de Van Buren (diplomata que integrou dois PRTs – liderando um deles - no Iraque), os SMEs eram difíceis de encontrar e, para além do número reduzido, a maioria eram “amadores”, muitos raramente saíam de dentro das bases para contactar a população e não tinham nem perfil nem competência para os cargos nos PRTs e ePRTs¹⁰⁷⁰. O conceito e a forma como os PRTs foram empregues tanto no Iraque como no Afeganistão sofreram influências de ambas as regiões, ou seja, houve alterações produzidas nos PRTs no Afeganistão que suscitaram alterações nos do Iraque e vice-versa¹⁰⁷¹.

Os PRTs tinham objetivos ambiciosos e, na prática, eram a operacionalização da relação entre militares e civis¹⁰⁷². O diplomata Gabriel Escobar, que comandou um PRT entre 2009 e 2010, sugeriu durante a entrevista que nos concedeu que o nome devia ser alterado para PDT (Provincial Diplomatic Teams) – porque a diplomacia era verdadeiramente a principal tarefa que desempenhavam. Ou seja, fomentar as relações e a tentativa de encontrar soluções políticas ao nível local (ou nacional) para que fossem os líderes locais a liderarem o esforço de reconstrução, constituía-se como atividade primária dos PRTs¹⁰⁷³.

Outra área importante que Petraeus tentou desenvolver foi a da justiça, através de um grupo liderado pelo Coronel (jurista) Mark Martins. Melhorar, introduzir, tornar mais ágil a área do direito, do respeito pelos direitos humanos, aumentar a legitimidade do Governo iraquiano, melhorar as condições nas prisões, eram consideradas missões

¹⁰⁶⁹ Buren, 2011: 9.

¹⁰⁷⁰ Buren, 2011: 9; “rarely, if ever, go outside the wire (...) there was little useful coordination on the ground between civilian and military staff”, Ledwidge, 2011: 35.

¹⁰⁷¹ Ver estudo realizado por Kevin D. Stringer e Katie M. Sizemore onde comparam a evolução e as diferentes soluções adotadas para os PRTs no Afeganistão e no Iraque, Stringer, 2012.

¹⁰⁷² “The PRTs have a number of objectives: improving local governance, improve linkages between local governance and the Federal Government, helping local governments deliver services to the people, helping them with budget formulation and execution”, Ryan Crocker no Congresso a 09 de abril de 2008, US Government, 2009a: 14.

¹⁰⁷³ Escobar, Anexo D – Entrevistas.

fundamentais na estratégia holística no Iraque¹⁰⁷⁴. Mesmo que estas áreas fossem iminentemente civis, não se podia esperar que existissem “civis” para as executar todas porque, como afirmaram Abizaid e Petraeus, “os militares têm de saber preencher o vazio quando as equipas civis estão esmagadas pelo caos que se instala após os combates”. Argumento idêntico, como se viu no capítulo anterior, foi usado por Pedro Cardoso e Spínola na Guiné. No fundo muitas das soluções que Petraeus preconizou não eram propriamente “soluções militares”. Seriam soluções para problemas tradicionalmente da responsabilidade do State Department ou de organizações civis e, para Petraeus, estas seriam sempre as melhores entidades para as executar. Gates, reforçando este entendimento também em Washington, provou pretender um maior papel para as componentes civis ao defender em 2007 um aumento do orçamento do State Department que possibilitasse o crescimento das missões no Iraque e no Afeganistão¹⁰⁷⁵.

Requeria-se uma ação coordenada entre “State e Defense” em Washington e, no terreno, entre Petraeus, Crocker, os iraquianos e os vários países aliados dos EUA. Até porque a pressão aumentava sobre todos os decisores, com o escrutínio permanente da opinião pública, tornando-se difícil encontrar argumentos positivos quando, para além do custo elevado em vidas, estava implícito também um elevadíssimo custo financeiro: no princípio de 2008 os custos tinham ascendido a 607 mil milhões de dólares¹⁰⁷⁶.

Foram criados vários programas de desenvolvimento no verão de 2007. Os chamados Quick Response Funds (QRF), que eram entendidos entre os membros do State Department como o *surge* do lado civil e destinavam-se a ser maioritariamente empregues através dos PRTs. Mas a burocracia (e os processos de verificação / fiscalização) que acompanharam a criação destes fundos fizeram com que se perdesse muitas oportunidades pelo que posteriormente foram adotadas medidas destinadas a “agilizar” os processos. Em setembro de 2008 já estavam aprovados 2.065 programas e distribuídos cerca de 50% dos fundos da QRF¹⁰⁷⁷.

¹⁰⁷⁴ Robinson, 2008: 113.

¹⁰⁷⁵ Cloud, 2009: 111, 260 e 272.

¹⁰⁷⁶ Robinson, 2008: 326, 343-344; podem ser encontrados quadros comparativos para o Iraque e Afeganistão em Belasco, 2009.

¹⁰⁷⁷ Entre 2007 e 2010 os QRF traduziram-se numa despesa de 152 milhões de dólares, no entanto os fundos das forças armadas para as mesmas finalidades (nos denominados CERP – Commander’s Emergency Response Program) excederam este gasto 10 vezes mais, Buren, 2011: 47-48; David Petraeus defendeu que estes fundos CERP foram fundamentais para a

Para além das iniciativas do State Department e das verbas gastas diretamente pelas forças armadas em programas de desenvolvimento ainda existiam os grandes programas coordenados pela USAID (muitos deles com valores de centenas de milhões de dólares) que, embora dependessem do Governo americano, não eram responsabilidade do State Department. Em síntese, havia pelo menos três entidades diferentes a usar fundos financeiros de grande importância sem aparentemente terem coordenação entre si: as Forças Armadas, o State Department e a USAID. Como consequência, as entidades regionais iraquianas tentaram tirar partido desta política aparentemente pouco coordenada. Preferiram assim, muitas vezes, pedir ajuda diretamente a entidades americanas a recorrer, como seria normal, ao seu próprio governo central. Os americanos tinham grandes quantidades de dinheiro que podiam disponibilizar quase imediatamente e, em contrapartida, o Governo iraquiano tinha pouco dinheiro, muita burocracia, a par de muita corrupção¹⁰⁷⁸.

A questão da corrupção, um problema central em toda a estratégia americana para o Iraque (bem como para o Afeganistão), estendia-se em várias e diversas áreas. Entre elas, além da (in)eficácia do Governo iraquiano, existia o problema de uma má escolha de interlocutores para executar as várias políticas de desenvolvimento¹⁰⁷⁹. Na opinião de Van Buren, muitos projetos eram entregues a “rufias e assassinos”¹⁰⁸⁰ iraquianos. O Iraque encontrava-se na posição 175 entre 180 países onde era mais difícil estabelecer um negócio, onde a corrupção era generalizada porque a maior parte das transações eram feitas em regime de monopólio, de forma muito pouco transparente e sem qualquer tipo de supervisão¹⁰⁸¹.

Uma forma de entender a execução das políticas no terreno é através da análise da questão dos bens essenciais. Tratando-se o Iraque de um país seco e quente, tornava-se evidente a necessidade do abastecimento de água e de um bom sistema de saneamento (esgotos). Para os EUA estas duas áreas eram mesmo consideradas como chave na estratégia de contrainsurgência. Investiu-se então milhares de milhões de dólares desde 2003 mas, no final, por causa da má coordenação e de uma

reconstrução do Iraque, Congresso dos EUA a 9 de abril de 2008: 63; ver a questão dos CERP no Afeganistão em Bowman, 2009: 55.

¹⁰⁷⁸ Buren, 2011: 58 e 60.

¹⁰⁷⁹ “Ultimate success depends on local leaders”, Petraeus, 2006: 9.

¹⁰⁸⁰ “Thugs and killers”, Buren, 2011: 88.

¹⁰⁸¹ “Corruption = Monopoly + Discretion – Accountability”, Buren, 2011: 162; já em 2003 Cordesman tinha identificado que faltava transparência nos contratos de “nation-building”, nas ligações a homens de negócios iraquianos e na procura por investimento estrangeiro, Cordesman, 2003: 523.

incorreta articulação entre as várias entidades, a nível geral os projetos não tiveram resolução, em especial, em Bagdade, embora a nível local tenham sido obtidos alguns resultados¹⁰⁸².

Outra questão associada aos projetos de desenvolvimento foi o facto de a maioria dos programas levar muitos anos a obter efeitos. Mas o ritmo da campanha e a procura de resultados imediatos levaram, em muitas situações, a gastos enormes em projetos dispendiosos que acabaram por não criar qualquer resultado duradouro. Van Buren classificou, por isso, os diversos projetos em “easier feel-good projects”, que não obtinham resultados duradouros, e os “harder long-term development”, que eram menos populares e foram menos usados, mas que seriam efetivamente os que obteriam os melhores resultados¹⁰⁸³.

Um exemplo relevante, no tocante a ações denominadas de humanitárias de “curto prazo”, foi o apoio médico prestado às populações, embora fosse aparentemente um fator causador de resultados imediatos positivos, quando não continuada numa estratégia sustentável de desenvolvimento, acompanhamento e permanência, acabava por ter um impacto prejudicial no esforço da contrainsurgência¹⁰⁸⁴.

No terreno havia uma outra coordenação difícil de alcançar que era entre os militares e os funcionários das empresas privadas de segurança¹⁰⁸⁵. Se nos primeiros anos de guerra não se registaram grandes problemas entre as várias “forças” no terreno, a partir do momento em que a estratégia se centrou na proteção das populações como primeira prioridade, passou imediatamente a haver um problema e uma atitude muito diferente entre as diferentes organizações¹⁰⁸⁶. Para limitar este tipo de efeitos, Petraeus emitiu diretivas sobre a forma como as empresas privadas podiam atuar e, sempre que se registavam incidentes, foram levantados processos judiciais para apurar responsabilidades.

Com o passar do tempo as relações parecem ter normalizado e melhorado efetivamente entre militares e civis no Iraque. Por exemplo, nos PRTs, Gabriel

¹⁰⁸² Buren, 2011: 63-67.

¹⁰⁸³ Desde o exemplo dos 25 desalinizadores solares “Mobile Max” que custaram 3 milhões de dólares e que não estavam preparados para lidar com as águas extremamente salgadas do Iraque, Buren, 2011: 72-73 e 113.

¹⁰⁸⁴ Buren, 2011: 126-127.

¹⁰⁸⁵ Um estudo detalhado sobre o papel das empresas privadas de segurança no Iraque e no Afeganistão está disponível em Menezes, 2010.

¹⁰⁸⁶ Na altura, setembro de 2007, ficou conhecido o incidente causado pela empresa “Blackwater” quando alguns dos seus funcionários, responsáveis pela escolta de uma coluna de viaturas, abriram fogo e mataram 17 iraquianos, Ricks, 2009: 270 e Menezes, 2010: 96-97.

Escobar como líder civil, de militares e civis, afirmou que não teve qualquer dificuldade em comandar e que encontrou a melhor cooperação possível com as unidades militares que lhe ofereciam proteção¹⁰⁸⁷.

A articulação evoluiu no terreno e também com Washington. Petraeus esteve em permanente comunicação com a capital e com os vários departamentos de que dependia. Se os soldados prometidos para o *surge* se atrasavam, imediatamente comunicava com Gates e este, por seu lado, tentava conseguir uma maioria de apoio, em especial no Congresso, à estratégia de Petraeus no Iraque¹⁰⁸⁸. O contacto entre Petraeus, Gates e Mullen (o almirante responsável máximo pelas Forças Armadas dos EUA) foi constante e de forma significativa, como vimos, também com o Presidente dos EUA¹⁰⁸⁹.

No que toca às relações entre Petraeus e Fox Fallon no Central Command estas foram descritas como difíceis e tensas. Fallon sempre fora contra o *surge* e como tal as relações entre ambos pareciam não ter grande sincronia e cooperação¹⁰⁹⁰. Mas, porque Petraeus tinha acesso direto a Mullen, Gates e Bush, as relações com Fallon acabaram por não afetar muito a condução das operações¹⁰⁹¹. Por outro lado, mesmo que as posições fossem muito diferentes, Petraeus afirmou publicamente que tinha boas relações com Fallon e que o seu esforço tinha sido muito relevante, nomeadamente no apoio ao levantamento das forças armadas e de segurança iraquianas. Ou seja, não foi com esta linha de autoridade (Fallon-Petraeus) que deixou de haver uma ação holística no Iraque¹⁰⁹².

Gostaríamos ainda de dar destaque à relação de Petraeus com o Congresso americano. As nomeações para as importantes funções de comando (neste caso, no Iraque mas, posteriormente, no cargo de CENTCOM ou do Afeganistão) têm de ser confirmadas pelo Congresso. São audiências que traduzem um entrosamento entre a política e a estratégia, entre as autoridades civis e o comandante escolhido para

¹⁰⁸⁷ Escobar, Anexo D – Entrevistas.

¹⁰⁸⁸ Cloud, 2009: 258 e 263.

¹⁰⁸⁹ Petraeus provavelmente tivera uma relação mais direta com o Presidente dos EUA do que qualquer outro comandante militar na história, Ricks, 2009: 231.

¹⁰⁹⁰ Exemplos desta relação tensa podem ser encontrados em Ricks, 2009: 233-236.

¹⁰⁹¹ Tal como Wellington contava com uma rede de pessoas influentes em vários fóruns, em especial de seus familiares, também Petraeus contava com uma rede de apoio baseada na união de posições de “Odierno, Crocker e Keane em Washington”, Ricks, 2009: 25.

¹⁰⁹² Petraeus afirmou, em março de 2008, quando Fallon foi demitido do cargo de CENTCOM: “Tivemos um relacionamento muito bom e temos pena que isto tenha acontecido ao Almirante Fallon. Queremos agradecer-lhe pela sua ajuda à MNF-I”, Ricks, 2009: 275.

exercer as mais importantes funções e que não terminam no ato da confirmação. Petraeus teve de explicar perante os congressistas e também perante a nação porque, por um lado, as audiências são públicas e geralmente transmitidas pela televisão, ficando os testemunhos públicos e disponíveis para consulta e porque, por outro, os congressistas representam a nação. Explicou a sua estratégia e respondeu às questões dos representantes dos vários partidos. Em alguns momentos decisivos teve de voltar ao Congresso para explicar os progressos (ou não) da sua estratégia. Um desses momentos deu-se em setembro de 2007, numa das “mais importantes batalhas que Petraeus teve de travar, que alterou o curso da guerra”¹⁰⁹³. Durante dois dias (10 e 11 de setembro de 2007), ele e o Embaixador Crocker, tiveram de explicar perante os congressistas a sua ação no Iraque. Vamos detalhar, pela importância dos assuntos discutidos, esta audiência em particular.

Em primeiro lugar, cabe destacar que Petraeus e Crocker se sentaram lado a lado para responder às perguntas colocadas pelos congressistas. Era um sinal claro que a política e a estratégia seguidas no Iraque não se podiam dividir em áreas exclusivamente civis ou militares. Deste modo, ambos teriam de se complementar nas suas repostas. Em segundo lugar, e de forma sintética¹⁰⁹⁴, é de assinalar que ambos tiveram de explicar as razões de um elevado número de baixas, discorrer sobre os previsíveis planos para trazer de volta os militares enviados no *surge*, se estava efetivamente a haver desenvolvimento político e económico, se o Governo iraquiano era de confiança, quanto tempo mais teriam de estar no Iraque, ou seja, cobrindo praticamente todos os aspetos da estratégia delineada para o Iraque. Em terceiro lugar, além da variedade de perguntas formuladas pelos congressistas, gostaríamos de salientar a forma como foram feitas, porque em muitas das intervenções foram feitas acusações e avaliações muito duras sobre a forma como a campanha estava a decorrer, provando-se assim a grande utilidade e transparência destas audiências¹⁰⁹⁵. Por último, é de destacar que, muito para além da política e estratégia que ao seu nível lhes competiam, foram feitas perguntas sobre as decisões políticas tomadas pelo Presidente dos EUA e, embora tanto Petraeus como Crocker tenham afirmado que a política decidida na nação não era da sua responsabilidade, não deixaram de assumir a sua parte na execução da mesma.

¹⁰⁹³ Ricks, 2009: 243.

¹⁰⁹⁴ US Government, 2008; além da leitura da audiência nos registos do congresso americano, os resultados da audiência estão extensivamente descritos em Ricks, 2009: 243-251.

¹⁰⁹⁵ Hillary Clinton acusou Petraeus e Crocker de estarem a executar uma política falhada e de os seus relatórios não terem qualquer credibilidade, Ricks, 2009: 250.

Crocker afirmou no Congresso que a estabilidade no Iraque era possível e alcançável mas iria levar tempo. Levantou a questão do quadro regional na audiência e defendeu que a economia do Iraque, embora estivesse a registar alguns progressos, não melhorava significativamente por causa dos Estados vizinhos, nomeadamente, o Irão¹⁰⁹⁶. Terminou o seu depoimento a dizer que não podia prometer o sucesso no Iraque e que todas as estratégias necessitavam de ser permanente “recalibradas” para se adaptarem às circunstâncias. Defendeu então, que o aumento significativo de “civis” era fundamental para o futuro. Na sua perspectiva, se algo estava a correr bem, era o esforço conjunto e complementar executado por militares e civis¹⁰⁹⁷.

Gostaríamos ainda de salientar, da parte de Petraeus, o destaque que deu à formação da polícia (principalmente) e do exército. Na sua opinião, o facto de se ter conseguido mais voluntários para formar a polícia local (a população local, intimidada permanentemente com ameaças e ataques, praticamente não se oferecia como voluntária desde 2005) era a prova de uma verdadeira mudança política no terreno. Os voluntários apareciam porque os vários líderes regionais os incentivavam. Assim provava-se, na opinião de Petraeus, que apenas uma solução política consequente traria os resultados desejados¹⁰⁹⁸.

Os efeitos desta audiência foram amplamente difundidos, discutidos e criticados. Independentemente dos resultados políticos e das várias leituras, pensamos ser muito relevante o facto de as decisões no terreno estarem a ser escrutinadas pelos representantes do povo americano¹⁰⁹⁹. Parece uma prática adequada que os líderes no terreno tenham de prestar contas publicamente sobre as suas opções, ações e estratégias assumidas. Consegue-se assim uma dimensão mais abrangente, ao se trazer os cidadãos e os seus representantes para o processo de decisão no comando

¹⁰⁹⁶ Ryan Crocker no Congresso a 11 de setembro de 2007: “Iran has actively undermined Iraqi stability by providing funding, training, and munitions to extremist militias that attack Iraqis as well as coalition forces”, US Government, 2008: 7 e 10.

¹⁰⁹⁷ Ryan Crocker no Congresso a 11 de setembro de 2007: “I am constantly assessing our efforts and seeking to ensure that they are coordinated with, and complementary to, the efforts of our military”, US Government, 2008: 11.

¹⁰⁹⁸ David Petraeus no Congresso a 11 de setembro de 2007, em US Government, 2008: 58-60, ver também respostas às perguntas 3 e 4 de Almendra que corrobora esta visão em Anexo D - Entrevistas.

¹⁰⁹⁹ Sabemos que esta é a prática política nos EUA e que as audiências não foram, por isso, uma exceção, é a norma. O sistema americano funciona e sempre funcionou historicamente com este modelo mas, reforça-se este aspeto, porque nem sempre os modelos europeus seguem (ou seguiram) esta mesma postura.

holístico da guerra. Consegue-se ainda encontrar possíveis falhas entre a política decidida nas capitais e as estratégias executadas no terreno.

Em abril de 2008 houve mais uma audiência, que foi também extensa e completa¹¹⁰⁰. Petraeus defendeu que a saída dos EUA do Iraque se baseava na verificação de determinadas condições e não em datas precisas, Crocker alertou para o perigo da “libanização” do Iraque, ou seja, o perigo de contar com um governo central fraco e com uma profunda divisão étnica entre a população. Gostaríamos de destacar o facto, aludido por Petraeus, do esforço feito na contenção da ameaça regional, em especial da al-Qaeda e das suas várias afiliadas. Conseguiu-se minorar a ameaça, através de um esforço abrangente desenvolvido por forças no terreno e, de forma significativa, com uma política de fortalecimento das chefias locais e regionais iraquianas. Durante o seu depoimento, Petraeus foi relacionando os desenvolvimentos na estabilização do território e fazendo a ligação à ação do Governo e Parlamento iraquianos, à administração regional e foi seguidamente reforçado nesta análise por Crocker¹¹⁰¹. No fundo, a mensagem de ambos era clara: ainda não existiam condições para uma retirada imediata dos EUA mas estavam a criar-se condições para, paulatinamente, se começar a pensar na mesma¹¹⁰².

Gostaríamos de referir também aqui a dimensão temporal e as fases na abordagem holística (ver capítulo I – teoria geral sobre o comando holístico da guerra). Petraeus e Crocker tiveram uma abordagem diferente e não “fasearam” a sua política e a sua estratégia. As ações teriam de decorrer cumulativa e concorrentemente. Em vez de se basear a ação com janelas de tempo passou-se a falar da existência de condições e que em si mesmo não representariam fases específicas¹¹⁰³.

De certa forma, como temos vindo a analisar e explicitámos no primeiro capítulo, deixa de haver as ações pré, durante e pós guerra. Como nos afirmou Gabriel Escobar, bem como Almendra, foi através da busca de soluções políticas que se conseguiram os verdadeiros progressos. Foi na busca de soluções que incluíram curdos, xiitas e sunitas que se criaram as condições políticas de estabilidade. Mais do que apenas um *surge* de soldados ou uma nova “doutrina COIN”, foi a ação abrangente político-militar

¹¹⁰⁰ US Government, 2009a.

¹¹⁰¹ David Petraeus e Ryan Crocker no Congresso a 09 de abril de 2008, US Government, 2009a: 6-7 e 11-12.

¹¹⁰² David Petraeus e Ryan Crocker no Congresso a 09 de abril de 2008, US Government, 2009a: 8-9, 17-18, 63 e 91; Ricks, 2009: 291.

¹¹⁰³ “Conditions-based rather than time-dictated flow of activities”, Ledwidge, 2011: 96, 143 e 146.

que obteve resultados “sustentáveis”¹¹⁰⁴. E esta abordagem não pôde ser faseada. Foi isso a que se assistiu durante o *surge*, não se esperando pela segurança para se iniciarem projetos de longa duração e não se fazendo primeiro a limpeza dos bairros e depois a dinamização social e económica. Pelo contrário, porque houve projetos económicos, políticos e sociais conseguiu-se mais cedo aumentar a segurança e, porque apareceram dinâmicas e emprego, a oposição diminuiu.

4.3 Milícias, Exército e Polícia

O apoio às forças armadas e de segurança Iraquianas desdobrou-se em várias vertentes. Para além de se tentar reverter os aludidos decretos de Bremer em 2003, havia as questões da proporcionalidade, nas chefias e na base, entre sunitas, curdos e xiitas e entre as várias sensibilidades políticas, religiosas e étnicas. Estavam também presentes as ingerências externas, nomeadamente do Irão, no financiamento e apoio a “milícias locais”¹¹⁰⁵. Por fim, existiam as condições de vida no Iraque, o elevadíssimo desemprego (que se constituía como a maior motivação para ingressar nas forças armadas e de segurança) e a generalizada corrupção que dispersava recursos e meios. Quando referimos corrupção, incluímos também aqui os pequenos desvios feitos pelos soldados, desde comida a cobertores até ao tráfico de armas e equipamentos¹¹⁰⁶.

Por outro lado, apoiar, treinar e prestar serviços de “mentoria” e aconselhamento, às forças armadas e de segurança do Iraque, era uma tarefa muito exigente que requeria, na opinião dos principais responsáveis, como Abizaid ou Petraeus, o uso dos melhores e mais experientes militares dos EUA. As unidades iraquianas que tinham dentro de si mentores estrangeiros tinham-se provado mais eficazes do que as que atuavam sem ninguém¹¹⁰⁷. Por isso, Abizaid tinha inclusivamente proposto que os lugares de conselheiros militares fossem preenchidos por tenentes-coronéis habilitados com o curso de estado-maior e com um mínimo de uma missão cumprida no Iraque ou Afeganistão. Ou seja, propunha os melhores e com experiência mas, na

¹¹⁰⁴ Escobar e Almendra, Anexo D – Entrevistas.

¹¹⁰⁵ David Petraeus no Congresso a 09 de abril de 2008, US Government, 2009a: 47 e 62.

¹¹⁰⁶ Petraeus em 2005 em Fallujah perguntou a um comandante iraquiano: onde estão os cobertores que distribuimos? A resposta foi “as nossas famílias precisam de cobertores”, Cloud, 2009: 178; também pudemos constatar esta questão dos cobertores em 2009 no Afeganistão, Pires, 2011: 36.

¹¹⁰⁷ Desde 2004 que pequenas “embedded teams” americanas dentro das unidades americanas tinham provado este conceito, Cloud, 2009: 190.

realidade, a escolha recaiu quase sempre sobre oficiais que não tinham nem o posto, nem a experiência e prestígio pretendidos, sendo majoritariamente reservistas¹¹⁰⁸.

No entanto, o problema principal continuava a ser o de saber se os iraquianos já estariam em condições de, por si sós, assegurarem a segurança e a estabilidade regional ou se, pelo contrário, uma saída “apressada” dos EUA não levaria a uma ameaça maior e uma instabilidade caótica para o futuro. Era esta uma resposta difícil e com múltiplas interpretações, até porque a luta interna iraquiana pelo poder e pelos recursos continuaria, no mínimo, nas palavras de Petraeus, até ao ano de 2010¹¹⁰⁹.

O desafio era conseguir identificar o momento em que as forças locais estariam aptas a assumir as suas responsabilidades de forma eficaz. Se fosse possível criar forças iraquianas eficazes, então a transição dar-se-ia naturalmente e esse era o objetivo que Petraeus pretendia alcançar¹¹¹⁰.

A retirada é sempre uma das mais fases mais difíceis numa operação militar e tem, tanto no plano operacional, como no plano político, grandes implicações, pelo que tinha de ser conduzida, de acordo com o conceito de Petraeus, de forma “gradual e discreta” para não pôr em perigo “os que ficavam e os que saíam”. Outro dos problemas da retirada estava na possibilidade de a al-Qaeda Iraquiana ressurgir em força. A qualquer momento as células “adormecidas” residentes no território poderiam voltar, havendo consciência do efeito que este regresso teria em outras áreas do globo, nomeadamente no Paquistão e no Afeganistão¹¹¹¹.

Nas futuras funções de Petraeus como CENTCOM esta visão global da ameaça iria tornar-se mais nítida mas, simultaneamente, iria mantê-lo com um papel continuado no Iraque¹¹¹².

5. Petraeus como Comandante do US Central Command (2008-2010)

No início de 2008 a pressão para reduções significativas de forças americanas no Iraque continuava a fazer-se, em especial, vindas do Chefe de Estado-maior do Exército, o General Casey, e do CENTCOM, o Almirante Fallon. De novo, Petraeus tinha de elaborar uma proposta para o Presidente sobre o nível de forças a retirar.

¹¹⁰⁸ Cloud, 2009: 183 e 193; Moyar, 2009: 251.

¹¹⁰⁹ Como afirmou Petraeus ao Congresso dos EUA em 16 de março de 2010: 10: “Security in Iraq has improved significantly since the peak of the sectarian violence in mid-2007, but the gains there remain fragile and reversible, though increasingly less so”; também em Robinson, 2008: 343.

¹¹¹⁰ Ricks, 2009: 198.

¹¹¹¹ Robinson, 2008: 307 e 338.

¹¹¹² Cloud, 2009: 289.

Fallon justificava a sua opção de propor a redução de tropas no “maior número e menor tempo possível” porque o Afeganistão necessitava urgentemente de mais brigadas de combate e porque o Paquistão se encontrava em grande instabilidade depois do assassinato de Benazir Bhutto. Argumentava ainda Fallon que os países da NATO reclamavam mais esforço para a área do Afeganistão e Paquistão. A nível internacional, o papel do Irão tornava-se cada vez mais interventivo, ouvindo-se de Petraeus que o “nível de participação, a centralidade do seu papel deviam obrigar a grande reflexão” porque os iranianos “armavam os grupos especiais Saadristas, financiavam e apoiavam os vários grupos islâmicos xiitas”¹¹¹³.

Ainda antes de sair do Iraque, Petraeus concluiu, em junho de 2008, um plano que tinha como premissa de mudança o passar de “proteger a população” para uma “segurança sustentável”¹¹¹⁴. Quando Petraeus chegou a Washington, ele e Crocker receberam uma distinção do State Department. Mais do que uma condecoração entregue pela Secretary of State, Condolezza Rice, o facto simbolizava a correta articulação / coordenação entre defesa e negócios estrangeiros e, por extensão, entre civis e militares¹¹¹⁵. Mas pensamos ser importante referir que esta condição de coordenação holística esteve mais relacionada com as personalidades em causa, Petraeus e Crocker, do que com uma institucionalização integrada das relações. No entanto importantes medidas e procedimentos tinham sido criados e manter-se-iam como prática nos anos seguintes.

O que Petraeus e Crocker descobriram no Iraque foi que era fundamental encontrar primeiro uma solução política que se adequasse aos iraquianos e depois atuar em conformidade. Embora os dois não tivessem a autoridade delegada que lhes permitisse procurar soluções fora do Iraque, conseguiram de Washington o apoio necessário para uma autonomia suficiente que possibilitasse atuar dentro do Iraque¹¹¹⁶. As estratégias delineadas por ambos levaram a iniciativas que ficaram conhecidas como “whole of government approach”, que obrigava a uma coordenação entre os vários organismos do Estado ou à criação de um “Consortium for Complex Operations” para unir esforços na implementação da doutrina de contrainsurgência nos

¹¹¹³ Robinson, 2008: 338 e 341.

¹¹¹⁴ Ricks, 2009: 292.

¹¹¹⁵ David Petraeus em audiência no Congresso a 16 de junho de 2010: “Ambassador Crocker and I had forged a partnership, developed a civil-military campaign plan that was so civil-military, in fact, that the mission statement frustrated both of our respective chains of command when it went further up, because it was seen as too civil on my side and too military on his side of the chain of command”, US Government, 2010b: 22; Ricks, 2009: 303.

¹¹¹⁶ Robinson, 2008: 348-349.

departamentos civis e militares da administração americana¹¹¹⁷. São práticas que se irão intensificar para outras áreas do CENTCOM, em especial, para o Afeganistão.

Quando Petraeus assumiu funções como CENTCOM a 13 de outubro de 2008 (ainda durante a Administração Bush, a poucos meses de Obama tomar posse no dia 20 de janeiro de 2009), ficou responsável por monitorizar uma região com 27 países onde as ameaças à paz e estabilidade global se colocavam em muitas e diferenciadas regiões¹¹¹⁸. Para tentar encontrar soluções gerais para este desafio regional, Petraeus procurou as melhores “cabeças civis ou militares”, pediu-lhes a opinião e pareceres “honestos e frontais” e, depois, tentou encontrar soluções que abarcassem todos os “níveis de influência”.

Petraeus, enquanto CENTCOM, teve consciência de que a situação se estava a deteriorar no Afeganistão e no Paquistão e propôs-se, por isso, a colaborar para reverter o “momentum”¹¹¹⁹. Um dos principais planeadores para uma nova estratégia para o Afeganistão e o Paquistão foi nomeado por Obama em 2009. Tratava-se de Bruce Riedel, um analista da CIA. Obama determinou que “todas as questões deviam ser colocadas e nada devia ser deixado de fora”, ou seja, todas as decisões até aí tomadas podiam ser postas em causa¹¹²⁰. A questão de fundo centrou-se na necessidade, ou não, de um reforço significativo de forças. A revisão da estratégia demorou três meses e tinha em vista “reverter o momentum” no Afeganistão para permitir uma escalada de forças e posterior saída¹¹²¹. Interessa-nos particularmente para este capítulo o facto de, na opinião do jornalista David Sanger¹¹²², Obama querer

¹¹¹⁷ David Petraeus em depoimento no Congresso dos EUA em 16 de março de 2010: 3; Robinson, 2008: 350.

¹¹¹⁸ “Central Command is the smallest of the six geographic combatant command areas, but it has the lion’s share of the problems”, Petraeus, 2010a: 7; ver caracterização da área de responsabilidade no depoimento de David Petraeus ao Senado dos EUA em 16 de março de 2010, Senate Armed Services Committee, 2010: 7-8.

¹¹¹⁹ David Petraeus ao Senado dos EUA em 16 de março de 2010: “We have also seen increased insurgent violence in Afghanistan and Pakistan (...) Reversing the momentum of the insurgency in Afghanistan and training Afghan security forces”, Senate Armed Services Committee, 2010: 4-5, 9 e 22-30; Kaplan, 2013: 314-315; Telo, 2013: 90-91.

¹¹²⁰ Kaplan, 2013:296-298; Broadwell, 2012: 114 e Sanger, 2012: 25.

¹¹²¹ David Petraeus ao Senado dos EUA em 16 de março de 2010: 5; “escalate and exit”; para delinear a nova estratégia para o Afeganistão e Paquistão, o Presidente Obama reuniu-se por 9 vezes com a sua equipa, Bowman, 2009: 2 e Kaplan, 2013: 318.

¹¹²² David Sanger é um jornalista do *New York Times*, formado na Universidade de Harvard e vencedor de dois prémios Pulitzer, autor de dois livros sobre a política externa americana durante os mandatos de Obama.

mudar a atitude até então habitualmente seguida, nomeadamente por Bush, de “dar aos generais o que eles precisam”. Para Obama essa atitude não poderia prosseguir porque se traduzia “no abdicar do controlo civil”¹¹²³. Pelas declarações de David Petraeus, este parecia estar de acordo com a postura do novo Presidente quando defendeu uma estratégia abrangente “whole of the government” que incluísse militares e não-militares e todos os parceiros¹¹²⁴.

Além da revisão da estratégia em curso, Obama nomeou um novo comandante para o Afeganistão, o General McChrystal, e pediu-lhe que em 60 dias reportasse sobre a situação no Afeganistão e também que propusesse uma nova estratégia. Obama tinha deixado claro dois assuntos sobre os quais pretendia informações precisas: quantas forças eram necessárias para “reverter o momentum” e quando as poderia fazer regressar. Tanto para McChrystal como para Petraeus era evidente que esta seria futuramente a única guerra dos EUA porque o Iraque iria terminar em breve e, no Afeganistão, a situação (em 2009) piorava e deteriorava-se cada vez mais¹¹²⁵.

As dúvidas de Obama sobre as opções estratégicas seguidas pelos EUA tornaram-se públicas a 13 de setembro de 2009 quando perguntou ao “National Security Council”: Os EUA têm de derrotar os talibãs para derrotar a al-Qaeda? É possível aplicar uma estratégia de contrainsurgência tendo como parceiro um Governo como o de Karzai? Se os talibãs reconquistarem o poder no Afeganistão, poderão conseguir o controlo do arsenal paquistanês a seguir? Embora não tenha obtido respostas imediatas, os presentes na reunião perceberam que a estratégia a decorrer era mesmo para ser alterada e que o Presidente esperava propostas diferentes¹¹²⁶.

A proposta que entretanto McChrystal estava a estudar tornou-se pública através da imprensa e, basicamente, assentava em três opções de aumento de forças: (1) com mais 80.000 militares os EUA poderiam conduzir uma estratégia robusta de contrainsurgência em todo o país; (2) com mais 40.000 poderiam atacar os bastiões

¹¹²³ Sanger, 2012: 28.

¹¹²⁴ David Petraeus ao Senado dos EUA em 16 de março de 2010: “This requires us to apply whole of government approaches that fully integrate our military and non-military efforts and those of our partners”, Senate Armed Services Committee, 2010: 18; já anteriormente, em 2 de abril de 2009 tinha defendido, para o Afeganistão, uma aproximação integrada entre civis e militares e com as Nações Unidas: “the Ambassador to Afghanistan, Karl Eikenberry, has been tasked to work very closely with General McKiernan to start working a joint civil-military campaign plan together in country, and they have also been tasked to marry their efforts up with United Nations Assistance Mission in Afghanistan (UNAMA)”, US Government, 2010a: 29.

¹¹²⁵ Sanger, 2012: 29 e Sedwill, 2011: 21.

¹¹²⁶ Sanger, 2012: 30.

que os talibãs tinham reconquistado e finalmente, (3) com mais 10.000 a 15.000 militares poderiam apenas treinar e preparar as forças armadas afegãs. A decisão do Presidente dos EUA foi pela segunda opção, um *surge* de 40.000 militares com a finalidade explícita de reganhar o “momentum” dos talibãs e, a partir do verão de 2011, fazer regressar as tropas. Obama deixava ainda um alerta: que não se ocupasse terreno que depois fosse impossível de manter¹¹²⁷.

Enquanto se reforçava o número de tropas norte-americanas no Afeganistão diminuía-se simultaneamente o número de forças e entidades civis no Iraque. Por exemplo, o número de PRTs (que como referimos anteriormente tinha atingido os 31 mais 13 ePRTs em 2008) era agora, em 2009, de apenas 16 em todo o Iraque¹¹²⁸.

Depois de o Presidente dos EUA tomar a decisão de reforçar a presença militar norte-americana no Afeganistão, os principais chefes militares, incluindo o Almirante Mullen e os Generais Petraeus e McChrystal¹¹²⁹, mostraram-se solidários e apoiaram publicamente essa decisão. O número de 40.000 soldados era considerado insuficiente para uma completa campanha de contrainsurgência ou para a (re)construção do país, mas suficiente para derrotar a al-Qaeda e evitar que novos santuários terroristas surgissem na região¹¹³⁰. O reforço foi então posto em prática e foi rápido a chegar ao terreno. Em apenas 10 dias já os primeiros reforços estavam no Afeganistão¹¹³¹.

Para além das propostas de McChrystal relevam-se também as principais elaboradas por Riedel (como dissemos anteriormente, Obama nomeou Bruce Riedel para liderar um esforço “interagências” para rever a estratégia para o Afeganistão e

¹¹²⁷ Collins, 2011: 83-84; Sanger, 2012: 31-35.

¹¹²⁸ Buren, 2011: 7.

¹¹²⁹ McChrystal refere que por mais que tentasse não podia seguir os princípios de Huntington (ver capítulo I): “as much as I wanted my role to be described by Huntington, the demands of the job made this difficult. The process of formulating, negotiating, articulating, and then prosecuting even a largely military campaign involved politics at multiple levels”, McChrystal, 2013: 351.

¹¹³⁰ “Obama (...) insisted that Mullen, Petraeus, McChrystal and Gates agree to a secret six-page “term sheet” that stated: “This approach is not fully resourced counterinsurgency or nation building, but a narrower approach tied more tightly to the goal of disrupting, dismantling and eventually defeating al Qaeda and preventing al Qaeda’s return to safe havens in Afghanistan or Pakistan”, Broadwell, 2012: 117 e 119.

¹¹³¹ “Em uma questão de dias, as tropas começaram a chegar (...) 31 bases de operações avançadas foram construídas ou ampliadas, muitas vezes em locais remotos. A tarefa foi concluída em oito meses”, Parker, 2011: 58; “The surge of forces - military and civilian - to carry out that strategy was completed in August 2010”, Armitage, 2011: 4.

Paquistão) onde se dá destaque ao esforço na preparação do Exército e da Polícia Afegã¹¹³². McChrystal deu especial ênfase ao que apelidou de “gestão das percepções” e apostou fortemente na estratégia de “convencer as populações”. Inclusivamente prescindiu, em muitas das ações táticas, do princípio militar da surpresa em favor do alerta às populações antes de as operações se efetivarem¹¹³³. A finalidade de algumas das operações mostrava a alteração na estratégia: “contribuir para alterar as percepções dos residentes” e assim cativar as populações permitindo-lhes, no mínimo, perderem o medo da ameaça talibã¹¹³⁴. No final de 2009 os esforços e a nova estratégia seguida estavam “longe de ter atingido os resultados almejados”, registrando-se 500 baixas entre os aliados (300 eram americanos) e sendo este o ano mais mortífero desde 2001. Tal como no Iraque, esta estratégia do *surge* também registaria um aumento de baixas antes de demonstrar alguns resultados e por isso, 2010 foi ainda pior que 2009, registrando-se mais de 700 mortos entre os aliados e 2.777 no seio da população civil¹¹³⁵.

Entre outros, havia um problema que ganhava dimensão no Afeganistão, e que estaria na base da alteração das estratégias seguidas nos anos seguintes. Era a consolidação da conquista de determinadas áreas. Tal como temia Obama, terreno conquistado mas não consolidado (ou mantido) transformava-se numa vitória para os insurgentes¹¹³⁶. Parecia claro que o *surge* tinha reganhado o “momentum”¹¹³⁷, e que as primeiras grandes operações feitas em conjunto pelos aliados e pelas forças afegãs estavam a mostrar que esta nova estratégia baseada num reforço de competências para as forças locais podia ter resultados no futuro¹¹³⁸. Mas, se não fossem criadas condições para se assegurar a continuidade de forças credíveis nos terrenos conquistados, então as operações de nada tinham servido e, pior, o desgaste sofrido podia ser considerado contra produtivo pela baixa de moral e pelas baixas tanto entre aliados quanto nas populações locais.

¹¹³² Bowman, 2009: 4; a discussão centrou-se em grande parte numa palavra “defeat” ou “disrupt”; Uma coisa é derrotar os talibãs outra é neutralizar; para a primeira são necessários muitos mais recursos, Broadwell, 2012: 115 e Sanger, 2012: 18.

¹¹³³ Santos, 2012: 198 e 218.

¹¹³⁴ Santos, 2012: 198.

¹¹³⁵ Chesser, 2012: 3 e Pereira, 2011: 194 e 206.

¹¹³⁶ Broadwell, 2012: 17.

¹¹³⁷ “The military surge had blunted the momentum of the insurgency”, Cowper-Coles, 2011: 13.

¹¹³⁸ Mark Sedwill, o NATO Senior Civilian Representative no Afeganistão entre Janeiro de 2010 e abril de 2011, afirmou que a “Operation Moshtarak or *Together* in Dari – the first truly partnered major offensive”, significando que o trabalho lado a lado entre forças aliadas e afegãs tinha resultado, Sedwill, 2011: 21.

Houve várias iniciativas, inclusivas, entre variadas organizações que ajudaram neste esforço. Por exemplo, foram criados órgãos de coordenação para responder aos desafios, de forma integrada, sobre o Afeganistão-Paquistão, contando com “as melhores cabeças” civis e militares¹¹³⁹. A coordenação entre civis e militares foi uma preocupação, diríamos, crescente. Por exemplo, o Presidente da Comissão de Defesa do Congresso dos EUA, Ike Sckelton, antes de se iniciar mais uma audiência, afirmou que para uma correta estratégia para o Paquistão e Afeganistão tinha de ser encontrada uma efetiva coordenação civil e militar no terreno. Esta estratégia foi classificada pela Subsecretária da Defesa americana, Michèle Flournoy, como uma “estratégia integrada civil-militar de contrainsurgência” e por David Petraeus como uma “aproximação abrangente de contrainsurgência”¹¹⁴⁰.

Ganhou notoriedade, a partir de 2009, o papel desempenhado pela NTM-A (NATO Training Mission in Afghanistan) na preparação de forças para a polícia e o exército. A operação denominada de “Moshtarak” para a conquista de Helmand, teve esse significado, colocando à prova o nível de treino das forças afegãs. Nas palavras de Mark Sedwill, o mais alto representante civil da NATO no território, pela primeira vez no Afeganistão as forças locais eram em maior número que as aliadas e, embora ainda existissem muitas falhas, esta era a prova de que o NTM-A estava a fazer um bom trabalho¹¹⁴¹.

No Outono de 2010, na Cimeira da NATO em Lisboa, ficou decidido que Cabul iria assumir crescentemente as suas responsabilidades no Afeganistão, tanto no desenvolvimento económico como nos assuntos de segurança. O Tenente-general William Caldwell IV, comandante do NTM-A desde 2009 até 2012, afirmou que em 2009 as forças afegãs estavam “mal pagas, mal treinadas, pobremente equipadas, analfabetas e mal comandadas”. Em 2011, depois de um esforço significativo, as forças tinham passado de menos de uma centena de milhares para 325.000, entre

¹¹³⁹ David Petraeus ao Senado dos EUA em 16 de março de 2010: “Pakistan-Afghanistan Coordination Cell on the Joint Staff and inaugurated the Afghanistan-Pakistan Intelligence Center of Excellence at CENTCOM”, e referindo-se à constituição do grupo: “we have hand-selected some of nation’s best civilian and military leaders”, Senate Armed Services Committee, 2010: 24.

¹¹⁴⁰ O Congressoista Ike Sckelton na abertura da audiência em 02 de abril de 2009: “How will we effect real civil-military coordination on the ground in Afghanistan?”; Michèle Flournoy responde: “integrated civilian-military counterinsurgency strategy”; e David Petraeus também: “comprehensive counterinsurgency approach”, US Government, 2010a: 2, 6 e 9.

¹¹⁴¹ Sedwill, 2011: 22 e Bowman, 2009: 4.

forças armadas e polícia¹¹⁴². Retomaremos este tema mais à frente mas esta ideia, de apostar fortemente nas forças locais, tal como se fizera no Iraque, iria ser também central na estratégia seguida por Petraeus no Afeganistão.

No fundo, tal como refere o jornalista Carlos Santos Pereira, falamos de uma “afeganização do conflito”, tal como assistimos a uma “africanização” crescente das forças portuguesas na Guiné no período de Spínola ou ao recurso a forças locais de todos os tipos (regulares, milícias, ordenanças e guerrilhas) por Wellington. Mas não serão os números que farão a diferença caso não exista uma política e estabilidade governativas por trás das forças armadas e de segurança. Lembramos que os soviéticos, quando saíram em 1989, tinham deixado um Exército Afegão de 300.000 homens que “revelava alguma eficácia” mas que em pouco menos de dois anos se desagregou¹¹⁴³.

O outro problema que não se resolvia com mais forças no terreno, prendia-se com as crescentes dúvidas sobre se era possível contar com um Governo afegão “legítimo”¹¹⁴⁴ e esta questão tinha de fazer necessariamente parte da estratégia de Petraeus para o Afeganistão.

6. Petraeus e o Afeganistão (2010/2011)

O Afeganistão não era o Iraque¹¹⁴⁵ e, em alguns aspetos, o Iraque até “parecia simples” quando comparado com a situação afegã. No Afeganistão, a geografia e a dispersão obrigavam à aplicação da doutrina de contrainsurgência adaptada a cada zona ou área porque toda “a contrainsurgência era local”, ou seja, a dependência do governo central afegão era diminuta ou quase inexistente¹¹⁴⁶. Como afirmou Cowper-Coles, no caso do Afeganistão, em vez de um país com um governo central encontrava-se um Estado imerso numa prolongada guerra civil com múltiplos grupos étnicos e partidos sectários na busca pelo poder¹¹⁴⁷.

¹¹⁴² Caldwell IV, 2011: 72-74; ver também o artigo escrito por Petraeus, 2010b.

¹¹⁴³ Pereira, 2011: 190 e 213.

¹¹⁴⁴ Como se pode ler num telegrama da Embaixada americana de abril de 2009 onde o Vice-presidente dos EUA, Biden, o afirma claramente, Sanger, 2012: 23.

¹¹⁴⁵ No Iraque havia mais forças americanas e menor população para defender, um terreno mais fácil para as operações; por seu lado, o Afeganistão era menos violento, a insurgência era mais rural e as necessidades de governabilidade e desenvolvimento muito maiores, Broadwell, 2012: 123.

¹¹⁴⁶ Petraeus, 2010c e Broadwell, 2012: 14.

¹¹⁴⁷ “Este é um conflito que coloca em confronto várias forças políticas afegãs, o Islão com o secularismo, a tradição com a modernidade, as cidades com as zonas rurais, os sunitas com os

Petraeus participou na revisão da estratégia para o Afeganistão e Paquistão que referimos anteriormente mandada seguir pelo presidente Obama¹¹⁴⁸. Como o próprio afirmou, enquanto CENTCOM, participou no grupo de trabalho com o Presidente e com a sua equipa de segurança nacional em diferentes momentos. Petraeus afirmou que concordava com a estratégia definida, ou seja, antes de tomar posse como comandante no Afeganistão, Petraeus sabia o que se pretendia fazer e tinha participado na solução que agora ia executar¹¹⁴⁹.

Alguns elementos recolhidos no terreno pareciam confirmar que a estratégia implementada estaria a dar resultados. Em junho de 2010, ou seja, poucas semanas antes de Petraeus ser confirmado como futuro comandante no Afeganistão, a Subsecretária da Defesa, Flournoy e o próprio General Petraeus, afirmaram perante o Congresso americano que o número e a qualidade da polícia e das forças armadas afegãs tinham subido exponencialmente (por exemplo a formação da polícia tinha sido aumentada em 400%), que o número de distritos apoiantes (ou neutrais) face ao Governo afegão tinha subido de 60 para 73 (num total de 121) e que uma reunião de líderes tradicionais (Loyal Jirga em abril de 2010) tinha autorizado o Presidente Karzai a iniciar um processo mais abrangente de reconciliação. Embora ainda persistissem muitos e variados problemas que detalharemos mais à frente, parecia que a estratégia apoiada pelo Presidente Obama estava a dar alguns resultados¹¹⁵⁰.

Perante o Presidente dos EUA, Barack Obama, no dia 23 de junho de 2010, Petraeus declarou a sua lealdade à hierarquia civil-militar e garantiu que sempre diria o que pensava, ou seja, daria o seu parecer militar de forma direta e honesta. De forma significativa, desembarcou em Cabul acompanhado do Embaixador dos EUA e do Representante civil da NATO. A mensagem que se pretendia transmitir era clara: “vamos trabalhar juntos”, “civis e militares, afegãos e internacionais, somos todos parte de uma equipa e de uma missão”¹¹⁵¹.

xiitas, os camponeses com os nómadas, os pashtuns com os tadjiques, os uzebeques com os hazaras”, Cowper-Coles, 2011: 11.

¹¹⁴⁸ Sanger, 2012: 33 e 38.

¹¹⁴⁹ Respostas de David Petraeus ao Congresso dos EUA em junho de 2010, Advance Questions for General David H. Petraeus, USA Nominee for Commander, International Security Assistance Force, and Commander, U.S. Forces Afghanistan; também Collins, 2011: 81-83.

¹¹⁵⁰ A Subsecretária da Defesa perante o Congresso, Michèle Flournoy e David Petraeus, CENTCOM, em 16 de junho de 2010, US Government, 2010b: 5-11.

¹¹⁵¹ Só no mês de julho de 2010 Petraeus reuniu-se com o Presidente do Afeganistão, Karzai, mais de 30 vezes, Broadwell, 2012: 42, 44 e 48.

Esta ética dos comandantes, como temos assistido, está bem presente nos principais responsáveis pelas operações militares. Tem que se obedecer ao poder político sem nunca deixar de dar um parecer honesto e leal sobre a situação, de forma direta mas privada. Petraeus, tal como fez aquando da sua nomeação para o Iraque por George Bush, sempre tentou demonstrar publicamente que ele e o Presidente dos EUA estavam em sintonia e soube assumir o seu papel de político e militar pelas funções que ocupava. O contacto será permanente com Obama como tinha sido com Bush¹¹⁵². De igual forma será importante o facto de Petraeus garantir o seu apoio em Washington, em Bruxelas e na imprensa¹¹⁵³.

6.1 Da Política à Estratégia

Se, para o caso do Iraque, é importante entender o quadro regional para situar a ação decidida, no caso do Afeganistão, a questão torna-se ainda mais relevante. Como dissemos anteriormente, não se pode analisar o conflito no Afeganistão se não se olhar, simultaneamente, para o Paquistão¹¹⁵⁴. Para além do Paquistão, também teremos de alargar um pouco a nossa análise a todo o Sul e à área central da Ásia, considerada por Ahmed Rashid, “a casa do terrorismo global”¹¹⁵⁵. Iremos detalhar esta relação que é permanente e inevitável.

É difícil sintetizar as questões ligadas ao Paquistão e Afeganistão, uma vez que são questões históricas, complexas e muito vastas¹¹⁵⁶. O Paquistão com cerca de 180 milhões de habitantes é o quinto país mais populoso do mundo. Os EUA, desde o 11 de setembro de 2001, transferiram para o Paquistão cerca de 10 mil milhões de dólares e, segundo Ahmed Rashid, cerca de 90% foram destinados às Forças

¹¹⁵² “Though he’d have less direct contact with Obama than he did with Bush during the Iraq War, Petraeus had access and was now Obama’s guy” e também manteve um contacto regular com as entidades de quem dependia geralmente através de video conferência “Petraeus also provided weekly updates (...) for Gates, Mullen and Marine General James Mattis, head of Central Command, that were retransmitted to the White House and the Secretary of State”, Broadwell, 2012: 122 e 201.

¹¹⁵³ “He’d supported the policy on the Hill, at NATO and with the press”, Broadwell, 2012: 218.

¹¹⁵⁴ Ver proposta de estratégia para o Paquistão e Afeganistão em Armitage, 2010.

¹¹⁵⁵ Um problema que se agravou desde o início da década de 2000: em 2009 o Banco Mundial estimava a existência de 26 Estados falhados que podiam permitir e expandir fenómenos terroristas, quando em 2003 apenas seriam 17, Rashid, 2009: XLI-XLII.

¹¹⁵⁶ Explicação vasta e abrangente sobre as problemáticas que se tenta sintetizar em Rashid, 2009, também síntese de Almendra na pergunta 2 no Anexo D - Entrevistas.

Armadas do Paquistão¹¹⁵⁷. A dimensão económica, o dinheiro como meio de aplicar uma determinada estratégia ou política, encontrou-se intimamente ligada à forma como as sucessivas administrações americanas lidaram com as guerras do Afeganistão e do Iraque.

A Embaixadora dos EUA para o Paquistão, Anne Patterson, sintetizou assim a questão em 23 de setembro de 2009: “O dinheiro, por si, não resolverá o problema da al-Qaeda ou dos talibãs (...) O Paquistão não vê a questão do apoio financeiro como contrapartida para a existência de segurança nacional”¹¹⁵⁸. O dinheiro não resolve, mas sem meios financeiros também não seria possível desenvolver políticas adequadas. Também para o uso deste meio necessitamos de o integrar dentro de uma estratégia mais vasta, holística.

Não podemos também ignorar o Iraque quando analisamos o Afeganistão porque se houve problemas e possíveis erros cometidos no Afeganistão entre 2001 e 2003, estes foram repetidos, como vimos, no Iraque entre 2003 e 2005. O grande empenhamento dos EUA no Iraque condicionou outros tipos de abordagens possíveis para o Afeganistão, o que ficou bem referenciado nas palavras do Almirante Mullen em 2007, quando disse no Congresso que os “EUA faziam o que deviam no Iraque e no Afeganistão apenas o que podiam”¹¹⁵⁹.

Entre o Paquistão e o Afeganistão há um fator que ganha importância: a questão do narcotráfico. Não se pode falar em “Nation-Building” sem se resolver a grande dependência do tráfico da droga. Não se pode resolver o problema do tráfico da droga no Afeganistão sem ter uma política de contenção idêntica para o Paquistão, onde muito do tráfico flui¹¹⁶⁰.

Outra questão é o problema nuclear. As mais de 100 armas nucleares nas mãos do Paquistão significam para os EUA a possibilidade de estas caírem nas mãos de uma rede terrorista. Pensa-se que os EUA tinham preparado vários planos para fazer face à eventualidade de algumas destas armas serem desviadas. Ou seja, o futuro do Paquistão, pela dimensão, pelas variadas questões regionais não resolvidas, tanto

¹¹⁵⁷ Rashid, 2009: XL; David Petraeus refere a importância do Paquistão no depoimento ao Congresso dos EUA a 16 de março de 2010: 28 “The possibility of significant instability in Pakistan poses a serious threat to regional and global security, in large part, because Pakistan remains a critical strategic foothold for al-Qaeda and is important to the organization’s efforts to rally supporters worldwide”.

¹¹⁵⁸ Sanger, 2012: 3.

¹¹⁵⁹ “In Afghanistan, we do what we can. In Iraq, we do what we must”, em Committee on Armed Services House of Representatives, 101th Congress First Session, 2007: 7.

¹¹⁶⁰ Collins, 2011 : 59-60; Rashid, 2009: 318-322.

com o Afeganistão como com a Índia, e por ser uma das 7 potências mundiais nucleares, representa uma “ameaça estratégica” para os EUA maior do que o Afeganistão¹¹⁶¹.

Como temos vindo a analisar, tanto para o Iraque como para o Afeganistão, as várias propostas de solução tiveram quase sempre duas opções base (com evoluções): ou optar pela contrainsurgência em todos os seus campos de atuação, o que requereria sempre números de forças e tempo elevados ou optar apenas por ações de contraterrorismo, com menos pessoas e um recurso maior à tecnologia, operações especiais e “drones”. Em 2012 e 2013 parecia ser esta última a tendência dos planos apresentados pela administração americana, não porque esta fosse a forma mais eficaz de resolver os graves problemas nos territórios em causa, mas por forma a impedir uma permanência prolongada e maciça dos EUA nessas regiões e porque a prioridade tinha mudado para a região Ásia-Pacífico¹¹⁶². Ou seja, não se trata de uma questão de escolher a doutrina mais aconselhada para lidar com os problemas num determinado território, mas antes de saber escolher a política mais eficaz para balancear recursos e metas para finalidades mais gerais. No caso do Afeganistão em 2010, estando então a tentar aplicar-se a doutrina de contrainsurgência, o contraterrorismo não era entendido como uma alternativa mas antes como uma parte integrante, como uma das ações da contrainsurgência. Como afirmou Petraeus, clarificando esta questão, não se podia escolher entre uma e outra porque o contraterrorismo fazia parte do esforço de contrainsurgência que se estava a desenvolver no Afeganistão¹¹⁶³.

Em outubro de 2011, o conselheiro de segurança nacional de Obama, Tom Donillon, tinha apresentado um plano segundo o qual, após 2014, ficariam apenas cerca de 10.000 a 15.000 militares na base a norte de Cabul, Bagram, para proteger “os interesses dos EUA na região (...) e as forças estariam preparadas para passar a fronteira para o Paquistão sempre que necessário”¹¹⁶⁴. Desde que Obama tinha ganho

¹¹⁶¹ Sanger, 2012: 11 e Almendra na pergunta 2, Anexo D - Entrevistas.

¹¹⁶² A estratégia dos EUA está disponível no documento “Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense”, Department of Defense, 2012; Almendra nas perguntas 2, 3 e 4, Anexo D - Entrevistas.

¹¹⁶³ David Petraeus ao Congresso dos EUA a 16 de junho de 2010: “counterterrorism strategy is a component of a counterinsurgency strategy, without question”, US Government, 2010b: 32. Ver capítulo “COIN vs CT” (contrainsurgência versus contraterrorismo) em Kaplan, 2013: 294-318.

¹¹⁶⁴ Sanger, 2012: 10; “In Afghanistan, an alternative to the present U.S. counterinsurgency strategy would be a shift to smaller, highly mobile counterterror units backed by extensive

as eleições em 2008 que os objetivos estratégicos para a região se traduziam em objetivos bem mais modestos do que os inicialmente anunciados para a região: (1) evitar que Cabul ficasse nas mãos dos talibãs; (2) dismantelar e derrotar a al-Qaeda; e (3) impedir que os terroristas possam aceder ao programa nuclear paquistanês. Como podemos observar, os dois últimos objetivos pouco tinham a ver com o Afeganistão¹¹⁶⁵.

Sem nos tentarmos alongar sobre a extensão e influência que o Paquistão tem nas operações a decorrer no Afeganistão, lembramos pelo menos que existe uma forte suspeição do apoio dos serviços secretos aos talibãs e à rede Haqqani¹¹⁶⁶. Para os paquistaneses existia a possibilidade de os EUA os abandonarem depois de sentirem que tinham a situação razoavelmente controlada. Como o próprio Richard Holbrooke reconheceu, após os EUA terem aprovado uma lei intitulada “Kerry-Lugar-Berman” a 15 de outubro de 2009 (que garantia ao Paquistão 1,5 mil milhões de dólares anuais em programas de desenvolvimento): “Os Paquistaneses sabem que mais cedo ou mais tarde, nós nos iremos embora, porque é isso que sempre fazemos”¹¹⁶⁷. Petraeus afirmou o mesmo em 2010¹¹⁶⁸. O Paquistão intitularia esta possível próxima saída como a “quarta traição” uma vez que, argumentavam, os EUA já tinham abandonado o país por três vezes: quando a Índia invadiu em 1965 e 1971 e depois da saída da URSS do Afeganistão em 1989¹¹⁶⁹.

Obama queria demarcar-se das estratégias “Rumsfeld” e reconhecia que a opção de, nos primeiros anos, empregar um número muito pequeno de forças no Afeganistão, tinha permitido aos talibãs regressar dos seus santuários do Paquistão e ganharem posição no Afeganistão. Por outro lado, Obama acrescentava que queria reforçar o território com “especialistas em agricultura, professores, engenheiros e juristas” e

surveillance and airpower assets”, Armitage, 2011: 14; de alguma forma também esta visão tinha sido proposta em 2010 por Cordesman, 2010 : 18.

¹¹⁶⁵ A lista de todos os objetivos está em Bowman, 2009: 11 e Sanger, 2012: 11-12.

¹¹⁶⁶ Bowman, 2009: 26 e Sanger, 2012: 13.

¹¹⁶⁷ Collins, 2011: 47; Sanger, 2012: 20; na comparação entre a importância dos países para os EUA Holbrooke costumava afirmar que “um Afeganistão estável não é essencial mas um Paquistão estável é”, Sanger, 2012: 132.

¹¹⁶⁸ David Petraeus ao Congresso dos EUA em 16 de junho de 2010: “Three times before, including after Charlie Wilson’s War, we left precipitously after and left them with holding the bag”, US Government, 2010b: 50.

¹¹⁶⁹ Sanger, 2012: 135 e Armitage, 2011: 19-22.

assim, além de um *surge* em militares, ordenava também um crescimento “substancial de civis no terreno”, um “civilian surge” a ser gerido pelo “State Department”¹¹⁷⁰.

As eleições de 2009 no Afeganistão foram um marco importante em todo este processo. O Governo de Obama parecia favorecer uma solução que levasse ao afastamento do Presidente Karzai e, de uma forma pouco discreta, apoiou a candidatura de Ashraf Ghani, antigo funcionário do Banco Mundial, mas que dificilmente teria suficiente apoio popular. Também concorria Abdullah Abdullah, da etnia tajique que, por essa razão, também teria dificuldade em ser eleito num país com uma maioria pasthun, a etnia de Karzai¹¹⁷¹. Trazemos esta complexidade das eleições para este capítulo porque ajudam a perceber o ambiente em que um comandante no terreno tem de operar e como as opções políticas tomadas pelos governos de que depende, neste caso o Governo dos EUA, o condicionam na coordenação com o Presidente do Governo (que as forças internacionais, civis e militares, estão a apoiar).

A segurança e a transparência na realização das eleições foram responsabilidade das forças estacionadas no Afeganistão e das várias entidades internacionais, nomeadamente a ONU. Em agosto de 2009 realizaram-se as eleições marcadas pelos inevitáveis ataques talibãs, as ameaças que os mesmos fizeram de cortar os dedos a quem fosse votar e os inúmeros casos de fraude que levaram à desqualificação de cerca de 29% dos votos. Os resultados obrigaram assim a uma segunda volta nas eleições entre Karzai e Abdullah. O medo de muitas populações em voltarem a votar e, por outro lado, o modo como Abdullah se queixava de o processo não poder ser verificado como credível, levaram a que este último decidisse abandonar o processo e, assim, Karzai foi eleito sem recurso à segunda volta¹¹⁷².

Durante este longo período eleitoral registaram-se inúmeras acusações feitas a Karzai, tanto por altos responsáveis americanos quanto europeus e o ambiente de cooperação ficou comprometido com os inevitáveis reflexos para quem tinha a autoridade de liderar o esforço no terreno. Karzai teve um “desabafo” que ficou célebre na altura: “Se esta pressão internacional continuar talvez me junte aos talibãs”¹¹⁷³. A este ambiente de crispação somaram-se as inúmeras fugas do “Wikileaks” nas quais apareciam declarações do Embaixador americano no Afeganistão, Eikenberry, muito

¹¹⁷⁰ Sanger, 2012: 18-20.

¹¹⁷¹ Sanger, 2012: 24 e Katzman, 2010: 12-13.

¹¹⁷² Sanger, 2012: 24-25 e Pires, 2011a: 39-40.

¹¹⁷³ Sanger, 2012: 37.

críticas das propostas do *surge* de McChrystal e dizendo que assim apenas se iria aumentar a “dependência afegã” do esforço internacional¹¹⁷⁴.

Outro fator relevante era a dificuldade de encontrar entre os talibãs (e outros grupos opositores) com quem coordenar e dialogar para obter compromissos políticos ou estabelecer acordos. Richard Holbrooke queixou-se frequentemente de que não sabia com quem falar¹¹⁷⁵. Holbrooke defendeu uma solução regional e abrangente, que envolvesse os talibãs e o Afeganistão mas também o Paquistão, a Índia e o Irão. Ele afirmou várias vezes que “esta guerra não se vence no campo de batalha” e que tinha de se falar com os talibãs¹¹⁷⁶. À questão de encontrar os interlocutores certos juntava-se o lado emocional de ter de “negociar com terroristas”. Só muito mais tarde em 2011, com a contestação de muitos responsáveis políticos, se iniciaram tentativas de negociação com os talibãs através do Qatar e com o sucessor de Holbrooke (que entretanto faleceu), Marc Grossman: estas negociações iriam decorrer, sem acordos visíveis, muito para além do período essencial em estudo pelo que não as iremos aprofundar¹¹⁷⁷.

No entanto, em 2010, o esforço internacional no Afeganistão tinha obtido alguns resultados visíveis: 85% da população tinha acesso a cuidados de saúde (apenas 9% o tinha em 2002); 6,2 milhões de crianças, das quais 40% do sexo feminino, frequentavam a escola (em 2002 quase não havia meninas na escola); em muitas províncias havia afegãos eleitos e em exercício de funções e milhões de refugiados da época talibã tinham retornado ao país. Mas havia muito por fazer: o tráfico de ópio não parava de crescer e, embora os talibãs tivessem perdido terreno no sul, os ataques da rede Haqqani estavam a aumentar no leste e não havia forma de garantir que os êxitos entretanto alcançados em algumas áreas como Kandahar ou Helmand fossem para durar¹¹⁷⁸.

¹¹⁷⁴ Sanger, 2012: 33; no entanto McChrystal tentará manter uma atitude de cooperação: “Karl Eikenberry and I chaired a civilian-military coordination meeting (...) designed to maintain the teamwork essential to any COIN campaign”, McChrystal, 2013: 305.

¹¹⁷⁵ “Ao menos nos Balcãs sabia com quem falar” disse Holbrooke, Sanger, 2012: 115.

¹¹⁷⁶ “Mullah Omar é incrivelmente importante e parte de qualquer solução para a guerra” afirmara Holbrooke, Sanger, 2012: 177 e 119; sobre o papel do Irão e outros atores regionais ver Bowman, 2009: 32-35 e 64-66.

¹¹⁷⁷ Todo este processo até 2011 não passou de simples “talks about talks”, Rutting, 2011: 46; Descrição do processo de negociação iniciado no Qatar em Sanger, 2012: 116-128.

¹¹⁷⁸ Sanger, 2012: 47-48; a Subsecretária da Defesa, Michèle Flournoy, em abril de 2009 afirmou: “we must eliminate their safe haven in Pakistan and, also, work to prevent its reemergence in Afghanistan”, US Government, 2010a: 5.

Assim, quando Petraeus assumiu o comando no Afeganistão, pretendia-se consolidar alguns ganhos obtidos em Kandahar e Helmand e, logo que possível, redistribuir as forças para a fronteira com o Paquistão para refrear o crescimento da rede Haqqani¹¹⁷⁹. Efetivamente, Petraeus tomou algumas decisões que provocaram significativas alterações na intensidade e direção da guerra e aumentou o número de operações executadas pelas operações especiais e pelo poder aéreo americano contra comandantes talibãs e as várias redes a operar¹¹⁸⁰. Petraeus afirmou perante o Congresso dos EUA, em março de 2011, que o “momentum” tinha sido efetivamente revertido mas os ganhos obtidos teriam de ser sustentados¹¹⁸¹. Para além de tudo o que já foi referido para a importância das ações sobre o Paquistão, basta lembrar os efeitos que têm os ataques em território paquistanês sobre as operações a decorrer no Afeganistão. Por exemplo, em novembro de 2011, um erro levou à morte de 24 soldados paquistaneses e, como retaliação, o Paquistão mandou fechar a fronteira com o Afeganistão e “exigiu” a revisão da parceria estratégica com os EUA. Todo o apoio logístico da NATO feito através desta fronteira ficou comprometido, as operações afetadas e a possibilidade de futuras intervenções em território paquistanês foram seriamente prejudicadas¹¹⁸².

Em face das últimas atividades sobre o Paquistão, em especial depois do raide sobre Bin Laden em maio de 2011, os EUA adotaram uma estratégia denominada de “mitigada” que detalhava três objetivos para o Paquistão: (1) garantir a segurança do arsenal nuclear e preparar para rapidamente encontrar e neutralizar armas / substâncias desaparecidas; (2) impedir que os extremistas tomassem o poder em Islamabad através de um permanente programa de apoio e (3) manter a pressão sobre os insurgentes e a al-Qaeda, em especial, através de ataques de drones¹¹⁸³. Ou seja, como afirma Cowper-Coles, a morte de Ossama Bin Laden “mudou tudo e nada mudou”, porque se, por um lado, finalmente significou a eliminação do principal responsável pelo envolvimento dos EUA nesta região, também demonstrou que as

¹¹⁷⁹ Sanger, 2012: 52.

¹¹⁸⁰ “Petraeus made major changes in the pace of the direction of the war (...) indeed encouraged more violence, lifting the limits McChrystal had placed on the use of airpower and on ISAF rules of engagement”, Cowper-Coles, 2011: 13.

¹¹⁸¹ “It is ISAF’s assessment that the momentum achieved by the Taliban in Afghanistan since 2005 has been arrested in much of the country and reversed in a number of important areas”, US Government, 2011: 7.

¹¹⁸² Sanger, 2012: 133.

¹¹⁸³ Sanger, 2012: 134.

relações com o Paquistão estavam longe de ter atingido um grau de confiança e estabilidade que permitisse um esforço conjunto para prevenir futuras ameaças¹¹⁸⁴.

O quadro de análise regional estende-se também a outros países como por exemplo a Arábia Saudita, a Rússia, a China, a Turquia, a Índia e o Irão¹¹⁸⁵. Como afirma Joseph Collins, cada um destes países tinha a sua agenda e interesses divergentes, pelo que, embora nos tenhamos centrado na análise da questão Paquistão-Afeganistão, a complexidade extravasa estes dois atores regionais e apenas pode ser entendida se for analisada dentro deste quadro mais alargado¹¹⁸⁶.

6.2 Coligações e alianças

Petraeus teve de lidar com um Governo afegão “incrivelmente corrupto”, com forças armadas onde muitas unidades militares não sabiam, ou não queriam, combater, e ainda com uma coligação de 49 países, acerca da qual Paula Broadwell (antiga oficial do Exército Americano e investigadora universitária) afirmou existirem alguns aliados que não eram “muito melhores que os afegãos”. Doug Ollivant lembrou que a coordenação entre os aliados da NATO e os afegãos era “estruturalmente disfuncional”¹¹⁸⁷, especialmente na coordenação e ligação com / entre as entidades civis. David Kilcullen acrescentou que a profusão de comandos e sistemas multinacionais e a relutância por parte de algumas nações em se envolverem decisivamente no conflito levou a que muitos se recusassem a participar no esforço coletivo de contrainsurgência¹¹⁸⁸.

Um das piadas habituais usadas pelos americanos era a de que a sigla ISAF significaria “I Saw Americans Fight” (eu vi os americanos a combater) assinalando as diferentes posturas e restrições operacionais (caveats) que levavam muitas forças presentes a não participar em missões de combate ou mesmo a não se deslocarem para áreas consideradas perigosas¹¹⁸⁹.

¹¹⁸⁴ Cowper-Coles, 2011: 16-17.

¹¹⁸⁵ Sobre este tema ver o estudo comparativo entre os vários atores em Rodrigues, 2011: 134-137, Katzman, 2010: 51-61 e Almendra nas perguntas 2, 3 e 4 no Anexo D - Entrevistas.

¹¹⁸⁶ Sobre o quadro regional alargado ver Collins, 2011: 78-80 e 94-98.

¹¹⁸⁷ Broadwell, 2012: 24.

¹¹⁸⁸ Kilcullen, 2010: 23; “the leaders of the primary international assistance efforts rarely speak with a unified voice”, Bowman, 2009: 56.

¹¹⁸⁹ Bowman, 2009: 16-17; Sanger, 2012: 47; “The complexity of NATO strategic decision-making and national caveats make planning much harder”, Kilcullen, 2009: 111; Telo, 2013: 123-125.

Os principais líderes americanos queixavam-se frequentemente da falta de apoio dos seus aliados, em especial dos países da NATO. Em 2004 Paul Wolfowitz afirmou que os Europeus “falavam muito mas não disponibilizavam meios para o terreno”. Quando os Comandos da NATO e da ISAF se juntaram num único comando com a finalidade de garantir a coerência das operações no Afeganistão houve algumas nações europeias que contestaram esta decisão, nomeadamente a França e a Alemanha, porque tal significaria estarem a combater os talibãs¹¹⁹⁰. As críticas dos americanos dirigiam-se a todos, inclusivamente ao seu principal aliado, o RU¹¹⁹¹. Naturalmente que também os aliados se queixavam dos americanos. O comandante do Exército Britânico (e que foi o segundo comandante em Cabul até janeiro de 2011, ocupando as funções de comandante entre McChrystal e Petraeus), General Nick Parker, afirmou que trabalhar com os EUA era como “dormir com um elefante”, porque, nas suas palavras, “por mais calmo e amigável que ele seja, acaba-se sendo afetado por cada movimento e bramido da fera”, o que nos dá uma ideia muito real do enorme “peso” dos EUA relativamente aos seus aliados, inclusivamente, a um dos de maior “peso”, o RU¹¹⁹².

O General Parker propôs uma postura pragmática, uma vez que a dimensão dos EUA era esmagadora em relação a todos os seus aliados, defendendo que deviam ser os EUA a garantir a coerência da missão. Nas suas palavras: “façamos tudo o possível para reforçar a coesão e o impulso que isso geraria: o país com a maior participação deve dispor de mecanismos de comando e controle mais rígidos, de um estado-maior mais efetivo e de recursos para explorar as prioridades e o esforço principal”. Comparou inclusivamente ambas as missões, Iraque e Afeganistão, para dizer que no Iraque as coisas funcionaram melhor porque, obviamente por razões políticas e por falta de apoio de muitos possíveis aliados, existia uma cadeia de comando simplificada, única, e apoiada apenas nos EUA. No Afeganistão, disse Parker, “a situação é elevada a níveis muito mais complexos” e, acrescentou, “há muitos atores

¹¹⁹⁰ “A NATO não está preparada para missões de contraterrorismo” afirmou o Ministro da Defesa francês Michèle Alliot-Marie, Rashid, 2009: 353; Almendra afirmou que os EUA aceitaram o comando da NATO porque os aliados tinham mais credibilidade junto de Karzai e da comunidade internacional, perguntas 3 e 4 no Anexo D - Entrevistas.

¹¹⁹¹ O que levou Ledwidge a dizer que muitas vezes a reação americana quanto à presença britânica era: “Oh no, the British are here!”, Ledwidge, 2011: 97.

¹¹⁹² Parker, 2011: 57; confirmado por Stufflebeem na pergunta 3 onde se pode ler que os EUA, mesmo quando estão a comandar uma operação da NATO mantêm sempre uma cadeia de comando “paralela” e estritamente nacional para o caso de a NATO falhar, Anexo D - Entrevistas.

internacionais internos e externos à coligação, todos eles com objetivos diferentes; alguns deles subtis, outros nem tanto”¹¹⁹³. Afirmou ainda, que se dentro dos EUA foi possível obter e discutir as decisões políticas estratégicas, ele estava profundamente desiludido com a cadeia de comando da NATO. Ou porque não tinha a força de Washington, ou porque a NATO não encontrou formas de se afirmar, ou ainda porque pouca ajuda recebeu através de diretivas e decisões claras¹¹⁹⁴.

Ollivant afirmou também que estavam a decorrer três guerras simultâneas no Afeganistão, o que levava a uma dispersão de objetivos e recursos: (1) contra a al-Qaeda e outros grupos terroristas; (2) contra os talibãs; e (3) entre os “urbanos” e os “rurais”. Petraeus defendeu que se devia seguir princípios claros como, por exemplo, entender que a estabilização de uma contrainsurgência não podia ter início antes de a segurança estar minimamente assegurada mas ter a flexibilidade suficiente para atuar de forma diferente em áreas e regiões distintas. Ou seja, em alguns lados poder-se-ia estar ainda a tentar criar uma situação de segurança enquanto noutros já se poderiam desenvolver amplamente ações de melhoramento económico e social¹¹⁹⁵. A aplicação desta visão de Petraeus, na prática, levou a que muitos dos talibãs fossem efetivamente obrigados a retirar para os seus santuários, tanto no Afeganistão como para lá da fronteira, no Paquistão¹¹⁹⁶.

A falta de segurança levava a que muita da ação internacional não fosse efetuada. Mesmo em Cabul, onde não ocorriam ataques todos os dias, a rede Haqqani e os talibãs conseguiam destabilizar a capital do Afeganistão, provando que a mesma não era segura. Em consequência, muitos dos estrangeiros a viver em Cabul raramente saíam das suas áreas fortificadas, nunca interagiam com afegãos e havia alguns que, devido a normas e restrições impostas pelos seus países, estavam praticamente impedidos de estabelecer contactos com a população afegã. Este afastamento físico entre a comunidade internacional e os afegãos tornou difícil implementar as recomendações da “conferência de Cabul”, de julho de 2010, para que fossem os afegãos a liderar um projeto integrado de desenvolvimento, governabilidade e segurança.

¹¹⁹³ Parker, 2011: 63-64; Almendra nas perguntas 3 e 4, Anexo D - Entrevistas.

¹¹⁹⁴ Parker nas perguntas 2 e 3, Anexo D – Entrevistas.

¹¹⁹⁵ Broadwell, 2012: 110 e 277.

¹¹⁹⁶ “Thanks to General Petraeus tactics, the Taliban took a hammering and pulled back into their sanctuaries within Afghanistan and across the border in Pakistan”, Cowper-Coles, 2011: 14.

A palavra-chave era “Afghan-led”¹¹⁹⁷. A responsabilidade de garantir que a responsabilidade pela defesa e segurança seria de facto liderada pelos afegãos estava entregue às Nações Unidas que com a resolução do Conselho de Segurança n.º 1974, reforçou a sua importância na liderança deste processo. Esta importante conferência em Cabul no verão de 2010, patrocinada pelas Nações Unidas, terminou com um comunicado que em síntese dizia que todos os participantes aceitavam que deveria ser “a ONU, como principal responsável, a garantir as condições para um efetivo governo por parte dos afegãos” e que assim, os esforços civis continuariam ser da responsabilidade das Nações Unidas¹¹⁹⁸. Parecia ser assim um facto incontornável de que a coordenação entre civis e militares teria de ser sempre também entre instituições, neste caso, entre a ISAF e a ONU.

Uma das questões que mais marcaram o comando de Petraeus no Afeganistão foi o anúncio do Presidente dos EUA sobre a data do início do regresso dos militares americanos. Esta decisão foi discutida entre os vários intervenientes e Petraeus, embora aparentemente tivesse uma opinião diferente, foi ouvido e participou ativamente no processo com Obama, Mullen, Biden, Gates e Clinton¹¹⁹⁹. Quando Obama tomou a decisão, sabia o que pensava o comandante no terreno, Petraeus, e os principais responsáveis pelas decisões políticas e estratégicas da nação.

Embora a proposta de Petraeus não tenha sido aceite, tinha sido ouvido e assim sentia-se à vontade com a forma como a decisão tinha sido tomada. Petraeus defendeu que, no processo de decisão política, cabia aos líderes militares antecipadamente darem o seu parecer “militar” e não um parecer “político”. Se a decisão política fosse depois “inaceitável” por parte do militar, este deveria apresentar a sua demissão, ou alertar para os riscos que, na sua opinião, a mesma implicava para o cumprimento da missão, acatando porém a decisão superior. Foi isso que Petraeus fez e afirmou-o publicamente quando disse que “obviamente apoio a decisão do comandante-chefe”¹²⁰⁰.

Esta é uma questão que temos vindo abordar desde o início do trabalho. A lealdade de um chefe militar traduz-se por apresentar de forma direta e clara a sua opinião num parecer (proposta ou recomendação) ao poder político de quem depende¹²⁰¹. Como vimos nos capítulos anteriores, foi assim que sucedeu. Assim foi no caso de

¹¹⁹⁷ Sanger, 2012: 43.

¹¹⁹⁸ Tanin, 2011: 60.

¹¹⁹⁹ Sanger, 2012: 55 e Broadwell, 2012: 296.

¹²⁰⁰ US Government, 2010b: 17; Broadwell, 2012: 152, 298 e 302.

¹²⁰¹ David Petraeus no Congresso a 23 de junho de 2011: “My goal has been to speak truth to power”, US Government, 2012: 8.

Wellington com os sucessivos governos britânicos, portugueses e espanhóis, entre a numerosa correspondência, em que se podia ler sempre a sua opinião e visão e, mesmo quando as decisões eram diferentes do que tinha proposto, o facto de não deixar de as cumprir. No caso de Spínola, com a “difícil” relação com o Presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano, assistimos a um afastar de posições pelo que, não concordando Spínola com algumas das decisões superiores, teve de se afastar das suas funções. Por fim na relação com o seu “comandante-chefe”, tanto com Bush como com Obama, Petraeus apresentou sempre a sua visão, teve ocasião de a discutir e de participar nas propostas finais e, quando a decisão final foi diferente da que tinha sugerido, aceitou-a porque se sentiu em condições de executar e cumprir as determinações superiores¹²⁰².

A expressão “comandante-chefe” que os Presidentes dos EUA acumulam ganha, na nossa opinião, um aspeto reforçado nas decisões de Obama em 2010 e 2011 relativamente ao Afeganistão e ao Paquistão. Apesar dos vários pareceres e estudos recebidos, depois de escutar diferentes opiniões, incluindo dos generais responsáveis pela guerra, Obama tomou a decisão “sozinho”. Entendia que não poderia refazer a campanha no Afeganistão, que já não seria possível conquistar os “corações e mentes” da população afegã e que, para preservar os interesses americanos na região do Paquistão e Afeganistão, teria de usar os instrumentos de poder de forma mais limitada e por vezes mais agressiva¹²⁰³. Assim a expressão “comandante-chefe” é um estender holístico no processo de decisão político e militar. Se é verdade que a decisão política cabe ao responsável máximo da política, também é importante que as decisões sejam assumidas ao nível militar por quem as decide e determina. O Presidente é simultaneamente comandante-chefe das Forças Armadas Americanas e como tal o principal responsável pela vidas dos militares em campanha. Petraeus assumiu as decisões do Presidente porque a ele se subordinava, tal como o Presidente assumiu as suas responsabilidades como comandante-chefe, ou seja, como comandante do comandante e dos seus soldados no Afeganistão.

Em novembro de 2010, na Cimeira da NATO em Lisboa, os EUA e a NATO fizeram saber que a retirada parcial de forças do Afeganistão, a partir de julho 2011, já não estaria dependente das condições no terreno. Obama anunciou ao país e ao mundo a sua decisão de que a retirada seria gradual, que se passaria das missões de combate

¹²⁰² David Petraeus no Congresso a 16 de junho de 2010: “think I have an obligation to the President and to our troops and to you, the American people, to ask for more troops. That is what we do. And I know that he expects us to give him our best professional military advice and then also to support the policy when the decision is made”, US Government, 2010b: 25.

¹²⁰³ Sanger, 2012: 57.

para as de apoio às forças afegãs e que, em 2014, o processo estaria completo¹²⁰⁴. Obama afirmou ainda que os EUA apoiariam iniciativas de reconciliação entre o Governo afegão e terminou o seu discurso com uma declaração que traduziu uma nova postura americana face a esta tipologia de conflitos: “Estas longas guerras chegarão, de forma responsável, ao fim”. Para Obama, a Guerra no Afeganistão deixava assim de ser uma “guerra necessária”, como tinha sido nos anos anteriores e, como tal, deixaria de se justificar uma grande presença militar no território¹²⁰⁵.

Ficou claro que a retirada se iria mesmo realizar e, para além dos EUA, muitas nações começaram a anunciar a saída do Afeganistão, muito antes de 2014: os holandeses já tinham saído, o Canadá sairia durante o verão de 2011, os franceses anunciaram que iriam sair antes de 2014¹²⁰⁶.

No final da missão no Afeganistão Petraeus encontrava-se ciente de que a situação estava longe de estar estabilizada. Todos os ganhos eram por isso considerados como “frágeis e reversíveis” e, por isso, nunca falou de vitória, antes utilizou o termo “progresso”¹²⁰⁷.

6.3 Cooperação entre civis e militares, “Nation-Building”, desenvolvimento, segurança e financiamento

Petraeus, antes de terminar a sua missão em Cabul, reuniu-se com cerca de 70 representantes civis dos países que ajudavam o Afeganistão num encontro presidido pelo Ministro de Negócios Estrangeiros afegão. Seguiu-se uma reunião tripartida entre autoridades afegãs e paquistanesas e os representantes militares da NATO¹²⁰⁸. Estas duas reuniões simbolizaram o encontro entre componentes civis e militares, entre os problemas regionais e políticos, os desafios políticos e estratégicos¹²⁰⁹. Como

¹²⁰⁴ Richard Holbrooke, um mês antes de morrer, tinha terminado um plano de “saída” de uma guerra que tinha causado mais de 1.500 mortos aos EUA e um custo superior a 400 mil milhões de dólares, Sanger, 2012: 114.

¹²⁰⁵ Broadwell, 2012: 309 e Sanger, 2012: 131.

¹²⁰⁶ Sanger, 2012: 46-47.

¹²⁰⁷ Broadwell, 2012: 312; “Afghanistan is going to require sustained support even beyond the 2014 goals established at the Lisbon summit”, disse David Petraeus em 18 de março de 2011 numa entrevista ao *PRISM 2*, nº3.

¹²⁰⁸ Broadwell, 2012: 313.

¹²⁰⁹ “What is needed is civil-military coordination, the achievement of unity of effort among all of those engaged in the effort, regardless of department or agency, or country for that matter. We have 48 troop-contributing nations active in Afghanistan, and some other major donors like Japan. There is a Civil-Military Campaign Plan in Afghanistan now that helps enormously to coordinate the activities of civil and military elements, to synchronize the effects that they are

referiram Steve Bowman e Catherine Dale (especialistas em assuntos de Defesa que elaboraram um relatório sobre a situação no Afeganistão em 2009, a pedido do Congresso americano), a questão resumia-se a tentar encontrar o “equilíbrio e a integração de civis e militares”¹²¹⁰.

Por forma a garantir um permanente aconselhamento e crítica à estratégia e práticas escolhidas, Petraeus usou o CAAT (Counterinsurgency Advisory and Assistance Team), criado por McChrystal em 2009 e que era uma réplica do que Petraeus criara no Iraque (o já referido JSAT). Tratou-se de um grupo de peritos que, a partir de observações no terreno, o aconselhou e corrigiu e ainda propôs soluções alternativas¹²¹¹. No seu primeiro mês no Afeganistão Petraeus difundiu um documento de 4 páginas com 24 princípios para acompanhar a implementação da doutrina de contrainsurgência, o já referido FM 3-24, entretanto já conhecido na gíria por “King David’s Bible” devido ao papel que Petraeus, como vimos, tinha desempenhado na sua elaboração¹²¹².

As atividades seriam então divididas em sete grandes categorias: operações cinéticas, política, informações, operações de detenção, operações de informação, aproximação internacional e as operações não-cinéticas¹²¹³ (estas últimas incluíam programas para a criação de emprego, educação, justiça e desenvolvimento). As sete principais atividades eram decompostas, no “famoso slide” do General Petraeus sobre a estratégia denominada de “Anaconda”¹²¹⁴, em vinte e seis tarefas, entre as quais gostaríamos de destacar alguns dos programas especiais, como por exemplo: a “task-force” formada contra a corrupção; a “law field force” para lidar com o sistema prisional; a “rule of law initiative” para lidar com o sistema de justiça¹²¹⁵; as de “support legitimate

seeking to achieve, and so forth”, David Petraeus em 18 de março de 2011 na entrevista ao PRISM 2, n.º3.

¹²¹⁰ Bowman, 2009: 73.

¹²¹¹ McChrystal, 2013: 317; Broadwell, 2012: 17; David Petraeus ao Congresso a 23 de junho de 2011: “I have long enjoyed vigorous debate and discussion”, US Government, 2012: 8.

¹²¹² Broadwell, 2012: 59.

¹²¹³ “Kinetic operations, politics, intelligence, detainee operations, information operations, international engagement and non-kinetics”, Broadwell, 2012: 138.

¹²¹⁴ O slide da Anaconda para o Iraque está disponível em Perez, 2011: 45 e o da Anaconda para o Afeganistão em appendix C, Broadwell, 2012; pode ser encontrado online em múltiplos sites, como por exemplo: <http://blog.washingtonpost.com/inteldump/anaconda.jpg> ou <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-parable-of-little-america-a-discussion-with-rajiv-chandrasekaran> (consultado em 16 de dezembro de 2012).

¹²¹⁵ O responsável pelo programa de implementar o sistema de justice, “Martins, a military lawyer”, comandava uma vasta equipa constituída por “hundreds of U.S. combat troops and

governance” e “foster sustainable socioeconomic development” em complemento das anteriores; e a de “neutralize criminal patronage networks” contra o crime e a já referida “support the development of the Afghan Armed and Security Forces” para apoiar o levantamento das forças armadas e de segurança afegãs¹²¹⁶.

A estratégia da Anaconda de Petraeus desenvolvia-se através de uma aproximação tipo “whole of government”, como uma cobra em que todos os elementos, civis e militares, governamentais e privados, eram usados para “asfixiar” as ações dos insurgentes ou dos terroristas¹²¹⁷. As ações organizadas em programas, todos considerados essenciais nesta estratégia, competiam diretamente com a ação dos talibãs que, em muitos casos, obtinha melhores resultados. No caso da justiça, por exemplo, os “governos sombra” talibãs tinham sido mais rápidos e eficazes na administração da mesma. Embora tivesse por princípio um sistema baseado na aplicação da Sharia, contrastava com a lentidão dos tribunais e sistemas afegãos apoiados pelos aliados¹²¹⁸.

Um dos programas mais significativos era o combate contra a corrupção. A Subsecretária da Defesa, Flournoy, defendeu perante o Congresso, em março de 2011, que era a corrupção que alimentava a insurgência e Petraeus, numa perspectiva realista, disse que não seria possível transformar o Afeganistão numa “Suíça” mas conseguir-se-iam bons resultados para diminuir o fenómeno significativamente¹²¹⁹.

Se houve uma atividade onde se desenvolveu uma aproximação holística entre civis e militares foi no campo das informações (intelligence). Não só passou a haver uma maior e mais coordenada partilha de informações como os procedimentos foram simplificados para tornar as mesmas mais acessíveis, menos classificadas (em

legal experts to support his rule of law initiative (...), Afghan provincial judges and prosecutors”, Broadwell, 2012: 172.

¹²¹⁶ Todos estes programas de grande importância para a estratégia de Petraeus tinham na liderança homens da sua confiança, todos referidos anteriormente, como Martins, McMaster ou Caldwell.

¹²¹⁷ US Government, 2010b: 32 e 34.

¹²¹⁸ “Since 2006, Taliban judges have administered sharia-based judgments, trumping Karzai’s slow and sometimes corrupt civil courts”, Collins, 2011: 77.

¹²¹⁹ Disse em audiência perante o Congresso a 16 de março de 2011: “we must work with the Afghan government to tackle corruption, especially the predatory corruption that erodes public trust and fuels the insurgency (...) With respect to corruption, we are not, of course, trying to turn Afghanistan into Switzerland in a decade or less. There is a very realistic understanding of the conditions in tribal societies and in village-by-village, valley-by-valley in Afghanistan”, US Government, 2011: 6 e 20.

secreto, confidencial, etc.) e rapidamente disponibilizadas¹²²⁰. David Petraeus afirmou que era possível e desejável a integração das informações entre civis e militares, entre as várias nações presentes e, com algumas limitações, com o próprio Governo Afegão. Petraeus declarou que tinham sido os EUA a liderar este esforço de integração e Nick Parker, segundo comandante no Afeganistão, reforçou a importância do conceito de nação diretora (lead-nation), ou seja, de que cada nação estava decidida (ou não) a partilhar com a mesma (ver explicitação deste conceito também no capítulo 1). Parker afirmou ainda que, no caso da NATO, havia um longo caminho a percorrer neste sentido mas que, para o caso específico dos EUA, era evidente, mesmo para um estrangeiro, um elevado grau de partilha entre todos. No entanto, alerta-nos o almirante Stufflebeem, um dos responsáveis pelo planeamento estratégico do Pentágono após o 11 de setembro, que embora possível, era extremamente difícil, até pelas limitações do direito (informações internas e externas), fazer a integração entre informações civis e militares (mesmo dentro dos próprios EUA). Almendra vai mais longe na crítica e diz que esta partilha de informações, embora possível entre os meios de uma mesma nação, era praticamente inexistente entre as várias nações da NATO e quase sempre, e apenas, a um nível tático, havendo pouca (ou quase nenhuma) partilha aos níveis operacional e estratégico¹²²¹. Parece-nos assim que teremos de concluir que o sistema funcionou para os EUA mas foi pouco eficaz entre as várias nações presentes. Ou seja, embora o conceito pudesse estar correto, a prática e a (pouca) vontade de partilhar entre as nações, prevaleceu e impôs-se.

Algumas das soluções de Petraeus foram parecidas com as de Spínola para a Guiné: descentralizar o nível da decisão até ao nível Batalhão ou Companhia¹²²²; incentivar as organizações tradicionais de poder como a “Loya Jirga”, uma assembleia geral entre os principais líderes “tribais” e, tal como Spínola, organizada como os “Congressos do Povo”; aumentar as capacidades civis para conseguir maior desenvolvimento e melhor governo.

No Afeganistão, como no Iraque, existia um número elevado de empresas privadas de segurança e algumas tinham responsabilidades que eram habitualmente

¹²²⁰ “Holistic Intelligence”, Ledwidge, 2011: 223-230.

¹²²¹ Petraeus, Parker, Stufflebeem e Almendra na pergunta 1, Anexo D – Entrevistas; também as conclusões são genericamente coincidentes no relatório do Secretary of Defense sobre as informações em COIN no Afeganistão, DSB, 2011.

¹²²² Não apenas na execução tática mas também na perceção política dos desafios e soluções “understanding politics at the tribal level was key for a succesful transition”, Broadwell, 2012: 23 e 63; “Afghanistan is not a war of brigade-sized units (5 000 men) or battalion-sized units (600); it is a war in which 100-man companies are defining maneuver units”, Ledwidge, 2011: 133.

consideradas da exclusiva responsabilidade de organismos do Estado, como por exemplo, responsabilidades em matéria de realização de interrogatórios, de gestão de prisões ou de implementação de programas de erradicação de droga¹²²³. Se juntarmos outras tarefas entregues a empresas privadas como a de fornecer escoltas armadas, treino de polícia e do exército, construir escolas e abrir poços, vemos como estas tarefas, geralmente da responsabilidade do State Department, da USAID ou da Forças Armadas, eram agora efetuadas por muitas e diferentes entidades, governamentais e não-governamentais¹²²⁴. Na questão das empresas privadas “tinha havido uma grande evolução desde o Iraque” afirmou Petraeus ao Congresso em junho de 2010. De facto, tinha-se reconhecido que muitas das atividades destas empresas colocavam problemas na “coerência das operações” pelo que, com base nas denominadas “lições aprendidas”, se fizeram alterações e se mudaram procedimentos para o Afeganistão que obrigaram a uma partilha permanente de informação sobre as atividades das companhias privadas, em especial sobre as áreas onde operavam, que estradas utilizavam ou que unidades afegãs estariam a apoiar. As empresas privadas passaram a receber diretivas sobre o que deviam fazer e criaram-se mecanismos para as responsabilizar pelas ações tomadas¹²²⁵.

Petraeus defendeu que, embora a coordenação civil-militar fosse boa no Afeganistão, foram as medidas entretanto tomadas que permitiram uma maior coordenação e responsabilização das várias entidades no terreno. Por exemplo, a nomeação de um alto responsável civil da NATO e de um representante civil para cada nível dos comandos regionais foi determinante para aprofundar a assunção de maiores responsabilidades pelas áreas civis¹²²⁶. A par do *surge* militar seguiu-se o que

¹²²³ Menezes, 2010: 81 e Rashid, 2009: 304.

¹²²⁴ A rivalidade entre civis e militares é antiga e atual, ver capítulo em Ledwidge, 2011: 205-207.

¹²²⁵ David Petraeus disse ao Congresso em 16 de junho de 2010: “we learned these lessons, some of them the hard way, in Iraq - to get them [as empresas privadas] more integrated into our situational awareness tools, and command and control, and common operational picture, and the like, to make sure that we de-conflict their activities to make sure there is not fratricide, they are not interfering with one another, and so forth”, US Government, 2010b: 18-20. Também é de referir que as empresas privadas passaram a receber diretivas tal como as restantes entidades: “Ensuring proper guidelines, oversight, and legal accountability is essential”, Brooks, 2011: 191. Sobre a sugestão de criar uma lei Internacional para regular as atividades das empresas privadas, denominada “international humanitarian law (“IHL”)” ver Gaston, 2008: 240-248 e Menezes, 2010:91-92 e 104-106.

¹²²⁶ “A NATO Senior Civilian Representative, currently Ambassador Mark Sedwill, as a NATO counterpart to COMISAF has greatly improved cooperation between ISAF and international

a Secretary of State, Hillary Clinton, declarou em 2011, um “civil surge” e finalmente um “diplomatic surge”¹²²⁷.

Também foi importante o comando dos PRTs passar a ter, a partir de 2009, um civil à frente (situação que, como vimos, foi depois replicada no Iraque) e simultaneamente a disponibilização de equipas especiais denominadas de “District Support Teams” que incluíam membros do State Department, da Agricultura e da USAID. Importante porque se reconhecia assim que podiam existir equipas formadas por militares e civis e, acima de tudo, que tanto podiam ser chefiadas por uns como pelos outros. Nestes casos agora referidos, as equipas eram chefiadas por civis que, naturalmente, estavam melhor preparados para funções de carácter “civil”.

Este “civilian surge” começou a dar os seus resultados com os cerca de 1.100 novos civis enviados pelos EUA para apoiar e prestar assessoria ao Governo afegão¹²²⁸. No “diplomatic surge” estavam finalmente a fazer-se grandes esforços para tentar reconciliar as partes em conflito numa visão abrangente que incluía os grupos residentes tanto no Afeganistão como no Paquistão¹²²⁹. Como afirmou Mark Sedwill, tinha chegado o momento para os diplomatas assumirem o caminho futuro¹²³⁰.

6.4 Milícias, Exército e Polícia

Em 2003, tal como referimos no primeiro subcapítulo, a decisão da ISAF tinha sido criar o Exército praticamente do zero, ou seja, começando uma nova estrutura de

civilian agencies. Likewise, the appointment of Senior Civilian Representatives to each of the regional headquarters has served to improve our overall civil-military cooperation and coordination”, David Petraeus ao Congresso dos EUA em junho de 2010: 5.

¹²²⁷ Declaração feita por Hillary Clinton em fevereiro de 2011: “a new diplomatic surge to accompany the military and civilian surges launched by the Obama Administration two years earlier”; “three American surges – military, civilian and diplomatic”, resumiu, assim, Cowper-Coles, 2011: 13 e 16; Katzman, 2010: 16.

¹²²⁸ Os projetos então desenvolvidos bem como as verbas despendidas pelos EUA podem ser encontradas no livro de Joseph Collins, onde, além de um quadro discriminado por áreas, também se apresenta uma lista exaustiva das obras realizadas, Collins, 2011: 67-71 e Katzman, 2010.

¹²²⁹ Cowper-Coles, 2011: 13; “US is to develop an effective grand strategy for its current wars, and for the regions where it is now fighting, and for planning its overall strategy, it must do so in the form of detailed and integrated civil-military plans”, Cordesman, 2010: 19.

¹²³⁰ “To bring what General Petraeus has called *the longest campaign in the long war* to a successful conclusion, it is time for the diplomats to deliver too”, Sedwill, 2011: 30.

raiz¹²³¹. Mas no caso da Polícia não foi assim. Por falta de financiamento, entre outros motivos, tentou-se aproveitar as milícias e organizações paramilitares dependentes dos “senhores da guerra” e, tal como referimos anteriormente, construir uma polícia com esses elementos e organizações. Grande parte deles rapidamente se envolveu no tráfico de drogas, na aquisição ilícita de terrenos, em raptos e em extorsões. Esta (não) decisão inicial iria atrasar em muito uma verdadeira (re) organização de uma polícia nacional afegã¹²³².

O apoio aos “senhores da guerra” manteve-se com poucas alterações até 2009. Um exemplo a que gostaríamos de dar destaque é o do “senhor da guerra” Ahmed Wali Karzai, meio irmão do Presidente Karzai, que detinha o poder na província de Kandahar. Ahmed Wali Karzai tinha sido instrumental nesta província, onde conseguiu fazer alianças e afastar inimigos. Os EUA “confiariam” em Ahmed, “o Rei do Ópio”, por mais de uma década registando-se inúmeras viagens a Washington e muitos acordos celebrados em Kandahar¹²³³. Ahmed foi o intermediário com muitas empresas civis americanas, estabeleceu parecerias com a NATO e a CIA, montou uma equipa clandestina de operações especiais e manteve contactos regulares com os talibãs¹²³⁴.

A ação de Walid Karzai é uma boa forma de entendermos a descoordenação entre as operações das forças armadas aliadas e da CIA no Afeganistão. Petraeus queria acabar com a influência de Walid mas a CIA não. Numa manhã de julho de 2011 Walid foi assassinado e o seu assassino foi “pendurado morto” nas ruas de Kandahar pelos “guarda-costas” de Walid¹²³⁵. Dez anos após o início das operações no Afeganistão continuava a sentir-se o poder dos “senhores da guerra” e a assistir-se a uma justiça feita pelas próprias mãos de grupos rivais, sem aparentemente haver qualquer ação das forças internacionais ou governamentais afegãs.

Foi então claramente assumido como uma prioridade o apostar nas forças locais, tanto a nível nacional e regional, na polícia e no exército. A nível local, Petraeus apostou nas Afghan Local Police (ALP)¹²³⁶. A questão da ALP, embora polémica

¹²³¹ “The Afghan National Army remained the country’s most competent and least abusive entity in the years do come”, Moyer, 2009: 203.

¹²³² Rashid, 2009: 204.

¹²³³ “The King of Afghanistan’s opium fields”, Sanger, 2012: 39.

¹²³⁴ Sanger, 2012: 39.

¹²³⁵ Sanger, 2012: 40-41.

¹²³⁶ Com a missão prioritária de alerta e defesa das vilas e aldeias, em coordenação com equipas de operações especiais da NATO “Village Stability Operations, a top-priority program begun by US Special Operations commanders”; em 2011 a ALP “have expanded from eight

porque de alguma forma militarizava o uso de polícias que deveriam ter um carácter mais civil¹²³⁷, foi usada por Petraeus como indicador de progresso no terreno. Mark Sedwill, afirmou que a criação das ALP foi um dos “melhores exemplos e importantes inovações” feitas em 2010 e 2011 porque, ao colocar forças afegãs em ligação com as populações ganhou-se a confiança que nunca as operações especiais americanas, por si só, conseguiram¹²³⁸. Por exemplo, para ilustrar os ganhos obtidos com esta parceria entre a ALP e as operações especiais, Petraeus afirmou a um grupo de congressistas dos EUA que, num período de 90 dias, contando com a colaboração de 41 destacamentos da ALP (mais 35 prontos para entrarem em funcionamento), foi possível realizar 1843 operações especiais de que resultaram a morte ou a captura de 509 líderes da insurgência mortos ou capturados, a captura de 2573 insurgentes e a entrega das armas e a reintegração de 1737 talibãs¹²³⁹.

A Subsecretária da Defesa, Flournoy, defendeu a eficácia deste programa afirmando que através da ALP se tinha conseguido afetar de forma significativa a ação dos talibãs. Petraeus acrescentou que tinha decidido aumentar em 2011 a presença de forças militares americanas junto das ALP devido ao grande sucesso entretanto alcançado¹²⁴⁰.

A nível nacional, através da NTM-A (NATO Training mission – Afghanistan) sob o comando do Tenente-general William Caldwell, conseguiu-se aumentar os efetivos do exército de 97 000 em 2009 para 144 000 em 2010 (o objetivo para 2011 era 164 000), 114 000 para a polícia (mais 20 000 em 2011)¹²⁴¹. Reforçaram-se unidades militares com elementos civis das informações, aprofundou-se a fusão entre as agências de informações e incentivou-se o crescimento de operações conjuntas entre as unidades

districts in September to thirty-four in March and were helping put unprecedented pressure on insurgency”, Broadwell, 2012: 43 e 260.

¹²³⁷ Ver argumentos em Young, 2012.

¹²³⁸ Sedwill, 2011: 22.

¹²³⁹ US Government, 2011: 10 e Broadwell, 2012: 288.

¹²⁴⁰ Disse em audiência ao Congresso a 16 de março de 2011: “the Afghan Local Police Initiative, a village-focused security program that has already significantly disrupted insurgent activity, denied insurgent influence in key areas and generated serious concern among the Taliban leadership (...) This program has emerged as so important to our overall effort that I have put a conventional U.S. infantry battalion under the operational control of our Special Operations Command in Afghanistan to augment our special forces and increase our ability to support the program’s expansion”, US Government, 2011: 5 e 10.

¹²⁴¹ Na primavera de 2011, 95% de todas as operações conduzidas pela ISAF eram feitas em parceria com as forças afegãs, Broadwell, 2012: 260; Collins, 2011: 86-88.

de operações especiais e a CIA, entre a ALP e a Força tarefa (task-force) comandada por Martin para introduzir a legislação entretanto aprovada¹²⁴².

Para além da intenção de se treinar e aconselhar as forças armadas e de segurança afegãs, estava o desafio de se poder garantir a sustentabilidade do sistema. Em 2012 o Departamento de Defesa dos EUA orçamentou em 12,8 mil milhões de dólares as atividades de apoio à polícia e ao exército afegão, ou seja, um número que representava cerca de metade do PIB do Afeganistão. Para manter as forças afegãs nos números anunciados de 365.000 membros seriam necessários 6 mil milhões de dólares anuais, ou seja, seis vezes o valor do orçamento do Governo afegão (no valor anual de mil milhões de dólares)¹²⁴³.

O Banco Mundial estimou que 97% dos 28 mil milhões do PIB Afegão depende das ajudas ao desenvolvimento internacional e dos gastos feitos no país pelas forças internacionais¹²⁴⁴. Quando a comunidade internacional sair, o interesse sobre os problemas afegãos também poderá assim diminuir.

7. Síntese conclusiva

Petraeus foi escolhido para o Iraque e para o Afeganistão, entre outras razões, porque tinha ajudado a pensar em soluções para os conflitos. Tinha feito parte do pensamento estratégico norte-americano ao ser chamado para sugerir soluções para a guerra no Iraque (como vimos, entre 2005 e 2007) e depois, como CENTCOM, integrando o grupo de reflexão mandado criar pelo Presidente Obama, para sugerir uma alteração na estratégia para a região do Paquistão e Afeganistão. Esta solução, de usar como comandantes militares aqueles que tinham ajudado antes na busca de soluções já tinha mostrado resultados noutros momentos da história. O General Grant na Guerra Civil Americana, Matthew Ridgway na Coreia ou o Marechal britânico William Slim na Birmânia durante a II Guerra Mundial¹²⁴⁵, todos eles tinham sido chamados a intervir para executar estratégias que tinham ajudado a “desenhar”. Como vimos nos capítulos anteriores, Wellington propôs e executou. Spínola também. Petraeus propôs uma estratégia e ajudou na elaboração de uma doutrina para o cumprir e, depois, executou.

¹²⁴² Para levantar um sistema de justiça eficaz foi criado o “NATO Rule of Law Field Support Mission”, Broadwell, 2012: 122, 288 e 317.

¹²⁴³ Sanger, 2012: 49; “to achieve our core objective in Afghanistan, we need to enable it to secure itself and to govern itself”, disse David Petraeus em 18 de março de 2011 na entrevista ao *PRISM 2*, nº3.

¹²⁴⁴ Sanger, 2012: 130.

¹²⁴⁵ Broadwell, 2012: 7.

Petraeus resumiu a sua estratégia quando afirmou a George Bush, em 2007, que para ter sucesso necessitava de ter todos “dentro”, “todo o Governo norte-americano e não apenas os militares”. Quando o Presidente dos EUA mudou, também a forma de entender este esforço mudou, porque Barack Obama não se sentia “dentro” dessa estratégia¹²⁴⁶. Mas Petraeus, como vimos, colaborou nas soluções e aceitou as decisões políticas. Como nos afirmou na entrevista, recebeu diretivas claras e teve oportunidade de dizer ao decisor político o que pensava ser, em sua opinião, o melhor caminho a seguir, mas acatou sempre as decisões superiores. O Vice-almirante Stufflebeem disse que, por vezes, os políticos deliberadamente evitam dar diretrizes claras para depois não terem de se responsabilizar pelas consequências mas, pela resposta de Petraeus, não nos parece ter sido este o caso¹²⁴⁷.

Independentemente dos resultados e das diferenças de opinião, Petraeus encontrou uma forma de trabalhar em sintonia com o poder político, em especial com o Secretário da Defesa e com os dois Presidentes dos EUA. No terreno ficou demonstrada a grande sintonia com os diplomatas e com as autoridades civis, em especial, no Iraque, entre Petraeus e Crocker¹²⁴⁸. David Petraeus defendeu que a formação em universidades civis obrigava os futuros líderes militares a saírem da sua “zona de confronto” e a pensarem de forma holística, pelo que muitos dos seus principais colaboradores, tanto civis como militares, percorreram estes percursos.

Parece claro que tanto para o Afeganistão como para o Iraque pouco se pensou sobre o que fazer depois de derrotados os respetivos opositores. A política não previu processos de longo prazo e a estratégia não definiu “end-state(s)” entendíveis e exequíveis¹²⁴⁹. As questões políticas são indissociáveis das questões estratégicas e operacionais e os responsáveis no terreno têm de participar em ambos os patamares da tomada de decisão¹²⁵⁰.

A política e a estratégia desenvolvida por Petraeus, tanto para o Iraque como para o Afeganistão, foi evolutiva, nalguns casos mesmo de rutura com a decidida anteriormente (por exemplo por Gardner ou Bremer no Iraque), e com influências

¹²⁴⁶ “This isn’t double down, Mr. President. It’s all in, and we need the whole U.S. government to go all in, not just the military”, Broadwell, 2012: 237; “the military was all in, as they say. And Obama wasn’t”, Sanger, 2012: 23.

¹²⁴⁷ Petraeus e Stufflebeem na pergunta 2, Anexo D – Entrevistas.

¹²⁴⁸ Ver, por exemplo, a troca de correspondência entre Gates e Petraeus em Broadwell, 2012: 325-327.

¹²⁴⁹ “What is the end-state, what am I asked to achieve?”, Ledwidge, 2011: 121.

¹²⁵⁰ “Give unambiguous, impartial professional advice to their political masters”, Ledwidge, 2011: 122.

recíprocas para ambos os territórios. Para mudar a forma como as operações se desenrolaram Petraeus coordenou a elaboração de uma nova doutrina de contrainsurgência que, embora recuperando muitas das práticas que os EUA tentaram esquecer depois do Vietname, trouxe novidade e uma abordagem abrangente para lidar com a conflitualidade existente no século XXI. Ao contrário das estratégias de contrassubversão pensadas e difundidas nas décadas de 1950 a 1970, no Iraque e no Afeganistão da década de 2000 havia dezenas de países coligados ou aliados a combater em apoio a um governo local que tinha de lidar com uma ameaça dispersa e muito mais complexa do que os “simples” movimentos de libertação do século XX. Como vimos, a nova doutrina foi importante mas representou apenas mais um passo para uma redefinição de estratégias, entre elas a estratégia denominada de *anaconda*, e de políticas mais abrangentes e amplas como as denominadas de *comprehensive approach* ou *engagement*.

Apenas podemos entender o comando holístico no Iraque e no Afeganistão se tivermos sempre presentes a política que o determinou. Os objetivos políticos iniciais de Bush mudaram ao longo dos anos e, quando Obama iniciou o seu mandato, os objetivos foram revistos e profundamente alterados. Concorrentemente também as estratégias a implementar sofreram grandes alterações e apenas podemos medir os resultados obtidos se tivermos em conta o que se pretende em cada momento de acordo com a vontade e determinação política.

O quadro regional foi determinante em ambos os casos mas a natureza das coligações foi muito mais importante no Afeganistão do que no Iraque. No Iraque o papel dos EUA foi mais determinante e também foi neste país que se estabeleceu uma melhor relação entre o comandante militar e o responsável diplomático, entre Petraeus e Crocker. No Afeganistão a situação foi mais complexa, ficando visível a descoordenação entre aliados, entre as diversas organizações internacionais e mesmo entre os diversos responsáveis no terreno. Para agravar a situação no Afeganistão contribuiu também a grande dependência externa da economia afegã e a grande influência dos países limítrofes, nomeadamente, do Paquistão.

A experiência demonstrou que foi possível criar entidades mistas entre militares e civis, como foi o caso dos PRTs ou das “Fusion Cells”. Também se provou a indispensabilidade de apostar nas forças locais, na polícia e no exército, para o futuro e estabilidade dos países. Mas, acima de tudo, ficou claro que a verdadeira solução para garantir a paz residiu sempre na ação política. Sem uma adequada solução política não seria possível haver estabilidade, segurança e desenvolvimento económico. A necessária harmonia entre as soluções políticas e as estratégias em curso no terreno, entre as decisões políticas tomadas na retaguarda e a coordenação

eficaz para as executar no terreno, foram a chave para entender os sucessos e insucessos atingidos.

Foram muitos os exemplos de situações onde se pôde obter maior integração e ação holística, tais como as iniciativas no âmbito da justiça, da agricultura, contra a corrupção ou o tráfico de droga. Mas, mesmo quando os conceitos pareciam estar corretos e ser de aplicação possível por parte de uma nação (os EUA), poderiam surgir dificuldades quando aplicados no quadro multinacional. Foi o caso do conceito de “Intel Fusion”, que se tornou inaplicável quando não houve a vontade política das nações para partilharem e integrarem os seus esforços. De igual forma, testemunhámos, em especial no Iraque em 2005 e 2006 ou depois no Afeganistão em 2008 e 2009, que se não houvesse a necessária cooperação e vontade dos governos nacionais locais na busca de uma solução estável, não seria nunca possível obter verdadeiros sucessos no terreno. O carácter holístico da política e da estratégia decidida teve de incluir aliados e parceiros, governos e oposição locais, organizações internacionais, parceiros regionais e ter ainda em conta os interesses e objetivos de algumas empresas privadas.

Como analisámos, as relações entre civis e militares implicaram uma coordenação e um esforço constante. David Petraeus respondeu-nos que para se conseguir a desejável “unidade de esforços”, foi necessário estabelecer inúmeros grupos de coordenação e entidades colaborativas. O desejável teria sido a “unidade de comando” mas, acrescentou Petraeus, estabelecendo-se relações de compromisso e com um grande espírito de colaboração foi possível conseguir a “unidade de esforços”. Foi isso que pudemos observar no caso do Iraque entre Petraeus e Crocker. O próprio Petraeus reconheceu que foi mais simples conseguir a unidade de esforços no Iraque do que no Afeganistão e, como observámos, as relações pessoais que se estabeleceram aos diversos níveis, entre civis e militares e entre os principais responsáveis políticos, diplomatas e militares teve sempre uma forte relação com as personalidades e com as empatias geradas¹²⁵¹. Parker, Escobar e Almendra acrescentaram que ter líderes reconhecidos como fortes pela comunidade internacional fez também a diferença no que toca ao relacionamento entre civis e militares¹²⁵².

¹²⁵¹ Petraeus nas perguntas 3, 4 e 6, Anexo D – Entrevistas.

¹²⁵² “There is also no doubt that having commanders with a strong international reputation has a significant impact”, “In the end, it takes a very tough leader to make his people adhere to these needs” e “um general com a excelência do General Petraeus”, Parker, Escobar e Almendra nas perguntas 3 e 4, Anexo D – Entrevistas.

O comando holístico na guerra é possível, afirmou-nos Petraeus, mas não é garantido. Parker disse que a palavra comando é “muito forte” e que se calhar não era só a guerra que devíamos avaliar, podendo o estudo ser alargado a outros níveis de conflitualidade. Stufflebeem afirmou que não acreditava ser possível a existência de um comando holístico porque, como uma campanha militar tem de ser rápida, tentar a integração entre objetivos militares e civis, impedia a obtenção dos efeitos pretendidos. Em síntese, somos da opinião de Gabriel Escobar e de Almendra quando nos afirmaram que é possível o comando holístico na guerra mas dentro de algumas limitações. Mesmo quando não se o consegue obter em todo o território ou durante todo o tempo, é possível consegui-lo em determinadas áreas ou, pelo menos, durante alguns períodos de tempo¹²⁵³.

¹²⁵³ Petraeus, Parker, Stufflebeem e Escobar na pergunta 5, Anexo D – Entrevistas.

CONCLUSÃO

Dividiu-se a conclusão final em três partes distintas. Primeiro, de entre as várias conclusões parcelares elaboradas em cada capítulo, selecionaram-se as mais relevantes para uma conclusão integrada. Num segundo momento, tendo em atenção a questão central levantada na introdução, pretendeu-se entender se a teoria geral do comando holístico da guerra pode ser a resposta que se procurava. Finalmente, quis-se apresentar possíveis indicações para investigações futuras sobre o tema.

Das conclusões parciais

De seguida serão elencadas as conclusões parciais deste estudo. No início de cada parágrafo apresenta-se a ideia principal, seguindo-se os elementos fundamentais que permitiram elaborá-la.

O percurso pessoal dos comandantes nomeados para a condução das operações foi determinante para as suas posteriores decisões. Mais do que uma questão de personalidade, um passado com formação e experiência em vários campos para além do estritamente militar, incluindo o contacto com outras culturas, provou ser fundamental para uma visão holística sobre a guerra. Wellington ocupou e alternou entre funções políticas, diplomáticas e de exclusivo comando militar, e passou por locais muito distintos como a Dinamarca, a Irlanda ou a Índia em vários momentos que antecederam a sua nomeação como comandante do exército aliado na Guerra Peninsular. Spínola prestou serviço na Guarda Nacional Republicana e numa empresa privada, esteve na Alemanha, em Espanha, no Egito e em Angola, antes de ser nomeado Governador e Comandante-Chefe na Guiné-Bissau. Petraeus teve um percurso académico que lhe possibilitou um grande contacto com outras áreas além das estritamente militares, passou por vários países da Europa, esteve nos Balcãs, no Haiti e conheceu bem o Iraque e o Afeganistão, antes de assumir as funções de comandante nestes dois territórios.

Para haver um comando holístico na guerra, tem de haver um comando coerente sobre todas as forças militares presentes no terreno. Wellington conseguiu o comando sobre as forças regulares e irregulares em Portugal e, mais tarde, também sobre as forças regulares espanholas. Spínola fortaleceu a estrutura de comando sobre as forças militares dos vários Ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea) e deteve o comando completo sobre as milícias. Petraeus comandou uma coligação unificada no Iraque, teve mais dificuldades em assegurar o controlo sobre diferentes forças e múltiplas organizações presentes no Afeganistão mas centrou grande parte da sua ação na procura da unidade e coerência entre todas as forças presentes.

Antes de se iniciarem funções de comando em cenários de guerra é importante haver um entendimento claro entre o poder político e o comando operacional no terreno. Wellington escreveu sobre o que pensava para a Península Ibérica antes de ser nomeado comandante, Spínola expôs ao Presidente do Conselho de Ministros a sua visão sobre a forma de conduzir a guerra antes de partir para a Guiné e Petraeus foi ouvido e recebido, quer pelo Secretário da Defesa quer pelo Presidente dos EUA, antes de aceitar a sua nomeação.

Durante a condução das campanhas militares é fundamental a existência de um permanente contacto e de estreita colaboração entre os governantes políticos e os comandantes operacionais no terreno. Wellington manteve contactos e correspondência, aconselhou e participou na elaboração de propostas de decisão política, com todos os poderes políticos de quem dependia ou com quem teve de se relacionar, ou seja, os vários governos, britânico, português ou espanhol. Isto não significou que, em algum momento, deixasse de se subordinar ao poder político de quem dependia. Spínola manteve um contacto permanente com o principal governante em Portugal (primeiro Oliveira Salazar e depois Marcello Caetano) e, durante o seu mandato, fez propostas e pediu anuência superior ao Governo de Lisboa para algumas das suas decisões mais críticas. Petraeus participou em alguns dos processos de decisão política em Washington e, sempre que houve grandes alterações da estratégia em curso, foi ouvido pelos principais decisores políticos antes de estes tomarem as suas decisões. Manteve também um contacto muito próximo com os vários poderes políticos de que dependia, de Nova Iorque a Bruxelas, de Bagdade a Cabul e Islamabad.

Nem sempre os comandantes militares no terreno partilham todas as decisões com o poder político de quem dependem. Em determinados momentos, por motivos variados e anteriormente expostos, assumiu-se uma determinada iniciativa local, deliberadamente sem informar ou comprometer o poder político superior. Wellington não comunicou a Londres a construção das linhas de Torres Vedras e Petraeus omitiu a contratação de antigos funcionários iraquianos do anterior partido no poder. Em ambos os casos, estas posições foram tomadas no justo equilíbrio entre a necessária autonomia de que um comandante militar necessita e o elevado sentido político que o mesmo deve ter para saber que, por vezes, é melhor não comprometer o poder político de quem depende, desde que, por princípio, as ações decididas não colidam com as grandes determinações (políticas) emanadas.

Quando existe mais do que uma nação presente num cenário de guerra, sempre que se formam coligações ou se recorre a alianças, tal implica necessariamente uma grande coordenação dos vários interesses e objetivos presentes. Nações diferentes

poderão ter objetivos comuns mas também terão objetivos e interesses diferentes. Em Wellington ficou bem patente a diferença de objetivos entre Portugal, Espanha e a Grã-Bretanha. Em Petraeus a multinacionalidade, em especial no Afeganistão, levou ainda a uma maior dispersão dos interesses identificados que, para além das próprias nações, também incluíram o das várias organizações internacionais presentes.

As soluções defendidas e os caminhos apresentados pelos comandantes militares abarcaram considerações para além das exclusivamente militares. Tanto Wellington como Spínola ou Petraeus propuseram e/ou aplicaram medidas de carácter militar, diplomático, económico, social ou cultural. Nos três casos analisados houve sempre a consciência de que, apenas com uma ação abrangente e holística, seria possível obter resultados.

Comando holístico implica uma relação permanente com as populações residentes e afetadas pela guerra. Wellington trocou correspondência regular com os representantes nacionais e regionais da população portuguesa e espanhola e, através da imprensa, fez chegar as suas ações e pensamentos à população britânica. Spínola deslocou-se permanentemente para estar com as populações e promoveu “congressos” para as poder ouvir, receber sugestões e, inclusivamente, chegou a vestir-se como os locais numa tentativa de mostrar respeito pela cultura e religião local. Petraeus manteve um contacto permanente com as chefias locais e regionais e frequente com as populações locais. Parte da sua estratégia no *surge* passava por colocar as tropas entre as populações, disseminando bases e formações dentro das cidades e provocando um contacto permanente. O apoio das populações por parte das nações que sustentavam o esforço de guerra também foi sempre determinante, como se viu em Petraeus, com o permanente escrutínio da opinião pública e as audiências perante os congressistas, aproximando e exigindo aos vários decisores políticos e operacionais uma ação holística, coerente e também entendível. Nos três casos estudados, o apoio das populações locais e das nações de onde provinham as forças, foi entendido como central nas estratégias decididas.

Um comando holístico implica estratégias e políticas holísticas pensadas para além dos territórios em causa e equacionando sempre implicações de âmbito regionais e globais. Para Wellington não se desenharam estratégias exclusivamente para Portugal sem ter em linha de conta a Espanha e o que se passava na restante Europa. Spínola tinha de entender a influência direta dos países limítrofes, Senegal e Guiné-Conacri, mas também tinha de ter consciência das influências recíprocas sobre o que se passava no restante Ultramar português bem como as inúmeras pressões internacionais a que Portugal estava sujeito. Tentou por isso manter / estabelecer o contacto com os governantes dos principais países limítrofes, com a oposição política

em Portugal e com os adversários na Guiné. No entanto, ao fazê-lo de forma não concertada com a política em Lisboa, causou um crescente afastamento com os governantes de quem dependia. Petraeus teve de incluir o Irão e a Síria nas estratégias pensadas para o Iraque e, no caso do Afeganistão, soube que nenhuma estratégia podia ser pensada sem incluir sempre o Paquistão, além de outros atores regionais. Pela presença de mais de quatro dezenas de países no Afeganistão, também a dimensão global e os vários interesses e objetivos vieram desempenhar uma parte importante na escolha das estratégias escolhidas.

A ausência de um comando coerente e unificado pode significar a diferença entre o sucesso ou o insucesso das operações em curso. Em Wellington, a ausência de um comando unificado francês e a grande desorganização entre as forças espanholas, impediu muitas vezes uma ação oportuna e direcionada contra os respetivos adversários. As divisões no seio do PAIGC foram exploradas por Spínola por forma a dificultar as suas respostas. A falta de coerência na ação de todas as forças presentes no Afeganistão impediu uma ação global e concertada por parte de Petraeus.

Pensa-se que fica demonstrada a falsa dicotomia entre políticos e militares. Podem existir militares a desempenhar funções políticas e há funções militares, nomeadamente as de maior importância hierárquica, que também têm uma dimensão política. Wellington, sem nunca deixar de ser militar (como gostava de afirmar), ocupou funções exclusivamente políticas e funções exclusivamente militares, acumulou ambas as situações em alguns momentos (como o caso da acumulação de funções na Irlanda e na Dinamarca) e ocupou funções militares que tinham inerentemente também uma determinada dimensão política como foi o de Comandante-Chefe do exército aliado durante a Guerra Peninsular. Spínola, que também sempre se assumiu apenas como militar, foi simultaneamente Governador e Comandante-Chefe, ou seja, político e militar, na Guiné-Bissau. Petraeus e Crocker, um militar e outro civil, partilharam responsabilidades político-militares na condução da campanha no Iraque sem que se pudesse separar completamente o âmbito exclusivamente político da ação militar. Petraeus tinha como conselheiros, permanentemente, pessoas de origens e percursos muitos diferentes, civis e militares (JSAT – Joint Strategic Assessment Team no Iraque e CAAT – Counterinsurgency Advisory and Assistance Team no Afeganistão) que o aconselhavam nas decisões e na elaboração de estratégias, que tinham tanto de político como de militar.

Um demasiado afastamento e separação entre militares e civis pode causar grande descoordenação no comando holístico da guerra. As separações de poder são de manter mas uma atitude de maior e permanente colaboração, coordenação e controlo, é de incrementar. Esta separação estabeleceu-se, fundamentalmente, a partir do

período de Wellington (final do século XVIII, inícios do século XIX). Até meados do século XVIII ainda era normal o decisor militar ser simultaneamente o decisor político e também não existia, de forma claramente individualizada e separada, uma profissão de oficial das forças armadas. Seria apenas nos séculos XIX e XX que se assistiria a uma maior especialização da profissão militar. No período analisado em “Spínola”, vigoraram em muitos países os modelos de Huntington, numa clara tentativa de separação entre civis e militares por forma a garantir a subordinação das forças armadas aos poderes políticos de que dependiam. Em Petraeus este modelo de separação esteve claramente posto em causa e, no centro do debate, voltaram a confrontar-se as teses defendidas por Janowitz ou Huntington. Parece provado que a tendência recente é a de se procurar uma forma ativa de militares e civis cooperarem mais e de se tornarem participantes nos vários patamares da decisão, desde o político até ao tático, sem contudo comprometerem a legitimidade de quem tem efetivamente de decidir.

Mesmo que não exista um comando holístico sobre todas as instituições e organizações presentes num determinado cenário de guerra tem de se procurar, no mínimo, mecanismos de coordenação. Em Spínola, as medidas de maior coordenação em determinadas regiões levaram a uma maior coordenação noutras áreas e mesmo em alguns casos no todo nacional. Com Petraeus, as experiências de maior coordenação e integração entre organismos civis e militares, inclusivamente com civis a comandar militares e vice-versa – PRTs ou as “Fusion Cells” – provaram-se possíveis e tiveram efeitos recíprocos tanto no Iraque como no Afeganistão.

Uma guerra denominada de convencional, entre dois ou mais Estados, combate-se de forma diferente das de carácter interno ou subversivo. Se no primeiro caso ainda se podem admitir momentos de quase exclusiva confrontação entre forças militares, nos restantes este cenário quase não se põe. Mesmo na Guerra Peninsular, que foi o exemplo de uma guerra convencional, houve uma forte participação das populações e de inúmeras organizações paramilitares. Em Spínola foi possível entender como ambos os lados tentavam, mais do que derrotar o adversário, conseguir a adesão das populações. Em Petraeus, quando os adversários ainda se tornaram mais difíceis de identificar e encontrar, a adesão e o apoio das populações ganhou a maior importância.

A existência de doutrinas e a preocupação em fazer novas ou em adaptar as doutrinas existentes provaram-se fundamentais. Mas também se demonstrou que uma doutrina é apenas uma ferramenta e o que verdadeiramente faz a diferença estratégica num cenário de guerra é a política escolhida, seguida ou não, que se adapta e evolui. Tanto em Spínola como em Petraeus ficou demonstrada a

importância de doutrinas mas também se comprovou que as mesmas pouco servem se não existirem claras políticas pensadas e evolutivas face à situação no terreno.

Combater holisticamente numa guerra é usar todos os meios disponíveis: civis e militares, governamentais, não-governamentais e privados. Em Wellington foram visíveis as preocupações com a segurança das populações, com a estabilidade do comércio, da economia, da saúde e da ordem pública. Em Spínola, tanto a sua administração como a de Amílcar Cabral tentaram atuar em todas as áreas, como o ensino, a saúde, a agricultura, a cultura e a religião, as relações internacionais, entre muitas outras. O esforço de Petraeus exerceu-se, tanto no Iraque como no Afeganistão, por forma a atuar em todas as áreas simultaneamente (estratégia da “Anaconda”) e para conseguir tentar ganhar as populações para o seu lado. Para além da aplicação de uma simples doutrina de *counterinsurgency* estava em causa, fundamentalmente, a escolha, ou não, de uma política que abarcasse projetos abrangentes de “Nation-Building”.

As forças armadas têm de estar próximas das populações. Wellington tinha muito cuidado na forma como as suas tropas lidavam com as populações. Foi disciplinador quando detetou abusos sobre as populações e organizado na forma de pagar os abastecimentos e meios requisitados. Spínola encorajou a convivência de forças militares com populações civis e a formação de unidades mistas, com forças da metrópole e locais, e encontrou formas de manter um permanente diálogo com as populações, tanto a nível central como a nível local. Petraeus alterou a forma de estar das forças armadas americanas em 2007 e retirou-as do interior de grandes bases afastadas dos centros populacionais para as colocar nas cidades em pequenas bases e fazendo mais patrulhamentos a pé. Incentivou também o diálogo permanente de cada comandante ao seu nível com as populações locais e criou restrições no uso indiscriminado da força.

As políticas e estratégias escolhidas não podem criar dependências económicas das populações locais. Wellington e Forjaz atuaram para que a compra de abastecimentos entre as duas entidades financeiras, britânica e portuguesa, fosse acordada e coordenada para se evitar escaladas de preços e rarefação de produtos. Tanto Spínola como Amílcar Cabral tentaram apostar em projetos de desenvolvimento económico, apoiados nos sistemas tradicionais, para que as populações não passassem a depender em exclusivo das ações de desenvolvimento económico de ambos os lados. Petraeus e Crocker tentaram acabar com as descoordenações entre o State Department, o Defense Department e a USAID, para que as populações não preferissem montar a sua economia diretamente com as entidades estrangeiras em vez de recorrer às de governação nacional e regional iraquiana.

As forças armadas têm de manter continuamente a pressão sobre o adversário. A par de maior proximidade com as populações, provou-se que a ação militar contra o adversário direto continuava a ter uma grande importância. Wellington manteve a sua prioridade estratégica nas operações efetuadas pelo exército anglo-português contra os vários corpos militares franceses. Todas as restantes ações foram importantes, mas apenas a expulsão dos franceses do território português e depois do espanhol, poderia significar o sucesso das operações. Spínola manteve, a par de uma ação junto das populações, uma ação permanente, em especial por parte das forças de intervenção, sobre o adversário, inclusivamente atacando-o fora do território da Guiné. Petraeus iniciou o *surge* no Iraque não só com um aumento das forças junto das populações mas também com um aumento das operações de combate sobre os vários adversários, em especial através das operações especiais.

As estruturas de coordenação política e estratégica entre organizações civis e militares mostraram-se eficazes. O facto de Wellington (ou um seu representante) ter assento na Regência de Portugal e assim poder tomar parte em decisões que se relacionassem com o esforço de guerra, permitiu-lhe participar e discutir permanentemente com os representantes da governação portuguesa. A criação de um quartel-general na Guiné que controlava as diversas organizações civis e militares, permitiu uma coordenação constante e estruturada. Inclusivamente, a existência de um cargo específico de Secretário-geral da Guiné, que fazia a ponte e este entendimento permanente entre as componentes civis e militares, reforçou esta coordenação. A partilha de instalações no Iraque entre os diplomatas e os militares, incluindo rotinas criadas por Petraeus e Crocker para participarem em fóruns de decisão comuns foram essenciais e evitaram inúmeras descoordenações e duplicações de esforços.

Não é possível avaliar a função de comando sem ter em conta a personalidade e a competência da pessoa que o ocupa. Mesmo que o trabalho se tentasse afastar do estudo das personalidades e estilos de liderança constata-se que as características pessoais dos mais importantes decisores civis e militares foram fundamentais para a implementação de soluções holísticas. Além das características individuais também pesaram fatores de empatia e confiança entre os vários decisores. Wellington era um líder diferente de Cradock e manteve relações de proximidade com Forjaz, Beresford, os seus irmãos ou mesmo Castlereagh. Spínola mostrou-se diferente de Shultz e embora tenha encontrado uma eficaz equipa com quem trabalhava teve fortes desentendimentos, em especial, com Marcello Caetano. Petraeus provou-se um líder diferente de Sanchez e a sua relação com Crocker foi de confiança, mas o mesmo grau de entrosamento não foi conseguido com Eikenberry ou Holbrooke.

As forças armadas e de segurança recrutadas localmente são geralmente mais eficazes e adaptadas para as operações e, simultaneamente, fazem parte da estratégia futura de estabilização e transição das responsabilidades de segurança. Wellington apenas pôde desenvolver a sua estratégia porque contava com os exércitos portugueses e espanhóis, além das milícias, ordenanças e guerrilhas. Quando partia em operações na Península Ibérica sabia que podia confiar nas forças locais para lhe garantirem a liberdade de ação e no final da Guerra Peninsular o Exército Português, por exemplo, estava ao mesmo nível dos melhores exércitos da época. Spínola contava com o recrutamento local não só para alimentar as forças armadas e de segurança, como ainda para constituírem futuras elites, militares e civis, para aumentarem a autonomia da Guiné. Petraeus deu prioridade à formação de forças armadas e de segurança, e também a muitas outras áreas da administração pública, tanto no Iraque como no Afeganistão, como parte relevante da estratégia de transição da responsabilidade para os governos locais.

As estratégias decididas têm de ser pensadas com a previsão de ações antes, durante e depois de a guerra ter terminado (*ante, in et post bellum*). Wellington fez várias considerações de longo prazo quer para o efetivo uso das forças militares, quer para a sustentação económica das nações peninsulares depois do conflito terminado. Spínola sustentou estratégias que a curto ou médio prazo pouco significado tiveram mas que, a longo prazo, acreditava poderem vir a ser eficazes. Petraeus alertou para a falta de visão de longo prazo nas intervenções do Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003 e, como se constatou, praticamente não estavam previstas fases para o pós-conflito depois de conquistadas as cidades de Cabul e Bagdade.

Da Teoria Geral sobre o Comando Holístico da Guerra e da Questão Central

Partiu-se, na introdução, da seguinte questão central: Que condições de comando é necessário garantir para assegurar a eficaz coordenação e controlo entre uma adequada política geral e a consequente estratégia operacional, dentro e entre as várias componentes civis e militares e entre os vários momentos do antes, durante e após uma guerra?

Para se poder responder a esta questão não basta, nem parece ser possível, elencar uma simples lista de condições que têm de ser verificadas por forma a confirmar, quando cumpridas, se existe ou não o comando holístico. Como se observou nos três estudos de caso, as variáveis foram muitas e, de acordo com o ponto de vista de análise, podem ser feitas múltiplas interpretações que, no limite, se traduzem em conclusões contrárias e levam mesmo ao estabelecimento de condições

diferentes. No entanto, podemos responder ao desafio levantado através da teoria geral que se elaborou.

A teoria geral foi pensada para abarcar as quatro dimensões em que se colocou a questão central. Em cada uma das dimensões analisadas viu-se, através dos três estudos de caso, a forma distinta como podiam ser entendidas e, simultaneamente, como se poderia ter um racional que explicasse a existência, ou não, de um efetivo comando holístico. Porque se trata de uma teoria geral a mesma deverá ter uma aplicação universal. Procurou-se assim entender, para cada uma das quatro dimensões analisadas, se a teoria pôde ser verificada e validada para casos passados e, desejavelmente, se também poderá ser aplicada em possíveis casos futuros.

A teoria foi desenvolvida em três planos distintos abarcando o primeiro dos planos duas das dimensões em análise. A primeira dimensão reflete sobre o comando de todas as forças militares e paramilitares presentes num determinado cenário de guerra e a segunda dimensão trata da efetiva coordenação entre organizações civis e militares, governamentais e não-governamentais. São duas dimensões distintas mas fazem parte de um mesmo plano de análise, da efetiva convergência e organização, num determinado cenário de guerra.

É possível obter o comando holístico em ambas as dimensões colocando, no entanto, uma tônica diferente no grau de dependência entre as duas. Na primeira dimensão tenta obter-se uma efetiva unidade de comando, ou seja, uma dependência real de todas as organizações militares, de segurança e paramilitares, à estratégia definida pelo comandante nomeado, sem que tal obrigue a uma integração ou a vínculos diretos de subordinação entre as várias forças. Procura-se a convergência e a unidade de objetivos mas não se misturam entidades com princípios de organização muito diferentes, como por exemplo, as forças de segurança e as forças armadas.

Na segunda dimensão, uma vez que é bastante difícil conseguir a “unidade de comando”, devem ser criadas as condições para se efetivar a unidade de esforços entre todas as entidades, civis e militares, presentes num determinado cenário de guerra. O plano de análise na teoria geral é o mesmo – o da efetiva coordenação – mas nesta segunda dimensão, atribui-se um grau diferente de convergência, a “unidade de esforços” e, por isso se separou da anterior dimensão. Em síntese, só pode haver comando holístico na guerra se se conseguir, no mínimo, a unidade de esforços entre todas as organizações presentes, desejavelmente e sempre que possível, tendente para a unidade de comando.

Com o estudo dos três casos, procurando comprovar a teoria geral, admitiu-se que podiam existir entidades que não quisessem participar na efetiva unidade de esforços. Desde que a sua ação não contrariasse o desempenho das demais, tal não

comprometia a desejável “união de esforços”. Podem existir organizações que, por variadíssimas razões, desde os estatutos de imparcialidade até ao simples desacordo sobre as estratégias escolhidas, não se queiram associar ao esforço coletivo. Desde que a sua ação não colida ou prejudique a ação das demais organizações presentes assume-se que, também assim, se poderá obter um efetivo comando holístico. Não é por isso obrigatório forçar a colaboração de todas as entidades, bastando conseguir que não existam ações contrárias ou prejudiciais aos objetivos das restantes organizações.

Na terceira dimensão analisada, que correspondeu ao segundo plano em que se elaborou a teoria geral, tentou aferir-se da coerência que tem de existir entre a política decidida e a estratégia aplicada no terreno, entre os governantes políticos e os comandantes operacionais. Teve de se separar a análise quando foi efetuada dentro das estruturas de um mesmo país ou quando foi abordada dentro dum quadro multinacional, de coligações ou alianças, porque para cada situação correspondiam resultados diferentes.

A questão central ficou respondida pela teoria geral levantada, na medida em que, para cada uma das seguintes situações elencadas, corresponderam soluções diferentes mas, ainda assim, possíveis. Dentro de cada Estado foi possível constatar como era importante a clarificação entre quem pode e tem de decidir e a quem cabe aconselhar e ajudar na decisão. Igualmente se confirmou que podem (e devem) existir mecanismos de permanente comunicação entre os vários patamares de decisão, num justo equilíbrio entre a autonomia de ação e a necessária supervisão e adequação / revisão, dos objetivos políticos e estratégicos em cada momento.

No âmbito multinacional a questão tornou-se mais complexa e difícil mas também pôde ser resolvida através da aplicação da teoria geral elaborada. Existem mecanismos em organizações internacionais existentes (por exemplo na ONU, NATO e UE) que possibilitam um comando holístico mas, como também vimos, raramente existe o comando exclusivo por parte de uma destas organizações nos territórios em análise. A dificuldade não reside nos mecanismos mas antes na clarificação de quem coordena o quê e quando em determinadas situações. No último dos casos analisados, o Afeganistão, constatou-se como foi difícil entender a articulação entre todas as entidades internacionais presentes (ONU, NATO, UE, ISAF) e assim, por consequência, também se tornou difícil estabelecer mecanismos claros de colaboração e coordenação. Se as competências de cada organização e Estados presentes, num determinado cenário, forem clarificadas e coordenadas, o comando holístico torna-se possível.

Ainda no âmbito desta terceira dimensão, a par da clarificação dos níveis de autoridade e do papel que cada organização desempenha, tornou-se ainda relevante entender quais são os verdadeiros objetivos políticos em causa para que se possa assim avaliar se as estratégias daí decorrentes são coerentes e possíveis. Um exercício fundamental para compreender se é possível, ou não, um comando holístico é tentar entender os diferentes interesses e objetivos políticos dos vários intervenientes num determinado cenário de guerra. Tem de existir um denominador comum entre todos para que se possa, concorrentemente, atingir objetivos convergentes. Os interesses presentes podem ser muito diferentes de país para país e variar consoante as organizações, mas terá de haver uma base alargada de consenso em algumas áreas ou, pelo menos, têm de ser criadas regras para que as estratégias principais não sejam afetadas por interesses divergentes, por forma a se obter um comando holístico. Por exemplo, será possível desenvolver ações de combate num determinado cenário mesmo que um dos países não queira participar, mas será difícil fazê-lo se o mesmo país se quiser opor. Este é no fundo o limite do compromisso possível, será possível a não adesão a todas as políticas e estratégias escolhidas desde que não se comprometa ou inviabilize a restante ação coletiva. Acrescenta-se ainda que, mesmo que não se conheçam todos os interesses políticos dos vários intervenientes e, desde que os mesmos não comprometam as estratégias em curso, será possível o comando holístico.

A existência de doutrinas é relevante e útil mas, por si só, estas nunca serão suficientes para resolver as situações emergentes. Uma doutrina pensada antes dum conflito pode sofrer grandes alterações durante o mesmo, pelo que o carácter evolutivo numa doutrina tem de estar presente. Por outras palavras, deve ser pensada e desenhada para poder evoluir de acordo com as experiências entretanto obtidas (absorvendo as “lessons learned” entretanto levantadas) e ajustar-se ao quadro político internacional. As doutrinas são uma ferramenta útil mas apenas com uma clara definição de políticas e conseqüentes estratégias é que estas poderão fazer a diferença na resolução de determinados conflitos.

Por último, a questão central leva-nos para a dimensão temporal. Pensa-se que a teoria geral também responde a esta última e quarta dimensão em análise. Um comando holístico da guerra não pode ser pensado exclusivamente para o momento da guerra em si. Uma política e as decorrentes estratégias adequadas têm assim de ser pensadas de forma holística para os vários momentos no antes, durante e após a guerra. Nos vários estudos de caso, a existência, ou a ausência, destas considerações comprometeram as estratégias em execução.

Não se pode por isso compartimentar fases temporais, por exemplo e por absurdo, atribuindo-se responsáveis distintos a cada uma: políticos para a fase política, diplomatas para a fase diplomática, militares para a fase militar e engenheiros civis para a fase de reconstrução. Pode haver um responsável principal em determinados momentos mas não se podem excluir os restantes de participar em todas as fase de planeamento e execução.

Também não se podem criar barreiras temporais exclusivamente assentes em condições rígidas. Não se podem colocar os cuidados de saúde ou os projetos de educação completamente parados à espera que termine a fase de “limpeza do inimigo” nem se pode impedir que durante a reconstrução de um determinado local continuem as ações de busca e de captura de possíveis adversários. Um comando holístico obriga a pesar as vantagens e inconvenientes que cada ação tem sobre as outras e isso só se consegue se todos participarem em processos de planeamento abrangentes e inclusivos.

Indicações para futuras investigações

Como se constatou no Capítulo I, a maior parte dos estudos elaborados sobre o relacionamento entre civis e militares foram efetuados, quase sempre, dentro de um contexto exclusivamente nacional. O alvo da maioria dos estudos incidiu sobre o relacionamento entre os diferentes grupos sociais (de civis e militares) ou, institucionalmente, entre o poder político e as forças armadas. Seria por isso interessante analisar melhor o quadro desse mesmo relacionamento, ainda sob o ponto de vista sociológico, alargando-o para os cenários de guerra e num âmbito mais abrangente, multinacional.

Porque é também no âmbito do contexto das nações que habitualmente se desenvolvem estes estudos, pensa-se que seria relevante estudar mecanismos que possibilitassem uma maior articulação entre as forças armadas e as de segurança projetadas para fora do território nacional, nos cenários de guerras (incluindo a guerra mas não só), essencialmente no âmbito do direito e, especificamente, do direito internacional.

Seria também relevante, no âmbito da ciência política, abordar possíveis mecanismos de aproximação de militares e civis, entidades governamentais e não-governamentais para uma maior partilha dos processos de decisão. Dentro deste âmbito poderia ser interessante analisar as melhores formas de cooperação e articulação, em cenários de guerra, entre coligações, alianças e Estados, com as inúmeras organizações governamentais, não-governamentais e privadas.

Por fim, no próprio domínio em que se insere esta tese, da História, da Defesa e das Relações Internacionais, seria possível alargar o estudo para situações para além da guerra. Desde os conflitos em ambientes hostis, dentro do âmbito das operações de apoio à paz, até ao envolvimento de múltiplas organizações em missões de âmbito humanitário.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

Geral e Capítulo I - Teoria Geral do Comando Holístico da Guerra e Corpo de Conceitos

- Aleskerov, F. T. (2009), "How to Prepare and Write PhD and MS Thesis", *Automation and Remote Control*, Vol. 70, n.º 11, pp. 1928–1938.
- Álvares, Obino Lacerda (1973), *Estudos de Estratégia*, Brasília (Brasil), Editora de Brasília.
- Alves, José Lopes (1998), *Estratégia: Panorama Geral da Sua Teoria*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Andreas, Holger (2010), "Semantic Holism in Scientific Language", *Philosophy of Science* nº 77 - October, Philosophy of Science Association, pp. 524-543.
- Aparício, Luís (1989) (versão original em grego escrita em 8 volumes em 431 a.C.), *Tucídides: Historia de la guerra del Peloponeso*, Madrid (Espanha), Ediciones AKAL.
- Aristóteles (1998) (versão original em grego de 384-322 a.C.), *Política*, Lisboa, Vega.
- Aron, Raymond (1984), *Paix et guerre entre les nations*, Paris (França), Calmann-Lévy.
- Armed Forces United States (2003), *Joint Publication 3-57.1: Joint Doctrine for Civil Affairs*, disponível em: http://www.dtic.mil/doctrine/jel/new_pubs/jp3_57_1.pdf (Data de acesso em 20 de outubro de 2012).
- Barrett, Clark C. (2011), "Unarmed and Dangerous: The Holistic Preparation of Soldiers for Combat", na revista *Ethical Human Psychology and Psychiatry*, Volume 13, Number 2, pp. 95-114.
- Barrento, António (1991), *Reflexões sobre temas militares*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Barrento, António (2000), *Reflexões sobre temas militares II*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Barrento, António (2010), *Da Estratégia*, Lisboa, Tribuna da História.
- Beaufre, André (2004), *Introdução à Estratégia*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Beckett, Ian F. W. (2005), *Insurgency In Iraq: A Historical Perspective*, January, Carlisle (EUA), Strategic Studies Institute, disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> (Data de acesso em 18 de novembro de 2012).
- Bouthoul, Gaston (1966), *O Fenómeno Guerra*, Lisboa, Estúdios Cor.
- Bobbio, Norberto et al (1998), *Dicionário de Política*, Volume I, 11ª edição, Brasília, (Brasil), Editora Universidade de Brasília.
- Bobbio, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política. A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, Rio de Janeiro (Brasil), Elsevier Editora.
- Boniface, Pascal (2008), *Guerras do Amanhã*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- Bong, Warren H. et al (2012), "Applying Systems Engineering to Interagency Coordination in Support of Combatant Commands", *Journal of Defense Resources Management*, Vol. 3, Issue 2 (5), pp. 23-40.
- Borges, João Vieira (2013), "As Forças Armadas na Segurança Interna: Mitos e realidades", *Revista Militar* n.º 2532, pp. 25-42.

- Briatte, Francois e Vicky Plows (2011), "Authoring a PhD. How to Plan, Draft, Write and Finish a Doctoral Thesis or Dissertation", Graduate Journal of Social Science June 2011, Vol. 8, Issue 1, pp. 114-117.
- Brzezinski, Zbigniew (2004), *The Choice*, Washington (EUA), Basic Books.
- Castro, Celso (1990), *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*, Rio de Janeiro (Brasil), Zahar.
- Clausewitz, Carl Von (1976) (versão original em alemão publicada em 1832), *Da Guerra*, Lisboa, Perspectivas e Realidades.
- Coletta, Damon e Peter D. Feaver (2006), "Civilian Monitoring of U.S. Military Operations in the Information Age", *Armed Forces & Society*, Volume 33 Number 1, October 2006, pp.106-126.
- Connell, Robert O' (1995), *História da Guerra: armas e homens*, Lisboa, Teorema.
- Cook, Martin L. (2008), "The Revolt of the Generals: A Case Study in Professional Ethics", US Air Force Academy, disponível em: martin.cook@usafa.edu (Data de acesso em 12 de outubro de 2012).
- Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia*, (vols. I e II), Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Correlates of War, "COW Project Website", disponível em: <http://www.correlatesofwar.org/> (Data de acesso em 6 de fevereiro de 2013).
- Cupertino, Joaquim Luís (1985), *Deontologia Militar*, Lisboa, Serviços Gráficos da Academia Militar.
- Desch, Michael C. (1999), *Civilian Control of the Military: The Changing Security Environment*, Baltimore (EUA), John Hopkins University Press.
- Dempsey, Martin E. (2012), *Mission Command White Paper*, Washington (EUA), US Armed Forces.
- Defense Committee, House of Commons (2010), *The Comprehensive Approach: the point of war is not just to win but to make a better peace*, Londres (RU), The Stationery Office Limited, disponível em: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200910/cmselect/cmdfence/224/224.pdf> (Data de acesso em 20 de março de 2013).
- Dias, Carlos Mendes (2010), *Sobre a Guerra*, Lisboa. Prefácio.
- Dias, Carlos Mendes (2012), "Estratégia – Evolução do Conceito", Lisboa, *Revista Estratégia*, Vol. XXI, pp. 255-279.
- Dobbins, James et al (2007), *The Beginner's Guide to Nation-Building*, Arlington (EUA), RAND Corporation.
- Echevarria II, Antulio J. (2005), "Fourth-Generation War and other Myths", November, Carlisle (EUA), Strategic Studies Institute, disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> (Data de acesso em 18 de novembro de 2012).
- Edwards, Paul M. (2010), *Historical Dictionary of the Korean War*, Plymouth (RU), The Scarecrow Press, Inc.

- Ellner, Andrea (2010), “*Civil-Military Relations under Strain – A Comparative Analysis of Britain and the US*”, Paper prepared for the 60th Anniversary Conference of the Political Studies Association and the British International Studies Association, Edinburgh (RU), March-1 April.
- Estado Maior do Exército (1963/66), *O Exército na Guerra Subversiva*, 5 volumes, Lisboa, EME.
- Estado Maior do Exército (1987), *Regulamento de Campanha (RC) 130-1 Operações*, 2 volumes, Lisboa, EME.
- Estado Maior do Exército (2012), *Publicação Doutrinária do Exército (PDE) 03-00 Operações*, Lisboa, EME.
- Feaver, Peter D. e Richard H. Kohn (2001), *Soldiers and Civilians: The Civil-Military Gap and American National Security*, Cambridge (EUA), Harvard University Press.
- Feaver, Peter D. (2003), *Armed Servants: Agency, oversight and civil-military relations*, Cambridge (EUA), Harvard University Press.
- Feaver, Peter D. (2011), “The Right to Be Right - Civil-Military Relations and the Iraq Surge Decision”, Cambridge (EUA), Harvard University, *International Security*, Vol. 35, Nº4 (Spring 2011), pp. 87–125.
- Fernandes, António José (2008), *Introdução à Ciência Política*, Porto, Porto Editora.
- Fernandes, Horta e Francisco Abreu (2004), *Pensar a Estratégia – Do Político-Militar ao Empresarial*, Lisboa, Sílabo.
- Fernandes, Horta (2011), *Acolher ou Vencer? A estratégia e a Guerra na atualidade*, Lisboa, Esfera do Caos.
- Ferreira, Ademir (1997), *Gestão Empresarial: De Taylor aos Nossos Dias*, São Paulo (Brasil), Pioneira Thomson Learning.
- Finer, Samuel E. (2009) (versão original publicada em 1962), *The Man on Horseback: The Role of the Military in Politics*, New Jersey (EUA), Transaction Publishers.
- Fontes, José (2008), “O Direito de Ingerência e as visões Agostiniana, Tomista e Moriana da intervenção justa: uma nova abordagem politológica”, Lisboa, Separata do Boletim da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, nº 34, pp. 125-145.
- Fortuna, Marlene (2002), *A obra de arte além da sua aparência*, São Paulo (Brasil), Annablume Editora.
- Freund, Julien (1974), *O que é a Política?*, Lisboa, Editorial Futura.
- Garcia, Francisco Proença (2011), *Da Guerra e da Estratégia – a nova polemologia*, Lisboa, Prefácio.
- Gray, Chris H. (1997), *Postmodern War: The New Politics of Conflict*, Londres (RU), Routledge.
- Hammes, Thomas X. (2005), “Insurgency: Modern Warfare Evolves into a Fourth Generation”, Institute for National Strategic Studies (EUA), National Defense University, nº 241, January.
- Hart, Liddell (1963), *As Grandes Guerras da História*, São Paulo (Brasil), Ibrasa.
- Hart, Liddell (2011) (versão original britânica publicada em 1941), *Estratégia*, Lisboa, Tinta da China.
- Haynes, Carter J. (2009), “Holistic Human Development”, *Journal of Human Development*, Springer Science+Business Media, pp. 53-60.
- Hespanha, António M. (2009), *Como preparar uma dissertação: um guia em cinco pontos*, Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

- Hironaka, Ann (2005), *Never-ending Wars: The international community, weak states, and the perpetuation of civil wars*, Harvard (EUA), Library of Congress Printing-Data.
- Helsloot, Ira (2008), "Coordination is a prerequisite for good collaboration, isn't it?", *Journal of Contingencies and Crisis Management*, Volume 16 Number 4 December 2008, Oxford (RU), Blackwell Publishing Ltd., pp. 173-176.
- Huntington, Samuel (1956), "Civilian Control and the Constitution", American Political Science Association, *The American Political Science Review*, Vol. 50, Nº 3 (Sep., 1956), pp. 676-699.
- Huntington, Samuel (1957), *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, Cambridge (EUA), Harvard University Press.
- Huntington, Samuel (1991) *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*, Norman (EUA), University of Oklahoma Press.
- Huntington, Samuel (1999), *O Choque das Civilizações e a mudança na Ordem Mundial*, Lisboa, Gradiva.
- Janowitz, Morris (1971) (Edição original escrita em 1960), *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*, New York (EUA), Free Press.
- JALLC, "NATO' Joint Allied Lessons Learned Centre Website", disponível em: <http://www.jallc.nato.int/> (Data de acesso em Julho de 2011).
- Kagan, Donald (1995), *Sobre as origens da Guerra e da preservação da Paz*, Braga, Temas da Atualidade.
- Kaldor, Mary (1999), *New & Old Wars: Organized violence in a global era*, Cambridge (EUA), Polity Press.
- Keegan, John (1994), *A History of Warfare*, New York (EUA), Vintage Books.
- King, Anthony (2011), "Military Command in the last decade", *International Affairs* 87:2; The Royal Institute of International Affairs, Oxford (RU), Blackwell Publishing, pp. 377–396.
- Kissinger, Henry (2003), *Anos de Renovação*, Lisboa, Gradiva.
- Langston, Thomas S. (2003), *Uneasy Balance: Civil-Military Relations in Peacetime America since 1783*, Baltimore (EUA), John Hopkins University Press.
- Ledwidge, Frank (2011), *Losing Small Wars: British military failure in Irak and Afghanistan*, London (RU), Yale University Press.
- Lyman, Princeton e Morrison J. Stephen (2004), "The Terrorist Threat in Africa", na revista *Foreign Affairs*, Jan/Feb2004, Vol. 83 Issue 1, pp. 75-86.
- Mariotti, Humberto (s.d.), "Reduccionismo, Holismo e Pensamentos Sistémico e Complexo", São Paulo (Brasil), Associação Palas Athena, disponível em: http://www.uesc.br/cpa/artigos/reduccionismo_holismo.pdf (Data de acesso em 22 de janeiro de 2013).
- Manwaring, Max G. (2004), "Shadows of things past and images of the future: Lessons for the Insurgencies in our Midst", November, Carlisle (EUA), Strategic Studies Institute, disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> (Data de acesso em 20 de novembro de 2012).
- Martins, Manuel Gonçalves (2003), *Relações e Desafios Internacionais na Era da Globalização*, Sintra, Pedro Ferreira.

- Maquiavel, Nicolau (1991) (Edição original escrita em 1532), *O Príncipe: a Arte da Guerra*, Lisboa, Ediclube.
- McCauley, Dan (2012), "The Facets of Mission Command", *Small War Journal*, Jun 21, Small Wars Foundation (EUA), disponível em: <http://smallwarsjournal.com/jrnl/art/the-facets-of-mission-command> (Data de acesso em 12 de janeiro de 2013).
- Metz, Steven e Phillip Cuccia (2011), *Defining War for the 21st Century*, Strategic Studies Institute Annual, Strategy Conference Report, disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> (Data de acesso em 22 de novembro de 2012).
- Miranda, Jorge e Carlos Blanco de Moraes (2000), *O Direito da Defesa Nacional e das Forças Armadas*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Monteiro, João Gouveia e José Eduardo Braga (2009), *Vegécio – Compêndio da Arte Militar*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Moyar, Mark (2009), *A Question of Command*, New Haven (EUA), Yale University Press.
- Mozzicafreddo, Juan (2011), *Normas de Formatação e Apresentação Gráfica da Dissertação ou Trabalho de Projeto de Mestrado e da Tese de Doutoramento*, Lisboa, IUL-ISCTE.
- NATO: North Atlantic Treaty Organization (2003), *AJP-9: NATO Civil-Military Co-operation (CIMIC) Doctrine*, Disponível em: <http://www.nato.int/ims/docu/ajp-9.pdf>. (Data de acesso em 20 de outubro de 2012).
- NATO: North Atlantic Treaty Organization (2010), *Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*, Disponível em: <http://www.nato.int/strategic-concept/index.html> (Data de acesso em 06 de fevereiro de 2013).
- NATO, "NATO Web site", disponível em: <http://www.nato.int/> (Data de acesso em 05 de fevereiro de 2013).
- Naler, Christopher (2006), "Are we ready for an Interagency Combatant Command?", *Joint Force Quarterly (JFQ)* (EUA), issue 41, 2d quarter 2006, pp. 26-31.
- Nye, Joseph S, Jr. (2012), *O Futuro do Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Oliveira, Gilberto Carvalho (2011), *Relações entre Civis e Militares nas Operações de Paz*, e-cadernos do CES / Coimbra, pp. 77-84; disponível em: www.ces.uc.pt/e.../07%20-%20Gilberto%20de%20Oliveira.pdf (Data de acesso em 07 de novembro de 2012).
- Oprean, Georgel (2012), "Commander's Role, Art of Command, Science of Control", *Revista Academiei Fortelor Terestre*, n. 2 (66), pp. 115-121.
- Özbudun, Ergun (2007), *Study on democratic control of armed forces: civilian control of the military: why and what?*, Study nº 389, Strasbourg (França), Council of Europe.
- Pelczynski, Z. A. (1984), *The State and Civil Society: Studies in Hegel's Political Philosophy*, Cambridge (RU), Cambridge University Press.
- Pinto, Luís Valença (1987), *Notas sobre Teoria das Crises (CO 70-70-30)*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Pires, Nuno Lemos (2011b), *NATO's Operational Mentor and Liaison Team: Contributo para o desenvolvimento das Forças Armadas do Afeganistão*, IDN Brief, fevereiro de 2011, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.

- Pompeu, Ana Maria (2011), *Aristófanis e Platão: A Justiça na Polis*, São Paulo (Brasil), Edições 24 Horas.
- Record, Jeffrey (2003), *Bounding the Global War on terrorism*, Carlisle (EUA), Strategic Studies Institute.
- Ribeiro, Lages (2008), *Dicionário de termos e citações de interesse político e estratégico*, Lisboa, Gradiva.
- Ribeiro, Silva (2004), *Organização Superior de Defesa Nacional*, Lisboa, Prefácio.
- Ribeiro, Silva (2009), *Teoria Geral da Estratégia*, Lisboa, Almedina.
- Roberts, Nancy (2010), "Spanning Bleeding Boundaries: Humanitarianism, NGOs and the Civilian-Military Nexus in the Post-Cold War Era", *Public Administration Review*, March/April 2010 (EUA), Blackwell Publishing Limited, pp. 212-222.
- Rosini, Alessandro e Angelo Palmisano (2003), *Administração de Sistemas de Informação e a Gestão do Conhecimento*, São Paulo (Brasil), Pioneira Thomson Learning.
- Sanger, David E. (2012), *Confront and Conceal – Obama's secret wars and surprising use of American power*, New York (EUA), Crown Publishers.
- Santos, Loureiro dos (1979), *Apontamentos de História para Militares*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Santos, Loureiro dos (1983), *Incursões no Domínio da Estratégia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Santos, Loureiro dos (2000), *Reflexões sobre Estratégia*, Lisboa, Europa-América.
- Santos, Loureiro dos, (2009), *As Guerras que já aí estão e as que nos esperam se os políticos não mudarem*, Lisboa, Europa-América.
- Santos, Loureiro dos (2010), *História Concisa de como se faz a guerra*, Lisboa, Europa-América.
- Sarmiento, Manuela (2013), *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- Sidhu, Gretchen (2003), *Intergovernmental Negotiations and Decision Making at the United Nations: A Guide*, New York and Geneva, UN Non-Governmental Liaison Service (NGLS), disponível em: http://www.unsystem.org/ngls/d_making.htm (Data de acesso em 05 de fevereiro de 2013).
- Siegel, Judith S. et al (1997), *Civil-Military Relations in a Democracy*, Electronic Journals of the U.S. Information Agency Volume 2 Nº 3.
- Smith, Rupert (2008), *A Utilidade da Força: A arte da Guerra no Mundo Moderno*, Lisboa, Edições 70.
- Smuts, Jan (1926), *Holism and Evolution*, New York (EUA), McMillan Company.
- Stewart, Keith G. (2010), "The Evolution of Command Approach", Track 7: C2 Approaches and Organization: Paper 192, Toronto (Canada), Defence Research and Development, disponível em: http://www.dodccrp.org/events/15th_iccrts_2010/html_post_conference/track7_post_conference.html (Data de acesso em 22 de dezembro de 2012).
- Teixeira, Nuno Severiano (2002), *Contributos para a Política de Segurança Interna de setembro de 2000 a março de 2002*, Lisboa, Ministério da Administração Interna.

Telo, António José e Nuno Lemos Pires (2013), *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação (1973-2013)*, Lisboa, Tribuna da História.

União Europeia, “EU External Action Website”, disponível em: <http://www.consilium.europa.eu/eeas/security-defence?lang=pt> (Data de acesso em 06 de fevereiro de 2013).

United Nations, “United Nations Website”, disponível em: <http://www.un.org/en/aboutun/structure/index.shtml> (Data de acesso em 5 de fevereiro de 2013).

Vaz, Nuno Mira (2012), “A Problemática da Instituição Militar a partir de várias perspetivas no sentido de procurar uma resposta à pergunta: Até que ponto o oficial do quadro permanente será uma pessoa diferente dum civil?”, Revista científica *Proelium*, série VII, nº2, pp. 270-278.

Weisberg, Jonathan (2009), “Commutativity or Holism? A Dilemma for Conditionalizers”, *British Society for the Philosophy of Science* nº 60, Oxford University Press, pp. 793–812.

Zippwald, Scott C. (2011), “*Effective Civil-Military Relations: A Necessary Ingredient for Success in America’s Future Strategic Environment*”, Norfolk (EUA), Joint Forces Staff College.

Capítulo II – Wellington e a Guerra Peninsular (1807-1814)

Alves-Caetano, António (2013), *Os Socorros Pecuniários Britânicos destinados ao Exército Português (1809-1814)*, Lisboa, Sem Editora.

Avillez, Pedro (2008), “Portugal no concerto das Nações da Europa na época napoleónica, uma visão geopolítica da história”, em *atas do XVII coloquio de História Militar nos 200 anos das invasões napoleónicas em Portugal - A Guerra Peninsular: Perspetivas multidisciplinares*, Lisboa, Comissão portuguesa de História Militar, I volume, pp. 75-101.

Araújo, Ana Cristina (2009), “A participação do Batalhão Académico de Coimbra na derrota dos franceses no Porto”, em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, volume II, pp. 275-308.

Barata, Manuel Themudo, “Ensino Militar: Primeiros Passos e Passos definitivos em Portugal e no Brasil”, em *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir), Lisboa, Circulo de Leitores, volume 3, pp. 412-429.

Barrento, António (2010), “As Invasões Francesas na formação e ensino Militar”, em *atas do XXXV Congresso Internacional de História Militar - A guerra no Tempo de Napoleão: Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração* – Lisboa, Comissão portuguesa de História Militar, Tomo II, pp. 1029-1041.

Borges, João Vieira (2010), “Artilharia e Artilheiros Portugueses na Guerra Peninsular”, Revista da Artilharia, disponível em: http://www.revista-artilharia.net/index.php?option=com_content&task=view&id=368 (consultado em 12 de Dezembro de 2011).

Chaby, Claudio de (1863), *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos à guerra denominada da Península e às anteriores de 1801, e do Rousillon e Cataluña* – Volume III, Lisboa, Imprensa Nacional.

- Chartrand, René (2000), *The Portuguese Army of the Napoleonic Wars*, (volumes 1, 2 e 3), Oxford (RU), Osprey Military.
- Chartrand, René (2001a), *Vimeiro 1808, Wellesley's first victory in the Peninsular*, Oxford (RU), Osprey Military.
- Chartrand, René (2001b), *Bussaco 1810, Wellesley defeats Napoleon's Marshals*, Oxford (RU), Osprey Military.
- Chartrand, René (2002), *Fuentes de Oñoro, Wellington's liberation of Portugal*, Oxford, (RU), Osprey Military.
- Centeno, João (2007), *O Exército Português na Guerra Peninsular, Morte e renascimento de um exército*, Lisboa, Prefácio.
- Centeno, João (2011), *O Exército Aliado Anglo-português na Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História.
- Chastenet, Jaques (1944), *Wellington 1769-1852*, Lisboa, Bertrand.
- Corrigan, Gordon (2001), *Wellington, a military life*, Londres (RU), MPG Books.
- Duarte, Maria de Jesus Caimoto (2010), "Carlota Joaquina: a auto-proclamada soberana da América espanhola", comunicação em atas do XXXV Congresso Internacional de História Militar - *A guerra no Tempo de Napoleão: Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração*, Lisboa, Comissão portuguesa de História Militar, Tomo II: pp. 742-753.
- Esdaile, Charles (2009a), "A Batalha do Porto de 12 de maio de 1809", em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume III, pp. 109-134.
- Esdaile, Charles (2009b), "Sir Arthur Wellesley, Duque de Wellington: uma breve biografia", em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume IV, pp. 75-100.
- Esdaile, Charles (2011), *As Guerras de Napoleão – Uma História Internacional 1803-1815*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Fuente, Francisco de la (2011), *D. Miguel Pereira Forjaz – Conde da Feira (1769-1827) – O organizador da luta contra Napoleão*, Lisboa, Tribuna da História.
- Gotteri, Nicole (2006), *Napoleão e Portugal*, Lisboa, Teorema.
- Gray, Anthony (2011), *The French invasions of Portugal 1807 to 1811: rebellion, reaction and resistance*, York (RU), University of York.
- Guingret, M. (2010) (versão original britânica publicada em 1815), *Campanhas do exército de Portugal – 1810*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Gurwood, C.B. (1837 - 1852), *The dispatches of Field Marshal The Duke of Wellington during his various campaigns in India, Denmark, Portugal, Spain, The Low Countries, and France*, 8 volumes, Londres (RU), John Murray.
- Gurwood, C.B. (1851), *Selections from The dispatches and General Orders of Field Marshal The Duke of Wellington*, Londres (RU), John Murray.
- Gurwood, C.B. (1858), *Supplementary dispatches and Memoranda of Field Marshal The Duke of Wellington – India*, Londres (RU), John Murray.
- Henriques, Américo (2008), "A vertente militar nas guerras peninsulares" em Atas da Conferência *Guerra Peninsular, Soberanias Atlânticas, Novas Instituições – II Centenário da ida da Corte portuguesa para o Brasil 1808-2008*, Lisboa, Assembleia da República, pp. 123-132.

- Henriques, Mendo Castro (2002), *Salamanca 1812, Companheiros de Honra*, Lisboa, Prefácio.
- Henriques, Mendo Castro (2005), “1812 e a geopolítica da Guerra Peninsular”, em *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, pp. 171-200.
- Howard, Donald (2008), “Portugal e a Guerra Peninsular: Almeida, Buçaco e as Linhas de Torres” em atas da Conferência *Guerra Peninsular, Soberanias Atlânticas, Novas Instituições – II Centenário da ida da Corte portuguesa para o Brasil 1808-2008*, Lisboa, Assembleia da República, pp. 115-120.
- Keegan, John (2009) (versão original publicada em 1987), *A Máscara do Comando*, Lisboa, Tinta da China.
- Koch, General (2007) (versão integral original em 7 volumes de 1848-50), *Memórias de Massena - Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Lima, Henrique de Campos Ferreira (1937), *O Tenente português João de Almeida Sousa e Sá – herói da reconquista de Vigo em 1809*, Lisboa, Boletim nº 37 do Arquivo Histórico Militar.
- López, Juan Priego (1981), *guerra de la Independencia*, (7 volumes), Madrid (Espanha), Libreria Editorial San Martin.
- Marques, Fernando Pereira (1999), *Exército, Mudança e Modernização na primeira metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Marbot, General Barón de (2006) (versão original francesa escrita em 1847 e publicada em 1891), *Memória sobre a 3ª Invasão Francesa*, Casal de Cambra, Ed Caleidoscópio.
- Mas, Miguel Ángel (2008), “Salamanca 187 – 1813: Ciudad ocupada y Jaque a Portugal”, em atas do *XVII coloquio de História Militar nos 200 anos das invasões napoleónicas em Portugal - A Guerra Peninsular: Perspectivas multidisciplinares*, Lisboa, Comissão portuguesa de História Militar, II volume, pp. 469-500.
- Mathias, Leonardo (2005), “Portugal e o contexto político internacional no início do século XIX”, em *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, pp. 31-42.
- Monteiro, Isilda (2009), “Através da guerra – o impacto das invasões francesas no quotidiano das populações”, em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume II, pp. 157-180.
- Moore, James (1809), *A Narrative of the Campaigns of the Campaign of the British Army in Spain commanded by his Excellency Lieut.- General Sir John Moore, K.B.*, (RU), St. Paul's Church Yard.
- Newitt, Malyn (2009), “Lorde Beresford”, em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume IV, pp. 101-134.
- Neves, José Acúrsio das (2008) (versão original publicada em 1810 e 1811), *História Geral da Invasão dos franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Afrontamento.
- Oman, Charles (1913), *Wellington's Army, 1809 – 1814*, Londres (RU), Greenhill Books.
- Peaty, John (2010), “Wellinton's surveyors and map.makers in the Peninsula”, em atas do XXXV Congresso Internacional de História Militar - *A guerra no Tempo de Napoleão: Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração* – Lisboa, Comissão portuguesa de História Militar, Tomo I, pp. 488-502.
- Pires, Nuno Lemos (2009a), “1809: a guerra em Portugal e na Galiza”, *Revista Lusíada de História* nº 5/6, Lisboa, Universidade Lusíada, pp. 198-221.

- Pires, Nuno Lemos (2009b), “Milícias e ordenanças no Norte de Portugal durante as primeiras invasões francesas”, em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume I, pp. 157-192.
- Pires, Nuno Lemos (2009c), “Os 200 anos da Batalha do Vimeiro”, Lisboa, Revista Militar n.º 2484, pp. 21-41.
- Pires, Nuno Lemos (2010), “As ações militares portuguesas em 1809”, em atas do XXXV Congresso Internacional de História Militar - *A guerra no Tempo de Napoleão: Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração* – Lisboa, Comissão portuguesa de História Militar, Tomo I, pp. 237-251.
- Ramos, Luís de (2010), “A Europa contemporânea e as campanhas napoleónicas”, em Atas do XXXV Congresso Internacional de História Militar - *A guerra no Tempo de Napoleão: Antecedentes, campanhas militares e impactos de longa duração*, Lisboa, Comissão portuguesa de História Militar, Tomo I, pp. 115-121.
- Revez, Andres (1946), *Wellington: El Duque de Hierro*, Madrid (Espanha), Editorial Gran Capitan.
- Roberts, Andrew (2002), *Napoleão e Wellington*, Lisboa, Verbo.
- Rodríguez, Alicia Laspra (2009), *La guerra de La Independencia en los archivos británicos del War Office – Colección Documental* – Madrid (Espanha), Ministerio de Defensa.
- Sardica, José Manuel (2009), “A segunda invasão francesa no quadro das guerras napoleónicas”, em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume I, pp. 61-94.
- Santo, Gabriel Espírito (2010), *O Combate do Côa*, Lisboa, Tribuna da História.
- Santo, Gabriel Espírito e Pedro de Brito (2012), *A Logística do Exército Anglo-Luso Na Guerra Peninsular*, Lisboa, Tribuna da História.
- Silva, Francisco Ribeiro da (2009), “As invasões francesas e a cidade do Porto antes de 18 de junho de 1808: abrir os cordões à bolsa e devassar a intimidade das famílias”, em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume II, pp. 241-274.
- Stohtert, William (1812), *A Narrative of the Principal events of 1809, 1810 & 1811 in Spain and Portugal interspersed with Remarks on local Scenery and Manners*, Oxford (RU), P. Martin Printers.
- Soriano, Luz (1866-1890), *História da guerra Civil e do estabelecimento do governo Parlamentar em Portugal*, (17 Volumes), Lisboa, Imprensa Nacional.
- Sousa, Maria Leonor (2007), *A Guerra Peninsular em Portugal – Relatos britânicos*, Lisboa, Caleidoscópio.
- Soult, Nicolas Jean-de-dieu (2009), “Memórias do marechal Soult”, Lisboa, Livros horizonte.
- Tavares, Pedro Vilas Boas (2009), “Rapinas e saques das águias napoleónicas em Portugal: dados e reflexões”, em *O Porto e as Invasões Francesas*, Porto, CM Porto e Edições Público, Volume II, pp. 181-236.
- Telo, António José (2005), “A Península nas guerras Globais de 1792-1815”, em *Guerra Peninsular – Novas Interpretações*, pp. 297-328.
- Wellington, The Duke of (filho) (1861), *Dispatches, correspondence and Memoranda of Field Marshal The Duke of Wellington – Vol VIII*, Londres (RU), John Murray.

- Wellington, The Duke of (filho) (1867), *Dispatches, correspondence and Memoranda of Field Marshal The Duke of Wellington*, Londres (RU), John Murray.
- Wellington, The Duke of (filho) (1860), *Civil correspondence and Memoranda of Field Marshal The Duke of Wellington*, Londres (RU), John Murray.
- Ventura, António (2008), “O esforço militar português nas guerras peninsulares depois da expulsão dos franceses” em atas da Conferência *Guerra Peninsular, Soberanias Atlânticas, Novas Instituições – II Centenário da ida da Corte portuguesa para o Brasil 1808-2008*, Lisboa, Assembleia da República, pp. 105-113.
- Vicente, António Pedro (2000), *O tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.
- Vicente, António Pedro (2008), “As guerras Peninsulares revisitadas”, em Atas do XVII *colóquio de História Militar nos 200 anos das invasões napoleónicas em Portugal - A Guerra Peninsular: Perspetivas multidisciplinares*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, I volume, pp. 27-33.
- Vieira, Belchior (1998), *Liderança Militar*, Lisboa, Academia Militar.
- Do Arquivo Histórico Militar em Lisboa: PT AHM DIV 1-14-070-03_m; PT AHM-DIV-1-14-037-2_m; PT AHM – DIV -1-14-006-14; PT AHM-DIV-1-14-072-01; PT AHM-DIV-1-14-072-09.

Capítulo III – Spínola e a Guiné-Bissau (1968-1973)

- Afonso, Aniceto e Carlos de Matos Gomes (Dir) (2000), *Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique*, Lisboa, Diário de Notícias.
- Afonso, Aniceto e Carlos de Matos Gomes (Dir) (2010), *Os anos da Guerra Colonial 1961.1975*, Lisboa, QuidNovi.
- Alves, José Lopes (2004), “General Luís da Câmara Pina: o cidadão e o militar na criação e fundação do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional”, Lisboa, Revista Militar n.º 2435, disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=449 (Data de acesso em 12 de agosto de 2011).
- Alves, José Lopes (2010), “Subversão e Contrassubversão – As Forças Armadas Portuguesas em 1961”, Lisboa, Revista Militar n.º 12 – dezembro 2010, pp. 1289-1315.
- Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (2 volumes), Lisboa, Círculo de Leitores.
- Ansprenger, Franz (1989), *The Dissolution of Colonial Empires*, New York (EUA), Routledge.
- Amaral, Diogo Freitas (1995), *O Antigo Regime e a Revolução: memórias políticas (1941-1975)*, Lisboa, Bertrand/ Nomen.
- Azeredo, Carlos (2004), *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, Barcelos, Civilização.
- Balsemão, Pinto (2000), “A evolução da opinião pública durante as Campanhas de África”, em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 48-81.
- Barrento, António (2010), “A última Campanha do Império – 1961-1974”, Lisboa, Revista Militar n.º 12 – dezembro 2010; pp. 1321-1327.
- Barroso, Luís (2012), *Salazar, Caetano e o «Reduto Branco»: A manobra político-diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, Lisboa, Fronteira do Caos.

- Borges, João Vieira (2009), “A Academia Militar e a Guerra de África. A Formação dos Quadros 1960-1974”, *Revista Militar* n.º 2493, pp. 1209-1231.
- Bruno, Almeida (1979), *Forças Especiais na Guiné (1971-1973)*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Bruno, Almeida (1995), “Libertar Guidage”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (2º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 713-722.
- Câmara, Perry (2004), “Guiné 1964/1674; a captação de águas subterrâneas”, no *Jornal do Exército* n.º 528 de abril de 2004, pp. 48-51.
- Cabral, Luís (1995), “Prender Spínola”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 531-546.
- Caetano, Marcello (1969), *Pelo Futuro de Portugal*, Lisboa, Verbo.
- Caetano, Marcello (1970), *Mandato Indeclinável*, Lisboa, Verbo.
- Cann, John P. (1998), *Contra-Insurreição em África. O Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*, Lisboa, Edições Atena.
- Canelhas, Almiro (1995), “Lições na Argélia”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 191-208.
- Canelhas, Almiro (2000), “Guerra psicológica – ação psicológica”, em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 310-320.
- Cardoso, Pedro (1995), “Poder de Saber”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (2º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 825-842.
- Cardoso, Pedro (2000), “A manobra psicológica no teatro de operações da Guiné de 1968 a 1973”, em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 323-347.
- Cardoso, Pedro (2004), *As Informações em Portugal*, Lisboa, Gradiva.
- Carneiro, Soares (2000), “As transformações operadas nas Forças Armadas para responder à exigências do conflito em África”, em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 83-96.
- Cole, Jonathan J. (2006), “The Congo question: Conflicting visions of Independence”, em *Emporia State Research Studies, Berkeley (EUA)*, Vol. 43, nº 1, pp. 26-37.
- Cunha, Silva (1995), “África a arder”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 333-342.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1988), *Resenha Histórica-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, 1º volume: *Enquadramento Geral*, Lisboa, Exército Português.
- Comando-Chefe das Forças Armadas da Guiné (1969), *A Solução do Problema da Guiné* (confidencial), Bissau, SPEME.
- Costa, Maia e (1975), *História da Unidade: o Batalhão de Engenharia da Guiné*, Lisboa, Estado Maior do Exército.
- Delmas, Claude (1975), *A Guerra Revolucionária*, Lisboa, Europa-América.
- Delouche, Frédéric et al (1992), *História da Europa*, Lisboa, Minerva.
- Dias, Carlos Mendes e Alexandre Carriço (2009), *Vo Nguyen Giap: o Homem que derrotou os franceses e os americanos*, Lisboa, Prefácio.

- Durão, Ricardo (1995), “Os Centuriões”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 243-258.
- Estado Maior do Exército (1963/66), *O Exército na Guerra Subversiva*, 5 volumes, Lisboa, EME.
- Fabião, Carlos (1995), “Milícias Negras”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 363-374.
- Faria, Telmo (2000), *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Farinha, Luís (1998), O Revirinho, *Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Felgas, Hélio (1966), *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique – Influência externa*, Lisboa, Tipografia da L.C.G.G..
- Ferreira, Brandão (2009), *Em nome da Pátria*, Lisboa, Livros de hoje.
- Ferreira, Medeiros (1992), *O Comportamento político dos militares: Forças Armadas e regimes políticos em Portugal no século XX*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Ferreira, Medeiros (1998), “Relações entre as forças armadas e o poder político” em Teixeira, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra: História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 11-32.
- Ferreira, Pinto (2010), *Aos Meus Amigos e companheiros da 38ª Companhia de Comandos*, Braga, Sem Editora.
- Folques, Socorro (1995), “Escola de Zemba”, em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (2º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 693-700.
- Fonseca, Ana Mónica (2007), *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*, Lisboa, IDI-MNE, Europress.
- French, David (2011), *The British Way in Counter-Insurgency, 1945-1967*, Oxford (RU), Oxford University Press.
- Galula, David (1964), *Counterinsurgency Warfare*, New York (EUA), Praeger.
- Galula, David (2006), *Pacification in Algeria 1956-1958*, Santa Monica (EUA), Rand.
- Garcia, Francisco Proença (2000), *Guiné 1963-1974: Os movimentos independentistas, o Islão e o poder português*, Lisboa, CPHM e Universidade Portucalense.
- Giap, Vo Nguyen (2005), *Manual de Estratégia Subversiva*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Hart, Liddell (1963), *As Grandes Guerras da História*, São Paulo (Brasil), Ibrasa.
- Hughes, Phillip (2001), “Division and Discord: British Policy, Indochina and the origins of the Vietnam War” em Fedorowich, Kent e Martin Thomas (coord) (2001), *International Diplomacy and Colonial Retreat*, Londres (RU), Frank Cass Publishers, pp 94-112.
- ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2011a), *Estudos Gerais da Arrábida: A Descolonização Portuguesa - Painel dedicado à Guiné (29 de agosto de 1995), Depoimentos do General Mateus da Silva, Coronel Matos Gomes, José Manuel Barroso e Coronel Florindo Morais*, disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/index.htm> (Data de acesso em 27 de agosto de 2012).
- ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2011b), *Estudos Gerais da Arrábida: A Descolonização Portuguesa - Painel dedicado à Guiné (27 de agosto de 1996), Depoimentos do Coronel António Ramos, Embaixador João Diogo Nunes Barata e General*

- Hugo dos Santos, disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/index.htm> (Data de acesso em 27 de agosto de 2012).
- ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2011c), *Estudos Gerais da Arrábida: A Descolonização Portuguesa - Painel dedicado à Guiné (1 de agosto de 1997), Depoimento do General João de Almeida Bruno e José Manuel Barroso* disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/index.htm> (Data de acesso em 27 de agosto de 2012).
- ICS, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2011d), *Estudos Gerais da Arrábida: A Descolonização Portuguesa - Depoimento do General Fabião (11 de abril de 2002)*, disponível em <http://www.ahs-descolonizacao.ics.ul.pt/index.htm> (Data de acesso em 27 de agosto de 2012).
- Leite, Vasco Pinto (2003), *O Sonho desfeito: quanto vale a vida de um homem?*, Lisboa, Tribuna da História.
- Louis, Roger (2006), *Ends of British Imperialism: The scramble for Empire, Suez and Decolonization*, London (RU), I.B. Tauris & Co.
- Mata, Marcelino (1995), "Lenda do Guerreiro", em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 547-554.
- Marcos, Daniel da Silva Costa (2007), *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, IDI-MNE, Europress.
- Martins, Lomba (1992), *Guiné-Bissau: da década de 60 à atualidade*, Separata do nº 10 da Revista Africana, Porto, Universidade Portucalense.
- Marinho, António Luís (2006), *Operação Mar Verde - um documento para a história*, Lisboa, Temas e Debates.
- Menezes, Filipe Ribeiro de (2010), *Salazar*, 2ª edição, Lisboa, D. Quixote.
- Moyar, Mark (2009), *A Question os Command*, London (RU), Yale University Press.
- Moniz, Júlio Botelho (2007), *Visões Estratégicas no Final do Império*, Lisboa, Tribuna da História.
- Monge, Manuel Soares (2010), "O teatro de operações da Guiné", em *A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, Prefácio, pp. 176-186.
- Morais, Carlos Alexandre (2007), *António de Spínola, o Homem*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Moreira, Adriano (1995), "Reformar e sair", em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (1º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 269-278.
- Moreira, Adriano (2000), "Enquadramento político-estratégico das Campanhas de África", em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 21-31.
- Moreira, Adriano (coord.) (2004), *Informações e Segurança: Estudos em honra do General Pedro Cardoso*, Lisboa, Prefácio.
- Nogueira, Franco (1985), *Salazar, Vol. VI, O Último Combate (1964-1970)*, Porto, Livraria Civilização Editora.
- Nunes, Tavares (2000), "A caracterização do mundo no pós II Guerra Mundial", em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 279-294.
- Pinto, Jaime Nogueira (2007), *António de Oliveira Salazar: o outro retrato*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Pinto, João Teixeira (1936), *A ocupação da Guiné*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

- Pinto, João Rebocho (2008), *A Engenharia Militar Portuguesa: História, Transformação da Defesa e Interesse Nacional*, Lisboa, ISCTE e Academia Militar.
- Pires, Mário Lemos (1995), “Doutrina e prática” em Antunes, Freire (1995), *A Guerra de África (1961-1974)*, (2º volume), Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 809-814.
- Pires, Mário Lemos (1999), “Violência, guerra e ética” em Ribeiro, Jorge (1999), *Marcas da Guerra Colonial*, Lisboa, Campo das Letras, pp. 186-204.
- Rato, Diogo (2011), *Caracterização do Comando e Liderança do Marechal António de Spínola*, Lisboa, Trabalho de Investigação Aplicada – Academia Militar.
- Rezola, Maria Inácia (2002), *António de Spínola*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Reis, Bruno Cardoso (2008), *Big Armies and Small Wars: British, French and Portuguese Late Colonial Counterinsurgency*, Londres (RU), Kings College.
- Reis, Bruno Cardoso (2011), “The myth of British minimum force in counterinsurgency campaigns during decolonisation (1945-1970)”, *Journal of Strategic Studies* Vol. 34, 2, pp. 245-279.
- Ribeiro, Jorge (1999), *Marcas da Guerra Colonial*, Lisboa, Campo das Letras.
- Rodrigues, Chito (2000), “Conceção e desenvolvimento da estratégia operacional face à eclosão da conflitualidade nas ex-colónias portuguesas”, em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 98-139.
- Rodrigues, Luís Nuno (2004), “Orgulhosamente Sós”? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960”, Comunicação apresentada ao 22º Encontro de Professores de História da Zona Centro, Caldas da Rainha, IPRI, disponível em: <http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140> (Data de acesso em 03 de junho de 2012).
- Rodrigues, Luís Nuno (2008), *Marechal Costa Gomes: no centro da tempestade*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Rothermund, Dietmar (2006), *The Routledge Companion to Decolonization*, London (RU), Routledge.
- Santos, Mário Beja (2008a), *Diário da Guiné: 1968-1969, Na Terra dos Soncó*, Lisboa, Círculo de Leitores/ Temas e Debates.
- Santos, Mário Beja (2008b), *Diário da Guiné: 1969-1970, O Tigre Vadío*, Lisboa, Círculo de Leitores/ Temas e Debates.
- Serrão, Helder (2011), *CIOE/CTOE Operações Especiais – 50 anos*, Lamego, Edições Esgotadas.
- Shepard, Todd (2006), *The Invention of Decolonization: The Algerian War and the remaking of France*, Ithaca (EUA), Cornell University Press.
- Silva, António Duarte (1997), *A Independência da Guiné - Bissau e Descolonização Portuguesa*, Lisboa, Edições Afrontamento.
- Smith, Rupert (2008), *A Utilidade da Força: A arte da Guerra no Mundo Moderno*, Lisboa, Edições 70.
- Soares, Mário (2000), “A descolonização e a solução do conflito nas ex-colónias portuguesas”, em *Estudos sobre as Campanhas de África*, Lisboa, IAEM e Edições Atena, pp. 238-259.

- Sousa, Julião Soares (2012), *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e morte de um revolucionário africano*, Lisboa, Veja.
- Spínola, António (1970), *Por uma Guiné Melhor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Spínola, António (1971a), *Linha de Ação*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Spínola, António (1971b), *Política de Desenvolvimento: discurso proferido na sessão plenária de encerramento do II Congresso da Guiné*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Spínola, António (1971c), *Política Governativa e Objetivos Sociais*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Spínola, António (1972), *No Caminho do Futuro*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Spínola, António (1973), *Por uma Portugalidade Renovada*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Spínola, António (1974), *Portugal e o futuro*, Lisboa, Editora Arcádia.
- Spínola, António (1978), *país sem Rumo*, Lisboa, Scire.
- Stone, Glyn (2001), "Britain and Portuguese Africa" , em Fedorowich, Kent e Martin Thomas (coord) (2001), *International Diplomacy and Colonial Retreat*, Londres (RU), Frank Cass Publishers, pp. 169-191.
- Tavares, António Marques (2005) "A ação da Engenharia Militar" Publicado na Revista Ingenium n.º 87 - maio/junho de 2005, disponível em: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de-informacao/dossiers/historias-da-engenharia/engenharia-militar> (Data de acesso em 28 de setembro de 2012).
- Teixeira, Nuno Severiano (1995), "Portugal e a NATO: 1949-1989", *Análise Social*, vol. xxx (133) (4.º), pp. 803-818.
- Teixeira, Nuno Severiano (coord.) (1998), *Portugal e a Guerra: História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais*, Lisboa, Edições Colibri.
- Telles, Sebastião (2001) (Edição original publicada em 1887), *Introdução ao Estudo dos Conhecimentos Militares*, Lisboa, Edições Cosmos/ Instituto de Defesa Nacional.
- Telo, António José (1996) *Portugal e a NATO: o reencontro da tradição atlântica*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Telo, António José (2010a), "Portugal e a Guerra de África – enquadramento internacional e situação política nacional", em *A Academia Militar e a Guerra de África*, Lisboa, Prefácio, pp. 14-19.
- Telo, António José (2010b), *Primeira República I – Do Sonho à Realidade*, Lisboa, Editorial Presença.
- Telo; António José (2011a), *Para Angola depressa e em força – A decisão certa, a guerra errada*, Lisboa, Liga dos Antigos Combatentes.
- Telo, António José (2011b), *A Primeira República II – Como cai um Regime*, Lisboa, Editorial Presença.
- Tse-Toung, Mao (2004), *Problemas estratégicos da guerra subversiva*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Ultramar, Ministério (1967a), *Lei Orgânica do Ministério do Ultramar*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- Ultramar, Ministério (1967b), *Lei Orgânica Ultramar Português*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar.
- Vaisse, Maurice (1996), *As Relações Internacionais desde 1945*, Lisboa, Edições 70.

- Valença, Fernando (1976), *As Forças Armadas e as crises nacionais: a Abrilada*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- Valença, Fernando (1989), *Sobre política militar nacional premonitória das Guerras do Ultramar*, Lisboa, Revista Militar.
- Vaz, Nuno Mira (1997), *Opiniões públicas durante as Guerras de África 1961/74*, Lisboa, Quetzal Editores.
- Vaz, Nuno Mira (2003), *Guiné 1968 e 1973 – soldados uma vez, sempre soldados!*, Lisboa, Tribuna da História.
- Venter, Al J. (1973), *Portugal's War in Guiné-Bissau*, Pasadena (EUA), California Institute of Technology.

Do Arquivo Histórico Militar em Lisboa: Relatório da Missão à Argélia; caixas PT AHM-FO-39-11-593-354 e PT AHM-FO-39-11-593-355.

Do Arquivo do Projeto de I&D do CINAMIL (Centro de Investigação e Desenvolvimento da Academia Militar – o autor é um dos investigadores associados a este projeto): "Política Militar Portuguesa séc. XX e XXI: Fundos pesquisados no National Archives de Londres: FCO - Foreign and Commonwealth Office; FO - Foreign Office; PREM - Prime Minister's Office; PRO - Public Record Office. Fundos pesquisados no National Archives de Washington: DEF – Defense; DEF 15 PORTUS; POL – Political Affairs & Relations; POL PORT 2-1.

Do National Archives de Londres: Para além dos documentos deste arquivo existentes no projeto do CINAMIL foi feita uma consulta pelo autor, por forma a complementar a pesquisa anterior, entre 17 e 21 de setembro de 2012, nos seguintes fundos relativos à Guiné-Bissau: FCO 65 1027 a 1030, FCO 65 1235 e 1236 e FCO 65 1392.

Dos arquivos franceses em Paris (*Archives Diplomatiques/ Ministère des Affaires Étrangères Paris*): foram consultados os seguintes documentos: 928INVA3501 EUROPA 1971-1976 (PORTUGAL).

Capítulo IV – Petraeus, Iraque (2007-2008) e Afeganistão (2010-2011)

- Ananicz, Andrzej (2010), "Future scenarios for the conflict in Afghanistan: a regional perspective" em *Negócios Estrangeiros*, n.º 18 de dezembro, pp. 9-55.
- Army, Department of the US (2006), *FM 3-24: Counterinsurgency*, Washington (EUA), Department of the Army publications.
- Army, Department of the US (2009), *FM 3-07: Stability Operations*, Washington (EUA), Department of the Army publications.
- Army, US Centre for Army Lessons Learned (CALL) (2011), *Afghanistan Provincial Reconstruction Team Handbook*, Washington (EUA), Department of the Army publications.
- Armed Forces (2009), *JP 3-24 Counterinsurgency Operations*, Washington (EUA), Armed Forces Joint Staff.
- Armitage, Richard L. e Samuel Berger (2010), *U.S. Strategy for Pakistan and Afghanistan*, Washington (EUA), Independent Task Force Report n.º 65, Council on Foreign Relations (CFR), disponível em www.crs.gov (Data de acesso em 08 de dezembro de 2012).

- Braga, José Ulisses Ribeiro (2011), “Insurreição – Contributo para a sua compreensão” na Revista Militar n.º 2515/2516 de agosto / setembro, pp. 1079-1098.
- Belasco, Amy (2009), “Troop Levels in the Afghan and Iraq Wars, FY2001-FY2012: Cost and Other Potential Issues”, Washington (EUA), US Congress, disponível em www.crs.gov (Data de acesso em 08 de dezembro de 2012).
- Boniface, Pascal (2008), *Guerras do Amanhã*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- Bowman, Steve e Catherine Dale (2009), “War in Afghanistan: Strategy, Military Operations, and Issues for Congress”, Washington (EUA), US Congress, disponível em www.crs.gov (Data de acesso em 08 de dezembro de 2012).
- Brooks, Doug (2011), “The Modern Use of Contractors in Peace and Stability Operations”, Brown Journal of World Affairs, Fall/Winter 2011, volume xviii, issue 1, pp. 181-194.
- Bukovac, Matthew (2011), *Failed States: Unstable Countries in the 21st Century*, New York (EUA), Rosen Publishing Group.
- Bush, George (2002), Discurso do Presidente dos EUA a 20 de setembro de 2002. Disponível em <http://www.historyplace.com/speeches/gw-bush-9-11.htm> (Data de acesso em 01 de dezembro de 2012).
- Buren, Peter Van (2011), *We Meant Well – How I Helped lose the battle for the hearts and minds of the Iraqi people*, New York (EUA), Metropolitan Books.
- Cahill, Charlotte (2008), *Fighting the Vietnam Syndrome: The Construction of a Conservative Veterans Politics 1963-1984*, Illinois (EUA), Northwestern University.
- Caldwell IV, William B. (2011) “Transition in Afghanistan through an Enduring Afghan National Security Force”, Revista Nação e Defesa n.º 130 – 5ª Série, Instituto de Defesa Nacional, pp. 69-82.
- Casey, George W. (2010), “The Second Decade”, em *AUSA/ Army 2010-11 green book*, The Magazine of the Association of the USA (EUA), pp. 19-28.
- Cerami, Joseph R. et al (2011), *National Security Reform 2010: A Mid-Term Assessment*, USA, Strategic Studies Institute Book, disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> (Data de acesso em 16 de novembro de 2011).
- Chesser, Susan G. (2012), “Afghanistan Casualties: Military Forces and Civilians”, Washington (EUA), Congressional Research Service Report for Congress, disponível em www.crs.gov (Data de acesso em 16 de fevereiro de 2013).
- Cloud, David e Greg Jaffe (2009), *The Forth Star – Four Generals and the epic struggle for the future of the United States Army*, New York (EUA), Crown Publishers.
- Correia, José (2011), “O Empenhamento operacional no Afeganistão” em *Actas do Seminário sobre “O Afeganistão”*, Lisboa, Programa D. Afonso Henriques e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 71-82.
- Cohen, Elliot et al (2006) “Principles, Imperatives and Paradoxes of Counterinsurgency”, *Military Review*, March-April 2006, pp. 49-53, disponível em: <http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/cohen.pdf> (Data de acesso em 12 de outubro de 2012).
- Collins, Joseph (2011), *Understanding War in Afghanistan*, Washington (EUA), National Defense University Press.

- Connell, Robert O' (1995), *História da Guerra: armas e homens*, Lisboa, Teorema.
- Cordesman, Anthony (2003), *The Iraq War: Strategy, Tactics, and Military Lessons*, Washington (EUA), Center for Strategic and International Studies Press.
- Cordesman, Anthony (2010), "Grand Strategy in the Afghan, Pakistan, and Iraq Wars", Washington (EUA), Center for Strategic and International Studies (CSIS), disponível em: www.csci.org/burke/reports (Data de acesso em 12 de outubro de 2012).
- Cowper-Coles, Sherard (2011) "Back to the Future", Revista Nação e Defesa nº 130 – 5ª Série, Instituto de Defesa Nacional, pp. 11-17.
- Defense, Department of (2012) "Sustaining U.S. Global Leadership: Priorities for 21st Century Defense", EUA, disponível em: <http://www.defense.gov/> (Data de acesso em 7 de novembro de 2012).
- Defense Science Board (DSB), Office of the Under Secretary of Defense for Acquisition, Technology and Logistics (2011), *Counterinsurgency (COIN) Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance (ISR) Operations*, Washington (EUA), Secretary of Defense
- Echevarria, Antulio (2011), "Anticipating Contemporary War: How Well Did We Do?" disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/index.cfm/articles/Anticipating-Contemporary-War-How-Well-Did-We-Do/2011/09/12> (Data de acesso em 22 de junho de 2012).
- Feaver, Peter D. (2011), "The Right to Be Right - Civil-Military Relations and the Iraq Surge Decision", *International Security*, Vol. 35, No. 4 (Spring), Harvard (EUA), Harvard College and the Massachusetts Institute of Technology, pp. 87–125.
- Feinstein, Barry A. (2002), *Operation Enduring Freedom: legal dimensions of an infinitely just Operatio*, disponível em: http://www.law.fsu.edu/journals/transnational/vol11_2/feinstein.pdf (Data de acesso em 16 de novembro de 2011).
- Forsyth, Michael (2011), "Unity of Effort? Or, Command?", *Small Wars Journal*, agosto 7, disponível em: www.smallwarsjournal.com (Data de acesso em 08 de dezembro de 2012).
- Galula, David (1964), *Counterinsurgency Warfare*, New York (EUA), Praeger.
- Gaston, E.L. (2008), "Mercenarism 2.0? The Rise of the Modern Private Security Industry and Its Implications for International Humanitarian Law Enforcement", *Harvard International Law Journal*, Vol. 49, n.º 1, Winter, pp. 221-248.
- Gericke, Bradley T. (2011), *David Petraeus: A Biography*, Santa Barbara (EUA), Greenwood.
- Hix, William e Kallev Sepp (2007), entrevistas em 7 de fevereiro e 17 de janeiro de 2007 ao jornal Frontline, disponível em: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/endgame/interviews/hix.html> (Data de acesso em 3 de dezembro de 2012).
- Hobsbawm, Eric (2008), *Globalização, Democracia e Terrorismo*, Lisboa, Editorial Presença.
- Jorge, Bernardo Whal (2009), *As Forças De Operações Especiais dos Estados Unidos e a intervenção No Afeganistão: Um novo modo de Guerra Americano?*, Tese de Mestrado em Relações Internacionais, São Paulo (Brasil), UNESP, UNICAMP E PUC-SP.
- Kaplan, Fred (2013), *The Insurgents: David Petraeus and the plot to change the American way of war*, New York (EUA), Symon & Schuster.
- Kashmeri, Sarwar A. (2011), *The North Atlantic Treaty Organization and the European Union's Common Security and Defense Policy: Intersecting Trajectories*, USA, Strategic Studies

- Institute Monograph, disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> (Data de acesso em 15 de março de 2012).
- Katzman, Kenneth (2010), "Afghanistan: Post-Taliban Governance, Security, and U.S. Policy", Washington (EUA), US Congress, disponível em: www.crs.gov (Data de acesso em 08 de dezembro de 2012).
- Keegan, John (2005), *The Iraq War*, New York (EUA), Vintage Books.
- Krepinevich, Andrew (1986), *The Army and Vietnam*, Baltimore (EUA), John Hopkins University Press.
- Krepinevich, Andrew (2005), "How to win in Iraq", *Foreign Affairs* (September/October), disponível em: <http://www.cfr.org/iraq/win-iraq/p8847> (Data de acesso em 03 de dezembro de 2012).
- Kilcullen, David (2009), *The accidental guerrilla*, New York (EUA), Oxford University Press.
- Kilcullen, David (2010), *Counterinsurgency*, New York (EUA), Oxford University Press.
- Ledwidge, Frank (2011), *Losing Small Wars: British military failure in Irak and Afghanistan*, London (RU), Yale University Press.
- McChrystal. Stanley (2013), *My Share of the Task*, New York (EUA), Penguin Group.
- Menezes, António Cordeiro de (2010), "As Empresas Militares Privadas", *Revista Estratégia*, Vol XIX, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, pp. 63-120.
- Metz, Steven e Raymond Millen (2004), "Insurgency In Iraq And Afghanistan: Change And Continuity", NIC 2020 Project, Washington (EUA), Strategic Studies Institute, June.
- Mockaitis, Thomas R. (2011), *Resolving Insurgencies*, Strategic Studies Institute Book, disponível em: <http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/> (Data de acesso em 11 de setembro de 2012).
- Moyar, Mark (2009), *A Question of Command*, New Haven (EUA), Yale University Press.
- Nagl, John and Richard Weitz (2010), "Counterinsurgency and the Future of NATO", Transatlantic Paper Series No. 1 October, Chicago (EUA), Chicago Council on Global Affairs, disponível em: www.thechicagocouncil.org (Data de acesso em 14 de setembro de 2012).
- Nye, Joseph S, Jr. (2005), *O Paradoxo do Poder Americano*, Lisboa, Gradiva.
- Nye, Joseph S, Jr. (2009), *Liderança e Poder*, Lisboa, Gradiva.
- Nye, Joseph S, Jr. (2012), *O Futuro do Poder*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Owen, Mark (2012), *No Easy Day*, New York (EUA), Dutton Adult.
- Parker, Nick (2011) "Convivendo com um Elefante: observações pessoais sobre as operações de Coligação no Ambiente operacional Contemporâneo", *Military Review*, setembro-outubro, pp. 57-67.
- Pereira, Carlos Santos (2011) "Dez Anos de Guerra no Afeganistão", *Revista Nação e Defesa* nº 130 – 5ª Série, Instituto de Defesa Nacional, pp. 179-216.
- Perez, Celestino (2011), "A practical guide to design", *Military Review*, March April, pp. 41-51.
- Perito, Robert M (2005), "The U.S. Experience with Provincial Reconstruction Teams in Afghanistan – Lessons Identified" em *Special Report 152*, Washington (EUA), United States Institute of Peace.
- Petraeus, David, (1986), "Lessons of history and lessons of Vietnam", *Parameters* (Carlisle, PA: US Army War College) 16(3): 43–53, Autumn 1986.

- Petraeus, David (1987), "Korea, the Never-Again Club, and Indochina", *Parameters* (Carlisle, PA: U.S. Army War College) dezembro, 17 (4), pp. 59–70.
- Petraeus, David (1989), "Military Influence and the Post-Vietnam Use of Force". *Armed Forces & Society* (Piscataway, NJ: SAGE Publications) 15 (4): 489–505. Summer 1989, disponível em: <http://afs.sagepub.com/content/15/4/489> (Data de acesso em 27 de dezembro de 2012).
- Petraeus, David (2006), "Learning counterinsurgency: observations from soldering in Iraq", *Military Review*, January-February 2006.
- Petraeus, David (2007), "Iraq: Progress in the Face of Challenge". *Army Magazine* (Arlington, VA: Association of the US Army) 57 (10), pp. 115–123; outubro 2007.
- Petraeus, David (2010a), "Adaptive, Responsive, and Speedy Acquisitions", *Defense AT&L*: January-February 2010.
- Petraeus, David (2010b), "Shoulder to shoulder in Afghanistan", *Policy Options*, abril 2010, pp. 6-10.
- Petraeus, David (2010c). "Counterinsurgency Concepts: What We Learned in Iraq". *Global Policy* 1, pp. 116–117, disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1758-5899.2009.00003.x/full> (Data de acesso em 27 de dezembro de 2012).
- Petraeus, David (2011), "Ryan C. Crocker: Diplomat and Partner Extraordinaire", *Army Magazine* (Arlington, VA: Association of the US Army) abril, 61, pp. 16-18.
- Pires, Nuno Lemos (2011a), *Cartas de Cabul*. Lisboa, Tribuna da História.
- Pires, Nuno Lemos (2011b), *NATO's Operational Mentor and Liaison Team: Contributo para o desenvolvimento das Forças Armadas do Afeganistão* em IDN Brief, fevereiro de 2011, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.
- Pires, Nuno Lemos (2011c), "A NATO no Paquistão em 2005: uma perspetiva portuguesa" em *Actas do Seminário sobre "O Afeganistão"*, Lisboa, Programa D. Afonso Henriques e Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 83-98.
- Rashid, Ahmed (2009), *Descent into Chaos – The U.S. and the disaster in Pakistan, Afghanistan, and Central Asia*, New York (EUA), Penguin Books.
- Ricks, Thomas E. (2009), *The Gamble – General David Petraeus and the American Military adventure in Iraq, 2006-2008*, New York (EUA), The Penguin Press.
- Robinson, Linda (2008), *Tell me how this ends: General Petraeus and the search for a way out of Iraq*, New York (EUA), Public Affairs.
- Rodrigues, Jorge (2011) "As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão", *Revista Nação e Defesa* n.º 130 – 5ª Série, Instituto de Defesa Nacional, pp. 131-155.
- Rutting, Thomas (2011) "Is the Afghan Peace Process Really in Shambles?", *Revista Nação e Defesa* n.º 130 – 5ª Série, Instituto de Defesa Nacional, pp. 31-54.
- Sanger, David E. (2012), *Confront and Conceal – Obama's secret wars and surprising use of American power*, New York (EUA), Crown Publishers.
- Santos, Loureiro (2003), *A Idade Imperial – A nova Era*, Lisboa, Europa-América.
- Santos, Loureiro (2006), *O Império debaixo de fogo – ofensiva contra a Ordem Internacional Unipolar*, Lisboa, Europa-América.
- Santos, Loureiro (2008), *A Ameaça Global – O império em cheque*, Lisboa, Europa-América.
- Santos, Loureiro (2010), *História Concisa de como se faz a guerra*, Lisboa, Europa-América.

- Sedwill, Mark (2011) "Afghanistan: Transition and Partnership", *Revista Nação e Defesa* n.º 130 – 5ª Série, Instituto de Defesa Nacional, pp. 19-30.
- Senate Armed Services Committee (2010), "Statement of General David H. Petraeus, Commander, US Central Command Before The Senate Armed Services Committee on the posture of U.S. Central Command", Washington (EUA), Senate Armed Services Committee.
- Stringer, Kevin D. e Katie M. Sizemore (2012), "The U.S. Interagency Role in Future Conflict Prevention: Provincial Reconstruction Teams for Select Partner Nations", *InterAgency Journal* Vol. 3, Issue 3, Summer, Fort Leavenworth, Kansas (EUA), Arthur D. Simons Center for Interagency Cooperation.
- Tanin, Zahir (2011) "Ten Years of the United Nations in Afghanistan: A Closer Look at Recent History and a Glimpse into what Lies Ahead", *Revista Nação e Defesa* n.º 130 – 5ª Série, Instituto de Defesa Nacional, pp. 55-67.
- Telo, António e Nuno Lemos Pires (2013), *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação (1973-2013)*, Lisboa, Tribuna da História.
- Young, Marilyn B. (2012), "The United States in the Twenty-First Century", *Diplomatic History*, Vol. 36, n.º1, January 2012, Oxford (RU), Wiley Periodicals Inc.
- US Congress. (2007), "Testimony of General David Patreus", *Congressional Record* 12 September, disponível em: <http://www.gpo.gov/> (Data de acesso em 10 de agosto de 2012).
- US Government (2008), "Iraq: The Crocker-Petraeus Report: Hearing before the Committee on Foreign Relations United States Senate One Hundred Tenth Congress First Session - September 11, 2007", Washington (EUA), U.S. Government Printing Office, disponível em: <http://www.gpoaccess.gov/congress/index.html> (Data de acesso em 10 de agosto de 2012).
- US Government (2009a), "The Status of the War and Political Developments in Iraq Committee on Armed Services House of Representatives One Hundred Tenth Congress Second Session Hearing - April 9, 2008", Washington (EUA), U.S. Government Printing Office, disponível em: <http://www.gpoaccess.gov/congress/index.html> (Data de acesso em 10 de agosto de 2012).
- US Government (2009b), *Counterinsurgency Guide*, Washington, Bureau of Political-Military Affairs, disponível em: www.state.gov/t/pm/ppa/pmppt (Data de acesso em 29 de setembro de 2012).
- US Government (2010a), "The new strategy for Afghanistan and Pakistan and developments in U.S. Central Command and Special Operations Command Committee on Armed Services House of Representatives One Hundred Eleventh Congress First Session - April 2, 2009", Washington (EUA), U.S. Government Printing Office, disponível em: <http://www.gpoaccess.gov/congress/index.html> (Data de acesso em 10 de agosto de 2012).
- US Government (2010b), "Developments in Afghanistan Committee on Armed Services House of Representatives One Hundred Eleventh Congress Second Session Hearing - June 16, 2010", Washington (EUA), U.S. Government Printing Office, disponível em: <http://www.gpoaccess.gov/congress/index.html> (Data de acesso em 17 de novembro de 2012).
- US Government (2011), "Developments in Afghanistan Committee on Armed Services House of Representatives One Hundred Twelfth Congress First Session Hearing - March 16, 2011", Washington (EUA), U.S. Government Printing Office, disponível em:

<http://www.gpoaccess.gov/congress/index.html> (Data de acesso em 17 de novembro de 2012).

US Government (2012), "Nomination of General David H. Petraeus to be Director, Central Intelligence Agency Hearing before the Select Committee on Intelligence of the United States Senate One Hundred Twelfth Congress First Session - June 23, 2011", Washington (EUA), U.S. Government Printing Office, disponível em: <http://www.gpoaccess.gov/congress/index.html> (Data de acesso em 17 de novembro de 2012).

Vizzard, James W. e Timothy A. Capron (2010), "Exporting General Petraeus's Counterinsurgency Doctrine: An Assessment of the Adequacy of Field Manual 3-24 and the U.S. Government's Implementation, Public Administration Review May / June , pp. 485-493.

Wong, Ernest Y. (2010), *Leveraging Science in the Manoeuvrist Approach to Counterinsurgency Operations*, Arlington/ Virginia (EUA), The Institute of Land Warfare (AUSA).

Zimmer, Louis B. (2011), *The Vietnam War Debate: Hans J. Morgenthau and the Attempt to Halt the Drift into Disaster*, Plymouth (RU), Lexington Books.

Anexo A - Síntese Biográfica de Wellington¹²⁵⁴

O Duque de Wellington foi, entre muitos outros cargos e atribuições, militar, diplomata, parlamentar, Chanceler da Universidade, Cavaleiro da Ordem da Jarreteira, ministro britânico na Irlanda, confidente de monarcas e primeiros-ministros e Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha. No entanto ficou conhecido na História Universal, fundamentalmente, como comandante militar.

Destruuiu a maioria das cartas que recebeu e nunca escreveu para o grande público mas a sua correspondência oficial foi preservada e, em conjunto com as inúmeras biografias, memórias e estudos, permitiu-nos ter uma visão bastante completa sobre a vida de Wellington, de quem Gordon Corrigan, um dos seus biógrafos, afirmou: “admirado por muitas pessoas mas que raramente gerou empatia”¹²⁵⁵.

A 1 de maio de 1769, em Dublin na Irlanda, a Condessa de Mornington¹²⁵⁶, Anne Wesley, mulher de um professor de música na Universidade de Dublin, teve o seu quarto filho a que deu o nome de Artur. Os Wesleys eram membros da baixa nobreza Anglo-Irlandesa e protestantes. Mais tarde, Artur, tal com os seus irmãos, e por razões ainda hoje pouco conhecidas, mudaria o seu apelido de Wesley para Wellesley. A família Wesley considerava-se como Inglesa a viver na Irlanda¹²⁵⁷.

Aos sete anos de idade Artur e a família mudaram-se para Londres. Artur frequentou a escola em Kings Road, Chelsey e, após a morte do seu pai em 1781, foi enviado para o Colégio Eton, onde esteve 3 anos até 1784. Ficou em Brighton com um tutor, por um breve período e depois foi, com a sua mãe, para Bruxelas¹²⁵⁸ onde se

¹²⁵⁴ Para construir este anexo utilizámos preferencialmente as seguintes fontes: A partir de página 45 em - Sousa, Maria Leonor (2007), *A Guerra Peninsular em Portugal – Relatos britânicos*; A partir da página 97 em Koch, General (2007) (versão integral original em 7 volumes de 1848-50), *Memórias de Massena - Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*; a partir da página 17 em Roberts, Andrew (2002), *Napoleão e Wellington*; o capítulo de Esdaile, Charles (2009b), “Sir Arthur Wellesley, Duque de Wellington: uma breve biografia”; a partir da página 127 no capítulo dedicado a Wellington em Keegan, John (2009) (versão original publicada em 1987), *A Máscara do Comando*; o livro de Chastenet, Jaques (1944), *Wellington 1769-1852*, e, fundamentalmente, utilizámos a extensa obra de: Corrigan, Gordon (2001), *Wellington, a military life*.

¹²⁵⁵ Corrigan, 2001: xi.

¹²⁵⁶ “Filha de Lord Duncan, casada com Garret Wesley primeiro conde de Mornington, par da Orlanda”, Chastenet, 1944: 10.

¹²⁵⁷ Corrigan, 2001: 2.

¹²⁵⁸ “Bruxelas é então a velhinha e agradável capital dos países Baixos austríacos”, Chastenet, 1944: 21.

matriculou numa escola local, de língua francesa. Pouco tempo depois e até 1786 Artur será enviado para a Academia Militar de Angers em França. “Não se notabilizou nem em Eton, nem nas escolas francesas”¹²⁵⁹ mas “toda a vida falará francês correto”¹²⁶⁰.

A 17 de março de 1787, Wesley entrou para o 73.º regimento de Montanha, tendo a compra da patente custado 400 libras ao seu irmão mais velho, Lorde Mornington¹²⁶¹. Os primeiros tempos da carreira militar passou-os como um desconhecido ajudante de campo ou em funções políticas de baixa responsabilidade. Em 1787 comprou a patente de tenente no regimento 76 *foot*¹²⁶² ou *de linha*. Mais tarde, como este regimento iria partir para a Índia, Wellington mudou-se para o regimento 41 de linha e conseguiu ficar em serviço no Castelo de Dublin, Irlanda, como ajudante de campo do Vice-Rei¹²⁶³.

Em abril de 1790 foi eleito deputado por Trim, na Irlanda¹²⁶⁴ e em 1791 comprou a patente de capitão no 5.º regimento de linha. Em 1793 comprou a patente de major no 33º regimento de linha¹²⁶⁵. Toda esta progressão fez crescer as dívidas que tinha para com o seu irmão Richard, que lhe pagava as compras de patentes. Assim também não conseguiu juntar condições financeiras para se casar com Kitty Pakenham¹²⁶⁶. Embora ostentando a patente de major, até àquela data ainda nunca tinha executado qualquer função essencialmente militar¹²⁶⁷, ou seja, com um verdadeiro empenhamento operacional.

Em setembro de 1793, após cinco meses no regimento e aos 24 anos de idade, comprou a patente de tenente-coronel. Ao assumir funções como comandante do 33º batalhão de linha a sua carreira militar começou a ser, efetivamente, notada¹²⁶⁸.

¹²⁵⁹ Keegan, 2009: 143.

¹²⁶⁰ Chastenet, 1944: 22.

¹²⁶¹ Corrigan, 2001: 15.

¹²⁶² Foot, geralmente traduzido em Portugal para “de linha”, pode entender-se como um Regimento de Infantaria.

¹²⁶³ “Vice-Rei ou oficialmente, o lord-lugar-tenente (...) encarregue de representar, na Irlanda, a pessoa sagrada de Sua Magestade”, Chastenet, 1944: 17.

¹²⁶⁴ Roberts, 2002: 17; Chastenet, 1944: 27 acrescenta: “faz-se iniciar na loja maçónica de Trim”.

¹²⁶⁵ Este regimento tinha como coronel de regimento o General Marquês de Cornwallis, um dos melhores generais britânicos que se tinha rendido, com os seus 8000 homens, em Yorktown aos 17000 franceses e americanos de George Washington, Corrigan, 2001: 21.

¹²⁶⁶ Lady Catherine Parkenham.

¹²⁶⁷ Corrigan, 2001: 19.

¹²⁶⁸ Corrigan, 2001: xv.

O Tenente-coronel Wesley ofereceu-se para ir numa das expedições do Almirante John Jervis para as Índias ocidentais (West Indies) mas, embora o seu regimento tivesse podido participar, ele não foi autorizado a partir. A expedição até começou bem, tendo sido capturadas Martinica, Guadalupe e Santa Luzia. No entanto, uma terrível epidemia obrigou ao regresso da maioria das forças e Wesley poderia ter sido uma das inúmeras vítimas.

As longas horas de trabalho e a energia que punha em todas tarefas, começaram então a ser notadas, destacando-se os seguintes aspectos: “a energia de Wellington era lendária bem como a sua atenção ao pormenor, a relutância em delegar, a capacidade de quase não dormir nem comer, a indiferença que votava ao conforto pessoal e o menosprezo pelo inimigo”¹²⁶⁹.

Em 1796 Wesley, promovido a coronel, e o seu regimento 33 embarcaram para a Índia. Carregou consigo inúmeros livros (cerca de 240) sobre variadíssimos temas e preparou-se para uma longa estadia. Chegou a Calcutá a 17 de fevereiro de 1797 (ver a restante descrição da campanha no capítulo “Wellington”).

Em março de 1805, Sir Artur Wellesley, embarcou de regresso da Índia para a Grã-Bretanha. Nesse ano tinha sido formada a terceira coligação internacional contra a França: Áustria, Rússia, Grã-Bretanha e Suécia.

Em dezembro de 1805 embarcou com a sua brigada para Hanôver, onde esteve seis semanas sem qualquer atividade, e regressou em fevereiro de 1806. Ficou então com a brigada em Hastings numa posição defensiva face a uma possível invasão francesa. Entretanto também assumira, em substituição do General Cornwallis, a posição de coronel do regimento 33 (posição que manteria até 1813).

Em abril de 1806 foi eleito deputado por Rye e casou-se com Kitty Pakenham, em Dublin na Irlanda. O casamento seria considerado pela maioria dos biógrafos como “não feliz”. No entanto a sua esposa sempre se lhe manteve dedicada até ao final da vida, tiveram dois filhos¹²⁷⁰. Embora possam parecer estas situações pouco relevantes para o trabalho, sabemos como as questões familiares e pessoais podem afetar gravemente a conduta dos principais decisores e comandantes. Por exemplo, Aníbal Barca, o famoso líder cartaginês, mudou consideravelmente a sua conduta depois da morte do seu filho e da sua mulher após a passagem dos Alpes no século III a.C.. Nesta época temos o próprio caso de Napoleão Bonaparte que, também por motivos pessoais, nomeadamente o futuro casamento com a sua segunda mulher, Maria Luísa

¹²⁶⁹ Keegan, 2009: 127.

¹²⁷⁰ Corrigan, 2001.

da Casa da Áustria, poderá ter decidido não comandar a terceira invasão francesa a Portugal em 1810 (seria então nomeado o Marechal Massena).

A 12 de abril de 1806 Wellesley acumulou o cargo de comandante da brigada com o de membro do Parlamento (da “House of Commons”), ao qual outro dos seus irmãos, William, já pertencia. No Parlamento ficou famosa a defesa que fez sobre a governação do seu irmão Richard na Índia.

Em março de 1807 assumiu o cargo de *Chief Secretary for Ireland*, uma espécie de Primeiro-ministro local¹²⁷¹. Nestas funções Wellesley ocupou-se das mais variadas funções, desde assuntos de segurança e defesa, economia, educação, justiça até à nomeação de eclesiásticos.

A 25 de abril de 1808 foi promovido a tenente-general e a 14 de junho recebeu ordens para se dirigir à Península Ibérica. Efetivamente vai ser ele a comandar a expedição a Portugal. Depois das ações de milhares de portugueses na libertação do país, Wellesley desembarcou as suas forças em Portugal. Com uma pequena contribuição das forças portuguesas no reforço do seu exército atacou e derrotou os franceses de Junot nas batalhas da Roliça e do Vimeiro (agosto de 1808). No dia seguinte à vitória do Vimeiro foi substituído no comando mas ainda tomou parte nas negociações de paz, denominada “convenção de Sintra” e, não concordando com os termos da mesma, enviou uma nota a Castlereagh sobre a mesma¹²⁷².

Regressou a Londres a 4 de outubro onde teve de responder perante o parlamento, sem consequências, pela forma como a convenção foi assinada. A 6 de outubro o Tenente-general John Moore foi nomeado comandante do Exército Britânico na Península Ibérica. A 18 de janeiro de 1809 Moore morreu durante a fase final da retirada britânica da Corunha e o Tenente-general Craddock assumiu o comando das forças remanescentes em Lisboa. Wellesley voltou entretanto a ocupar o lugar no parlamento embora, de novo, por pouco tempo.

A 7 de março de 1809 Wellesley escreveu um memorando¹²⁷³ no qual, em síntese, afirmou que Portugal podia ser defendido independentemente do que ocorresse em Espanha. Conhecido o memorando, tanto o comandante-chefe do Exército Britânico como o Primeiro-ministro, concordaram na nomeação de Wellesley para comandar o exército aliado (com forças britânicas e portuguesas, estas últimas sob o comando direto do Marechal Beresford). A 15 de abril de 1809 Wellesley partiu de Inglaterra

¹²⁷¹ Corrigan, 2001: 95 ou noutra tradução “ministro-chefe para a Irlanda”, Roberts, 2002: 25.

¹²⁷² Corrigan, 2001: 116.

¹²⁷³ Wellington, 1860: 248.

para se dedicar, em exclusivo, às suas novas funções, ou seja, abandonou os seus lugares (políticos) no Parlamento e na Irlanda.

Nesta curta síntese biográfica onde não iremos detalhar a Guerra Peninsular, vamos ainda assim recordar algumas datas importantes, sobretudo de carácter pessoal, na evolução de Wellesley.

Começamos pela patente de Wellesley no Exército Português. Porque Beresford ficou com a patente de marechal, a coroa portuguesa nomeou Wellesley como marechal-general do Exército Português a 6 de julho de 1809, ficando, assim, com uma patente mais elevada. Após a segunda invasão francesa a Portugal, Wellesley liderou uma investida em terras de Espanha, que terminou com a Batalha de Talavera (28 de julho de 1809), com poucos resultados operacionais. Ainda assim, Wellesley tornou-se, em 26 de agosto de 1809, “the Honourable Sir Arthur Wellesley KB” Barão Douro de Wellesley e Visconde Wellington de Talavera. A partir deste momento passou Artur Wellesley a ser conhecido como Wellington.

Em fevereiro de 1812 foi feito Conde de Wellington (Marquês em agosto) e Duque de Ciudad Rodrigo. Em agosto de 1812 entrou em Madrid. A 22 de setembro de 1812 foi oferecido a Wellington o comando do Exército Espanhol, “generalíssimo dos exércitos espanhóis”¹²⁷⁴ e, assim, a ofensiva aliada iniciada em 1813 iria levar as forças de Wellington até à grande vitória sobre o Rei José Bonaparte em 21 de junho. Em outubro passou o rio Bidassoa (fronteira entre a Espanha e a França) e entrou em França. A última Batalha foi em Toulouse, França, em abril de 1814.

A vitória aliada conseguida por Wellington terminou os sete anos de Guerra Peninsular (1807-1814). Tinha recebido todas as distinções possíveis. No seu país passou, em seis anos, de Par do Reino a Barão, Visconde, Conde e finalmente Duque Wellington; em Portugal Lorde Douro; em Espanha, Duque Ciudad Rodrigo e recebeu, além disso, inúmeras distinções de outros países.

A 30 de maio de 1814 foi assinado o Tratado de Paris entre a França e as potências vencedoras: Grã-Bretanha, Portugal, Espanha, Rússia, Áustria, Prússia e Suécia. Napoleão foi então exilado para a Ilha de Elba e Wellington seguiu para Paris. Despediu-se das forças que tinham feito a campanha peninsular em Bordéus a 14 de junho de 1814. A 30 de setembro de 1814 começou o Congresso de Viena.

Durante a permanência em Paris Wellington ocupou-se dos mais variados assuntos, havendo um ao qual deu particular importância: a abolição da escravatura nas colónias francesas¹²⁷⁵. A 24 de janeiro de 1815 Wellington partiu de Paris para Viena,

¹²⁷⁴ Roberts, 2002: 27.

¹²⁷⁵ Corrigan, 2001: 279.

onde substituiu Castlereagh nas negociações do Congresso Viena (como referimos no corpo do trabalho, destaca-se assim o militar, o político e o diplomata).

A 26 de fevereiro de 1815 Napoleão fugiu de Elba. Imediatamente todas as potências em Viena pediram a Wellington que comandasse os exércitos aliados e a 29 de março Wellington saiu de Viena para assumir o comando das forças em Bruxelas a 4 de abril.

O dia 18 de junho de 1815, dia da Batalha de Waterloo, marcou a derrota final de Napoleão e a vitória de Wellington quando, finalmente, se encontraram frente a frente e pela única vez no campo de Batalha. Napoleão abdicou pela segunda e definitiva vez a 22 de junho. O governo francês rendeu-se a 4 de julho, os aliados ocuparam Paris e Bonaparte partiu a 24 de julho para novo exílio, desta vez na remota Ilha de Santa Helena onde viria a falecer a 5 de maio de 1821.

O Congresso de Viena retomou a atividade. Entre as decisões finais ficou previsto um exército de ocupação britânico, pago por França, que deveria permanecer no país nos cinco anos seguintes. O nome falado para o cargo de comandante do exército de ocupação foi Wellington, que aceitou a nomeação. Wellington foi assim duque em quatro países, príncipe na Holanda, marechal da maioria dos exércitos europeus e acumulou “imensas distinções e títulos”¹²⁷⁶. Wellington ficou em França também na qualidade de embaixador britânico em Paris, ou seja, passaria a dividir o seu tempo entre a embaixada e o quartel-general do exército em Cambrai.

Até ao regresso à Grã-Bretanha, em 1818, Wellington ocupou-se dos mais variados assuntos, a que as suas funções diplomáticas e militares obrigavam, desde o restabelecimento da agricultura francesa, o pagamento das dívidas de guerra ou a atribuição de medalhas das guerras napoleónicas.

Depois seguiram-se novas funções como mestre-general da ordenance “Master General of the Ordinance” que, entre outras atribuições, era o principal conselheiro do governo em assuntos militares.

Em 1822 Wellington recebeu uma nova missão diplomática e representou a Grã-Bretanha no Congresso de Verona. Em 1827, após o falecimento do Duque de York, Wellington assumiu as funções de comandante-chefe do Exército Britânico, em acumulação com as anteriores mas, dois meses depois, renunciou a ambas. Na mudança seguinte de Governo, Wellington reassumiu as funções de comandante-chefe, enquanto as de “Ordinance” foram ocupadas por Beresford. A 9 de janeiro de 1828 Wellington ocupou as funções de primeiro-ministro e passou a posição de comandante-chefe para o General Rowland Hill. Wellington, Beresford e Hill, os

¹²⁷⁶ Corrigan, 2001: 333.

principais decisores britânicos da Guerra Peninsular, ocupavam então as mais importantes funções na Grã-Bretanha.

A atividade política foi intensa mas intermitente e renunciou à função de Primeiro-ministro a 16 de novembro de 1830. Muitos afirmam que não foi o melhor período de Wellington. Em 1842 voltou a ocupar as funções de comandante-chefe e manteve-se como ministro sem pasta de vários governos até 1846.

Morreu a 14 de setembro de 1852 como comandante-chefe do Exército Britânico e a 18 de novembro foi sepultado na Catedral de São Paulo.

“Os portugueses agradeceram-no com o título de duque de Vitória, após o seu triunfo no local com o mesmo nome. Um duque de vitórias, era exatamente isso que ele era”¹²⁷⁷.

¹²⁷⁷ Keegan, 2009: 151.

Anexo B - Síntese Biográfica de Spínola¹²⁷⁸

Em 11 de abril de 1910, em Estremoz, nasceu António Sebastião Ribeiro de Spínola. Filho de António Sebastião de Spínola e de Maria Gabriela Alves Ribeiro de Spínola, ambos naturais da Ilha da Madeira. Em 1917, devido aos desenvolvimentos “revolucionários”¹²⁷⁹ ocorridos em Estremoz, António de Spínola e o seu irmão, Francisco, foram enviados para casa dos avós, na Madeira. Foi na Madeira, em Porto da Cruz, que Spínola entrou na escola. No ano seguinte voltaram ao continente e receberam a notícia da morte da mãe, vítima, provavelmente, de gripe pneumónica.

Em 1920 António de Spínola entrou para o Colégio Militar onde ficará até 1928. Depois de ter concluído os seus estudos secundários entrou em 1928 para a Escola Politécnica de Lisboa onde completou os estudos preparatórios, foi promovido a primeiro-sargento-cadete e colocado no Regimento de Cavalaria 4, em Santarém. Em 1930 entrou para a Escola do Exército e escolheu a Arma de Cavalaria. “No início da década de 1930 estava ao rubro a luta política (...) a formação de António de Spínola enquanto homem (...) bem como a sua formação militar e política, foram feitas neste contexto”¹²⁸⁰. Em 1932 casou-se com Maria Helena Martin Monteiro de Barros, filha do conhecido Brigadeiro João Monteiro de Barros¹²⁸¹.

O pai de Spínola foi então nomeado, em abril de 1935, como chefe de gabinete do Ministro das Finanças, Oliveira de Salazar¹²⁸². Em 1938, Spínola e outros jovens oficiais do exército participaram ativamente na elaboração de uma verdadeira «panóplia informativa» com a qual foram «alimentando o núcleo duro da presidência do Conselho e do gabinete do Subsecretário de Estado da Guerra». Durante a Guerra Civil espanhola Spínola participou em algumas escoltas alimentares de apoio às forças do General Franco e visitou alguns dos campos de batalha em Espanha¹²⁸³.

De 1939 a 1943 foi nomeado ajudante de campo do sogro, comandante da Guarda Nacional Republicana (GNR). Em 1941 Spínola visitou a Alemanha integrado numa visita de estudo e de observação às escolas de carros de combate e de equitação e

¹²⁷⁸ Para construir este anexo utilizámos preferencialmente as seguintes fontes: Rodrigues, Luís Nuno (2010), *Spínola*; Rezola, Maria Inácia (2002), *António de Spínola* e Morais, Carlos Alexandre (2007), *António de Spínola, o Homem*.

¹²⁷⁹ Telo, 2010b.

¹²⁸⁰ Rodrigues, 2010: 31-33.

¹²⁸¹ “O casamento com Maria Helena acabou assim por se traduzir numa maior aproximação aos meios familiares fiéis à situação e a Oliveira Salazar”, Rodrigues, 2010: 34.

¹²⁸² Fica nesta função até 1940, Rodrigues, 2010: 33.

¹²⁸³ Rodrigues, 2010: 36 e 38.

ainda à frente de combate russo-alemã em Leningrado. Depois de uma breve passagem pelo Regimento de Lanceiros (março de 1943 a outubro de 1944), assumiu o comando do 4.º Esquadrão do Regimento de Cavalaria da GNR. Em 1947 Spínola integrou uma missão de estudo junto da *Guardia Civil* espanhola. Fundador, desde 1939, da *Revista de Cavalaria*, Spínola publicou vários artigos ao longo dos anos tendo inclusivamente publicado em 1951 um artigo a propor um “caminho novo” para as Forças Armadas Portuguesas.

Na segunda metade da década de 1950 e princípio da década de 1960 acumulou funções no mundo empresarial. Nomeadamente, de janeiro de 1955 até 1964, integrou o conselho de administração da Siderurgia Nacional, especialmente nas áreas de pessoal¹²⁸⁴. Em 1958 foi nomeado Comandante do 2.º Grupo de Esquadrões do Regimento de Lanceiros 2, em janeiro de 1961 foi promovido a tenente-coronel e ocupou sucessivamente as funções de 2º comandante e de comandante do regimento.

Em 1961, além dos referidos acontecimentos da *Abrilada*¹²⁸⁵, António de Spínola ofereceu-se como voluntário para partir para Angola. Foi nomeado comandante do Batalhão 345 e desembarcou em Luanda a 4 de dezembro desse ano. Em janeiro de 1962 o batalhão foi enviado para Bessa Monteiro onde foram efetuadas “10 operações aero-terrestres e outras tantas apenas terrestres” e inúmeras operações a nível companhia e pelotão. No final de maio o batalhão iniciou a sua transferência para São Salvador do Congo onde realizou “quatro operações aeroterrestres e treze operações terrestres” e inúmeras operações a nível companhia e pelotão. Em maio de 1963 o Batalhão 345 foi enviado para Sá da Bandeira, uma área mais tranquila do ponto de vista operacional¹²⁸⁶, pelo que não se registaram operações a nível batalhão e apenas algumas a nível companhia e pelotão. A 20 de fevereiro de 1964, já com Spínola na patente de coronel, o Batalhão 345 iniciou o seu regresso à metrópole.

Após o seu regresso foi nomeado para a Direção da Arma de Cavalaria e, entre novembro de 1965 até junho de 1966, Spínola frequentou o Curso de Altos Comandos no Instituto de Altos Estudos Militares. Em dezembro de 1966 regressou à Arma de Cavalaria já com o posto de brigadeiro e em janeiro de 1967 tomou posse como segundo-comandante da GNR.

¹²⁸⁴ Rodrigues, 2010: 41-48.

¹²⁸⁵ Importa também lembrar a importância que teve em 1961 a “queda da Índia portuguesa” que irá marcar Spínola nos anos seguintes: “por volta de 1971/72, quando a situação na Guiné caminhava para um desfecho semelhante em resultado da política seguida pelo governo central, Spínola reagiu com os olhos postos no desastre da Índia”, Morais, 2007: 34.

¹²⁸⁶ Rodrigues, 2010: 65, 70, 80.

De maio de 1968 ao verão de 1973 esteve nas funções de Governador e Comandante-Chefe na Guiné-Bissau. No regresso a Lisboa, “Marcello Caetano ponderou fortemente a possibilidade de nomear António de Spínola para a pasta do Ultramar” mas acabou por ser nomeado Vice-Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas. A 14 de março de 1974 foi demitido do cargo e após o 25 de abril de 1974 integrou a Junta de Salvação Nacional.

A 15 de maio de 1974 tomou posse como Presidente da República mas demitiu-se em setembro do mesmo ano. Quando Spínola foi nomeado como Presidente da República de Portugal trazia consigo um passado de uma “vasta e brilhante carreira”¹²⁸⁷ e era conhecido acima de tudo pelo seu passado como comandante militar, como um homem que se preocupava com os seus militares¹²⁸⁸ e embora existam diferentes apreciações sobre a sua personalidade¹²⁸⁹ parece consensual considerar que detinha uma elevada “capacidade de decisão e coragem física”. A passagem de Spínola das funções políticas e militares para as exclusivamente políticas mudou a sua imagem de “militar corajoso, intrépido”¹²⁹⁰ e “sensível”¹²⁹¹ para a de um político “inábil, ingénuo e até desastrado”¹²⁹².

Depois da breve passagem pela Presidência da República, assumiu uma tentativa de “golpe”¹²⁹³ em 11 de março de 1975, partiu para o exílio e no regresso a Portugal, em agosto de 1976, “recebeu ordem de prisão ainda no aeroporto de Lisboa”¹²⁹⁴.

Napoleão Bonaparte recebeu dos seus soldados a “alrunha” de “pequeno cabo” e por muitos historiadores foi denominado de “cabo de guerra”. Em Portugal há quem

¹²⁸⁷ Rodrigues, 2010: 16, 203.

¹²⁸⁸ “Apreciava os que bem cumpriam, exigia mais dos que lhe estavam próximos e tinha especial solicitude pelos feridos em combate, que quase diariamente visitava no Hospital Militar de Bissau”, Morais, 2007: 13.

¹²⁸⁹ “Os que o destetavam e os que o aceitavam com as suas virtudes e os seus defeitos”, Morais, 2007: 20.

¹²⁹⁰ Rodrigues, 2010: 16.

¹²⁹¹ “Spínola era extremamente sensível: a organização dos processos de condecoração relativos aos militares no teatro de operações (...) e ainda tudo o que se referisse ao moral e bem-estar das tropas”, Morais, 2007: 38.

¹²⁹² Rodrigues, 2010: 16.

¹²⁹³ “Na verdade, é mais correto falar da existência de várias conspirações paralelas (...) com o objetivo de derrubar o Governo e, eventualmente, o próprio presidente da República, General Costa Gomes”, Rodrigues, 2010: 545.

¹²⁹⁴ Rodrigues, 2010: 16.

considere Spínola como o último dos cabos de guerra: “do grande e último cabo-de-guerra português que foi o Marechal Spínola”¹²⁹⁵.

O prestígio que tinha ganho em toda uma vida levou a que os governantes portugueses reintegrassem Spínola nos anos seguintes ao seu regresso. Em 1984 foi-lhe atribuída a presidência da comissão nacional das comemorações dos dez anos do 25 de Abril; recebeu do Presidente Mário Soares a Grã-Cruz da Ordem Militar da Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito e foi nomeado chanceler das Antigas Ordens Militares¹²⁹⁶.

O Marechal António de Spínola faleceu no dia 13 de agosto de 1996 aos 86 anos de idade.

¹²⁹⁵ Azeredo, 2004: 123

¹²⁹⁶ Rodrigues, 2010: 17, 648.

Anexo C - Síntese Biográfica de Petraeus¹²⁹⁷

David Howel Petraeus nasceu a 7 de novembro de 1952 na cidade de Cornwall, Estado de New York, nos EUA. Cresceu na comunidade de Cornwall-on-Hudson, uma pequena cidade histórica a pouca distância da grande cidade de Nova York e muito perto da Academia Militar do Exército dos EUA, West Point. Filho de Sixtus Petraeus, um capitão holandês da marinha mercante que emigrou para os EUA quando os alemães invadiram a Holanda em 1940 e de Miriam Howell Petraeus, licenciada pela Universidade de Oberlin (numa época em que poucas eram as mulheres nos EUA com formação superior) e bibliotecária. Nos EUA Sixtus trabalhou numa loja de eletrodomésticos e desde cedo incentivou o carácter “competitivo” de David Petraeus, enquanto a sua mãe, Miriam, o influenciou a ler as “centenas de livros” que existam em casa¹²⁹⁸.

David Petraeus desde muito novo demonstrou elevadas capacidades atléticas e académicas e, no inverno, ia fazer ski para o resort que existia em West Point, tendo assim, desde muito cedo estabelecido contato com os militares e o Exército dos EUA. Além disso muitos dos professores da sua escola em Cornwall-on-Hudson, que ficava a apenas 10 quilómetros de West Point, eram também professores na Academia Militar e desde muito cedo que reconheceram em Petraeus “qualidades de líder” pelo que o incentivaram a concorrer à Academia¹²⁹⁹.

Terminou o primeiro ano em West Point classificado na posição 161 entre 800 cadetes e foi melhorando progressivamente, terminando no final dos 4 anos em 1974, em 43º, ou seja, entre os 5% melhores classificados do curso¹³⁰⁰. Casou então com a filha do comandante da Academia Militar, Tenente-general William Knoltown, Hollie, na capela de West Point. O seu sogro, que chegaria à patente de general de 4 estrelas, seria uma das referências de Petraeus ao longo da sua carreira.

Petraeus iniciou a sua carreira militar em janeiro de 1975 como comandante de pelotão de uma companhia de Infantaria e depois ocupou sucessivamente as funções de oficial de logística (S4) e oficial de pessoal (S1) do Batalhão Aerotransportado 509 em Vicência, Itália. Estes 4 anos iniciais da sua carreira permitiram-lhe conhecer muitos dos países da Europa, tanto no plano pessoal como no profissional, participando em muitos exercícios conjuntos com outros países da NATO. Assim o

¹²⁹⁷ Para construir este anexo, utilizámos preferencialmente as seguintes fontes: Robinson, 2008; Cloud, 2009; Ricks, 2009; Gericke, 2011 e Broadwell, 2012.

¹²⁹⁸ Gericke, 2011: 1.

¹²⁹⁹ Petraeus seria um “alfa dog”, ou seja, levava as outras crianças atrás, Cloud, 2009: 15.

¹³⁰⁰ Cloud, 2009: 16-17.

contacto com outras culturas e a partilha de experiências com outras nacionalidades foi uma prática constante na vida de Petraeus.

Capitão desde agosto de 1978, em Janeiro de 1979, foi colocado como adjunto do oficial de operações (S3) da 2.^a Brigada da 24.^a Divisão de Infantaria Mecanizada no Forte Stewart, Georgia (EUA). Na altura, tal como em muitas outras unidades dos EUA, a 24.^a era considerada como “non combat ready”. Ou seja, começou a sua carreira tendo noção das grandes necessidades de melhoria que o Exército dos EUA tinha de empreender¹³⁰¹. Em julho de 1979 assumiu as funções de comandante de companhia e depois foi colocado como oficial de operações (S3) no 2º Batalhão da 19ª brigada da 24ª Divisão de Infantaria Mecanizada.

A proximidade com oficiais gerais, além da sua relação com o sogro, aumentou com o cargo que ocupou entre maio de 1981 e maio de 1982 como ajudante de campo do general comandante da 24ª, o então Major-general John Galvin, um “soldier-scholar” que influenciou Petraeus a seguir os estudos académicos. Seguiu-se por isso uma fase académica na vida de Petraeus, militar e civil, de 1982 a 1983 fez o curso de promoção a oficial superior na Escola de Estado Maior em Forte Leavenworth, Kansas, e entre junho de 1983 a junho de 1985 fez um mestrado na Universidade de Princeton em New Jersey.

Major desde agosto de 1985, foi, como consequência do seu percurso académico, colocado como instrutor (inicialmente) e depois como professor assistente no conhecido departamento Sosh (ver explicação no capítulo 4 – Petraeus) de Ciências Sociais da Academia Militar de West Point. Ao seu mestrado juntou posteriormente o doutoramento em Relações Internacionais na mesma Universidade de Princeton. A sua tese de 328 páginas traduziu o pensamento de Petraeus em contrariar as doutrinas em voga que tentavam afirmar que os EUA não entrariam mais em guerras do tipo contra-subversivo¹³⁰².

A proximidade com os principais responsáveis militares continuou quando ocupou as funções de assistente militar do Comandante Supremo Aliado da Europa da NATO (SACEUR), o então General Galvin, entre junho de 1987 e junho de 1988.

Seguidamente e até agosto de 1989 ocupou as funções de oficial de operações (S3) do 2º Batalhão do 30º Regimento de Infantaria (mais tarde transformado em 1ª Brigada) da 3ª Divisão de Infantaria Mecanizada estacionada na Alemanha. No término da sua missão voltou para os EUA para assumir o cargo de adjunto do chefe

¹³⁰¹ Cloud, 2009: 36; “com falta de meios humanos e pobremente equipada, incapaz de ser projetada em pouco tempo”, Cloud, 2009: 41.

¹³⁰² Obras publicadas em Petraeus, 1986 e 1987.

de estado-maior do Exército dos EUA em Washington até agosto de 1991 (promovido a tenente-coronel em abril de 1991).

Nos dois anos seguintes, até julho de 1993, voltou a funções operacionais comandando o 3º Batalhão da Brigada 187 na Divisão Aerotransportada 101 em Forte Campbell, Kentucky (EUA).

Entre agosto de 1994 e janeiro de 1995 foi professor convidado na Universidade de Georgetown em Washington e nos seis meses seguintes, até junho de 1995, cumpriu a sua primeira missão internacional como chefe das operações da missão das Nações Unidas para o Haiti (Operation Uphold Democracy). Em setembro de 1995, foi promovido a coronel.

De junho de 1995 a junho de 1997 comandou a 1ª Brigada da Divisão Aerotransportada 82 em Forte Bragg, Carolina do Norte (EUA).

Depois de uma breve passagem (de junho a setembro de 1997) como adjunto do diretor de operações do Estado-maior General ocupou entre outubro de 1997 e agosto de 1999 o cargo de chefe de gabinete do Chairman do Joint Chiefs of Staff em Washington.

No ano seguinte, e até julho de 2000 (promovido a brigadeiro-general desde janeiro de 2000), foi colocado como oficial de operações da Divisão 82 e de seguida nomeado como general comandante da “Combined Joint Task Force” no Kuwait, durante a operação Desert Storm.

Voltou a Forte Bragg para ocupar as funções de chefe de estado-maior do XVIIIº Corpo Aerotransportado até junho de 2001. Durante um ano, até junho de 2002, ocupou as funções de adjunto das operações e depois de segundo comandante em Sarajevo, na Bósnia Herzegovina, na US Joint Interagency Counter Terrorism Task Force.

De julho de 2002 a maio de 2004 foi o comandante da Divisão Aerotransportada 101, inicialmente em Kentucky (promovido a major-general em janeiro de 2003), e depois durante a operação Iraqi Freedom. Por ter tirado um doutoramento, Petraeus passou a ser conhecido no meio militar como “doc”¹³⁰³ e durante a missão no Afeganistão recebeu a alcunha de “Rei David”¹³⁰⁴.

Em maio de 2004 foi promovido a tenente-general e, até setembro de 2005, foi o comandante da Multi-National Security Transition Command Iraq (MNSTC-I) e da NATO Training Mission Iraq (NTM-I), no Iraque.

¹³⁰³ Cloud, 2009: 93;

¹³⁰⁴ Cloud, 2009: 130;

De outubro de 2005 a fevereiro de 2007 foi o comandante da US Army Combined Arms Center no Forte Leavenworth em Kansas, EUA.

Em fevereiro de 2007 foi promovido a general (de 4 estrelas) e, até setembro de 2008, foi o comandante da Multi-National Force no Iraque.

De outubro de 2008 a junho de 2010 foi o comandante do US Central Command no forte McDill na Florida.

De junho de 2010 a junho de 2011 foi o comandante da International Security Assistance Force (ISAF) no Afeganistão.

De julho de 2011 a novembro de 2012, depois de se ter reformado como oficial do exército, ocupou as funções de diretor da Central Intelligence Agency (CIA).

Reformou-se em novembro de 2012, tendo apresentado a sua demissão como diretor da CIA devido a problemas da sua vida privada.

Anexo D – Entrevistas

Para o capítulo “Petraeus” foram realizadas entrevistas com a finalidade de complementar as informações obtidas nas fontes consultadas. Não foi objetivo destas entrevistas fazer um tratamento estatístico ou procurar um grupo significativo de tendências. O critério que presidiu à seleção destes entrevistados foi o de procurar, através de algumas perguntas muito direcionadas em temas específicos, obter uma visão abrangente.

Por isso entrevistámos, naturalmente, o próprio General David Petraeus (em duas ocasiões). Recebemos respostas do General Nick Parker do Reino Unido que nos possibilitou uma visão britânica e do Coronel Almendra com uma portuguesa. Entrevistámos o Vice-almirante Stufflebeem para nos dar uma perspectiva das decisões tomadas em Washington e o Diplomata David Escobar que liderou um PRT no Iraque.

De seguida apresentamos os questionários enviados (embora bastante semelhantes entre si, têm algumas diferenças pontuais) e os resultados das entrevistas. Assinala-se que em todas as entrevistas, excetuando a de Petraeus, houve um contacto pessoal direto e, no caso de Escobar, foram feitas perguntas adicionais de forma presencial. As perguntas foram feitas e respondidas em inglês mas no caso do Coronel Almendra, embora as perguntas tenham sido feitas em inglês (para que não se alterasse o sentido das mesmas com o efeito da tradução), as respostas foram, a nosso pedido, recebidas em português.

Entrevista 1: General David Petraeus

(repostas obtidas em 21 de abril e 13 de outubro de 2012)¹³⁰⁵

General David Petraeus, Sir,

I am Lieutenant Colonel Nuno Lemos Pires, Portuguese Army. I am an Infantry and Special Forces Officers and currently assigned as Professor of Military History and International Relations at the Portuguese Military Academy in Lisbon. I am also a PhD candidate on History, Defense, and International Relations at the Lisbon University Institute.

I have served in various operational and staff assignment to include Instructor at the Portuguese Infantry School, Military History Professor at the War College, as Intel Officer in NATO Rapid Deployable Corps – Spain, as MA to the Commander at Joint Command Lisbon/ Admiral Stufflebeem, and as Mechanize Battalion Commander in the Mechanized Brigade. I have several deployments to include Mozambique (1995/96), Angola (2000 and 2001), Pakistan (2005/ 2006), Ethiopia (2007), and as Chief of Staff for the Portuguese OMLT in Kabul (ISAF) (2009/2010).

I am now writing my PhD under the title; **The Holistic Command of War: Wellington, Spínola and Petraeus.**

Briefly, the intention is expound on the idea of the need for integration for civil and military efforts – more than just coordination or cooperation, but command!

I am working on 3 lines of investigation:

1. The comprehensive approach between civil and military agencies, NGOs, IO, etc.
2. The need for a coherent and integrated political-strategic-military action among high political and military decision makers;
3. The application of a “counterinsurgency” doctrine involving foreign and local troops, civilians and other agencies;

I have finished writing two of the three main chapters: Wellington and Spínola. In a very brief summary, my initial conclusions are:

Duke of Wellington, Commander of the Anglo-Portuguese Army during the Peninsular War (1808-1814):

- a. Created a unified British-Portuguese Army (around 60% British 40% Portuguese) with complete command (Combined Divisions and Brigades with Portuguese and British Battalions, with a mixture of British and Portuguese

¹³⁰⁵ David H. Petraeus comandou o Iraque em 2007/2008 após o que foi CENTCOM e depois o Afeganistão em 2010/2011. O restante do seu percurso está descrito no capítulo 4 – Petraeus e no Anexo C- Síntese biográfica de David Petraeus.

Commanders and Deputy Commanders from Division level down to Battalion level);

- b. Managed to command the war with all components – the allied army, the Portuguese Militias and Ordenanças (like the ALP in Afghanistan), police, guerrillas, Portuguese and British Intelligence; etc.
- c. Took part of the political decisions in the Regency in Lisbon/ Portugal; Rio de Janeiro/ Brasil; Cadiz/ Spain and in London/ UK – influenced and discussed all major decisions with all the capitals keeping a coherent political and strategic approach while maintaining the trust and public confidence from all the governments in UK, Portugal and (sometimes) in Spain;

General António de Spínola, Governor and Commander in Chief of Guinea-Bissau (1968-1973):

- a. Under the new Portuguese doctrine of counterinsurgency (the five books called – The Army in a insurgency War published in 1963), he was able to change the war in Guinea – defending the population, among the people, governance and economic development, use special forces for kinetic operation and increased social action with the rest of the armed forces;
- b. Unified civilian and military efforts in one civil-military HQ, with integrated intelligence and a dedicated secretary general to lead the civilian component; used officers as teachers as he used civilians as builders; developed local forces to defend their populations and, gradually take part of the administration and political governance;
- c. Initially, he had the trust and support of the Government back in Lisbon but in 1972, his ideas of gradually handing over to the local people, his initiatives making diplomatic contacts with the neighbouring countries, lead to differences with Lisbon that forced him to resigned – the solution was not local, but political back in Lisbon;

So, as I am starting now writing “Petraeus: Iraq 2007/2008 and Afghanistan 2010/2011”, I ask if you would be so kind to answer a few questions? I appreciate your time and perspective on the below issues,

1. In Iraq, “Intel fusion” has proven to be a driving concept in operations. Was, and is, it possible to integrate civilian and military intelligence? National and with allies? How did this concept differ between Iraq and Afghanistan?

General David Petraeus: It certainly was possible to integrate all intelligence -- not just the products of all disciplines of military intelligence, but that from civilian agencies and elements, too. Moreover, there was quite good sharing between countries in the coalition and, with certain safeguards, with host nation intel elements. The key was establishment of fusion cells that were typically based on US intel elements that provided the base for integration functions. Moreover, we also established massive data bases and sought to digitize intel products and to then manipulate the data with applications that were constantly being refined and improved.

2. Did Washington or Brussels (the later just for Afghanistan) give you clear political guidance? How and how often were you able to communicate and coordinate with the political leadership in these capitals, and harmonize US guidance and NATO guidance in Afghanistan?

General David Petraeus: Yes, the guidance was clear. And the job of the commander on the ground was -- and is -- to provide forthright analysis of the situation and military advice that is based on that reality.

3. With a non-linear battlefield with multi-national military units, civilian agencies, international agencies, contractors and major private companies, how did you ensure "unity of effort" among the forces you commanded and within the theatre with all of these diverse actors?

General David Petraeus: This was a huge task, and we established and employed a variety of groups to ensure that we did the best possible to harmonize all the efforts and to "make way together." This entailed various US civil-military coordination groups, coalition groups, groups to coordinate with the host nation, and innumerable joint planning and execution efforts.

4. How did you ensure "unity of effort" among allies? And with the local government and their security forces? And with the Local Political leaders, especially those who did not follow the lead of the host nation government?

General David Petraeus: We conducted numerous meetings with the major troop contributing nation ambassadors, senior national representatives, host nation leaders, all coalition ambassadors, and so on. These activities required enormous effort and time, but they were vital to ensuring that we did all possible to achieve unity of effort. At times, of course, countries made unilateral decisions that required compensating actions by other countries; however, that's all part of coalition command. There's nothing easy about coalition operations, frankly, but they are very doable! And, as Winston Churchill famously observed, "The only thing worse than allies is not having any!" I strongly believe that all the effort is worth it.

5. Is it possible to achieve a holistic command at war (meaning civil and military and coherent political – strategic – operational)?

General David Petraeus: Yes, within reason.

6. In a civil military operation, without clear lines of command between military and civil entities, how do commanders ensure unit of effort

when there is a disagreement on process or operations? How is this process complicated in a coalition environment?¹³⁰⁶

General David Petraeus: Unity of effort (not unity of command). When there is a disagreement, both sides work to achieve agreement. On some issues, one would defer to the other, of course. But neither acted over the objections of the other.... Afghanistan was more complicated than Iraq, of course, as the NATO dimension was a real one, but same principles applied.

¹³⁰⁶ Esta pergunta foi feita mais tarde, no dia 13 de outubro de 2012, no decorrer da investigação, e foi respondida pelo General Petraeus no mesmo dia.

Entrevista 2: General Nick Parker

(repostas obtidas em 30 de abril de 2012)¹³⁰⁷

Dear General Sir Nick Parker, Sir,

We met at the Peninsular War 200 AGM at Winchester last month and you very kindly agreed to assist me with my PhD. Currently I am assigned as Professor of Military History and International Relations at the Portuguese Military Academy in Lisbon and I am studying for my PhD in History, Defence and International Relations at the Lisbon University Institute. I have served in several units including; Infantry School, Military History Professor at the PRT War College, NATO (as Intel Officer in NATO Rapid Deployable Corps - Spain and as MA to the Commander at Joint Command Lisbon – Vice Admiral Stufflebeem), as Mechanized Battalion Commander in the PRT Mechanized Brigade. Deployed in Mozambique (1995/96), Angola (2000 and 2001), Pakistan (2005/ 2006), Ethiopia (2007) and the last tour was as Chief of Staff for the PRT Operational Mentor & Liaison Team in Kabul/ Afghanistan (ISAF) (2009/2010).

The title of my PhD is *The Holistic Command of War: Wellington, Spínola and Petraeus*. My intention is to expand the idea for the need to better integrate civil and military efforts – more than coordination or cooperation – command!

I am working on 3 lines of investigation:

1. The comprehensive approach between civil and military agencies, NGOs, IO, etc.
2. The need for a coherent and integrated political-strategic-military action – permanent, among high political and military decision makers;
3. The application of a “counterinsurgency” doctrine involving foreign and local troops, civilians and other agencies;

I have finished writing two of the three main chapters: Wellington and Spínola. In a very brief summary my initial conclusions are:

¹³⁰⁷ General Sir Nicholas Ralph "Nick" Parker, KCB, CBE (nasceu em 1954) é um oficial do Exército Britânico e até dezembro de 2012 era o Comandante das Forças Terrestres (equivalente a Chefe de Estado Maior do Exército no sistema português). Como oficial general ocupou funções na Irlanda do Norte, na Serra Leoa, no Iraque e no Afeganistão. Entre 2005 e 2006, Parker ocupou as funções de segundo comandante (deputy commanding general) do Multi-National Force – no Iraque. Em 2009, e por um ano, ocupou as funções de Comandante das Forças Britânicas e segundo comandante da ISAF no Afeganistão (o comandante era o general americano Stanley A. McChrystal). Em junho de 2010, quando o General McChrystal foi demitido pelo Presidente Barack Obama o General Parker ocupou, interinamente, as funções de comandante da ISAF até o General Petraeus as assumir.

The Duke of Wellington, Commander of the Anglo-Portuguese Army during the Peninsular War (1808-1814):

- a. Accomplished to create a unified British-Portuguese Army with complete command and overall authority (including a say on the administrative issues);
- b. Managed to command the war with all components – the allied army, the Portuguese Militias and Ordenança, police, guerrillas (in Portugal and sometimes in Spain), Portuguese and British Intelligence; etc.
- c. Took part of the political decisions in the Regency in Lisbon/ Portugal; Rio de Janeiro/ Brazil; Cadiz/ Spain and in London/ UK – permanently influenced and discussed major decisions with all the capitals keeping a coherent political and strategic approach maintaining the trust and public confidence from all the governments in UK, Portugal and (sometimes) in Spain;

General António de Spínola, Governor and Commander in Chief of Guinea-Bissau (1968-1973):

- a. Under the new Portuguese doctrine of counterinsurgency (the five books called – The Army in a insurgency War published in 1963) was able to change the war in Guinea – defending the population, among the people, governance and economic development, use special forces for kinetic operation and increased social action with the rest of the armed forces;
- b. Unified civilian and military efforts in one civil-military HQ, with integrated intelligence and a dedicated secretary general to lead the civilian component; used officers as teachers as he used civilians as constructors and builders; developed local forces to defend their populations and, gradually take part on the administration and political governance;
- c. Initially had the trust and support of the Government back in Lisbon but in 1972, his ideas of gradually handing over to the local people, his initiatives making diplomatic contacts with the neighbouring countries, lead to differences with Lisbon that forced him to resigned – the solution was not local, was political back in Lisbon;

I am now starting to write about “Petraeus: Iraq 2006/2007 and Afghanistan 2010/2011” and it is here that I would value your views and opinions following your high-level experiences in ISAF. I have outlined a few questions below but I would appreciate any additional insights you may have that would support, or otherwise, my work.

I am very honoured and very grateful for your support,

1. The word “Intel fusion” has proved to be a strong concept. Was, and is, it possible to integrate civilian and military intelligence? National and with allies?

General Sir Nick Parker. It is important to understand the importance of the ‘lead’ nation; in both Iraq and Afghanistan the US commitment in every area was significantly greater than all others. This resulted in the US vote and approach to Intel fusion being dominant, and their capacity was/is so great it didn’t matter if some of the smaller

partners were outside the tent. 4/5 Eyes is entirely understandable to protect source material, but it will not allow effective fusion in future coalitions where there is a more equitable sharing of responsibility. So the European NATO nations need to take this rather more seriously if we are work out some difficult protocols for sharing our Intel better. Within the US I saw plenty of evidence of a high degree of sharing between military and civilian agencies.

2. Did Washington or Brussels give clear political guidance? How much coordination was kept?

General Sir Nick Parker: I was consistently disappointed by NATO's ability to provide clear military strategic guidance and then convert this through its chain of command into effective tactical action. This may have been in part because Washington was so dominant (obviously in Iraq, but also just as much so in Afghanistan), they were setting the Strategic political agenda and cleared this in retrospect rather than negotiated it in advance. There was good coordination once the plan was set, COMISAF had regular contact with HQ NATO, but the impact of SHAPE was limited to FORGEN and Brunsum added limited value.

3. How to ensure "unity of effort" among the armed forces and civilian agencies? And with contractors and/or major private companies?

General Sir Nick Parker: My experience in both Iraq and Afghanistan has emphasised the importance of the Theatre/Operational level to bring coherence to command/effort. Kabul is the only place where the multitude of tactical interests are brought together. The military cannot 'command' this, but with their staff capacity can plan, advise and 'lead from behind'. There were also initiatives in both theatres that brought the major PSCs into the tent – not particularly sophisticated, but links to ops rooms and regular meetings with NGOs were routine.

4. How to ensure "unity of effort" among allies? And with the local forces? And with the local political leaders?

General Sir Nick Parker: Same as above. With Allies more efforts should be made to link National Senior Representative / Contingent Commander with the mainstream Allied chain of command. This allows greater national influence to be exercised 'with the grain' of coalition planning. The idea of playing red cards becomes much more manageable if the national and coalition planning is synchronised. This will become even more important in a coalition of equals, having a lead nation with few caveats means that tactical risk can be minimised. There is also no doubt that having commanders with a strong international reputation has a significant impact.

5. Is it possible to achieve a holistic command in war (meaning civil and military and coherent political – strategic – operational)?

General Sir Nick Parker. I am not sure that 'war' is the right term. The complex contemporary security environment does make this a challenge. But I do believe that careful application of the levels of conflict, and a softening of the idea of 'command' does make it possible to achieve a holistic effect. I don't think we give enough emphasis to the Operational/Theatre level, from a UK perspective I think this is an area where we have got it wrong over the past 10 years, there is evidence in both Iraq and Afghanistan where our emphasis on the tactical level has shaped behaviour so that Operational level coherence has been difficult to achieve.

Entrevista 3: Vice-almirante John Stufflebeem

(repostas obtidas em 22 de maio de 2012) ¹³⁰⁸

O pedido de entrevista ao Vice-almirante Stufflebeem foi feito diretamente, sendo-lhe explicado o objetivo do mesmo (de forma presencial) em Washington. Posteriormente foram-lhe apenas enviadas as perguntas.

1. In Iraq, “Intel fusion” has proven to be a driving concept in operations. Was, and is, it possible to integrate civilian and military intelligence? National and with allies?

Vice-almirante John Stufflebeem: It is possible to integrate civilian and military intelligence but it is extremely hard — civil intelligence is often for the purpose of law enforcement and therefore falls under a burden of protecting individual rights to be admissible in courts; military intelligence has no such restriction and is accordingly easier to obtain for military — vice courts — uses. National with allie — civil and military — intelligence is harder in that methods used to obtain intelligence often determine the sources used which can be dangerous to individuals once exposed, counter to individual national laws, and easy to lose once implemented, e.g. exceptionally expensive if they can only be used once when known to others. The problem often always becomes an issue of validating the intelligence without knowing the sources or methods involved and usually becomes the limiting factor due to “trust” issues. Intelligence is usually not an all or nothing confidence level product but some grey area compromise. As such, it is usually suspect and ultimately the fusion of various sources — nationalities — is difficult.

¹³⁰⁸ O Vice-almirante John Stufflebeem (nasceu em 1952), entre outras funções como piloto naval, foi um dos assistentes militares (military assistant) do Presidente George H.W. Bush (Bush pai - ou 41) entre 1989 e 1991. Em 2001 foi o responsável pelo planeamento estratégico do gabinete do *Chairman's Joint Staff* no Pentágono onde liderou a equipa que preparou e executou a Operação *Enduring Freedom*. Foi o porta-voz do Pentágono desde o 11 de Setembro de 2001. Durante a Operação *Iraqi Freedom* em 2003 foi o comandante de uma esquadra (*military task force*) composta por dois *carrier battle groups* que foram responsáveis pelo planeamento e execução das operações a partir do Mediterrâneo. Foi posteriormente o comandante das forças de apoio aos 2.000 elementos de Operações Especiais envolvidos no combate a norte de Bagdade. Entre 2005 e 2007 foi, em acumulação, o Comandante da 6.^a Esquadra Naval dos EUA e o do Joint Command Lisbon da NATO em Oeiras, Portugal (onde fomos seu Chefe de Gabinete durante dois anos). Nestas funções comandou operações (da NATO e nacionais) em regiões tão distintas como Paquistão, o Líbano, a Somália e o Darfur. O Vice-almirante Stufflebeem reformou-se da Marinha em 2008.

2. Did Washington or Brussels (the later just for Afghanistan) give clear political guidance? How and how often were high level commanders/ ambassadors (on the ground) able to communicate and coordinate with the political leadership in these capitals, and harmonize US guidance and NATO guidance in Afghanistan?

Vice-almirante John Stufflebeem: Yes and no. Political masters rarely give guidance clear enough for military commanders to translate into plans and orders. This is a traditional rub. Politicians always want an escape alley and will not give absolute guidance because it determines an absolute outcome when in reality, politicians do not know what outcome they want for a myriad number of reasons and want the room to declare victory once they see it. Military commanders want absolute guidance so they can develop clear objectives with measureable progress and results. Politicians are masters of the subtle; military leaders are masters only of the obvious; rarely do the two meet in congruity. Commanders and ambassadors had ample access to national capitals; often the meetings occurred too often where little progress could be measured and reported and as such, strategic leaders were pulled down into tactical discussions. Further, often was the time tactical events became strategic drivers and caused myopic views especially when the events posed negative public press. Most of the time, US guidance was the guiding force for NATO guidance given the national caveats became the limiting factors. USA guidance was the baseline and modified to meet NATO requirements 'when' it also met US interests.

3. With a non-linear battlefield with multi-national military units, civilian agencies, international agencies, contractors and major private companies, how can you ensure "unity of effort" among the forces, and within the theatre with all of these diverse actors?

Vice-almirante John Stufflebeem: Unfortunately, unity of effort is actually a compromise to the least common factors, or nations. Unity is often invoked to accommodate multiple partners for international legitimacy when the most efficient effort comes from one united force. This explains why the US always maintains a national chain of command in any military operation even while the commander may be dual-hatted in a partner coalition, like NATO, to ensure that when allied operations bog down in national caveats or disparate interests, the interests of the strongest partner are not limited or restricted.

4. How can you ensure "unity of effort" among allies? And with the local government and their security forces? And with the Local Political leaders, especially those who did not follow the lead of the host nation government?

Vice-almirante John Stufflebeem: All the allies must agree on the objective or end-state and the operational plans to achieve them. It only works with local governments and their security forces when they have the lead and are supported by allied forces. The problem here lies in that rarely do local levels — tactical levels — understand operational and strategic level objectives and more rarely do the higher echelons of command work hard enough to bring the locals on board. So, traditional results are large allied efforts that are usually not accepted by local efforts and usually give in to the higher demands with attendant ill feelings or mixed result success. It is a traditional problem and not unwieldy as it is hard to imagine a successful campaign patched together with the unique requires of all localities all supportive of the overall objective. In reality, this would be a collection of individual efforts that would likely have their own timelines, logistic requirements, and even acceptable outcomes.

5. Is it possible to achieve a holistic command at war (meaning civil and military and coherent political – strategic – operational)?

Vice-almirante John Stufflebeem: Not in my view. As General Dwight D. Eisenhower, Supreme Allied Commander of World War II — the largest allied effort of all time — taught us, holding a coalition together may be more important than a speedy or empirically successful outcome of the efforts. A coalition that falls apart or an outcome that assures victory in the short term — to satiate peoples' desire to end war quickly — may actually contribute to larger problems later. I believe that any effort of war will be spiralling, twisted series of efforts that achieve a series of outcomes that have to be recognized as the measures of effects and then kluged together to give politicians the results they seek. The objectives have to be realized for short term as peoples' abhorrence for war just will not allow long term unity of efforts to hold.

Entrevista 4: Diplomata Gabriel Escobar

(repostas obtidas em 22 de agosto de 2012) ¹³⁰⁹

O pedido de entrevista ao Diplomata Gabriel Escobar foi feito diretamente, sendo-lhe explicado o objetivo do mesmo (de forma presencial) em Lisboa. Além das perguntas que, de forma similar foram feitas aos outros entrevistados, foi ainda possível fazer outras, cujas respostas, sinteticamente, se juntam.

1. In Iraq, “Intel fusion” has proven to be a driving concept in operations. Was, and is, it possible to integrate civilian and military intelligence? National and with allies?

Diplomata Gabriel Escobar: With the huge number of intelligence assets working with a broad array of actors, it was difficult to get coordination between governments, between civilian and military components, between civilian agencies, and even sometimes internally between people of the same agency. Most of the agencies and organizations were open to sharing, but it became physically impossible to read the products from every available outlet, some of which were very specific. The force protection people, for example, produced a lot of material, but it was focused on threats to compounds, convoys and infrastructure. The military produced enormous quantities of power-point presentations and briefings – sometimes once every 6 hours, that it became impossible to attend all of them and be able to be productive at the normal job.

2. Did Washington or Brussels (the later just for Afghanistan) give clear political guidance? How and how often were high level commanders/ ambassadors (on the ground) able to communicate and coordinate with the political leadership in these capitals, and harmonize US guidance and NATO guidance in Afghanistan?

Diplomata Gabriel Escobar: Strategic guidance in Iraq in 2003-2005 from my perspective was conflicting. On one hand, we were focused on withdrawal as soon as

¹³⁰⁹ O diplomata Gabriel Escobar ocupou, ao longo da sua carreira, vários cargos diplomáticos, em especial na ex-Jugoslávia, e esteve no Iraque como Secretário Executivo (*Executive Secretary*) na Embaixada dos EUA em Bagdade entre julho de 2004 e julho de 2005, onde liderou uma equipa de 8 pessoas que tinham como missão fazer a ligação entre o Embaixador Negroponte e as várias organizações civis a operar no território (tanto as que se encontravam espalhadas pelo Iraque como as de dentro do perímetro da Embaixada americana na capital). Entre agosto de 2009 e agosto de 2010 foi o Comandante (Team Leader) de um PRT (U.S. Provincial Reconstruction Team) na região de Kirkuk no Iraque. O PRT era composto por 60 civis e militares, que tinham por missão apoiar o Governo Regional de Kirkuk, em especial, tentando ajudar a resolver disputas territoriais e étnicas, promover o desenvolvimento económico, controlar o orçamento e garantir uma melhor coordenação com o governo central iraquiano. Desde o seu regresso do Iraque que ocupa as funções de conselheiro para assuntos políticos e económicos (*Counselor for Political and Economic Affairs*) na Embaixada dos EUA em Lisboa.

possible and on the other hand, we were focused on rebuilding the country. Those two objectives were mutually exclusive. Additionally, the primary goal was interpreted differently by different senior members. The military was focused on removing Saddam Hussein and his power structure, the diplomatic-political level was focused on creating a safe, stable environment for a new government, and the development agencies were focused on rebuilding as much of the infrastructure as possible – everything from rebuilding oil infrastructure to passing new traffic laws. Nothing was out of the question for them. It wasn't until late 2006 that real strategic guidance was produced: working on a stable security environment above all else.

Tactical guidance was sometimes too much. There were multiple video conferences with Washington on every "line of operation" – everything from security, to political development, to rule of law, to economic recovery. In Washington, these operational groups had a lot of people, but on the ground, the economic counsellor of the embassy attended all the meeting for development, economic recovery, budget execution, etc. He would be in a two hour conference call almost every night in addition to all his other duties. Much of the tactical guidance was not bad, but it failed to take into account the rapidly changing situation. I would have preferred general guidance with the Embassy having the authority to implement it as necessary on the ground. I believe the same sentiment was held by my military colleagues.

3. With a non-linear battlefield with multi-national military units, civilian agencies, international agencies, contractors and major private companies, how can you ensure "unity of effort" among the forces, and within the theatre with all of these diverse actors?

Diplomata Gabriel Escobar: It was a difficult coordination. The civilian and military leaders had at least one senior meeting per day to coordinate and monitor activities, but for reasons of time and logistics, it was difficult to get everyone who had a part of the war into the same room. At times it felt that the scope and pace of the war was literally exceeding the capacity of the institutions to deal with it. It was helped by tough leadership, clear lines of operation, clear lines of command and clear channels of communication both technical and bureaucratic. When any of those failed, the effectiveness fell. Commanders and Ambassadors (at that time every head of section in the embassy – political, political-military, economic, etc – was an Ambassador) who failed to properly motivate, communicate or lead their personnel created problems. Duplication between civilian and military reconstruction cells created confusion. Confusion as to who was in charge of a particular "battle space" also created problems. In the end, it takes a very tough leader to make his people adhere to these needs.

4. How can you ensure “unity of effort” among allies? And with the local government and their security forces? And with the Local Political leaders, especially those who did not follow the lead of the host nation government?

Diplomata Gabriel Escobar: Unit of effort among allies is easier if the allies have a common outlook, shared understanding of operating principles, and common rules of engagement. Coordination between NATO allies, for example, was far more effective than with non-Allies – EVEN THOUGH IT WAS NOT A NATO ACTION! The reason is that NATO allies know how to behave and know what to expect from other NATO countries in the absence of communication. When things move quickly, there is less opportunity to coordinate, and this is where common doctrine and training provides a comfortable level of predictability among allies.

With the local government and their security forces, the key was close and continuing contact. Local actors, military or civilian, are focused on their daily tasks and threats, even if they have a conflicting viewpoint on a national level. Military and civilian leaders working with Sunni Arabs had a better relationship on the edge of Kurdish controlled region than in purely Sunni areas like Anbar. The reason is that they needed the U.S. to be the broker between competing groups, so they responded well. Addressing local needs first and creating common interests between the coalition and local groups was successful in creating relationships.

5. Is it possible to achieve a holistic command at war (meaning civil and military and coherent political – strategic – operational)?

Diplomata Gabriel Escobar: I believe it is and I believe that we achieved it in ad hoc cases, at certain times, in defined areas of the country. The northern region was one such example. The division commander for USF-N made all PRT team leaders and BCT commanders sign operational principles outlining who took the lead on specific issues: military for security, civilian for reconstruction and political engagement. Even the use of CERP was laid out clearly. Additionally, he ensured that the BCT included PRT at every level of operation, including taking a governance SME on trips to districts and subdistricts. By integrating functions and assignments, we were able to maximize coordination, unity of vision and clear understanding of what we wanted to achieve. This requires vision, close collaboration, and a push from the top for military and civilian commanders to work together and not “protect” the interests of their specific agency or unit.

Além das respostas escritas recebidas por email a 22 de agosto de 2012, durante uma entrevista pessoal realizada a 21 de agosto de 2012, outros tópicos foram

discutidos e, depois de devidamente coordenados e verificados por Gabriel Escobar, apresentamos alguns dos pontos mais relevantes:

- **PRT – Provincial Reconstruction Teams** - are improperly named, they should be called **PDT – Provincial Diplomatic Teams** – because that is the main task. The main task led by the State Department is to enhance relations with regional leaders and help them do their work in governance and development. The local leaders must fight the war of reconstruction, not us, and so while we do not have to reconstruct the country but help to create conditions for the locals to do that.
- What was needed in Iraq was a unified vision to include Sunnis, Shiites and Kurds, and that did not exist for a long time. This vision required a political solution to the political problem and it took too much time to start really thinking in a unifying vision.
- Although there were different financial funds to be used by different departments, QRF (Quick Response Funds) by the State Department and CERP (Commander's Emergency Response Program) by the Armed Forces, I, as PRT Leader could use both funds.
- The job of a PRT Leader is more a job of consultant than of a Mentor. I did not mentor the provincial local leader, I helped him as consultant to find the best way for him to do his job. As an example, after a 3 years drought in Kirkuk area, we needed solutions. I nor the military on the ground knew nothing about droughts. The instinctive decision would be to dig more wells but digging wells in a middle of a drought would draw the salted base water of the water table and spray this salt water on the fields. Instead of helping you would be destroying the few remaining agriculture fields left. You needed experts to deal with these issues. We contracted specialist called SME (Subject Matter Experts) that helped us a lot. Also we could ask from our US Agriculture Department an expert to help. In this case he came and installed a “drop” system that used much less water.
- From 2003 to 2011 the US spent, using all sources of funding, around 850 million dollars in the Kirkuk region. It looks a lot of money but if you think the sums that the private sector can use it is almost nothing, so, what we have to do is not to throw government money to the problems, we should find ways to facilitate the private sector money to come in and invest (one single private company contract could reach the billion dollar figure).
- Develop local economy is not turning the local leaders dependent on US aid. There were lines of Sheiks waiting to get projects approved by the PRTs. They should be doing that with their own local and central government.
- When the oil started to flow back again, around 2009/2010, the level of enterprise from Iraqi leaders increased at the same pace. That was the way to go because, even considering the corruption and the hazard conditions, Iraqis know how to do business.

- The PRT had around 75 people, half civilian and half from the military, security was ensured by the local US Army Brigade and the Iraqi Army. It worked very well, no problems among military and civilians and I was in charge of the PRT with the support of the Brigade Commander.
- I received very good support from the Intel community.
- Looking back to 2003, yes the two Bremer' decrees were a disaster because we had no administration, armed forces or police to stabilize the country but I think we didn't wanted to repeat Bosnia en 1995 when we allowed war criminals to stay in power. Look, when no one showed up to fight when US invaded Iraq in 2003, we all could see that we would get insurgency anyway. They didn't fight because they were preparing the insurgency.
- Far more important than the "new" COIN doctrine was the "Sunni awakening in 2007", what really makes the difference is a functional and stabilizing (adaptive to the local challenges) political system. The political system created the conditions and not the surge. In 2010 the elections went fairly well and there is now a government in place running the country and what exists now is terrorism and not insurgency.

Entrevista 5: Coronel Frederico Almendra

(repostas obtidas em 27 de dezembro de 2012) ¹³¹⁰

O pedido de entrevista ao Coronel Frederico Almendra foi feito diretamente, sendo-lhe explicado o objetivo da mesma, em Lisboa. Além das perguntas que, de forma similar foram feitas aos outros entrevistados, e por isso enviadas em inglês, as repostas foram recebidas, a nosso pedido, em português.

1. In Iraq, “Intel fusion” has proven to be a driving concept in operations. Was, and is, it possible to integrate civilian and military intelligence? National and with allies?

Coronel Frederico Almendra: Começo por fazer uma precisão que considero necessária para argumentar o meu ponto de vista. [recorri à obra: Clark, Robert – “Intelligence Analysis: A Target-Centric Approach”, pp 49-59, CQ Press ISBN 978-1-60426-543-9]. A “Intel Fusion”, valência que se insere na “Current Intelligence”, traduz-se numa dinâmica subordinada a prazos curtos em que o “tempo” é o fator crítico, que prevê o recurso acelerado, no mais curto espaço de tempo, ao máximo de fontes disponíveis (“interagency”, intergovernamentais, civis e militares), com o intuito de caracterizar com a maior celeridade possível uma situação/evento complexa. A Intel Fusion, com os seus Fusion Centers, surge assim em resposta a imperativos específicos de resposta rápida (Rapid Response) colocados pela situação tática (nível Tático), em particular em situações de “Crisis Management”, bem como no acompanhamento da execução das Operações [Tradução e condensação livre].

Esta precisão é importante porque nos permite situar a “Intel Fusion” como sendo um nicho muito específico no campo da Intel – no nível das Current Ops e no estrito e limitado âmbito do acompanhamento da “Situação Tática” – e portanto longe dos

¹³¹⁰ O Coronel Paraquedista Frederico Manuel Assoreira Almendra nasceu em 18 de setembro de 1963 em Moçambique. Em 1986 entrou nos Paraquedistas, onde permaneceu quase toda a sua carreira. Nos Balcãs cumpriu duas missões: uma primeira, em 1994/95, na Croácia, como monitor da Missão da Comunidade Europeia (ECMM) e uma segunda missão em 2002, como Intelligence Analyst na KFOR IV; De novembro de 1999 a abril de 2003 foi colocado no Quartel-General da EUROFOR, em Florença (Itália) onde desempenhou as funções de Chefe da Secção de Informações; Em 2004/2005 esteve em missão no Afeganistão integrando a ISAF VI; Em 2006 cumpriu uma missão no Líbano onde liderou a Equipa Avançada do Exército que estabeleceu as bases para o lançamento da missão portuguesa para a UNIFIL; Em 2007 foi para o Iraque integrando a NTM-I (NATO Training Mission in Iraq), onde assegurou as funções de mentor do Chefe do Gabinete de Situação do Primeiro Ministro Iraquiano e de outubro de 2011 a abril de 2012 comandou a Força Nacional Destacada para a ISAF, no Afeganistão (o 3º Contingente Nacional, força que integrou elementos dos 3 Ramos das FA e da GNR). No momento da entrevista encontrava-se como auditor do Curso de Promoção a Oficial General.

vastos e decisivos âmbitos da Intel de nível Operacional ou Estratégico, onde a integração e concorrência que referes como desejável é tradicionalmente muito difícil de conseguir, sendo apenas obtida pontualmente e de forma sempre suada e precária, quando uma conjuntura / necessidade muito particular convence todos os “stakeholders” a “abrirem” a sua Intel e a abdicar do secretismo que é simultaneamente a sua seiva vital e a sua mais-valia.

Assim, considero que: (1) a Intel Fusion constitui de facto um interessante study-case - aparentemente um feliz caso de bem-sucedida concorrência e integração na área da Intel e que pode parecer à primeira vista inovador e precursor de novos caminhos – mas, na minha opinião, não passa afinal de uma “exceção que confirma a regra” e não um promissor indicador de mudança de paradigma ou de evolução polemológica no sentido implícito na pergunta colocada; (2) considerada a diversa natureza, visão, estratégias e objetivos dos diferentes exércitos, das organizações internacionais, não-governamentais e agências, bem como a fluidez e mutação permanente que caracteriza as suas relações formais e informais, a integração cabal, plena e funcional da Intel civil e militar, nacional e entre aliados, não só ao nível tático mas sobretudo ao nível Operacional e Estratégico (no âmbito da Long-Term Intel, por oposição aos limitados ainda que encorajantes pequenos progressos pontualmente verificados no âmbito da Current Intel) permanecerá uma aproximação que viverá, caso-a-caso, de compromissos e conjunturas, dependendo a concertação possível de se encontrar um mínimo denominador comum dos interesses dos stakeholders envolvidos que viabilize essa concorrência temporária; (3) nos TOs (Teatros de Operações - na minha experiência, Afeganistão; Iraque, Balcãs e Líbano) nem entre os contingentes militares dos países aliados que participam nessas missões há uma integração satisfatória na área da Intel, ...quanto mais integração com os civis. Pode-se falar de partilha, sim, mas subordinada a objetivos concretos estabelecidos em conjunturas sempre transitórias. E, apesar do gabarito impressionante dos sistemas tecnológicos de Intel hoje disponíveis e do enorme volume de informação que trocam, a partilha de elementos de Intel "de qualidade" (Actionable Intelligence) depende sobretudo do estabelecimento, sempre precário, de relações de confiança no seio da comunidade Intel presente no TO e da questão das NIC (National Intelligence Cells) e em grande medida da competência dos seus recursos HUMINT (Human Intelligence).

Como que a confirmá-lo hoje em dia, os próprios sistemas de Intel discriminam na sua operação diferentes agentes e operadores, aos quais outorgam estatutos e direitos muito diferentes, estabelecendo na prática, comunidades com direitos de acesso e partilha particulares e privilegiados.

O resto é fantasia. Os EUA, em particular, investiram desde o 11SET somas gigantescas no incremento da sua capacidade de processar informação e de se ligar a sistemas externos (estrangeiros; interagência; civis-militares), sem que no entanto esta dinâmica de transformação radical que operaram na área da Intel – que conheceu no período, talvez, a sua maior revolução doutrinária desde a IIGM – tenha redundado num aumento da acessibilidade externa, ou no incremento da transparência da sua Intel. Muito antes pelo contrário...

2. Did Washington or Brussels (the later just for Afghanistan) give clear political guidance? How and how often were high level commanders/ ambassadors (on the ground) able to communicate and coordinate with the political leadership in these capitals, and harmonize US guidance and NATO guidance in Afghanistan?

Coronel Frederico Almendra: Estou em crer – não o sei com certeza; pressuponho apenas – que Washington terá dado sempre orientações e diretivas suficientemente claras aos seus diplomatas e comandantes militares a respeito da sua política externa e da condução das operações militares no Afeganistão. Ainda que erradas.

Abro um parenteses aqui para aduzir que o rumo americano no Afeganistão foi sempre influenciado (ou terá corrido a par; em sintonia) pelo curso da sua operação no Iraque, quer em termos de política, quer em termos de doutrina; inicialmente, aliás, a missão americana no Afeganistão estava apenas ligada à missão no Iraque (Global War on Terror) e formalmente destacada da ISAF.

A evolução desfavorável das operações no Iraque (e o imperativo de dissociar a intervenção no Afeganistão dessa dinâmica) e a constatação do capital muito superior de aceitação que a NATO (a ISAF) tinha junto da população do Afeganistão, levaram os americanos, por uma questão de puro pragmatismo, a passar “para debaixo do chapéu” da ISAF (e da ONU, que a mandatava) a sua operação no Afeganistão - muito embora tenham mantido autonomamente as suas operações de contraterrorismo de elevada atrição no Sul e Sudoeste do território.

A partir do momento em que a sua operação no Afeganistão passou a ser, substancialmente, uma operação da NATO, tornou-se ainda mais difícil aos EUA conciliarem a sua política externa para a Ásia Central com a da maioria dos seus aliados OTAN presentes no TO - que tinham inicialmente entrado na operação para apoiar a consolidação, no território controlado pela Aliança do Norte, os objetivos estabelecidos pelos Acordos de Bona.

A possibilidade de os americanos levarem uma linha de política externa "a direito" no Afeganistão (assumindo que a têm) foi ainda grandemente dificultada pela concorrência de dois fatores adicionais: (1) por um lado, decorrente da complexidade da equação geoestratégica enquadrando o Afeganistão e a conflitualidade que o

assola: refiro-me aos "pares estratégicos" Irão-China (a China abastece-se de gás natural Iraniano através do Afeganistão); Índia-Paquistão (a Índia quer assumir-se como parceiro privilegiado do Afeganistão, na "retaguarda" do Paquistão) e Rússia-CAR (Republicas Centro-Asiáticas que fazem fronteira com o norte do Afeganistão). Comentário: Estes pares estratégicos traduzem dinâmicas fortes e não necessariamente alinhamentos estratégicos. Não só a diplomacia americana demonstrou ser razoavelmente inconsistente na exploração adequada destas dinâmicas ao longo dos 10 anos da sua presença militar no Afeganistão como, compreensivelmente, resulta hoje ser redobradamente difícil harmonizar a sua política externa para a região com a dos seus parceiros e aliados, os quais têm frequentemente interesses concorrentes se não antagónicos aos dos EUA, sobretudo à medida que o GIROA (Governo Afegão) ganha maturidade e maior autonomia em termos da condução da sua política externa; (2) por outro lado, devido à "assincronia" dos diferentes tempos de planeamento estratégico existentes: primeiramente, o do Comando da ISAF, fortemente condicionado pela estratégia americana e consistentemente apoiado pelos "Big Five" (EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia) que no TO normalmente apresentam uma "frente comum"; depois, o da NATO (SHAPE), que traduz políticas suadas e com frequência generalistas, normalmente produto de compromissos possíveis e traduzindo-se em "mínimos denominadores comuns", geralmente mais declarativos que funcionais; finalmente, o tempo de planeamento das capitais, normalmente influenciado por questões domésticas de política interna, bem como pela particular política externa e de alianças praticada por cada nação aliada.

Assim, a desejada harmonização de políticas ou diretivas (guidance) que referes, em minha opinião, só poderá ser conseguida se for perseguida "a vários níveis" e de forma permanentemente concertada: (1) ao nível estratégico regional (da Ásia Central), promovendo a implementação de uma plataforma onde tenham voz os "stake-holders" regionais (os "pares estratégicos" antes referidos), bem como as potências globais com interesses estratégicos na área, levando-os a reconhecer, comprometendo-se, objetivos estratégicos comuns, acordando a constituição de bases consistentes para desenvolvimento de iniciativas de resolução do conflito sustentadas (por exemplo: em concordar no reconhecimento e legitimidade do GIROA, sobre a integridade territorial do Afeganistão e em autorizar o seu processo de state-building; ...em apoiar a cabal execução dos mandatos da NU para o Afeganistão; ...em renunciar em apoiar movimentos/organizações terroristas de inspiração radical islâmica, ou ainda; ...em apoiar o regresso faseado e sustentável das extensas comunidades de refugiados localizadas em países limítrofes; ...etc.) (2) ao nível da Aliança, encontrando um

"mínimo denominador comum" na política da OTAN para a região que seja simultaneamente funcional do ponto de vista da ISAF e que permita ao mesmo tempo responder de forma adequada às expectativas das nações aliadas com interesses particulares, mais fortes, no Afeganistão (não só os EUA, mas também a Turquia, a França ou a Alemanha); (3) ao nível do TO, promovendo desejavelmente a concorrência (pelo menos a articulação) entre as políticas e iniciativas do GIRoA e as da ISAF, bem como com as das principais IO e NGO intervenientes no processo de state-building e de desenvolvimento de governança no Afeganistão.

Dito isto, é preciso reconhecer que a nação que mais envolvida esteve no Afeganistão nos últimos anos - os EUA - apenas teve um sucesso muito relativo na prossecução dessa desejada harmonização de políticas ou na concertação da ação no terreno.

Em concreto: (1) ao nível estratégico da região da Ásia Central, os EUA tiveram sempre muita dificuldade em "explicar" a lógica da sua intervenção no Afeganistão aos principais stake-holders regionais: durante muito tempo limitaram-se a controlar o Paquistão, em *namorar* as CAR e, dentro do possível, em ignorar os outros (China, Rússia e, sobretudo, o Irão). Hoje têm-nos objetivamente em conta (a China e a Rússia cresceram; o Paquistão está instável e é-lhes mais hostil e a Índia aproveita a oportunidade estratégica) mas continuam a ter muita dificuldade em promover uma "harmonização" razoavelmente operante; (2) ao nível da Aliança, considero que - muito por mão dos EUA - a situação em que a ISAF se encontra atualmente será paradoxal, mas exprime de forma particularmente eloquente os limites da OTAN, bem como os riscos importantes que pesam sobre o futuro da Aliança.

Do lado americano, impera o mais puro pragmatismo (talvez hoje um pouco mais óbvio por via da urgência): tendo-se virado decisivamente para a região Ásia-Pacífico, os EUA consideram agora o Afeganistão uma mera parcela na equação da abordagem holística que promovem para aquela área. Em consequência, verificou-se um importante desinvestimento americano no Afeganistão em termos de afetação de recursos. Não obstante, dada a importância geoestratégica da área e para atender à salvaguarda dos seus interesses na Ásia Central, os EUA estão obrigados a ali continuar a assegurar presença, desiderato este que procuram agora assegurar de forma mais discreta, por intermédio de "proxys" - socorrendo-se precisamente do apoio dos seus parceiros na Ásia-Pacífico (o Reino Unido, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia).

Da mesma maneira que a ISAF constituiu a "framework" que facilitou a operacionalização desta estratégia americana no Afeganistão (empenhadamente partilhada pelas outras nações dos Big Five), constituiu também o fórum ideal para os

EUA efetuarem um outro muito necessário "trade-off" com outra nação aliada participante nessa operação, a qual, encontrando-se em franco crescimento e gozando de alargada influência no mundo islâmico, os EUA desejam manter no rol dos seus aliados mais próximos e privilegiados: a Turquia. Só assim se explica a alargada autonomia e os peculiares procedimentos operacionais adotados por essa nação aliada na ISAF, indícios seguros que ali está para ficar e que ali conduz de forma consistente e mirada a sua política externa.

Quase se pode dizer, resumindo, que os EUA, tendo percebido o carácter atual sobretudo político da Aliança, tenha optado a nível estratégico (em Bruxelas) por se concentrar em promover concorrências e articulações de nível político-militar, tendo a nível operacional - confrontando-se com a sistemática lentidão *decisional* e com as inúmeras resistências e limitações (caveat) colocadas pela maioria dos seus aliados europeus - renunciado a procurar grandes consensos ou a esperar empenhadas colaborações e optado assim por utilizar pragmaticamente e sem grandes contemplações os recursos existentes nos TO na prossecução de objetivos particulares por si estabelecidos para a campanha.

De resto, as "Mission Awareness Conferences" a que eu assisti no HQ ISAF em Cabul e que eram extremamente informativas (e que espíritos mais ingénuos e crentes poderiam interpretar - como a tal "Intel Fusion" - como constituindo um forte indício técnico da existência de um comando holístico no TO), destinavam-se menos a colher apoios e promover consensos entre os contingentes aliados e mais a comunicar conceitos futuros e propósitos, na perspetiva e dos SNRs (Senior National Representative(s)) e Adidos Militares presentes na reunião ficarem em condições de melhor os passarem e explicarem às respetivas capitais.

Ao nível interno do TO, os EUA começaram por exercer uma tutela "muito diretiva" sobre o presidente Karzai e o GIRoA, sobretudo depois de terem colocado as suas forças "sob a égide" da NATO. Com o tempo, à medida que o GIRoA se autonomizou e as ANSF (Afghan National Security Forces, o Exército e Forças Policiais Afegãs) se enrobusteceram estendendo a tutela e aumentando a governança sobre maiores partes do território, e também; à medida que as potências regionais e globais - de forma direta ou indireta - aumentaram a sua capacidade de intervenção na política Afegã, os EUA (e conseqüentemente, a ISAF) começaram a conhecer progressivas dificuldades em promover a integração e concorrência a nível "estratégico" entre a missão da Aliança, o GIRoA, as IO e NGO presentes no terreno.

Na minha opinião, a partir do momento em que os EUA, pressionados pela implementação urgente da sua política para a Ásia-Pacífico se "entrincheiraram" em Cabul com os outros membros dos Big Five, deixou de ser viável - mesmo que

estritamente no seio da ISAF - a promoção de qualquer abordagem holística à resolução do conflito partilhada pela maioria das nações aliadas participantes.

Se somarmos a esta bizarra situação da Aliança em terras do Afeganistão a atual considerável autonomia do GIROA, e ainda as constantes e muito ativas iniciativas diplomáticas e políticas conduzidas pelas potências regionais - com frequência dissonantes, se não antagónicas às da ISAF - o quadro fica completo... e a tão propalada abordagem holística à resolução do conflito remetida à condição de miragem.

Verificam-se todos os dias notáveis sucessos de cooperação "inter-agency" no Afeganistão, alguns muito impressionantes. No entanto, se os avaliarmos com distanciamento e rigor, verificamos que são obras de nível "tático", traduzindo a exploração oportuna, pontual e transitória de uma conjuntura local ou regional que promove essa cooperação de "entidades estranhas", e que, uma vez mais, não constitui prova suficiente da existência de uma efetiva abordagem holística, de TO, que as determine.

3. With a non-linear battlefield with multi-national military units, civilian agencies, international agencies, contractors and major private companies, how can you ensure "unity of effort" among the forces, and within the theatre with all of these diverse actors?
4. How can you ensure "unity of effort" among allies? And with the local government and their security forces? And with the Local Political leaders, especially those who did not follow the lead of the host nation government?

Coronel Frederico Almendra: Entendo que a resposta às perguntas "3" e "4" já foi em grande parte dada anteriormente. De qualquer forma, considero importante para maior clarificação das minhas ideias sobre esta questão (o comando holístico da guerra), precisar o seguinte relativamente à natureza, muito diferente, do comando exercido pelo General Petraeus no Iraque e posteriormente, no Afeganistão.

Entendo que só no Iraque é que o General Petraeus esteve realmente próximo de ter exercido um comando holístico. No Afeganistão não foi o caso. Tal ficou a dever-se a uma complexa conjugação de fatores que não cumpre aqui caracterizar mas que referirei sumariamente como sendo maioritariamente indexados à situação que naquela altura se vivia em termos de política interna americana, por um lado e à situação de perda em termos operacionais a que então se havia chegado no Iraque: (1) em termos de política interna Americana, a administração Bush tinha atingido níveis de popularidade muito baixos, estava confrontada com uma elevadíssima probabilidade de falhar a reeleição nas eleições que se avizinhavam; (2) no Iraque, as táticas do "Shock-and-Awe" no terreno - violentas, pouco-eficazes e ressentidas pela população -

conjugadas com a rigidez da diplomacia americana (renitente em reconhecer o Irão como parceiro incontornável na resolução do conflito e em trazê-lo para a mesa das negociações), tinham provocado um impasse em termos militares e empurrado o jovem e precário governo Iraquiano para uma posição quase insustentável face à sua população (lembramos que os EUA não permitiam que fosse ratificada a lei que permitia mexer na composição do parlamento Iraquiano e tampouco autorizavam alterações à “Lei do Petróleo”, por medo das alterações que os Iraquianos viessem a fazer quando este controlo lhes fosse passado para as mãos).

Encurralada politicamente a administração americana quer a nível interno, quer a nível internacional, e confrontada com o “nó cego” a que a sua operação militar tinha chegado, no Iraque, havia-se atingido um ponto em que se considerou valer a pena considerar-se uma alternativa arrojada. Essa alternativa foi o General David Petraeus.

O General Petraeus assumiu assim o comando no Iraque investido de um mandato poderoso; as suas ideias de envolvimento e responsabilização do governo e administração iraquiana bem como do poder local e da população iraquiana em geral – entre outras medidas “radicais”, desbloqueou a composição do parlamento e entregou a gestão do petróleo aos iraquianos - introduziram um drástico catalisador de mudança em termos sociais e políticos, o qual provocou em breve também surpreendentes efeitos a nível militar e de segurança. Se a sua doutrina COIN – prescrevendo-o – foi célere em capitalizar na mudança civil verificada, outro tanto se fez a nível diplomático: como pretendido por Petraeus, Condoleeza Rice trouxe o Irão à equação de resolução do conflito, dando-lhe contrapartidas em termos de política internacional (cedências no seu programa nuclear civil) mas exigindo em troca compromissos no controlo dos seus proxys xiitas agindo para a destabilização do Iraque. Por último – e não menos importante – ao contrário do que acontecia no Afeganistão, no Iraque o comando militar americano não tinha de contemporizar com um comando NATO no TO (existia uma pequeníssima missão de treino da Aliança, a NTM-I, com alguma relevância política mas quase inexistente relevância militar).

No Afeganistão, o General Petraeus recebeu um comando de natureza muito diferente (em acumulação com o comando da operação americana em curso no TO era também o comandante da esfarrapada e complexa missão da NATO, a ISAF) e um mandato diferente, num contexto muito mais complexo e volátil, quer do ponto de vista internacional, quer do ponto de vista de política interna. No Afeganistão só com muita dificuldade e labor o comandante militar da Aliança poderia aspirar a chegar a influenciar, de forma minimamente eficaz, apenas parte dos atores envolvidos direta ou indiretamente na cena política e militar; sobretudo, ali Petraeus nunca gozou a autonomia de comando que havia tido no Iraque (onde uma administração mais capaz,

uma população mais instruída e diferenciada e um país mais desenvolvido ofereciam outras garantias de eficácia para a sua doutrina), e teve de operar com um governo esquivo e jogador (o GIROA), sempre pronto a capitalizar nas ofertas que as poderosas potências vizinhas prodigalizam em concurso com as iniciativas americanas. Se este enquadramento é já de si pouco favorável à materialização de um comando holístico no TO, quaisquer hipóteses de o conseguir – como já tive antes ocasião de o afirmar – desvanecem-se no momento em que os EUA fazem a inflexão estratégica para a Ásia-Pacífico e passam por isso a considerar implicitamente o seu comandante militar no Afeganistão como uma peça de uma equação bem mais complexa; como uma fração de uma outra “holística”...

Concluindo, não creio que - mesmo falando de um general com a excelência do General Petraeus - se possa falar de haver existido no seu tempo um comando holístico no Afeganistão, ...nem mesmo em termos exclusivamente militares.

5. Is it possible to achieve a holistic command at war (meaning civil and military and coherent political – strategic – operational)?

Coronel Frederico Almendra: A resposta que se me afigura mais correta é: sim, é possível, mas apenas quando estão reunidas condições excecionais que o favoreçam.

Assim, e como corolário de tudo o que argumentei anteriormente, deixo algumas reflexões (à laia de provocação, mas esperando que algum contributo deem ao teu trabalho): (1) a possibilidade de conseguir um comando holístico é maior se o comandante for investido de um mandato poderoso e dispor dos meios mínimos necessários para o controlar civil e militarmente o território e a população do TO, provendo ainda que a grande diplomacia da entidade que o mandata tenha uma efetiva capacidade de limitar ou obter um equilíbrio suficiente e funcional entre os “stake-holders” estratégicos com interesses no conflito ou no território em questão; (2) a obtenção de um comando holístico é mais fácil de obter no início da operação, quando o ambiente operacional será porventura de maior atrição militar mas menos complexo do ponto de vista político militar; à medida que a situação militar se estabiliza e se passa a procurar o aumento da segurança e governança internos com participação de atores locais e internacionais, civis e militares, a possibilidade de se conseguir efetivar um comando holístico é menor; (3) se o conflito decorrer num território cujo enquadramento geoestratégico englobe potências globais que de forma direta ou indireta persigam interesses antagónicos intervindo de forma direta ou indireta no conflito, a possibilidade de se efetivar um comando holístico é muito reduzida; (4) a possibilidade de se conseguir estabelecer um comando holístico é maior se existir um mandato internacional que “consensualmente” o legitime; se a

operação for conduzida por uma coligação ou aliança, é imperativo que exista uma coincidência forte nos objetivos e grande coesão na execução – no caso do Afeganistão, descontando todos os outros fatores desfavoráveis existentes, apenas a precária coesão da Aliança bastaria para suscitar legítimas dúvidas sobre a possibilidade de o General Petraeus ali conseguir efetivar um “comando holístico” (só esta constatação deveria bastar para se relançar a discussão acerca da refundação da identidade e propósito da Aliança, ou dos riscos para a sua coesão e para o seu futuro, decorrentes da condução de operações “out-of-area”); (5) a uma escala mais reduzida, a nível interno do TO: tudo o que agilize a troca de informação, promova a coordenação e aumente a “situation awareness” entre atores civis e militares, governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais – como os CIS (Command and Information System), as Influence Operations (INFOPS, PSYOPS; MEDIAOPS; etc.), ou os referidos Intel Fusion Centres, entre outros “enablers” – podem efetivamente constituir vetores que promovam o estabelecimento de um comando holístico no TO. Desde que o comando em questão tenha indisputável credibilidade e ...desde que haja confiança.

Se houver desconfiança, esses mesmos vetores “holísticos” passarão a constituir fortes argumentos contra o estabelecimento de um comando holístico no TO.